ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 184

Brasília - DF, segunda-feira, 24 de setembro de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 9
Ministério da Cultura 23
Ministério da Defesa 26
Ministério da Educação 27
Ministério da Fazenda 32
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 39
Ministério da Justiça 40
Ministério da Saúde 42
Ministério da Segurança Pública 65
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 69
Ministério das Cidades 69
Ministério de Minas e Energia 70
Ministério do Desenvolvimento Social 85
Ministério do Esporte 89
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 90
Ministério do Trabalho 96
Ministério dos Direitos Humanos 97
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 98
Conselho Nacional do Ministério Público 101
Ministério Público da União 102
Tribunal de Contas da União 103
Poder Judiciário 160
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 167

Total de páginas desta edição: 170

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.127 **(1)**

ORIGEM : ADI - 26474 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
EMBTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINÍCIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 18958/DF, 2525/PI)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Impedidos os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 10.8.2018 a 16.8.2018.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MERO INCONFORMISMO NÃO CARACTERIZA CONTRADIÇÃO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DE TESES VENCIDAS NO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE NESTA SEDE RECURSAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reforma do julgado, sendo cabíveis somente quando houver no acórdão omissão, contradição ou obscuridade, ou erro material, o que não ocorre no presente caso.

2. Mero inconformismo não caracteriza contradição para fins de oposição de embargos de declaratórios, especialmente em sede de controle abstrato de constitucionalidade, em que o Tribunal não fica adstrito aos argumentos trazidos pelos requerentes.

3. Não se prestam os embargos de declaração para rediscutir a matéria, com objetivo único de obtenção de excepcional efeito infringente para fazer prevalecer as teses amplamente debatidas e que, no entanto, ficaram vencidas no Plenário.

4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 852, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§ 6º A isenção de que trata o **caput** somente será concedida para um único imóvel em terreno da União, desde que seja utilizado como residência do ocupante ou do foreiro." (NR)

Art. 2º A Lei nº 9.497, de 11 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º Fica assegurada a regularização fundiária dos moradores que: não possuam outro imóvel no Estado de Pernambuco e comprovem residência na área do PHNG até 30 de junho de 2018, nos termos estabelecidos na legislação." (NR)

Art. 3º A Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

§ 7º Para fins de regularização nos registros cadastrais da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão das ocupações ocorridas até 10 de junho de 2014, as transferências de posse na cadeia sucessória do imóvel serão anotadas no cadastro dos bens dominiais da União para o fim de cobrança de receitas patrimoniais dos responsáveis, não dependendo do prévio recolhimento do laudêmio." (NR)

"Art. 13. .....

§ 6º Para fins de regularização nos registros cadastrais da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão dos aforamentos ocorridos até 10 de junho de 2014, as transferências de posse na cadeia sucessória do imóvel serão anotadas no cadastro dos bens dominiais da União para o fim de cobrança de receitas patrimoniais dos respectivos responsáveis, não dependendo do prévio recolhimento do laudêmio." (NR)

"Art. 16-D. O adquirente receberá desconto de vinte e cinco por cento na aquisição à vista, com fundamento no art. 16-A, desde que atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

I - tenha sido apresentada manifestação de interesse para a aquisição à vista com o desconto que trata o **caput** no prazo de trinta dias, contado a partir da data do recebimento da notificação que informar a inclusão do imóvel na portaria de que trata o art. 16-C; e

II - tenha sido efetuado o pagamento à vista do valor da alienação no prazo de sessenta dias, contado a partir da data da manifestação de interesse do adquirente.

....." (NR)

"Art. 18. .....

§ 5º Na hipótese de destinação à execução de empreendimento de fim lucrativo, a cessão será onerosa e, sempre que houver condições de competitividade, serão observados os procedimentos licitatórios previstos em lei e o disposto no art. 18-B.

....." (NR)

"Art. 18-B. Os imóveis da União que estiverem ocupados por entidades desportivas de quaisquer modalidades poderão ser objeto de cessão em condições especiais, dispensado o procedimento licitatório, observadas as seguintes condições:

I - exclusivamente para ocupações anteriores a 5 de outubro de 1988; e

II - pelo prazo máximo de 30 anos, admitidas prorrogações por iguais períodos.

§ 1º A cessão será formalizada por meio de termo ou de contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas.

§ 2º A cessão será tornada nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel vier a ser dada aplicação diversa da prevista no termo ou no contrato, no todo ou em parte, observado o disposto no § 5º do art. 18.

§ 3º As entidades desportivas de que trata este artigo receberão desconto de cinquenta por cento sobre os débitos inadimplidos relativos a preços públicos pelo uso privativo de área da União quanto ao período que antecedeu a data de formalização do termo ou do contrato.

§ 4º O desconto de que trata o § 3º somente será concedido aos interessados que requererem a regularização até 31 de dezembro de 2019 e fica condicionado ao deferimento do pedido pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão." (NR)

"Art. 24-A. Na hipótese de concorrência ou leilão público deserto ou fracassado na venda de bens imóveis da União, os imóveis poderão ser disponibilizados para venda direta.

Parágrafo único. Fica a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorizada a conceder desconto de até dez por cento sobre o valor estabelecido em avaliação vigente na hipótese de concorrência ou leilão público deserto ou fracassado por duas vezes consecutivas, referente a imóvel cujo valor de avaliação seja de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)." (NR)

"Art. 31. .....

IV - sociedades de economia mista voltadas à execução de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social;

V - beneficiários, pessoas físicas ou jurídicas, de programas de provisão habitacional ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, para cuja execução seja efetivada a doação; ou

VI - instituições filantrópicas, devidamente comprovadas como entidades beneficentes de assistência social.

.....

§ 6º Na hipótese de que trata o inciso VI do **caput**, a escolha da instituição será precedida de chamamento público, na forma prevista em regulamento." (NR)

"Art. 42. .....

§ 1º Na hipótese de o empreendimento envolver áreas originariamente de uso comum do povo, poderá ser autorizada a utilização dessas áreas, mediante cessão de uso na forma do disposto no art. 18, condicionada, quando necessário, à apresentação de licença ambiental, que ateste a viabilidade do empreendimento, observadas as demais disposições legais pertinentes.

§ 2º A regularidade ambiental é condicionante de contratos de destinação de áreas da União e, comprovada a existência de comprometimento da integridade da área pelo órgão ambiental competente, o contrato será rescindido sem ônus para a União, sem prejuízo das demais sanções cabíveis." (NR)

Art. 4º A Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14. A alienação de bens imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social desnecessários ou não vinculados às suas atividades operacionais, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 22 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, será feita por meio de leilão público, observados o disposto nos § 1º e § 2º e as seguintes condições:

....." (NR)

"Art. 20. Ficam autorizadas as procuradorias jurídicas dos órgãos da administração pública responsáveis pelos imóveis de que trata o **caput** do art. 14 a requerer a suspensão das ações possessórias, de acordo com o disposto no inciso II do **caput** do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, na hipótese de haver anuência do ente competente na alienação da área ou do imóvel em litígio, observado o disposto no art. 14." (NR)

Art. 5º A Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

"Art. 8º .....
.....

IV - os bens imóveis não operacionais, com finalidade de constituir reserva técnica necessária à expansão e ao aumento da capacidade de prestação do serviço público de transporte ferroviário.

§ 1º A vocação logística dos imóveis de que trata o inciso IV do **caput** será avaliada em conjunto pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme estabelecido em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º Os imóveis operacionais que não sejam utilizados em atividades relacionadas com o transporte ferroviário poderão ser reclassificados como não operacionais.

§ 3º As demais condições para a reclassificação a que se refere o § 2º serão estabelecidas em ato da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão." (NR)

"Art. 13. Aos ocupantes dos imóveis não operacionais oriundos da extinta RFFSA, não abrangidos pelo disposto no art. 12 e cuja ocupação seja comprovadamente anterior a 6 de abril de 2005 é assegurado o direito de preferência na compra do imóvel, observado, no que couber, o disposto no art. 24 da Lei nº 9.636, de 1998, e, ainda:

....." (NR)

"Art. 16. Na alienação dos imóveis referidos nos art. 12, art. 13 e art. 14, será observado o seguinte:

....." (NR)

"Art. 21. A União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, poderá formalizar termos de entrega ou cessão provisórios de bens imóveis não operacionais oriundos da extinta RFFSA, aos órgãos e às entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e promoverá a sua substituição por instrumentos definitivos." (NR)

"Art. 31-A. Fica extinto o Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - FC - RFFSA, de natureza contábil, criado no âmbito do Ministério da Fazenda." (NR)

"Art. 31-B. A União disponibilizará os recursos orçamentários e financeiros necessários ao pagamento dos encargos de responsabilidade do extinto FC - RFFSA por intermédio dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, quanto às despesas decorrentes de eventuais levantamentos de gravames judiciais existentes em 22 de janeiro de 2007 incidentes sobre bens oriundos da extinta RFFSA, imprescindíveis à administração pública federal;

II - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, quanto às despesas decorrentes de condenações judiciais que imponham ônus à Valec, na condição de sucessora trabalhista, em observância ao disposto no inciso I do **caput** do art. 17, referentes aos passivos originados até 22 de janeiro de 2007; e

III - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, quanto:

a) às participações dos acionistas minoritários da extinta RFFSA, na forma prevista no **caput** do art. 3º; e

b) às despesas referentes à regularização, à administração, à avaliação e à venda dos imóveis não operacionais da extinta RFFSA, ocorridas e não pagas à Caixa Econômica Federal na qualidade de agente operador do FC - RFFSA.

Parágrafo único. Os pagamentos das despesas decorrentes de obrigações previstas no inciso II do **caput** ocorrerão exclusivamente por meio de solicitação da Valec dirigida ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, acompanhada da respectiva decisão judicial." (NR)

"Art. 31-C. Os ativos financeiros do FC - RFFSA serão revertidos à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, incluídos os recebíveis oriundos dos contratos de arrendamento de malhas ferroviárias, contabilizados nos ativos da extinta RFFSA, não adquiridos pelo Tesouro Nacional com base na autorização prevista na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001." (NR)

"Art. 31-D. Os imóveis não operacionais da extinta RFFSA indicados para integralizar os recursos do extinto FC - RFFSA, não alienados até 31 de dezembro de 2017, retornarão à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e serão destinados na forma prevista na legislação que dispõe sobre o patrimônio da União.

§ 1º A Caixa Econômica Federal informará à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão os imóveis que se encontram em processo final de venda, para os quais fica autorizada a concluir a alienação, observadas as condições anteriormente vigentes para o extinto FC - RFFSA.

§ 2º Na celebração dos contratos de compra e venda dos imóveis a que se refere o § 1º, a União será representada pela Caixa Econômica Federal." (NR)

"Art. 31-E. A administração e a cobrança dos contratos de financiamento vinculados aos imóveis alienados de forma parcelada pelo extinto FC - RFFSA, e aos imóveis a que se refere o § 1º do art. 31-D serão realizadas pela Caixa Econômica Federal.

§ 1º O produto da venda, à vista ou parcelada, dos imóveis alienados pelo extinto FC - RFFSA, e dos imóveis a que se refere o § 1º do art. 31-D será recolhido pela Caixa Econômica Federal à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio da unidade gestora da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º Compete à Advocacia-Geral da União a defesa dos interesses da União referentes à eventual cobrança judicial do produto da venda dos imóveis vendidos pela Caixa Econômica Federal.

§ 3º A Caixa Econômica Federal encaminhará à Advocacia-Geral da União as informações e os documentos necessários ao atendimento do disposto no § 2º.

§ 4º A remuneração da Caixa Econômica Federal pelos serviços de venda dos imóveis, e pela administração, pela gestão e pela cobrança das parcelas será definida em ato do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão." (NR)

Art. 6º A Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. O adquirente receberá desconto de vinte e cinco por cento na aquisição à vista, com fundamento no art. 4º, desde que atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

I - tenha sido apresentada manifestação de interesse para a aquisição à vista com o desconto que trata o **caput** no prazo de trinta dias, contado a partir da data do recebimento da notificação que informar a inclusão do imóvel na portaria de que trata o art. 8º; e

II - tenha sido efetuado o pagamento à vista do valor da alienação no prazo de sessenta dias, contado a partir da data da manifestação de interesse do adquirente.

....." (NR)

"Art. 14. Fica a União autorizada a transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos, excetuados:

....." (NR)

"Art. 20. .....
.....

§ 3º A União poderá contratar, por meio de processo licitatório, prestação de serviços de constituição, de estruturação, de administração e de gestão de fundo de investimento, para os fins de que trata o **caput**, dispensada a licitação para a contratação de instituições financeiras oficiais federais." (NR)

"Art. 20-A. Para os fins do disposto no art. 20, a União fica autorizada a prever no instrumento convocatório a hipótese de realização das despesas iniciais de estruturação do fundo de investimento, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

Parágrafo único. As despesas de que trata o **caput** serão amortizadas por meio do recebimento de cotas equivalentes aos valores despendidos." (NR)

"Art. 22. Os imóveis que constituem o patrimônio imobiliário do Fundo do Regime Geral de Previdência Social poderão ser transferidos para o patrimônio da União, que lhes dará destinação, assegurada a compensação financeira, na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º Os atos necessários à avaliação dos imóveis, à operacionalização física, documental, contábil e financeira da transferência indicada no **caput** serão objeto de ato conjunto da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e do Instituto Nacional do Seguro Social.

§ 2º A compensação financeira corresponderá ao valor de avaliação dos imóveis, acrescido, quando for o caso, da taxa de ocupação prevista no art. 7º da Lei nº 9.702, de 17 de novembro de 1998, calculada após o decurso do prazo para desocupação dos imóveis." (NR)

Art. 7º Ficam revogados:

I - o art. 28-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

II - o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 9.636, de 1998;

III - o § 10 do art. 27 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

IV - o art. 15 da Lei nº 11.481, de 2007; e

V - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.483, de 2007:

a) o art. 5º;

b) o art. 6º;

c) o art. 7º;

d) o art. 10;

e) o art. 11;

f) o § 1º do art. 14; e

g) o art. 15

Art. 8º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

D E C R E T A :

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Âmbito de aplicação e objeto

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Art. 2º Ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação.

CAPÍTULO II
DAS VEDAÇÕES

Administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do **caput** poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

§ 2º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de fiscalização e consentimento relacionados ao exercício do poder de polícia não serão objeto de execução indireta.

Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União

Art. 4º Nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista controladas pela União, não serão objeto de execução indireta os serviços que demandem a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários, exceto se contrariar os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, tais como na ocorrência de, ao menos, uma das seguintes hipóteses:

I - caráter temporário do serviço;

II - incremento temporário do volume de serviços;

III - atualização de tecnologia ou especialização de serviço, quando for mais atual e segura, que reduzem o custo ou for menos prejudicial ao meio ambiente; ou

IV - impossibilidade de competir no mercado concorrencial em que se insere.

§ 1º As situações de exceção a que se referem os incisos I e II do **caput** poderão estar relacionadas às especificidades da localidade ou à necessidade de maior abrangência territorial.

§ 2º Os empregados da contratada com atribuições semelhantes ou não com as atribuições da contratante atuarão somente no desenvolvimento dos serviços contratados.

§ 3º Não se aplica a vedação do **caput** quando se tratar de cargo extinto ou em processo de extinção.

§ 4º O Conselho de Administração ou órgão equivalente das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União estabelecerá o conjunto de atividades que serão passíveis de execução indireta, mediante contratação de serviços.

Vedação de caráter geral

Art. 5º É vedada a contratação, por órgão ou entidade de que trata o art. 1º, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:

I - detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação; ou

II - autoridade hierarquicamente superior no âmbito de cada órgão ou entidade.

CAPÍTULO III
DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO CONTRATO

Regras gerais

Art. 6º Para a execução indireta de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, as contratações deverão ser precedidas de planejamento e o objeto será definido de forma precisa no instrumento convocatório, no projeto básico ou no termo de referência e no contrato como exclusivamente de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os instrumentos convocatórios e os contratos de que trata o **caput** poderão prever padrões de aceitabilidade e nível de desempenho para aferição da qualidade esperada na prestação dos serviços, com previsão de adequação de pagamento em decorrência do resultado.

Art. 7º É vedada a inclusão de disposições nos instrumentos convocatórios que permitam:

I - a indexação de preços por índices gerais, nas hipóteses de alocação de mão de obra;

II - a caracterização do objeto como fornecimento de mão de obra;

III - a previsão de reembolso de salários pela contratante; e

IV - a pessoalidade e a subordinação direta dos empregados da contratada aos gestores da contratante.

Disposições contratuais obrigatórias

Art. 8º Os contratos de que trata este decreto conterão cláusulas que:

I - exijam da contratada declaração de responsabilidade exclusiva sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

II - exijam a indicação de preposto da contratada para representá-la na execução do contrato;

III - estabeleçam que o pagamento mensal pela contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS pela contratada relativas aos empregados que tenham participado da execução dos serviços contratados;

IV - estabeleçam a possibilidade de rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e a aplicação das penalidades cabíveis, na hipótese de não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS;

V - prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

a) que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador; ou

b) que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante;

VI - exijam a prestação de garantia, inclusive para pagamento de obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e para com o FGTS, em valor correspondente a cinco por cento do valor do contrato, limitada ao equivalente a dois meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados, com prazo de validade de até noventa dias, contado da data de encerramento do contrato; e

VII - prevejam a verificação pela contratante, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados, em especial, quanto:

a) ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

b) à concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional;

c) à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

d) aos depósitos do FGTS; e

e) ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

§ 1º Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º e em não havendo quitação das obrigações por parte da contratada, no prazo de até quinze dias, a contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços contratados.

§ 3º O sindicato representante da categoria do trabalhador deve ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos § 1º e § 2º.

§ 4º O pagamento das obrigações de que trata o § 2º, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

Art. 9º Os contratos de prestação de serviços continuados que envolvam disponibilização de pessoal da contratada de forma prolongada ou contínua para consecução do objeto contratual exigirão:

I - apresentação pela contratada do quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto do contrato de prestação de serviços, a lista de identificação destes empregados e respectivos salários;

II - o cumprimento das obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato; e

III - a relação de benefícios a serem concedidos pela contratada a seus empregados, que conterá, no mínimo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando esses forem concedidos pela contratante.

Parágrafo único. A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

I - pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;

II - matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

III - preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Gestão e fiscalização da execução dos contratos

Art. 10. A gestão e a fiscalização da execução dos contratos compreendem o conjunto de ações que objetivam:

I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;

II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

III - prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato a solução de problemas relacionados ao objeto.

Art. 11. A gestão e a fiscalização de que trata o art. 10 competem ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário e, se necessário, poderá ter o auxílio de terceiro ou de empresa especializada, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO IV
DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

Repactuação

Art. 12. Será admitida a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva, com vistas à adequação ao preço de mercado, desde que:

I - seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos para os quais a proposta se referir; e

II - seja demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

Reajuste

Art. 13. O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 1º É admitida a estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações gerais

Art. 14. As empresas públicas e as sociedades de economia mista controladas pela União adotarão os mesmos parâmetros das sociedades privadas naquilo que não contrariar seu regime jurídico e o disposto neste Decreto.

Art. 15. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão expedirá normas complementares ao cumprimento do disposto neste Decreto.

Disposições transitórias

Art. 16. Os contratos celebrados até a data de entrada em vigor deste Decreto, com fundamento no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, ou os efetuados por empresas públicas, sociedades de economia mista controladas direta ou indiretamente pela União, poderão ser prorrogados, na forma do § 2º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e observada, no que couber, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, desde que devidamente ajustados ao disposto neste Decreto.

Revogação

Art. 17. Fica revogado o Decreto nº 2.271, de 1997.

Vigência

Art. 18. Este Decreto entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 527, de 21 de setembro de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 852, de 21 de setembro de 2018.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

ATO Nº 2.175, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO-SR(28)DFE, nomeado pela Portaria/INCRA/P/Nº 598, datada em 11/10/2017, publicado DOU - 13/10/2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 115 e 119 do Regimento Interno desta Autarquia Agrária, aprovado pela Portaria/INCRA/P/N.º 338, de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 13/03/2018, e considerando a Legislação, em vigor, que disciplina o Programa Nacional de Reforma Agrária e os pronunciamentos firmados no Processo Administrativo 54000.130467/2018-40, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR que o Senhor Dirceu Júlio Gatto, Portador da CI n.º 802.255 SSP/DF e inscrito no CPF sob o n.º 200.404.740-20, proprietário da Fazenda Tecoara, localizada no município de Riachinho/MG, construa barragem no Ribeirão do Marques, entre as áreas da Fazenda Tecoara e do PIC Sagarana (Reserva do Moinho), desde que sejam adotadas todas as medidas preconizadas na legislação que regem a matéria e as exigências do Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, Sob Pena de Responsabilidade Civil e Criminal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

IGOR SOARES LELIS

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.005989/2018-57
Interessado: AR Protege
DEFIRO o credenciamento da empresa FERTEC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -ME, CNPJ 08.971.719/0001-81 (AR Protege), vinculada à AC SERASA JUS, com funcionamento no endereço: R MONSENHOR JOSE MARIA DO LAGO N. 1270, FUNDOS A, CRISTO REDENTOR - CASTANHAL / PA.

Processo nº 00100.014720/2018-61
Interessado: AR SERJUS
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR SERJUS, vinculada às AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN JUS SSL e AC CERTISIGN JUS CODESIGNING, conforme segue:
Nome da AR: SERJUS
Endereço: RUA JUIZ DE FORA, Nº 1231, SANTO AGOSTINHO, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Altera o anexo da Resolução nº 64, de 10 de setembro de 2018.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 156ª reunião, realizada em 4 de junho de 2018, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e o disposto na Diretriz da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM nº 41, de 8 de agosto de 2018, e na Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do Mercosul - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolveu, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Fica alterada a linha do anexo da Resolução nº 64, de 10 de setembro de 2018, referente ao código 5402.20.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul conforme o anexo desta resolução.

§ 1º Ficam preservados os efeitos da Portaria Secex nº 39, de 24 de julho de 2018.

§ 2º As alocações já realizadas de acordo com a Portaria Secex nº 39, de 24 de julho de 2018, devem ser deduzidas das quotas discriminadas no anexo.

Art. 2º Fica excluída a linha do anexo da Resolução nº 64, de 10 de setembro de 2018, referente ao código 3501.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE DE LIMA
Presidente do Comitê Executivo de Gestão

ANEXO

NCM	Descrição	Alíquota	Quota	Prazo	Início	Resolução
5402.20.00	- Fios de alta tenacidade de poliésteres, mesmo texturizados					
	Ex 001 - Fios de multifilamento de alta tenacidade, de poliésteres, exceto fios com título superior a 1.100 e inferior a 2.200 decitex	2%	8.400 toneladas	Até 23/07/2019	24/07/2018	48/2018 e 67/2018

SECRETARIA DE GOVERNO

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a posse do Conselho Estadual de Juventude do Maranhão - CEJOVEM, e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE, em sua 47ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2018, no Espaço Israel Pinheiro, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n. 9.024, de 5 de abril de 2017;

Considerando a autonomia e a missão institucional do CONJUVE, prevista no art. 45, caput, da Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o papel de controle social exercido Conselho Nacional de Juventude;

Considerando a legislação estadual vigente, notadamente no que se refere à criação e o funcionamento do Conselho Estadual de Juventude do Maranhão, resolve:

Art. 1º - Requerer do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão que, em atendimento ao projeto "Conselhos em Rede" do CONJUVE, dê cumprimento à legislação vigente do Estado do Maranhão, para garantir a legítima e urgente posse do Conselho Estadual de Juventude - CEJOVEM, seguindo as diretrizes da Lei nº 8.467/07, que criou o referido Conselho.

Art. 2º - Instituir grupo de trabalho para acompanhar, diligenciar e representar o CONJUVE na defesa e promoção da participação da juventude local, principalmente da sociedade civil.

Art. 3º - O referido colegiado é composto pelos conselheiros(as) da bancada do Estado do Maranhão, pela Comissão Permanente de Articulação e Diálogo do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nacional de Juventude, podendo os(as) demais conselheiros(as) nacionais de juventude participarem do grupo.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO

Presidente do Conselho Nacional de Juventude

Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Comissão de Ética, Legislação e Normas do CONJUVE e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, em sua quadragésima sétima reunião ordinária, realizada nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2018, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n° 9.024, de 5 de abril de 2017;

Considerando a autonomia e a missão institucional do Conselho Nacional de Juventude, prevista no art. 45, *caput*, da Lei n° 12.852, de 05 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos para avaliação de infrações éticas pelos membros do CONJUVE;

Considerando a importância de garantir o assessoramento aos conselheiros no processo de confecção de projetos de lei e normas internas; resolve:

CAPÍTULO I
DA COMISSÃO ESPECIAL DE ÉTICA, LEGISLAÇÃO E NORMAS

Art. 1° - A Comissão de Ética, Legislação e Normas - CLN é órgão deliberativo e consultivo, destinado a apurar e decidir sobre infrações éticas dos conselheiros e prestar assessoramento aos mesmos na produção de leis e normas de interesse do CONJUVE.

§ 1º - O colegiado de que trata o *caput* será composto por 7 (sete) membros titulares do CONJUVE, que não poderão integrar a Mesa Diretora ou qualquer outra comissão temática, permanente ou especial, exceto grupo de trabalho.

§ 2º - O Presidente e o Secretário da CLN serão eleitos pelos seus pares.

§ 3º - O Presidente da Comissão de Ética, Legislação e Normas manifestará voto apenas nas hipóteses de empate.

Art. 2º As infrações éticas estão disciplinadas no art. 11 do Decreto n° 9.024 de 5 de Abril de 2017, no Regimento Interno do CONJUVE e nas resoluções aprovadas em pleno.

Art. 3º - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Secretário-geral da CLN. Persistindo a ausência ou impedimento, o Presidente da CLN indicará, dentre os membros do colegiado, um Presidente *ad hoc*.

Art. 4° - Qualquer membro da CLN poderá, de ofício, declarar seu impedimento na apreciação de qualquer fato específico levado ao conhecimento da CLN, caso entenda que sua permanência poderá prejudicar a apuração dos acontecimentos.

§ 1º - Ocorrendo o mencionado no caput deste artigo, o Presidente da CLN indicará novo conselheiro para apreciar, exclusivamente, a matéria que deu causa ao impedimento.

§ 2º - Caso não haja o afastamento voluntário previsto no caput, poderá a CLN, em votação aberta, afastar o membro envolvido.

Art. 5º - A arguição para instauração de processo administrativo será feita perante o Presidente do CONJUVE, para efeitos de protocolo, e em seguida, encaminhada ao Presidente da Comissão de Ética, Legislação e Normas.

Art. 6° - As infrações que resultem na restituição de valores referentes a diárias e passagens, em advertências ou afins, serão analisadas pela CLN e remetidas à Mesa Diretora, para decisão final.

Parágrafo único - As infrações cometidas pelos conselheiros que resultem na perda de mandato serão apreciadas pela Comissão de Ética, Legislação e Normas, que poderá arquivar o processo administrativo ou remetê-lo ao plenário, para decisão final.

Art. 7° - Em qualquer caso, as penalidades mencionadas no artigo anterior serão aplicadas por decisão fundamentada da maioria absoluta dos membros da Comissão de Ética, Legislação e Normas, resguardada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 8° - Os projetos de lei, em qualquer esfera de governo, além de propostas de normas internas do CONJUVE, devem ser encaminhados à CLN para elaboração de parecer.

§ 1º - Caberá ao Presidente da CLN instituir relatores, dentre os membros da comissão, para auxiliar nos trabalhos internos do colegiado.

§ 2º - O parecer da CLN deverá analisar a juridicidade e apontar outras recomendações pertinentes sobre a proposta de lei ou norma do CONJUVE.

§ 3º - A proposta original de qualquer conselheiro e o parecer deverão ser submetidos ao plenário para deliberação.

Art. 9° - Dá-se à CLN o prazo de 12 (doze) meses para execução e regulamentação de seus trabalhos, a contar da data da aprovação desta resolução.

Art. 10 - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO
Presidente do Conselho Nacional de Juventude
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a eleição e/ou posse dos Conselhos Estaduais de Juventude dos Estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Roraima, São Paulo, Tocantins, e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE, em sua 47 Reunião Ordinária, realizada nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2018, no Espaço Israel Pinheiro, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n. 9.024, de 5 de abril de 2017;

Considerando a autonomia e a missão institucional do CONJUVE, prevista no art. 45, caput, da Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o papel de controle social exercido Conselho Nacional de Juventude;

Considerando a legislação estadual vigente, notadamente no que se refere à criação e o funcionamento do Conselho Estadual de Juventude do Maranhão, resolve:

Art. 1º - Requerer dos Excelentíssimos Senhores Governadores dos Estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Roraima, São Paulo, Tocantins e outros que se faça necessário, em atendimento ao projeto "Conselhos em Rede" do CONJUVE, deem cumprimento às legislações vigentes dos Estados, para garantir a legítima e urgente eleição e/ou posse dos Conselhos Estaduais de Juventude, seguindo as diretrizes das Leis que criaram os referidos Conselhos.

Art. 2º - Instituir grupo de trabalho para acompanhar, diligenciar e representar o CONJUVE na defesa e promoção da participação da juventude local, principalmente da sociedade civil.

Art. 3º - O referido colegiado é composto pelos(as) conselheiros(as) das bancadas dos Estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Roraima, São Paulo, Tocantins e outros que se faça necessário pela Comissão Permanente de Articulação e Diálogo do Conselho Nacional de Juventude, podendo os(as) demais conselheiros(as) nacionais de juventude participarem do grupo.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO
Presidente do Conselho Nacional de Juventude
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cria o Plenário Virtual do Conselho Nacional de Juventude, disciplina seu funcionamento e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, no uso de suas atribuições, faz saber que o Plenário do CONJUVE aprovou, nos termos do art. 8º, VII, do Decreto 9.024, de 5 de abril de 2018, a seguinte Resolução.

Capítulo I
Disposições preliminares

Art. 1º Fica instituído o Plenário Virtual do Conselho Nacional de Juventude (PV-CONJUVE), composto por todos os Conselheiros representantes do Poder Público e da sociedade civil, que funcionará nos termos desta resolução.

Art. 2º As sessões do PV-CONJUVE ocorrerão em ambiente virtual seguro, que fomente a participação de todos os Conselheiros para deliberação e votação dos temas que lhe forem atribuídos, observados os princípios constantes do art. 2º da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude e os seguintes:

I - primazia das deliberações presenciais;

II - participação igualitária e democrática nas discussões e votações;

III - publicidade das discussões e votações;

IV - economia dos recursos públicos;

V - celeridade e eficiência dos resultados.

Capítulo II
Da competência e do funcionamento

Art. 3º Compete ao PV-CONJUVE:

I - deliberar sobre as propostas de emenda ao regimento interno;

II - aprovar o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Nacional de Juventude, bem como suas respectivas pautas;

III - aprovar anualmente o relatório de atividades do Conselho Nacional de Juventude; IV - deliberar e editar resoluções relativas ao exercício das atribuições do Conselho Nacional de Juventude, de caráter urgente;

V - deliberar e aprovar notas públicas sobre o posicionamento do Conselho a respeito de temas urgentes.

§ 1º As matérias constantes dos incisos I e V devem, necessariamente, ter as discussões iniciadas pelo Plenário em reunião presencial, ordinária ou extraordinária.

§ 2º O Plenário presencial do Conselho poderá delegar ao PV-CONJUVE outras competências não previstas neste artigo, em caráter excepcional e temporário, exceto aquelas constantes do art. 8º, incisos II, III e IV, do Decreto nº 9.024, de 5 de abril de 2018.

Art. 4º O PV-CONJUVE tem a seguinte organização:

I - Plataforma de Debates;

II - Plataforma de Votações.

Parágrafo único. O acesso às plataformas é assegurado a todos os Conselheiros, Titulares e Suplentes, mediante uso de identificação pessoal e senha.

Art. 5º A Plataforma de Debates é o ambiente virtual onde as propostas serão apresentadas e discutidas pelos Conselheiros, que poderão sugerir alterações, acréscimos e supressões à redação original, mediante breve resumo de suas razões.

Art. 6º O procedimento de debate virtual observará o seguinte:

I - a iniciativa de proposta deve atender ao disposto no Regimento Interno do CONJUVE, seja em relação ao quórum, legitimidade ou procedimentos exigidos;

II - recebida proposta, à Mesa incumbe disponibiliza-la na plataforma de debates, bem como efetuar o controle dos prazos;

III - disponibilizada a proposta, os Conselheiros serão convidados, por *e-mail*, a se manifestar dentro da plataforma, nos termos do artigo antecedente, observados os prazos seguintes:

a) 24 (vinte e quatro) horas, a contar do envio das notificações, em relação às propostas referenciadas no art. 3º, V, desta Resolução;

b) 5 (cinco) dias úteis, a contar do envio das notificações, nos demais casos.

IV - encerrado o período de discussões, as sugestões serão compiladas e divididas para votação, item a item (dentre as possibilidades de segmentação previstas no art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998), conforme o caso, a depender das colaborações recebidas, nos termos do artigo seguinte, e disponibilizadas à votação pela Mesa em até 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º O Conselheiro contrário ao assunto tratado na proposta também pode manifestar suas razões na plataforma de debates, sem prejuízo de submeter texto diverso e em sentido oposto à apreciação do PV-CONJUVE, nos mesmos moldes desta Resolução.

§ 2º Os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser alterados pela Presidência em caso de necessidade.

Art. 7º Disponibilizadas as propostas na Plataforma de Votação, os Conselheiros Titulares serão habilitados a votar nos seguintes prazos:

I - 24 (vinte e quatro) horas, a contar do envio das notificações, em relação às propostas referenciadas no art. 3º, V, desta Resolução;

II - 5 (cinco) dias úteis, a contar do envio das notificações, nos demais casos.

Parágrafo único**.** Decorrido o prazo estabelecido por este artigo sem o cômputo do voto do Conselheiro Titular, a Mesa Diretora intimará o respectivo Suplente para que o faça, em igual prazo.

Art. 8º A Plataforma de Votações é o ambiente virtual seguro, acessado pelos Conselheiros mediante uso de identificação individual e senha, que possibilite a escolha objetiva da melhor proposta dentre aquelas em análise pelo CONJUVE, e do qual resulte

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a extração de relatório das votações, cujo procedimento é instituído da forma seguinte:

I - a primeira pergunta será relativa à concordância do Conselheiro quanto ao tema em debate, se favorável ou contrário, ou se se abstém;

II - havendo voto contrário ou de abstenção, computar-se-á o voto e declara-se encerrada a participação do votante;

III - em sendo favorável, o sistema direcionará o votante para as telas subsequentes de votação dos demais itens da proposta;

IV - a proposta será votada item a item (art. 6º, IV), até o final, oportunidade em que se apresentará ao votante o texto da proposta original e das propostas de alteração, em itens separados, as quais serão expressamente diferenciadas entre si, devendo o Conselheiro escolher apenas uma;

V - mesmo os itens da proposta que não tenham recebido nenhuma sugestão de alteração serão submetidos à consulta do Plenário Virtual;

VI - toda etapa de votação conterá a opção de abstenção.

§ 1º A aprovação das propostas depende de observância das normas e quóruns mínimos instituídos pelo Regimento Interno do CONJUVE.

§ 2º O sistema de votação não permitirá a reanálise ou a modificação do voto após a conclusão de cada etapa.

§ 3º Será computado apenas um voto por Conselheiro, considerando-se nula qualquer participação subsequente à primeira participação.

Art. 9º Encerrados os prazos estabelecidos no artigo 7º desta Resolução, a Presidência do Conselho irá extrair relatório em PDF do sistema de votação, publicando-o no sítio da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, e proclamando o resultado mediante divulgação da redação final da proposta, se aprovada.

Capítulo III
Disposições finais

Art. 10. À Presidência do CONJUVE incumbe atualizar e manter atualizado o banco de dados das Plataformas de Debates e Votações, incluindo de imediato os Conselheiros recém-empossados, e excluindo aqueles que tenham renunciado ou destituído.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos nos artigos 6º e 7º poderão ser dilatados pela Presidência, em caso de necessidade de maior reflexão sob o tema, desde que não ultrapasse, em qualquer hipótese, a data da reunião presencial mais próxima.

Art. 11. As propostas rejeitadas não poderão ser reapresentadas ao Plenário Virtual, senão na próxima reunião presencial do Conselho.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da sua aprovação.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Comissão Especial de Enfrentamento à Violência contra a Juventude.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, em sua quadragésima sétima reunião ordinária, realizada nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2018, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n° 9.024, de 5 de abril de 2017;

Considerando a autonomia e a missão institucional do Conselho Nacional de Juventude, prevista no art. 45, caput, da Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude;

Considerando o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial - IVJ;

Considerando o Plano Juventude Viva, o Programa Inova Jovem e demais esforços do Governo Federal para combater a violência contra a juventude, em especial, os jovens negros e os socioeconomicamente desfavorecidos, resolve:

CAPÍTULO I
DA COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE

Art. 1º - A Comissão Especial de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude possui as seguintes competências:

I - Assessorar a Comissão de Programas e Políticas e o Conselho Nacional de Juventude na articulação e no desenvolvimento de iniciativas e diretrizes destinados ao enfrentamento da violência contra a juventude brasileira;

II - Acompanhar as ações do Governo Federal, em especial as coordenadas pela Secretaria Nacional de Juventude, voltadas para o combate à violência contra a juventude;

III - Auxiliar a Secretaria Nacional de Juventude no mapeamento de programas e projetos, no âmbito dos estados e municípios, que possam fomentar o compartilhamento de boas práticas e iniciativas entre as unidades da Federação;

IV - Apoiar o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude, no diálogo com a sociedade civil, em especial os movimentos e instituições que atuem no combate à violência contra a juventude.

Art. 2° - A Comissão Especial de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude será composta por até 1/5 dos membros do CONJUVE, na forma do Regimento Interno.

Parágrafo único - O Presidente e o relator da Comissão Especial de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude serão eleitos por seus pares.

Art. 3° - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo relator da comissão. Persistindo a ausência ou impedimento, o Presidente indicará, dentre os membros do colegiado, um Presidente ad hoc.

Art. 4° - Dá-se à Comissão Especial de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude o prazo de 12 (doze) meses para execução de seus trabalhos, a contar da data da aprovação desta resolução.

Art. 5° - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO
Presidente do Conselho Nacional de Juventude
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Comissão Planejamento e Orçamento e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, em sua quadragésima sétima reunião ordinária, realizada nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2018, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n° 9.024, de 5 de abril de 2017;

Considerando a autonomia e a missão institucional do Conselho Nacional de Juventude, prevista no art. 45, caput, da Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude;

Considerando a necessidade de ampliar a transparência e o controle, resultando na otimização dos recursos destinados ao CONJUVE; resolve:

CAPÍTULO I
DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Art. 1° - A Comissão de Planejamento e Orçamento - CPO é o órgão responsável pela elaboração do orçamento participativo do CONJUVE, além de trabalhar na articulação e desenvolvimento de ações e estratégias que permitam otimização de gastos do conselho.

Parágrafo único - Também compete aos membros da comissão auxiliar a Secretaria Nacional de Juventude na ampliação das dotações orçamentárias do CONJUVE.

Art. 2° - A Comissão de Planejamento e Orçamento será composta por até 1/5 dos membros do CONJUVE, sendo 1 (um) representante de cada um dos 11 (onze) grupos de trabalho.

Parágrafo único - O Presidente e o relator da Comissão de Planejamento e Orçamento serão eleitos por seus pares.

Art. 3° - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Relator da CPO. Persistindo a ausência ou impedimento, o Presidente da CPO indicará, dentre os membros do colegiado, um Presidente ad hoc.

Art. 4° - Dá-se à CPO o prazo de 12 (doze) meses para execução de seus trabalhos, a contar da data da aprovação desta resolução.

Art. 5° - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO
Presidente do Conselho Nacional de Juventude
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o processo de emissão de passagens e diárias e guias de recolhimento da união, e dá outras providências.

O PLENÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, em sua quadragésima sétima reunião ordinária, realizada nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2018, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelo Decreto n° 9.024, de 5 de abril de 2017, notadamente em seu art. 11, incisos II e VI;

Considerando a autonomia e a missão institucional do Conselho Nacional de Juventude, prevista no art. 45, *caput*, da Lei n° 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude;

Considerando o Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude, especialmente em seu art. 10, parágrafo único.

Considerando a Portaria n° 505 de 29 de Dezembro de 2009, que trata sobre a emissão de passagens e diárias no âmbito do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, resolve:

CAPÍTULO I
DOS PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE DIÁRIAS
E PASSAGENS

Art. 1° - A mesa diretora deverá encaminhar, por correio eletrônico, para cada membro do CONJUVE - nos casos de reuniões ordinárias - ou para cada membro investido em missão a serviço do CONJUVE, a data limite para emissão de passagens e diárias no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, 7 (sete) dias antes do referido prazo.

Parágrafo único - Havendo pendências na prestação de contas do conselheiro titular, 2 (dois) dias antes do prazo limite previsto no *caput*, a mesa diretora ficará autorizada a convocar, automaticamente, o respectivo suplente.

Art. 2° - As faltas às sessões plenárias ou missões devem ser justificadas em comunicação, por escrito, à Presidência do CONJUVE, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias antes da emissão de passagens e diárias; ou nos 3 (três) dias posteriores à sessão plenária ou missão, em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Art. 3° - É obrigatória a apresentação de prestação de contas, cabendo ao conselheiro encaminhar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do retorno da viagem, original ou segunda via dos canhotos dos cartões de embarque, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do check-in via internet, bilhetes, ou a declaração fornecida pela empresa de transporte, e relatório da viagem.

Art. 4° - A ausência imotivada em 2 (duas) sessões plenárias consecutivas ou 3 (três) alternadas, ou a transgressão do prazo descrito no artigo anterior, em 3 (três) oportunidades, resultará na perda do mandato do conselheiro.

Parágrafo único - Aplica-se a penalidade prevista no *caput*, na hipótese de ausência imotivada em 2 (duas) missões consecutivas a serviço do CONJUVE ou 3 (três) alternadas.

CAPÍTULO II
DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU

Art. 5° - As Guias de Recolhimento da União são aplicáveis sempre que houver prejuízo ao erário público, em decorrência de faltas ou ausências que resultem no descumprimento, pelos conselheiros, das agendas, programações e missões oficiais do CONJUVE.

Parágrafo único - Caracteriza-se como falta a ausência injustificada do conselheiro em qualquer das agendas que compõem a programação oficial do CONJUVE.

Art. 6° - Os conselheiros terão até 7 (sete) dias para apresentação de justificativa e documentos comprobatórios ao órgão competente do CONJUVE, que deverá analisar e decidir sobre a emissão da GRU, para restituição de valores aos cofres públicos.

Art. 7° - Fica resguardada a ampla defesa e o contraditório, através de procedimento administrativo, em qualquer falta prevista nesta resolução, perante o órgão responsável do CONJUVE, na forma da legislação e normas vigentes.

Art. 8° - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

KILVIA CRISTINA TEIXEIRA CARNEIRO
Presidente do Conselho Nacional de Juventude
Em exercício

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 77, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

1. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n°4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da formulação do Dizone, registro n° 19707, conforme processo n° 21000.039387/2017-11.

2.. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Isagro (Asia) Agrochemicals Pvt. Ltd. 640, G.I.D.C. Panoli, Dist. Bharuch 394116 Gujarat - Índia, no produto Benalaxyl Técnico FMC, registro nº 14707, conforme processo nº 21000.013535/2017-77.

3. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chimac S.A. para Chimac SprL - Rue de Renory 26/2 - B 4102 Ougrée - Bélgica, permanecendo o mesmo endereço, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.036517/2018-44.

4. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da razão social da empresa Chimac SprL para Arysta LifeScience Ougrée Production SprL - Rue de Renory 26/2 - B 4102 Ougrée - Bélgica, permanecendo o mesmo endereço, esta alteração contempla os registros dos produtos onde esta conste como fabricante e/ou formulador, conforme processo nº 21000.036517/2018-44.

5. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Taffeta HS, registro nº 27917, para a marca comercial Siena, conforme o processo n º 21000.036128/2018-19.

6. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Jupi, registro nº 9011, para a marca comercial Sanson 40 SC, conforme o processo n º 21000.036078/2018-70.

7. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto Rustler, registro nº 5301, da classe toxicológica - III Medianamente Tóxico para a classe - I Extremamente Tóxico, conforme processo nº 21000.034728/2018-42.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 16 de junho de 2014, no produto Timorex Gold, registro nº 22116, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão de culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI) - Abacate, Abóbora, Abobrinha, Alho, Aveia, Batata Doce, Berinjela, Caju, Caqui, Centeio, Cevada, Chuchu, Couve, Couve Chinesa, Couve-de Bruxela, Couve-Flor, Figo, Goiaba, Mamão, Manga, Pepino, Pêssego, Pimenta, Pimentão, Quiabo, Repolho e Triticale; conforme processo nº 21000.012587/2018-15.

9. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 16 de junho de 2014, no produto Voraz registro nº 010915, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão de culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente (CSFI) - Aveia, Centeio, Cevada e Triticale, cultura representativa do subgrupo 7B - Trigo, conforme processo nº 21000.046178/2017-23.

10. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto Radar, registro nº 1401, da classe toxicológica - III Medianamente Tóxico para a classe - I Extremamente Tóxico, conforme processo nº 21000.034726/2018-53.

11. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda - CNPJ 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Simatop Rainbow registro nº 23118, conforme processo nº 21000.036655/2018-23.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Servatis S.A. - Resende/RJ no produto Tilt, registro nº 3058395, conforme o processo nº 21000.036889/2018-71.

13. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Bimetron, registro nº 1606, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.036900/2018-01.

14. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Gillanex, registro nº 2804, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.036901/2018-47.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - CNPJ 07.057.944/0001-44 - Piracicaba/SP a importar o produto 2,4-D Técnico RB -BRA, registro nº 15212, uma vez que a mesma consta como formuladora dos produtos Lavra, Verlon, Pampa, Facca e Grant; conforme processo nº 21000.036743/2018-25.

16. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos pleitos de registro dos produtos Azoxistrobin Técnico YNG, processo nº 21000.002971/2013-97; Ciproconazole Técnico CT, processo nº 21000.002743/2015-89; Dicamba Técnico DT, processo nº 21000.006541/2016-97; Epoxiconazole Técnico ET, processo nº 21000.001919/2015-85; Piraclostrobin Técnico PT, processo n° 21000.013654/2016-49; Spirodiclofen Técnico ST, processo nº 21000.006862/2014-20; Tiametoxam Técnico YNG, processo nº 21000.003443/2013-55; Trifloxistrobin Técnico YNG, processo nº 21000.008257/2013-11; Azoxystrobin 250 SC Yonon, processo nº 21000.007386/2016-26; Azoxy Yonon, processo nº 21000.023228/2016-13; Fipronil 800 WG Yonon, processo nº 21000.03330/2016-04; Pyraclostrobin 250 EC Yonon, processo nº 21000.002971/2013-97; da empresa Biorisk - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - sito à Avenida Queiroz Filho 1700-Torre E - Conj. 810, CEP: 05319-000 - São Paulo/SP, para a empresa Yonon Biociências e Defensivos Agrícolas Ltda. - sito à Avenida Nova Cantareira 1005 - Aptº 6 - Tucuruvi - CEP: 02331-001 - São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.036767/2018-84.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Glifosato Técnico GHA, registro nº 14616, no produto formulado Gliforte, registro nº 8514, conforme processo nº 21000.045113/2017-61.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Ballvéria, registro nº 7312, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Coccus viridis* em qualquer cultura que o alvo ocorra, conforme processo nº 21000.004905/2018-66.

19. Tornar sem efeito o item 32 do Ato n° 7, de 22 de de fevereiro de 2018, publicado na seção 1 do DOU em 26 de fevereiro de 2018.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 20 agosto de 2018, em Ato nº 68, Seção 1, item 21, página 5, onde se lê: ... d - fabricante - Youth Chamical Co. Ltd, leia-se: ... d -fabricante Youth Chemical Co. Ltd.

No DOU de 20 de agosto de 2018, em Ato nº 68, Seção 1, item 21, página 5, onde se lê: ... d. Fabricante do produto técnico(Fluazinam Técnico Rotam): Nome: Youth Chamical Co. Ltd. - Endereço: 3 Dalian Road, Yangzhou Chemical Industry Park, 211402 Yizheng, Jiangsu - China. Formuladores: Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Avenida Roberto Simonsem, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia, São Paulo/SP - CEP: 13148-030; Nome: Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 50.025.469/0004-04 - Endereço: Rua Bonifácio Rosso Ros, 260, Cruz Alta, Indaiatuba, São Paulo/SP - CEP: 13348-790; leia-se: ... d. Fabricante do produto técnico(Fluazinam Técnico Rotam): Nome: Youth Chamical Co. Ltd. - Endereço: 3 Dalian Road, Yangzhou Chemical Industry Park, 211402 Yizheng, Jiangsu - China. Formulador: Nome: Jiangsu Rotam Chemistry Co. Ltd. - Endereço: Nº 88 Rotam Road, ETDZ Kunshan Jiangsu - China. Manipuladores: Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Avenida Roberto Simonsem, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia, São Paulo/SP - CEP: 13148-030; e Nome: Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 50.025.469/0004-04 - Endereço: Rua Bonifácio Rosso Ros, 260, Cruz Alta, Indaiatuba, São Paulo/SP - CEP: 13348-790.

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos das Portaria de números 140, 144, 145, 146 e 147 de 20 de julho de 2018, publicadas no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja, ano-safra 2018/2019, para os Estados do Mato Grosso, Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins, respectivamente. No item 4. CULTIVARES INDICADAS, alterar cultivares, conforme abaixo especificado:

PORTARIA N° 140 - MATO-GROSSO
Onde se lê:
Macrorregião 4
GRUPO III
DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y01IPRO.
Leia-se
Macrorregião 4
GRUPO II
DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y01IPRO.
PORTARIA N° 145 - PIAUÍ
Onde se lê:
Macrorregião 5
GRUPO II
DU PONT DO BRASIL S.A.: BG4786;
EMBRAPA SOJA: BRS 8280RR;
GDM GENETICA DO BRASIL: 81I84RSF IPRO, 81I81RSF IPRO, 82I78RSF IPRO, 82MS00 IPRO e 81HO110 IPRO;
MONSOY LTDA 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS 8290, NS 8270, NS 8393, NS 8490, NS 8693, NS8383RR e AN 8572;
SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN 16861 IPRO;
Leia-se:
Macrorregião 5
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: BG4786;
EMBRAPA SOJA: BRS 8280RR;
GDM GENETICA DO BRASIL: 81I84RSF IPRO, 81I81RSF IPRO, 82I78RSF IPRO, 82MS00 IPRO e 81HO110 IPRO;
MONSOY LTDA 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS 8290, NS 8270, NS 8393, NS 8490, NS 8693, NS8383RR e AN 8572;
SYNGENTA SEEDS LTDA: SYN 16861 IPRO.
PORTARIA N° 144 - MARANHÃO
Onde se lê:
Macrorregião 5
GRUPO II
MONSOY LTDA: 8688IPRO, 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8475IPRO, 8476IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO.
Leia-se:
Macrorregião 5
GRUPO I
MONSOY LTDA: 8688IPRO, 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8475IPRO, 8476IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO;
PORTARIA N° 146 - PARÁ
Onde se lê:
Macrorregião 5
GRUPO II
MONSOY LTDA: 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8475IPRO, 8476IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO.
Leia-se:
Macrorregião 5
GRUPO I
MONSOY LTDA: 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8475IPRO, 8476IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO.
PORTARIA N° 147 -TOCANTINS
Onde se lê:
Macrorregião 5
GRUPO II
MONSOY LTDA: 8688IPRO, 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8475IPRO, 8476IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO.
Leia-se:
Macrorregião 5
GRUPO I
MONSOY LTDA: 8688IPRO, 8162IPRO, 8237IPRO, 8334IPRO, 8361IPRO, 8376IPRO, 8494IPRO, 8475IPRO, 8476IPRO, 8517IPRO e 8639IPRO.

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria de número 155, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2018, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja, ano-safra 2018/2019, para o Estado de Santa Catarina, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir cultivares, conforme abaixo especificado:

Macrorregião 1
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2570RR;
GRUPO II
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos das Portarias de números 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, de 20 de julho de 2018, publicadas no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja, ano-safra 2018/2019, para o Distrito Federal e os Estados do Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Paraná no item 4. CULTIVARES INDICADAS, alterar cultivares, conforme abaixo especificado:

PORTARIA Nº 137 - DISTRITO FEDERAL
Macrorregião 3
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3185 IPRO, FTR 3191 IPRO
MONSOY LTDA: NS8338IPRO, 48B32IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO, NS8383RR
PORTARIA Nº 138 - GOIÁS
Macrorregião 3
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3185 IPRO, FTR 3191 IPRO
MONSOY LTDA: NS8338IPRO, 48B32IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
Macrorregião 4
GRUPO I
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
PORTARIA Nº 139 - MATO GROSSO DO SUL
Macrorregião 2
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: 96R20IPRO, 96R10IPRO, 95R30IPRO, 95Y02IPRO C2570RR;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO, NS7007IPRO
Macrorregião 3
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: 97R50IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO,
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3185 IPRO, FTR 3191 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO, NS8383RR
PORTARIA Nº 140 - MATO GROSSO
Macrorregião 4
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO,
GRUPO II
DU PONT DO BRASIL S.A.: 98R35IPRO e C2830IPRO
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO III
DU PONT DO BRASIL S.A.: B5860IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO.
PORTARIA Nº 141 - MINAS GERAIS
Macrorregião 3
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3185 IPRO, FTR 3191 IPRO
MONSOY LTDA: NS8338IPRO, 8B32IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO, NS8383RR
PORTARIA Nº 142 - SÃO PAULO
Macrorregião 1
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: 96R20IPRO, 96R10IPRO, 95R30IPRO, 95Y02IPRO e C2570RR;
GRUPO II
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO
Macrorregião 2
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: 96R20IPRO, 96R10IPRO, 95R30IPRO, 95Y02IPRO e C2570RR;
NIDERA NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO, NS7007IPRO
Macrorregião 3
GRUPO I
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3185 IPRO, FTR 3191 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO, NS8383RR
PORTARIA Nº 143 - BAHIA
Macrorregião 4
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
Macrorregião 5
GRUPO I
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
PORTARIA Nº 144 - MARANHÃO
Macrorregião 5
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
PORTARIA Nº 145 - PIAUÍ
Macrorregião 5
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
PORTARIA Nº 146- PARÁ
Macrorregião 5
GRUPO I
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
PORTARIA Nº 147 - TOCANTINS
Macrorregião 4
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
Macrorregião 5
GRUPO I
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
PORTARIA Nº 148- ACRE
Macrorregião 4
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS7300IPRO
GRUPO II
DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y01IPRO e C2830IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO e FTR 4181 IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO.
GRUPO III
DU PONT DO BRASIL S.A.: B5860IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO;
MONSOY LTDA: M8644IPRO.
PORTARIA Nº 150 - RONDÔNIA
Macrorregião 4
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2618IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS7300IPRO
GRUPO II
DU PONT DO BRASIL S.A.: 98Y01IPRO e C2830IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI831615IPRO
GRUPO III
DU PONT DO BRASIL S.A.: B5860IPRO;
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPROMONSOY LTDA: M8644IPRO
PORTARIA Nº 151 - RORAIMA
GRUPO II
FTS SEMENTES S/A: FTR 3179 IPRO, FTR 3185 IPRO, FTR 4181 IPRO
GRUPO III
FTS SEMENTES S/A: FTR 3191 IPRO
PORTARIA Nº 152 - PARANÁ
Macrorregião 1
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: 96R20IPRO, 96R10IPRO, 95R30IPRO, 95Y02IPRO e C2570RR;
TMG TROPICAL MELHORAMENTO E GENETICA LTDA.: 5D634RR.
GRUPO II
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO
Macrorregião 2
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: 96R20IPRO, 96R10IPRO, 95R30IPRO, 95Y02IPRO e C2570RR;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO, NS7007IPRO

RETIFICAÇÃO

Nos Anexos das Portarias de números 137, 139, 141, 142 e 152, de 20 de julho de 2018, publicadas no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2018, que aprovaram o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja, ano-safra 2018/2019, para o Distrito Federal e os Estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná no item 4. CULTIVARES INDICADAS, excluir as cultivares conforme abaixo especificado.
PORTARIA N°137 - DISTRITO FEDERAL
Macrorregião 4
GRUPO I
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 690S RR.
PORTARIA N°139 - MATO GROSSO DO SUL
Macrorregião 4
GRUPO I
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, GNZ 690S RR, SRM5944, SRM6256, GNZ 1675 RR, GNZ 1774 RR, GNZ 1674 RR, RM 5885, GNZ 550S RR, SRM 4602, SRM 5200 e SRM 5951.
PORTARIA N°141 - MINAS GERAIS
Macrorregião 4
GRUPO I
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, GNZ 690S RR, SRM6256, RM 5885, GNZ 1674 RR e GNZ 1675 RR.
PORTARIA N°142 - SÃO PAULO
Macrorregião 4
GRUPO I
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, GNZ 690S RR, SRM6256, SRM5944, GNZ 1675 RR, GNZ 1774 RR, RM 5885, GNZ 1674 RR, GNZ 550S RR, SRM 4602, SRM 5200 e SRM 5951.
PORTARIA N°152- PARANÁ
Macrorregião 4
GRUPO I
GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 660S RR, SRM6256, SRM5944, GNZ 1675 RR, GNZ 1774 RR, GNZ 1674 RR, RM 5885, GNZ 550S RR, SRM 4602, SRM 5200 e SRM 5951.

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria de número 154, de 25 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2018, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da soja, ano-safra 2018/2019, para o Estado do Rio Grande do Sul, no item 4. CULTIVARES INDICADAS, incluir cultivares, conforme abaixo especificado:
Macrorregião 1
GRUPO I
DU PONT DO BRASIL S.A.: C2570RR;
HO SEMENTES LTDA: 57HO121 SC RR, 58HO124 EP RR, HS 61103 e HS 63126;
MONSOY LTDA: 6051IPRO;
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: NS 5160 IPRO.
GRUPO II
NIDERA SEEDS BRASIL LTDA: XI590903IPRO.
GRUPO III
BAYER S/A: TEC 7849IPRO.

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 615-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PENÁPOLIS, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO ANTONIO BARBARÁ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezessete), no município de CIANORTE, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.002750/2018-74 e da Nota Técnica nº 1968/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 674-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de LINS, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 39 (trinta e oito), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO ANTÔNIO BARBARÁ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezessete), no município de CIANORTE, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.002586/2018-03 e da Nota Técnica nº 2563/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.839-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BEBEDOURO, estado de São Paulo, por meio do canal 22 (vinte e dois),visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.002262/2018-67 e da Nota Técnica nº 5475/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.264-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Ubá, estado de Minas Gerais, por meio do canal 39 (trinta e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.021404/2018-95 e da Nota Técnica nº 18577/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.265-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Araçuaí, estado de Minas Gerais, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.025128/2017-53 e da Nota Técnica nº 18486/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.299-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV OESTE DO PARANA LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Boa Vista da Aparecida (Distrito de Marinas), estado do Paraná, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.021541/2018-20 e da Nota Técnica nº 18727/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.302-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.036367/2018-10, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Araraquara, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Novo Horizonte, estado de São Paulo, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.303-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017 e, considerando o que consta do Processo nº 01250.035767/2018-16, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV RECORD DE RIO PRETO S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Novo Horizonte, estado de São Paulo, por meio do canal 49 (quarenta e nove) , visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.304-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.036921/2018-69, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Curitiba, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.341-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar LEITE & LIRIO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ALTO TAQUARI, estado do MATO GROSSO, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TV ÔMEGA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 29 (vinte e nove), no município de SÃO PAULO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.023455/2016-91 e da Nota Técnica nº 18585/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 4.342-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV PONTA NEGRA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de AÇU, estado do RIO GRANDE DO NORTE, por meio do canal 36 (trinta e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.042316/2016-67 e da Nota Técnica nº 18293/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.364-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BONFIM, estado de RORAIMA, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033057/2018-43 e da Nota Técnica nº 18776/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.365-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.025314/2017-92 e da Nota Técnica nº 19126/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.373-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Careiro, estado do Amazonas, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033060/2018-67 e da Nota Técnica nº 18816/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.382-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar OSEA - O SENHOR ESTA AQUI LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CACOAL, estado de RONDÔNIA, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 30 (trinta), no município de IPANEMA, estado de MINAS GERAIS, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.024190/2017-28 e da Nota Técnica nº 17467/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.383-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar PRORAD PROJETOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de JUAZEIRO DO NORTE, estado do CEARÁ, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos sinais gerados pelo SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionário do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 22 (vinte e dois), no município de GOIÂNIA, estado de GOIÁS, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.050908/2018-12 e da Nota Técnica nº 19211/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.384-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TIMBURI, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 31 (trinta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033624/2018-61 e da Nota Técnica nº 17814/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.385-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO PAULO DE OLIVENÇA, estado do AMAZONAS, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033078/2018-69 e da Nota Técnica nº 19100/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.386-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MACHADINHO D'OESTE, estado de RONDÔNIA, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033066/2018-34 e da Nota Técnica nº 19137/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.387-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SERRA AZUL LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de JUAZEIRO DO NORTE, estado do CEARÁ, por meio do canal 42 (quarenta e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.044905/2018-40 e da Nota Técnica nº 19004/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.406-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO RANCHARIENSE a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de JUAZEIRO DO NORTE, estado do CEARÁ, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando a retransmissão dos sinais gerados pela RBN REDE BRASIL NORTE E TELEVISÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 28 (vinte e oito), no município de PORTO VELHO estado de RONDÔNIA, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.046377/2018-63 e da Nota Técnica nº 19296/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.407-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar PRORAD PROJETOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CARIRIAÇU, estado do Ceará, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando a retransmissão dos sinais gerados pelo Sistema Lageado de Comunicações Ltda., concessionário do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 22 (vinte e dois), no município de Goiânia, estado de Goiás, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.050098/2018-02 e da Nota Técnica nº 19339/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 4.409-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar CANAL BRASILEIRO DA INFORMAÇÃO CBI LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de JUAZEIRO DO NORTE, estado do CEARÁ, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.019715/2018-94 e da Nota Técnica nº 19354/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.418-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar PRORAD PROJETOS DE RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MISSÃO VELHA, estado do CEARÁ, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos sinais gerados pelo SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionário do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 22 (vinte e dois), no município de GOIÂNIA, estado de GOIÁS, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.051716/2018-23 e da Nota Técnica nº 19432/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.419-SEI, DE 28 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar ROUTE DO BRASIL COMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Crato, estado do Ceará, por meio do canal 40 (quarenta), visando a retransmissão dos sinais gerados pela RÁDIO E TV ARAUCÁRIA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 21 (vinte e um), no município de LAGES, estado de SANTA CATARINA, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.050781/2018-31 e da Nota Técnica nº 19436/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.472-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de AUTAZES, estado do AMAZÔNAS, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033055/2018-54 e da Nota Técnica nº 18795/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.473-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PIMENTA BUENO, estado de RONDÔNIA, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033073/2018-36 e da Nota Técnica nº 18799/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.475-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.036983/2018-71, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Paraibuna, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.476-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.038222/2018-53, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Pedro de Toledo, estado de São Paulo, por meio do canal 33 (trinta e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.477-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.037057/2018-12, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV ÔMEGA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Paranapanema (Holambra II), estado de São Paulo, por meio do canal 49 (quarenta e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.478-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.038623/2018-11, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piraju, estado de São Paulo, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.479-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.038587/2018-88, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piraju, estado de São Paulo, por meio do canal 18 (dezoito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.480-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.037150/2018-27, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piracaia, estado de São Paulo, por meio do canal 21 (vinte e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.482-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Turiúba, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049458/2018-15 e da Nota Técnica nº 19492/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.484-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BENJAMIN CONSTANT, estado do AMAZONAS, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033056/2018-07 e da Nota Técnica nº 19014/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.526-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Mira Estrela, estado de São Paulo, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049454/2018-37 e da Nota Técnica nº 19581/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.527-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SERRA AZUL LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MOSSORÓ, estado do RIO GRANDE DO NORTE, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033389/2018-28 e da Nota Técnica nº 19667/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.528-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar AMAZÔNIA CABO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de RIO PRETO DA EVA, estado do AMAZONAS, por meio do canal 21 (vinte e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033075/2018-25 e da Nota Técnica nº 19606/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.529-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de GASTÃO VIDIGAL, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049456/2018-26 e da Nota Técnica nº 19879/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.530-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Monções, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049457/2018-71 e da Nota Técnica nº 19754/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.531-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de QUINTA DO SOL, estado do PARANÁ, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre. por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.048780/2018-27 e da Nota Técnica nº 19747/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.532-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BARBOSA FERRAZ, estado do PARANÁ, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.048791/2018-15 e da Nota Técnica nº 19467/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.533-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de OUROESTE, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049455/2018-81 e da Nota Técnica nº 19635/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.549-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.043226/2018-53, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Angatuba, estado de São Paulo, por meio do canal 17 (dezessete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.550-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 01250.001060/2018-06, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005,à SICOM - SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Uberaba, estado de Minas Gerais, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, no município de Água Comprida, estado de Minas Gerais, por meio do canal 31 (trinta e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.582-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV GUAJARÁ TOMÉ-AÇU LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TOMÉ-AÇU (DISTRITO DE QUATRO BOCAS), estado do Pará, por meio do canal 46 (quarenta e seis), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TVSBT Canal 05 de Belém S/A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 26 (vinte e seis), no município de Belém, estado do Pará, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.037227/2018-69 e da Nota Técnica nº 20176/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.588-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048218/2018-01, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Divinolândia, estado de São Paulo, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.589-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048015/2018-15, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Caconde, estado de São Paulo, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.590-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.045726/2018-20, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV RECORD DE RIO PRETO S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Cardoso, estado de São Paulo, por meio do canal 44 (quarenta e quatro), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.591-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.045649/2018-16, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S/A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SÃO PAULO, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de CAPÃO BONITO, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 17 (dezessete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.592-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048003/2018-82, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Caconde, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.593-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.060698/2017-90, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 27(vinte e sete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.594-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.024744/2018-78, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campo, estado de São Paulo, por meio do canal 20 (vinte), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.595-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.044501/2018-56, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Barra Bonita, estado de São Paulo, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.596-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.042855/2018-66, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Bariri, estado de São Paulo, por meio do canal 18 (dezoito) , visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.597-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.044506/2018-89, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV IMPERADOR LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Franca, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Brotas, estado de São Paulo, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.599-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078402/2017-97, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Itapetininga, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Bernardino de Campos, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.600-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.041830/2018-45, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Borborema, estado de São Paulo, por meio do canal 17 (dezessete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.601-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078396/2017-78, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Itapetininga, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Buri, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.602-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.042310/2018-50, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Caconde, estado de São Paulo, por meio do canal 16 (dezesseis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.603-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048305/2018-51, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005,à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Dourado, estado de São Paulo, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.604-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 53900.058590/2015-77, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TV IMPERADOR LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Franca, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Casa Branca, estado de São Paulo, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.605-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕESObservado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.044592/2018-20, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SÃO PAULO, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de BOA ESPERANÇA DO SUL, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.625-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048410/2018-90, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Eldorado, estado de São Paulo, por meio do canal 28 (vinte e oito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.626-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.060354/2017-81, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Itapetininga, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Guareí, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.627-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.047295/2018-36 , resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Gália, estado de São Paulo, por meio do canal 18 (dezoito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.628-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.047297/2018-25, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Iacanga, estado de São Paulo, por meio do canal 17 (dezessete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.629-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar NORDESTE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TERRA ALTA, estado do PARÁ, por meio do canal 29 (vinte e nove),, visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16E (dezesseis,educativo), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.001648/2016-90 e da Nota Técnica nº 17166/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.630-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048775/2018-14, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Gália, estado de São Paulo, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.631-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SERRA AZUL LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PICOS, estado do PIAUÍ, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033392/2018-41 e da Nota Técnica nº 18672/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.642-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO MINAS GERAIS a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POUSO ALEGRE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 46 (quarenta e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.023461/2018-17 e da Nota Técnica nº 19735/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.643-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LIMITADA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de RIO BOM, estado do PARANÁ, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.048783/2018-61 e da Nota Técnica nº 20063/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.644-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de VALENTIM GENTIL, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049466/2018-61 e da Nota Técnica nº 19978/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.645-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de UCHÔA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049449/2018-24 e da Nota Técnica nº 19766/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.646-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de INDIAPORÃ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049450/2018-59 e da Nota Técnica nº 19876/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.647-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MARINÓPOLIS, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049447/2018-35 e da Nota Técnica nº 19902/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.648-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de NOVAIS, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049448/2018-80 e da Nota Técnica nº 19914/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.649-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de IBIRÁ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049444/2018-00 e da Nota Técnica nº 19852/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.650-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de OCAUÇU, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049476/2018-05 e da Nota Técnica nº 19898/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.651-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CAMPOS NOVOS PAULISTA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049475/2018-52 e da Nota Técnica nº 20035/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.652-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.045326/2018-14, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Iguape, estado de São Paulo, por meio do canal 14 (catorze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 4.855-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PARISI, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049462/2018-83 e da Nota Técnica nº 20328/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.684-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048487/2018-60, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itaí, estado de São Paulo, por meio do canal 17 (dezessete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.688-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CAPIXABA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITAGUAÇU, estado do ESPIRITO SANTO, por meio do canal 16 (dezesseis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.042166/2018-51 e da Nota Técnica nº 18648/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.689-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CATIGUÁ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 19 (dezenove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049443/2018-57 e da Nota Técnica nº 20104/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.690-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de UBIRAJARA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049480/2018-65 e da Nota Técnica nº 20265/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.691-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CRICIÚMA, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 17 (dezessete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.026726/2018-21 e da Nota Técnica nº 20341/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.720-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI - TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CRICIÚMA, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.044895/2018-42 e da Nota Técnica nº 20368/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.722-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de TUPÃ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033405/2018-82 e da Nota Técnica nº 20491/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.723-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SERRA AZUL LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de CARUARU, estado de PERNAMBUCO, por meio do canal 40 (quarenta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.033378/2018-48 e da Nota Técnica nº 20425/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.728-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TV IMPRENSA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO FÉLIX DO XINGU, estado do PARÁ, por meio do canal 14 (quatorze),visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16E (dezesseis), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.043768/2018-26 e da Nota Técnica nº 20681/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.765-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.041864/2018-30, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itirapina, estado de São Paulo, por meio do canal 18 (dezoito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.766-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.078399/2017-10, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Itapetininga, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itaberá, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.767-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048784/2018-13, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SÃO PAULO, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de ITIRAPINA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.768-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.047847/2018-14, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a FUNDAÇÃO SÉCULO VINTE E UM, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de CAMPINAS, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de JAÚ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.769-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.047836/2018-26, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RADIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Jaú, estado de São Paulo, por meio do canal 45 (quarenta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.773-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TV IMPRENSA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PARAGOMINAS, estado do PARÁ, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16 (dezesseis), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.043736/2018-21 e da Nota Técnica nº 20678/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.820-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV METROPOLITANA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BREU BRANCO, estado do PARÁ, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos sinais gerados pela REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 27 (vinte e sete), no município de SÃO JOSÉ DO RIBAMAR, estado do MARANHÃO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.041974/2018-00 e da Nota Técnica nº 20811/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.852-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.038459/2018-34, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à EMPRESA PAULISTA DE TELEVISÃO S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Pinhalzinho, estado de São Paulo, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.954-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.052849/2018-17, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Miguel Pereira, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 15 (quinze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.856-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PEDRANÓPOLIS,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049463/2018-28 e da Nota Técnica nº 20484/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.857-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SEBASTIANÓPOLIS DO SUL, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049464/2018-72 e da Nota Técnica nº 20473/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.877-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TELEVISÃO TAUBATÉ LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ARAPEI, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.044382/2018-31 e da Nota Técnica nº 20475/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.888-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de POUSO ALEGRE, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 50 (cinquenta), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO ANTÔNIO BARBARÁ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 44 (quarenta e quatro), no município de CIANORTE, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.017192/2018-41 e da Nota Técnica nº 20771/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.889-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO FENIX LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITAJAÍ, estado de SANTA CATARINA, por meio do canal 20 (vinte), visando a retransmissão dos sinais gerados pela TVCI TV - COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 15 (quinze), no município de PARANAGUÁ, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.026259/2018-39 e da Nota Técnica nº 20590/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.890-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MESÓPOLIS, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 22 (vinte e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049453/2018-92 e da Nota Técnica nº 20808/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.892-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.049291/2018-92, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV RECORD DE RIO PRETO S/A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Mirandópolis, estado de São Paulo, por meio do canal 49 (quarenta e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.893-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.049417/2018-29, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SÃO PAULO, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de MONTE ALEGRE DO SUL, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 46 (quarenta e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.895-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.041831/2018-90, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Macatuba, estado de São Paulo, por meio do canal 17 (dezessete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.896-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.042881/2018-94, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO TAUBATÉ LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Taubaté, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Lagoinha, estado de São Paulo, por meio do canal 23 (vinte e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.902-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PARNAÍBA, estado do PIAUÍ, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.053781/2018-93 e da Nota Técnica nº 21022/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 4.903-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PLATINA, estado de São Paulo, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049479/2018-31 e da Nota Técnica nº 20671/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.904-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de OSCAR BRESSANE, estado de São Paulo, por meio do canal 33 (trinta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049477/2018-41 e da Nota Técnica nº 20636/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.934-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FARIA & CARVALHO COMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de ITAPORÃ, estado do MATO GROSSO DO SUL, por meio do canal 24 (vinte e quatro), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16 (dezesseis), no município de IVAIPORÃ, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.035541/2018-15 e da Nota Técnica nº 20834/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.935-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO SÃO GONÇALO FM LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SANTA INÊS, estado do MARANHÃO, por meio do canal 47 (quarenta e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pelo SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÕES LTDA, concessionário do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 22 (vinte e dois), no município de GOIÂNIA, estado de GOIÁS, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.043809/2018-84 e da Nota Técnica nº 21071/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.936-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO RANCHARIENSE a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, estado de PERNAMBUCO, por meio do canal 40 (quarenta), visando a retransmissão dos sinais gerados pela RBN REDE BRASIL NORTE E TELEVISÃO LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 28 (vinte e oito), no município de PORTO VELHO, estado de RONDÔNIA, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.046379/2018-52 e da Nota Técnica nº 21057/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.937-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048280/2018-95, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005,a RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Campinas, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Lindóia, estado de São Paulo, por meio do canal (46 quarenta e seis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.946-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO CULTURA DE MARINGÁ LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de LIDIANÓPOLIS, estado do PARANÁ, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.048789/2018-38 e da Nota Técnica nº 20907/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.947-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MARÍLIA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 42 (quarenta e dois), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.050694/2018-84 e da Nota Técnica nº 21242/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.948-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.053017/2018-18, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município do Rio de Janeiro , estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Miguel Pereira (Governador Portela), estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 15 (quinze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.949-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV VALE DO PARAÍBA LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SANTO ANTÔNIO DO PINHAL, estado de São Paulo, por meio do canal 47 (quarenta e sete), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.030341/2018-68 e da Nota Técnica nº 21206/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.950-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.041810/2018-74, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Campinas, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Pinhalzinho, estado de São Paulo, por meio do canal 16 (dezesseis), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.951-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.052575/2018-66, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Mangaratiba, estado do Rio de Janeiro, por meio do canal 15 (quinze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.952-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.048281/2018-30 resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TV BANDEIRANTES DE CAMPINAS S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Campinas, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Monte Alegre do Sul, estado de São Paulo, por meio do canal 15 (quinze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.953-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.047301/2018-55, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Pongaí, estado de São Paulo, por meio do canal 18 (dezoito), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.955-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.038907/2018-08, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de SÃO PAULO, estado do SÃO PAULO, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de PORANGABA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 27 (vinte e sete), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.957-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES,observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.060034/2017-21, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV BAURU LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Bauru, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Pongaí, estado de São Paulo, por meio do canal 25 (vinte e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.966-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO E TV IMPRENSA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SÃO GERALDO DO ARAGUAIA, estado do PARÁ, por meio do canal 14 (quatorze), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16 (dezesseis), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.043763/2018-01 e da Nota Técnica nº 21190/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.967-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO EDUCATIVA EDUARDO SÁ a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de SERRINHA, estado da BAHIA, por meio do canal 39 (trinta e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.017366/2018-76 e da Nota Técnica nº 21263/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.968-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de AVARÉ, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 50 (cinquenta), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.036946/2018-62 e da Nota Técnica nº 21109/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.969-SEI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar RÁDIO SÃO GONÇALO FM LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BACABAL, estado do MARANHÃO, por meio do canal 47 (quarenta e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pelo SISTEMA LAGEADO DE COMUNICAÇÃO LTDA , concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 22 (vinte e dois), no município de GOIÂNIA, estado de GOIÁS, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.052549/2018-38 e da Nota Técnica nº 21272/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.177, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 53516.013652/2018-06.

Expede autorização à MICHELLE BUENO BRISKY, CNPJ nº 11.588.655/0001-49, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.105 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) TELEVISAO CONQUISTA LTDA, CNPJ nº 16.314.163/0001-89 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 7.111 - Expede autorização à CARGILL AGRICOLA S A, CNPJ nº 60.498.706/0259-07, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 7.115 - Expede autorização à URSULA EPP, CPF nº 022.173.399-07 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

Nº 7.116 - Expede autorização à ALFREDO GUERRA, CPF nº 066.269.470-87 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 7.157, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Expede autorização à COMERCIO DE FRUTAS E ELABORACAO DE PROJETOS AGROPECUARIOS JU LTDA, CNPJ nº 09.234.901/0001-12 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 7.187 - Autoriza FUNDAÇÃO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 28/09/2018 a 30/09/2018.

Nº 7.188 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 23/09/2018 a 26/09/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.274, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.050322/2013	Associação Comunitária De Desenvolvimento Social De Barroso - Asbar	RADCOM	Barroso	MG	Multa	4.569,31	Art. 40, V e VII do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF nº 4274 de 11/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 4.666, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
01250.048159/2017	Fundação Cultural E Comunitária Missões De Vida De Ourinhos	FME	Ourinhos	SP	Multa	4.455,08	Art. 38, alínea "b" e "c" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4666 de 14/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIAS DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.025708/2013	Rádio Riovale Ltda	OM	Juazeiro	BA	Multa	3.947,89	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4736 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53900.002525/2015	Carajás Fm Ltda	FM	Belém	PA	Multa	5.921,83	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4737 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.009587/2014	Planalto - Fm Stereo Som S.A	FM	Diadema	SP	Multa	11.843,66	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4756 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.017519/2013	Rádio Sociedade Marconi Ltda	FM	São Paulo	SP	Multa	6.579,81	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4757 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.006957/2014	Rádio Metropolitana Paulista Ltda	FM	Mogi das Cruzes	SP	Multa	17.765,49	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4758 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.011484/2013	Rádio Tupi Fm Ltda	FM	Guarulhos	SP	Multa	17.765,49	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4760 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.010339/2014	Alpha Fm Ltda	FM	Osasco	SP	Multa	11.843,66	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4771 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.011488/2013	Rádio Noventa E Oito Fm Ltda	FM	Itatiba	SP	Multa	4.605,87	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4772 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.005290/2013	Fm Mundial Ltda	FM	Jundiaí	SP	Multa	19.986,17	Art. 38, alínea "e" da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 4774 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.018714/2013	Associação Cultural Rádio Liberdade Fm - Radioliber	RADCOM	Itaqui	RS	Multa	913,86	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/1998.	Portaria DECEF nº 4515 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
01250.054173/2017	Associação Comunitária Bairro Do São José	RADCOM	Carpina	PE	Multa	1.202,23	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/1998	Portaria DECEF nº 4518 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 294/2015
53581.000991/2014	Associação Comunitária Nova União	RADCOM	Nova União	RO	Advertência		Art. 40, XII do Decreto nº 2.615/1998	Portaria DECEF nº 4764 de 17/09/2018	Portaria MC nº 112/2013

INEZ JOFFILY FRANÇA

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 7 de dezembro de 2017, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicadas no D.O.U de 15 de dezembro de 2017, seção 1, página 6, terceira tabela anexa, primeira linha, onde se lê: SP, Leia-se: RJ.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 4.324-SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.050384/2018-60, resolve:

Art. 1º Consignar a SOCIEDADE AZUL DE TELEVISÃO E RÁDIO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Rolândia/PR, o canal 14 (catorze), correspondente à faixa de frequência de 470 a 476 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.336-SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.050551/2018-72, resolve:

Art. 1º Consignar à Sociedade Azul de Televisão e Rádio, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Sarandi/PR, o canal 48 (quarenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 674 a 680 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.739-SEI, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.049485/2018-98, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOSE DE PAIVA NETTO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de MONTEIRO LOBATO/SP, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.415-SEI, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 53504.012961/2016-28, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 17284/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 14 de setembro de 2017, da frequência 790 KHz, outorgada à Rádio Brasil de Adamantina Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Adamantina, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.564-SEI, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.050610/2018-11, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 19180/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 23 de agosto de 2018, da frequência 900 KHz, outorgada à RÁDIO PRIMAVERA LTDA, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Primavera do Leste, estado do Mato Grosso.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.690-SEI, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.002636/2018-44, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de SARANDI, estado do PARANÁ, utilizando o canal nº 38 (trinta e oito), a partir do desligamento dos sinais analógicos na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 19692/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.669-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53000.000233/2013-00, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 20889/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pelo SISTEMA ARIZONA DE COMUNICAÇÃO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Felix do Xingu, estado do Pará, mediante utilização do canal n.º 203 (duzentos e três), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.671-SEI, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.017237/2017-05, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 20918/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pelo SISTEMA INTEGRADO DE COMUNICACAO LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de TERRA NOVA DO NORTE, estado do MATO GROSSO, mediante utilização do canal n.º 246 (duzentos e quarenta e seis) , classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 309, de 05/12/2017, publicada no DOU de 07/12/2017, Seção 1, página 7.

Onde se lê: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA -AL , Titular: Cyhira Alves de França,Suplente: David Maykell Nunes Evangelista,

Leia-se: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA -AL , Titular: Cyhira Alves de França,Suplente: Roberto Wagner Caparelli Dantas.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 57, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

ANEXO I

01-Processo nº 01508.000611/2014-13
Projeto: Diagnóstico Arqueológico e Prospecção Arqueológica Intensiva na área de implantação do Supermercado Angeloni
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE - Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Área de Abrangência: Município de Curitiba, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02- Processo n. º 01502.001736/2017-63
Projeto: Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na área de abrangência da PCH Santa Luzia
Arqueóloga Coordenadora: Lívia de Oliveira e Lucas
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP-Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de São Desidério, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (Quatro) meses

03- Processo n.°01514.003533/2013-49
Projeto: Salvamento arqueológico da Fazenda Cantagalo General Grains S.A
Arqueóloga Coordenadora: Olívia Bini Pereira Rosa
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais-Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
Área de Abrangência: Município de Pedras de Maria da Cruz, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 07 (Sete) meses

04- Processo n. º: 01514.006788/2012-82
Projeto: Diagnóstico e Prospecção nas Áreas de Influência das Fazendas Pontinha, Palmeiras, Barreiro, Varjão, Laginha, Pasto Novo e Mato Grande
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Unaí, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

05- Processo n. º 01496.000473/2018-82
Projeto: Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial no Complexo Eólico Fortim
Arqueóloga Coordenadora: Sâmara dos Reis
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará (Instituto Tembetá)
Área de Abrangência: Município de Fortim, Estado do Ceará
Prazo de validade: 04 (quatro) meses

06- Processo n. º 01508.001003/2012-64
Projeto: Levantamento, Monitoramento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial na Área de Influência da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia e Etno-História - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO II

01- Processo n. º: 01512.000446/2008-92
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da duplicação da BR 290/RS
Arqueólogo Coordenador: Caetano Tocchetto Franke
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Museu de Ciências e Tecnologia (LA-MCT) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)
Área de Abrangência: Municípios de Eldorado do Sul, Arroio dos Ratos, São Jerônimo, Butiá, Minas do Leão, Rio Pardo e Pântano Grande, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 15 (quinze) meses

02- Processo n° 01490.000091/2016-47
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Requalificação da Praia Adalberto Valle
Arqueóloga Coordenadora: Margaret Cerqueira de Souza
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza-Secretaria de Estado de Cultura (SEC) - Governo do Estado do Amazonas
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado de Amazonas
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

03- Processo n°01450.004722/2012-40
Projeto: Recadastramento de 279 Sítios Arqueológicos no CNSA para inserção no SICG
Arqueólogo Coordenador: Cleberson Carlos Xavier de Albuquerque
Área de Abrangência: Municípios de Amparo de São Francisco, Canhoba, Canindé de São Francisco, Gararu, Ilha das Flores, Japaratuba, Neópolis, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Poço Redondo, Porto da Folha, Propriá, Riachuelo e Santana do São Francisco, no Estado de Sergipe; e Municípios de Belo Monte, Delmiro Gouveia, Jundiá, Marechal Deodoro, Matriz de Camaragibe, Messias, Olhos D'Água do Casado, Pão de Açúcar, Passo de Camaragibe, Penedo, Piaçabuçu, Pilar, Piranhas, Porto Calvo, Porto Real do Colégio, Rio Largo, Traipu, União dos Palmares e Viçosa, no Estado de Alagoas.
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Processo n. º 01410.000756/2013-12
Projeto: Médio Guaporé
Arqueólogos Coordenadores: Eduardo Góes Neves e Francisco Antonio Pugliese Júnior
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) - Universidade de São Paulo (USP)
Área de Abrangência: Municípios de Alta Floresta d'Oeste, Costa Marques, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte d'Oeste, Rolim de Moura, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, Estado de Rondônia
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO III

01- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Walter Leão Guimarães ME
Empreendimento: Loteamento Nyr Marcílio de Oliveira
Processo n. º 01508.000438/2017-04
Projeto: Acompanhamento Arqueológico das obras de implantação do Loteamento Nyr Marcílio de Oliveira
Arqueólogo Coordenador: Sergio Bruno dos Reis Almeida
Arqueólogo de Campo: Edson Silva de Oliveira
Área de Abrangência: Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Vale Construções e Empreendimentos Imobiliários
Empreendimento: Loteamento Reserva dos Lagos
Processo n. º 01403.000232/2016-63
Projeto: Acompanhamento Arqueológico nas Áreas de Influência do Loteamento Mares do Sul Residence
Arqueóloga Coordenadora: Djnane Fonseca da Silva
Arqueóloga de Campo: Leandro José do Nascimento Souza
Área de Abrangência: Município de Piaçabuçu, Estado de Alagoas
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

03- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: José Haroldo Alves da Silva
Empreendimento: Loteamento Residencial de Interesse Social Parque do Carvalho
Processo n. º 01506.006593/2016-65
Projeto: Acompanhamento Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial de Interesse Social Parque do Carvalho
Arqueólogo Coordenador: Gerson Levi Lazzaris
Arqueólogo de Campo: Gerson Levi Lazzaris
Área de Abrangência: Município de Fartura, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 02 (dois) meses

ANEXO IV

01- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Guidoni Ornamental Rocks Ltda
Empreendimento: Guidoni Mina 870862
Processo: 01502.000406/2018-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Guidoni Mina 870862
Arqueólogo Coordenador: Otávio Augusto Pereira Freitas
Arqueólogo de Campo: Otávio Augusto Pereira Freitas
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA-Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Paramirim, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: São Pedro de Salto Empreendimentos Imobiliários
Empreendimento: Loteamento Jardim Novo São Pedro
Processo n. º01506.001687/2018-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim Novo São Pedro
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Sónia Cristina Henriques Cunha
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Salto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

03- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Frei Comercio de Imóveis Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Cidade Alta
Processo n. º 01506.001742/2018-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial Cidade Alta
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Arqueólogo de Campo: Everaldo Gomes Dourado
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Jaú, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

04- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ivan Soares Machado Transportes ME
Empreendimento: Transbordo de Resíduos Sólidos e Beneficiamento de Resíduos Inertes
Processo n. º 01506.002180/2018-73
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação de Transbordo de Resíduos Sólidos e Beneficiamento de Resíduos Inertes
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Alberto Silveira da Rosa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Phercon Imóveis LTDA.
Empreendimento: Jardim dos Jequitibás
Processo n. º 01506.002580/2018-89
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Jardim dos Jequitibás
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Fábio Grossi dos Santos
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bela Vista Melhoramentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Residencial Nova Aurora
Processo n. 01506.901051/2017-89
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Residencial Nova Aurora
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Luiz Alberto Silveira da Rosa
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano-Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Matão, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Solatio Brasil Gestão de Projetos Solares
Empreendimento: Central Geradora Solar Fotovoltaica Araxá 1,2 e 3
Processo n. º 01514.900391/2017-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Central Geradora Solar Fotovoltaica Araxá 1, 2 e 3
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueóloga de Campo: Cecília Aparecida Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Araxá, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

08- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.
Empreendimento: SE 500/230 KV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III
Processo n. º 01450.002515/2018-46
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Subestações SE 500/230 KV Tianguá II, SE 230 kV Ibiapina II, SE 230 kV Piripiri e SE 230 kV Teresina III
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueóloga de Campo: Suzana Eliza Roll Munsberg

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará-Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará e Museu de Arqueologia e Paleontologia-Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Municípios de Ubajara e Tianguá, Estado do Ceará, e Municípios de Piripiri e Teresina, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SOMA - Schiffler Empreendimentos Imobiliários SPE
Empreendimento: Loteamento Soma Schiffler
Processo n. º 01409.000087/2018-22
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Loteamento Soma Schiffler
Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra-Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Colatina, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Welt Energia Ltda - ME
Empreendimento: CGH Rio Verde
Processo n. º 01516.000488/2018-65
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Central de Geração Hidrelétrica Rio Verde
Arqueólogo Coordenador: Cláudio Cesar de Souza e Silva
Arqueólogo de Campo: Lázaro Francys Ferreira Lima
Apoio Institucional: Museu Goiano Zoroastro Artiaga - Governo do Estado de Goiás
Área de Abrangência: Municípios de Mineiros e Portelândia, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

11- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ALFE Engenharia e Empreendimentos Imobiliários
Empreendimento: Loteamento Jardim Florido
Processo n. º 01506.001228/2018-26
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Jardim Florido
Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis
Arqueólogo de Campo: Fábio Rodrigues Teles
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Capivari, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

12- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Anna Beatriz Pinheiro e Pinho
Empreendimento: Loteamento Costa do Mar
Processo n. º 01494.000237/2018-86
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Costa do Mar
Arqueólogo Coordenador: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia LARQ-Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de São José do Ribamar, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

13- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: GDR Construções Ltda
Empreendimento: Condomínio Bianca
Processo n. º 01494.000274/2018-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Bianca
Arqueólogo Coordenador: Danilo Chagas Assunção
Arqueólogo de Campo: Francisco dos Santos Carvalho Junior
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia LARQ-Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

14- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Solatio Energia Gestão de Projetos LTDA
Empreendimento: LT 230 kv da Usina Solar Fotovoltaica São José do Belmonte - B
Processo n. º 01498.000588/2018-57
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação da LT 230 kv da Usina Solar Fotovoltaica São José do Belmonte - B
Arqueólogo Coordenador: Marcelo Fagundes
Arqueóloga de Campo: Rafaela Fonseca de Oliveira
Apoio Institucional: Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPARQ) do Departamento de História-Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Área de Abrangência: Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

15- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Solatio Energia Gestão de Projetos LTDA
Empreendimento: LT 230 kv da Usina Solar Fotovoltaica São José do Belmonte - A
Processo n. º 01498.000589/2018-00
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação da LT 230 kv da Usina Solar Fotovoltaica São José do Belmonte - A
Arqueólogo Coordenador: Marcelo Fagundes
Arqueóloga de Campo: Rafaela Fonseca de Oliveira
Apoio Institucional: Núcleo de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (NEPARQ) do Departamento de História-Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Área de Abrangência: Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Novamazon Urbanização LTDA.
Empreendimento: Loteamento Jardim dos Ipês
Processo n. º 01490.000032/2018-31
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Loteamento Jardim dos Ipês
Arqueólogo Coordenador: João Queiroz Rebouças
Arqueólogo de Campo: Leandro Gustavo Rego Braga
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) -Associação privada Museu da Amazônia
Área de Abrangência: Município de Manaus, Estado do Amazonas
Prazo de Validade: 03 (três) meses

17- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Enel Green Power Brasil Participações LTDA
Empreendimento: LT 500 kV SE Ventos de Santa Ângela - SE São João do Piauí
Processo nº 01402.900047/2017-61
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na LT 500kV SE Ventos de Santa Ângela - SE - São João do Piauí
Arqueóloga Coordenadora: Suzana Schisuco Hirooka
Arqueóloga de Campo: Suzana Schisuco Hirooka
Apoio Institucional: Museu Ozildo Albano - MOA
Área de Abrangência: Municípios de Lagoa do Barro do Piauí, Capitão Gervásio de Oliveira e São João do Piauí, Estado do Piauí
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Caiana Energia Ltda
Empreendimento: CHG Glicélio Rocha (CGH Caiana)
Processo n. º 01425.000262/2016-11
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da área de implantação da CHG Glicélio Rocha (CGH Caiana)
Arqueólogo Coordenador: Márcio Antônio Telles
Arqueólogo de Campo: Jonas Israel de Sousa Melo
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: município de Nova Brasilândia, Estado do Mato Grosso
Prazo de validade: 06 (seis) meses

19- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Parque Eólico Ventos de São Januário S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Folha Larga Fase I
Processo nº: 01502.000806/2018-47
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Complexo Eólico Folha Larga Fase 1
Arqueólogo Coordenador: Lucas de Paula Souza Troncoso
Arqueóloga de Campo: Rodrigo Trigo Amendola
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP-Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Município de Campo Formoso, Estado da Bahia
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

20- Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Innovent Ltda- ME
Empreendimento: Complexo Eólico Capivari
Processo n°01512.002040/2016-54
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Complexo Eólico Capivari
Arqueóloga Coordenadora: Marina Amanda Barth
Arqueóloga de Campo: Marina Amanda Barth
Apoio Institucional: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - CEPA-Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Área de Abrangência: Municípios de Capivari do Sul, Cidreira, Osório, Pinhal e Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

21- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Copebrás Indústria LTDA
Empreendimento: Projeto Coqueiros - abertura de cavas e depósito de estéril
Processo n. º 01516.000687/2017-92
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Projeto Coqueiros - Ampliação de Exploração de Jazida Fosfato e Infraestrutura - empreendimento da Copebrás Indústria LTDA
Arqueóloga Coordenadora: Gislaine Valério de Lima Tedesco
Arqueólogo de Campo: Fernando Gonçalves Miranda
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Centro de Pesquisa e Documentação em História e Arqueologia- Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Área de Abrangência: Município de Catalão, Estado de Goiás
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

22- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construtora Schmidt Eireli
Empreendimento: Loteamento Morar Bem II
Processo nº 01409.000153/2018-64
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área Diretamente Afetada do Empreendimento Loteamento Morar Bem II
Arqueólogo Coordenador: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espirito Santo
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

23- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Joinville Iate Clube
Empreendimento: Joinville Iate Clube
Processo n. 01510.002444/2015-87
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência do Joinville Iate Clube
Arqueólogo Coordenador: Wagner Magalhães
Apoio Institucional: Departamento de História -Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Área de Abrangência: Município de Joinville, Estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

24- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Golden Gestão Empresarial Ltda
Empreendimento: Loteamento Reserva das Flores
Processo n. º: 01494.000193/2018-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Reserva das Flores
Arqueólogo Coordenador: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Arqueólogo de Campo: Ennyo Lurrik Sousa da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia - LARQ - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de Bacabal, Estado do Maranhão
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

25- Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Laurentiz & Laurentiz Imóveis Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim dos Ipês
Processo n. º 01506.002763/2018-02
Projeto: Acompanhamento Arqueológico Loteamento Jardim dos Ipês Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes Lins
Arqueólogo de Campo: Jouran de Deus Ferreira
Área de Abrangência: Município de Dobrada, Estado de São Paulo
Prazo de validade: 03 (três) meses

26- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Davanzzo & Paletta Empreendimentos Imobiliários
Empreendimento: Loteamento Residencial Davanzzo
Processo n. º 01506.006560/2016-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Residencial Davanzzo
Arqueóloga Coordenadora: Gabriela Ferreira de Soares
Arqueóloga de Campo: Gabriela Ferreira de Soares
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Paranapuã, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

27- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Conterra Soluções Ambientais Ltda
Empreendimento: Ampliação de Exploração de Jazida de Argila Conterra
Processo n. º 01506.007126/2016-52
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Ampliação de Exploração de Jazida de Argila Conterra
Arqueólogo Coordenador: Pedro Victor Sartori Cassioti
Arqueóloga de Campo: Gabriela Ferreira de Soares
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 02(dois) meses

28- Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: BEABISA Agro Comercial e Empreendimentos Ltda.
Empreendimento: Comercial Parque Reserva da Mata
Processo n. º 01506.007236/2016-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Loteamento Residencial e Comercial Parque Reserva da Mata
Arqueólogo Coordenador: Wagner Gomes Bornal
Arqueólogo de Campo: Wagner Gomes Bornal
Apoio Institucional: Museu Municipal José Raphael Toscano - Prefeitura de Jahu
Área de Abrangência: Município de Sertãozinho, Estado de São Paulo
Prazo de Validade: 03 (três) meses

29-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: DNIT
Empreendimento: Dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins
Processo n. º 01450.006373/2017-13
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Job Lôbo
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia e Etnologia de Marabá - Fundação Casa da Cultura de Marabá-Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Municípios de Marabá e Baião, Estado do Pará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 58, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 662, de 21/11/2017, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I- Renovação nº 05, Seção 1, Anexo II, Página 14, Portaria nº 23/2018, publicada no Diário Oficial da União em 23/04/2018 em nome do arqueólogo coordenador: Giovani Scaramella, referente ao Processo n°01500.001974/2014-46, projeto "Monitoramento Arqueológico: Almirante Mariath I", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

FLÁVIO RIZZI CALIPPO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 619, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180399 - Ópera Don Giovanni
Matiz Organização de Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 74.491.986/0001-86
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Reduzido: R$ 40.806,45
Valor total atual: R$ 749.209,90

172153 - Os Realistas turnê
TUDO BEM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 13.520.537/0001-24
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 5.000,00
Valor total atual: R$ 552.924,40

182619 - Plano Anual de Atividades Midrash 2019
Centro de Estudos e Cultura Midrash
CNPJ/CPF: 11.152.344/0001-32
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 6.600,00
Valor total atual: R$ 1.533.845,85

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182445 - MARYSIA PORTINARI - UNIVERSO PRÉ-EXISTENTE DE ARTE PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA
CNPJ/CPF: 01.742.102/0001-45
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 52.362,00
Valor total atual: R$ 678.797,10

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 141, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria nº 795, de 10 de julho de 2018 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO MAIA MASCARENHAS

ANEXO I

183629 - A Magia do Cinema na Escola em Brasília
RAROMA FILMES E PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 31.260.488/0001-10
Processo: 01400016849201892
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 598.412,00
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo apresentar a arte do cinema em orfanatos e escolas de comunidades carentes de Brasília-DF e seu entorno em cidades do interior de Goiás, tendo perspectiva de complementar a educação fundamental, a realização de debates com alunos professores e coordenadores pedagógicos, a inserção cultural e social da arte em escolas, dentro das premissas da pedagogia, estimulando o desenvolvimento criativo e humano, ampliando as possibilidades de aprendizado e enriquecimento cultural dos alunos. O projeto será realizado de janeiro a dezembro de 2019, serão exibidos 4 títulos de filmes que serão escolhido quando formamos a equipe completa do projeto, serão prevista 2 sessões de filmes semanais nas escolas.

183630 - A Magia do Cinema na Escola em São Paulo
RAROMA FILMES E PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS EIRELI
CNPJ/CPF: 31.260.488/0001-10
Processo: 01400016850201817
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 596.122,40
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo apresentar a arte do cinema em orfanatos e escolas de comunidades carentes de São Paulo, tendo perspectiva de complementar a educação fundamental, a realização de debates com alunos professores e coordenadores pedagógicos, a inserção cultural e social da arte em escolas, dentro das premissas da pedagogia, estimulando o desenvolvimento criativo e humano, ampliando as possibilidades de aprendizado e enriquecimento cultural dos alunos. O projeto será realizado de janeiro a dezembro de 2019, serão exibidos 4 títulos de filmes que serão escolhido quando formamos a equipe completa do projeto, serão prevista 2 sessões de filmes semanais nas escolas.

183512 - Contém Cultura - Transformação
Luciana Sudaria Profiro
CNPJ/CPF: 025.825.946-95
Processo: 01400016377201878
Cidade: Ipatinga - MG;
Valor Aprovado: R$ 384.542,85
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Container adaptado para exibição de filmes nacionais e documentários, bem como saraus literários, capacidade para 40 pessoas, a ser instalado em Pingo D'Água(MG). A proposta prevê que após acompanhar e organizar o funcionamento do centro cultural por 16 meses. Serão 10 meses de mostra, com 2 sessões/semana. Total de 80 sessões, exibindo 133 obras nacionais. Após este período o equipamento será doado para Secretaria de Educação e Cultura do município para continuidade das atividades

183524 - Dinho
Pontilhado Cinematográfico e Produções Culturais e Artísticas LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.374.049/0001-11
Processo: 01400016624201836
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 269.673,56
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Produção de um curta-metragem de Ficção, com duração de 10minutos, com finalização em suporte digital de alta definição, do diretor pernambucano, Leo Tabosa. O roteiro "Dinho" é uma reflexão sobre a condição humana e sua fragilidade diante do mundo. Trata de assuntos como o abandono, a solidão e o medo da extinção. O filme será rodado no interior do Estado de Pernambuco.

183527 - Luz, Câmera, Cinema 2a. Edição
T C FERNANDES
CNPJ/CPF: 10.865.549/0001-00
Processo: 01400016627201870
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 125.390,94
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Luz, Câmera, Cinema 2a. Edição busca promover a apreciação cinematográfica para a população de baixa renda da grande Natal, proporcionando acesso gratuito a cultura e o exercício da cidadania. O projeto é uma Mostra Audiovisual que acontecerá de março a outubro de 2019, em sala de exibição profissional de cinema que garanta acessibilidade e toda a estrutura técnica exigida pela linguagem audiovisual. A mostra será composta de 30 sessões e 30 títulos. Cada sessão contará de 80 a 120 lugares associados ao agendamento prévio junto ao público atendido pelo projeto. O público contemplado será selecionado através de pesquisa entre: alunos do EJA, usuários de ONGs (crianças, adultos, idosos), trabalhadores da indústria potiguar, pessoas com deficiência, atendendo ao critério de população de baixa renda. A distribuição será de 3000 ingressos gratuitos distribuídos em 400 para cada uma das cidades: Parnamirim, Extremoz e São Gonçalodo Amarante e 1800 em Natal.

183513 - Nazaré: a Miúda Gigante
Agência PEMC - Projetos Especializados Marketing Consultoria
CNPJ/CPF: 20.135.155/0001-42
Processo: 01400016378201812
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 474.814,42
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Documentário de média metragem com cerca de 55 minutos e finalização em ultra-alta-definição (4k) que irá desbravar Nazaré (Portugal), sob a ótica do personagem Carlos Burle, brasileiro que "descobriu" o vilarejo e toda a força da natureza manifesta nas ondas gigantes vistas apenas ali, abordando costumes, cultura, geografia, historia e mitos do lugar.

183523 - Plano Anual de Atividades 2019 - Instituto Querô
INSTITUTO OFICINAS QUERÔ
CNPJ/CPF: 10.227.433/0001-38
Processo: 01400016623201891
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.010.412,87
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades do Instituto Querô desenvolverá em 2019, os projetos: "Oficinas Querô" - produzirá 03 (três) curtas-metragens (até 15 min. de duração), por meio de capacitação audiovisual envolvendo 60 adolescentes de baixa renda da Baixada Santista; "Querô na Escola" - produzirá 10 obras audiovisuais no formato de minimetragem (até 01 min.de duração) por meio de oficinas para estudantes em escolas públicas nas cidades de Santos e Cubatão/SP; "Querô Comunidade/Ambiental" - produzirá 01 curta-metragem (até 15 min. de duração) com moradores de uma comunidade de baixa renda nas cidades de Santos ou Cubatão/SP. (Formato de finalização dos filmes: Câmera DSLR; Tamanho 1920x1080; Cordec h264; Arquivo MP4 ou QuickTime; FPS 29,97).

183526 - Programa de Rádio Mulheres do Brasil
ETELANIA DE CASSIA LIMA DA SILVA
CNPJ/CPF: 022.890.354-83
Processo: 01400016626201825
Cidade: Cabo de Santo Agostinho - PE;
Valor Aprovado: R$ 251.112,12
Prazo de Captação: 24/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a produção de um programa semanal de rádio, de grande valor cultural, voltado para a importância da mulher na sociedade, destacando seu papel, valorizando seu cotidiano, sua participação na política, na sua comunidade, em âmbito familiar, dentre diversas outras questões. Será realizado um programa de rádio semanalmente, cada um com duração de 2 horas, ao longo de 50 semanas na emissora Rádio Doce Rio FM.

183522 - V SÉCULOS DE CLAMOR
Josué Alves Bezerra Júnior
CNPJ/CPF: 073.539.554-30
Processo: 01400016621201801
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 350.756,58
Prazo de Captação: 24/09/2018 a 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar a produção de um filme de ficção, com duração de 26min, no formato de finalização 1920x1080p full HD; com a temática: "Filtragem Racial na Seleção Policial de Suspeitos", e ainda, fazer uma tiragem de 2 (duas) mil cópias para distribuição gratuita para alunos da Rede Pública de Ensino.

183631 - Viola Caipira (Nome provisório)
PLANETA MUSICA LTDA
CNPJ/CPF: 26.725.210/0001-30
Processo: 01400016851201861
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 266.990,23
Prazo de Captação: 24/09/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar um documentário média-metragem de aproximadamente 65 minutos finalizado em 4k, que mostrará a cultura da viola caipira pela história de três violeiros de diferentes gerações, promovendo um encontro entre eles, onde contarão histórias de suas carreiras e trajetórias, mostrarão suas técnicas e tocarão juntos muitas músicas.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.050-T/GC4, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a Alienação de Imóveis da União, administrados pelo Comando da Aeronáutica, localizados no Município de Salvador-BA, mediante Permuta por Obras a Construir, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.658, de 7 de junho de 1971, e considerando o que consta do Processo COMAER nº 67100.005100/2018-11, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Autorizar a Alienação de Imóveis da União, administrados pelo Comando da Aeronáutica e sob a responsabilidade patrimonial do Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica em Recife-PE (DT-INFRA RF), localizados no Município de Salvador-BA, o primeiro medindo 2.249,25m², referente ao Tombo BA.004-001, RIP 3849.00235.500-0, o segundo medindo 570,00m², referente ao Tombo BA.004-002, RIP 3849.00236.500-6, o terceiro medindo 133,22m², referente ao Tombo BA.004-003, RIP 3849.00100.500-6, e o último medindo 5.719,00m², referente ao Tombo BA.014-000, RIP 3849.00223.500-5, mediante a modalidade Permuta por Obras a Construir, para construção de Próprios Nacionais Residenciais na Cidade Anápolis-GO, em benefício do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Delegar competência ao Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica para representar o Comando da Aeronáutica, a fim de praticar os atos necessários à efetivação da Alienação dos Imóveis e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à Superintendência do Patrimônio da União no Estado da Bahia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

SÚMULA DE PARECERES

(Complementar à Publicada no DOU de 6/9/2018, Seção 1, págs. 27 e 28)

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6, 7, 8 E 9 DO MÊS DE AGOSTO/2018

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 200808620 Parecer: CNE/CES 413/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo Ltda. - EPP - Campinas/SP Assunto: Recredenciamento do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas (IESCAMP), com sede no município de Campinas, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas (IESCAMP), com sede na Rua Antônio Ferreira Laranja, nº 57, bairro Jardim Garcia, no município de Campinas, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 1 (um) ano, conforme dispõe o § 5º, artigo 25, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201203855 Parecer: CNE/CES 414/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade Educacional de Santa Catarina - Joinville/SC Assunto: Recredenciamento da Faculdade SOCIESC de Blumenau, com sede no município de Blumenau, no estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade SOCIESC de Blumenau, com sede na Rua Pandiá Calógeras, nº 272, bairro Jardim Blumenau, no município de Blumenau, no estado de Santa Catarina, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510961 Parecer: CNE/CES 416/2018 Relator: Antonio Carbonari Netto Interessada: Sociedade Educacional Soibra S/S Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia e Negócios Carlos Drummond de Andrade, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia e Negócios Carlos Drummond de Andrade, com sede na Avenida Penha de França, nº 35, bairro Penha, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20072759 Parecer: CNE/CES 418/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: Missão Salesiana de Mato Grosso - Campo Grande/MS Assunto: Recredenciamento da Faculdade Salesiana de Santa Teresa (IESPAN), com sede no município de Corumbá, estado de Mato Grosso do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Salesiana de Santa Teresa (IESPAN), com sede na Rua Dom Aquino, nº 1.119, Centro, no município de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201110831 Parecer: CNE/CES 419/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessada: UNIESP S.A - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Presidente Venceslau (FAPREV), com sede no município de Presidente Venceslau, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Presidente Venceslau (FAPREV), com sede na Rua Piracicaba, nº 47, bairro Jardim Coroados, no município de Presidente Venceslau, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201307641 Parecer: CNE/CES 420/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Instituto Caarapoense de Educação e Cultura Ltda. - Caarapó/MS Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó (FETAC), com sede no município de Caarapó, estado do Mato Grosso do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó - FETAC, com sede na Avenida 7 de Setembro nº 30, bairro Vila Jary, município de Caarapó, estado do Mato Grosso do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201416740 Parecer: CNE/CES 421/2018 Relator: Antonio de Araujo Freitas Junior Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Minas - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAC Minas - Unidade Belo Horizonte, com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia SENAC Minas - Unidade Belo Horizonte, com sede na Rua Tupinambás, nº 1.038, Centro, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201503306 Parecer: CNE/CES 423/2018 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Sociedade Educacional ID Ltda. - EPP - Porto Alegre/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Alcides Maya (AMTEC), com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Alcides Maya (AMTEC), com sede na Avenida Doutor Flores, nº 396, Centro, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa, prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510301 Parecer: CNE/CES 424/2018 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Factum - Centro de Ideias em Educação Sociedade Simples Ltda. - EPP - Porto Alegre/RS Assunto: Recredenciamento da Faculdade Factum (Factum), com sede no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Factum (Factum), com sede no Largo João Amorim de Albuquerque, nº 60, Centro, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201606058 Parecer: CNE/CES 427/2018 Relator: Francisco César de Sá Barreto Interessada: Associação Limeirense de Educação e Cultura (ASLEC) - Limeira/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL), com sede no município de Limeira, no estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL), com sede na Rua Raul Machado, nº 134, bairro Vila Queiroz, no município de Limeira, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073770 Parecer: CNE/CES 430/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (IESES) - Castelo/ES Assunto: Recredenciamento da Faculdade do Espírito Santo (UNES), com sede no município de Cachoeira de Itapemirim, no estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade do Espírito Santo (UNES), com sede na Rua Moreira, nº 23, no município de Cachoeira de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200900037 Parecer: CNE/CES 433/2018 Relator: José Loureiro Lopes Interessada: Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino Ltda. - Sopece - Recife/PE Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE), com sede no município de Recife, no estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco (FCHPE), com sede na Avenida João de Barros, nº 561, bairro Boa Vista, no município de Recife, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Parecer: CNE/CES 436/2018. Revogado, com fulcro no Artigo 53 da Lei nº 9.784, de 29 de junho de 1999.

e-MEC: 201710422 Parecer: CNE/CES 451/2018 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Ceudesp - Centro de Educação Universitário e Desenvolvimento Profissional Ltda. - Fortaleza/CE Assunto: Credenciamento do Centro Universitário da Grande Fortaleza (Unigrande), por transformação da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF), com sede no município de Fortaleza, estado do Ceará Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário da Grande Fortaleza (Unigrande), por transformação da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (FGF), com sede na Avenida Porto Velho, nº 401, bairro João XXIII, no município de Fortaleza, no estado do Ceará, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201609560 Parecer: CNE/CES 455/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Centro de Ensino Grau T Ltda. - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Grau S Ensino Superior, a ser instalada no município de Recife, no estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Grau S Ensino Superior, a ser instalada na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1.245, bairro Soledade, no município de Recife, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta dos cursos superiores de Engenharia de Produção, bacharelado, e Administração, bacharelado, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201610634 Parecer: CNE/CES 457/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Ciep - Centro Internacional de Evolução Profissional e Pessoal Ltda. - ME - Salvador/BA Assunto: Credenciamento da Faculdade Internacional de Evolução Profissional (FIEP), a ser instalada no município de Salvador, no estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Internacional de Evolução Profissional (FIEP), a ser instalada na Rua Santa Bárbara, nº 5, bairro Piatã, no município de Salvador, no estado da Bahia, observando-se tanto o prazo de 3 (três) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, a partir da oferta do curso superior de Oftálmica, tecnológico, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201615370 Parecer: CNE/CES 458/2018 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto de Educação Superior São Paulo Ltda. - EPP - Paulínia/SP Assunto: Credenciamento do Centro Universitário de Paulínia, por transformação da Faculdade de Paulínia, com sede no município de Paulínia, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário de Paulínia (UNIFACP), por transformação da Faculdade de Paulínia, com sede na Rua Nélson Prodócimo, nº 495, bairro Bela Vista, no município de Paulínia, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201510380 Parecer: CNE/CES 471/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessada: Escolas Padre Anchieta Ltda. - Jundiaí/SP Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Padre Anchieta, com sede no município de Jundiaí, estado de São Paulo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Padre Anchieta, com sede na Avenida Doutor Adoniro Ladeira, nº 94, bairro Vila Jundiainópolis, no município de Jundiaí, no estado de São Paulo, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200905130 Parecer: CNE/CES 474/2018 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: UNINTER Educacional S/A - Curitiba/PR Assunto: Recredenciamento do Centro Universitário Internacional (UNINTER), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da relatora: Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao recredenciamento, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Centro Universitário Internacional (UNINTER), com sede na Rua do Rosário, nº 147, Centro, no município de Curitiba, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 5 (anos) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201607179 Parecer: CNE/CES 479/2018 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Centro de Educação Superior do Norte Goiano Ltda. - ME - Porangatu/GO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 1.365, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 22 de dezembro de 2017, indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso de Agronomia, bacharelado, formulado pela Faculdade do Norte Goiano (FNG), com sede no município de Porangatu, no estado de Goiás Voto do pedido de vista: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 1.365, de 21 de dezembro de 2017, para autorizar o funcionamento do curso de Agronomia, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade do Norte Goiano (FNG), com sede na Rua 6, nº 21, bairro Setor Leste, no município de Porangatu, no estado de Goiás, com 100 (cem) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23709.000018/2017-96 Parecer: CNE/CES 482/2018 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Sociedade de Educação e Cultura Raphael Di Santo Ltda. - EPP - Campinas/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Educação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho SERES nº 25/2018, aplicou penalidades e revogou as medidas cautelares impostas ao Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas (IESCAMP), com sede no município de Campinas, no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão da Secretaria de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa no Despacho SERES nº 25/2018, que aplicou penalidades ao Instituto de Educação e Ensino Superior de Campinas, com sede na Rua Antonio Ferreira Laranja, nº 57, bairro Jardim Garcia, no município de Campinas, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000335/2018-51 Parecer: CNE/CES 487/2018 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Brasília/DF Assunto: Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu avaliados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) da CAPES, na reunião realizada entre os dias 4 e 8 de dezembro de 2017 (175ª Reunião), referente à Avaliação Quadrienal 2017 (Período 2013-2017) Voto do relator: Acolho as recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e voto favoravelmente ao reconhecimento, com prazo de validade determinado pela sistemática avaliativa, dos cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado aprovados pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) a partir dos resultados da Avaliação Quadrienal de 2017 (Período 2013-2017) e relacionados no Anexo I, constante no presente parecer. Voto também pelo descredenciamento, do Sistema Nacional de Pós-Graduação, dos cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado relacionados nos Anexos II, referente aos programas/cursos com nota inferior a 3, e III, referente às instituições com programas desativados Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.050305/2016-33 Parecer: CNE/CES 488/2018 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Fundação Educacional Barriga Verde - Orleans/SC Assunto: Descredenciamento voluntário e desativação dos cursos do Centro Universitário Barriga Verde - Unibave Cocal do Sul, com sede no município de Cocal do Sul, estado de Santa Catarina Voto da relatora: Voto pelo descredenciamento, a pedido, do Centro Universitário Barriga Verde - Unibave Cocal do Sul, com sede na Avenida Valdemar Kleinubing, s/n, Centro, no município de Cocal do Sul, no estado de Santa Catarina, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, resguardado o direito dos alunos à conclusão de seus estudos, nos termos do Decreto nº 9.235/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 23/2017. Voto, também, no sentido de que a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação providencie o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos da IES ao Centro Universitário Barriga Verde (Unibave), que ficará, também, responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Os anexos do Parecer CNE/CES 487/2018, referentes aos cursos avaliados pelo CTC-ES, programas/cursos avaliados com recomendação de descredenciamento e programas/cursos desativados, poderão ser consultados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=59841&Itemid=866).

Brasília, 21 de setembro de 2018.
ANDRÉA MALAGUTTI
Secretária-Executiva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE

PORTARIA Nº 2.070, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Decreto não numerado de 12/01/2016, publicado no Diário Oficial da União, seção 2, pág. 01, em 13/01/2016,resolve:

Art. 1º - Delegar ao Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional - PRODIN, a atribuição de responder, diretamente, por intermédio do sistema eletrônico do Ministério Público do Trabalho, às informações relacionadas à Pró-Reitoria referida, inclusive no diz respeito às Diretorias e Setores a ela vinculadas, podendo, por fim, encaminhar os subsídios e documentos eventualmente requisitados pelo órgão ministerial, atendendo a notificação nº 4346/2018, relativa ao processo: IC 000198.2018.12.005/6.

SONIA REGINA DE SOUZA FERNANDES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 6.840, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR EXECUTIVO NO EXERCÍCIO DA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, designado pela Portaria nº 6.836 de 20 de setembro de 2018; e, Considerando o que consta no Artigo 12 da Portaria nº 450 de 06.11.2002 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 07.02.2002; e, considerando o Edital de Homologação nº 32, de 27.10.2017, publicado no DOU de 31.10.2017, Seção 3, página 47, o que dispõe o Inciso III, Artigo 37 da CF/88 associado com o Art. 12 da Lei nº 8.112/90, e a solicitação constante no Processo nº 23249.043756.2018-73, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano a validade do Processo Seletivo Público Simplificado para Contratação de Professor Substituto do IFMA - Campus São Luís/Monte Castelo, conforme quadro em anexo.

AGENOR ALMEIDA FILHO

ANEXO

Edital de Homologação	Validade	Prorrogação de Validade
Edital n° 32, de 27.10.2017, publicado no DOU de 31.10.2017 - Processo Seletivo para Professor Substituto, Campus São Luís/Monte Castelo	01 ano, de 31.10.2017 a 31.10.2018	01 ano, de 01.11.2018 a 01.11.2019

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

CAMPUS SOUZA

PORTARIAS DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor Geral Pró-Tempore do Campus Sousa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nomeado pela Portaria IFPB nº 2009/2018, e tendo em vista o disposto na Portaria IFPB nº 268/2018, resolve:

Nº 184 - Designar o servidor JOSE EVANIO DA COSTA SIEBRA, Mat. Siape nº 1100599, CPF 172.236.363-00, Médico Veterinário, do Quadro de Pessoal permanente deste Instituto, da função de Secretario da Direção Geral do IFPB, COD. FG-3, do Campus Sousa;

Nº 185 - Designar JULIANA MARIA GUEDES DE OLIVEIRA, Mat. Siape nº 2179326, CPF 075.088.174-78, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do Quadro de Pessoal permanente deste Instituto, para exercer a Função de Coordenador do Curso Técnico em Alimentos - Cód. FUC. 01, do Campus Sousa.

Estas Portarias entram em vigor a partir de sua publicação.

FRANCISCO CICUPIRA DE ANDRADE FILHO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.667, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em conformidade com o Decreto Ministerial de 09 de julho de 2014, publicado no DOU de 10 de julho de 2014 e Resolução nº 32/2014/CS/IFS, resolve:

Art. 1º Extinguir a Coordenadoria de Auditório (COAUD), FG 02, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus Aracaju, subordinada à Gerência de Apoio e Inclusão (GAI).

Art. 2º Criar a Coordenadoria de Assistência ao Almoxarifado (CAAL), FG 02, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus Aracaju, subordinada a Coordenadoria de Almoxarifado (COAL).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

AILTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA N° 646, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEONE JOSE GARCIA

ANEXO

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201607841	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA (593)	CENTRO FED DE ED TECNOLOGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA RJ (CNPJ: 42441758000105)	ESTRADA DE ADRIANÓPOLIS, 1317, SANTA RITA - MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, NOVA IGUAÇU/RJ
2	201709563	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL (3602)	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA. (CNPJ: 02741457000182)	RUA KONRAD ADENAUER, 442, , TARUMÃ, CURITIBA/PR
3	201709564	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL (3602)	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA. (CNPJ: 02741457000182)	RUA KONRAD ADENAUER, 442, , TARUMÃ, CURITIBA/PR
4	201709230	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS (1846)	FUNDACAO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCACAO (CNPJ: 51665727000129)	AVENIDA NICOLAU ZARVOS, 1925, JARDIM AEROPORTO, LINS/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5	201604713	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - UNICESUMAR (1196)	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA (CNPJ: 79265617000199)	AVENIDA GUEDNER, 1610, , JARDIM ACLIMAÇÃO, MARINGÁ/PR
6	201609805	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA (222)	FUNDACAO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA (CNPJ: 45164654000199)	AVENIDA NASSER MARÃO, 3069, CAMPUS, DISTRITO INDUSTRIAL, VOTUPORANGA/SP
7	201607620	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	168 (cento e sessenta e oito)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES (1805)	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA (CNPJ: 41229501000121)	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, , PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
8	201607998	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST (3840)	SOCIEDADE DE EDUCACAO N.S. AUXILIADORA LTDA (CNPJ: 04608241000179)	AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 947, , CENTRO, LAGES/SC
9	201607936	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário FBV Wyden (1255)	ADTALEM EDUCACIONAL DO BRASIL S/A (CNPJ: 03681572000171)	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
10	201604530	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	210 (duzentas e dez)	Centro Universitário Fundação Santo André (2183)	FUNDACAO SANTO ANDRE (CNPJ: 57538696000121)	AVENIDA PRÍNCIPE DE GALES, 821, , PRÍNCIPE DE GALES, SANTO ANDRÉ/SP
11	201709461	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE (1542)	FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL (CNPJ: 28577153000115)	RUA DEPUTADO GERALDO DI BIASE, 81, , ATERRADO, VOLTA REDONDA/RJ
12	201609457	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	Centro Universitário SOCIESC de Curitiba (4045)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA (CNPJ: 84684182000157)	BR 116 - KM 106,5, 18.805, , PINHEIRINHO, CURITIBA/PR
13	201709389	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	Faculdade Católica Paulista (15859)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA (CNPJ: 12295018000147)	AVENIDA CRISTO REI, 270-305, , BANZATO, MARÍLIA/SP
14	201708669	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE SÃO ROQUE (923)	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE SAO ROQUE (CNPJ: 58988197000107)	RUA PADRE MARÇAL, 30, CENTRO, SÃO ROQUE/SP
15	201709105	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão (13631)	SOCIEDADE DE EDUCACAO, CULTURA E TECNOLOGIA SAO FIDELIS LTDA - EPP (CNPJ: 10158686000105)	RUA EMYDIO MAIA SANTOS, 1035, FUNDOS COM RUA JOÃO BATISTA MAIA, VILA DOS COROADOS, SÃO FIDÉLIS/RJ
16	201609883	TERAPIA OCUPACIONAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU (1500)	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO IGUACU LTDA - ME (CNPJ: 03097823000175)	RUA VALENTIM CELESTE PALAVRO, 1.501, CONJUNTO PANORAMA, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR
17	201609668	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA (438)	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA (CNPJ: 45332194000160)	RUA CORONEL FLAUZINO BARBOSA SANDOVAL, 1259, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ITUVERAVA/SP
18	201610573	ENGENHARIA BIOMÉDICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DO CENTRO LESTE (1409)	U.C.L. - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO DO CENTRO LESTE (CNPJ: 02598162000107)	RODOVIA ES-10, KM, 6, , CAMARÁ, SERRA/ES
19	201609365	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DO LITORAL PARANAENSE (2624)	INSTITUTO CAICARA DE PESQUISA E ENSINO SUPERIOR LTDA. (CNPJ: 12464371000103)	RUA JOAQUIM MENELAU DE ALMEIDA TORRES, 101, PIÇARRAS, GUARATUBA/PR
20	201610131	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESAMC SANTOS (2408)	ESACOM - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRACAO, COMUNICACAO E MARKETING S/C LTDA (CNPJ: 04904699000175)	RUA DR. EGYDIO MARTINS, 181, PONTA DA PRAIA, SANTOS/SP
21	201609740	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ESAMC UBERLÂNDIA (1468)	IDEA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL AVANCADO LTDA (CNPJ: 03158213000134)	AVENIDA VASCONCELOS COSTA, 270, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
22	201714512	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL (1298)	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA. (CNPJ: 02608755000107)	RUA PIO XII, 70, UNIDADE JATIÚCA, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
23	201709687	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE EVANGÉLICA DE JARAGUÁ (15173)	ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA (CNPJ: 01060102000165)	AVENIDA VENUS QD 14 LT 01, 141- 61, , JARDIM ATHENAS, JARAGUÁ/GO
24	201708688	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE GUARAÍ (3363)	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA CATARINA LTDA - EPP (CNPJ: 05682453000169)	RUA FLAMBOYANT Nº 1050, Q.12, LT 1 A 53, 1050, , LOTEAMENTO PORTAL DA SERRA, GUARAÍ/TO
25	201608810	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PARANAENSE (2420)	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA. (CNPJ: 06099229000101)	AVENIDA REPÚBLICA ARGENTINA, 1285, , ÁGUA VERDE, CURITIBA/PR
26	201709398	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS DE BETIM (4362)	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA (CNPJ: 03239470000109)	AVENIDA PRESIDENTE KUBITSCHEK, 229, , CENTRO, BETIM/MG
27	201709396	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE PITÁGORAS UNIDADE GUARAPARI (2576)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	RODOVIA JONES DOS SANTOS NEVES, 1000, , LAGOA FUNDA, GUARAPARI/ES
28	201709793	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE PROJEÇÃO DO GUARÁ (2964)	UNESBA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DE BRASILIA S.S. LTDA. (CNPJ: 05158317000174)	ÁREA ESPECIAL N°10 LOTE C, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA X, GUARÁ II, BRASÍLIA/DF
29	201708530	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (2855)	UNIAO DAS FACULDADES INTEGRADAS DE NEGOCIOS LTDA. (CNPJ: 04928749000154)	AVENIDA SERTÓRIO, 253, , NAVEGANTES, PORTO ALEGRE/RS
30	201709347	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO GABRIEL DA PALHA (14927)	IESG-INSTITUTO DE EDUCACAO SAO GABRIEL DA PALHA LTDA (CNPJ: 11014207000131)	RUA ELY CARDOSO, 45, , SANTA CECILIA, SÃO GABRIEL DA PALHA/ES
31	201607607	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS (3304)	CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA (CNPJ: 19768173000182)	RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N, BELO HORIZONTE, PATOS/PB
32	201610588	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TERRA NORDESTE (4367)	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONALIZANTE S/S - SUDEP FATENE (CNPJ: 04676403000106)	RUA CORONEL CORREIA, 1119, - ATÉ 1179/1180, PARQUE SOLEDADE, CAUCAIA/CE
33	201709459	LATICÍNIOS (Tecnológico)	40 (quarenta)	FACULDADE TRÊS DE MAIO (294)	SOCIEDADE EDUCACIONAL TRES DE MAIO (CNPJ: 98039852000197)	AVENDA SANTA ROSA, 2.405, CENTRO, TRÊS DE MAIO/RS

34	201609696	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNINASSAU JOÃO PESSOA (3817)	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA (CNPJ: 05474470000100)	AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 67, FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU DE JOÃO PESSOA, ESTADOS, JOÃO PESSOA/PB
35	201708764	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FAI - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR EM GESTÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO (166)	FUNDACAO EDUCANDARIO SANTARRITENSE (CNPJ: 24492860000158)	AV. ANTONIO DE CÁSSIA, 472, , JARDIM SANTO ANTONIO, SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG
36	201609151	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (4504)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (CNPJ: 07775847000197)	RODOVIA DOURADOS - ITAHUM, KM 12 , , CIDADE UNIVERSITÁRIA, DOURADOS/MS
37	201610324	BIOMEDICINA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL (13792)	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE CACOAL "PS" LTDA - ME (CNPJ: 10372071000179)	RUA ANÍSIO SERRÃO, 2325, - DE 2170/2171 A 2518/2519, CENTRO, CACOAL/RO
38	201708966	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA (14408)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA (CNPJ: 10791831000182)	FAZENDA SUCUPIRA AVENIDA CEDRO, AE 15, QS 16, S/N, , RIACHO FUNDO I, BRASÍLIA/DF
39	201604529	DANÇA (Licenciatura)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (1811)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS (CNPJ: 10870883000144)	AVENIDA VEREADOR VAGNER DA SILVA FERREIRA, S/N, QD 01, LT 01-A, PARQUE ITATIAIA, APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
40	201709386	VITICULTURA E ENOLOGIA (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (3162)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA (CNPJ: 11402887000160)	ESTRADA DO SENADINHO, S/N, , CENTRO, URUPEMA/SC
41	201607811	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (1810)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO (CNPJ: 10882594000165)	RUA PEDRO VICENTE, 625, , CANINDÉ, SÃO PAULO/SP
42	201607753	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (1810)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO (CNPJ: 10882594000165)	ACESSO DR. JOÃO BATISTA MERLIN, S/Nº, , JARDIM ITÁLIA, SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP
43	201608109	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES (Licenciatura)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO (600)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO (CNPJ: 10735145000194)	RODOVIA MA 349, KM 2, GLEBA BURITI DO PARAÍSO, S/N, ZONA RURAL, POVOADO LAMEGO, CAXIAS/MA
44	201714665	QUÍMICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS (4358)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS (CNPJ: 10648539000105)	AVENIDA MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS, 900, , PARQUE REAL, POUSO ALEGRE/MG
45	201709325	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (338)	SOCIEDADE MINEIRA DE CULTURA (CNPJ: 17178195000167)	AVENIDA DOM JOSÉ GASPAR, 500, , CORAÇÃO EUCARÍSTICO, BELO HORIZONTE/MG

PORTARIA N° 647, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEONE JOSE GARCIA

ANEXO

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201602572	FOTOGRAFIA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO (417)	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA (CNPJ: 43395177000147)	RUA CESÁRIO GALERO, 448/475, 474, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
2	201605311	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (81)	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE (CNPJ: 84714682000194)	RUA PAULO MALSCHITZKI, 10, CAMPUS JOINVILLE - BOM RETIRO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - ZONA INDUSTRIAL, JOINVILLE/SC
3	201605273	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE (81)	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE (CNPJ: 84714682000194)	RUA NORBERTO EDUARDO WEIHERMANN, 230, CAMPUS SÃO BENTO DO SUL, COLONIAL, SÃO BENTO DO SUL/SC
4	201608131	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (13)	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (CNPJ: 88648761000103)	RUA FRANCISCO GETÚLIO VARGAS, 1130, BLOCO A, PETRÓPOLIS, CAXIAS DO SUL/RS
5	201608700	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E BIOTECNOLOGIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE DE SOROCABA (150)	FUNDACAO DOM AGUIRRE (CNPJ: 71487094000113)	RODOVIA RAPOSO TAVARES, S/N, KM 92,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP
6	201604227	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (163)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	RUA BINGEN, 50, PETRÓPOLIS, BINGEN, PETRÓPOLIS/RJ
7	201603309	ENGENHARIA FÍSICA (Bacharelado)	25 (vinte e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (584)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS (CNPJ: 01567601000143)	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA REITORIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
8	201603349	FÍSICA MÉDICA (Bacharelado)	25 (vinte e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (584)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS (CNPJ: 01567601000143)	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA REITORIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9	201502259	QUíMICA - QUíMICA FORENSE (Bacharelado)	25 (vinte e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (634)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (CNPJ: 92242080000100)	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, , -, CAPÃO DO LEÃO/RS
10	201602309	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (17)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA (CNPJ: 25648387000118)	AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121, , SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
11	201608118	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (548)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO (CNPJ: 06279103000119)	AVENIDA DOS PORTUGUESES, 1966, , VILA BACANGA, SÃO LUÍS/MA
12	201708623	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (548)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO (CNPJ: 06279103000119)	AV. GOVERNADOR JOÃO ALBERTO, S/N, RAMAL, BACABAL/MA
13	201358755	FÍSICA (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (18506)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (CNPJ: 18641263000145)	RUA DA PRAINHA, 1326, , MORADA NOBRE, BARREIRAS/BA
14	201611156	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E SUAS TECNOLOGIAS (Licenciatura)	24 (vinte e quatro)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (18812)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (CNPJ: 18560547000107)	BR 367, KM 10, S/N, , RODOVIA PORTO SEGURO/EUNÁPOLIS, PORTO SEGURO/BA
15	201604951	EDUCAÇÃO DO CAMPO (Licenciatura)	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (574)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (CNPJ: 29427465000105)	RODOVIA BR 465 - KM 7, S/N, , CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SEROPÉDICA/RJ
16	201708652	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (589)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - UFERSA (CNPJ: 24529265000140)	BR 223 - KM 1 - SÍTIO ESPERANÇA 2, S/N, ZONA RURAL, CARAÚBAS/RN
17	201609537	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE IBIRAPUERA (458)	ASSOCIACAO PRINCESA ISABEL DE EDUCACAO E CULTURA (CNPJ: 50954213000120)	AVENIDA INTERLAGOS, 1.329, , JARDIM MARAJOARA, SÃO PAULO/SP
18	201609009	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA (322)	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA. (CNPJ: 06099229000101)	AVENIDA ALBERTO BENASSI, 200, PARQUE DAS LARANJEIRAS, ARARAQUARA/SP
19	201607709	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE POTIGUAR (718)	APEC - SOCIEDADE POTIGUAR DE EDUCACAO E CULTURA LTDA (CNPJ: 08480071000140)	AVENIDA NASCIMENTO DE CASTRO, 1.597, , DIX-SEPT ROSADO, NATAL/RN

PORTARIA Nº 648, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, do Ministério da Educação, e a Instrução Normativa nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Encerra-se, a pedido das respectivas instituições, a oferta dos cursos cujos reconhecimento foram renovados por esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEONE JOSÉ GARCIA

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	IES	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201708729	MÚSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE VILLA-LOBOS DO CONE-LESTE PAULISTA	CONSERVATORIO MUSICAL E FACULDADE VILLA-LOBOS LTDA - ME	AV. ENG. FRANCISCO JOSÉ LONGO, 460, JARDIM SÃO DIMAS, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
2	201358654	PILOTAGEM PROFISSIONAL DE AERONAVES (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE JK BRASÍLIA - RECANTO DAS EMAS	JK EDUCACIONAL LTDA	SAI/SUL, TRECHO 02, LOTES 1.510/1.540, REGIÃO ADMINISTRATIVA X, GUARÁ, BRASÍLIA/DF
3	201205032	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO SUL - ESTÁCIO FARGS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO 626, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
4	20077959	TURISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE PITÁGORAS DE MINAS GERAIS	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA DOS GUAJAJARAS, Nº 591, CENTRO, BELO HORIZONTE/MG
5	20079359	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA INED - UNIDADE IPATINGA	ASSEDIPA CURSOS E TREINAMENTOS SOCIEDADE SIMPLES LTDA - EPP	RUA POUSO ALEGRE 216, CENTRO, IPATINGA/MG
6	200907289	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TAMANDARÉ	SOCIEDADE ASSISTENCIAL DE EDUCACAO E CULTURA	RUA T53, 1336, QUADRA 92, LOTES 10 E 11 SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
7	201209449	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE EQUIPE	ASSOCIACAO TECNICO EDUCACIONAL EQUIPE	AVENIDA SAPUCAIA, Nº 1376, CENTRO, SAPUCAIA DO SUL/RS
8	201357440	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.	AV. MORUMBI 501, MORUMBI, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 649 DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, do Ministério da Educação, e a Instrução Normativa nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEONE JOSÉ GARCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	200804298	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
2	200910860	GESTÃO DO AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA - EPP	RUA QUINCA HONORÁRIO LEÃO, Nº 1.030, MORADA DO SOL, RIO VERDE/GO
3	200913650	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	ASSOCIACAO SOCIEDADE BRASILEIRA DE INSTRUCAO	RODOVIA RJ 124, KM 34, BAIRRO ITATIQUARA, ARARUAMA/RJ
4	201208506	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	FUNDACAO ATTILA TABORDA	AVENIDA GENERAL OSÓRIO, Nº 2.289, CENTRO, BAGÉ/RS
5	201358294	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	FACULDADE CAMAQÜENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS	FUNDACAO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIAO CENTRO SUL	AV. CÔNEGO LUIZ WALTER HANQUET, Nº 151, CENTRO, CAMAQUÃ/RS
6	201358356	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	AVENIDA MARECHAL RONDON, S/N, JARDIM ROSA ELZE, SÃO CRISTOVÃO/SE
7	201403285	ANTROPOLOGIA - DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRACAO LATINO-AMERICANA	AVENIDA TARQUÍNIO JOSLIN DOS SANTOS, Nº 1.000, JARDIM UNIVERSITÁRIO, FOZ DO IGUAÇU/PR
8	201404923	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AV. DR. ALBERTO BENEDETTI, Nº 444, CAMPUS II, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRÉ/SP
9	201501047	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA PADRE ANTÔNIO FRANCO, Nº 2.417, MATINHA, CAMETÁ/PA
10	200813161	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	450 (quatrocentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, Nº 1.325, BAIRRO VILA CAMPESINA, OSASCO/SP

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 1.535, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 01/2018, publicado no DOU de 14/03/2018.

Campus: Salvador

Unidade: FACULDADE DE ECONOMIA

Departamento: ECONOMIA

Área de Conhecimento: MACROECONOMIA

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: DE

Processo: 23066.048593/18-63

Vagas Ampla Concorrência: 1

Ord Classif. Geral Nome

1º Gian Paulo Soave

Área de Conhecimento: Economia Política, Estruturas Produtivas, Comerciais e Financeiras do Capitalismo Recente

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: DE

Processo: 23066.048583/18-28

Vagas Ampla Concorrência: 1

Ord Classif. Geral Nome

1º Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio

2º Marisa Silva Amaral

3º Bernardo Pereira Cabral

4º Elizabeth Moura Germano Oliveira

CATIA CRISTINA PEREIRA SANTANA DE CARDOSO MELO

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

CIRCULAR Nº 3.914, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Altera as Circulares ns. 3.690 e 3.691, ambas de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre o ingresso de moeda estrangeira com valor em reais preestabelecido no exterior para direcionamento dos recursos a pessoas naturais, para dispor sobre as operações de troca de câmbio sacado por manual, para ajustar o modelo do contrato de câmbio celebrado com clientes e para acrescentar códigos relativos a operações de câmbio.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 20 de setembro de 2018, com base nos arts. 23 e 24 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, nos arts. 9º, 10, inciso VII, e 11, inciso III, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no art. 65, § 2º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 44 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, e nos arts. 9º, incisos I, II e III, e 10 da Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º A Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. .....

§ 1º Por solicitação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, autorizadas a operar no mercado de câmbio, o Banco Central do Brasil pode, a seu critério, transformar câmbio manual em sacado ou vice-versa, bem como realizar operações de arbitragem.

§ 2º As operações de que trata este artigo devem ser informadas ao Banco Central do Brasil por meio do Sistema Câmbio, conforme instruções disponíveis no site do Banco Central, www.bcb.gov.br/menu Câmbio e Capitais Internacionais/Sistemas." (NR)

"Art. 32-A. É permitido às instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio receber ordem de pagamento em moeda estrangeira para ingresso de recursos do exterior relacionados a transferências unilaterais correntes, realizar a conversão para reais de tais valores e direcionar os recursos resultantes a pessoas naturais, observado o seguinte:

I - a sensibilização da posição de câmbio da instituição autorizada a operar no mercado de câmbio se dá pelo registro no Sistema Câmbio de operação de compra para liquidação pronta com uso de código de fato-natureza específico;

II - a instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, no tocante à transferência dos recursos à pessoa natural destinatária final dos recursos, deve observar que:

a) as condições da ordem de pagamento são pactuadas pelo remetente no exterior, incluindo o preestabelecimento do valor em reais a ser integralmente recebido pela pessoa natural destinatária final no Brasil; e

b) após o recebimento da ordem de pagamento em moeda estrangeira, a instituição autorizada a operar no mercado de câmbio deve transferir em até três dias úteis o valor em reais preestabelecido no exterior para a conta de depósito titulada pela pessoa natural destinatária final, observado que o valor de referida transferência está limitado a R$10.000,00 (dez mil reais);

III - as informações relativas às transferências tratadas neste artigo devem ser transmitidas ao Banco Central do Brasil até o dia dez do mês subsequente ao de sua realização, conforme instruções contidas no endereço eletrônico www.bcb.gov.br/menu Câmbio e Capitais Internacionais/Sistemas; e

IV - a instituição autorizada a operar no mercado de câmbio, no que se refere às relações com a instituição remetente dos recursos do exterior, deve:

a) obter informação suficiente sobre a instituição do exterior de forma a compreender plenamente a natureza de sua atividade e conhecer, a partir de informações publicamente disponíveis, a reputação da instituição e a qualidade da sua supervisão, incluindo se a instituição foi objeto de investigação ou de ação de autoridade de supervisão, relacionada com a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e certificar-se de que se trata de instituição que esteja sujeita a efetiva supervisão e que tenha presença física no país onde está constituída e licenciada;

b) avaliar e documentar os procedimentos e controles internos adotados pela instituição do exterior destinados à prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no tocante aos negócios relacionados às operações de que trata este artigo; e

c) obter aprovação do diretor responsável pelas operações relacionadas ao mercado de câmbio antes de estabelecer a relação com a instituição do exterior para os fins deste artigo." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Circular nº 3.691, de 2013, e os Anexos V, X e XIX da Circular nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a redação dos Anexos I, II, III e IV desta Circular, respectivamente.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 26 da Circular nº 3.691, de 2013.

Art. 4º Esta Circular entra em vigor em 1º de novembro de 2018.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA
Diretor de Fiscalização

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ANEXO I À CIRCULAR nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013
Modelo de contrato de câmbio celebrado com clientes

Contrato de câmbio		
Tipo do contrato de câmbio [__] compra [__] venda	Número do contrato de câmbio	
Evento [___] contratação [___] cancelamento [___] alteração	Data	

As partes a seguir denominadas, instituição autorizada a operar no mercado de câmbio e cliente, contratam a presente operação de câmbio nas condições aqui estipuladas e declaram que a operação subordina-se às normas, condições e exigências legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

Instituição autorizada a operar no mercado de câmbio		
Nome	CNPJ	
Endereço		
Cidade	UF	
Cliente		
Nome	CPF/CNPJ/Ident. do estrangeiro	
Endereço		
Cidade	UF/País	
Instituição intermediadora*		
Nome	CNPJ	
Dados da operação		
Cód. da moeda estrangeira	Valor em moeda estrangeira ( )	
Taxa cambial	Valor em moeda nacional R$ ( )	
Valor Efetivo Total (VET)*	Descrição da forma de entrega da moeda estrangeira	Liquidação até
Código da natureza	Descrição da natureza do fato	
Pagador ou recebedor no exterior*		
País do pagador ou do recebedor no exterior*	Código da relação de vínculo entre o cliente e o pagador/recebedor no exterior*	
Percentual de adiantamento sobre o contrato de câmbio*	RDE*	
Outras especificações		
Cláusulas contratuais		
Instruções de recebimento/pagamento		

O cliente declara ter pleno conhecimento do texto constante do respectivo contrato de câmbio, do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e em especial dos seus §§ 2º e 3º, transcritos neste documento, bem como da Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que regem a presente operação.

Art. 23, §§ 2º e 3º, da Lei nº 4.131, de 1962, com a redação dada pelo art. 44 da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017:

"§ 2º Constitui infração imputável individualmente ao estabelecimento bancário, ao corretor e ao cliente a declaração de falsa identidade no formulário que, segundo o modelo determinado pelo Banco Central do Brasil, será exigido em cada operação, assinado pelo cliente e visado pelo estabelecimento bancário e pelo corretor que nela intervierem.

§ 3º Constitui infração, de responsabilidade exclusiva do cliente, a declaração de informações falsas no formulário a que se refere o § 2º deste artigo."

Assinaturas

Instituição autorizada a operar no mercado de câmbio	Cliente	Instituição intermediadora*

* Campo a ser preenchido quando aplicável.

ANEXO II

ANEXO V À CIRCULAR Nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013
Códigos de classificação de operações relativos a transferências unilaterais

NATUREZA DA OPERAÇÃO	Nº CÓDIGO
Transferências correntes	
Manutenção de residentes	37004
Manutenção de estudantes	37011
Impostos	37028
Contribuições à seguridade social	37035
Contribuições a fundos de pensão	37042
Recebimento de benefícios de seguridade social	37059
Recebimento de benefícios de fundos de pensão	37066
Cooperação internacional	37073
Doações	37080
Vales e reembolsos postais internacionais	37097
Outras transferências correntes	37107
Ingressos de moeda estrangeira com valores em reais preestabelecidos no exterior para direcionamento dos recursos a pessoas naturais	37114
Transferências de capital	
Doações para obras de infraestrutura e aquisição de bens de capital	37200
Patrimônio	37217
Outras transferências de capital	37224

ANEXO III

ANEXO X À CIRCULAR Nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013
Códigos de classificação de operações relativos a arbitragens
e a trocas de câmbio manual por sacado e câmbio sacado por manual

NATUREZA DA OPERAÇÃO	Nº CÓDIGO
Arbitragens	
Operações no País	
Liquidação pronta	80013
Liquidação futura	80518
Operações no exterior	
Liquidação pronta	83034
Liquidação futura	83058
Troca de câmbio manual por sacado / sacado por manual	
Operações no País	86017
Operações no exterior	86024

ANEXO IV

ANEXO XIX À CIRCULAR Nº 3.690, de 16 de dezembro de 2013
Códigos relativos a formas de entrega da moeda estrangeira

FORMA DE ENTREGA	Nº CÓDIGO
Carta de crédito - à vista	10
Carta de crédito - a prazo	15
Conta de depósito	20
Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR)	25
Cheque	30
Em espécie e/ou cheques de viagem	50
Cartão pré-pago	55
Teletransmissão	65
Títulos e valores	75
Simbólica	90

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS

DECISÃO DO COLEGIADO DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

PARTICIPANTES
MARCELO BARBOSA - PRESIDENTE
GUSTAVO RABELO TAVAREZ BORBA - DIRETOR
HENRIQUE MACHADO - DIRETOR
PEDIDO DE ANULAÇÃO DE JULGAMENTO - MORRIS SAFDIÉ E LAECO ASSET MANAGEMENT LTDA. - PAS 06/2012
Relator: DGB

Acusados	Advogados
Morris Safdié Laeco Asset Management Ltda.	Carlos Augusto Junqueira OAB/RJ nº 114.289

Os Diretores Gustavo Gonzalez e Pablo Renteria declararam-se impedidos, não tendo participado do exame do caso.

Trata-se de pedido de anulação do julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 06/2012 ("PAS 06/2012"), realizado em 20 de agosto de 2018, formulado por Morris Safdié e Laeco Asset Management Ltda. ("Requerentes") em petição protocolada em 30/8/2018.

Alegam os Requerentes que o PAS 06/2012 estaria eivado de vícios que justificariam a anulação do seu julgamento em relação a eles, quais sejam, (i) a desconsideração de parecer técnico apresentado em conjunto com sua defesa; (ii) a "falta de impessoalidade entre Proponentes de Termo de Compromisso"; (iii) a "fixação de multa com dosimetria diametralmente oposta" à aplicada no PAS CVM nº 13/05; (iv) o "tratamento de vultuosa proposta de compromisso como bagatela"; e (v) a "irregular continuidade - não suspensão - da marcha processual".

Em sua manifestação, o Diretor Relator Gustavo Borba ressaltou que não obstante entenda ser possível ao órgão prolator da decisão reconhecer nulidade verificável de plano, preservando, inclusive, um trâmite processual mais eficiente, não vislumbra, no presente caso, qualquer vício que imponha a revisão da decisão proferida pelo Colegiado.

Com efeito, todos os supostos "vícios" apontados pelos Requerentes foram enfrentados ao longo do voto proferido no julgamento do PAS 06/2012, razão pela qual não há que se falar em "violação conjunta de direitos dos Administrados", conforme pretendeu a defesa.

Nesse sentido, Gustavo Borba destacou que a questão da falha na tramitação da proposta de termo de compromisso formulada pelos Requerentes foi enfrentada em seção específica de seu voto, além de o conteúdo da proposta ter sido apreciado e rejeitado em decisão do Colegiado de 5/7/2016, que considerou não somente os valores propostos como também a importância de um pronunciamento norteador do Colegiado sobre o caso.

Da mesma forma, muito embora o voto não se refira expressamente ao parecer técnico apresentado pelos Requerentes, as principais questões trazidas em tal documento encontram-se refletidas na seção III.1 (itens 87 a 107). Tampouco caberia falar em inovação quanto à dosimetria das penalidades aplicadas no PAS 06/2012, uma vez que a incidência do IPC-A para a correção dos valores de multas pecuniárias já havia sido adotada em processos anteriores, tal como o PAS SP2013/0448.

Por estas razões, o Diretor Relator entendeu não haver qualquer fundamento a justificar a revisão da decisão proferida pelo Colegiado no âmbito do PAS 06/2012, motivo pelo qual votou pela inadmissão do pedido de anulação do julgamento do referido processo.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhou o entendimento do Diretor Relator Gustavo Borba.

Rio de Janeiro-RJ, 21 de setembro de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe da Coordenação

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTOS

Ata de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

DIA 11 DE SETEMBRO DE 2018 A 13 DE SETEMBRO DE 2018

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.
Processo: 15504.723725/2011-37 - AUTO OMNIBUS NOVA SUISSA LTDA. - Acórdão: 2201-004.668
Processo: 13888.724299/2011-66 - MEDICINALLIS PHARMACIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA LTDA. EPP - Acórdão: 2201-004.669
Processo: 19740.000640/2008-40 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.670
Processo: 19740.000639/2008-15 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.671
Processo: 19740.000638/2008-71 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.672
Processo: 19740.000637/2008-26 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.673
Processo: 19740.000632/2008-01 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.674
Processo: 19740.000631/2008-59 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.675
Processo: 19740.000630/2008-12 - ICATU CAPITALIZAÇÃO S/A - Acórdão: 2201-004.676
Processo: 13005.001287/2009-33 - SOCIEDADE HOSPITAL SÃO GABRIEL ARCANJO - Retirado de pauta.
Processo: 16095.000499/2007-68 - BARDELLA S/A INDUSTRIAS MECÂNICAS - Acórdão: 2201-004.677
Processo: 16095.000496/2007-24 - BARDELLA S/A INDUSTRIAS MECÂNICAS - Acórdão: 2201-004.678
Processo: 15504.729632/2012-05 - SEI CONSULTORIA DE PROJETOS LTDA. - Pedido de vista.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os

membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 15504.724669/2011-58 - BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.679
Processo: 15504.724670/2011-82 - BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A - Acórdão: 2201-004.680
Processo: 11065.722347/2012-11 - CRIATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS E ARTEFATOS EM COURO LTDA. - ME - Acórdão: 2201-004.681
Processo: 11065.722348/2012-65 - CRIATIVA INDUSTRIA E COMERCIO DE BOLSAS E ARTEFATOS EM COURO LTDA. EPP - Acórdão: 2201-004.682
Processo: 13051.720128/2011-09 - SOCIEDADE HOSPITAL SÃO GABRIEL ARCANJO - Retirado de pauta.
Processo: 10935.723572/2015-68 - R. E. FERRARI & CIA. LTDA. - ME - Resolução: 2201-000.312
Processo: 11634.720342/2011-71 - DIVULGUE - BONES PROMOCIONAIS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 15983.000934/2008-68 - MONAVI SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA. - Acórdão: 2201-004.683
Processo: 13888.724349/2011-13 - MEDICINALLIS PHARMACIA DE MANIPULAÇÃO E DROGARIA LTDA. - ME - Acórdão: 2201-004.684
Processo: 16004.720412/2011-21 - METALTEC DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. - ME - Acórdão: 2201-004.685
Processo: 10950.720901/2016-10 - FRIGORÍFICO BIG BOI LTDA. - Acórdão: 2201-004.686
Processo: 13116.721914/2014-66 - GOIÁS VERDE ALIMENTOS LTDA. - Acórdão: 2201-004.687

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10280.720107/2017-89 - ANA MARIA CANELAS AGUILERA - Acórdão: 2201-004.688
Processo: 13896.720523/2015-75 - ANTONIO DIAS FELIPE - Acórdão: 2201-004.689
Processo: 10880.724028/2015-16 - GABRIEL GANANIAN - Acórdão: 2201-004.690
Processo: 12448.727931/2016-54 - LUDOVICO TAVARES GIANNATTASIO - Acórdão: 2201-004.691
Processo: 10120.727465/2015-93 - MARCELO MARTINS BORBA - Acórdão: 2201-004.692
Processo: 19515.721611/2013-46 - SALUSTIANO COSTA LIMA DA SILVA - Pedido de vista.
Processo: 10166.728797/2013-05 - HAROLDO DA COSTA AMORIM - Acórdão: 2201-004.693

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 10218.720560/2007-77 - JOÃO SOARES ROCHA - Acórdão: 2201-004.694
Processo: 10280.721105/2015-45 - AURELINO JOSE PEREIRA - Acórdão: 2201-004.695
Processo: 10410.724773/2016-82 - LUIZ CARLOS COSTA - Acórdão: 2201-004.696
Processo: 10660.721696/2016-67 - PEDRO DE ALMEIDA CÉSAR FILHO - Acórdão: 2201-004.697
Processo: 10183.005496/2005-83 - SERGIO CASALI PRANDINI - Acórdão: 2201-004.698
Processo: 13161.720283/2008-74 - ANNIBAL ESPINOLA RODRIGUES COELHO - Acórdão: 2201-004.699
Processo: 10880.722182/2014-72 - DINAH NOGUEIRA DUARTE DO VALLE - Acórdão: 2201-004.700
Processo: 13884.003058/2004-91 - PAULO ROBERTO NEVES FERNANDES - Acórdão: 2201-004.701
Processo: 10314.722750/2016-21 - JULIO GERIN DE ALMEIDA CAMARGO - Retirado de pauta.
Processo: 11080.730241/2016-26 - ALBERTO DAVI MATONE - Acórdão: 2201-004.702
Processo: 10880.029770/99-89 - ROBERTO DE LUCIA - Acórdão: 2201-004.703
Processo: 18329.720020/2013-96 - ILZA CUNHA QUEIROLO - Acórdão: 2201-004.704
Processo: 18329.720021/2013-31 - ILZA CUNHA QUEIROLO - Acórdão: 2201-004.705

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 11020.723276/2016-13 - MARIA CLARA LAIN - Acórdão: 2201-004.706
Processo: 10882.721525/2016-23 - DECIO PINHEIRO DE FARIA - Resolução: 2201-000.313
Processo: 13558.720002/2016-30 - JOSE CARLOS DE ARAUJO - Resolução: 2201-000.314
Processo: 15983.000092/2007-63 - GILBERTO GOMES MANSUR - Acórdão: 2201-004.707
Processo: 13808.005775/2001-17 - ARMANDO MELLAO NETO - Acórdão: 2201-004.708
Processo: 19515.722193/2013-12 - SALUSTIANO COSTA LIMA DA SILVA - Retirado de pauta.
Processo: 11624.720151/2014-71 - LUIZ ALBERTO MACHADO - Acórdão: 2201-004.709
Processo: 19985.724307/2015-86 - LUIZ ALBERTO MACHADO - Acórdão: 2201-004.710
Processo: 18470.723650/2015-41 - IVO DWORSCHAK FILHO - Resolução: 2201-000.315
Processo: 10580.732426/2011-67 - MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS - Resolução: 2201-000.316
Processo: 10580.722128/2017-54 - OSVALDO MATUTINO FILHO - Acórdão: 2201-004.711

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção, estando presentes os conselheiros Dione Jesabel Wasilewski, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim, Douglas Kakazu Kushiyama, Daniel Melo Mendes Bezerra, Marcelo Milton da Silva Risso e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Processo: 13807.002375/00-26 - WILSON ASSIS DIAS - Acórdão: 2201-004.712
Processo: 13888.720020/2013-37 - ANTONIO AUGUSTO FRANCO - Acórdão: 2201-004.713
Processo: 10907.722087/2016-95 - JORGE POSSAS VERNIZI - Acórdão: 2201-004.714
Processo: 10580.021381/99-53 - JOSE GERALDO ALMEIDA - Acórdão: 2201-004.715
Processo: 15504.725611/2011-21 - PAULO SOARES COELHO - Acórdão: 2201-004.716
Processo: 10680.720182/2012-22 - PAULO SOARES COELHO - Acórdão: 2201-004.717
Processo: 10882.722625/2015-96 - JOSE ARMANDO DA SILVA - Resolução: 2201-000.317

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da Turma

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.832, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016, e a Instrução Normativa RFB nº 1.704, de 31 de março de 2017, que dispõem sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária instituído pela Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 11 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. Será excluído do RERCT o contribuinte que apresentar declarações ou documentos falsos:

I - relativos à titularidade e à condição jurídica dos recursos, bens ou direitos objeto da regularização;

II - relativos ao § 3º do art. 7º; ou

III - relativos aos incisos V, VI e VII do caput do art. 7º;

"Art. 27. O não atendimento de quaisquer condições estabelecidas no art. 5º implicará nulidade da adesão ao RERCT e a consequente inaplicabilidade das disposições da Lei nº 13.254, de 2016, aos recursos, bens ou direitos declarados." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 2016, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

"Art. 30-A. Constatada incorreção em relação ao valor dos ativos, o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil responsável pelo procedimento lançará eventuais diferenças em auto de infração, para exigir o pagamento dos tributos e acréscimos legais incidentes sobre os valores declarados incorretamente, nos termos da legislação do imposto sobre a renda.

§ 1º Somente o pagamento integral dos tributos e acréscimos de que trata o caput no prazo de 30 (trinta) dias da ciência do auto de infração extinguirá a punibilidade dos crimes praticados pelo declarante previstos no § 1º do art. 5º da Lei nº 13.254, de 2016, relacionados aos ativos cujo valor foi declarado incorretamente.

§ 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da intimação da exigência, impugnar o lançamento, nos termos do art. 14 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

§ 3º A impugnação prevista no § 2º não suspende nem interrompe o prazo previsto no § 1º.

Art. 3º O Capítulo VI da Instrução Normativa RFB nº 1.627, de 2016, passa a vigorar acrescido da Seção III, posicionada imediatamente após o art. 30, com o seguinte enunciado:

"Do Procedimento de Revisão dos Valores declarados"

Art. 4º A Instrução Normativa RFB nº 1.704, de 31 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. Será excluído do RERCT o contribuinte que apresentar declarações ou documentos falsos:

I - relativos à titularidade e à condição jurídica dos recursos, bens ou direitos objeto de regularização;

II - relativos ao § 3º do art. 7º; ou

III - relativos aos incisos V, VI e VII do caput do art. 7º.

..... " (NR)

"Art. 27. O não atendimento de quaisquer condições estabelecidas no art. 5º implicará nulidade da adesão ao RERCT e a consequente inaplicabilidade das disposições da Lei nº 13.254, de 2016, aos recursos, bens ou direitos declarados." (NR)

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

PORTARIA Nº 1.456, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Altera o Anexo XVI da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 2º do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º No Anexo XVI da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, ficam excluídas da Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) de Novo Hamburgo-RS, da 10ª Região Fiscal, 1 (uma) Equipe de Informação Fiscal (EIF) e 1 (uma) função FG-1 a ela correspondente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI.

O COORDENADOR-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-1) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, alterada pela Instrução Normativa nº 1.734, de 01 de setembro de 2017, e ainda o que consta do processo nº 10030.001068/0818-44, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex 02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO MOMBELLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: Sprinter 415 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 415 CDI(Transporte de passageiros-teto baixo-entre eixos:3.665 mm) Capacidade de transporte: 10 (dez) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 11,847 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Sprinter 415 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 415 CDI(Transporte de passageiros-teto alto-entre eixos:3.665 mm) Capacidade de transporte: 10 (dez) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 13,279 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Sprinter 415 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 415 CDI(Transporte de passageiros-teto baixo-entre eixos:3.665 mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 11,847 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Sprinter 415 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 415 CDI(Transporte de passageiros-teto alto-entre eixos:3.665 mm) Capacidade de transporte: 16 (dezesseis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 13,279 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Sprinter 515 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 515 CDI(Transporte de passageiros-teto alto-entre eixos:4.325 mm) Capacidade de transporte: 18 (dezoito) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 16,560 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Sprinter 515 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 515 CDI(Transporte de passageiros-teto alto-entre eixos:4.325 mm) Capacidade de transporte: 20 (vinte) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 17,814 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

Nome do veículo: Sprinter 515 CDI Versão: Micro-ônibus Sprinter 515 CDI(Transporte de passageiros-teto alto-entre eixos:4.325 mm) Capacidade de transporte: 21 (vinte e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel)
Cilindradas: 2.143 cm³ / Volume interno do habitáculo = 17,814 m³ Marca Chassi: Mercedes-Benz Marca/Fabricante: Mercedes-Benz/Mercedes-Benz Argentina S.A. Ano/modelo: 2019/2019

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

declara cancelado o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Papel Imune - da pessoa jurídica que menciona.

No exercício das atribuições do cargo de AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Autoridade Tributária e Aduaneira da União, e com fundamento no art. 286, caput, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 2° da Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta no Processo Administrativo de n° 10166.726505/2018-04, declaro:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Papel Imune - da pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome empresarial: GRAFLOG - SERVIÇOS DIGITAIS LTDA

CNPJ: 13.923.105/0001-64

Registro Especial: GP-01101/00240

Parágrafo único. É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contado da publicação desse ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Brasília.

Art. 2º No caso de omissão na entrega da declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF - Papel Imune), fica vedada a concessão de novo Registro Especial, pelo prazo de 5 anos-calendário, à pessoa jurídica.

Art. 3º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

IZABELLE KAROLLINE D. C. ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

declara cancelado o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Papel Imune - da pessoa jurídica que menciona.

No exercício das atribuições do cargo de AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Autoridade Tributária e Aduaneira da União, e com fundamento no art. 286, caput, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 2° da Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta no Processo Administrativo de n° 10283.722290/2018-16, DECLARO:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Papel Imune - da pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome empresarial: GRÁFICAS E EDITORAS RAPHAELA LTDA

CNPJ: 63.646.855/0001-04

Registro Especial: GP-02201/00021

Parágrafo único. É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contado da publicação desse ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus.

Art.2° No caso de omissão na entrega da declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF - Papel Imune), fica vedada a concessão de novo Registro Especial, pelo prazo de 5 anos-calendário, à pessoa jurídica.

Art.3° Este Ato declaratório Oficial da União.

FLADIMIR PAES BARRETO DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

declara cancelado o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Papel Imune - da pessoa jurídica que menciona.

No exercício das atribuições do cargo de AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, Autoridade Tributária e Aduaneira da União, e com fundamento no art. 286, caput, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 2° da Lei n° 11.945, de 04 de junho de 2009, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB n° 1.817, de 20 de julho de 2018, e o que consta no Processo Administrativo de n° 10283.722289/2018-83, DECLARO:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial para operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos - Papel Imune - da pessoa jurídica a seguir identificada:

Nome empresarial: GRÁFICA MODERNA LTDA

CNPJ: 84.529.098/0001-69

Registro Especial: GP-02201/00022

Parágrafo único. É cabível recurso, no prazo de 30 dias, contado da publicação desse ato, ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Manaus.

Art.2° No caso de omissão na entrega da declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune (DIF - Papel Imune), fica vedada a concessão de novo Registro Especial, pelo prazo de 5 anos-calendário, à pessoa jurídica.

Art.3° Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLADIMIR PAES BARRETO DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS

PORTARIA Nº 5, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece critérios para o atendimento ao despacho de exportação nas atividades exercidas pela Receita Federal do Brasil no Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional Pinto Martins, nos dias e horários fora do expediente normal.

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 337 e 342, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, publicado no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, e na Portaria AL/FOR Nº 8, de 23 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U. de 26 de fevereiro de 2018, e considerando a necessidade de racionalizar as atividades de atendimento ao público e atividades internas no âmbito desta Inspetoria, resolve:

Art. 1º. Fica autorizado o atendimento ao despacho de exportação nos dias e horários fora do expediente normal nos seguintes casos:

I - plantas e animais vivos, frutas frescas e outros produtos facilmente perecíveis ou suscetíveis de danos causados por agentes exteriores; e

II - outras situações ou mercadorias, a serem avaliadas pelo responsável pelo despacho, mediante justificativa.

§ 1º - Observadas as disposições legais e normativas específicas, as mercadorias a serem exportadas nessas condições deverão ser apresentadas para despacho no Terminal de Carga Internacional - TECA do Aeroporto Internacional Pinto Martins até às 10h (dez horas) da data do embarque.

§ 2º - O prosseguimento do despacho fica a critério do Auditor-Fiscal responsável caso as mercadorias sejam apresentadas fora do horário estabelecido no parágrafo anterior ou em condições que venham a inviabilizar a sua regular conferência aduaneira.

§ 3º - O despacho ficará sob responsabilidade da Equipe Aduaneira - EAD desta Inspetoria, sediada no Terminal de Passageiros deste aeroporto, que deverá ser comunicada, previamente, até o primeiro dia útil anterior à data da apresentação do despacho por meio de mensagem eletrônica para a caixa corporativa: irfapm@rfb.gov.br.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário publicadas por esta Inspetoria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS WILSON AZEVEDO ALBUQUERQUE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.006, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

OPERAÇÃO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. RETENÇÃO. CESSÃO DE MÃO DE OBRA. SERVIÇOS CONTÍNUOS. CARACTERIZAÇÃO.

O serviço de transporte de passageiros sujeita-se à retenção previdenciária de que trata o artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 1991, quando executado mediante cessão de mão de obra, cabendo ao próprio contribuinte proceder à subsunção do fato à norma, mormente quanto ao requisito da continuidade.

Serviços contínuos são aqueles que constituem uma necessidade permanente da contratante, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não a sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes trabalhadores, sendo que sua caracterização não guarda relação com a periodicidade contratual, mas, sim, com a necessidade da empresa contratante.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA N.º 232 - COSIT, DE 15 DE MAIO DE 2017 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU DE 22 DE MAIO DE 2017, SEÇÃO 1, PÁGINA 23).

Dispositivos Legais: Lei n.º 8.212, de 1991, artigo 31, parágrafo 3º; Instrução Normativa RFB n.º 971, de 2009, artigos 115, parágrafo 2º, e 118, inciso XVIII; e Solução de Consulta n.º 232 - Cosit, de 2017.

ANTONIO DE PÁDUA ATHAYDE MAGALHÃES
Chefe

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.031, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Ementa: A SUJEIÇÃO AO REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS AUFERIDAS PELA REVENDEDORA DE PRODUTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA É CONDICIONADA À APURAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS (IRPJ) COM BASE NO LUCRO REAL.A partir de 1º de maio de 2004, as receitas decorrentes da venda de produtos sujeitos à tributação concentrada, tais como a gasolina ou o diesel, incluem-se no regime de apuração não cumulativa sempre que o contribuinte apurar o IRPJ com base no lucro real, salvo as exceções previstas no art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003.

CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. RECEITAS AUFERIDAS PELA REVENDEDORA DE PRODUTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. CUSTOS, ENCARGOS OU DESPESAS, EXCETO REFERENTES A PRODUTOS ADQUIRIDOS PARA REVENDA SUJEITOS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. POSSIBILIDADE.

Desde 1º de maio de 2004, já não há vedação ao desconto de créditos da Cofins em relação a custos, encargos ou despesas vinculados a receitas auferidas pela revendedora de produtos sujeitos à tributação concentrada no regime não cumulativo, exceto aqueles decorrentes da aquisição de produtos para revenda sujeitos à tributação concentrada, atendido o disposto nos incisos II a XI e §§ do art. 3º da Lei nº 10.833, de 2003.

MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS. VENDAS COM SUSPENSÃO, ISENÇÃO OU ALÍQUOTA ZERO. POSSIBILIDADE.

A regra geral esculpida no art. 17 da Lei nº 11.033, de 2004, autoriza que os créditos devidamente apurados porventura existentes sejam mantidos, mesmo após a venda com suspensão, isenção ou alíquota 0 (zero), mas não permite o aproveitamento de créditos cuja apuração seja vedada.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 64, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, inciso I; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, inciso I, alínea "b", e art. 10, incisos II e III; Lei nº 10.865, de 2004, art. 21 c/c art. 53; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ementa: A SUJEIÇÃO AO REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS AUFERIDAS PELA REVENDEDORA DE PRODUTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA É CONDICIONADA À APURAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS JURÍDICAS (IRPJ) COM BASE NO LUCRO REAL.A partir de 1º de maio de 2004, as receitas decorrentes da venda de produtos sujeitos à tributação concentrada, tais como a gasolina ou o diesel, incluem-se no regime de apuração não cumulativa sempre que o contribuinte apurar o IRPJ com base no lucro real, salvo as exceções previstas no art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002.

CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE. RECEITAS AUFERIDAS PELA REVENDEDORA DE PRODUTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. CUSTOS, ENCARGOS OU DESPESAS, EXCETO REFERENTES A PRODUTOS ADQUIRIDOS PARA REVENDA SUJEITOS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO CONCENTRADA. POSSIBILIDADE.

Desde 1º de maio de 2004, já não há vedação ao desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep, em relação a custos, encargos ou despesas vinculados a receitas auferidas pela revendedora de produtos sujeitos à tributação concentrada no regime não cumulativo, exceto aqueles decorrentes da aquisição de produtos para revenda sujeitos à tributação concentrada, atendido o disposto nos incisos II a XI e §§ do art. 3° da Lei nº 10.833, de 2003.

MANUTENÇÃO DE CRÉDITOS. VENDAS COM SUSPENSÃO, ISENÇÃO OU ALÍQUOTA ZERO. POSSIBILIDADE.

A regra geral esculpida no art. 17 da Lei nº 11.033, de2004, autoriza que os créditos devidamente apurados porventura existentes sejam mantidos, mesmo após a venda com suspensão, isenção ou alíquota 0 (zero), mas não permite o aproveitamento de créditos cuja apuração seja vedada.

VINCULAÇÃO À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 64, DE 19 DE MAIO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, inciso I; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, inciso I, alínea "b", e art. 8º, incisos II e III; Lei nº 10.865, de 2004, art. 21 c/c art. 53; Lei nº 11.033, de 2004, art. 17.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.723338/2018-77, declara:

Art. 1º - Co-habilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativamente ao fornecimento dos materiais necessários à ampliação da subestação Banabuiu, incluindo serviços relacionados a projetos civis, eletromecânicos e de MPCCS, além de substituição do 2º transformador trifásico 230/69 kv, conjunto de sobressalentes referente ao controle e supervisão indicado no volume 4 das instruções técnicas de fornecimento da obra de titularidade da empresa Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, inscrita no CNPJ sob o nº 33.541.368/0001-16, matrícula CEI nº 51.243.41177/79, com previsão de conclusão em 25/08/2019, aprovado pela Portaria nº 210, de 26 de outubro de 2016, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2016, Seção 1, Páginas 57.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Concede co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.723834/2018-21, declara:

Art. 1º - Co-habilitada, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a empresa TABOCAS PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.130.160/0001-43, relativamente ao Contrato de Engenharia, Procurement e Construção das Instalações de Transmissão em conexão com os termos e condições estabelecidos nos Documentos de Licitação do Lote 15 do Leilão nº 05/2016-ANEEL, e neste Contrato, para fornecer todos os serviços exigidos nos Documentos de Licitação em conexão com a implementação/construção das Instalações de Transmissão da obra de titularidade da empresa ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA SA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.008.887/0001-83, matrícula CEI nº 51.243.33957/73, com previsão de conclusão em 11/08/2021, aprovada pela Portaria nº 38, de 02 de fevereiro de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2018, Seção 1, páginas 78 e 79.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

PORTARIA N° 53, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS n° 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS na21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1ndo art. 1nda Lei nn9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2fido Decreto n° 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei na11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1°_Excluir a pessoa jurídica MOBILE LTDA, CNPJ: 26.260.513/0001-25, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (Lei 9.964/2000), de acordo com o inciso II do art. 5o da Lei 9.964/2000: "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 20007"Parecer PGFN n° 1.206/2013 - "inadimplência/Parcelas irrisórias", conforme registrado no processo administrativo n - 10680.728736/2018-25, com efeitos a partir de 01/10/2018.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 13639.000101/2002-04, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Gráfica, nº GP-06104/00032, da empresa EDITORA GRÁFICA MURIAÉ LTDA, CNPJ 20.351.334/0001-17, estabelecida na Rua José Borges Abrantes, nº 25, Centro, Muriaé/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 22, de 11 de junho de 2010.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 22, publicado no DOU de 14/06/2010.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 13608.720249/2014-51, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Gráfica, nº GP-06104/00093, da empresa FONTOURA IMPRESSÕES LTDA, CNPJ 20.543.333/0001-74, estabelecida na Rua João Vidal de Carvalho, nº 140 Loja, Guarapiranga, Ponte Nova/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 34, de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 34, publicado no DOU de 02/01/2015.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de USUÁRIO.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 13608.720249/2014-51, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Usuário, nº UP-06104/00094, da empresa FONTOURA IMPRESSÕES LTDA, CNPJ 20.543.333/0001-74, estabelecida na Rua João Vidal de Carvalho, nº 140 Loja, Guarapiranga, Ponte Nova/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 35, de 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 34, publicado no DOU de 02/01/2015.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 10640.000502/2002-29, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Gráfica, nº GP-06104/00034, da empresa GRÁFICA RIO BRANCO LTDA, CNPJ 21.554.969/0001-84, estabelecida na Rua Bernardo Mascarenhas, nº 1027, Fabrica Juiz de Fora/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 23, de 11 de junho de 2010.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 23, publicado no DOU de 14/06/2010.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de GRÁFICA.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 10640.720180/2013-91, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Gráfica, nº GP-06104/00079, da empresa UP TEXTIL EIRELI, CNPJ 97.527.575/0001-07, Av. Rui Barbosa, nº 474, Galpão 106, Santa Terezinha, Juiz de Fora/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 2, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 2, publicado no DOU de 21/02/2013.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de IMPORTADOR.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 10640.720180/2013-91, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Importador, nº IP-06104/00080, da empresa UP TEXTIL EIRELI, CNPJ 97.527.575/0001-07, Av. Rui Barbosa, nº 474, Galpão 106, Santa Terezinha, Juiz de Fora/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 3, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 3, publicado no DOU de 21/02/2013.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Cancela o Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de USUÁRIO.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, considerando o disposto no artigo 11, Inciso III e IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018 e, ainda, o que consta no processo administrativo nº 10640.720180/2013-91, declara:

Art.1º.- Cancelado o Registro Especial, instituído pelo artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na atividade Usuário, nº UP-06104/00081, da empresa UP TEXTIL EIRELI, CNPJ 97.527.575/0001-07, Av. Rui Barbosa, nº 474, Galpão 106, Santa Terezinha, Juiz de Fora/MG, concedido através do Ato declaratório Executivo nº 4, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 2º.- Fica revogado o Ato declaratório Executivo nº 4, publicado no DOU de 21/02/2013.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIOGO RAMALHO VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 23 DE AGOSTO DE 2018

declara nula a inscrição da entidade que menciona perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria DRF/NIT n° 80, de 24/09/2015, publicada no D.O.U. de 28/09/2015, na qual lhe foram outorgadas as atribuições constantes do art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, declara:

Art. 1º Nula a inscrição nº 18.984.551/0001-00 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do contribuinte RAFAEL FIGUEIREDO 09464647744, por constatação de vício no ato cadastral praticado perante o CNPJ, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso II e §1º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, e ainda o que consta do processo nº 15553.720046/2018-05.

Art. 2º Este ADE produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo, em virtude do contido no §2º do art.35, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

MARCELO ROCHA PAURA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

declara habilitada ao regime o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped), na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinada a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa do pagamento dos tributos federais, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.045889/0818-21, com fulcro nos artigos 2º, inciso IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços Saipem do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., CNPJ (Matriz) nº 05.101.651/0001-91, extensivo à sua filial 05.101.651/0002-72, até 10/11/2022, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS -, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 133, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza a cessão de uso de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no D.O.U de 11 de outubro de 2017, seção 1, página 22, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 17284.720154/2018-12, resolve:

Art. 1º - Autorizar a CESSÃO DE USO dos bens constantes das DI nºs 17/2198454-4, 17/2221013-5, 17/2231853-0 com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da REDE DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO - REDETEC, CNPJ 39.092.812/0001-40, para a UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ, CNPJ 33.540.014/0001-57.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 274, inciso IV, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e da competência prevista no art. 7º da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19 de março de 2004, e em vista do constante nos autos do Processo MF nº 10814.724977/2017-51, declara:

Art. 1º. Alterado o endereço a que alude o art. 7º, inciso II, da Instrução Normativa (IN) nº 409, de 19 de março de 2004, das mercadorias admitidas no Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado caracterizadas como catering, das companhias aéreas beneficiárias deste Regime, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos e que se encontram armazenadas na empresa Gate Gourmet Ltda. - CNPJ 69.012.656/0001-20, na condição de fiel depositária.

Art. 2º. O endereço passará da Rua Maria Garcia Utrilla nº 453, bairro Cumbica - Guarulhos/SP para Rodovia Helio Smidt s/n - Setor de Apoio C - LUC APAC0009, dentro da zona primária do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos.

Art. 3º. Autorizada a remoção das mercadorias para o novo endereço, adotando-se para tanto as devidas cautelas fiscais e aduaneiras vigentes.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 24 de outubro de 2017.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

declara a baixa de ofício por inexistência de fato perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com fundamento no disposto no art. 29, inciso II, alínea b, "2", da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º - declarar BAIXADA DE OFÍCIO, com efeitos a partir da publicação deste ADE, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 06.921.507/0001-64, da sociedade V F F RAÇÕES LTDA - ME, considerando o teor do processo administrativo nº 13888.723882/2016-64 em que foi constatada a inexistência de fato da pessoa jurídica, por não ter sido localizada no endereço constante do CNPJ.

Art. 2º - Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

VITÓRIO DE JESUS DE LUCA BRUNHEROTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 9, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Inscrição no Registro de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Despachantes Aduaneiros:

CPF	NOME	PROCESSO
296.141.468-77	Rosenildo de Oliveira Pereira	10494.720273/2018-51

Art. 2º CANCELAR a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros:

INSCRIÇÃO	CPF	NOME	PROCESSO
8A.12.952	296.141.468-77	Rosenildo de Oliveira Pereira	11128.008120/07-10

Art. 3º O Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 4º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 641, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de julho de 2018:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
483	03.07.2018	Compra	NTN-B	15.08.2020	1	04.07.2018	4,0400	10.000	32.995.788,50	0	0,00
483	03.07.2018	Compra	NTN-B	15.05.2021	1	04.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
483	03.07.2018	Compra	NTN-B	15.08.2022	1	04.07.2018	5,2700	875.000	2.853.274.907,10	0	0,00
483	03.07.2018	Compra	NTN-B	15.05.2023	1	04.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
482	03.07.2018	Venda	NTN-B	15.08.2020	1	04.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
482	03.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2021	1	04.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
482	03.07.2018	Venda	NTN-B	15.08.2022	1	04.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
482	03.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	04.07.2018	5,3876	200.000	643.191.423,60	0	0,00
487	04.07.2018	Compra	NTN-F	01.01.2023	1	05.07.2018	10,4429	700.000	690.787.897,45	0	0,00
487	04.07.2018	Compra	NTN-F	01.01.2025	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
487	04.07.2018	Compra	NTN-F	01.01.2027	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
487	04.07.2018	Compra	NTN-F	01.01.2029	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
486	04.07.2018	Venda	NTN-F	01.01.2023	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
486	04.07.2018	Venda	NTN-F	01.01.2025	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
486	04.07.2018	Venda	NTN-F	01.01.2027	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
486	04.07.2018	Venda	NTN-F	01.01.2029	1	05.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
496	05.07.2018	Venda	LFT	01.09.2024	1	06.07.2018	0,0293	2.097.700	20.087.858.227,30	0	0,00
496	05.07.2018	Venda	LFT	01.09.2024	2	06.07.2018	0,0243	39.402	377.318.699,75	0	0,00
495	05.07.2018	Venda	LTN	01.10.2019	1	06.07.2018	8,0888	1.500.000	1.362.823.447,70	0	0,00
495	05.07.2018	Venda	LTN	01.10.2019	2	09.07.2018	8,0811	300.000	272.648.867,10	0	0,00
495	05.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	06.07.2018	9,1400	1.000.000	822.596.957,50	0	0,00
495	05.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	09.07.2018	9,1345	120.000	98.746.069,92	0	0,00
495	05.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	06.07.2018	10,4110	1.000.000	674.896.643,20	0	0,00
495	05.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	09.07.2018	10,4051	200.000	135.032.462,80	0	0,00
500	10.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	11.07.2018	5,4460	153.000	492.899.086,83	0	0,00
500	10.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	2	11.07.2018	5,4460	17.460	56.248.484,03	0	0,00
500	10.07.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	1	11.07.2018	5,6100	47.000	154.513.034,95	0	0,00
500	10.07.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	2	11.07.2018	5,6100	0	0,00	0	0,00
500	10.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	11.07.2018	0,0000	0	0,00	0	0,00
500	10.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	11.07.2018	5,7400	10.000	32.777.332,30	0	0,00
504	12.07.2018	Venda	LTN	01.04.2019	1	13.07.2018	7,1538	1.500.000	1.428.663.770,69	0	0,00
504	12.07.2018	Venda	LTN	01.04.2019	2	16.07.2018	7,1416	0	0,00	0	0,00
504	12.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	13.07.2018	8,9250	1.500.000	1.241.510.740,70	12.000.000	9.932.085.924,00
504	12.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	16.07.2018	8,9170	0	0,00	0	0,00
504	12.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	13.07.2018	10,2790	1.000.000	679.428.190,53	12.000.000	8.153.138.292,00
504	12.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	16.07.2018	10,2730	0	0,00	0	0,00
524	19.07.2018	Venda	LFT	01.09.2024	1	20.07.2018	0,0289	2.000.000	19.197.830.624,22	2.000.000	19.197.832.036,00
524	19.07.2018	Venda	LFT	01.09.2024	2	20.07.2018	0,0259	32.066	307.798.841,03	0	0,00
523	19.07.2018	Venda	LTN	01.10.2019	1	20.07.2018	7,8088	1.000.000	914.167.832,28	0	0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

523	19.07.2018	Venda	LTN	01.10.2019	2	23.07.2018	7,8026	120.000	109.732.915,56	0	0,00
523	19.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	20.07.2018	8,9338	1.000.000	828.932.035,08	12.000.000	9.947.184.420,00
523	19.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	23.07.2018	8,9257	200.000	165.842.878,40	0	0,00
523	19.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	20.07.2018	10,2950	1.000.000	680.400.240,20	12.000.000	8.164.802.880,00
523	19.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	23.07.2018	10,2874	200.000	136.133.172,60	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	1	25.07.2018	5,3180	254.900	829.294.386,40	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2023	2	25.07.2018	5,3180	9.067	29.498.674,78	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	1	25.07.2018	5,5480	45.100	149.642.697,04	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.08.2028	2	25.07.2018	5,5480	0	0,00	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	25.07.2018	5,6980	46.000	150.350.987,39	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	25.07.2018	5,6980	2.734	8.936.078,25	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	25.07.2018	5,7200	54.000	178.382.077,41	0	0,00
531	24.07.2018	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	25.07.2018	5,7200	4.320	14.270.566,19	0	0,00
537	26.07.2018	Venda	LTN	01.04.2019	1	27.07.2018	6,9523	1.500.000	1.434.315.601,24	0	0,00
537	26.07.2018	Venda	LTN	01.04.2019	2	30.07.2018	6,9472	294.285	281.473.555,32	0	0,00
537	26.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	1	27.07.2018	8,7520	1.500.000	1.249.911.335,00	0	0,00
537	26.07.2018	Venda	LTN	01.10.2020	2	30.07.2018	8,7491	299.999	250.065.035,85	0	0,00
537	26.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	1	27.07.2018	10,0797	1.500.000	1.030.366.577,68	0	0,00
537	26.07.2018	Venda	LTN	01.07.2022	2	30.07.2018	10,0739	300.000	206.152.384,50	0	0,00

JOSE FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 1.079, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.611841/2018-90, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ 67.865.360/0001-27, com sede da cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 29 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

RESOLUÇÃO Nº 226, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Recuperação das Guias de Recolhimento da União - GRU, emitidas e pagas. Devolução de prazo para peticionar

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do INPI, aprovado pela Portaria GM/MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO que no período de 18h45, do dia 22/08/2018 a 22h15, do dia 23/08/2018, podem haver Guias de Recolhimento da União - GRU, emitidas nesse período, que ainda não estão sendo reconhecidas pelos sistemas;

CONSIDERANDO que essa ocorrência, dificulta as ações dos usuários quanto ao peticionamento e ao cumprimento dos prazos legais;

CONSIDERANDO, ainda, o compromisso e a necessidade de resguardar o direito dos usuários do INPI, resolve:

Art. 1º Esta Resolução disciplina a devolução dos prazos para a prática dos atos perante o INPI, em razão do não reconhecimento das Guias de Recolhimento da União, emitidas no período de 18h45 do dia 22/08/2018 e 22h15 do dia 23/08/2018.

Art. 2º Na medida em que as Guias de Recolhimento da União, emitidas no período de que trata o artigo 1º desta Resolução, forem habilitadas nos sistemas, serão divulgadas na Revista Eletrônica da Propriedade Industrial - RPI e poderão ser utilizadas para os fins a que se destinam, desde que pagas no prazo legal.

Art. 3º Fica estabelecido, em caráter excepcional, o prazo de 10 (dez) dias, contado a partir do primeiro dia subsequente à divulgação, na RPI, relativa ao Art. 2º, para que os usuários possam utilizar as Guias de Recolhimento da União e praticar os atos previstos na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, e sua publicação se dará no Diário Oficial da União, sem prejuízo da sua veiculação na Revista Eletrônica da Propriedade Industrial.

LUIZ OTÁVIO PIMENTEL

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

SECRETARIA DE INOVAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 27, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Desenvolvimento e Competitividade Industrial-Substituta do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de ELETRODO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.br e cgpri@suframa.gov.br.

ANDREA PEREIRA MACERA

ANEXO

PROPOSTA Nº 035/2016 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE ELETRODO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA:

(Obs.: A Consulta está em forma de Portaria)

"Art. 1º Estabelecer para o produto ELETRODO PARA MONITORIZAÇÃO CARDÍACA, para uso médico hospitalar, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - mistura dos componentes, expansão da espuma e adesivação;

II - estampagem do pino e injeção do contra-pino;

III - mistura, cobrimento, cura química, transferência para um substrato plástico e enrolamento do gel sólido transferível;

IV - corte da tira adesiva de espuma, a partir do rolo máster;

V - laminação da fita adesiva impressa;

VI - aplicação do pino e contra-pino metálicos;

VII - laminação do gel;

VIII - laminação do liner;

IX - impressão, corte, dobra e colagem, conforme aplicável, da embalagem individual;

X - impressão, corte, dobra e colagem, conforme aplicável, da embalagem coletiva;

XI - teste laboratorial de condutividade elétrica; e

XII - teste laboratorial para garantir o fechamento hermético da embalagem individual.

§1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto a etapa constante nos incisos III e IX, que poderão ser realizadas em outras regiões do País.

§2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto uma das etapas, que não poderá ser terceirizada.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação."

CONSULTA PÚBLICA Nº 28, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - Substituta do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação do Processo Produtivo Básico - PPB de FITA MICROPOROSA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS EM GERAL.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, cgct.ppb@mctic.gov.brmailto: e cgpri@suframa.gov.br.

ANDREA PEREIRA MACERA

ANEXO

PROPOSTA Nº 034/2016 - FIXAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE FITA MICROPOROSA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS EM GERAL:

I - ETAPAS PRODUTIVAS PROPOSTAS:

I - extrusão e cobrimento do não tecido;

II - corte longitudinal e/ou transversal das fitas com adesivo acrílico hipoalergênico, a partir do rolo máster;

III - rebobinamento;

IV - injeção plástica, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) da capa de proteção, quando aplicável;

V - conformação, injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) do núcleo interno de papelão ou plástico, conforme o caso;

VI - impressão, corte, dobra e/ou colagem das embalagens individual e coletiva;

VII - inspeção do produto acabado; e

VIII - embalagem.

II - CONDICIONANTES:

a)Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto a etapa I, que poderá ser terceirizada em outras regiões do País.

b) Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas descritas nos incisos VII e VIII, que não poderão ser terceirizadas.

COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece os Programas Prioritários para Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

O COMITÊ DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA - CAPDA, tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 27 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos Programas Prioritários para investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Art. 2º Fica estabelecido o Programa Prioritário de ECONOMIA DIGITAL, abrangendo:

I - Inteligência artificial;

II - Internet das coisas;

III - Análise e tratamento de grandes volumes de dados (big data);
IV - Cibersegurança;
V - Realidade aumentada e realidade virtual; e
VI - Computação nas nuvens.

§ 1º As tecnologias de informação e comunicação poderão ser aplicadas às áreas de saúde, educação, agronegócio, segurança, energia, mobilidade e telecomunicações.

§ 2º As definições específicas das áreas de abrangência previstas nos incisos I a X seguem as previstas na Resolução nº 40, de 10 de maio de 2018, do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Art. 3º Fica estabelecido o Programa Prioritário de BIOECONOMIA, que consiste no desenvolvimento de soluções para a exploração econômica sustentável da biodiversidade, abrangendo:

I - Prospecção de princípios ativos e novos materiais a partir da biodiversidade amazônica;
II - Biologia sintética, engenharia metabólica, nanobiotecnologia, biomimética e bioinformática;
III - Processos, produtos e serviços destinados aos diversos setores da bioeconomia;
IV - Tecnologias de suporte aos sistemas produtivos regionais ambientalmente saudáveis;
V - Tecnologias de biorremediação, tratamento e reaproveitamento de resíduos;
VI - Negócios de impacto social e ambiental; e
VII - O estabelecimento ou aprimoramento de Incubadoras e Parques de Bioindústrias.

Art. 4º Fica estabelecido o Programa Prioritário de FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, abrangendo:

I - Engenharias;
II - Computação e tecnologias da informação;
III - Bioeconomia;
IV - Pesca e aquicultura;
V - Produção agropecuária e agroflorestal sustentável;
VI - Fármacos e cosméticos;
VII - Energias renováveis;
VIII - Ciência e tecnologia dos alimentos; e
IX - Empreendedorismo.

Art. 5º Fica estabelecido o Programa Prioritário de FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO INOVADOR, que consiste no desenvolvimento de um ecossistema de empreendedorismo inovador, abrangendo:

I - Cultura empreendedora;
II - Estruturação de novos negócios;
III - Desenvolvimento de competências e habilidades em gestão de negócios inovadores;
IV - Capacitação empreendedora;
V - Preparação de aceleradoras e incubadoras;
VI - Incentivo ao capital empreendedor;
VII - Escalonamento (scale-up): aceleração de empresas inovadoras de alto crescimento; e
VIII - Investimento corporativo em capital de risco (corporate venture): incentivo aos investimentos em negócios inovadores nascentes.

Art. 6º Fica estabelecido o Programa Prioritário de INDÚSTRIA 4.0 E MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL, que consiste no desenvolvimento de um ecossistema voltado para a indústria 4.0 e a manufatura do futuro, abrangendo:

I - Sistemas ciber-físicos;
II - Sistemas inteligentes de manufatura;
III - Automação de processos industriais;
IV - Impressão 3D;
V - Robótica;
VI - Fábricas inteligentes;
VII - Inteligência artificial;
VIII - Cibersegurança;
IX - Análise e tratamento de grandes volumes de dados (big data);
X - Realidade virtual; e
XI - Novas técnicas de manufatura enxuta e digitalização industrial.

Art. 7º Fica revogada a Resolução nº 3, de 12 de setembro de 2017, do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA
Coordenador do Comitê

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.535, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2005.01.51923, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por DAYR MACHADO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 081.927.820-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.536, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58554, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por WISLER JOSÉ DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 140.578.834-87.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.537, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2010.01.68098, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARILZA FERREIRA DA SILVA SCHENK, inscrita no CPF sob o nº 608.572.857-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.538, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 12ª Sessão de Turma, realizada no dia 24 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56680, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO JALES OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 047.520.664-91.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.539, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55698, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por FRANCISCO DE SALLES BEZERRA, inscrito no CPF sob o nº 012.946.603-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.540, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 16ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.59135, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MARLENE APARECIDA DA FONSECA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 445.306.926-04.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.541, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53452, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por IVAN TELES, inscrito no CPF sob o nº 075.000.417-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.542, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 21 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.60183, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por NILSON CARLOS FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 133.044.104-49.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.543, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58411, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JULIO NEVES CORRÊA, inscrito no CPF sob o nº 070.900.217-34.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.544, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.55654, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ORESTES RIBEIRO XAVIER, inscrito no CPF sob o nº 070.789.867-68.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.545, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60783, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ELIAS GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 020.334.368-96.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.546, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57744, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por SCYLLA LEIROZ, inscrito no CPF sob o nº 044.311.707-15.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.547, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58737, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de CARLOS ANDRÉ, filho de NAIR PEIXOTO ANDRÉ.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.548, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58691, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por URIAS FONSECA ROCHA, inscrito no CPF sob o nº 230.367.371-20.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.549, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57808, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO ALFREDO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 194.957.147-53.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.550, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.58333, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por ANTONIO LUIZ BOTELHO GARCIA, inscrito no CPF sob o nº 050.026.057-53.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.551, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.57558, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por PAULO NAZARENO DE SOUZA, inscrito no CPF nº 054.190.187-72.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.552, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 14ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53052, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por JOSE GABRIEL DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 266.537.967-87.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.553, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 13ª Sessão de Turma, realizada no dia 19 de junho de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2007.01.56749, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de LAURO PEREIRA BARCELOS, filho de MARIA PEREIRA BARCELOS.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.554, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do parecer proferido pela Comissão de Anistia, na 10ª Sessão de Turma, realizada no dia 22 de maio de 2018, no Requerimento de Anistia nº 2006.01.53163, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia post mortem de JOSÉ BENICIO COSTA, filho de MARIA CLARINDA NUNES.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.555, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08389.001570/2016-97, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CORNELIO AGUILERA, de nacionalidade paraguaia, filho de Graziela Aguilera, nascido no Paraguai, em 2 de fevereiro de 1992, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.556, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012358/2011-69, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALCIDES MELGAR CLAUDIO, de nacionalidade boliviana, filho de Alcidez Melgar Lizaraga e de Juana Silva Claudio, nascido na Bolívia, em 23 de janeiro de 1973, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.557, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.009559/2015-11, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, YONI ALI AYALA CABALLERO, de nacionalidade paraguaia, filho de Benigno Ayala e de Antonia de Ayala, nascido no Paraguai, em 19 de janeiro de 1988, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

DESPACHOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 591 - Processo: 08444.002664/2017-52. Assunto: Indeferimento de Naturalização. Interessado: YVES MONARQUE.

1. No uso da competência a mim atribuída pelo art. 218 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, indefiro o recurso e mantenho a decisão recorrida, tendo em vista que o interessado não atendeu ao disposto no inciso III do art. 65 da Lei 13.445, de 24 de maio de 2017.

2. Publique-se.

Nº 592 - Processo: 08505004880201690. Assunto: Indeferimento de Naturalização. Interessado: MAJED OMAR EL JAROUCH.

1. No uso da competência a mim atribuída pelo art. 218 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, indefiro o recurso e mantenho a decisão recorrida, tendo em vista que o naturalizando não cumpriu com o requisito previsto no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

2. Publique-se.

TORQUATO JARDIM
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.136, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08012.005069/2010-82 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.004076/2017-85)
Representante: SDE ex officio
Representados: Valter Taranzano, Lars Snitkjaer e Keishi Masuda
Advogados: Guilherme José Braz de Oliveira, Bruna Hayar Fuscella, Mauro Grinberg, Ricardo Motta, Paloma Almeida e outros.

Considerando o Termo de Compromisso de Cessação - TCC firmado e homologado na 129ª Sessão Ordinária de Julgamento do Cade (Requerimento nº 08700.003624/2018-31), determino: (i) a suspensão do presente Processo Administrativo em relação ao Representado Keishi Masuda até o julgamento final do caso pelo Tribunal Administrativo do Cade, nos termos do art. 85, §§ 9º e 10 da Lei nº 12.529/2011; (ii) a juntada de documentação relacionada ao supracitado TCC para que para que constem do conjunto probatório, em conformidade com as competências previstas nos arts. 13 e 72 da Lei 12.529/2011. Os documentos SEI nº 0519597; 0521618; e 0526753 deverão ser juntados aos autos nº 08700.004076/2017-85. Ficam os Representados intimados de que: (a) a ciência dos documentos juntados independe de vista, por se tratar de processo eletrônico; (b) faculta-se a manifestação sobre tais documentos até o final da instrução, sem prejuízo das alegações previstas no art. 73 da Lei nº 12.529/2011; (c) conforme consta do instrumento do TCC, seu objeto adstringe-se ao escopo da conduta investigada no presente Processo Administrativo. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 1.185 - Ato de Concentração nº 08700.005371/2018-30. Requerentes: Swiss Re Direct Investments Company Ltd e USS Soluções Gerenciadas S.A. Advogados: Denise Junqueira, Joyce Midori Honda e Ricardo Lara Gaillard. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.198 - Ato de Concentração nº 08700.005492/2018-81. Requerentes: Permira Holdings Limited e Evonik Industries AG. Advogados: Renata Zuccolo, Renata Caied, Francisco Ribeiro Todorov, Adriana Franco Giannini e Felipe Cardoso Pereira. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.202 - Ato de Concentração nº 08700.005461/2018-21. Requerentes: Omega Geração S.A., EDF EN do Brasil Participações Ltda. e Canadian Solar UK Projects Ltd. Advogados: Eduardo Caminati Anders, Marcio De Carvalho Silveira Bueno e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.210 - Ato de Concentração nº 08700.005174/2018-11. Requerentes:China Three Gorges (Europe) S.A. e EDP - Energias de Portugal, S.A.. Advogados: Maria Eugênia Novis, Ana Bátia Glenk e João Felipe Achcar de Azambuja. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6

DESPACHO Nº 1.200, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.001486/2017-74 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.002911/2017-42)
Representante: Cade ex officio
Representados: Faurecia Emissions Technologies do Brasil S.A., Magneti Marelli Sistemas Automotivos Indústria e Comércio Ltda., Tenneco Brasil Ltda., Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda., Caetano Piragine Zafra, Carlos Eduardo Sambinelli, Fernando Petrolino, Guillermo Luis Minuzzi, Juliano Alves Lindo, Manoel Ribeiro da Silva, Rafael Rampazzo, Renata Luci Durante e Roberto Carelli.
Advogados: Lauro Celidônio, Barbara Rosenberg, Mariana Tavares de Araujo, Bruno de Luca Drago, Enrico Gutierres Lourenço, Hermes Nereu Cardoso Oliveira, Cláudio Felippe Zalaf, Felipe Schmidt Zalaf, Fábio Martins Bonilha Curi e outros.

Considerando a comunicação da renúncia (0528272) do pedido de reagendamento das oitivas anteriormente formulado pela Tenneco e demais pessoas físicas (0516379), e em atenção ao pedido de confirmação das audiências (0527830), decido pela manutenção das datas das oitivas e depoimentos objeto da Nota Técnica nº 23/2018/CGAA6/SGA2/SG/CADE (0446504), item II.2, e do Despacho SG 251/2018, itens iv e vi (0446747), posteriormente modificadas pelos Despachos SG 339/2018 (0454019), SG 599/2018 (0475884), SG 922/2018 (0505105) e SG 1035/2018 (0513935) nos dias 04 e 05 de outubro deste ano, mantendo-se a ordem, local e os horários das oitivas das testemunhas e depoimentos pessoais conforme já especificado na referida Nota Técnica. Com isso, intimo os Representados Guilhermo Luis Minuzzi, Carlos Eduardo Sambinelli, Rafael Rampazzo, Roberto Carelli e Tenneco Brasil Ltda. para comparecimento nas audiências agendadas nas datas especificadas neste Despacho e intimo os demais Representados das audiências de oitiva de testemunhas e de tomada de depoimentos a serem realizadas no local, datas e horários especificados neste Despacho e na referida Nota Técnica. Ao Protocolo.

RAVVI AUGUSTO DE ABREU COUTINHO MADRUGA
Coordenador-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHO

Considerando a constatação de erro na análise processual, no qual resultou na informação equivocada sobre o falecimento da interessada, TORNO SEM EFEITO o ato de arquivamento da republicação publicado no Diário Oficial da União de 13/05/2010, Seção 1, pag. 55. Quanto a reiteração do pedido de republicação da concessão da permanência publicada no Diário Oficial da União de 01/03/1996, Seção 1, pag. 3.396 , determino o seu ARQUIVAMENTO, com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, §2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito da requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal. Processo nº 08458.000814/95-31 - URANIA ANAGNOSTIDES PEIXOTO

MARTHA PACHECO BRAZ
Chefe

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS

Considerando que o requerimento foi protocolado sob a vigência da Lei 6.815/80, DEFIRO o pedido de restabelecimento de permanência formulado pelo nacional português, JOSÉ EMANUEL DA CUNHA ABREU DA COSTA, na forma do art. 2º, da Resolução Normativa 05/97 do Cnig.

Processo nº 08792.001824/2017-96 - JOSÉ EMANUEL DA CUNHA ABREU DA COSTA

Considerando que o interessado não forneceu o seu endereço completo para fins de notificação, o que impossibilita a devida instrução processual, determino o ARQUIVAMENTO do processo nº 08389.009829/2017-29 - EDUARDO EMMANUEL ZERDA

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.072552/2017-05 - LINDA MACEDO
Processo nº 08460.000777/2018-04 - MOHAMAUD SEID
Processo nº 08494.000654/2018-78 - JEAN SHELNO E ST FERY
Processo nº 08500.052544/2017-84 - SANTOS PAULO NOMBE
Processo nº 08230.002403/2017-48 - MANUEL MARC LIVIO HENRY MOLLESENA DEL MONACO
Processo nº 08505.051909/2017-11 - MALICK DIALLO
Processo nº 08460.017845/2017-85 - ALESSANDRO D' AMARIO
Processo nº 08460.017807/2017-22 - JESÚS HONORIO GUERRERO GUERRERO
Processo nº 08460.017732/2017-80 - LAURENT RINAUDO
Processo nº 08270.023553/2015-57 - XUELIANG LIN

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe
Substituto

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 165, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Título: ASTRONEER (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): GEARBOX PUBLISHING, LLC
Distribuidor(es): WHIPTAIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001240/2018-91
Requerente: ELLIOT HAMILTON, GEARBOX PUBLISHING LLC

Título: HELLO NEIGHBOR (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): GEARBOX PUBLISHING, LLC
Distribuidor(es): 1080 PARTNERS (via RIMO)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001286/2018-19
Requerente: RAFAEL VELAME FREITAS SANTOS

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 166, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018, resolve classificar:

Título: REI DOS MARES (França - 2018)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001278/2018-64
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro .

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 175, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Despacho nº 175/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.001162/2018-25
Filme: "A MATA NEGRA " - Reconsideração
Requerente: ELO COMPANY
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 1.189 de 03 de agosto de 2018, publicada no DOU de 06 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO que o requerente entrou com pedido de reconsideração de classificação indicativa da obra "A MATA NEGRA", protocolado em 17 de setembro de 2018, com a pretensão de não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos.

CONSIDERANDO que a obra foi classificada como "não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos" por conter violência extrema, drogas lícitas e conteúdo sexual, conforme publicação no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2018, Seção 1, Portaria n°156.

CONSIDERANDO que, após nova análise, constatou-se que o contexto fantasioso se sobressai à violência de forte impacto apresentada na obra, de acordo com atenuante presente no Guia Prático de Classificação Indicativ, resolve:

Deferir o pedido de reconsideração do filme "A MATA NEGRA", alterando sua classificação para "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos", reiterando a importância para a obra dos blocos temáticos de violência extrema, drogas lícitas e conteúdo sexual.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.029, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Exclui estabelecimentos de saúde do Anexo da Portaria nº 853/GM/MS, e da Portaria nº 858/GM/MS, de 28 de março de 2018, que estabelecem recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC dos Estados e Municípios, referente ao incentivo financeiro de custeio da Qualificação Nacional em Citopatologia na Prevenção do Câncer do Colo do Útero.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e considerando a duplicidade com a Portaria nº 3.032/GM/MS, de 14 de novembro de 2017, que publica incentivo financeiro adicional, em parcela única, para Laboratórios Tipo I no âmbito da Qualificação Nacional em Citopatologia na Prevenção do Câncer do Colo do Útero (QualiCito), no Estado de Santa Catarina e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica excluído do Anexo da Portaria nº 853/GM/MS, de 28 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 2 de abril de 2018, Seção 1, página 84, os seguintes estabelecimentos de saúde:

UF	GESTOR	GESTÃO	ESTABELECIMENTOS	CNES	PARCELA ÚNICA
SC	Blumenau	Municipal	CIPAC	2336545	111,69
SC	Chapeco	Municipal	REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER CHAPECO	2537508	8.101,91
SC	Joinville	Municipal	CEDAP	2521504	26.892,11
SC	Videira	Municipal	IPA	2557819	30.881,19

Art. 2º Fica excluído do Anexo da Portaria nº 858/GM/MS, de 28 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 2 de abril de 2018, Seção 1, página 87, os seguintes estabelecimentos de saúde:

UF	GESTOR	GESTÃO	ESTABELECIMENTOS	CNES	PARCELA ÚNICA
SC	Chapeco	Municipal	REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER CHAPECO	2537508	9.671,04
SC	Itajaí	Municipal	PHD PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA	2744961	2.318,12
SC	Joaçaba	Municipal	LAB PASTEUR UNIDADE DE COLETA JOACABA	5925282	26.678,58
SC	Joinville	Municipal	CEDAP	2521504	27.182,28
SC	Videira	Estadual	IPA	2557819	27.358,58

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.031, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Adequa Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) às regras instituídas pela Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos das equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Portaria nº 3.204/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, que credencia Municípios a receberem os incentivos referentes às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR);

Considerando a Portaria nº 1.230/GM/MS, de 6 de junho de 2014, que credencia Municípios a receberem os incentivos referentes às Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR);

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção III - Das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense - do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IX do Capítulo I do Título II - Custeio da Atenção Básica - da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a redefinição do arranjo organizacional das ESFR, com necessidade de embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e a possibilidade de acréscimo de profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada, resolve:

Art. 1º Ficam adequadas Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) às regras instituídas pela Seção III do Capítulo II - das Equipes de Saúde da Família - do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, de acordo a redefinição do arranjo organizacional da ESFR, que necessita de embarcação de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e pode agregar profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada.

Art. 2º As ESFR descritas no Anexo I a esta Portaria encontram-se aptas ao recebimento mensal dos incentivos financeiros de acordo a redefinição do arranjo organizacional das ESFR.

§ 1º As embarcações credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro às ESFR estão listadas no Anexo II a esta Portaria.

§ 2º As unidades de apoio credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro às ESFR estão listadas no Anexo II a esta Portaria.

§ 3º A relação do número de profissionais acrescidos à composição mínima das ESFR para fins de recebimento dos repasses consta do Anexo III a esta Portaria.

Art. 3º O repasse dos incentivos financeiros dispostos no caput do art. 2º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os às respectivas ESFR.

Art. 4º As ESFR listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na Seção III do Capítulo II das Equipes de Saúde da Família do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção dos repasses dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO I

Municípios com adequação de ESFR

UF	IBGE	Município	ESFR
AC	1200393	Porto Walter	1
PA	1504000	Limoeiro do Ajuru	1
Total	-	2	2

ANEXO II

Embarcação e Unidades de Apoio credenciadas ao recebimento de incentivo financeiro mensal à ESFR

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Número de Unidade de Apoio	Número de Embarcação
AC	1200393	Porto Walter	1	0000005487	-	4
PA	1504000	Limoeiro do Ajuru	1	0000025410	4	4

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima da ESFR para recebimento de incentivo financeiro mensal

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Agente Comunitário de Saúde	Microscopista	Auxiliar ou Técnico de Enfermagem	Auxiliar ou Técnico de Saúde Bucal	Profissional de nível superior
PA	1504000	Limoeiro do Ajuru	1	0000025410	-	-	4	-	-

PORTARIA Nº 3.049, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a Portaria n° 47/SVS, de 03 de maio de 2016, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde; e

Considerando a Portaria n° 2.519/GM/MS, de 15 de agosto de 2018 que suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde dos municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira de setembro de 2018, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de acordo com monitoramento realizado no mês de setembro de 2018, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
AL	270240	Delmiro Gouveia
AM	130060	Benjamin Constant
AM	130080	Borba
AM	130353	Presidente Figueiredo
AM	130356	Rio Preto da Eva
AM	130390	São Paulo de Olivença
BA	290490	Cachoeira
BA	290780	Cícero Dantas
BA	291120	Gandu
BA	291700	Itiúba
BA	291770	Jaguarari
BA	292520	Pojuca
BA	292860	Santo Amaro
BA	292920	São Francisco do Conde
CE	230700	Jaguaruana
CE	230750	Lavras da Mangabeira
CE	230850	Mombaça
ES	320320	Linhares
MA	210095	Arame
MA	210210	Brejo
MA	211050	São Bento
MG	310170	Almenara
MG	310820	Bonfinópolis de Minas
MG	311330	Carangola
MG	312247	Dom Bosco
MG	312430	Espinosa
MG	313440	Iturama
MG	313900	Machado
MG	315200	Pompéu
MG	316935	Três Marias
MS	500330	Coxim
MT	510267	Campo Verde
MT	510320	Colíder
MT	510515	Juína
MT	510642	Peixoto de Azevedo
PA	150120	Baião
PA	150195	Cachoeira do Piriá
PA	150280	Curralinho
PA	150310	Gurupá
PA	150375	Jacareacanga
PA	150490	Muaná

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150619	Rurópolis
PA	150620	Salinópolis
PB	251390	São Bento
PB	251620	Sousa
PE	260005	Abreu e Lima
PE	260040	Água Preta
PE	260070	Aliança
PE	260510	Custódia
PE	260880	Lajedo
PE	261180	Ribeirão
PE	261540	Toritama
PI	220890	Ribeiro Gonçalves
PI	220970	São Francisco do Piauí
PI	221065	Sigefredo Pacheco
PR	410400	Campina Grande do Sul
PR	411420	Mandaguari
RJ	330260	Mangaratiba
RJ	330480	São Fidélis
RJ	330520	São Pedro da Aldeia
RN	240720	Macau
RN	241120	Santa Cruz
RN	241440	Touros
RO	110013	Machadinho D'Oeste
RO	110015	Ouro Preto do Oeste
RS	430543	Chuí
RS	430910	Gramado
RS	431390	Panambi
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha
SC	420360	Campos Novos
SC	420550	Fraiburgo
SC	421720	São Miguel do Oeste
SC	421820	Timbó
SE	280710	Simão Dias
SP	350010	Adamantina
SP	351050	Caraguatatuba
SP	351150	Cerquilho
SP	351860	Guariba
SP	352040	Ilhabela
SP	354130	Presidente Epitácio
SP	354150	Presidente Venceslau
SP	354410	Rio Grande da Serra
SP	355150	Serrana
SP	355450	Tietê
TO	171610	Paraíso do Tocantins

PORTARIA Nº 3.064, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Desabilita Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que antecipa do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas - CEO em fase de implantação;

Considerando a Resolução da CIT n°36/2018, de 25 de janeiro de 2018, que definiu o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e definiu a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde; e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal, do Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada pelos Centros de Especialidades Odontológicas, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) relacionados no anexo a esta Portaria:

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para interromper a transferência, regular e automática, dos incentivos, dos respectivos valores do art. 1º, para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Art. 3º A Secretaria de Atenção à Saúde- SAS/MS adotará as medidas necessárias para a devolução dos recursos, retroativo à competência janeiro/2017.

Art. 4º Fica estabelecido que os Fundos Municipais de Saúde reembolsem o Fundo Nacional de Saúde os recursos financeiros de custeio mensal, do respectivo valor do art. 1º, repassados desde a competência janeiro de 2017 até a última competência de efetivo repasse.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSI-FICAÇÃO	INCENTIVO (R$)			PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE AUMENTO DO RECURSO DE CUSTEIO MENSAL	PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO PMAQ-CEO	PORTARIA DE ADESÃO DO CEO À RCPD
						CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL	PMAQ-CEO HOMOLOGAÇÃO	Adesão a RCPD				
BA	291500	ITAETÉ	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	5161185	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		N° 227/GM/MS, de 12/02/08	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N° 677/GM/MS, 03/06/15	
CE	230495	GUAIÚBA	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS	6313418	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		N° 2.376/GM/MS, 07/10/09	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N° 677/GM/MS, 03/06/15	
CE	230540	ICÓ	CEO DE ICO HONORINA FILGUEIRA CARDOSO	5104688	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00	2.200,00	N° 937/GM/MS, 20/11/06	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N°677/GM/MS, 03/06/15	N° 1.909/GM/MS, 05/09/13
CE	230770	MARANGUAPE	CEO MARANGUAPE	3292053	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		N° 770 SAS/MS, 23/12/04	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N° 1.814/GM/MS, 07/10/16	
MA	210780	PARNARAMA	HOSPITAL SAO DOMINGOS	2454750	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		N° 82/GM/MS, de 10/01/07	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N°677/GM/MS, 03/06/15	
PA	150040	ALENQUER	CENTRO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA DE ALENQUER	6493955	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		N° 2.199/GM/MS, 03/08/10	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N°677/GM/MS, 03/06/15	
PB	250100	ARARUNA	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA	5330653	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		N° 2.014/GM/MS, 22/08/07	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N°677/GM/MS, 03/06/15	
PR	410480	CASCAVEL - UNIPAR	CEO UNIPAR	7072643	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		N° 2.293/GM/MS, 02/10/12		N°677/GM/MS, 03/06/15	
PR	410600	CONGONHINHAS	CEO I CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA DE CONGONHINHAS	7773153	MUNICIPAL	1	8.250,00			N° 1.816/GM/MS, 07/10/16			
RN	241250	SÃO MIGUEL	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS CEO	6187803	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		N° 2.199/GM/MS, 03/08/10	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N°677/GM/MS, 03/06/15	
SP	353340	NOVA ODESSA	CEO I	7848862	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		N° 1.816/GM/MS, 07/10/16		N° 1.814/GM/MS, 07/10/16	
SP	355240	SUMARÉ	AMBULATORIO DE ESPECIALIDADES	2057980	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		N° 989/GM/MS, 16/05/08	Nº 1.341/GM/MS, 13/06/12	N°677/GM/MS, 03/06/15	

PORTARIA Nº 3.075, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão -RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	GUARATINGUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATINGUETA	13847642000118014	1.099.930,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	1.099.930,00		

PORTARIA Nº 3.076, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	AGUDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000220634201800	25170006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
TOTAL			1 PROPOSTAS			100.000,00	

CONSULTA PÚBLICA Nº 46, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 71000.118697/2009-69, interposto pela CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS HOSPITALEIRAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO, CNPJ nº 15.233.646/0001-96, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

CONSULTA PÚBLICA Nº 47, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.053052/2010-90, interposto pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - SEÇÃO RIO DE JANEIRO/RJ, CNPJ nº 34.052.217/0001-67, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

DESPACHO Nº 213, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.140736/2015-35

INTERESSADOS: SERVIÇO EVANGÉLICO REABILITAÇÃO DE ARAGUARI - SER/MG

ASSUNTOS: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de concessão/renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 304/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 01006/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03593/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03691/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela SERVIÇO EVANGÉLICO DE REABILITAÇÃO DE ARAGUARI - SER/MG.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 214, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR: nº 25000.022919/2017-31
INTERESSADOS: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE JECEABA/MG
ASSUNTOS: Recurso Administrativo interposto em face de decisão de indeferimento de concessão/renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em saúde (CEBAS).

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados na Nota Técnica nº 240-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 00989/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 03664/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU e 03696/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE JECEABA/MG.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.562, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.563, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.564, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto no uso da atribuição que lhe fora conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 25 da Resolução-RDC nº. 243, de 2018, e art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.565, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Alimentos Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 598, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir, por perda de objeto, as petições de alimentos constantes do anexo desta Resolução nos termos do art. 25 da Resolução-RDC nº. 243, de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO MARTINS DE VARGAS

(*)Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.568, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 2.386, de 06 de setembro de 2017, única e exclusivamente quanto ao indeferimento das petições de inclusão de local de fabricação do medicamento de liberação convencional com prazo de análise e alteração menor de excipiente para o medicamento ZYVOX, processo 25351.099761/2017-76, referente à empresa Wyeth Indústria Farmacêutica Ltda, publicada no Diário Oficial da União nº. 174, de 11 de setembro de 2017, Seção 1, página 27 e Suplemento página 25.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.569, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.570, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.571, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.572, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.573, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.574, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.575, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.576, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder a revalidação automática do registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos sob o nº de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 6º do art. 12 da Lei nº. 6.360, de 1976.

Art. 2º A revalidação abrange os pedidos que ainda não foram objetos de qualquer manifestação por parte da Anvisa.

Parágrafo único. Não constam do anexo desta Resolução os expedientes protocolados fora do prazo estabelecido nos termos da Lei nº. 6360, de 1976.

Art. 3º A revalidação automática não impedirá a continuação da análise da petição de renovação de registro requerida, podendo a Administração, se for o caso, indeferir o pedido de renovação e cancelar o registro que tenha sido automaticamente revalidado, ou ratificá-lo deferindo o pedido de renovação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os medicamentos revalidados podem ser consultados, assim como suas apresentações válidas no link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/

Art. 5º Será considerada a data de revalidação do registro contada a partir do final da vigência do período de validade anterior, de modo que não há interrupção na regularidade do registro.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.577, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Habilitação do Centro de Equivalência Farmacêutica, de acordo com os critérios estabelecidos na RDC nº 67, de 23 de março de 2016.

Art. 2º A presente Habilitação terá validade conforme identificado no ANEXO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.578, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.612, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Medicamentos e Produtos Biológicos no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 390, de 23 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de registro de medicamento novo conforme anexo.

Art. 2º Mais informações devem ser consultadas no site da Anvisa -www.anvisa.gov. br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL SANCHES PEREIRA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 1.465, de 07 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 110, de 11 de junho de 2018, Seção 1 Pág. 42 e Suplemento Pág. 28, referente ao processo 25351.189544/2016-25:

Onde se lê:

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 17440261000125

sulfato de zinco heptaidratado + ASPARTAMO

MYRAZINC 25351.189544/2016-25 06/2023

Leia-se:

MYRALIS INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 17440261000125

sulfato de zinco heptaidratado

UNI-Z 25351.189544/2016-25 06/2023

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 1.868, de 13 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 135, de 17 de julho de 2017, Seção 1 Pág. 43 e Suplemento Pág. 22, referente ao processo 25351566289201132.

Onde se lê:

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 25351566289201132 Histamin 1212847163 05/2020.

Leia-se:

BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A 25351566289201132 Histamin 1212847163 08/2021.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.020, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 145, de 30 de julho de 2018, Seção 1 Pág. 123 e Suplemento Pág. 26, referente ao processo 25351.067929/2018-05:

Onde se lê:

PLANTABEN 25351.067929/2018-05 12/2020

11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE

TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0096244/18-9

1.0639.0205.001-3 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 10 ENV X 5 G

1.0639.0205.002-1 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 20 ENV X 5 G

1.0639.0205.003-1 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 30 ENV X 5 G

1.0639.0205.004-8 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 50 ENV X 5 G

1.0639.0205.005-6 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 100 ENV X 5 G

1.0639.0205.006-4 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 4 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.007-2 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 10 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.008-0 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 20 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.009-9 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 30 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.010-2 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 50 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.011-0 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 60 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.012-9 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 100 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.0639.0205.013-7 24 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 4 ENV X 5G (SABOR LARANJA)

1.0639.0205.014-5 24 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 60 ENV X 5G (SABOR LARANJA)

Leia-se:

PLANTABEN 25351.067929/2018-05 12/2020

11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE

TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0096244/18-9

1.8830.0051.001-6 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 10 ENV X 5 G

1.8830.0051.002-4 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 20 ENV X 5 G

1.8830.0051.003-2 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 30 ENV X 5 G

1.8830.0051.004-0 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 50 ENV X 5 G

1.8830.0051.005-9 36 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 100 ENV X 5 G

1.8830.0051.006-7 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 4 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.007-5 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 10 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.008-3 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 20 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.009-1 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 30 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.010-5 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 50 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.011-3 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 60 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.012-1 24 Meses

3,5 G PO EFEV CT 100 ENV X 5 G (SABOR MORANGO)

1.8830.0051.013-1 24 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 4 ENV X 5G (SABOR LARANJA)

1.8830.0051.014-8 24 Meses

3,5 G PÓ EFEV CT 60 ENV X 5G (SABOR LARANJA)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.020, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 145, de 30 de julho de 2018, Seção 1 Pág. 123 e Suplemento Pág. 26, referente ao processo 25351.067920/2018-96:

Onde se lê:

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122

AGIOLAX 25351.067920/2018-96 06/2020

11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE

TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0096223/18-6

1.0639.0184.001-0 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN FR PLAS OPC 100 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.0639.0184.002-9 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN FR PLAS OPC 250 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.0639.0184.003-7 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN CT 20 ENV X 5 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.0639.0184.004-5 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN CT 50 ENV X 5 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.8830.0049.005-8 36 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN CT 30 ENV X 5 G (EMB FRAC)

Leia-se:

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122

AGIOLAX 25351.067920/2018-96 06/2020

11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE

TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 0096223/18-6

1.8830.0049.001-5 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN FR PLAS OPC 100 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.8830.0049.002-3 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN FR PLAS OPC 250 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.8830.0049.003-1 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN CT 20 ENV X 5 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.8830.0049.004-1 24 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN CT 50 ENV X 5 G

PLANTAGO OVATA FORSSK. + SENNA ALEXANDRINA MILL.

1.8830.0049.005-8 36 Meses

(520 MG/G + 22 MG/G) + 99,45 MG/G GRAN CT 30 ENV X 5 G (EMB FRAC)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.028, de 16 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 136, de 20 de julho de 2015, Seção 1 Pág. 54 e Suplemento Pág. 43, referente ao processo 25351.007815/00-34:

Onde se lê:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0

L-ISOLEUCINA + L-LEUCINA + ACETATO DE LISINA + LMETIONINA + L-FENILALANINA + L-TREONINA + L-TRIPTOFANO + LEVOVALINA + L-ARGININA + L-HISTIDINA + GLICINA + L-ALANINA + L-PROLINA + L-SERINA + TAURINA + N-ACETIL TIROSINA + N-ACETIL CISTEÍNA + L-ÁCIDO MÁLICO

NUTRIENTES PARENTERAIS

AMINOVEN 25351.007815/00-34 10/2016

1.0041.9935.022-1 24 MESES

150 MG/ML SOL INJ CX 10 FR VD TRANS X 1000 ML

AMINOVEN 15%

10220 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL

Leia-se:

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 1.00041-0

L-ISOLEUCINA + L-LEUCINA + ACETATO DE LISINA + LMETIONINA + L-FENILALANINA + L-TREONINA + L-TRIPTOFANO + LEVOVALINA + L-ARGININA + L-HISTIDINA + GLICINA + L-ALANINA + L-PROLINA + L-SERINA + TAURINA + N-ACETIL TIROSINA + N-ACETIL CISTEÍNA + L-ÁCIDO MÁLICO

NUTRIENTES PARENTERAIS

AMINOVEN 25351.007815/00-34 10/2016

1.0041.9935.022-1 24 MESES

150 MG/ML SOL INJ CX 6 FR VD TRANS X 1000 ML

AMINOVEN 15%

10220 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 2.291, de 25 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 165, de 28 de agosto de 2017, Seção 1 Pág. 45 e Suplemento Pág. 25, referente ao processo 25351.339396/2017-27.

Onde se lê:

MEROPENÉM ZYLPEN 25351.339396/2017-27 11/2018

11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 1225898/17-9

1.8830.0028.001-0 24 Meses

500 MG PÓ INJ CT 10 FA VD TRANS 1.8830.0028.002-9 24 Meses 1 G PÓ INJ CT 10 FA VD TRANS

1.8830.0028.003-7 24 Meses

1 G PÓ INJ CT FA VD TRANS + BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML

1.8830.0028.004-5 24 Meses

1 G PÓ INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML

1.8830.0028.005-3 24 Meses

500 MG PÓ INJ CT FA VD TRANS+ BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML

1.8830.0028.006-1 24 Meses

500 MG PÓ INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML.

Leia-se:

MEROPENÉM ZYLPEN 25351.339396/2017-27

11/2018 11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 1225898/17-9

1.8830.0028.001-0 24 Meses

500 MG PÓ SOL INJ CT 10 FA VD TRANS 1.8830.0028.002-9 24 Meses 1 G PÓ SOL INJ CT 10 FA VD TRANS

1.8830.0028.003-7 24 Meses

1 G PÓ SOL INJ CT FA VD TRANS + BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML

1.8830.0028.004-5 24 Meses

1 G PÓ SOL INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML

1.8830.0028.005-3 24 Meses

500 MG PÓ SOL INJ CT FA VD TRANS+ BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML

1.8830.0028.006-1 24 Meses

500 MG PÓ SOL INJ CT 10 FA VD TRANS + 10 BOLS PLAS FLEX SIST FECH X 100 ML.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 2.468, de 15 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 179, de 18 de setembro de 2017, Seção 1 Pág. 47 e Suplemento Pág. 21, referente ao processo 25351.436179/2006-84.

Onde se lê:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA Aas 12/2019 25351436179200684 2665379169.

Leia-se:

SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA Aas 09/2022 25351436179200684 2665379169.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 2.990, de 29 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União no. 209, de 3 de novembro de 2015, Seção 1 Pág. 17 e Suplemento Pág. 79, referente ao processo 25351091837200866.

Onde se lê:

BAYER S.A. 1.07056-8 ENANTATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL ANTICONCEPCIONAIS MESIGYNA 25351.091837/2008-66 06/2020 COMERCIAL 1.7056.0043.001-5 48 Meses 50 MG/ML + 5 MG/ML SOL INJ CT SER VD TRANS X 1 ML + AGU MESIGYNA 1488 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVO ACOND I C I O N A M E N TO 01 - Em desacordo com a Legislação vigente 1488 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVO ACOND I C I O N A M E N TO 01 - Em desacordo com a Legislação vigente 1489 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 01 - Em desacordo com a Legislação vigente

Leia-se:

BAYER S.A. 1.07056-8 ENANTATO DE NORETISTERONA + VALERATO DE ESTRADIOL ANTICONCEPCIONAIS MESIGYNA 25351.091837/2008-66 06/2020 0000000000 24 meses 50 MG/ML + 5 MG/ML SOL INJ CT SER VD TRANS X 1 ML + AGU (II) MESIGYNA 1488 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVO ACOND I C I O N A M E N TO 01 - Em desacordo com a Legislação vigente 1488 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE NOVO ACOND I C I O N A M E N TO 01 - Em desacordo com a Legislação vigente 1489 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 01 - Em desacordo com a Legislação vigente

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 3.164, de 1º de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 231, de 4 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 45 e Suplemento Pág. 7, referente ao processo 25351621282201165.

Onde se lê:

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60831658000177 linagliptina + CLORIDRATO DE METFORMINA TRAYENTA DUO 25351.621282/2011-65 07/2018 11118 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 0610671/17-4 1.0367.0170.007-2 36 Meses 2,5 MG + 500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60 1.0367.0170.008-0 36 Meses 2,5 MG + 850 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60 1.0367.0170.009-9 36 Meses 2,5 MG + 1000 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60.

Leia-se:

BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA. 60831658000177 linagliptina + CLORIDRATO DE METFORMINA TRAYENTA DUO 25351.621282/2011-65 07/2018 11118 RDC 73/2016 - NOVO - ALTERAÇÃO DE POSOLOGIA 0610671/17-4 1.0367.0170.001-3 36 Meses 2,5MG + 500MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20 1.0367.0170.002-1 36 Meses 2,5MG + 500MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 1.0367.0170.003-1 36 Meses 2,5MG + 850MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20 1.0367.0170.004-8 36 Meses 2,5MG + 850MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60 1.0367.0170.005-6 36 Meses 2,5MG + 1000MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20 1.0367.0170.006-4 36 Meses 2,5MG + 1000MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 3.327, de 15 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 241, de 18 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 147 e Suplemento Pág. 5, referente ao processo 250000083449794.

Onde se lê:

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A MIFLASONA 01/2018 250000083449794 1134474171.

Leia-se:

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A MIFLASONA 01/2023 250000083449794 1134474171.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 3.327, de 15 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 241, de 18 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 147 e Suplemento Pág. 5, referente ao processo 25351197755200239.

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

NOVABUPI (SEM VASOCONSTRITOR) 01/2018 25351197755200239 1203827170

Leia-se:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.

NOVABUPI (SEM VASOCONSTRITOR) 01/2023 25351197755200239 1203827170

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 3.330, de 15 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 241, de 18 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 147 e Suplemento Pág. 7, referente ao processo 250000116979509.

Onde se lê:

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 0 3 5 6 0 9 7 4 0 0 0 11 8 BROMETO DE ROCURÔNIO ESMERON 25000.011697/95-09 05/2021 10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 1707888/17-1 11041 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 1223390/17-1 11059 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO MAIOR DE TAMANHO DE LOTE DO MEDICAMENTO 1257433/17-3 11080 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DA FORMA E DIMENSÕES DA EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 1770497/17-9 1.0171.0096.001-4 Ano(s) 10 MG/ML SOL INJ CT 12 FA VD INC X 5 ML 1.0171.0096.006-5 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 10 FA VD INC X 5 ML 1.0171.0096.009-1 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 5 FA VD INC X 5 ML.

Leia-se:

SCHERING-PLOUGH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 0 3 5 6 0 9 7 4 0 0 0 11 8 BROMETO DE ROCURÔNIO ESMERON 25000.011697/95-09 05/2021 10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 1707888/17-1 11041 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO ESTÉRIL 1223390/17-1 11059 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO MAIOR DE TAMANHO DE LOTE DO MEDICAMENTO 1257433/17-3 11080 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DA FORMA E DIMENSÕES DA EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 1770497/17-9 1.0171.0096.001-4 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 12 FA VD TRANS X 5 ML 1.0171.0096.006-5 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 10 FA VD TRANS X 5 ML 1.0171.0096.009-1 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 5 FA VD TRANS X 5 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 621, de 10 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 49, de 13 de março de 2017, Seção 1 Pág. 38 e Suplemento Pág. 10, referente ao processo 25351056924201768.

Onde se lê:

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133

CLORIDRATO DE IRINOTECANO IRIMAC 25351.056924/2017-68 03/2022

10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0167183/17-9 (133 ALTERAÇÃO TITULAR DE REG. (CISÃO DE EMPRESA) - 067376/04-5 - 25351.025942/2004-83)

1.2110.0346.001-4 36 Meses

20 MG/ML SOL INJ CT FA PLAS AMB X 2 ML CLORIDRATO DE IRINOTECANO

1.2110.0346.002-2 36 Meses

20 MG/ML SOL INJ CT FA PLAS AMB X 5 ML CLORIDRATO DE IRINOTECANO

1.2110.0346.003-0 36 Meses

20 MG/ML SOL INJ CT FA PLAS AMB X 15 ML CLORIDRATO DE IRINOTECANO.

Leia-se:

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133

CLORIDRATO DE IRINOTECANO IRIMAC 25351.056924/2017-68 03/2022

10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0167183/17-9

1.2110.0346.001-4 36 Meses

20 MG/ML SOL INJ CT FA PLAS AMB X 2 ML CLORIDRATO DE IRINOTECANO

1.2110.0346.002-2 36 Meses

20MG/ML SOL INJ CT FA PLAS AMB X 5 ML CLORIDRATO DE IRINOTECANO

1.2110.0346.003-0 36 Meses

20 MG/ML SOL INJ CT FA PLAS AMB X 15 ML CLORIDRATO DE IRINOTECANO

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 672, de 17 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 54, de 20 de março de 2017, Seção 1 Pág. 50 e Suplemento Pág. 22, referente ao processo 25351.633492/2010-22.

Onde se lê:

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Processo 25351633492201022 Marca Visipaque Expediente2299792160 Vencimento do registro 03/2022

Leia-se:

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA Processo 25351633492201022 Marca Visipaque Expediente2299792160 Vencimento do registro 06/2022

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE No. 97, de 11 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 10, de 15 de janeiro de 2018, Seção 1 Pág. 40 e Suplemento Pág. 7, referente ao processo 25351497403200991 .

Onde se lê:

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175 DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL IUMI 25351.497403/2009-91 12/2020 11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 2075188/17-5 1.0033.0154.003-9 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30 ES 1.0033.0154.004-7 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60 ES 1.0033.0154.005-5 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90 ES 1.0033.0154.006-3 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120 ES.

Leia-se:

LIBBS FARMACÊUTICA LTDA 61230314000175 DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL IUMI 25351.497403/2009-91 12/2020 11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 2075188/17-5 1.0033.0154.003-9 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30 IUMI ES 1.0033.0154.004-7 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60 IUMI ES 1.0033.0154.005-5 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 90 IUMIES 1.0033.0154.006-3 24 Meses 3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 120 IUMI ES.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 1.225 de 17 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 96, de 21 de maio de 2018, Seção 1 pág. 61 e Suplemento pág. 25, referente ao processo n° 25351.280203/2011-61.

Onde se lê:

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198

alfa1antitripsina

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ZEMAIRA 25351.280203/2011-61 06/2022
10406 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO DILUENTE 0221047/18-9
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO 0221079/18-7
1.0151.0124.002-7 36 Meses
1000 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA VC TRANS DIL X 20 ML + DISP TRANSF COM FILTRO
Leia se:
CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
alfa1antitripsina
ZEMAIRA 25351.280203/2011-61 06/2022
10406 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO DILUENTE 0221047/18-9
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO 0221079/18-7
1.0151.0124.002-7 36 Meses
1000 MG PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 20 ML + DISP TRANSF COM FILTRO

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 1.671, de 23 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 120, de 26 de junho de 2017, Seção 1 Pág. 31 e Suplemento Pág. 20, referente ao processo 253510044830261.
Onde se lê:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151 BROMETO DE ROCURÔNIO ROCURON 25351.004483/02-61 06/2022 142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2575215/16-4 1.0298.0304.001-1 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 5 ML 1.0298.0304.002-8 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 12 FA VD TRANS X 5 ML 1.0298.0304.003-6 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 10 ML 1.0298.0304.004-4 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 12 FA VD TRANS X 10 ML 1.0298.0304.005-2 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 4 FA VD TRANS X 25 ML 1.0298.0304.006-0 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 25 FA VD TRANS X 5 ML.
Leia-se:
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151 BROMETO DE ROCURÔNIO ROCURON 25351.004483/02-61 06/2022 142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 2575215/16-4 1.0298.0304.001-1 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 5 ML 1.0298.0304.002-8 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 12 FA VD TRANS X 5 ML 1.0298.0304.003-6 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 6 FA VD TRANS X 10 ML 1.0298.0304.004-4 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 12 FA VD TRANS X 10 ML 1.0298.0304.005-2 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CT 4 FA VD TRANS X 25 ML 1.0298.0304.006-0 36 Meses 10 MG/ML SOL INJ CX 25 FA VD TRANS X 5 ML.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 1.841, de 12 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 135, de 16 de julho de 2018, Seção 1 Pág. 47 e Suplemento Pág. 9, referente ao processo 25351751951200950.
Onde se lê:
LESDOT 25351.751951/2009-50 07/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
894939/09-5
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 902741/09-
6 - 25351.748845/2009-41)
1.0047.0612.001-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
SANDOZ
1.0047.0612.002-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
1.0047.0612.003-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.0047.0612.004-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 56
1.0047.0612.005-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0047.0612.006-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.0047.0612.007-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
1.0047.0612.008-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.0047.0612.009-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 56
1.0047.0612.010-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
Leia-se:
LESDOT 25351.751951/2009-50 07/2023
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE
894939/09-5
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 902741/09-
6 - 25351.748845/2009-41)
1.0047.0612.001-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.0047.0612.002-5 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
1.0047.0612.003-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.0047.0612.004-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 56
1.0047.0612.005-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0047.0612.006-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.0047.0612.007-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
1.0047.0612.008-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.0047.0612.009-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 56
1.0047.0612.010-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0047.0612.012-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N° 1.975, de 21 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 140, de 24 de julho de 2017, Seção 1 Pág. 37 e Suplemento Pág. 14, referente ao processo 25351098031201705.
Onde se lê:
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
CLORIDRATO DE PRAZOSINA
MINIPRESS 25351.098031/2017-05 02/2018 1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 0283499/17-2 1.2110.0403.001-3 36 Meses 1 MG CAP DURA MCGRAN LIB LENTA CT BL AL/AL X 15 1.2110.0403.002-1 36 Meses 2 MG CAP DURA MCGRAN LIB LENTA CT BL AL/AL X 15 1.2110.0403.003-1 36 Meses 4 MG CAP DURA MCGRAN LIB LENTA CT BL AL/AL X 15
Leia-se:
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61072393000133
CLORIDRATO DE PRAZOSINA
MINIPRESS SR 25351.098031/2017-05 02/2018 1438 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (CISÃO DE EMPRESA) 0283499/17-2 1.2110.0403.001-3 36 Meses 1 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL/AL X 15 1.2110.0403.002-1 36 Meses 2 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL/AL X 15 1.2110.0403.003-1 36 Meses 4 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL/AL X 15

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.020, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 145, de 30 de julho de 2018, Seção 1 Pág. 123 e Suplemento Pág. 26, referente ao processo 25351.067927/2018-16:
Onde se lê:
LEGALON 25351.067927/2018-16 06/2021
11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE
TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO
(OPERAÇÃO COMERCIAL) 0096241/18-4
1.0639.0039.008-5 36 Meses
90 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 30
1.0639.0039.010-7 36 Meses
180 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
1.0639.0039.011-9 24 Meses
64 MG/5 ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML
1.0639.0039.012-7 36 Meses
180MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
1.0639.0039.013-5 36 Meses
90 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 45
1.0639.0039.014-3 24 Meses
64 MG/5 ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 120 ML
Leia-se:
LEGALON 25351.067927/2018-16 06/2021
11199 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - SOLICITAÇÃO DE
TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO
(OPERAÇÃO COMERCIAL) 0096241/18-4
1.8830.0050.001-0 36 Meses
90 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 30
1.8830.0050.002-9 36 Meses
180 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20
1.8830.0050.003-7 24 Meses
64 MG/5 ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML
1.8830.0050.004-5 36 Meses
180MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 30
1.8830.0050.005-3 36 Meses
90 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 45
1.8830.0050.006-1 24 Meses
64 MG/5 ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 120 ML

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 2.091, de 02 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União no. 150, de 06 de agosto de 2018, Seção 1 Pág. 77 e Suplemento Pág. 4, referente ao processo 25351.114932/2018-17.
Onde se lê:
LOSARTAN POTÁSSICO + HIDROCLOROTIAZIDA
LOSARTANA POTÁSSICA + HIDROCLOROTIAZIDA
25351.114932/2018-17 08/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0164453/18-0
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 063778/01-5 - 25351.016204/01-12)
(...)
1.0974.0261.003-0 24 Meses
50MG + 12,5MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB HOSP)
(...)
1.0974.0261.006-5 24 Meses
100MG + 25MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100 (EMB HOSP)
(...)
Leia-se:
LOSARTANA POTÁSSICA + HIDROCLOROTIAZIDA
25351.114932/2018-17 08/2023
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 0164453/18-0
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 063778/01-5 - 25351.016204/01-12)
(...)
1.0974.0261.003-0 24 Meses
50MG + 12,5MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100
(...)
1.0974.0261.006-5 24 Meses
100MG + 25MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 100
(...)

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 3.118, de 23 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 226, de 27 de novembro de 2017, Seção 1 Pág. 111 e Suplemento Pág. 22, referente ao processo 25351207111200266.
Onde se lê:
BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA 53162095000106
C I L O S TA Z O L VASOGARD 25351.207111/2002-66 01/2018 10148 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 0049905/13-6 10206 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0049927/13-7 142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1286955/17-4 1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0049920/13-0 1.1213.0307.001-8 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15 VA L F L E X 1.1213.0307.002-6 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30 1.1213.0307.003-4 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 1.1213.0307.004-2 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15 1.1213.0307.005-0 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30 1.1213.0307.006-9 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 1.1213.0307.007-7 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 7 1.1213.0307.008-5 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 7.
Leia-se:
BIOSINTÉTICA FARMACÊUTICA LTDA 53162095000106
C I L O S TA Z O L VASOGARD 25351.207111/2002-66 01/2023 10148 SIMILAR - ALTERAÇÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 0049905/13-6 10206 SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 0049927/13-7 142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1286955/17-4 1978 SIMILAR - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DO FÁRMACO 0049920/13-0 1.1213.0307.001-8 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15 1.1213.0307.002-6 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30 1.1213.0307.003-4 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 1.1213.0307.004-2 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15 1.1213.0307.005-0 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30 1.1213.0307.006-9 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60 1.1213.0307.007-7 24 Meses 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 7 1.1213.0307.008-5 24 Meses 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 7.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 314 de 03 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 26, de 06 de fevereiro de 2017, Seção 1 págs. 59 e Suplemento pág. 25, referente ao processo n° 25351.765063/2008-44.
Onde se lê:
1.1766.0028.001-4 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 1 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.002-2 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 2 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS

liraglutida
1.1766.0028.003-0 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 3 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.004-9 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 5 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.005-7 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 10 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS
Liraglutida
Leia se:
1.1766.0028.001-4 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 1 CARP VD TRANS X 3 ML + 1 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.002-2 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 2 CARP VD TRANS X 3 ML + 2 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.003-0 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 3 CARP VD TRANS X 3 ML + 3 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.004-9 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 5 CARP VD TRANS X 3 ML + 5 SIST APLIC PLAS
liraglutida
1.1766.0028.005-7 30 Meses
6 MG/ML SOL INJ CT 10 CARP VD TRANS X 3 ML + 10 SIST APLIC PLAS
liraglutida

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 3.164, de 1º de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 231, de 4 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 45 e Suplemento Pág. 7, referente ao processo 25351214923200268.

Onde se lê:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151 EFAVIRENZ (PORT. 344/98 LISTA C 4) EVIR 25351.214923/2002-68 04/2023 10946 RDC 73/2016 - SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE PRODUÇÃO DO IFA 2075452/17-3 10958 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 2075484/17-1 142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1860730/17-6 1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2160582/16-3 1.0298.0318.004-0 18 Meses 30 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 180 ML + SER.

Leia-se:

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151 EFAVIRENZ EVIR 25351.214923/2002-68 04/2023 10946 RDC 73/2016 - SIMILAR - ALTERAÇÃO MAIOR DE PRODUÇÃO DO IFA 2075452/17-3 10958 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 2075484/17-1 142 SIMILAR - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1860730/17-6 1971 SIMILAR - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 2160582/16-3 1.0298.0318.004-0 18 Meses 30 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 180 ML + SER DOS.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N°. 3.165, de 1º de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no. 231, de 04 de dezembro de 2017, Seção 1 Pág. 45 e Suplemento Pág. 12, referente ao processo 250000152658920.

Onde se lê:

THEODORO F SOBRAL & CIA LTDA 06.597.801/0001-62
ACETILDOR 250000152658920 0731942178 1096300360118; 1096300360126; 1096300360134

Leia-se:

THEODORO F SOBRAL & CIA LTDA 06.597.801/0001-62
ACETILDOR 250000152658920 0731942178 1096300360118; 1096300360126; 1096300360134; 1096300360142;

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE nº 696 de 22 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 58, de 26 de março de 2018, Seção 1 pág. 150 e Suplemento pág. 30, referente ao processo n° 25351.476677/2011-14.

Onde se lê:

golimumabe
Simponi 25351.476677/2011-14 12/2022
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS 0833741/13-1
1.1236.3405.001-0 24 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML
1.1236.3405.002-9 24 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML ACOPLADA EM CAN APLIC
1.1236.3405.003-7 24 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML ACOP CAN APLIC C/ MANGA SEG
1.1236.3405.004-5 24 Meses
50 MG SOL INJ INFUS IV CT 1 FA VD TRANS X 4,0 ML
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS 0833741/13-1
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 0838107/13-1
1.1236.3405.005-3 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 1,0 ML
1.1236.3405.006-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 1,0 ML ACOPLADA EM CAN APLIC

Leia se:

golimumabe
Simponi 25351.476677/2011-14 12/2022
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS 0833741/13-1
1.1236.3405.001-0 24 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML
1.1236.3405.002-9 24 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML ACOPLADA EM CAN APLIC
1.1236.3405.003-7 24 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML ACOP CAN APLIC C/ MANGA SEG
1615 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NO PAÍS 0833741/13-1
1519 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 07/13-1
1.1236.3405.005-3 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 1,0 ML
1.1236.3405.006-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 1,0 ML ACOPLADA EM CAN APLIC
1.1236.3405.007-1 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 1,0 ML ACOPLADA EM CAN APLIC C/ MANGA SEG

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.557, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 08 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.558, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar por caducidade o Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais da marca, conforme anexo, por não ter sido peticionada a renovação de registro no prazo determinado na legislação sanitária em vigor.

Art.2º A empresa terá o prazo, improrrogável, de 30 dias para recolhimento do produto em todos os pontos de venda do território brasileiro.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.559, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento a decisão judicial expedida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Distrito Federal - 1ª Vara Cível da SJDF, nos autos do Processo nº 1009944-96.2018.04.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.560, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não doTabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo, em cumprimento a decisão judicial expedida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos do Processo nº 0054565-79.2010.4.01.3400.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.561, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 384, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada nº 226, de 30 de abril de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir a petição relativa a produto fumígeno derivado do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.587, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.588, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.589, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.590, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo, em atendimento à decisão da Ação Ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.591, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.592, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as alterações, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.593, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.594, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° declarar o cancelamento de registro ou cadastro de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/cadastro constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.595, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições de cancelamento de registro ou cadastro a pedido da empresa, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo, considerando que os registros/cadastros já se encontram expirados ou cancelados.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.596, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.597, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Toxicologia Substituto no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 599, de 10 de abril de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da do Anexo I Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido do expediente de agrotóxico e afins, sob o nº. de expediente constante no anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.554, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.555, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.556, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.566, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.567, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente da Gerência de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes Substituto, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 1º, I da Portaria nº 355, de 16 de março de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61 de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.821, de 12 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n°135, de 16 de julho de 2018, Seção 1, pág. 51 e em Suplemento, pág. 106.

Onde se lê:

"TAPINOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DESINFESTANTES

AMBIENTAIS LTDA - 06886862000140

XERIFE GRÃO INTEGRAL - 10/2023

25351405087201361 - 0274764182

PAPA RATOS - 10/2023

25351405095201325 - 0274757180

XERIFE BLOCO - 10/2023

25351430614201382 - 0294069188

XERIFE PELLETS - 10/2023

25351430662201313 - 0294077189 - 0296683182"

Leia-se:

"TAPINOMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DESINFESTANTES

AMBIENTAIS LTDA - 06886862000140

XERIFE GRÃO INTEGRAL - 10/2023

25351405087201361 - 0274764182

PAPA RATOS - 10/2023

25351405095201325 - 0274757180

XERIFE BLOCO - 10/2023

25351430614201382 - 0294069188

PAPA RATOS PELLETS - 10/2023

25351430650201343 - 0294077189

XERIFE PELLETS - 10/2023

25351430662201313 - 0296683182."

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.964, de 19 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 140, de 23 de julho de 2018, Seção 1, pág. 70 e em Suplemento, pág. 23.

Onde se lê:

"BEQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA - 58133703000178

FULMIPRAG 2 OS - 03/2024

250000194719854 - 0315477187"

Leia-se:

"BEQUISA INDÚSTRIA QUÍMICA DO BRASIL LTDA - 58133703000178

FULMIPRAG 2 PS - 03/2024

250000194719854 - 0315477187"

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 235, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

Recorrente: BEM ESTAR PET FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO VETERINÁRIA LTDA.
CNPJ: 27.603.955/0001-90
Nº do Processo: 25351.189015/2018-96
Exp. do Recurso: 0534715/18-7 Data de Protocolo: 04/07/2018
Prazo máximo para decisão: 31/12/2018

Recorrente: JAVA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 13.534.309/0002-94
Nº do Processo: 25743.210406/2018-73
Exp. do Recurso: 0384626/18-1 Data de Protocolo: 14/05/2018
Prazo máximo para decisão: 10/11/2018

Recorrente: IMBRASUL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 10.938.962/0001-40
Nº do Processo: 25751.207305/2018-16
Exp. do Recurso: 0370813/18-6 Data de Protocolo: 09/05/2018
Prazo máximo para decisão: 05/11/2018

Recorrente: TECHNOFOCUS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 21.498.124/0001-19
Nº do Processo: 25748.204233/2018-12
Exp. do Recurso: 0396966/18-5 Data de Protocolo: 17/05/2018
Prazo máximo para decisão: 13/11/2018

Recorrente: INTERMARES TRADING IMPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.617.173/0001-00
Nº do Processo: 25741.121848/2018-66
Exp. do Recurso: 0367085/18-6 Data de Protocolo: 08/05/2018
Prazo máximo para decisão: 04/11/2018

WILLIAM DIB

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.539, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.540, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.541, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.542, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.543, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta esolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.544, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.545, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.546, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.547, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a publicação do cancelamento da Autorização de Funcionamento da empresa citada, em anexo, publicada pela Resolução - RE n° 256, de 1º de fevereiro de 2018, no Diário Oficial da União nº 25, de 5 de fevereiro de 2018, Seção 1 pág. 67 e Suplemento pág. 99.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: Dilimpex produtos de limpeza ltda
ENDEREÇO: rua antonio graaf s/n box 6
BAIRRO: vila operaria CEP: 87708300 - PARANAVAÍ/PR
CNPJ: 09.463.784/0001-69
PROCESSO: 25351.348538/2012-65 AUTORIZ/MS: 3.05370.5
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Autorização cancelada em virtude do não cumprimento das determinações da RDC 16/2014 quanto à obrigação de manter atualizadas as informações cadastrais da empresa junto à Anvisa, e motivado pela instauração do Dossiê de Investigação Sanitária 25351.548658/2017-03. A empresa não foi localizada no endereço constante do cadastro da Anvisa e no endereço constante do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.548, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.549, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.550, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.551, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.552, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.579, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.580, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.581, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.582, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.583, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.584, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.598, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.599, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.600, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 2.917, de 27 de outubro de 2016, no Diário Oficial da União nº 209, de 31 de outubro de 2016, Seção 1, pág. 33, e em suplemento, pág. 49, conforme expedientes nº 1406017/16-5, 0926569/17-4 e 0902688/18-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.601, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

Considerando a necessidade de inclusão na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica granulados na linha de sólidos não estéreis da certificação da empresa Cifarma Científica Farmacêutica Ltda, CNPJ nº 17.562.075/0003-20, publicada pela Resolução RE nº 3.167, de 1º de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União nº 231, de 04 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 47 e em suplemento da Seção 1, pág. 36, conforme expedientes nº 0916823/17-1 e 0287222/18-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.602, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.603, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.604, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.605, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o art. 7° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o art. 15, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, que estabelece a obrigação de comprovação válida de participação da empresa no programa CMDCAS;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.606, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n°9.782, de 26 de janeiro de 1999, alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.607, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa Politec Importação e Comércio Ltda., CNPJ nº 43.894.609/0001-64, publicada pela Resolução RE nº 1.281, de 11 de maio de 2017, no Diário Oficial da União nº 93, de 17 de maio de 2017, Seção 1, pág. 54, e em suplemento da Seção 1, pág. 34 e 35, de Cyberonics, Inc., para LivaNova USA, Inc., conforme expedientes nº 0374738/14-7 e 0241619/18-1.

Art. 2º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa St. Jude Medical Brasil Ltda., CNPJ nº 00.986.846/0001-42, publicada pela Resolução RE nº 920, de 12 de abril de 2018, no Diário Oficial da União nº. 72, de 16 de abril de 2018, Seção 1, pág. 38, e em suplemento da Seção 1, pág. 88, de Lightlab Imaging Inc. para Abbott Medical, conforme expedientes nº 1559361/17-4 e 0560575/18-0.

Art. 3º Alterar a razão social da empresa fabricante na certificação solicitada pela empresa K.C.I. Brasil Importadora e Distribuidora de Produtos para Saúde Ltda., CNPJ nº 10.918.419/0001-80, publicada pela Resolução RE nº 3.131, de 24 de novembro de 2017, no Diário Oficial da União nº. 226, de 27 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 115, e em suplemento da Seção 1, págs. 82 e 83, de Venusa de Mexico S.A. de C.V., para Venusa de Mexico, S de R.L. de C.V., conforme expedientes nº 0768967/17-5 e 0560496/18-6.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.608, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de anulação de ato, prevista no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde da empresa Teknimed S.A.S., publicada pela Resolução RE nº. 1.306, de 24 de maio de 2018, no Diário Oficial da União nº. 101, de 28 de maio de 2018, Seção 1, pág. 55 e suplemento da Seção 1, pág. 117, devido à publicação incorreta da petição.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.609, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.610, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.611, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Microvention Costa Rica SRL publicada pela Resolução RE nº 734, de 17 de março de 2017, no Diário Oficial da União nº. 54, de 20 de março de 2017, Seção 1, pág. 67, e em suplemento da Seção I, págs. 47 e 48, de CMS Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ nº 03.301.390/0001-28, para Endotec Produtos Médicos Ltda., CNPJ nº 09.586.279/0001-01, conforme expedientes nº 0861549/12-7 e 0812893/18-6.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Microvention, Inc. publicada pela Resolução RE nº 918, de 12 de abril de 2018, no Diário Oficial da União nº. 72, de 16 de abril de 2018, Seção 1, pág. 38, e em suplemento da Seção I, pag. 87, de CMS Produtos Hospitalares Ltda., CNPJ nº 03.301.390/0001-28, para Endotec Produtos Médicos Ltda., CNPJ nº 09.586.279/0001-01, conforme expedientes nº 2137015/17-0 e 0812956/18-8.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.613, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de Contraprova 1970.CP.0/2017/IOM/FUNED e ATA N. 036/2018, emitidos pela Fundação Ezequiel Dias (FUNED), que apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de rotulagem para o lote SHL7780, do produto cosmético SHAMPOO- ANTICASPA PARA TRATAMENTO COSMÉTICO CAPILAR/AJUDA A COMBATER A QUEDA/ FORTALECIMENTO DOS CABELOS, marca GOTA DOURADA PRODUTOS NATURAIS, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote SHL7780 , do produto cosmético SHAMPOO- ANTICASPA PARA TRATAMENTO COSMÉTICO CAPILAR/AJUDA A COMBATER A QUEDA/ FORTALECIMENTO DOS CABELOS, marca GOTA DOURADA PRODUTOS NATURAIS, fabricado por JF INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ: 01.394.209/0001-40.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.614, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016;

considerando os arts. 12, 50 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação de exposição à venda e divulgação de produtos cosméticos da linha LISS ABSOLUT EXPERT, conforme descrito em publicidade no sítio eletrônico http://www.lissabsolutexpert.com, bem como no facebook e no Mercado Livre, sem registro/notificação na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos da linha LISS ABSOLUT EXPERT, fabricado por empresa desconhecida.

Art. 2º Determinar a apreensão das unidades do produto descrito no art. 1º encontradas no mercado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.615, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução RE N° 1275, de 18 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº. 96, de 21 de maio de 2018, Seção 1, pág. 65 e em suplemento da Seção 1, pág. 99, referente a certificação da empresa Burpee Materials Technology LLC, solicitada pela empresa Cardinal Health do Brasil Ltda, CNPJ 19.585.158/0001-07, conforme expedientes nº 1708611/17-6 e 0530917/18-4.

Onde se lê: "Burpee Materials Technology LLC"

Leia-se: "Burpee MedSystems LLC"

Na Resolução - RE N° 2.167, de 11 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº. 155, de 14 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 111 e em Suplemento da Seção 1, pág.84, referente a certificação da empresa Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda., CNPJ: 01.449.930/0001-90, conforme expedientes nº 0133839/17-1 e 0086881/18-7.

Onde se lê: Siemens Healthcare Diagnósticos S.A.

Rua Dona Francisca, 8300, Bloco K, Módulo 1, parte 01

Leia-se: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda.

Rua Dona Francisca, 8300, Bloco K, Módulo 1 e 2

Na Resolução RE nº 885, de 06 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº. 67, de 09 de abril de 2018, Seção 1, pág. 99 e em suplemento da Seção 1, pág. 146, referente a certificação da empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A., CNPJ 26.921.908/0001-21, conforme expediente nº 1968905/17-5 e 0597195/18-1.

Onde se lê: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Leia-se: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A.

RETIFICAÇÃO

Na resolução - RE N.º 2.265, de 18 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 117, 23 de junho de 2014, Seção 1 Pag. 34 e Suplemento Págs. 24 e 56.

Onde se lê:

EMPRESA:DROGARIA XIMENES LTDA ME

ENDEREÇO: RUA MAESTRO RANDOLFO Nº 32

BAIRRO: CENTRO CEP: 38700082 - PATOS DE MINAS/MG

CNPJ: 19.824.853/0001-76

PROCESSO: 25351.297714/2014-85 AUTORIZ/MS: 7.19156.2

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉ-

TICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A

CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: BEM VIVER DRUGSTORE LTDA ME

ENDEREÇO: RUA IDELFONSO BERNARDES, 245 LOJA 01

BAIRRO: JARDIM AMÉRICA CEP: 38701102 - PATOS DE MINAS/MG

CNPJ: 19.824.853/0001-76

PROCESSO: 25351.297714/2014-85

AUTORIZ/MS: 7.19156-2

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - -RE Nº 2.202, DE 16 DE AGOSTO DE 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 160, 20 de agosto de 2018, Seção 1 Pag. 43 e Suplemento Págs. 91 e 93.

Onde se lê:

EMPRESA: FARMA LINS LTDA

ENDEREÇO: RUA JOSE DE OLIVEIRA COSTA,13

BAIRRO: CENTRO CEP: 39723000 - SANTA EFIGÊNIA DE MINAS/MG

CNPJ: 05.074.886/0001-31

PROCESSO: 25351.427156/2016-51

AUTORIZ/MS: 7.48347-8

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

FRACIONAMENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Leia-se:

EMPRESA: FARMA LINS LTDA

ENDEREÇO: RUA JOSE DE OLIVEIRA COSTA, 13

BAIRRO: CENTRO CEP: 39723000 - SÃO GERALDO DA PIEDADE/MG

CNPJ: 05.074.886/0001-31

PROCESSO: 25351.427156/2016-51

AUTORIZ/MS: 7.48347-8

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

FRACIONAMENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na resolução - RE N.º 1.992, de 25 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 145, 30 de julho de 2018, Seção 1 Pag. 127 e Suplemento Pág. 112.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGASMIL LTDA - ME

ENDEREÇO: AV: PERNAMBUCO, 302 QUADRA 12 LOTE 07

BAIRRO: setor eliziario CEP: 76590000 - SANTA RITA DO ARAGUAIA/GO

CNPJ: 14.429.683/0001-01

PROCESSO: 25351.308936/2013-50

AUTORIZ/MS: 0.93511-1

AT I V I D A D E / C L A S S E :

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: DROGASMIL LTDA - ME

ENDEREÇO: AV: PERNAMBUCO, 302 QUADRA 12 LOTE 07

BAIRRO: setor eliziario CEP: 76590000 - SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA/GO

CNPJ: 14.429.683/0001-01

PROCESSO: 25351.308936/2013-50

AUTORIZ/MS: 0.93511-1

ATIVIDADE/CLASSE:

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na resolução -RE Nº 2.202, DE 16 DE AGOSTO DE 2018, publicada no Diário Oficial da União n° 160, 20 de agosto de 2018, Seção 1 Pag. 43 e Suplemento Págs. 91 e 93.

Onde se lê:

EMPRESA: v j farma ltda

ENDEREÇO: rua siqueira campos 523

BAIRRO: centro CEP: 53401320 - RECIFE/PE

CNPJ: 01.693.953/0003-07

PROCESSO: 25351.135905/2014-54

AUTORIZ/MS: 7.12583-2

ATIVIDADE/ CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: v j farma ltda

ENDEREÇO: rua siqueira campos 523

BAIRRO: centro CEP: 53401320 - PAULISTA/PE

CNPJ: 01.693.953/0003-07

PROCESSO: 25351.135905/2014-54

AUTORIZ/MS: 7.12583-2

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Na resolução - RE N° 1.226, DE 4 DE ABRIL DE 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 66, 7 de abril de 2014, Seção 1 Pag. 41 e Suplemento Págs. 67 e 69.

Onde se lê:

EMPRESA: FARMACIA FARMAUTIL LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL Nº 6605

BAIRRO: CENTRO CEP: 85806000 - CASCAVEL/PR

CNPJ: 85.035.327/0004-02

PROCESSO: 25351.015677/2014-05

AUTORIZ/MS: 7.08550.9

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/ PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Leia-se:

EMPRESA: FARMACIA FARMAUTIL LTDA

ENDEREÇO: av silvio americo sasdelli 1999

BAIRRO: jardim lancaster CEP: 85869580 - FOZ DO IGUAÇU/PR

CNPJ: 85.035.327/0004-02

PROCESSO: 25351.015677/2014-05

AUTORIZ/MS: 7.08550-9

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS

COMÉRCIO: CORRELATOS

COMÉRCIO: COSMÉTICOS

COMÉRCIO: PERFUMES

COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

Na resolução - RE Nº 3.970, DE 9 DE OUTUBRO DE 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 197, 13 de outubro de 2014, Seção 1 Pag. 667 e Suplemento Págs. 82 e 151.

Onde se lê:

EMPRESA: FARMACIA REGHIN LTDA

ENDEREÇO: AV. BRASIL, N. 652, TERREO

BAIRRO: CENTRO CEP: 86280000 - URAÍ/PR

CNPJ: 08.431.824/0001-28

PROCESSO: 25351.490428/2006-87

AUTORIZ/MS: 0.48151.2

AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/ PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA REGHIN LTDA.
ENDEREÇO: av brasil 405
BAIRRO: centro CEP: 86280000 - URAÍ/PR
CNPJ: 08.431.824/0001-28
PROCESSO: 25351.490428/2006-87
AUTORIZ/MS: 0.48151-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n° 1.785, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 20 de maio de 2013, Seção 1 pág. 60, Suplemento págs. 65 e 66.
Onde se lê:
EMPRESA: ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA EDUARDO ZUCARI KM 21,5
BAIRRO: DISTRITO INDUSTRIAL CEP: 18603970 - BOTUCATU/SP
CNPJ: 66.715.459/0001-80
PROCESSO: 25351.049996/2003-53 AUTORIZ/MS: 1.06331.1
AT I V I D A D E / C L A S S E
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXTRAIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
PRODUZIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSFORMAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: ANIDRO DO BRASIL EXTRAÇÕES S.A.
ENDEREÇO: AVENIDA MÁRIO SARTOR, 77
BAIRRO: POLO INDUSTRIAL CEP: 18603970 - BOTUCATU/SP
CNPJ: 66.715.459/0001-80
PROCESSO: 25351.049996/2003-53 AUTORIZ/MS: 1.06331.1
AT I V I D A D E / C L A S S E
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EMBALAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
EXTRAIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
PRODUZIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSFORMAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.585, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.586, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018(*)

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.059, de 18 de dezembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.449, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita o Hospital do Câncer de Londrina/PR em regime de Hospital Dia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, Capítulo V - das Disposições Finais - Anexo 1 do Anexo XXIV - da modalidade de assistência em regime de Hospital Dia, e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital do Câncer de Londrina/PR no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, com 03 leitos, em regime de Hospital Dia, nos termos da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017:

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
PR	Londrina	2577623	78.633.088/0001-76	Hospital do Câncer de Londrina	Dupla

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do Estado e/ou Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1450, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita a Ferraz e Biase Clinica Oftalmológica Ltda. de Maceió/AL em regime de Hospital Dia.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo V, Anexo 1 do Anexo XXIV - Da modalidade de assistência em regime de Hospital-dia - da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS:

Art. 1º Fica habilitada a unidade de saúde Ferraz e Biase Clinica Oftalmológica Ltda de Maceió/AL em regime de Hospital Dia, no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, com 01 leito, nos termos da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, conforme quadro a seguir:

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
AL	Maceió	7307152	17.457.071/0001-10	Ferraz e Biase Clínica Oftalmológica Ltda	Municipal

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.452, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Redistribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO) do estado do MA.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.132/GM/MS, de 25 de setembro de 2013, que estabelece novos quantitativos físicos da manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME);

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a portaria nº 1.395/SAS/MS, de 5 de dezembro de 2014, que distribui a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea (DVMO);

Considerando a Portaria nº 348/SAS/MS, de 17 de abril de 2015 que retificou o gestor de referência dos estabelecimentos de saúde; e

Considerando a solicitação de redistribuição da cota anual para cadastro de doadores voluntários de medula óssea do estado do Maranhão, resolve:

Art. 1º Fica redistribuída a cota anual para cadastro de novos doadores voluntários de medula óssea do estado do Maranhão para o estado do Piauí na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

Maranhão

Resolução CIB/MA	Município/UF	Gestão	Laboratório	Número de Cadastros de DVMO/ano
Nº 27/2018	São Luís/MA	Municipal	Laboratório de Estudos Genômicos e de Histocompatibilidade (LEGH) do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA) CNES: 2726653	7.750
	Teresina/PI	Municipal	Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular da Universidade Federal do Piauí (LIB/UFPI) CNES: 2406748	7.750

PORTARIA Nº 1.454, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Habilita em regime de Hospital Dia, o Hospital Municipal do Olho de Duque de Caxias, município de Duque de Caxias (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo V, Anexo 1 do Anexo XXIV - Da modalidade de assistência em regime de hospital-dia - da Portaria de Consolidação n° 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os pareceres favoráveis dos respectivos gestores locais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Municipal do Olho de Duque de Caxias/RJ em regime de Hospital Dia, no código 12.02 - Procedimentos cirúrgicos, diagnósticos ou terapêuticos, com 10 leitos, na modalidade de assistência, conforme quadro a seguir:

UF	MUNICÍPIO	CNES	CNPJ	ENTIDADE	GESTÃO
RJ	Duque de Caxias	9193723	28.120.493/0001-12	Hospital Municipal do Olho de Duque de Caxias	Municipal

Art. 2º A habilitação concedida por esta Portaria, não acarretará alteração no teto financeiro do estado e/ou município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.457, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Paraná, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, por meio do Ofício nº 022/2018 CIB/PR, de 27 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, referente ao Estado do Paraná, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite nºs 263 de 25 de julho de 2018 e 280 de 27 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Paraná fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	1.053.492.476,63
Fundos Municipais de Saúde	1.646.974.696,45
TOTAL	2.700.467.173,07

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.461, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Rio Grande do Sul, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

ti

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, por meio do Ofício Gab nº 424, de 22 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Rio Grande do Sul, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RS nºs 258, 307, 308, 309 e 310 todas de 18 de julho de 2018.

§1º O total do recurso MAC anual do Estado do Rio Grande do Sul fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	823.044.390,63
Fundos Municipais de Saúde	1.814.433.088,72
TOTAL	2.637.477.479,35

§2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª (décima) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.462, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Espírito Santo, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, por meio do OFÍCIO/SESA/CIB/SUS-ES/Nº 029/2018, de 22 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Espírito Santo, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/ES nºs 203 e 204, de 21 de agosto de 2018, nº 61, de 08 de agosto de 2018 e nº 28, de 11 de julho de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Espírito Santo fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	527.604.065,20
Fundos Municipais de Saúde	260.836.337,28
TOTAL	788.440.402,48

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª (décima) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.467, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Pará, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde - da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n°3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Pará, por meio Ofício CIB/PA n°. 51, de 21 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Pará, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/PA n°. 146, de 17 de agosto de 2018 e n°. 150, de 21 de agosto de 2018.

§1º O total do recurso MAC anual do Estado do Pará, fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	330.558.882,91
Fundos Municipais de Saúde	844.825.684,72
TOTAL	1.175.384.567,63

§2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10°Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.471, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, da Fundação Assistencial da Paraíba- FAP, com sede em Campina Grande (PB).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 778/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.116284/2016-51, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Assistencial da Paraíba- FAP, CNPJ nº 08.841.421/0001-57, com sede em Campina Grande (PB).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.472, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa Nossa Senhora das Mercês, com sede em Santa Bárbara (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 782/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.477002/2017-71, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa Nossa Senhora das Mercês, CNPJ nº 24.378.986/0001-04, com sede em Santa Bárbara (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.473, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Grupo da Fraternidade Irmão Altino, com sede em Guaratinguetá (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 777/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.048963/2018-52, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Grupo da Fraternidade Irmão Altino, CNPJ nº 48.548.184/0001-55, com sede em Guaratinguetá (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2018 à 20 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.475, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena, com sede em Dracena (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 780/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.155820/2018-04, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Dracena, CNPJ nº 47.617.584/0001-02, com sede em Dracena (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.476, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Policlínica de Botafogo, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a publicação da Portaria nº 1.169/GM/MS, de 26 de abril de 2018, que alterou a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, nos termos da Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018; e

Considerando a Nota Técnica nº 420/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.053113/2010-19, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, da Policlínica de Botafogo, CNPJ nº 33.641.176/0001-81, com sede no Rio de Janeiro (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2010 à 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 240/SAS/MS, de 10 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 48, de 11 de março de 2016, seção 1, página 105.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.477, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Sociedade São Vicente de Paulo, com sede em Morro do Chapéu (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 530/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.209087/2015-02, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade São Vicente de Paulo, CNPJ nº 14.263.313/0001-47, com sede em Morro do Chapéu (BA).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.478, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba, com sede em Ajuricaba (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 785/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.156769/2018-40, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Beneficente Ajuricaba, CNPJ nº 90.164.377/0001-79, com sede em Ajuricaba (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 24 de outubro de 2018 à 23 de outubro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.479, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Arcos, com sede em Arcos (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 786/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.156804/2018-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Arcos, CNPJ nº 16.968.547/0001-15, com sede em Arcos (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.480, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Sousa Moreira, com sede em Itaúna (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 788/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.157231/2018-52, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade Manoel Gonçalves de Sousa Moreira, CNPJ nº 21.254.057/0001-97, com sede em Itaúna (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.481, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Farmácia Comunitária da Leste - FARMACOL, com sede em São José dos Campos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 789/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.084983/2018-97, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Farmácia Comunitária da Leste - FARMACOL, CNPJ nº 28.733.604/0001-66, com sede em São José dos Campos (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.482, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Irmandade de Santa Izabel de Cabo Frio, com sede em Cabo Frio (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 425/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.052794/2010-06, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Santa Izabel de Cabo Frio, CNPJ nº 30.590.574/0001-28, com sede em Cabo Frio (RJ).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.155/SAS/MS, de 26 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 150, de 06 de agosto de 2018, seção 1, página 82.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.483, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Lar da Caridade, com sede em Uberaba (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 763/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.155836/2015-66, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Lar da Caridade, CNPJ nº 25.440.835/0001-93, com sede em Uberaba (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.484 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 10 PR 10
II - denominação: CDOP Cirurgia e Diagnose em Oftalmologia do Paraná Ltda
III - CNPJ: 00.395.490/0001-72
IV - CNES: 3199371
V - endereço: Av. Silva Jardim, nº 4172, Bairro: Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80240-021.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 12 04 PR 09
II - denominação: Hospital Erasto Gaertner - Liga Paranaense de Combate ao Câncer
III - CNPJ: 76.591.049/0001-28
IV - CNES: 0015644
V - endereço: Rua Ovande do Amaral, nº 201, Bairro: Jardim das Américas, Curitiba/PR, CEP: 81520-060.

Art. 3º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 11 10 PR 17
II - responsável técnico: Aramis de Castro Bach, oftalmologista, CRM 9027;
III - membro: Daniel Wasilewski, oftalmologista, CRM 17813;
IV - membro: Glauco Henrique Reggiani Mello, oftalmologista, CRM 22727;
V - membro: Itamar Aparecido Fernandes, oftalmologista, CRM 10377;
VI - membro: Ivo Luvizotti, oftalmologista, CRM 6879;
VII - membro: Rogério João de Almeida Torres, oftalmologista, CRM 8986;
VIII - membro: Arthur Rubens Cunha Schaefer, oftalmologista, CRM 22204;
IX - membro: Valentim Claret Santos Gonçalves, oftalmologista, CRM 9308;
X - membro: Maria Cecília Barros Duarte, oftalmologista, CRM 19675;
XI - membro: Ana Paula Fraga Santini Canto, oftalmologista, CRM 23759;
XII - membro: Lucas Shiokawa, oftalmologista, CRM 25450;
XIII - membro: Emílio de Almeida Torres Netto, oftalmologista, CRM 26618;
XIV - membro: Mauro Cézar Tiveron Júnior, oftalmologista, CRM 28728;
XV - membro: Carlos Alberto Tedeschi, oftalmologista, CRM 10511;
XVI - membro: Cinthia Oyama, oftalmologista, CRM 12002;
XVII - membro: Samia Ali Wahab, oftalmologista, CRM 13741;
XVIII - membro: Cinara Sakuma de Oliveira Godoy, oftalmologista, CRM 15792;
XIX - membro: Paulo Tadeu Cachuba, oftalmologista, CRM 8983.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT: 1 12 04 PR 09
II - responsável técnico: Glauco José de Pauka Mello, ortopedista e traumatologista, CRM 5636;
III - membro: Geraldo de Freitas Filho, ortopedista e traumatologista, CRM 3382;
IV - membro: Pedro Reggiani Anzuategui, ortopedista e traumatologista, CRM 22734;
V - membro: Ana Valéria Brunetti Rigolino, ortopedista e traumatologista, CRM 34654.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 5º As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.485, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 01 02 RS 07
II - denominação: Hospital Bruno Born - Sociedade Beneficência e Caridade de Lajeado
III - CNPJ: 91.162.511/0001-65
IV - CNES: 2252287
V - endereço: Av. Benjamin Constant, nº 881, Bairro: Centro, Lajeado/RS, CEP: 95900-010.

I - Nº do SNT: 2 01 99 RS 11
II - denominação: Hospital São Lucas da PUCRS - União Brasileira de Educação e Assistência
III - CNPJ: 88.630.413/0007-96
IV - CNES: 2262568
V - endereço: Av Ipiranga, nº 6690, Bairro: Jardim Botânico, Prédio 60, Porto Alegre/RS, CEP: 90610-000.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 99 MG 11
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora
III - CNPJ: 21.575.709/0001-95
IV - CNES: 2153882
V - endereço: Av Barão do Rio Branco, Casa nº 3353, Bairro: Passos, Juiz de Fora/MG, CEP: 36021-630.

Art. 2º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 11 00 DF 07
II - denominação: Visão Institutos Oftalmologicos - INBOL Instituto Brasiliense de Olhos S S Ltda
III - CNPJ: 37.114.071/0001-25
IV - CNES: 7980221
V - endereço: SEP SUL, EQ 714/914, Cj E, Sl 228, 229, 309, 310 e 312, nº s/n, 317 a 319, 326 a 330, Bairro: Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70390-145.

I - Nº do SNT: 2 11 12 DF 01
II - denominação: Visão Institutos Oftalmologicos Associados - ISOB Instituto de Saúde de Olhos Brasilia Ltda
III - CNPJ: 03.056.609/0001-70
IV - CNES: 7766777
V - endereço: CNC 01 Lote, nº 14, Bairro: Norte, Taguatinga, Brasilia/DF, CEP: 72115-515.

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 00 MS 01
II - denominação: Instituto da Visão de MS Ltda
III - CNPJ: 01.976.296/0001-43
IV - CNES: 3813002
V - endereço: Avenida Arquiteto Rubens Gil de Camillo, nº 83, Sala 01, Bairro: Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS, CEP: 79040-090.

I - Nº do SNT: 2 11 04 MS 03
II - denominação: Hospital São Julião Cedami Casa Vovô Túlia - Associação de Auxiliar e Recuperação dos Hansenianos
III - CNPJ: 03.273.885/0001-90
IV - CNES: 0009733
V - endereço: Rua Lino Villacha, nº 1250, Bairro: São Julião, Campo Grande/MS, CEP: 79017-200.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 02 RS 06
II - Denominação: Hospital Tacchini - Associação Dr. Bartholomeu Tacchini
III - CNPJ: 87.547.444/0001-20
IV - CNES: 2241021
V - endereço: Rua Doutor José Mario Monaco, nº 358, Bairro: Centro, Bento Gonçalves/RS, CEP: 95700-068.

Art. 3º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano à equipe de saúde a seguir identificada:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARÁ

I - Nº do SNT: 1 11 18 PA 16
II - responsável técnico: Thaís de Oliveira Lisboa, oftalmologista, CRM 10431.

Art. 4º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 01 02 MG 02
II - responsável técnico: Gustavo Fernandes Ferreira, nefrologista, CRM 36544;
III - membro: Sebastião Ferreira, nefrologista, CRM 6634;
IV - membro: Vinícius Sardão Colares, nefrologista, CRM 55095;
V - membro: Paulo Rogério de Rezende Moreira, nefrologista, CRM 10080;
VI - membro: Antônio Carlos Guedes Almas, nefrologista, CRM 15181;
VII - membro: Laís Eliane Loures Peralva, nefrologista, CRM 18573;
VIII - membro: Adriana de Almeida Pascini Brega, nefrologista, CRM 26989;
IX - membro: Márcio Luiz de Sousa, cirurgião geral e cirurgião vascular, CRM 27222;
X - membro: Pedro Bastos Guimarães de Almeida, cirurgião geral e cirurgião vascular, CRM 48089;
XI - membro: Márcio Gomide Pinto, cirurgião vascular, CRM 17688;
XII - membro: Gláucio Silva de Souza, cirurgião geral, CRM 34304.

Art. 5º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 1 02 02 RS 11
II - responsável técnico: Sandra Maria Gonçalves Vieira, gastroenterologista pediátrica, CRM 18391;
III - membro: André Prato Schmidt, anestesiologista, CRM 30265;
IV - membro: Ariane Nádia Backes, cirurgiã geral, CRM 28113;
V - membro: Carlos Oscar Kieling, gastroenterologista pediátrico, CRM 19665;
VI - membro: Cláudia de Souza Gutierrez, anestesiologista, CRM 27411;
VII - membro: Ariene Stahlschmidt, anestesiologista, CRM 36881;
VIII - membro: Elaine Aparecida Felix, anestesiologista, CRM 14849;
IX - membro: Gustavo José Somm, anestesiologista, CRM 26000;
X - membro: Ian Leipnitz, cirurgiã geral, CRM 21389;
XI - membro: Larissa Schultz, anestesiologista, CRM 36037;
XII - membro: Luiz Fernando Ribeiro de Menezes, anestesiologista, CRM 18833;
XIII - membro: Marina Rossato Adami, gastroenterologista pediátrica, CRM 29730;
XIV - membro: Renata Rostirola Guedes, gastroenterologista pediátrica, CRM 31930;
XV - membro: Renata Ortiz Pedrini, anestesiologista, CRM 33036;
XVI - membro: Sávio Cavalcante Passos, anestesiologista, CRM 37636;
XVII - membro: Victor Hugo Bazan da Rocha, anestesiologista, CRM 17005.

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 1 03 00 RS 05
II - responsável técnico: Roberto Tofani Sant'Anna, cardiologista, CRM 30166;
III - membro: Alexsandra Lima Balbinot, cirurgiã cardiovascular, CRM 24254;
IV - membro: Altamiro Reis da Costa, cardiologista, CRM 10204;
V - membro: Ari Tadeu Lirio dos Santos, anestesiologista, CRM 9520;
VI - membro: Edemar Manuel Costa Pereira, cardiologista, CRM 4476;
VII - membro: Estela Suzana Kleiman Horowitz, cardiologista pediátrica, CRM 14682;
VIII - membro: Flávio Peixoto de Oliveira, cirurgião cardiovascular, CRM 12785;
IX - membro: Guaracy Fernandes Teixeira Filho, cirurgião cardiovascular, CRM 6024;
X - membro: Ivo Abrahão Nesralla, cirurgião cardiovascular, CRM 2960;
XI - membro: João Ricardo Michielin Sant'Anna, cirurgião cardiovascular, CRM 6792;
XII - membro: Lisia Maria Galant François, anestesiologista, CRM 10303;
XIII - membro: Lucas Krieger Martins, cirurgião cardiovascular, CRM 28238;
XIV - membro: Marciane Maria Rover, cardiologista, CRM 30203;
XV - membro: Marisa Fátima dos Santos, cardiologista, CRM 11807;
XVI - membro: Paula Linck de Mello Nesralla, cirurgião cardiovascular, CRM 27306;
XVII - membro: Paulo Roberto Lunardi Prates, cirurgião cardiovascular, CRM 24183;
XVIII - membro: Paulo Roberto Prates, cirurgião cardiovascular, CRM 3708;
XIX - membro: Renato Abdala Karam Kalil, cirurgião cardiovascular, CRM 4670;
XX - membro: membro: Silvia Casonato, cardiologista pediátrica, CRM 30126.

Art. 7º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 1 11 11 DF 02
II - responsável técnico: Tarciso Schirmbeck, oftalmologista, CRM 12660;
III - membro: Vânia Ribeiro Martins Hummel, oftalmologista, CRM 5571.

I - Nº do SNT: 1 11 12 DF 01
II - responsável técnico: Tarciso Schirmbeck, oftalmologista, CRM 12660;
III - membro: Vânia Ribeiro Martins Hummel, oftalmologista, CRM 5571.

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT: 1 11 99 MS 02
II - responsável técnico: Christiana Velloso Rebello Hilgert, oftalmologista, CRM 2756.

I - Nº do SNT: 1 11 99 MS 01
II - responsável técnico: Jânio Carneiro Gonçalves, oftalmologista, CRM 1813.

I - Nº do SNT: 1 11 10 MS 01
II - responsável técnico: Marcos Rogério Mistro Piccinin, oftalmologista, CRM 3765.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 1 11 08 RJ 08
II - responsável técnico: Eduardo Kestelman, oftalmologista, CRM 52478398;
III - membro: Allan de Azevedo Wagner, oftalmologista, CRM 52988022;
IV - membro: Ana Gabriela Coelho de Magalhães Queiroz, oftalmologista, CRM 52873500;
V - membro: Evelyn Borges Ciuffo, oftalmologista, CRM 52962414;
VI - membro: Francisco Bandeira e Silva, oftalmologista, CRM 52855120;
VII - membro: Frederico Nogueira Percope Rodrigues Guerra,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

oftalmologista, CRM 52753696;
VIII - membro: Juliana Gliceria Monteiro da Silva, oftalmologista, CRM 5200879690;
IX - membro: Lucas Azeredo Gonçalves de Oliveira, oftalmologista, CRM 52955590.

Art. 8º As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º e 7° 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.486, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Renova a autorização e a habilitação de estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia e/ou biologia molecular - Tipo II

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR	CNPJ: 75.095.679/0002-20 CNES: 2384299

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde abaixo relacionado, para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

PARANÁ

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunogenética do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR	CNPJ: 75.095.679/0002-20 CNES: 2384299

Art. 3º As renovações de autorização e os recadastramentos concedidos por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.487, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Instituto do Câncer do Ceará, com sede em Fortaleza (CE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 793/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.488641/2017-61, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto do Câncer do Ceará, CNPJ nº 07.265.515/0001-62, com sede em Fortaleza (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.488, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Misericórdia de Carmo da Mata, com sede em Carmo da Mata (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 796/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.042442/2018-91, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Carmo da Mata, CNPJ nº 20.919.452/0001-89, com sede em Carmo da Mata (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 15 de março de 2018 à 14 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.489, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Fundação Hospital Regional do Câncer da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, com sede em Presidente Prudente (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 794/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.063343/2018-43, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, da Fundação Hospital Regional do Câncer da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, CNPJ nº 11.636.872/0001-67, com sede em Presidente Prudente (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.490, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme, com sede em Leme (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 791/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.128214/2018-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Leme, CNPJ nº 51.381.903/0001-09, com sede em Leme (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.491, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pontal, com sede em Pontal (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 795/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.107590/2018-69, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pontal, CNPJ nº 55.110.753/0001-41, com sede em Pontal (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.493, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Santa Casa de Misericórdia de Santa Bárbara do Oeste, com sede em Santa Bárbara do Oeste (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 802/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.052035/2018-92, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Santa Bárbara do Oeste, CNPJ nº 56.725.385/0001-09, com sede em Santa Bárbara do Oeste (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.494, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Tocantins, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da Assistência em Saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, por meio do Ofício nº 9574/2018/SES/GABSEC, de 16 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1ºFica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Tocantins, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/TO nº 142 e nº 145, ambas de 19 de julho de 2018.

§1º O total do recurso MAC anual do Estado do Tocantins, fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	268.389.582,54
Fundos Municipais de Saúde	122.144.347,67
TOTAL	390.533.930,21

§2º O Estado e Municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10º Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.495, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do CEBAS, da Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência a Saúde, com sede em Ananindeua (PA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 668/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.108508/2012-28, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, CNPJ nº 46.230.439/0001-01, com sede em Botucatu (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.497, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Renovação do CEBAS, da Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar, com sede em Botucatu (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 668/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.108508/2012-28, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência a Saúde, CNPJ nº 83.367.342/0001-71, com sede em Ananindeua (PA).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.498, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado da Bahia, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, por meio do Ofício GASEC nº. 943/2018, de 24 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado da Bahia, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/BA n°.182, de 22 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado da Bahia fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	1.364.537.770,00
Fundos Municipais de Saúde	1.609.742.433,45
TOTAL	2.974.280.203,45

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.499, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Campina Verde (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 801/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.159653/2018-62, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital São Vicente de Paulo, CNPJ nº 18.145.870/0001-14, com sede em Campina Verde (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.501, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Centro de Oftalmologia Tadeu Cvintal, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 798/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.158713/2018-20, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro de Oftalmologia Tadeu Cvintal, CNPJ nº 05.099.467/0001-54, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de setembro de 2018 à 13 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.502, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Hospital Santa Cruz de Canoinhas, com sede em Canoinhas (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 800/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.158737/2018-89, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Santa Cruz de Canoinhas, CNPJ nº 83.192.096/0001-64, com sede em Canoinhas (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de novembro de 2018 à 13 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.503, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Hospital São Marcos, com sede em Morro Agudo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 799/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.129976/2018-21, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital São Marcos, CNPJ nº 50.730.902/0001-51, com sede em Morro Agudo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de setembro de 2018 à 24 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.504, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Centro Espírita Discípulos de Jesus, com sede em Campo Grande (MS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 797/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.158702/2018-40, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Centro Espírita Discípulos de Jesus, CNPJ nº 03.267.101/0001-11, com sede em Campo Grande (MS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.505, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado de São Paulo, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, por meio do Ofício CIB/SP nº. 087/2018, de 22 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de São Paulo, com base nas Deliberações da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/SP nº 72, de 10 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado de São Paulo fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	3.924.666.792,01
Fundos Municipais de Saúde	5.066.870.880,77
TOTAL	8.991.537.672,78

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª (décima) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.506, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Altera atributos e inclui procedimentos pertencentes ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

O Secretário de Atenção à Saúde no uso de suas atribuições

Considerando o art. 324 e o art. 335, seção VII, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portarias nº 1.399/GM/MS, de 07 de junho de 2017, que reabilita o Centro de Oncologia - CEONC, localizado em Cascavel (PR), como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia - UNACON com Serviço de Radioterapia;

Considerando a Portarias nº 3.485/GM/MS, de 18 de dezembro de 2017, que estabelece processo de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde dos medicamentos somatropina, galantamina 8mg, 16 mg e 24 mg, sildenafila 20 mg, 25 mg e 50 mg, quetiapina 300 mg, desmopressina 0,1 mg/mL, entacapona 200 mg, latanoprosta 0,05 mg/mL, travoprosta 0,04mg/mL, bimatoprosta 0,3 mg/mL, alfadornase 2,5mg, deferasirox 125mg, 250mg e 500mg, octreotida LAR 20mg/mL e 30mg/mL, do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

Considerando as Portaria Conjuntas nº 9/SAS/SCTIE/MS, de 28 de agosto de 2017, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Epilepsia;

Considerando as Portaria Conjuntas nº 17/SAS/SCTIE/MS, de 21 de junho de 2018, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Epilepsia;

Considerando as Portaria Conjuntas nº 8/SAS/SCTIE/MS, de 15 de março de 2018, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Diabete Melito Tipo 1;

Considerando as Portaria Conjuntas nº 12/SAS/SCTIE/MS, de 11 de abril de 2018, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Mucopolissacaridose do tipo I;

Considerando as Portaria Conjuntas nº 15/SAS/SCTIE/MS, de 11 de dezembro de 2017, que Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Reumatoide; e

Considerando o processo constante de atualização dos procedimentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF em virtude da elaboração dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT pelo Ministério da Saúde, resolve:

Art.1º Fica incluída na Tabela de procedimentos do SUS no grupo 06 - Medicamentos, subgrupo 04- Componente Especializado da Assistência Farmacêutica a Forma de Organização - 78-Insulinas análogas de ação rápida de uso injetável

Art.2º Ficam alterados atributos de procedimentos pertencentes ao CEAF conforme se segue:

Procedimento Código/Nome	Alterações
06.04.50.006-8- TOPIRAMATO 25 MG (por comprimido)	Quantidade máxima: 496
06.04.50.007-6 TOPIRAMATO 50 MG (por comprimido)	Quantidade máxima: 248
06.04.50.008-4 TOPIRAMATO 100 MG (por comprimido)	Quantidade máxima: 124
06.04.56.001-0 PENICILAMINA 250 MG (por cápsula)	Excluir CID: M34.0, M34.1, M34.8
06.04.47.001-0 ALFAPOETINA 1000 UI injetável (por frasco-ampola)	Valor SA: R$ 0,00 -Valor Total Ambulatorial: R$0,00
06.04.65.002-7 LATANOPROSTA 0,05 mg/ml solução oftálmica (por frasco de 2,5 ml)	Valor SA: R$ 0,00 -Valor Total Ambulatorial: R$0,00
06.04.65.001-9 BIMATOPROSTA 0,3mg/ml solução oftálmica (por frasco de 3 ml)	Valor SA: R$ 0,00 - Valor Total Ambulatorial: R$ 0,00
06.04.65.003-5 TRAVOPROSTA 0,04 mg/ml solução oftálmica (por frasco de 2,5 ml)	Valor SA: R$ 0,00 - Valor Total Ambulatorial: R$ 0,00
06.04.29.002-0 OCTREOTIDA LAR 20 mg injetável (por frasco ampola)	Valor SA: R$ 0,00 - Valor Total Ambulatorial: R$ 0,00
06.04.29.003-9 OCTREOTIDA LAR 30 mg injetável (por frasco ampola)	Valor SA: R$ 0,00 - Valor Total Ambulatorial: R$ 0,00

Art.3º Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos do SUS no Grupo 06: Medicamentos, Subgrupo 04- Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, as formas de organização que se seguem os medicamentos abaixo relacionados:

Forma de organização: 78- Insulinas análogas de ação rápida de uso injetável

Procedimento	06.04.78.001-0 - INSULINA ANÁLOGA DE AÇÃO RÁPIDA 100 UI/ML (TUBETE DE 3ML)
Origem	
Instrumento de registro	06-APAC (Proc.Principal)
Modalidade	01-Ambulatorial
Complexidade	AC- Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02- Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	05
Sexo	Ambos
Idade Mínima	02 Anos
Idade Máxima	130 Anos
Valor ambulatorial SA	R$ 0,00
Valor ambulatorial total	R$ 0,00
Valor hospitalar SP	R$ 0,00
Valor hospitalar SH	R$ 0,00
Valor hospitalar total	R$ 0,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CID principal	E10.0, E10.1, E10.2, E10.3, E10.4, E10.5, E10.6, E10.7, E10.8, E10.9
CBO	
Serviço/Classificação	125-Serviço de Farmácia/001- Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Atributo Complementar	009- Exige CNS, 014- Admite APAC de Continuidade, 022- Exige registro na APAC de dados complementares

Forma de Organização: 24 - Enzimas

Procedimento	06.04.24.006-6 LARONIDASE 0,58 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO DE 5 ML)
Origem	
Instrumento de registro	06-APAC (Proc.Principal)
Modalidade	01-Ambulatorial
Complexidade	AC- Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02- Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	48
Sexo	Ambos
Idade Mínima	18 Anos
Idade Máxima	130 Anos
Valor ambulatorial SA	R$ 0,00
Valor ambulatorial total	R$ 0,00
Valor hospitalar SP	R$ 0,00
Valor hospitalar SH	R$ 0,00
Valor hospitalar total	R$ 0,00
CID principal	E76.0
CBO	
Serviço/Classificação	125-Serviço de Farmácia/001- Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Atributo Complementar	009- Exige CNS, 014- Admite APAC de Continuidade, 022- Exige registro na APAC de dados complementares

PORTARIA Nº 1.507, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Indefere a Concessão do CEBAS, do Hospital Espírita Fabiano de Cristo, com sede em Caieiras (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Parecer Técnico nº 804/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.088477/2018-77, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Hospital Espírita Fabiano de Cristo, CNPJ nº 69.127.678/0001-36, com sede em Caieiras (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.508, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, do Hospital Santa Terezinha, com sede em Brotas (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 803/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.159669/2018-75, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 45.775.608/0001-26, com sede em Brotas (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.509, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Defere, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao PROSUS, da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, com sede em Itabuna (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a Nota Técnica nº 63/2018-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.041509/2016-17, que concluiu, na fase recursal, que foram atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, de forma definitiva e em grau de Reconsideração, a Adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), da Santa Casa de Misericórdia de Itabuna, com sede em Itabuna, CNPJ nº 14.349.740/0001-42, com sede em Itabuna (BA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.819/SAS/MS, de 28 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 234, de 07 de dezembro de 2017, seção 1, página 955.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Forma de organização:32

Procedimento	06.04.32.015-9- CITRATO DE TOFACIFITINIBE 5MG (POR COMPRIMIDO)
Origem	
Instrumento de registro	06-APAC (Proc.Principal)
Modalidade	01-Ambulatorial
Complexidade	AC- Alta Complexidade
Tipo de Financiamento	02- Assistência Farmacêutica
Quantidade máxima	62
Sexo	Ambos
Idade Mínima	18 Anos
Idade Máxima	130 Anos
Valor ambulatorial SA	R$ 0,00
Valor ambulatorial total	R$ 0,00
Valor hospitalar SP	R$ 0,00
Valor hospitalar SH	R$ 0,00
Valor hospitalar total	R$ 0,00
CID principal	M05.0, M05.1, M05.2, M05.3, M05.8, M06.0
CBO	
Serviço/Classificação	125-Serviço de Farmácia/001- Dispensação de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica
Atributo Complementar	009- Exige CNS, 014- Admite APAC de Continuidade, 022- Exige registro na APAC de dados complementares

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS- SIA/SUS a partir da competência outubro de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.510, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Ceará, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº. 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e os documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Ceará, por meio do Ofício n°. 10930/2018, de 082018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado do Ceará, com base na Resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/CE n°. 87, de 10/08/2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Ceará fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	465.530.791,10
Fundos Municipais de Saúde	1.453.709.634,85
TOTAL	1.919.240.425,95

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.511, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Maranhão, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria n° 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, por meio do Ofício n°. 2.073/2018 - GAB/SES, de 22 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Maranhão, com base nas Resoluções da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/MA n°. 38, de 16 de março de 2018 e n°. 80, de 23 de julho de 2018.

§1º O total do recurso MAC anual do Estado do Maranhão, fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	312.963.925,64
Fundos Municipais de Saúde	780.135.991,92
TOTAL	1.093.099.917,56

§2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10° Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.512, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Irmandade de Misericórdia de Urupês, com sede em Urupês (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 784/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.156779/2018-85, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia de Urupês, CNPJ nº 72.790.280/0001-90, com sede em Urupês (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 8 de novembro de 2018 à 7 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.513, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Defere a Renovação do CEBAS, da Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho, com sede em Ponte Nova (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 787/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.157219/2018-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho, CNPJ nº 26.150.979/0001-78, com sede em Ponte Nova (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2019 à 20 de março de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.515, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Rio de Janeiro, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define a Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde;

Considerando o Título III da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro, por meio do Ofício CIB/RJ nº. 008/2018, de 24 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar referente ao Estado de Rio de Janeiro, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/RJ n°. 5.467, de 24 de agosto de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Rio de Janeiro fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	588.260.795,60
Fundos Municipais de Saúde	2.950.573.739,01
TOTAL	3.538.834.534,61

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 10ª Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.235, DE 6 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/72606 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 83.930.214/0001-94, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

500 (quinhentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.337, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/67769 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0137-72, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1272 (uma mil e duzentas e setenta e duas) Munições calibre 12

1998 (uma mil e novecentas e noventa e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.406, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78302 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização, à empresa NAFSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.369.790/0001-30, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal na Bahia.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.348, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78081 - DPF/IJI/SC, resolve:

ConcedeR autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0140-78, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

864 (oitocentas e sessenta e quatro) Munições calibre 38

600 (seiscentas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.349, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78094 - DPF/JVE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0139-34, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1584 (uma mil e quinhentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38

1032 (uma mil e trinta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.350, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78098 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0141-59, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1278 (uma mil e duzentas e setenta e oito) Munições calibre 38

840 (oitocentas e quarenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.488, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/77910 - DELESP/DREX/SR/PF/RN, resolve:

Conceder autorização à empresa INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 04.008.185/0001-31, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0001-09:

40 (quarenta) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:

45 (quarenta e cinco) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1530 (uma mil e quinhentas e trinta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.351, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/78102 - DPF/IJI/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0153-92, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

990 (novecentas e noventa) Munições calibre 38

648 (seiscentas e quarenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.440, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/79431 - DPF/RPO/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa RIBER-ÁGUIAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.793.282/0001-82, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.528, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70509 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa THOMAS GREG & SONS GRÁFICA E SERVIÇOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMP. E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA., CNPJ nº 03.514.896/0001-15 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.385, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/67790 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0112-14, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2466 (duas mil e quatrocentas e sessenta e seis) Munições calibre 38

1920 (uma mil e novecentas e vinte) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.428, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/71079 - DPF/MCE/RJ, resolve:

Autorizar a empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS, CNPJ Nº 18.606.201/0001-00, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS EIRELI

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.468, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/46355 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa D S E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 13.000.416/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2064/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.473, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/52145 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0013-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 2001/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.515, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48620 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POLISERVICE SISTEMAS DE SEGURANÇA S/A, CNPJ nº 73.946.238/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1972/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.140, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/72963 - DELESP/DREX/SR/PF/MA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEARIM MOTOS LTDA, CNPJ nº 05.198.872/0001-20 para atuar no Maranhão.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.482, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70795 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

a) Revogar o Alvará nº 5026, publicado no D.O.U. de 04/09/2018;

b) CONCEDER autorização à empresa 7 FACILITIES SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 25.159.490/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SELTA DO BRASIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 12.152.235/0001-88:

14 (quatorze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente VBR VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 97.527.175/0001-93:

12 (doze) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 12

432 (quatrocentas e trinta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.259, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54719 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARATU SEGURANCA E VIGILANCIA SS LTDA, CNPJ nº 04.348.513/0001-49, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1681/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 3.735, DE 30 DE JUNHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/33736 - DPF/PCA/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROTIN AGROPECUARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 49.732.068/0068-61 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.516, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/48766 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KINGS SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 07.694.977/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1907/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 5.527, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/70093 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PH SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.141.617/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 2045/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 5.491, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/80054 - DPF/VRA/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa KWAN- CENTRO DE FORMAÇÃO E INSTRUÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.521.592/0001-76, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
1 (um) Revólver calibre 38
7902 (sete mil e novecentas e duas) Munições calibre .380
3106 (três mil e cento e seis) Munições calibre 12
33140 (trinta e três mil e cento e quarenta) Espoletas calibre 38
6590 (seis mil e quinhentos e noventa) Gramas de pólvora
33140 (trinta e três mil e cento e quarenta) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.187, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24055/2018, decide:

Arquivar o Processo nº 2018/28703 instaurado em desfavor de a HOME VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, 09.277.103/0001-78, sediada no Amazonas.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.188, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24056/2018, decide:

Arquivar o Processo nº 2018/28707 instaurado em desfavor de a HOME VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, 09.277.103/0001-78, sediada no Amazonas.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.189, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24057/2018, decide:

ARQUIVAR o Processo nº 2018/29705 instaurado em desfavor de a EAGLE SECURITY VIP EMPRESA DE SEGURANÇA EMPRESARIAL DO NE LTDA, 06.996.393/0002-00, sediada em Alagoas.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.249, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24533/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CONDOMINIO DO EDIFICIO MUNICIPAL, CNPJ nº 29.102.084/0001-56, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27587.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.250, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24534/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CONDOMINIO DO EDIFICIO EMDA, CNPJ nº 06.959.270/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27590.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.251, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24535/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CONDOMINIO DO EDIFICIO CENTRO EMPRESARIAL INTERNACIONAL RIO, CNPJ nº 35.794.064/0001-96, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27592.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.258, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24543/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a CONDOMINIO EDIFICIO FARIA LIMA CENTURY FLAT , CNPJ nº 03.907.313/0001-16, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 173, §2º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/41041.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.265, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24550/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 06.141.118/0001-16, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/49460.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.271, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24556/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MATEUS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 10.304.032/0001-34, sediada no Paraná, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/28024.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.288, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24573/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MGP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA-ME, CNPJ nº 07.240.017/0001-65, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/28115.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.297, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24582/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MONITORE SEGURANÇA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 05.014.372/0004-33, sediada no Mato Grosso do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/34556.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.298, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24747/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MGP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA-ME, CNPJ nº 07.240.017/0001-65, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/9577.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.299, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24748/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a SPARTACUS CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES EIRELI EPP., CNPJ nº 04.657.618/0001-80, sediada no Distrito Federal, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/29193.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.300, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24749/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FORINTEC SEGURANCA - EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.308.770/0001-07, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/34515.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.301, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24750/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a REPRAM RECICLAGEM E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL LTDA - ME, CNPJ nº 04.967.710/0001-46, sediada no Mato Grosso do Sul,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/36909.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.302, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24751/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CALILA ADMINISTRACAO E COMERCIO SA, CNPJ nº 07.204.217/0002-43, sediada no Mato Grosso do Sul, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/38181.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.304, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24753/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a TERRAÇO MONUMENTAL EIRELLI, CNPJ nº 04.715.723/0001-28, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43403.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.305, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24754/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a NASCI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 21.384.283/0001-92, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43408.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.308, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24757/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FAME - FÁBRICA DE APARELHOS E MATERIAL ELÉTRICO LTDA , CNPJ nº 60.620.366/0001-95, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43427.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.309, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24758/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FAME - FÁBRICA DE APARELHOS E MATERIAL ELÉTRICO LTDA , CNPJ nº 60.620.366/0003-57, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43431.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.310, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24759/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FAME - FÁBRICA DE APARELHOS E MATERIAL ELÉTRICO LTDA , CNPJ nº 60.620.366/0005-19, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43435.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.316, DE 20 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24765/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a VS BRASIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 06.141.118/0001-16, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso XXI PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/49507.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.337, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24838/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a PLS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 18.133.588/0002-06, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/25639.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.338, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24839/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MARAL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 02.090.922/0001-62, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/26924.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.339, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24840/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a GADI EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.025.350/0001-26, sediada na Paraíba, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27041.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.340, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24841/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MANUFATURA ZONA OESTE S/A, CNPJ nº 29.708.492/0001-56, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27578.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.341, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24842/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a GO GO GIRLS BOITE LTDA, CNPJ nº 34.108.183/0001-85, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27583.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.342, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24843/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RJ SA, CNPJ nº 10.324.624/0001-18, sediada no Rio de Janeiro, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/27593.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.343, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24844/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a CLUBE MONTE LIBANO DE SAO JOSE DO RIO PRETO, CNPJ nº 59.981.688/0002-61, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/33656.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.344, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24845/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MAXXIM NORTE LTDA., CNPJ nº 22.542.855/0001-87, sediada no Pará, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/34329.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.348, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24850/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a AZEVEDO & TRAVASSOS S.A., CNPJ nº 61.351.532/0001-68, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43413.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.349, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24851/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a BM3S SEGURANÇA PRIVADA - EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.827.379/0001-73, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/43438.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.350, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24852/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a FORINTEC SEGURANCA - EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.308.770/0001-07, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso IV PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/48088.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 3.354, DE 21 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 24856/2018, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a MAXXIM NORTE LTDA., CNPJ nº 22.542.855/0029-88, sediada no Pará, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/51591.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.496, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, inciso I, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, na redação dada pelo Decreto nº 6.692, de 12 de dezembro de 2008, e considerando o disposto nos art. 19 e 20 do Regimento Interno da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI, aprovado pela Portaria nº 1.028, de 22 de abril de 2015, resolve:

Art. 1º Publicar as Deliberações da Comissão de Coordenação de Controle Interno - CCCI, conforme proposto em sessão realizada em 29 de maio de 2018, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 1.045, de 23 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

ANEXO

Deliberação CCCI nº 01/2018: Irregularidade na Certificação de Contas Anuais

Na deliberação sobre a irregularidade das contas de cada agente público integrante do Rol de Responsáveis de um processo de contas anual, os órgãos do SCI devem adotar as seguintes diretrizes:

1. Considerar como fatos graves, passíveis de certificação irregular, com suporte nas evidências apresentadas, aqueles enquadráveis numa das seguintes hipóteses:

• Omissão no dever de prestar contas, inclusive ausência de apresentação de informações necessárias à atuação do Controle Interno;

• Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

• Desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos;

• Prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar que tenha potencialidade de causar prejuízos ao erário ou configure grave desvio relativamente aos princípios a que está submetida a Administração Pública.

2. Verificar se o agente certificado teve participação determinante, evidenciada nos exames e em papéis de trabalho, no fato irregular constatado;

3. Verificar a eventual existência de fatores atenuantes, dentre os quais merecem destaque os seguintes:

• As decisões do agente foram adotadas em atendimento a orientação técnica e/ou jurídica da área competente;

• O agente não recebeu informações relevantes de terceiros que tinham dever legal ou funcional de alertá-lo;

• O agente não estava munido de informações suficientes para reconhecer a inadequação do ato e tinha competência legal para demandar a sua produção, mas não havia pessoal qualificado disponível;

• Nas circunstâncias apresentadas, não havia alternativa mais adequada e/ou econômica para os cofres públicos;

• O ato foi praticado para atender situação emergencial no resguardo da defesa e soberania nacionais ou da integridade do território nacional;

• O ato foi praticado para atender situação emergencial no resguardo da integridade de planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

• O ato foi praticado para atender situação emergencial no resguardo da integridade do patrimônio público;

• O ato foi praticado para atender situação emergencial no resguardo da integridade de pessoas;

• O ato foi praticado para atender situação emergencial no resguardo da estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

• O ato foi praticado no contexto da manutenção do funcionamento de serviço público essencial;

• O ato foi praticado no contexto da manutenção do funcionamento de política pública cuja interrupção poderia causar transtornos a cidadãos e/ou riscos à saúde, à segurança ou à vida dos beneficiários.

4. Optar pela certificação regular nos casos em que as falhas tenham sido sanadas no curso do próprio exercício sob exame e/ou antes do encerramento da fase de apuração da auditoria, desde que as falhas não tenham impactado de forma negativa a gestão.

Deliberação CCCI nº 02/2018: Abrangência da atuação do Sistema de Controle Interno Federal sobre as instituições financeiras federais

A atuação dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre as instituições financeiras federais abrange todos os processos operacionais, atividades e operações de crédito concedidas.

Especificamente em relação às operações de crédito concedidas por instituições financeiras federais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, a atuação dos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal terá por objetivo garantir a correção das ações sob a responsabilidade das instituições financeiras e a aderência dessas aos princípios que norteiam a Administração Pública por meio, por exemplo, da verificação:

1.da legalidade e obediência à regulamentação de regência e aos normativos internos dos atos praticados pela instituição financeira;

2.da aderência do objeto financiado à linha de financiamento;

3.da viabilidade técnica e econômica do projeto;

4.da compatibilidade entre o valor aportado e aquele necessário à implantação do objeto;

5.do fornecimento pelo tomador das garantias necessárias;

6.da qualidade da gestão contratual e das ações desenvolvidas pela instituição financeira para a preservação dos bens e interesses da União; e

7.da inexistência de financiamentos concedidos por entidades públicas para o mesmo objeto, quando esses não forem complementares.

No âmbito dessa atuação, os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal deverão ter acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos. As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor administrativa, civil e penalmente pelos danos causados à instituição financeira e a seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida.

Ministério das Cidades

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 741, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014 e dá outras providências.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I e o art. 115, §9º, ambos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e conforme Decreto n° 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 80000.118550/2016-99, resolve:

Art.1º Acrescentar o § 7º ao art. 1º da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, com a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 7º As disposições constantes do § 6º serão substituídas pela leitura do QRCode que consta na placa, durante o período de implantação do SINIAV."

Art. 2º Alterar o inciso II e acrescentar o inciso III ao § 6º, do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, que passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 6º...

II - Os testes realizados com o chip embarcado na PIV, cuja personalização e criptografia serão fornecidas pelo DENATRAN, terão validade para fins de homologação de fornecedor da tecnologia SINIAV.

III - Os Fabricantes de PIV com o chip deverão submeter seus produtos ao processo de homologação junto ao DENATRAN, mediante a prévia realização de testes e certificação, para fins de garantia de sua funcionalidade, segurança e interoperabilidade, realizados em entidade credenciada pelo DENATRAN especificamente para esta finalidade."

Art. 3º Incluir o ANEXO III à Resolução CONTRAN nº 729, de 06 de março de 2018, cuja redação passa a vigorar com a redação constante do Anexo a esta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA
Presidente do Conselho

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

JOÃO EDUARDO MORAES DE MELO
Pelo Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
Pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

JOÃO PAULO DE SOUZA
Pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

ANEXO

"ANEXO III - REGRA DE TRANSIÇÃO PARA EMPLACAMENTOS

1. A placa MERCOSUL terá a seguinte disposição:

LLLNLNN, onde L é letra e N é número.

2. Fica instituído o período de transição, no qual os DETRANs que já estão preparados realizarão o emplacamento de veículos no novo padrão (LLLNLNN), enquanto os demais DETRANs continuarão a emplacar no padrão pré-Mercosul, ou seja, LLLNNNN.

3. Durante todo o período de transição será utilizada apenas a faixa de letras de "A" a "J" para o antepenúltimo caractere, de forma a permitir a conversão dos emplacamentos e a convivência entre ambos os modelos.

4. Regra de conversão para o antepenúltimo caractere:

0	A
1	B
2	C
3	D
4	E
5	F
6	G
7	H
8	I
9	J

4.1. Desta forma, um veículo com a placa ABC1234 tem equivalência no Padrão Mercosul de ABC1C34."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 390, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001692/2018-36, resolve:

CAPÍTULO I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Celeo São João do Piauí FV III S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.486.042/0001-45, com Sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.433, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Etesa 19 São João do Piauí III, no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.034787-6.01, com 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma Unidades Geradoras de 1.364 kW e uma Unidade Geradora de 1.332 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 813384 m e N 9084887 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Etesa 19 São João do Piauí III, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de onze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação São João do Piauí, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de abril de 2020;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de maio de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2020;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de outubro de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2020;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2021; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.494.250,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Etesa 19 São João do Piauí III;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Etesa 19 São João do Piauí III, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Etesa 19 São João do Piauí III, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2018, são de exclusiva responsabilidade da Celeo São João do Piauí FV III S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Celeo São João do Piauí FV III S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Celeo São João do Piauí FV III S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Etesa 19 São João do Piauí III, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Celeo São João do Piauí FV III S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Celeo São João do Piauí FV III S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Francisco Antolin Chica Padilla.	CPF: 227.975.128-39.
Representante legal: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Responsável técnico: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Contador: Bruno Marcell Santos Montalvão Melo.	CPF: 091.555.517-42.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	135.458.000,00.
Serviços	19.756.000,00.
Outros	14.671.000,00.
Total (1)	169.885.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	122.928.000,00.
Serviços	19.035.000,00.
Outros	13.314.000,00.
Total (2)	155.277.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de maio de 2020 a 1º de janeiro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Celeo Redes Brasil S.A.	04.718.109/0001-10.	100,00 %

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 392, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001691/2018-91, resolve:

CAPÍTULO I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Celeo São João do Piauí FV IV S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.425.445/0001-84, com Sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.433, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Etesa 20 São João do Piauí IV, no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.034788-4.01, com 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma Unidades Geradoras de 1.364 kW e uma Unidade Geradora de 1.332 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 814778 m e N 9085118 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Etesa 20 São João do Piauí IV, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de onze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação São João do Piauí, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de abril de 2020;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de maio de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2020;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de outubro de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2020;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2021; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.494.250,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Etesa 20 São João do Piauí IV;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Etesa 20 São João do Piauí IV, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Etesa 20 São João do Piauí IV, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2018, são de exclusiva responsabilidade da Celeo São João do Piauí FV IV S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Celeo São João do Piauí FV IV S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Celeo São João do Piauí FV IV S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Etesa 20 São João do Piauí IV, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Celeo São João do Piauí FV IV S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Celeo São João do Piauí FV IV S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Francisco Antolin Chica Padilla.	CPF: 227.975.128-39.
Representante legal: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Responsável técnico: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Contador: Bruno Marcell Santos Montalvão Melo.	CPF: 091.555.517-42.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	135.458.000,00.
Serviços	19.756.000,00.
Outros	14.671.000,00.
Total (1)	169.885.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	122.928.000,00.
Serviços	19.035.000,00.
Outros	13.314.000,00.
Total (2)	155.277.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de maio de 2020 a 1º de janeiro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Celeo Redes Brasil S.A.	04.718.109/0001-10.	100,00 %

PORTARIA Nº 394, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001693/2018-81, resolve:

CAPÍTULO I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Celeo São João do Piauí FV II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.432.072/0001-79, com Sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.433, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Etesa 18 São João do Piauí II, no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.034786-8.01, com 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma Unidades Geradoras de 1.364 kW e uma Unidade Geradora de 1.332 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 813736 m e N 9083612 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Etesa 18 São João do Piauí II, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de onze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação São João do Piauí, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de abril de 2020;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de maio de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2020;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de outubro de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2020;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2021; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.494.250,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Etesa 18 São João do Piauí II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Etesa 18 São João do Piauí II, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Etesa 18 São João do Piauí II, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2018, são de exclusiva responsabilidade da Celeo São João do Piauí FV II S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Celeo São João do Piauí FV II S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Celeo São João do Piauí FV II S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Etesa 18 São João do Piauí II, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Celeo São João do Piauí FV II S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Celeo São João do Piauí FV II S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Francisco Antolin Chica Padilla.	CPF: 227.975.128-39.
Representante legal: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Responsável técnico: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Contador: Bruno Marcell Santos Montalvão Melo.	CPF: 091.555.517-42.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	135.458.000,00.
Serviços	19.756.000,00.
Outros	14.671.000,00.
Total (1)	169.885.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	122.928.000,00.
Serviços	19.035.000,00.
Outros	13.314.000,00.
Total (2)	155.277.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de maio de 2020 a 1º de janeiro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Celeo Redes Brasil S.A.	04.718.109/0001-10.	100,00 %

PORTARIA Nº 395, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001689/2018-12, resolve:

CAPÍTULO I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Celeo São João do Piauí FV VI S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.421.756/0001-75, com Sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.433, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Etesa 22 São João do Piauí VI, no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.034790-6.01, com 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma Unidades Geradoras de 1.364 kW e uma Unidade Geradora de 1.332 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 815350 m e N 9083583 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Etesa 22 São João do Piauí VI, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de onze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação São João do Piauí, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de abril de 2020;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de maio de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2020;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de outubro de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2020;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2021; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.494.250,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Etesa 22 São João do Piauí VI;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Etesa 22 São João do Piauí VI, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Etesa 22 São João do Piauí VI, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2018, são de exclusiva responsabilidade da Celeo São João do Piauí FV VI S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Celeo São João do Piauí FV VI S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Celeo São João do Piauí FV VI S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Etesa 22 São João do Piauí VI, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Celeo São João do Piauí FV VI S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Celeo São João do Piauí FV VI S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Francisco Antolin Chica Padilla.	CPF: 227.975.128-39.
Representante legal: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Responsável técnico: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Contador: Bruno Marcell Santos Montalvão Melo.	CPF: 091.555.517-42.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	135.458.000,00.
Serviços	19.756.000,00.
Outros	14.671.000,00.
Total (1)	169.885.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	122.928.000,00.
Serviços	19.035.000,00.
Outros	13.314.000,00.
Total (2)	155.277.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de maio de 2020 a 1º de janeiro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Celeo Redes Brasil S.A.	04.718.109/0001-10.	100,00 %

PORTARIA Nº 396, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001690/2018-47, resolve:

CAPÍTULO I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Celeo São João do Piauí FV V S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.456.405/0001-08, com Sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.433, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Etesa 21 São João do Piauí V, no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.034789-2.01, com 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma Unidades Geradoras de 1.364 kW uma Unidade Geradora de 1.332 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 814705 m e N 9084358 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Etesa 21 São João do Piauí V, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de onze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação São João do Piauí, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de abril de 2020;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de maio de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2020;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de outubro de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2020;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2021; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022.

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.494.250,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Etesa 21 São João do Piauí V;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Etesa 21 São João do Piauí V, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Etesa 21 São João do Piauí V, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2018, são de exclusiva responsabilidade da Celeo São João do Piauí FV V S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Celeo São João do Piauí FV V S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Celeo São João do Piauí FV V S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Etesa 21 São João do Piauí V, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Celeo São João do Piauí FV V S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Celeo São João do Piauí FV V S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Francisco Antolin Chica Padilla.	CPF: 227.975.128-39.
Representante legal: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Responsável técnico: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Contador: Bruno Marcell Santos Montalvão Melo.	CPF: 091.555.517-42.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	135.458.000,00.
Serviços	19.756.000,00.
Outros	14.671.000,00.
Total (1)	169.885.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	122.928.000,00.
Serviços	19.035.000,00.
Outros	13.314.000,00.
Total (2)	155.277.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de maio de 2020 a 1º de janeiro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Celeo Redes Brasil S.A.	04.718.109/0001-10.	100,00 %

PORTARIA Nº 397, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001694/2018-25, resolve:

CAPÍTULO I
DA OUTORGA

Art. 1º Autorizar a empresa Celeo São João do Piauí FV I S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.520.122/0001-70, com Sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.433, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Fotovoltaica denominada Etesa 17 São João do Piauí I, no Município de São João do Piauí, Estado do Piauí, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.PI.034785-0.01, com 29.976 kW de capacidade instalada e 8.400 kW médios de garantia física de energia, constituída por vinte e uma Unidades Geradoras de 1.364 kW e uma Unidade Geradora de 1.332 kW, localizada às coordenadas planimétricas E 812483 m e N 9083795 m, Fuso 23S, Datum SIRGAS2000.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o sistema de transmissão de interesse restrito da UFV Etesa 17 São João do Piauí I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/500 kV, junto à Central Geradora, e uma Linha em 500 kV, com cerca de onze quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação São João do Piauí, de responsabilidade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Fotovoltaica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 30 de abril de 2020;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 15 de maio de 2020;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento dos painéis fotovoltaicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de maio de 2020;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de junho de 2020;

e) início da Montagem dos Painéis Fotovoltaicos: até 1º de outubro de 2020;

f) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de junho de 2020;

g) início da Operação em Teste da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2021; e

h) início da Operação Comercial da 1ª à 22ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2022;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 8.494.250,00 (oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da UFV Etesa 17 São João do Piauí I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, §§ 1º e 1º-A, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UFV Etesa 17 São João do Piauí I, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 300.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

CAPÍTULO II
DO ENQUADRAMENTO NO REIDI

Art. 6º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da UFV Etesa 17 São João do Piauí I, detalhado nesta Portaria e no Anexo I, nos termos da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018.

§ 1º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de fevereiro de 2018, são de exclusiva responsabilidade da Celeo São João do Piauí FV I S.A. e constam da Ficha de Dados do projeto Habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

§ 2º A Celeo São João do Piauí FV I S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

§ 3º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A Celeo São João do Piauí FV I S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 318, de 2018, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III
DA APROVAÇÃO COMO PRIORITÁRIO

Art. 7º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, o projeto da UFV Etesa 17 São João do Piauí I, detalhado nesta Portaria e no Anexo II, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Parágrafo único. A Celeo São João do Piauí FV I S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da empresa titular do Projeto atualizada junto à ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação do Projeto prioritário e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Portaria MME nº 364, de 2017, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, §5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 8º A ANEEL deverá informar ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Celeo São João do Piauí FV I S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º A revogação da outorga de que trata esta Portaria implicará na revogação do enquadramento no REIDI e da aprovação do projeto como Prioritário.

Art. 10. Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI ou aprovação como Prioritário.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado de Minas e Energia

ANEXO I

Informações do Projeto de Enquadramento no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura	
Representante Legal, Responsável Técnico e Contador da Pessoa Jurídica	
Representante legal: Francisco Antolin Chica Padilla.	CPF: 227.975.128-39.
Representante legal: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Responsável técnico: José Mauricio Scovino de Souza.	CPF: 010.683.027-98.
Contador: Bruno Marcell Santos Montalvão Melo.	CPF: 091.555.517-42.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto com Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	135.458.000,00.
Serviços	19.756.000,00.
Outros	14.671.000,00.
Total (1)	169.885.000,00.
Estimativas dos Valores dos Bens e Serviços do Projeto sem Incidência de PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	122.928.000,00.
Serviços	19.035.000,00.
Outros	13.314.000,00.
Total (2)	155.277.000,00.
Período de execução do projeto: De 1º de maio de 2020 a 1º de janeiro de 2022.	

ANEXO II

Informações do Projeto para Aprovação como Prioritário, para Fins do Disposto no art. 2º da Lei nº 12.431/2011		
Relação dos Acionistas da Empresa Titular do Projeto (Cia. Fechada)		
Razão Social	CNPJ	Participação
Celeo Redes Brasil S.A.	04.718.109/0001-10.	100,00 %

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 2.101, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002377/2018-26, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista contra a decisão proferida pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - Arsesp e, no mérito, negar-lhe provimento, para a) manter a decisão proferida pela Diretoria da Arsesp, determinando que a CPFL Paulista devolva em dobro os valores faturados a maior, decorrentes do erro de classificação da unidade consumidora FJ Lavanderia Eirelli ME, referentes ao período de 36 ciclos de faturamento imediatamente anteriores à constatação do erro, descontados os montantes pagos; b) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 dias, a partir da publicação e c) determinar que a CPFL Paulista encaminhe à Arsesp a comprovação do pagamento, em até 15 dias a partir da efetivação

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.102, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002706/2017-58, decide (i) declarar perda de objeto do pedido de reconsideração interposto pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP ante à retificação da Resolução Homologatória nº 2.315, de 2017, publicada no D.O.U de 22 de dezembro de 2017; e (ii) conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Conselho de Consumidores da EDP Distribuição São Paulo em face da Resolução Homologatória nº 2.315, de 2017.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.291, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004611/2018-50. Interessada: Usina de Energia Eólica Cutia S.A.. Objeto: declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de 27.930 m² (vinte e sete mil, novecentos e trinta metros quadrados), necessária à implantação da Subestação Cutia 34,5/230 kV, e a área necessária à construção da estrada de acesso à Subestação, localizadas no município de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.294, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004656/2018-24. Interessada: Elektro Redes S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ramal Leme 02. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.295, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003463/2018-56. Interessada: Copel Distribuição S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, para desapropriação, a área de 3.718,69 m² (três mil, setecentos e dezoito vírgula sessenta e nove metros quadrados), necessária à implantação da Subestação Estação de Chaves 34,5 kV Socavão, localizada no município de Castro, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.297, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004507/2018-65. Interessada: SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem do Seccionamento da LT 230 kV Monte Claro - Garibaldi, localizada no município de Bento Gonçalves, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.301, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004636/2018-53. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba. Objeto: declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da a Linha de Distribuição Ent. Candeias - Santo Amaro, com 24,7 km de extensão, faixa de servidão de 15 metros de largura (exceto nos vãos indicados, cuja faixa foi estabelecida de 20 a 30 metros), tensão nominal de operação de 69 kV, circuito duplo, interligando as Subestações de Candeias e Santo Amaro, ambas de responsabilidade da Coelba, localizada nos municípios de Candeias, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde e Santo Amaro, no estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.302, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004652/2018-46. Interessada: Poço Fundo Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 34,5 kV PCH Poço Fundo - SE Ponte Nova. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.448, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.003697/2018-01. Interessados: Companhia Energética de Alagoas - Ceal, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Companhia Energética de Alagoas - Ceal, a vigorar a partir de 28 de setembro de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.114, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.003940/2014-50. Interessado: FCR VII Usina de Energia Fotovoltaica Ltda. Decisão: alterar as características técnicas e o Sistema de transmissão de interesse restrito da UFV FCR III Itapuranga. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 2.119, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004708/2018-62. Interessado: Speed Energy Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: Autorizar a Speed Energy Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.119.668/0001-71, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.126, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.002116/2013-00. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A. Decisão: (i) alterar a Potência Instalada, de 27.000 kW para 25.000 kW, e registrar a Potência Líquida de 24.520 kW, da EOL Umburanas 01, CEG EOL.CV.BA.031738-1.01; ii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito; iii) alterar o número de aerogeradores, de 9 para 10, e seu posicionamento georreferenciado. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.133, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.001852/2013-32. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. Decisão: (i) alterar a Potência Instalada, de 21.000 kW para 20.000 kW, e registrar a Potência Líquida de 19.620 kW, da EOL Umburanas 10, CEG EOL.CV.BA.031742-0.01; ii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito; iii) alterar o número de aerogeradores, de 7 para 8, e seu posicionamento georreferenciado. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.134, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.002118/2013-91. Interessado: Centrais Eólicas Umburanas 4 S.A. Decisão: (i) registrar a Potência Líquida de 14.710 kW, da EOL Umburanas 11, CEG EOL.CV.BA.031744-6.01; ii) alterar o sistema de transmissão de interesse restrito; iii) alterar o número de aerogeradores, de 5 para 6, e seu posicionamento georreferenciado. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.142, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004600/2018-70. Interessado: BRASKEM S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UTE VESTA Q 3 ABC, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UTE.PE.SP.040797-6.01, com 44.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Santo André, no estado de São Paulo. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.143, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004631/2018-21. Interessado: SPE Aureliano Chaves Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Rio Alto da Lagoa Tapada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PB.040798-4.01, com 93.360 kW de Potência Instalada, localizada no município de São José da Lagoa Tapada, no estado da Paraíba. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.145, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.005336/2015-49. Interessado: Esmeralda Energia Renováveis S.A. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa Energybras Energias Renováveis Ltda., para Esmeralda Energias Renováveis S.A, inscrita no CNPJ/MFJ sob nº 14.019.497/0001-02. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHOS DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Nº 2.163. Processo nº 48500.002474/2018-19. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 1 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 1, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040800-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.164. Processo nº 48500.003277/2018-12. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 2 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040801-8.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.165. Processo nº 48500.003342/2018-12. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 3 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 3, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040802-6.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.166. Processo nº 48500.003174/2018-57. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 4 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 4, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040803-4.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.167. Processo nº 48500.003176/2018-46. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 5 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040804-2.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.168. Processo nº 48500.003175/2018-00. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 6 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 6, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040805-0.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.

Nº 2.169. Processo nº 48500.003177/2018-91. Interessado: Central Geradora Eólica Quaraí 7 Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Quaraí 7, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº EOL.CV.RS.040806-9.01, e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, localizada no município de Quaraí, estado do Rio Grande do Sul.
A íntegra destes despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.174, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processos nº 48500.000677/2015-28. Interessado: Argon Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar mudança de endereço da sede social da empresa, detentora de autorização para atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE, nos termos do Despacho nº 430, de 26 de fevereiro de 2018. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.176, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.000541/2017-80. Interessado: Kyon PS Trader Energia Ltda. Decisão: registrar a alteração da razão social da empresa Ribeirão Energia Comercialização Ltda., para Kyon PS Trader Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MFJ sob nº 26.526.999/0001-09. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.146, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº: 48500.002481/2018-11. Interessadas: EPE- Empresa de Pesquisa Energética., XRTE - Xingu Rio Transmissora de Energia S.A e TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. Decisão: estabelecer os valores devidos a EPE- Empresa de Pesquisa Energética., XRTE - Xingu Rio Transmissora de Energia S.A e TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A pela elaboração dos relatórios R2, R3 e R4, com referência em julho de 2018, relativos ao estudo R1 EPE-DEE-RE-029/2018-rev1 - "Estudo de expansão do sistema de transmissão para escoamento do potencial termelétrico dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo", utilizados no Leilão de Transmissão, de acordo Resolução nº 594/2013, constantes da tabela anexa ao Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.178,DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.000512/2017-18. Interessado: Malta Energias Renováveis Ltda. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 22 de setembro de 2018. Usina: UFV Malta. Unidades Geradoras: UG1 a UG8 com 3.400 kW cada, totalizando 27.200 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Malta, Estado da Paraíba. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na integra do Despacho nº 2.156, de 20 de setembro de 2018, publicado em resumo no DOU de 21 de setembro de 2018, seção 1, página 71, onde se lê " R$ 66.452,42 (sessenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos)", leia-se " R$ 64.735,52 (sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.172, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo nº 48500.004615/2018-38. Interessada: Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. Decisão: anuir previamente ao pleito da Interessada para implementar alteração em seu Estatuto Social. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.177, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Processos nº: 48500.003084/2016. Interessado: Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: (i) revogar o Despacho nº 1.866, de 12 de julho de 2016; ii) revogar os Despachos nº 1.748 e nº 1.749 de 30 de junho de 2016; (iii) conhecer do recurso interposto pelo ONS, cadastrados sob nº 48513.018514/2016, e declarar a perda de objeto; e (iv) estabelecer que, até que seja aprovado o conjunto das Diretrizes relacionados ao Processo Fiscalizatório, o ONS deverá seguir as diretrizes e procedimentos atualmente adotados para envio e disponibilização dos Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas da Execução Orçamentária - RTPC e da Prestação Anual de Contas - PAC. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 2.171, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas Portaria n° 4.659, de 18 de julho de 2017, considerando a Resolução Normativa nº 635, de 2 de dezembro de 2014 e o Processo nº 48500.004926/2018-05, decide:

I - aprovar o pedido de Credenciamento da empresa Asset Expert Gestão Patrimonial;

II - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

HÁLISSON RODRIGUES FERREIRA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 1.042, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria nº 578, de 20 de setembro de 2018, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, tendo em vista o que consta dos Processos ANP nº 48610.011327/2002-25 e 48610.011917/2014-91 e consoante o Termo de Compromisso celebrado entre ANP, Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, Consórcio Malhas Sudeste Nordeste e Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO em 22 de dezembro de 2017, constante do processo referenciado, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, CNPJ: 06.248.349/0001-23, autorizada a operar a(s) instalação(ões) de transporte de gás natural abaixo relacionada(s):

a)Gasoduto Guamaré-Pecém (GASFOR), entre a Estação de Guamaré, no município de Guamaré/RN, e o Ponto de Entrega (PE) Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante/CE, cujas características estão descritas na Tabela 1:

Tabela 1 - Características do Gasoduto GASFOR

Instalação de Origem (Município/UF)	Instalação de Destino (Município/UF)	Extensão (km)	Diâmetro (pol.)	Pressão de Projeto (kgf/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)	Vazão Máxima (m³/dia)
Estação de Guamaré (Guamaré/RN)	PE Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE)	383,0	12" / 10"	100	-	2.027.000

b)Gasoduto Açu- Serra do Mel (GASMEL), entre a Estação Serra do Mel, no município de Serra do Mel/RN, e o Ponto de Entrega (PE) Termoaçu, no município de Alto do Rodrigues/RN, cujas características estão descritas na Tabela 2:

Tabela 2 - Características do Gasoduto GASMEL

Instalação de Origem (Município/UF)	Instalação de Destino (Município/UF)	Extensão (km)	Diâmetro (pol.)	Pressão de Projeto (kgf/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)	Vazão Máxima (m³/dia)
Estação Serra do Mel (Serra do Mel/RN)	PE Termoaçu (Alto do Rodrigues/RN)	31,5	14	100	259.000	2.740.000

c)Ramal Aracati, entre o Km 202 do GASFOR, no município de Aracati/CE, e o Ponto de Entrega (PE) Aracati, no município de Aracati/CE, cujas características estão descritas na Tabela 3:

Tabela 3 - Características do Ramal Aracati

Instalação de Origem (Município/UF)	Instalação de Destino (Município/UF)	Extensão (km)	Diâmetro (pol.)	Pressão de Projeto (kgf/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)	Vazão Máxima (m³/dia)
Km 202 do GASFOR (Aracati/CE)	PE Aracati (Aracati/CE)	6,2	4	50	4.000	40.000

d)Ramal Termofortaleza, entre a Estação Km 370, no município de Caucaia/CE, e o Ponto de Entrega (PE) Termofortaleza, no município de Caucaia/CE, cujas características estão descritas na Tabela 4:

Tabela 4 - Características do Ramal Termofortaleza

Instalação de Origem (Município/UF)	Instalação de Destino (Município/UF)	Extensão (km)	Diâmetro (pol.)	Pressão de Projeto (kgf/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)	Vazão Máxima (m³/dia)
Estação Km 370 (Caucaia/CE)	PE Termofortaleza (Caucaia/CE)	1,5	10	100	216.000	1.705.000

e)Ponto de Entrega (PE) Termoaçu (UTE Jesus Soares Pereira), localizado no Km 31,5 do GASMEL, no município de Alto do Rodrigues/RN, cujas características estão descritas na Tabela 5:

Tabela 5 - Características do PE Termoaçu (UTE Jesus Soares Pereira)

Vazão Mínima (m³/dia)	250.000
Vazão Máxima (m³/dia)	2.500.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	34,0 (mínima) a 37,0 (máxima)

f)Ponto de Entrega (PE) Mossoró, localizado no Km 118,8 do GASFOR, no município de Mossoró/RN, cujas características estão descritas na Tabela 6:

Tabela 6 - Características do PE Mossoró

Vazão Mínima (m³/dia)	10.000
Vazão Máxima (m³/dia)	300.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	38,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	32,0 (mínima) a 39,0 (máxima)

g)Ponto de Entrega (PE) Fazenda Belém, localizado no Km 168,0 do GASFOR, no município de Aracati/CE, cujas características estão descritas na Tabela 7:

Tabela 7 - Características do PE Fazenda Belém

Vazão Mínima (m³/dia)	68.000
Vazão Máxima (m³/dia)	202.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	12,0 (mínima) a 16,0 (máxima)

h)Ponto de Entrega (PE) Aracati, localizado no Km 6,2 do Ramal Aracati, no município de Aracati/CE, cujas características estão descritas na Tabela 8:

Tabela 8 - Características do PE Aracati

Vazão Mínima (m³/dia)	3.500
Vazão Máxima (m³/dia)	40.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	39,0 (mínima) a 41,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	12,0 (mínima) a 16,0 (máxima)

i)Ponto de Entrega (PE) Pacajus, localizado no Km 293,0 do GASFOR, no município de Horizonte/CE, cujas características estão descritas na Tabela 9:

Tabela 9 - Características do PE Pacajus

Vazão Mínima (m³/dia)	75.000
Vazão Máxima (m³/dia)	225.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	10,0 (mínima) a 13,0 (máxima)

j)Ponto de Entrega (PE) Aquiraz, localizado no Km 315,0 do GASFOR, no município de Aquiraz/CE, cujas características estão descritas na Tabela 10:

Tabela 10 - Características do PE Aquiraz

Vazão Mínima (m³/dia)	65.000
Vazão Máxima (m³/dia)	650.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	9,0 (mínima) a 11,0 (máxima)

k)Ponto de Entrega (PE) Fortaleza, localizado no Km 331,0 do GASFOR, no município de Maracanaú/CE, cujas características estão descritas na Tabela 11:

Tabela 11 - Características do PE Fortaleza

Vazão Mínima (m³/dia)	60.000
Vazão Máxima (m³/dia)	550.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	9,0 (mínima) a 11,0 (máxima)

l)Ponto de Entrega (PE) Caucaia, localizado no Km 356,0 do GASFOR, no município de Caucaia/CE, cujas características estão descritas na Tabela 12:

Tabela 12 - Características do PE Caucaia

Vazão Mínima (m³/dia)	4.000
Vazão Máxima (m³/dia)	45.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	12,0 (mínima) a 16,0 (máxima)

m)Ponto de Entrega (PE) Estação KM 370, localizado no KM 370,0 do GASFOR, no município de Caucaia/CE, com a finalidade de entrega de gás natural à esfera de regulação estadual, cujas características estão descritas na Tabela 13:

Tabela 13 - Características do PE KM 370

Vazão Mínima (m³/dia)	170.000
Vazão Máxima (m³/dia)	1.700.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	50,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	50,0 (mínima) a 100,0 (máxima)

n)Ponto de Entrega (PE) Termofortaleza, localizado no Km 1,5 do Ramal Termofortaleza, no município de Caucaia/CE, cujas características estão descritas na Tabela 14:

Tabela 14 - Características do PE Termofortaleza

Vazão Mínima (m³/dia)	216.000
Vazão Máxima (m³/dia)	1.705.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	45,0 (mínima) a 99,84 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	31,5 (mínima) a 36,5 (máxima)

o)Ponto de Entregaa (PE) UTE José de Alencar, localizado no Km 376,0 do GASFOR, no município de Caucaia/CE, cujas características estão descritas na Tabela 15:

Tabela 15 - Características do PE UTE José de Alencar

Vazão Mínima (m³/dia)	180.000
Vazão Máxima (m³/dia)	1.800.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	31,5 (mínima) a 36,8 (máxima)

p)Ponto de Entrega (PE) Pecém, localizado no Km 383,0 do GASFOR, no município de São Gonçalo do Amarante/CE, cujas características estão descritas na Tabela 16:

Tabela 16 - Características do PE Pecém

Vazão Mínima (m³/dia)	9.000
Vazão Máxima (m³/dia)	90.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	38,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	12,0 (mínima) a 16,0 (máxima)

q)Estação de Regulagem de Pressão de Aracati (ERP Aracati), localizado no Km 202,0 do GASFOR, no município de Aracati/CE, cujas características estão descritas na Tabela 17:

Tabela 17 - Características da ERP Aracati

Vazão Mínima (m³/dia)	3.500
Vazão Máxima (m³/dia)	40.000
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40,0 (mínima) a 100,0 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	39,0 (mínima) a 41,0 (máxima)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

r)Serviço de Compressão de Aracati (SCOMP Aracati), localizada no Km 213,0 do GASFOR, no município de Aracati/CE, cujas características estão descritas na Tabela 18:

Tabela 18 - Características da SCOMP Aracati

Vazão Mínima (m³/dia)	-
Vazão Máxima (m³/dia)	1.756.000
Pressão de Sucção (kgf/cm²)	68,0 (mínima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	100,0 (máxima)

s)As interligações com os seguintes Pontos de Recebimento (PRs):

i.PR Guamaré I, no Km 0 do GASFOR, município de Guamaré/RN, cujas características estão elencadas na Tabela 19:

Tabela 19 - Características da Interligação com o PR Guamaré I

Vazão Mínima (m³/dia)	88.000
Vazão Máxima (m³/dia)	880.000
Pressão de Saída (kgf/cm²)	60,0 (mínima) a 100,0 (máxima)

ii.PR Caucaia (GNL Pecém), no Km 370 do GASFOR, município de Caucaia/CE, cujas características estão elencadas na Tabela 20:

Tabela 20 - Características da Interligação com o PR Caucaia (GNL Pecém)

Vazão Mínima (m³/dia)	1.000.000
Vazão Máxima (m³/dia)	7.000.000
Pressão de Saída (kgf/cm²)	58,0 (mínima) a 100,0 (máxima)

t)Estação Km 370, localizada no km 370,0 do GASFOR, no município de Caucaia/CE.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta autorização é válida por 730 (setecentos e trinta) dias, contados a partir de 27 de dezembro de 2017

Art. 4º Fica revogada a Autorização ANP nº 937, de 26 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2017.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

AUTORIZAÇÃO Nº 1.043, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no § 3º do art. 6º e no inciso III do art. 9º do Anexo I do Decreto n.º 2.455, de 14 de janeiro de 1998, com base na Resolução de Diretoria nº 579, de 20 de setembro de 2018, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e no disposto na Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante no Processo ANP n.º 48610.012986/2017-65, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa ADMINISTRADORA DE BENS DE INFRAESTRUTURA LTDA., CNPJ: 10.701.088/0003-94, autorizada a construir um terminal aquaviário, para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis das Classes I a III, conforme tabela 1, do item 4.2, da Norma ABNT NBR 17505-1:2013, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, composto pelas seguintes instalações:

a)Área de tancagem:

Número do Tanque ("Tag")	Bacia ou Parque de Tanques	Tipo de Tanque	Tipo de Teto	Material	Diâmetro (m)	Altura (m)	Volume Nominal (m³)	Classes de Produtos	Vazões de entrada / saída (m³/h)
01	01	Vertical	Fixo	ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes I, II e III	150 / 150
02				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes I, II e III	150 / 150
03				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes I, II e III	150 / 150
04				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes I, II e III	150 / 150
05				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classe III	150 / 150
06				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classe III	150 / 150
07				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes II e III	350 / 150
08				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes II e III	350 / 150
09				ASTM A-36	10,00	14,64	1.000	Classes I, II e III	350 / 150
10				ASTM A-36	14,00	14,64	2.000	Classes I, II e III	350 / 150
11				ASTM A-36	16,50	14,64	3.000	Classes II e III	350 / 150
12				ASTM A-36	14,00	14,64	2.000	Classes II e III	350 / 150

b)Praça de bombas:

Bomba nº	Localização	Finalidade	Vazão média (m³/h)
B-01	Área de bombas A	Carregamento Ilha A Plataforma Rodoviária	150
B-02			150
B-03			150
B-04			150
B-05		Carregamento Ilha B Plataforma Rodoviária	150
B-07			150
B-08			150
B-09			150
B-10		Recebimento Ilha C Plataforma Rodoviária	150
B-11			150
B-12			150
B-13	Área de bombas B	Transferência entre tanques	150
B-14		Diversas	150
B-15		Transferência entre tanques	150
B-16		Carregamento de Balsas Cais Flutuante	250
B-17			250
B-18			250
Bomba Principal 1	Cais Flutuante	Sistema de Combate a Incêndios	380
Bomba Principal 2			380
Bomba Reserva			500
Bomba Jockey	Próximo ao tanque de água		10

c)Plataformas rodoviárias:

Plataforma	Tipo	Baia	Tipo de Carregamento	Tipo de Descarregamento	Capacidade de Carregar Simultaneamente	Vazão Máxima de Carregamento (Nº bomba = m³/h)	Braço de Carregamento (BC) - Produtos Movimentados
01	Rodoviária	Ilha A	Não expede produtos	Bottom	Dois Caminhões-tanque	150	Álcool anidro
						150	Álcool hidratado
						150	Biodiesel
01	Rodoviária	Ilha B	Top Load	Não recebe produtos	Dois Caminhões-tanque	150	BC 01 - Álcool hidratado
						150	BC 02 - Óleo diesel
						150	BC 03 - Gasolina C
						150	BC 04 - Óleo diesel
01	Rodoviária	Ilha C	Top Load	Não recebe produtos	Dois Caminhões-tanque	150	BC 05 - Álcool hidratado
						150	BC 06 - Óleo diesel
						150	BC 07 - Gasolina C

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

						150	BC 08 - Óleo diesel

d)Dutos portuários:

Identificação ("Tag")	Origem	Destino	Material	Diâmetro (pol.)	Extensão (m)	Produtos	Pressão Máxima (kgf/cm²)	Vazão Máxima (m³/h)
10"-DS-1	Cais Flutuante - Área de Bombas "B" (Obs.: dutos bidirecionais)	Área de Bombas "B" - Cais Flutuante (Obs.: dutos bidirecionais)	API - 5L- Grau B - Schedule 20	10"	500	Óleo diesel	13,00	350
10"-GA-A			API - 5L- Grau B - Schedule 20	10"	500	Gasolina A	13,00	350
10"-DS-2			API - 5L- Grau B - Schedule 20	10"	500	Óleo diesel	13,00	350
8"-AH			API - 5L- Grau B - Schedule 20	8"	500	Álcool Hidratado	13,00	250
8"-AA			API - 5L- Grau B - Schedule 20	8"	500	Álcool Anidro	13,00	250
8"-BD			API - 5L- Grau B - Schedule 20	8"	500	Biodiesel	13,00	250

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.
Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

DESPACHO Nº 1.088, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e o disposto no art. 45 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 48610.005313/2018-30, e com base na Resolução de Diretoria nº 573, de 20 de setembro de 2018, decide vedar a comercialização de metanol entre distribuidores de solventes, pelo período de 12 meses, contados a partir de sua data de publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 749, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Regulamenta o procedimento para concessão da redução de royalties como incentivo à produção incremental em campos maduros.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo n.º 48610.012420/2017 e com base nas Resolução de Diretoria nº 571, de 20 de setembro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo regulamentar o procedimento para conceder, a pedido do operador, e desde que comprovado o benefício econômico para os entes federados, redução de royalties para até 5% (cinco por cento) sobre a produção incremental de campos maduros.

Parágrafo único. Esta Resolução é aplicável a todos os contratos de concessão.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução consideram-se, além das definições contidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na Resolução ANP nº 25, de 8 de julho de 2013, na Resolução ANP nº 47, de 3 de setembro de 2014, na Resolução ANP nº 17, de 18 de março de 2015 e nos Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, as seguintes definições:

I - - campo de pequena produção: campo de petróleo ou de gás natural cuja produção seja sempre menor ou igual a 5.000 boe/d (cinco mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com cabeças de poços localizadas em ambiente terrestre, ou cuja produção seja sempre menor ou igual a 20.000 boe/d (vinte mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com poços cujas cabeças estão localizadas em ambiente marítimo, conforme estimativa constante na última revisão do Plano de Desenvolvimento apresentada à ANP;

II - campo de grande produção: campo de petróleo ou de gás natural cuja produção seja maior que 5.000 boe/d (vinte mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com cabeças de poços localizadas em ambiente terrestre, ou cuja produção seja maior que 20.000 boe/d (vinte mil barris de óleo equivalente por dia), no caso de campos com poços cujas cabeças estão localizadas em ambiente marítimo, conforme estimativa constante na última revisão do Plano de Desenvolvimento apresentada à ANP;

III - campo maduro: campo de petróleo ou de gás natural com histórico de produção efetiva, realizada a partir de instalações definitivas de produção, maior ou igual a vinte e cinco anos, ou cuja produção acumulada corresponda a, pelo menos, 70% (setenta por cento) do volume a ser produzido previsto, considerando as reservas provadas (1P). O percentual mencionado pode ser obtido aplicando-se a fórmula:

" Produção Acumulada (boe) / Produção Acumulada (boe) + Reservas 1P(boe) "

IV - curva de produção de referência: curva de previsão da produção de hidrocarbonetos do campo, dada em barris de óleo equivalente (boe), conforme definido no Decreto nº 2705, de 3 de agosto de 1998, e definida pela ANP, levando em consideração o declínio histórico de produção do campo, o cumprimento das obrigações de trabalho e investimento assumidas por meio dos planos e programas aprovados pela ANP, e o Boletim Anual de Recursos e Reservas (BAR); e

V - produção incremental: diferença positiva entre os volumes de petróleo e gás natural efetivamente produzidos em determinado mês e os volumes de produção mensal previstos para este mês correspondente à previsão calculada segundo a curva de produção de referência do campo.

CAPÍTULO III
DAS SOLICITAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Art. 3º Somente os campos maduros serão elegíveis para obtenção do incentivo de redução de royalties sobre a produção incremental.

§ 1º A elegibilidade de cada campo será avaliada durante a análise do pleito de redução de royalties, com base no mais recente Boletim Anual de Recursos e Reservas (BAR).

Art. 4º A solicitação de redução de royalties sobre a produção incremental deverá ser acompanhada de uma revisão do Plano de Desenvolvimento.

§1º A revisão do Plano de Desenvolvimento deverá contemplar o seguinte conteúdo, não exaustivo:

I - descrição dos projetos que sustentem a previsão de produção incremental;

II - cronograma detalhado de atividades e investimentos;

III - estimativa detalhada dos investimentos e do custo operacional;

IV - estimativa dos volumes recuperáveis e projeções de produção de petróleo e de gás natural associadas aos projetos;

V - fluxo de caixa detalhado com as atividades e investimentos considerando a produção incremental de petróleo e gás natural; e

VI - comprovação do benefício econômico para os entes federados na aplicação do incentivo, incluindo extensão na vida útil do campo, fator de recuperação incremental, participações governamentais adicionais.

Art. 5º A solicitação para obtenção do incentivo de redução de royalties sobre a produção incremental será submetida à aprovação da ANP que a analisará com a respectiva revisão do Plano de Desenvolvimento no prazo de até cento e oitenta dias contados a partir da data de solicitação.

Parágrafo único. Serão observados os mesmos procedimentos relativos aos prazos praticados no âmbito da análise de Planos de Desenvolvimento.

Art. 6º Após aprovada a solicitação prevista no artigo 5º e o respectivo Plano de Desenvolvimento, os contratos de concessão referentes ao campo objeto da solicitação deverão ser alterados por meio de termo aditivo, que deverá informar a curva de produção de referência e as alíquotas de royalties concedidas.

§ 1º Uma vez assinados, os referidos termos aditivos, a redução de royalties sobre a produção incremental surtirá seus efeitos a partir do mês subsequente à conclusão da primeira atividade prevista no Plano de Desenvolvimento.

§ 2º A redução de royalties somente será aplicada sobre a produção incremental efetivamente realizada.

§ 3º O operador deverá apresentar à ANP, no Demonstrativo Mensal de Royalties (DRY), os royalties segregados por alíquota para cada campo.

Art. 7º O descumprimento dos compromissos de investimento aprovados no Plano de Desenvolvimento, sem a adequada justificativa técnico-econômica pelo Operador, a ser avaliada em processo administrativo, ensejará a perda do incentivo de redução de royalties.

CAPÍTULO IV
DOS CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DA CURVA DE PRODUÇÃO DE REFERÊNCIA

Art. 8º O cálculo para determinação da curva de produção de referência do campo, será realizado levando-se em consideração:

I - o declínio histórico do campo, obtido pela equação " $q_t = q_i (1+bD_it)^{-1/b}$ ",onde:

a) "q_t"é a vazão estimada;

b) "q_i" é a vazão inicial de referência;

c) "D_i" é a taxa de declínio;

d) "t" é o tempo; e

e) "b" é o expoente de declínio, que pode variar de 0 a 1 a depender do comportamento de produção do campo.

II - os eventuais ajustes no declínio histórico do campo, decorrentes de:

a) previsão de produção relacionada a atividades aprovadas por meio de Plano de Desenvolvimento e/ou Programa Anual de Produção (PAP) e Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PAT), assim como as estimativas apresentadas no Boletim Anual de Recursos e Reservas (BAR) vigentes no momento da solicitação de redução de royalties.

b) queda histórica de performance da produção do campo em função de interrupção ou restrição da produção por questões operacionais ou administrativas de responsabilidade da operadora; ou

c) Acordos de Individualização da Produção (AIPs) e Compromissos de Individualização da Produção (CIPs).

§ 1° Observada a interrupção total da produção do campo por período superior a noventa dias durante o período de concessão do incentivo de redução da alíquota dos royalties, os valores que compõem a curva de produção de referência serão transladados pelo período de tempo correspondente à interrupção observada.

§ 2° A curva de produção de referência poderá ser reavaliada, à critério da ANP, em razão de:

a) descoberta de um novo reservatório produtor, existência de reservatório pendente de avaliação ou reservatório com variação significativa na reserva 1P, que alterem os critérios descritos no artigo 3º; ou

b) aprovação de Acordos de Individualização da Produção (AIPs), Compromissos de Individualização da Produção (CIPs) e respectivas redeterminações.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DAS ALÍQUOTAS DE REDUÇÃO DE ROYALTIES

Art. 9º Os campos maduros de pequena produção terão os royalties calculados à alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a produção incremental.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10 Para os campos maduros de grande produção, os royalties serão calculados mediante aplicação de alíquotas regressivas correspondentes a 7,5% (sete e meio por cento) e 5% (cinco por cento), conforme o percentual de incremento alcançado.

§1º A parcela da produção incremental superior a 50% (cinquenta por cento) da curva de produção de referência, apurada mensalmente, ficará sujeita à incidência de royalties à alíquota de 5% (cinco por cento).

§2º A parcela da produção incremental igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) da curva de produção de referência, apurada mensalmente, ficará sujeita à incidência de royalties à alíquota de 7,5% (sete e meio por cento).

Art. 11 Para fins de cálculo de royalites, as alíquotas de redução definidas nos termos dos arts. 9º e 10, serão aplicadas aos volumes segregados de produção incremental de petróleo e gás natural apurados mensalmente, e reportados no Demonstrativo Mensal de Royalties (DRY).

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR
Diretor-Geral
Substituto

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos ANP nºs 1.081 e 1.082, de 20 de setembro de 2018, publicados no DOU de 21 de setembro de 2018, na Seção 1, pág. 77, na tabela, onde se lê: "CNPJ do Beneficiário 40.244.519/0001-09", leia-se: "CNPJ do Beneficiário 40.244.519/0001-30".

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AUTORIZAÇÃO Nº 1040, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.010174/2018-66, resolve:

Conceder autorização para o concessionário PETRÓLEO BRASILEIRO S.A., CNPJ 33.000.167/0001-01, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.751-4.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

AUTORIZAÇÃO Nº 1.041, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 59, de 24 de fevereiro de 2016, e no que consta do processo de nº 48610.009986/2018-69, resolve:

Conceder autorização para o concessionário EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA., CNPJ 04.028.583/0001-10, nos termos do Regulamento Técnico ANP nº 3/2015, realizar investimentos referentes às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação constantes do plano de trabalho do projeto nº 20.725-8.

A íntegra desta autorização consta nos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/legislacao) do portal da ANP.

ALFREDO RENAULT

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 1.086, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo25, inciso II, alínea 'e' da Resolução ANP n° 08/2007 e no que consta do processo administrativo ANP n.º 48610.200867/2018-49, torna público a revogação das Autorização ANP nº 420/2007 ao Exercício da Atividade de transportador-revendedor-retalhista, concedida à VDI TRR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.° 03.807.605/0001-87, localizada na Rodovia BR, S/N, KM 161 - Fundos, Centro, Quitandinha/PR - CEP: 83.840-000. Revoga-se, ainda, a Autorização ANP à Operação de instalações de tancagem de n° 398/2005.Revogam-se, por último, as disposições em contrário.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 1.087, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 13, inciso II, alíneas 'c', 'd' e 'e' da Resolução ANP nº 54/2015 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.201061/2018-78, torna pública a revogação da autorização para o exercício da atividade de transportador revendedor retalhista, concedida à ALE COMBUSTÍVEIS S.A., antiga Repsol YPF Distribuidora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.136.598/0001-03. Deste modo, no Despacho nº 318, publicado no D.O.U. em 19/07/2004, onde se lê "[...] Bominflot do Brasil Comércio Ltda.; Mistral Tecnologia Marítima Ltda.; Petrobras Distribuidora S.A; Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; Repsol YPF Distribuidora S.A; e Tramp Oil Brasil Ltda.", leia-se "[...] Bominflot do Brasil Comércio Ltda.; Mistral Tecnologia Marítima Ltda.; Petrobras Distribuidora S.A; Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e Tramp Oil Brasil Ltda."

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Autorização ANP nº 1.015, de 6 de setembro de 2018, disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao/,

Onde se lê:

Tanque Nº	Diâmetro (m)	Comp./Alt. (m)	Capacidade Nominal (m3)	Capacidade Operacional (t)	Classe	Tipo
10	2,55	5,96	15,65	15,00	IIIB	Horizontal aéreo
11	2,55	6,14	30,48	30,00	IIIB	Horizontal aéreo
12	5,30	6,00	31,56	30,00	IIIB	Horizontal aéreo
13	3,60	6,00	131,87	120,00	IIIB	Vertical aéreo
14	2,65	6,00	60,91	60,00	IIIB	Vertical aéreo
15	2,65	6,00	32,56	30,00	IIIB	Vertical aéreo
16	3,60	6,00	33,14	30,00	IIIB	Vertical aéreo
17	3,60	6,00	61,43	60,00	IIIB	Vertical aéreo
18	3,60	6,00	61,49	60,00	IIIB	Vertical aéreo
23	1,91	5,50	15,60	15,00	IIIB	Horizontal aéreo

Leia-se:

Tanque Nº	Diâmetro (m)	Comp./Alt. (m)	Capacidade Nominal (m3)	Capacidade Operacional (m³)	Classe	Tipo
10	1,91	5,46	15,65	15,00	IIIB	Horizontal aéreo
11	2,55	5,97	30,48	30,00	IIIB	Horizontal aéreo
12	2,56	6,15	31,56	30,00	IIIB	Horizontal aéreo
13	5,29	6,00	131,87	120,00	IIIB	Vertical aéreo
14	3,59	6,02	60,91	60,00	IIIB	Vertical aéreo
15	2,62	6,03	32,56	30,00	IIIB	Vertical aéreo
16	2,65	6,03	33,14	30,00	IIIB	Vertical aéreo
17	3,60	6,04	61,43	60,00	IIIB	Vertical aéreo
18	3,59	6,06	61,49	60,00	IIIB	Vertical aéreo
23	1,91	5,48	15,60	15,00	IIIB	Horizontal aéreo

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 96/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Retificação que entram em vigor na data de sua publicação:(276)

810.212/1999-ELDORADO MINERAÇÃO LTDA- ALVARÁ N°7364/2018-03 anos - Retifica o ALVARÁ N°11637/2007, DOU de 20/11/2007

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7365/2018-810.355/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7366/2018-810.356/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7367/2018-810.357/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7368/2018-810.358/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7369/2018-810.359/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7370/2018-810.360/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7371/2018-810.361/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7372/2018-810.362/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7373/2018-810.363/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7374/2018-810.364/2018-BRX MINERAÇÃO LTDA.-
7375/2018-810.407/2018-ANDREI ALLGAYER-
7376/2018-810.414/2018-AGUA VIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7377/2018-811.437/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 117/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

7378/2018-868.114/2018-MARIA LUCIA A. DE SOUZA SALZEDAS ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

7379/2018-868.113/2018-JOSÉ APARECIDO DA SILVA-
7380/2018-868.122/2018-THIAGO CARIM BUCKER-
7381/2018-868.123/2018-JUACYR GUILHERME DA SILVA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 115/2018/ES

Fase de Requerimento de Licenciamento

Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)

896.017/2014-ESTRELA D´ALVA MINERAÇÃO LTDA- DOU de 15/07/2016

Fase de Licenciamento

Torna sem efeito Auto de Infração(1873)

896.573/1999-AREAL SÃO JOSÉ LTDA EPP- AI N°341/2007-DNPM/ES

RENATO MOTA DE OLIVEIRA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHOS
RELAÇÃO Nº 94/2018/MT

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se procedentes as defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 966.391/2018; Notificado: Cerâmica RP Ltda - ME; CNPJ: 10.674.511/0001-42; NFLDP nº 66/2018; Valor: R$ 104.508,50.

Processo de Cobrança nº 966.142/2018; Notificado: Indústria e Comércio de Calcário Cuiabá Ltda; CNPJ: 02.393.767/0001-53; NFLDP nº 69/2018; Valor: R$ 220.436,92.

Processo de Cobrança nº 966.324/2018; Notificado: Indústria e Comércio de Calcário Cuiabá Ltda; CNPJ: 02.393.767/0001-53; NFLDP nº 70/2018; Valor: R$ 3.266,32.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foram acatadas(s) as defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/ANM/MT, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 966.473/2018; Notificado: Pedreira LM Ltda; CNPJ: 07.950.724/0001-45; NFLDP nº 266/2018; Valor: R$ 104.661,80.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não houve apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 966.390/2018; Notificado: Cerâmica São Benedito Ltda; CNPJ: 02.393.726/0001-67; NFLDP nº 65/2018; Valor: R$ 51.897,75.

Processo de Cobrança nº 966.067/2018; Notificado: V. A. Junqueira ME; CNPJ: 32.962.870/0001-38; NFLDP nº 10/2018; Valor: R$ 15.396,68.

Processo de Cobrança nº 966.066/2018; Notificado: Osvaldo Nery Comércio Ltda - ME; CNPJ: 00.115.330/0001-22; NFLDP nº 11/2018; Valor: R$ 7.300,73.

Processo de Cobrança nº 966.187/2018; Notificado: Mineração Água Verde Ltda - ME; CNPJ: 12.221.173/0001-19; NFLDP nº 20/2018; Valor: R$ 926,45.

Processo de Cobrança nº 966.159/2018; Notificado: Mineração Água Verde Ltda - ME; CNPJ: 12.221.173/0001-19; NFLDP nº 19/2018; Valor: R$ 4.006,92.

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que foram acatadas(s) parcialmente as defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/AMN/MT, relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 966.389/2018; Notificado: N.X.GOLD S.A.; CNPJ: 18.501.410/0001-81; NFLDP nº 67/2018; Valor: R$ 3.075.205,46.

SERAFIM CARVALHO MELO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 114/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.108/2018-USINA CAETÉ S.A.-OF. N°1500/2018
868.115/2018-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1528/2018
868.116/2018-FELIX JAYME NUNES DA CUNHA-OF. N°1529/2018
868.117/2018-ALEXANDRE GOMES DE SOUZA-OF. N°1530/2018
868.120/2018-ECOLÓGICA DERSCHUM CONSULTORIA E ACESSORIA AGRONÔMICA LTDA.-OF. N°1531/2018
Defere pedido de reconsideração(182)
868.048/2018-DANIEL DE ALMEIDA TORRES
Fase de Autorização de Pesquisa
Aceita defesa apresentada(241)
868.279/2011-ROBERTO RAZUK
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.222/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1537/2018
868.396/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°1538/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
868.352/2016-MINERAÇÃO SANTA MARIA LTDA - Alvará N°2115/2018
868.018/2018-BRÁS ANTÔNIO OVÍDIO -Alvará N°3614/2018
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
868.958/1994-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4433/2015
868.959/1994-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4434/2015
868.206/1995-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4436/2015
868.091/1998-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4438/2015
868.144/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4451/2015
868.145/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4452/2015
868.146/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4453/2015
868.147/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4454/2015
868.148/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4455/2015
868.149/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4456/2015
868.150/2013-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA-ALVARÁ N°4457/2015
Determina arquivamento Auto de infração(1872)
868.279/2011-ROBERTO RAZUK- AI N°289/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
868.112/2018-MÁRIO SABATEL JÚNIOR-OF. N°1457/2018
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
868.011/1999-VENTURINI FLORÊNCIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA- FONTE NATURALIS - MARCA SABORAKI - EMBALAGEM DE 3 LITROS-CASSILÂNDIA/MS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.045/2009-JORCAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S.A.-OF. N°1501/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.130/2013-MINERAÇÃO TOZZI JUNQUEIRA LTDA ME-OF. N°1502/2018
868.098/2017-C A A DOS SANTOS ME-OF. N°1504/2018

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Superintendente
Substituto

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 116/2018/MS

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.161/2011-IRMÃOS DAGOSTIN LTDA ME-OF. N°1472/2018
868.071/2012-MARCIA DE OLIVEIRA AGUIAR-OF. N°1533/2018
868.179/2013-VALTER QUEIROZ MOREIRA ME-OF. N°1453/2018
868.126/2017-J. R. MACHADO ME-OF. N°1534/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.327/2013-CRISTIANO ZAMBONI PELLIN- Registro de Licença N° 25/2015 - Vencimento em 06/07/2022
Da provimento ao recurso interposto(754)
868.126/2012-INTTERPLAN EMPREENDIMENTOS LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.299/2012-SAME HASSAN GEBARA EPP-OF. N°1477/2018
868.152/2017-CELPA ATERRO E LOCAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1469/2018

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 404/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
830.983/2010-CONSTRUTORA MARTINS LANNA LTDA.-AI N°951/2018-MG
Aceita defesa apresentada(241)
834.358/2008-CONSTRUTORA MARTINS LANNA LTDA.
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
830.551/1979-TOGNI S/A MATERIAIS REFRATÁRIOS-Área de 927,09 ha para 528,88 ha-Argila Refratária
831.544/2007-EVANGELISTA ALVES RIBEIRO ME-Área de 1307,92 para 955,73 ha-Quartzo Industrial
834.850/2007-MINERAÇÃO ACJ LTDA. ME- Área de 936,43 ha para 477,49 ha-Feldspato, Quartzo e Turmalina
834.358/2008-CONSTRUTORA MARTINS LANNA LTDA.- Área de 110,73 ha para 49,99 ha-Granito
831.638/2009-RODOLFO CARVALHO DE AGUIAR-Área de 1.541,69 ha para 50,00 ha-Gnaisse
831.662/2009-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-Área de 1.368,94 ha para 444,39 ha-Argila Industrial
830.983/2010-CONSTRUTORA MARTINS LANNA LTDA.- Área de 107,39 ha para 49,87 ha-Granito
832.139/2011-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA- Área de 723,79 ha para 404,53 ha-Diamante
830.852/2013-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-Área de 639,94 ha para 49,75 ha-Areia
831.714/2015-AREEIRO MUZAMBO LTDA- Área de 288,11 ha para 49,02 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
832.689/2001-ANTONIO FRANCISCO DA SILVA-Quartzito
831.401/2006-AGRIMIG - CALCÁRIO AGRÍCOLA LTDA-Calcário e Argila
834.341/2008-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-Argila Refratária - Área de 27,22 ha
831.321/2009-BRASMIC MINERAÇÃO AREIA E BRITA LTDA-Areia
832.928/2010-ANTONIO IONE TEIXEIRA DE JESUS-Diamante (beneficiado) e Areia (agregado)
830.028/2012-EXTRATORA DE AREIA PRIMO LTDA-Areia
834.377/2012-JUSCÉLIO GARCIA DE OLIVEIRA ME-Areia

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 409/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
832.494/2009-DRAGA PARÁ DE MINAS LTDA-ARAÚJOS/MG, SANTO ANTÔNIO DO MONTE/MG - Guia n° 198/2018-50.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:06/08/2021 ou PL
832.755/2012-AREAL MIX LTDA ME-FERROS/MG - Guia n° 201/2018-48.000 Toneladas/ano (bruta)-Areia-Validade:08/03/2019
832.883/2012-AREIAO SAO LUIZ LTDA ME-CARMO DO CAJURU/MG - Guia n° 193/2018 e 194/2018-39.000 t/ano e 12.000 Toneladas/ano-Areia e Argila- Validade:09/08/2028 ou PL
830.939/2014-MTM MINERAÇÃO EIRELI EPP-JAMPRUCA/MG, PESCADOR/MG - Guia n° 88/2018-9.576 Toneladas/ano-Granito- Validade:13/07/2021 ou PL
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.037/2004-LUCIANE PIRES FELIX-FRUTA DE LEITE/MG - Guia n° 111/2018-18.000 Toneladas/ano-Minério de Silício (Quartzo)- Validade:06/03/2021 ou PL
831.381/2007-JOSE BENICIO RIBEIRO DO VALE & CIA LTDA-LAVRAS/MG, RIBEIRÃO VERMELHO/MG - Guia n° 200/2018-42.000 Toneladas/ano-Areia- Validade:07/06/2022 ou PL
834.649/2007-BENEDITO OLINTO OLIVEIRA MARTINS ME-ITAJUBÁ/MG - Guia n° 199/2018-50.000 Toneladas/ano-Areia-Validade:18/04/2021 ou PL

PABLO CESAR DE SOUZA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 117/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.397/2018-JEANN SOUZA RIBEIRO-OF. N°1.952/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.493/2018-GREIPHIL MINAS LTDA-OF. N°1.970/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.499/2018-JEANN SOUZA RIBEIRO-OF. N°1.952/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.500/2018-JEANN SOUZA RIBEIRO-OF. N°1.952/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
850.739/2015-MVA METAIS MINERAÇÃO LTDA- OF. N° 1.960/2018
850.740/2015-MVA METAIS MINERAÇÃO LTDA- OF. N° 1.976/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.378/2007-MINERAÇÃO OURO VERMELHO LTDA.-OF. N°1.837/2018 - DNPM/PA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

850.129/2016-ORION MINERAÇÃO E GEOLOGIA LTDA-OF. N°1.906/2018 - DNPM/PA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.258/2013-TERRATIVA MINERAIS S.A.-Cessionário:CENTAURUS BRASIL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.731.017.0001-20- Alvará n°7.832/2013
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
855.833/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -Alvará N°17.032/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
850.847/2011-VALE METAIS BÁSICOS S A-AI N°628/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.026/2017-COOPERATIVA BRASILEIRA DE GARIMPEIROS COBRASA
850.710/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.711/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.713/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.714/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.715/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.716/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.717/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.718/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.719/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.720/2017-EDINALDO PINHEIRO NEVES
850.806/2017-CESAR AUGUSTO DE CASTRO LIMA
850.809/2017-ZEZITO DIAS ALVES
850.810/2017-ZEZITO DIAS ALVES
850.860/2017-PEDRO AUGUSTO ALMEIDA FREDERICO
850.890/2017-ROSIVALDO PIRES MARTINS
850.891/2017-ROSIVALDO PIRES MARTINS
850.079/2018-VICTOR BERNARDES DA SILVA NETTO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
751.571/1996-TOMAZ DE AQUINO PINHEIRO-OF. N°1.937/2018 - Superintendência do DNPM/PA
753.135/1996-JENCKSIN LOPES CHAGAS-OF. N°1.938/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.628/2016-COOGAMIBRA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS E MINERADORES DO BRASIL-OF. N°2031/2018
850.254/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDÔNIA COOGER LTDA-OF. N°1.971/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.255/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO ESTADO DE RONDÔNIA COOGER LTDA-OF. N°1.971/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(346)
853.281/1995-LUIZ SILVA DE SOUZA-OF. N°2291/2017
853.283/1995-LUIZ SILVA DE SOUZA-OF. N°2291/2017
853.285/1995-LUIZ SILVA DE SOUZA-OF. N°2291/2017
853.287/1995-LUIZ SILVA DE SOUZA-OF. N°2291/2017
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
850.594/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS MINERADORES E PRODUTORES DE OURO DO TAPAJÓS - PLG N°101/2018 de 14/08/2018 - Prazo 05 anos
850.590/2016-THEODORO MAURICIO DE OLANDA - PLG N°108/2018 de 24/08/2018 - Prazo 05 anos
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
855.285/1995-JOSÉ ANTUNES - PLG Nº 87/2011 de 22/08/2018- Vencimento em 29/04/2021
declara a nulidade da Permissão de Lavra Garimpeira(713)
850.541/2014-ALCENIR PAES PEREIRA- PLG N°36/2015, DOU de 29/09/2015
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
851.226/2017-CERÂMICA TARUMÃ LTDA-Registro de Licença N° 54/2018 - Vencimento em 27/06/2019
850.526/2018-RAIMUNDO AMARAL CUNHA-Registro de Licença N° 46/2018 - Vencimento em 05/06/2019
850.527/2018-ALACID DE LIMA CUNHA-Registro de Licença N° 47/2018 - Vencimento em 05/06/2019
850.528/2018-PAULO FREIRE TIBURLINO-Registro de Licença N° 49/2018 - Vencimento em 05/06/2019
850.751/2018-ANTÔNIO TAVARES DA SILVA-Registro de Licença N° 55/2018 - Vencimento em 02/05/2019
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
850.744/2017-JOSÉ NOJOSA VIANA EPP-OF. N°1.844/2018 - DNPM/PA
850.840/2017-JARI CELULOSE S.A.-OF. N°SEI 469/2018
850.648/2018-ANGELO DA SILVA SOARES-OF. N°2035/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
850.744/2017-JOSÉ NOJOSA VIANA EPP-OF. N°1.845/2018 - DNPM/PA
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.736/2017-JUAREZ OLIVEIRA PINHEIRO
851.210/2017-ELTON TAVARES DOURADO VIANA
851.211/2017-ELTON TAVARES DOURADO VIANA
851.266/2017-ELTON TAVARES DOURADO VIANA
851.308/2017-ANA MARIA ROQUE DA SILVA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
850.921/2006-JOÃO FRANCISCO GOMES VINENTE-Registro de Licença N° 44/2010 - Vencimento em 14/08/2020
850.029/2007-COMERCIAL MARABÁ LTDA EPP-Registro de Licença N° 22/2007 - Vencimento em 24/08/2019
851.010/2012-CERÂMICA MIRANDA LIMA LTDA ME-Registro de Licença N° 55/2014 - Vencimento em 27/06/2020
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
850.480/2015-MAIRA VIDAL SANTOS

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 135/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
850.417/2018-RAFAEL BRAGA SILVA
850.418/2018-RAFAEL BRAGA SILVA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.446/2018-UNIAO MINERACAO E COMERCIO LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
850.945/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
850.240/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.026/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.248/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.026/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.249/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.026/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.322/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.324/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.026/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.327/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.026/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.368/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.375/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.377/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.380/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.382/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.385/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.389/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.390/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.391/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.392/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.393/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.394/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.506/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.507/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.508/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
850.510/2018-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-OF. N°2.052/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
850.690/2017-CARLOS EDUARDO CHAMON AVANCINI
851.107/2017-AFONSO CORRETAGENS EIRELI ME
850.158/2018-TITÂNIO MINERAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI ME
850.591/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
852.012/1984-MINERAÇÃO JATAPU LTDA
850.309/2006-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
850.491/2018-JOAQUIM RIBEIRO DA SILVA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
851.107/2017-AFONSO CORRETAGENS EIRELI ME
850.158/2018-TITÂNIO MINERAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI ME
850.591/2018-HEBER ROBSON OLIVEIRA SA
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão parcial de autorização de pesquisa(194)
850.348/2012-MINERAÇÃO TRES FRONTEIRAS, EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PEDRAS E MINERAIS LTDA ME- Cessionário:850.690/2017-CARLOS EDUARDO CHAMON AVANCINI
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.388/2012-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA
850.390/2012-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA
850.392/2012-MINERAÇÃO RIO DO MOURA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.453/2005-MINERAÇÃO ITAMARACÁ LTDA.-OF. N°1.530/2018 - DNPM/PA
declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)
851.077/2014-PEDREIRA PEDRA NEGRA LTDA.-Alvará N°5.536/2015
850.008/2015-GREIPHIL MINAS LTDA-Alvará N°5.543/2015
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
850.693/2013-PAULO CAVALCANTI TRAVEN -Alvará N°15.896/2015
851.776/2013-MAGR TERRAPLENAGEM LTDA ME - Alvará N°15.865/2015
850.080/2014-CFA CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA -Alvará N°17.044/2015
850.285/2014-ALEXANDRE XAVIER DE OLIVEIRA - Alvará N°2.754/2016
850.357/2014-RENI SEVERINO DE OLIVEIRA -Alvará N°17.110/2014
850.112/2015-ANEZIO RIBEIRO DE SOUZA -Alvará N°11.662/2016
850.120/2015-ROBERTA DO SOCORRO GONÇALVES COSTA -Alvará N°2.764/2016
850.479/2015-CAL REIS COMÉRCIO DE CALCÁRIO E DERIVADOS LTDA -Alvará N°3.076/2016
850.148/2016-RAIMUNDO NONATO PONTES FERREIRA -Alvará N°7.954/2016
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
851.338/2012-COOPERATIVA DOS MINERADORES E GARIMPEIROS DO SUL DO PARÁ COOMIGASULP- Alvará N°14.145- DOU de 2015
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
851.065/2008-FALCON METAIS LTDA
850.140/2014-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA
851.100/2014-RAUL SILVESTRE
850.181/2015-PEDRA PRETA AGREGADOS MINERAÇÃO LTDA.
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.145/1995-VALE DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°7.023/2014
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para PLG(1027)
851.104/2017-W. O DA SILVA LOCAÇÕES LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.739/2017-LINDALVA DAVID ROCHA GAMA-Registro de Licença N° 52/2018 - Vencimento em 22/05/2023

CARLOS BOTELHO DA COSTA
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 141/2018/PA

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
852.810/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.811/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.812/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.813/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.814/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.815/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.823/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.824/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.825/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.652/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.653/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.654/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.655/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.656/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

853.657/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.658/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.659/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.660/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.661/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.662/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.663/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.664/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°184/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.665/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.666/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.667/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.668/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.669/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.670/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.672/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.681/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.682/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.683/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.684/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.685/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.686/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.687/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.688/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.689/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.690/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.691/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.692/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.693/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.694/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.695/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.696/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.697/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.699/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.700/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.701/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.702/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.703/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.704/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.705/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.706/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.707/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.708/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.709/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.710/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.711/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°182/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
850.724/2012-ITAMAR GOMES SILVA-OF. N°78/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe do Escritório

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 142/2018/PA

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
854.747/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°59/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.794/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°78/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.795/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°60/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.796/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.798/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.799/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°60/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.800/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°60/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.802/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°60/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.803/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.805/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°59/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.806/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°59/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.822/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°59/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.824/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°60/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.826/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.827/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.828/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.829/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.830/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.831/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.832/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
854.833/1993-JOSÉ SOARES DE SOUSA-OF. N°58/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.782/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.783/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.784/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.785/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.786/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.787/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.788/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.789/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.791/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.792/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.793/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.794/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.795/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.796/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.797/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.798/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.799/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.800/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.801/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.802/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.803/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.804/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.805/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.806/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.807/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.808/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
852.809/1994-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.671/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.673/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.674/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.675/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.676/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.677/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.678/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.679/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.680/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°183/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
853.698/1995-MANOEL COSTA SOUZA-OF. N°185/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
850.723/2012-ITAMAR GOMES SILVA-OF. N°78/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA
850.725/2012-ITAMAR GOMES SILVA-OF. N°78/2018 - ESCRITÓRIO REGIONAL DE ITAITUBA

AIDIL EVANGELISTA DA SILVA
Chefe de Escritório

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 91/2018/PB

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
846.032/2002-THOR NORDESTE GRANITOS LTDA- AI N° 493/2018 e 494/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
846.032/2002-THOR NORDESTE GRANITOS LTDA-OF. N°1249/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 68/2018/PE

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
840.140/1984-MINERAÇÃO TAPERA LTDA- AI N°017/2018 e 018/2018
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
840.369/1987-TORRES & PEDROSA COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA ME- AI N° 024/2018
840.011/1994-RIO DAS PEDRAS LTDA- AI N° 030/2018
840.046/1999-MJB IND. DE BEBIDAS E PLASTICO LTDA ME- AI N° 023/2018
840.115/2000-MAP MINERAÇÃO LTDA- AI N° 026/2018 e 031/2018
840.000/2002-VITÓRIA ÁGUA VIVA LTDA- AI N° 016/2018
840.083/2005-MAP MINERAÇÃO LTDA- AI N° 025/2018, 028/2018 e 033/2018
840.269/2008-MAP MINERAÇÃO LTDA- AI N° 027/2018, 029/2018 e 032/2018
840.491/2010-ÁGUA MINERAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA LTDA EPP- AI N° 034/2018 e 035/2018
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
840.056/1981-MINERAÇÃO DELMIRO GOUVEIA LTDA- AI Nº 016/2017
840.140/1983-AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE PERNAMBUCO- AI Nº 237/2015, 238/2015, 239/2015 e 240/2015
840.054/1997-JOSE PIANCO DE LIMA-ME- AI Nº 001/2018
840.054/2003-ÁGUA MINERAL IGARA LTDA EPP- AI Nº 048/2017, 062/2017 e 063/207
Fase de Licenciamento
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
840.430/2010-GENIVALDO FERNANDO PEREIRA -AI N°249/2016

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 70/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
840.631/2012-ENGEPLAN ENGENHARIA CARUARU LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.035/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
840.036/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
840.037/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
840.038/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
840.039/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.
840.043/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.044/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.051/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.054/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.056/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.094/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.095/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.070/2016-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-OF. N°525/2018
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.213/2016-TERRATIVA MINERAIS S.A.-Cessionário:Solus Mineração e Comércio S/A- CPF ou CNPJ 23.398.137/0001-41- Alvará n°7.366/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.590/2010-VOTORANTIM METAIS S.A
840.330/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA
840.235/2015-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.034/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.035/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.037/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.044/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.057/2016-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA
840.082/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
840.215/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.237/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.238/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
840.239/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
840.090/2016-EDMILSON BARBOSA DA SILVA-ALVARÁ N°7.730/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
840.323/2012-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-ALVARÁ N°12.211/2015
840.426/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°9.948/2015
840.430/2012-MINERAÇÃO PARNAMIRIM LTDA-ALVARÁ N°10.564/2015
840.376/2013-BRANDÃO & SIMAS MINERAÇÃO LTDA ME-ALVARÁ N°12.283/2015
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
840.142/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ Nº9.916/2015
840.194/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ Nº9.917/2015
840.200/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ Nº8.918/2015
840.201/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ Nº9.919/2015
840.139/2012-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-ALVARÁ N°12.209/2015
840.401/2013-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-ALVARÁ N°12.234/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.363/2011-URIMAMÃ MINERAÇÃO IND. COM. E SERV. LTDA-OF. N°552/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
840.381/2010-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.-OF. N°524/2018
840.181/2011-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°549/2018
840.305/2012-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°551/2018
840.150/2013-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°550/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.122/2001-MARIA ELIZABETE DA SILVA-OF. N°553/2018
840.102/2013-GBF PARTICIPAÇÕES S A-OF. N°545/2018
840.061/2016-SANTA RITA DE CASSIA MINERADOURA LTDA. ME-OF. N°529/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
840.128/2017-REGINALDO GERMANO DA SILVA
840.247/2017-FRANCIMAR COELHO RODRIGUES

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
RELAÇÃO Nº n°119/2018/RN

CONCESSÃO DE LAVRA (código 5.49):
Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedentes(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Processo de Cobrança nº: 948.283/2017.
Notificado nº: Rochedo Mármores e Granitos Ltda.
CNPJ/CPF: 06.023.671/0002-35.
NFLDP nº: 224/2017.
Valor: R$ 10.261,64.

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM RORAIMA

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 23/18/RR

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Márcio Dantas Teixeira - 884008/14 - Not.10/2018 - R$ 40.142,75, 884008/14 - Not.12/2018 - R$ 39.269,36

EUGÊNIO PACCELI TAVARES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 24/18/RR

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Calnorte Industria e Comércio de Calcário Ltda - 884114/12 - Not.8/2018 - R$ 426,39
l Kotinscki me - 884140/14 - Not.14/2018 - R$ 3.955,46
Márcio Dantas Teixeira - 884008/14 - Not.11/2018 - R$ 7.834,45, 884008/14 - Not.13/2018 - R$ 7.910,92
Marcos Antonio Fernandes da Silva - 884037/09 - Not.2/2018 - R$ 426,39
Mineração Sul Americana Ltda - 884096/10 - Not.3/2018 - R$ 426,39, 884090/10 - Not.4/2018 - R$ 426,39, 884091/10 - Not.5/2018 - R$ 426,39, 884093/10 - Not.6/2018 - R$ 426,39, 884095/10 - Not.7/2018 - R$ 426,39
Valmir Pereira de Melo - 884052/13 - Not.9/2018 - R$ 405,71
Willeymar Souza Ferreira Cunha - 884165/15 - Not.1/2018 - R$ 405,71

EUGÊNIO PACCELI TAVARES
Superintendente

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 25/18

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Ana Lúcia Bernardes de Almeida - 884011/17
Aurio Tessaro - 884003/17
Carlos Eustênio Fernandes Queiroz - 884139/14
Cypriano Sabino de Oliveira - 884060/11
Lindon Jonhson Benicio Barbosa - 884111/15
Oliveira & Oliveira Empreendimentos Ltda - 884002/12
Willeymar Souza Ferreira Cunha - 884167/14

EUGÊNIO PACCELI TAVARES
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA EM TOCANTINS

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 92/2018/TO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
864.065/2016-MARCOS DE SOUZA COSTA
864.186/2018-SAL DA TERRA MINERAÇÃO E REPRESENTAÇÃO MINERAL EIRELI ME
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
864.741/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.
864.026/2014-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA
864.028/2014-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA
864.031/2014-RIO DOS MANGUES MINERAÇÃO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
864.417/2013-MARCO CÉSAR CEBALLOS BONATTO-OF. N°112/2017 - DNPM/TO
864.121/2018-KLENIO BRITO OLIVEIRA-OF. N°601/2018 - DNPM/TO
864.136/2018-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°622/2018 - DNPM/TO
864.137/2018-ALFA E OMEGA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°623/2018 - DNPM/TO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.217/2017-MINERAÇÃO NOVO HORIZONTE ME-OF. N°786/2018 - DNPM/TO
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
864.221/2017-JERIBA MINERAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS, ESTRAÇÃO, IMPORT E EXPORTAÇÃO LTDA ME-ARAGUAÇU/TO - Guia n° 11/2018-16.000TONELADAS-ROCHA ORNAMENTAL SILICATADA (CIANITA-XISTO)- Validade:25/07/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.344/2014-CONCRETOS ARAGUAIA- Área de 397,23 para 49,43-AREIA
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
864.534/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-ALVARÁ N°10.444/2013
864.246/2014-ANANIAS PONCE LACERDA NETO-ALVARÁ N°12.113/2014
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
864.147/2015-P C NUNES EIRELI EPP F.I.-AI N°89/2018 - DNPM/TO
864.194/2015-D.A.S SOLUÇÕES LTDA-AI N°90/2018 - DNPM/TO
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
864.126/2011-GUILHERME SALGADO CARDOZO-OF. N°553/2018 - DNPM/TO
864.204/2017-ADRIANA TEIXEIRA FERREIRA DOS SANTOS-OF. N°69/2018 - DNPM/TO
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
864.238/2012-ILMA BATISTA BORGES VILELA-OF. N°618/2018 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Aprova Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(707)
864.071/2005-MINERAÇÃO ARAGUAIA LTDA
864.072/2005-MINERAÇÃO ARAGUAIA LTDA
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
864.127/2015-J. C. CAMARGO - ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.418/2014-PAULETTE APARECIDO DE CARVALHO-OF. N°606/2018 - DNPM/TO

FABIANO PINEIRO MIRANDA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS, em conformidade com o art. 2º do Anexo do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 3º e 39 do Anexo do Decreto nº 6.214, de 2007, o art. 25 do Anexo I do Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e o art. 6º do Regimento Interno do INSS, aprovado na pela Portaria nº 414, de 29 de setembro de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS,

CONSIDERANDO que o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC é um benefício da Política Nacional de Assistência Social - PNAS que integra a proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, previsto no inciso V do art. 203 da Constituição Federal, normatizado nos artigos 20, 21 e 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e regulamentado pelo Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Anexo do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, observadas as alterações promovidas pelo Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO que o BPC tem por objetivo proteger as pessoas idosas e as pessoas com deficiência em face de vulnerabilidades agravadas pela insuficiência de renda, assegurando-lhes o sustento e favorecendo o acesso às políticas, programas e serviços de assistência social, bem como a superação das desvantagens sociais enfrentadas e a conquista de sua autonomia, conforme diretrizes, princípios e objetivos estabelecidos na Lei nº 8.742, de 1993, e no Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Anexo do Decreto nº 6.214, de 2007;

CONSIDERANDO que compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social, a operacionalização do BPC, nos termos do art. 3º do Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Anexo do Decreto nº 6.214, de 2007;

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 02, de 7 novembro de 2016, que regulamenta o Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016; e

CONSIDERANDO a Portaria Interministerial nº 5, de 22 de dezembro de 2017, que altera o prazo para inclusão dos beneficiários idosos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, resolveM:

Art. 1º Dispor sobre as regras e os procedimentos para requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

CAPÍTULO I - DAS ETAPAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO BPC

Art. 2º Constituem etapas de operacionalização do BPC:

I - requerimento;

II - concessão;

III - manutenção; e

IV - revisão.

CAPÍTULO II - DA INSCRIÇÃO NO CADÚNICO

Art. 3º O processo de inclusão cadastral e atualização observará o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e normas específicas que regulamentam o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

Art. 4° A inscrição do requerente e de sua família no CadÚnico constitui requisito a ser observado nas etapas da operacionalização do BPC.

Parágrafo único. A ausência de inscrição ou atualização do CadÚnico não impede a formalização do requerimento do benefício.

Art. 5º O Responsável pela Unidade Familiar - RF deverá informar o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF do requerente e de todos os membros da família no momento da inclusão e/ou atualização do CadÚnico.

CAPÍTULO III - DO REQUERIMENTO

Seção I

Dos Canais de Requerimento

Art. 6º O BPC poderá ser requerido junto aos canais de atendimento do INSS ou nos equipamentos públicos da assistência social, desde que pactuados nas instâncias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Seção II

Dos Requerentes

Art. 7º Para requerer o benefício, a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, além de atender aos critérios definidos na Lei nº 8.742, de 1993, e nos art. 8º e 9º do Decreto nº 6.214, de 2007, devem:

I - ter nacionalidade brasileira, nata ou naturalizada, ou portuguesa;

II - possuir residência no território brasileiro;

III - estar inscritas no CadÚnico, com os dados atualizados, conforme normas específicas que regulamentam o instrumento.

§ 1º Ao requerente maior de dezesseis anos de idade será solicitado documento de identificação oficial com fotografia.

§ 2º Não constitui exigência para requerimento ou concessão do BPC:

I - a apresentação de documentos pessoais dos demais membros do grupo familiar, salvo em casos de dúvida fundada; e

II - a interdição judicial do idoso ou da pessoa com deficiência, seja ela total ou parcial, podendo ser observada, nos seus estritos termos, a existência de decisão judicial sobre tomada de decisão apoiada para o requerente, prevista nos artigos 1.783-A da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 116 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 3º O requerente do BPC poderá solicitar a cessação de benefício previdenciário para a concessão de benefício mais vantajoso, observadas as regras para cessação do benefício previdenciário.

Seção III

Das Informações sobre a Composição do Grupo e Renda Familiar

Art. 8º Na fase de requerimento, as informações do CadÚnico serão utilizadas para registro da composição do grupo familiar e da renda mensal bruta familiar, conforme disposto no Decreto nº 6.214, de 2007, obedecendo aos seguintes procedimentos:

I - as informações do grupo familiar constantes no CadÚnico serão utilizadas para a composição familiar considerada para fins de BPC em formulário próprio, conforme Anexo I da presente Portaria, e, se necessário, serão coletadas informações adicionais para a caracterização da família do requerente, conforme previsto no art. 4º, inciso V, do Decreto nº 6.214, de 2007;

II - caso seja necessário, serão coletadas outras informações para o cálculo da renda que não estejam disponíveis no CadÚnico;

III - a renda familiar per capita será calculada utilizando as informações do CadÚnico bem como dados de outros registros administrativos, quando necessário, observando-se que:

a) não é permitida a acumulação do BPC com outro benefício da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o seguro-desemprego, ressalvados o de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória;

b) não serão computadas para fins do cálculo da renda familiar no requerimento do BPC aquelas rendas elencadas no art. 4º, § 2º do Decreto nº 6.214, de 2007;

c) o salário de contribuição não integra a renda mensal bruta familiar quando o requerente do BPC, o beneficiário ou os demais membros do grupo familiar contribuírem como segurados facultativos do Regime Geral da Previdência Social - RGPS;

d) o recebimento de pensão alimentícia não impede o recebimento do BPC, desde que observado o critério de renda per capita mensal bruta familiar; e

e) a renda sazonal ou eventual, que consiste nos rendimentos não regulares decorrentes de atividades eventuais exercidas em caráter informal, não serão computadas na renda bruta familiar desde que o valor anual declarado dividido por doze meses seja inferior a um quarto do salário mínimo.

IV - o requerente deverá declarar que não recebe outro benefício estadual ou municipal no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive seguro desemprego;

§ 1º Não compõem o grupo familiar, para efeitos do cálculo da renda mensal familiar per capita:

I - o internado ou acolhido em instituições de longa permanência como abrigo, hospital ou instituição congênere;

II - o filho ou o enteado que tenha constituído união estável, ainda que resida sob o mesmo teto;

III - o irmão, o filho ou o enteado que seja divorciado, viúvo ou separado de fato, ainda que vivam sob o mesmo teto do requerente; e

IV - o tutor ou curador, desde não seja um dos elencados no rol do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 2º A coabitação do requerente com algum membro de sua família em uma mesma instituição hospitalar, de abrigamento ou congênere, não se configura, por si só, em constituição de um grupo familiar a ser considerado para fins do cálculo da renda mensal familiar per capita.

§3º A condição de menor tutelado deve ser comprovada mediante apresentação do termo de tutela.

Art. 9º Fica vedada a solicitação de declaração de Pobreza ou qualquer outra forma de comprovação da renda que exponha o requerente à situação constrangedora.

Art. 10. O requerente deverá atestar as informações declaradas no requerimento por meio de assinatura, inclusive eletrônica, ou por acesso com usuário e senha.

Parágrafo único. Na hipótese de não ser o requerente alfabetizado ou de estar impossibilitado para assinar o pedido, será admitida a aposição da impressão digital na presença de funcionário do órgão recebedor do formulário de requerimento.

CAPÍTULO IV - DO RECONHECIMENTO DO DIREITO AO BENEFÍCIO

Seção I

Do processo de análise

Art. 11. O INSS deverá:

I - analisar o requerimento;

II - decidir quanto ao deferimento ou indeferimento para a concessão do BPC; e

III - comunicar ao requerente, por meio dos canais disponíveis, quanto ao resultado do requerimento, na forma do art. 15, § 1º, do Decreto nº 6.214, de 2007.

Parágrafo único. Caso o benefício da pessoa com deficiência seja deferido, o beneficiário deverá ser comunicado sobre a necessidade de agendar a próxima avaliação da deficiência e o prazo máximo para esse agendamento, nos termos do inciso IV do art. 47 do Decreto nº 6.214, de 2007.

Art. 12. A condição de acolhimento em instituições de longa permanência, como abrigo, hospital ou instituição congênere, ou o cumprimento de pena exclusivamente em regime semiaberto ou aberto não prejudicam o direito da pessoa com deficiência ou do idoso ao BPC.

§ 1º O recluso em regime fechado, tendo sido proferida sentença ou não, não faz jus ao BPC.

§ 2º Fazem jus ao benefício os adolescentes com deficiência em cumprimento de medida socioeducativa, desde que estejam em regime de semiliberdade, liberdade assistida ou outra medida em meio aberto, e atendam aos requisitos do BPC.

§ 3º A comprovação do regime será feita por meio de documento emitido por autoridade ou órgão competente.

Art. 13. As informações prestadas no requerimento deverão ser confrontadas com as bases cadastrais disponíveis da Administração Pública, devendo o INSS verificar a existência de registro de benefício previdenciário, de emprego e renda do requerente ou beneficiário e dos integrantes de sua família.

§ 1º Havendo divergência quanto às rendas declaradas, será considerada a informação da renda mais alta.

§ 2º Caso as informações declaradas quanto à composição do grupo familiar no requerimento estejam em desacordo com o CadÚnico, o servidor do INSS deverá cadastrar exigência de atualização das informações cadastrais, o que deverá ser realizado pelo Responsável pela Unidade Familiar (RF), respeitadas as normas e regulamentos do CadÚnico, no prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período.

§ 3º O processo de retificação ou complemento das informações do CadÚnico deve ocorrer quando as informações forem passíveis de coleta no CadÚnico.

§ 4º As informações declaradas pelo requerente ou seu procurador são de sua inteira responsabilidade e deverão ser consideradas para tomada de decisão no reconhecimento do direito ao BPC.

Art. 14. O valor referente ao BPC será pago retroativamente a contar da data do requerimento ao benefício.

§1º A data de formalização do requerimento será considerada para fins de pagamento de benefício.

§2º Para fins de atualização dos valores pagos, serão aplicados os mesmos critérios adotados pela legislação previdenciária.

Seção II

Do Indeferimento

Art. 15. O INSS deverá indeferir o benefício quando os critérios de acesso ao BPC não forem atendidos nos termos do art. 36 do Decreto nº 6.214, de 2007.

Parágrafo único. O benefício será indeferido quando o requerente vier a óbito durante o processo de análise, dispensando-se a plena avaliação dos requisitos necessários para o reconhecimento do direito.

Seção III

Do Recurso

Art. 16. Os interessados poderão interpor recurso contra a decisão de indeferimento do benefício nos canais de atendimento disponibilizados, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência da decisão.

Art. 17. Quando se tratar de interposição de recurso por motivo de indeferimento relacionado unicamente à renda per capita, não será necessária avaliação da deficiência para encaminhamento do recurso à junta de recursos.

Parágrafo único. Dado provimento ao recurso, o requerente pessoa com deficiência deverá ser encaminhado para a realização de avaliação médica e social.

Art. 18. Quando se tratar de interposição de recurso por motivo de indeferimento decorrente unicamente da conclusão da avaliação médica e social, o processo deverá ser encaminhado para pronunciamento da Perícia Médica do INSS e do Serviço Social, sendo dispensada nova avaliação da renda.

CAPÍTULO V - DA MANUTENÇÃO E DA REVISÃO DO BPC

Seção I

Regras gerais

Art. 19. Para fins desta Portaria, considera-se:

I - bloqueio do valor do benefício: comando bancário que impossibilita temporariamente a movimentação do valor do benefício, com o objetivo de notificar o beneficiário quando inexistente prova inequívoca da ciência da notificação enviada por meio da rede bancária, por carta ou pelos canais de atendimento do INSS;

II - defesa: ato anterior à eventual suspensão do benefício, que permite ao beneficiário prestar esclarecimentos e apresentar documentações sobre os indícios de irregularidades encontradas;

III - suspensão: interrupção do envio do pagamento à rede bancária;

IV - recurso: ato que garante ao beneficiário a possibilidade de apresentar documentos, argumentos ou provas para comprovar a regularidade do benefício suspenso junto ao Conselho de Recursos do Seguro Social - CRSS; e

V - cessação: encerramento do benefício no âmbito administrativo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 20. O valor do BPC não está sujeito a descontos de:

I - empréstimo consignado; e

II - débitos originários de benefícios previdenciários recebidos indevidamente.

Art. 21. O beneficiário, o procurador ou o seu representante legal deve atualizar informações no INSS, nos termos do art. 35-A do Decreto nº 6.214, de 2007.

§ 1º Inconsistências ou insuficiências no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF deverão ser tratadas de acordo com os normativos da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Endereços incompletos ou inconsistentes poderão ser atualizados a partir de informações de outras bases de dados da Administração Pública, dando preferência ao mais recente.

§ 3º Na impossibilidade de obter as informações atualizadas sobre o CPF e o endereço, o INSS adotará as providências necessárias conforme dispuser em ato próprio.

§ 4º O representante legal ou o procurador do beneficiário é obrigado a informar ao INSS a ocorrência de morte, morte presumida ou ausência do beneficiário declarada em juízo.

Seção II

Da Revisão do Benefício

Art. 22. A revisão do BPC, de que trata o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993, será realizada por meio de:

I - cruzamento periódico de informações e dados disponíveis pelos órgãos da Administração Pública; e

II - quando for o caso, reavaliação da deficiência e do grau de impedimento de que trata o § 2º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 1º A análise da renda familiar per capita para a manutenção do BPC ocorrerá por meio da leitura das informações do CadÚnico para recomposição do grupo familiar e de outros cadastros e bases de dados dos órgãos da Administração Pública disponíveis para auferir a renda dos membros do grupo familiar.

§ 2º O MDS deverá supervisionar e orientar as ações de cruzamento de informações a que se refere o inciso II do art. 39 do Decreto nº 6.214, de 2007.

Art. 23. O cruzamento periódico de informações deverá ocorrer mensalmente para verificação da manutenção do critério de renda do grupo familiar e do acúmulo do benefício com outra renda no âmbito da Seguridade Social ou, no caso da pessoa com deficiência, da renda decorrente do exercício de atividade remunerada, nos termos do art. 20, § 4º, e do art. 21-A da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 1º O INSS adotará as providências cabíveis para identificar, entre os benefícios a serem pagos no mês subsequente, a renda do grupo familiar e o recebimento concomitante de renda de trabalho com BPC e outras rendas de benefícios previdenciários por parte do beneficiário.

§ 2º Os beneficiários identificados com recebimento concomitante de benefícios que não podem ser acumulados ou, para o caso de beneficiários pessoas com deficiência, com renda decorrente do exercício de atividade remunerada serão notificados conforme o artigo 24 desta Portaria.

§ 3º Os beneficiários identificados com indícios de irregularidade no critério de renda do grupo familiar serão notificados conforme o artigo 24 desta Portaria.

§ 4º Os procedimentos listados no caput e no § 1º deste artigo não impedem a adoção de outras medidas de apuração de indícios de irregularidade.

Art. 24. Identificada a irregularidade na manutenção do benefício, o beneficiário deverá ser notificado sobre a situação constatada e o prazo de dez dias para apresentar defesa.

§ 1º A notificação de que trata o caput tem por objetivo cientificar o beneficiário, seu representante legal ou procurador e ocorrerá por meio da rede bancária.

§ 2º A notificação de que trata o caput poderá ser realizada alternativamente por meio de envio de carta com aviso de recebimento ou diretamente nas agências do INSS ou em seus canais remotos.

§ 3º O beneficiário poderá apresentar a defesa junto aos canais de atendimento do INSS ou equipamentos públicos da assistência social, desde que pactuados nas instâncias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

§ 4º Será considerada tempestiva a defesa cujo agendamento tenha ocorrido em até dez dias após a notificação.

§ 5º O não comparecimento ao agendamento da defesa ensejará a suspensão do benefício, nos termos do artigo 26 desta Portaria.

§ 6º O benefício será mantido durante o período da análise da defesa pelo INSS, desde que a defesa seja apresentada tempestivamente.

§ 7º O benefício será suspenso caso o beneficiário, seu representante legal ou seu procurador seja cientificado sobre a irregularidade e não apresente a defesa tempestivamente.

§ 8º O valor do benefício será bloqueado quando inexistente prova inequívoca da ciência da notificação enviada; e

§ 9º O beneficiário terá até trinta dias, a contar da data do bloqueio do benefício, para entrar em contato com o INSS por meio de seus canais de atendimento, presenciais e remotos, e solicitar o desbloqueio de seu benefício.

Art. 25. A reavaliação da deficiência ocorrerá a cada dois anos, podendo o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social editar ato para indicar os procedimentos a serem observados e os grupos que eventualmente serão dispensados ou priorizados nessa revisão.

Seção III

Da Suspensão e da Cessação

Art. 26. O BPC será suspenso quando:

I - o beneficiário, o seu representante legal ou o procurador for notificado e não apresentar defesa tempestivamente;

II - a defesa apresentada for improcedente;

III - o beneficiário não entrar em contato para ciência da irregularidade constatada por meio dos canais de atendimento do INSS ou outros canais autorizados para esse fim no prazo de trinta dias a partir do bloqueio do valor do benefício; ou

IV - for informada a ausência do beneficiário pelo representante legal ou pelo procurador, na forma da lei;

Art. 27. O beneficiário pessoa com deficiência deverá solicitar suspensão em caráter especial quando exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual.

Parágrafo único. O requerimento deve ser realizado por meio do preenchimento do Formulário Único de Alteração da Situação do Benefício, conforme previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 28. Nos casos em que o BPC for pago por meio da modalidade de cartão magnético, a ausência de saque do valor do benefício por prazo superior a sessenta dias ocasionará a suspensão da emissão de crédito para pagamento do benefício, e a ausência de saque por mais de cento e oitenta dias ensejará a cessação administrativa do benefício.

§ 1º A reativação do crédito ou do benefício estará condicionada à solicitação do beneficiário junto ao INSS, por intermédio dos canais disponíveis.

§ 2º A reativação do crédito do benefício implicará o pagamento de todos os valores devidos durante o período em que a emissão do crédito esteve suspensa ou em que o benefício esteve cessado administrativamente, excetuando o(s) período(s) em que o benefício comprovadamente não é devido.

§ 3º Os procedimentos para restabelecimento do benefício devem ser adotados de imediato a fim de possibilitar o saque no prazo máximo de setenta e duas horas.

§ 4º O benefício suspenso ou cessado por ausência de saque poderá ser reativado por meio do preenchimento do Formulário Único de Alteração da Situação do Benefício, conforme consta no Anexo II desta Portaria.

Art. 29. A contribuição do beneficiário como segurado facultativo da Previdência Social não acarretará a suspensão do pagamento do BPC.

Art. 30. A cessação do BPC não impede a concessão de novo BPC, desde que atendidos os requisitos exigidos para acesso ao benefício.

Parágrafo único. É vedada a reativação de benefício cessado quando esgotadas todas as instâncias administrativas de recurso.

Art. 31. Na hipótese de cessação do contrato de aprendizagem, se a pessoa com deficiência tiver adquirido direito a qualquer benefício no âmbito da Previdência Social, o BPC deverá ser cessado para a habilitação do benefício previdenciário.

Parágrafo único. Na hipótese de cessação do contrato de aprendizagem, se o beneficiário fizer jus a seguro-desemprego, poderá optar pelo recebimento deste, desde que não esteja recebendo o BPC.

CAPÍTULO VI - DA REPRESENTAÇÃO

Art. 32. O requerente ou beneficiário pode se fazer representar nas etapas de operacionalização do BPC por procurador, tutor, curador, ou detentor de guarda devidamente habilitado na forma do art. 33 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 33. A decisão judicial no processo de tomada de decisão apoiada, previsto nos artigos 1.783-A da Lei nº 10.406, de 2002, e 116 da Lei nº 13.146, de 2015, deverá ser cumprida nos seus estritos termos.

Art. 34. Poderá ocorrer a representação por meio de mais de uma procuração ou procurações coletivas nos casos de parentes de primeiro grau e nos casos de beneficiários representados por dirigentes de instituições nas quais se encontrem acolhidos.

CAPÍTULO VII - DA COBRANÇA E DO RESSARCIMENTO DE VALORES

Art. 35. É devida a cobrança de ressarcimento de valores recebidos do BPC quando constatada a ocorrência de ao menos uma das hipóteses de cessação do benefício previstas no art. 48 do Decreto nº 6.214, de 2007, ressalvados os casos de recebimento de boa-fé.

§ 1º O valor a ser ressarcido contará do momento da ocorrência do fato que gerou o recebimento indevido.

§ 2º A cobrança dos valores pagos indevidamente depende de apuração e comprovação de dolo, fraude ou má-fé.

Art. 36. O instituto da prescrição se aplica à cobrança de valores pagos indevidamente aos beneficiários do BPC, salvo os casos decorrentes de ato comprovado de dolo, fraude ou má-fé.

Art. 37. Cabe ao INSS, sem prejuízo de outras medidas legais, adotar as providências necessárias à restituição do valor do benefício pago indevidamente somente em casos de falta de comunicação dos fatos arrolados no art. 48 do Decreto nº 6.214, de 2007, ou de prática, pelo beneficiário ou por terceiros, de ato com dolo, fraude ou má-fé devidamente comprovado.

CAPÍTULO VIII - DAS DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES

Art. 38. Sem prejuízo do disposto no art. 44 do Decreto nº 6.214, de 2007, cabe ao INSS recepcionar as denúncias de irregularidades relativas à concessão, manutenção e pagamento do BPC, apresentadas por qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, especialmente pelos Conselhos de Direitos, Conselhos de Assistência Social e demais organizações representativas de pessoas idosas e de pessoas com deficiência.

§1º As denúncias a que se refere o caput devem ser apuradas de acordo com o fluxo operacional definido pelo INSS.

§2º Compete ao INSS aplicar os procedimentos cabíveis previstos nesta Portaria, independentemente de outras penalidades legais, quando constatada a prática de infração penal decorrente da concessão ou da manutenção do BPC.

§3º O denunciante tem direito de receber informações sobre as providências tomadas pelo INSS quanto à irregularidade por ele denunciada.

Art. 39. Cabe ao INSS e aos demais canais de atendimento informar ao público os locais para recepcionar as denúncias de irregularidades ou falhas na concessão e/ou manutenção do BPC.

Parágrafo único. Eventual denúncia de restrição ao usufruto do BPC mediante retenção de cartão magnético deverá ser encaminhada ao Ministério Público Federal.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. Para fins do disposto nesta Portaria, presumem-se verdadeiras as informações constantes no CadÚnico, admitindo-se que sejam utilizadas outras bases de dados da Administração Pública.

Art. 41. O processo de inclusão e atualização no CadÚnico de beneficiários do BPC e respectivas famílias será regulamentado por meio de Instrução Operacional conjunta da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC e da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, ambas do MDS.

Art. 42. Ficam dispensados de realizar inscrição e atualização no CadÚnico para fins de requerimento e manutenção do BPC, até que seja efetuada adaptação no formulário e no Sistema, os requerentes ou beneficiários menores de 16 anos ou pessoas interditadas total ou parcialmente que:

I - estejam internados em instituição, abrigo, asilo ou hospital há 12 meses ou mais; ou

II - não possuam família de referência, nos termos do art. 2º da Portaria MDS nº 177, de 20 de junho de 2011.

§ 1º As pessoas referidas no caput deverão preencher os campos relativos ao local de convívio no formulário de requerimento previsto no Anexo I - Requerimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC e composição do grupo familiar;

§ 2º O representante legal deverá informar seus dados pessoais em campo próprio no formulário de requerimento previsto no Anexo I desta Portaria.

§ 3º Os benefícios de que tratam o caput não poderão ser suspensos por ausência de inscrição no CadÚnico até que sejam efetuadas adaptações no formulário e no Sistema.

§ 4º Pessoas incapazes cujo processo de interdição ou de tomada de decisão apoiada ainda não esteja concluído ficam também dispensadas de inclusão e atualização dos dados do CadÚnico.

Art. 43. O INSS poderá editar atos complementares com a finalidade de disciplinar a operacionalização em conformidade com as disposições desta Portaria Conjunta.

Art. 44. Fica revogada a Portaria Conjunta nº 01 MDSA/INSS, de 03 de janeiro de 2017.

Art. 45. Essa Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO BELTRAME

Pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

REQUERIMENTO DO BENEFICIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTENCIA SOCIAL - BPC E COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

CPF do Requerente:000.000.000-00 ◯ Pessoa com Deficiência ◯ Pessoa Idosa

Nome do Requerente:_______________________________________ **Data de Nasc:** __ /__/____

Nome Social:_______________________________________ **Sexo:**☐Masc. ☐Fem.

Estado Civil: ☐Solteiro ☐Casado ☐União Estável ☐ Divorciado ☐Separado de Fato ☐Viúvo

E-mail:_______________________________

Local de convívio: *(Preencher este campo somente quando o requerente se enquadrar em uma das situações abaixo)*

☐ Vive em situação de rua.

☐ Vive internado em instituição, abrigo, asilo ou hospital.

Nome da pessoa de contato/equipamento ou entidade:_______________________________

Endereço:_______________________ Cidade: _______________________UF: _______

COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

CPF:000.000.000-00 **Nome:**_______________________________________

Nome Social:_______________________________________

Parentesco: ☐Pai/Padrasto ☐Mãe/Madrasta ☐Cônjuge/Companheira

☐Filho(a) ou Enteado(a) Solteiro(a) ☐Irmão(ã) Solteiro(a) ☐Menor Tutelado

CPF:000.000.000-00 **Nome:**_______________________________________

Nome Social:_______________________________________

Parentesco: ☐Pai/Padrasto ☐Mãe/Madrasta ☐Cônjuge/Companheira

☐Filho(a) ou Enteado(a) Solteiro(a) ☐Irmão(ã) Solteiro(a) ☐Menor Tutelado

CPF:000.000.000-00 **Nome:**_______________________________________

Nome Social:_______________________________________

Parentesco: ☐Pai/Padrasto ☐Mãe/Madrasta ☐Cônjuge/Companheira

☐Filho(a) ou Enteado(a) Solteiro(a) ☐Irmão(ã) Solteiro(a) ☐Menor Tutelado

CPF:000.000.000-00 **Nome:**_______________________________________

Nome Social:_______________________________________

Parentesco: ☐Pai/Padrasto ☐Mãe/Madrasta ☐Cônjuge/Companheira

☐Filho(a) ou Enteado(a) Solteiro(a) ☐Irmão(ã) Solteiro(a) ☐Menor Tutelado

CPF:000.000.000-00 **Nome:**_______________________________________

Nome Social:_______________________________________

Parentesco: ☐Pai/Padrasto ☐Mãe/Madrasta ☐Cônjuge/Companheira

☐Filho(a) ou Enteado(a) Solteiro(a) ☐Irmão(ã) Solteiro(a) ☐Menor Tutelado

CPF:000.000.000-00 **Nome:**_______________________________________

Nome Social:_______________________________________

Parentesco: ☐Pai/Padrasto ☐Mãe/Madrasta ☐Cônjuge/Companheira

☐Filho(a) ou Enteado(a) Solteiro(a) ☐Irmão(ã) Solteiro(a) ☐Menor Tutelado

PREENCHER QUANDO O REQUERENTE FOR O REPRESENTANTE LEGAL:

Tipo de Representante:

☐Pai ☐Mãe ☐Curador(a) ☐Tutor(a) ☐Procurador(a) ☐Diretor(a) de Instituição ☐Administrador(a) Provisório(a) ☐Termo de Guarda

Nome:_______________________________________ **Data de Nasc.**__ /__ /____

CPF:__________________ **Email:**_______________________________ **Sexo:**☐Masc. ☐Fem.

Endereço:_______________________________________ **Telefone: (**___) ___________-____________

Bairro:______________________ **Município:**______________________ **UF:**_____**CEP:**__________________

☐ **Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas neste formulário são completas e verdadeiras e que as informações constantes do Cadastro Único estão atualizadas, estando ciente das penalidades previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal Brasileiro.**

☐ **Declaro que estou ciente de que devo atualizar as informações do Cadastro Único para fins de concessão e manutenção do BPC.**

☐ **Declaro que não recebo qualquer benefício municipal ou estadual no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, inclusive o seguro-desemprego, ressalvados os de assistência médica e a pensão especial de natureza indenizatória, nos termos do art. 9º, inciso III, do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.**

Local:_______________________________**Data:**__/__ /______. _______________________________________

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

ANEXO II

Formulário Único de Alteração da Situação do Benefício

1. DADOS DO REQUERENTE

Nome: _____

Nome Social: _____

CPF: _____._____._____-____ E - Mail: _____

Endereço: _____

Espécie do Benefício: _____ Número do Benefício (NB): _____

2. SOLICITAÇÃO

( ) Renúncia ao benefício espécie _____, NB _____ para receber o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC.

( ) Suspensão do benefício em caráter especial em decorrência do ingresso no mercado de trabalho a partir do dia _____/_____/_____.

( ) Cessação do benefício

( ) Cessação do benefício para acessar outro benefíci

( ) Reativação de benefício suspenso/cessado.*

( ) Pagamento de valores não recebidos.*

** Os campos marcados deverão vir acompanhados de justificativa*

3. JUSTIFICATIVA (PREENCHER APENAS SE FOR NECESSÁRIO)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Local: _____ Data: _____/_____/_____

_____

Assinatura

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

O CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - CNCD/LGBT no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010, e o CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, no uso da competência conferida pelo inciso II do art. 18 da Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e,

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 194 e 203, que apresentam, respectivamente, a seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, sendo esta última como política que será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica de Assistência Social dispõe sobre a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, enquanto Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, regida pelo princípio da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;

CONSIDERANDO os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a declaração da Conferência Mundial contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) e os Princípios de Yogyakarta (2006);

CONSIDERANDO que, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, aprovada por meio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 04, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS;

CONSIDERANDO o II Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026) "Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as", aprovado pela Resolução nº 07, de 18 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que apresenta as diversidades e especificidades de públicos e territórios, como o horizonte que se projeta para orientar a próxima década de atuação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

CONSIDERANDO as Conferências Nacionais LGBT e Conferências Nacionais de Assistência Social que interseccionam historicamente demandas da população LGBT à Política de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de mulheres transexuais/travestis e homens trans no âmbito da administração pública federal;

CONSIDERANDO a Identidade de Gênero como a dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento, como Homens Trans e as Mulheres Transexuais/Travestis;

CONSIDERANDO o Nome Social como à designação pela qual mulheres transexuais/travestis e homens trans se identificam e são socialmente reconhecidas/os;

CONSIDERANDO a orientação sexual como a maneira como uma pessoa sente atração e/ou se relaciona emocional, afetiva ou sexualmente com o outro, que a orientação sexual é para onde o nosso desejo está direcionado e que não é estática e pode se modificar ao longo da vida, e que a homossexualidade, a heterossexualidade e a bissexualidade são exemplos de orientação sexual;

CONSIDERANDO a LGBTfobia como a rejeição, o medo, o preconceito, a discriminação, a aversão ou o ódio, e a violência de conteúdo individual ou coletivo, contra lésbicas, gays, bissexuais, mulheres transexuais/travestis e homens trans. Atuando, ainda, como uma forma específica de sexismo, o comportamento LGBTfóbico, hostiliza e rejeita todas (os) aquelas (es) que não se conformam com o papel de gênero predeterminado socioculturalmente para o seu dito sexo biológico. Trata-se, portanto, de uma construção social que consiste numa permanente promoção de apenas uma forma de sexualidade (heterossexual) e de uma única forma de identidade de gênero (Cisgênero) em detrimento de outras formas de desejo, como o desejo homoafetivo e de outras construções identitárias de gênero;

CONSIDERANDO a importância da inclusão no Cadúnico dos campos específicos: nome social, orientação sexual e identidade de gênero, a fim de garantir o respeito às identidades, recomenda-se ao MDS a inclusão dos referidos campos., resolve:

Art. 1º A rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS deve atuar de forma articulada para a promoção de atendimento qualificado ampliando acesso aos serviços e programas socioassistenciais para a população LGBT.

Art. 2º A rede socioassistencial deverá garantir no âmbito de todos os níveis de proteção social o reconhecimento e a adoção do nome social mediante solicitação da/do interessada/o.

Art. 3º A garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis.

Art. 4º A rede socioassistencial deve garantir o uso de banheiros, vestiários, alojamentos e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada usuária/o.

Art. 5º A União, estados, municípios e o Distrito Federal deverão atuar com base nas seguintes diretrizes no âmbito do SUAS:

I - Reconhecimento das famílias compostas por membros e/ou responsáveis LGBT, sejam os laços formalizados ou não, no eixo da Matricialidade Sociofamiliar;

II - Prevenção e combate ao preconceito relacionado à identidade de gênero e à orientação sexual por meio da realização de atividades, campanhas e outras iniciativas de comunicação;

III - promoção de uma cultura de respeito e de não violência por meio de debates, oficinas e seminários que discutam as demandas da população LGBT;

IV - Qualificação do atendimento e do acompanhamento individual e familiar por meio do fortalecimento da capacitação dos profissionais que atuam no SUAS, na lógica da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS- PNEP/SUAS, para tratar da temática LGBT;

V - Realização de pesquisas e diagnósticos sobre o público LGBT;

VI - Adoção de formas de tratamento adequadas às identidades de gênero de mulheres transexuais/travestis e homens trans;

VII - observância das particularidades das identidades LGBT na elaboração de metodologias de atendimento e acompanhamento, instrumentos de registros e cadastros.

Art. 6º Deverão constar os campos de identificação para Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero nos instrumentos de registro de atendimento, como Prontuários, Cadastros e Planos de Atendimento.

Art. 7º A Vigilância Socioassistencial deverá coletar dados de atendimento e acompanhamento da população LGBT nos territórios garantindo a elaboração de pesquisas e diagnósticos socioassistenciais.

Art. 8º A Proteção Social Básica, por intermédio dos serviços e programas, deverá garantir a construção de estratégias, parcerias e metodologias voltadas à proteção social da população LGBT e que visem à prevenção das situações de vulnerabilidade, riscos e violações de direitos desta população.

Art. 9º A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade deverá garantir que seus serviços e programas possuam metodologia cultural e socialmente adequada às particularidades das identidades LGBT, garantindo às mulheres transexuais/travestis e homens trans a privacidade de sua identificação e trajetória respeitando e valorizando os diferentes modelos de famílias e de práticas sociais.

Art. 10 Os Serviços Socioassistenciais deverão dirigir especial atenção em relação as crianças e adolescentes LGBT, em particular para a trajetória de construção da identidade mulheres transexuais/travestis e homens trans, comumente cercada por incompreensões, falta de informação, violência e violação de direitos no seio intrafamiliar, que frequentemente ocasionam o rompimento de vínculos familiares e comunitários destas pessoas.

Art. 11 Esta Resolução deverá ser amplamente divulgada com o objetivo de garantir os direitos socioassistenciais da população LGBT.

Art. 12 Nota técnica conjunta do CNCD/LGBT e do CNAS esclarecerá os conceitos utilizados neste ato normativo.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NORMA SUELY DE SOUZA CARVALHO
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

WASHINGTON LUIZ SANTOS DO NASCIMENTO DIAS
Presidente do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 243, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria nº 710, de 30 de setembro de 2010, considerando os fundamentos constantes no Despacho nº 2390/2018/SNAS/DRSP/CGCEB, exarado nos autos do Processo nº 71000.021626/2018-35, resolve:

Art. 1º Anular a Portaria nº 218/2018, art. 2º, item 27 de 28/08/2018, publicada no D.O.U. dia 29/08/2018, Processo nº 71000.021626/2018-35, do PARQUE SOCIAL - EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CNPJ 13.962.154/0001-06, de Salvador/BA, em razão de publicação indevida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.202, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018 e 19/09/2018.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 242, de 02 de agosto de 2018, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2018 e 19/09/2018.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SILVA VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.009824/2018-62
Proponente: Associação Argos
Título: Esporte Cidadão
Registro: 02MG136132014
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 19.638.657/0001-07
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 263.052,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3858 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 32578-3
Período de Captação até: 19/09/2020
2 - Processo: 58000.010766/2016-58
Proponente: Associação de Pais e Amigos do Esporte Neotrentino
Título: Projeto Nova Trento Revelando Talentos no Voleibol Feminino Ano 3
Registro: 02SC023992008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.991.606/0001-97
Cidade: Nova Trento UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 388.214,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2356 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 21385-3
Período de Captação até: 05/09/2020
3 - Processo: 58000.009371/2018-74
Proponente: Associação Social, Esportiva, Cultural, Educacional, Saúde, Recreação e Lazer Live
Título: Pedalando Juntos
Registro: 02SP172522018
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.671.349/0001-55
Cidade: São Paulo UF: SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor autorizado para captação: R$ 2.995.730,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1202 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 74921-4
Período de Captação até: 20/11/2019
4 - Processo: 58000.009698/2018-46
Proponente: Associação Social, Esportiva, Cultural, Educacional, Saúde, Recreação e Lazer Live
Título: Junta e Vai
Registro: 02SP172522018
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 00.671.349/0001-55
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.647.229,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1202 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 74922-2
Período de Captação até: 29/11/2019
5 - Processo: 58000.007288/2018-61
Proponente: Associação Social e Esportiva SADA
Título: Formação de Atletas de Voleibol Ano IV
Registro: 02MG084772011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.596.224/0001-82
Cidade: Betim UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.521.816,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3308 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6822-5
Período de Captação até: 05/09/2020
6 - Processo: 58000.003696/2018-43
Proponente: Associação Icaro Marcolin
Título: Centro de Formação de Tenistas Ano 4
Registro: 02PR043202009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.022.133/0001-08
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 737.233,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3390 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 40474-8
Período de Captação até: 05/09/2020
7 - Processo: 58000.117858/2017-49
Proponente: Curitiba Rugby Clube
Título: Temporada 2017-2019- Versão 3
Registro: 02PR058102009
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 81.222.226/0001-39
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 947.772,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2920 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 33185-6
Período de Captação até: 05/09/2020
8 - Processo: 58000.116771/2017-54
Proponente: Federação Baiana de Judô
Título: Circuito Baiano de Judô 2018
Registro: 02BA006082007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.208.243/0001-24
Cidade: Salvador UF: BA
Valor autorizado para captação: R$ 209.717,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2798 DV:7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 42313-0
Período de Captação até: 05/09/2020
9 - Processo: 58000.004992/2018-61
Proponente: Instituto Iserbem
Título: UP Nigh Run I Ano III
Registro: 02SP158762016
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 21.851.518/0001-09
Cidade: Taubaté UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.809.126,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0574 DV: 6 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 62820-4
Período de Captação até: 24/04/2019
10 - Processo: 58000.009829/2018-95
Proponente: Instituto Tênis
Título: Massificação Instituto Tênis 2019
Registro: 02SC017032007
Manifestação Desportiva: Desporto de Educacional
CNPJ: 05.206.043/0001-41
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.777.215,38
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50267-7
Período de Captação até: 19/09/2020
11 - Processo: 58000.007738/2018-15
Proponente: Instituto Tênis
Título: Ano VIII - Equipe de Treinamento do Instituto Tênis
Registro: 02SC017032007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.206.043/0001-41
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 5.469.009,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18004-1
Período de Captação até: 19/09/2020
12 - Processo: 58000.002385/2018-67
Proponente: Instituto Tênis
Título: Etapas de Transição dos Atletas do Instituto Tênis
Registro: 02SC017032007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.206.043/0001-41
Cidade: Barueri UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.818.485,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1896 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 18003-3
Período de Captação até: 19/09/2020
13 - Processo: 58000.005130/2018-56
Proponente: Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico de Serra
Título: Estação Conhecimento Serra III
Registro: 02ES076362010
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 11.121.615/0001-92
Cidade: Serra UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 3.509.917,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1400 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 52396-8
Período de Captação até: 05/09/2020
ANEXO II
1 - Processo: 58701.002097/2015-62
Proponente: Associação Integrada de Integrada de Deficientes e Amigos
Título: Projeto Tênis Futuro
Valor autorizado para captação: R$ 58.957,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3136 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada)Vinculada nº 29686-4
Período de Captação até: 15/09/2019
2 - Processo: 58000.117000/2017-84
Proponente: Confederação Brasileira de Esportes Radicais
Título: Passeio Ciclístico II
Valor autorizado para captação: R$ 804.798,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6811 DV: X Conta Corrente (Bloqueada)Vinculada nº 9332-7
Período de Captação até: 18/08/2019
3 - Processo: 58000.115111/2017-56
Proponente: Instituto Cidadania Através do Esporte
Título: Circuito Tênis Para Todos 2018
Valor autorizado para captação: R$ 798.031,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2807 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49883-1
Período de Captação até: 18/08/2019
4 - Processo: 58000.006661/2016-02
Proponente: Clube Comercial Encantado
Título: Clube Comercial Futebol Society
Valor autorizado para captação: R$ 624.047,88
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0423 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26286-2
Período de Captação até: 31/12/2019

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2018, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 75. .....

§1 º Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2, de 2008, todos os contratos decorrentes dos procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma.

§2º Incluem-se na previsão do §1º deste artigo, as respectivas renovações ou prorrogações de vigência desses contratos, ainda que venham a ocorrer já na vigência desta Instrução Normativa" (NR)

"ANEXO VII-B

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

.....

1.7.....

a).....

4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;

....." (NR)

"ANEXO VII-D

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

.....

1. MÓDULOS

.....

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

.....

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

.....

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

.....

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

.....

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

.....

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	
Total		

.....

6. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

.....

ESQUADRIA EXTERNA (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa - alíneas "b" e "c" do subitem 3.3. do Anexo VI-B; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada).

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(3) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(4) (1x2x3) Ki***	(5) PREÇO HOMEM-MÊS (R$)	(4x5) SUB-TOTAL (R$/M²)
ENCARREGADO	____1____ 30** x P*	16***	__1__ 188,76	(1)x(2)x(3)		
SERVENTE	__1__ P*	16***	__1__ 188,76	(1)x(2)x(3)		
TOTAL						

P = produtividade de referência do trabalhador prevista no subitem 3.

FACHADA ENVIDRAÇADA - FACE EXTERNA

MÃODE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) FREQÜÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(3) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(4) (1x2x3) Ki***	(5) PREÇO HOMEM-MÊS (R$)	(4x5) SUB-TOTAL (R$/M²)
ENCARREGADO	___1___ 4** x P*	8***	___1___ 1.132,6	(1)x(2)x(3)		
SERVENTE	__1__ P*	8***	___1___ 1.132,6	(1)x(2)x(3)		
TOTAL						

P = produtividade de referência do trabalhador prevista no subitem 3.4." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017:

I - Nota 2 do Módulo 1 do Anexo VII-D;

II - Nota 2 do Módulo 4 do Anexo VII-D;

III - Nota do Submódulo 4.1 do Anexo VII-D; e

IV - Nota do Submódulo 4.2 do Anexo VII-D.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180 24000 1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2018, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 75. .....

§1 º Permanecem regidos pela Instrução Normativa nº 2, de 2008, todos os contratos decorrentes dos procedimentos administrativos autuados ou registrados até a data de entrada em vigor desta norma.

§2º Incluem-se na previsão do §1º deste artigo, as respectivas renovações ou prorrogações de vigência desses contratos, ainda que venham a ocorrer já na vigência desta Instrução Normativa" (NR)

"ANEXO VII-B

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

.....

1.7.....

a).....

4. Submódulo 4.2: Substituto na Intrajornada;

....." (NR)

"ANEXO VII-D

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

.....

1. MÓDULOS

.....

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

.....

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

.....

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

.....

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

.....

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

.....

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	Valor (R$)
A	Aviso Prévio Indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso Prévio Trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	
Total		

.....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

.....

ESQUADRIA EXTERNA (Fórmulas exemplificativas de cálculo para área externa - alíneas "b" e "c" do subitem 3.3. do Anexo VI-B; para as demais alíneas, deverão ser incluídos novos campos na planilha com a metragem adequada).

MÃO DE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) FREQUÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(3) JORNADA DE TRABALHO NO MÊS (HORAS)	(4) (1x2x3) Ki***	(5) PREÇO HOMEM-MÊS (R$)	(4x5) SUB-TOTAL (R$/M²)
ENCARREGADO	____1____ 30** x P*	16***	__1__ 188,76	(1)x(2)x(3)		
SERVENTE	__1__ P*	16***	__1__ 188,76	(1)x(2)x(3)		
TOTAL						

P = produtividade de referência do trabalhador prevista no subitem 3.

FACHADA ENVIDRAÇADA - FACE EXTERNA

MÃODE OBRA	(1) PRODUTIVIDADE (1/M²)	(2) FREQÜÊNCIA NO MÊS (HORAS)	(3) JORNADA DE TRABALHO NO SEMESTRE (HORAS)	(4) (1x2x3) Ki***	(5) PREÇO HOMEM-MÊS (R$)	(4x5) SUB-TOTAL (R$/M²)
ENCARREGADO	___1___ 4** x P*	8***	___1___ 1.132,6	(1)x(2)x(3)		
SERVENTE	__1__ P*	8***	___1___ 1.132,6	(1)x(2)x(3)		
TOTAL						

P = produtividade de referência do trabalhador prevista no subitem 3.4." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017:

I - Nota 2 do Módulo 1 do Anexo VII-D;

II - Nota 2 do Módulo 4 do Anexo VII-D;

III - Nota do Submódulo 4.1 do Anexo VII-D; e

IV - Nota do Submódulo 4.2 do Anexo VII-D.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS

PORTARIA Nº 9.488, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Disciplina o afastamento de servidores da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG para participar em programas de pós-graduação, no País ou no exterior

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, e considerando o disposto no art. 13, V, "a", do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, no art. 13 do Decreto nº 5.176, de 10 de agosto de 2004, nos artigos 3º, I, e 4º, VI, da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, nos artigos 95 e 96-A, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, resolve:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O afastamento de servidores da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG, com a respectiva remuneração, para participar em programas presenciais de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior, poderá ocorrer nas seguintes modalidades:

I - afastamento para Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD, decorrente de processo seletivo, no caso de programa de pós-graduação com duração superior a 12 (doze) meses, e duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses;

II - afastamento para Programa de Capacitação de Média Duração - PCMD, no caso de programa de pós-graduação com duração superior a 3 (três) meses, e duração máxima de até 12 (doze) meses;

III - afastamento parcial, no caso de programa de pós-graduação no País, quando não puder ser feita a compensação de horas no período da jornada semanal regular do servidor, ou quando não houver possibilidade de afastamento integral, em razão das necessidades do trabalho.

§ 1º São consideradas atividades acadêmicas integrantes de programa de pós-graduação stricto sensu no País ou equivalente no exterior: cursos, disciplinas, pesquisas, intercâmbios, estágios acadêmicos e redação de trabalho final, dissertação ou tese, que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 2º As atividades acadêmicas relacionadas no § 1º deverão estar formalmente previstas no projeto pedagógico do curso, como requisito para obtenção da respectiva certificação ou titulação.

§ 3º Não serão aceitas solicitações de afastamentos quando seu objeto for, exclusivamente, a redação de trabalho final, dissertação ou tese.

Art. 2º Observado o disposto no art. 1º, poderá pleitear afastamento para participar de qualquer uma das modalidades de afastamento para programas de pós-graduação stricto sensu, no País ou equivalente no exterior, o servidor que:

I - tenha cumprido o período mínimo de efetivo exercício na carreira, de 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado e pós-doutorado, incluindo-se o período de estágio probatório, e que não tenha se afastado por licença para tratar de interesses particulares, para gozo de licença capacitação ou para participar das modalidades previstas nos incisos I e II do art. 1º desta Portaria, nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação do afastamento para mestrado e doutorado, e 4 (quatro) anos para pós-doutorado;

II - não estiver suspenso de suas funções por força de medida disciplinar.

Parágrafo único. A vedação quanto ao gozo de licença capacitação prevista no inciso I do caput não se aplica aos pleitos de afastamento para pós-doutorado, nos termos do § 3º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º O afastamento dar-se-á pelos prazos máximos a seguir, vedada a prorrogação:

I - até seis meses, no caso de estágios acadêmicos;

II - até doze meses, no caso de pós-doutorado;

III - até vinte e quatro meses, no caso de mestrado;

IV - até quarenta e oito meses, no caso de doutorado.

Parágrafo único. Nos casos de afastamentos concedidos para prazos inferiores aos estabelecidos nos incisos deste artigo poderá ser concedida prorrogação de prazo, desde que a solicitação com a devida justificativa seja efetuada no prazo de até sessenta dias antes do término da concessão inicial, juntamente com documento fornecido pela instituição de ensino onde se realizam as atividades acadêmicas do programa, comprovando a necessidade do pleito, observados os prazos máximos fixados.

Art. 4º O afastamento somente será concedido:

I - para a participação em programas de pós-graduação no exterior cuja qualidade seja atestada por meio de classificações internacionais ou conceitos divulgados por publicações especializadas; e

II - para participação em programas de pós-graduação stricto sensu no País que tenham obtido, na última avaliação, pelo menos o conceito 4 (quatro) na escala de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

§ 1º Para fins de verificação das informações relativas aos programas referidos no inciso I, o Órgão Supervisor da Carreira poderá consultar a CAPES.

§ 2º Não serão considerados programas de pós-graduação stricto sensu no País que estejam em fase de instrução de seus processos de reconhecimento junto ao Conselho Nacional de Educação - CNE, mesmo que suas propostas já tenham sido aprovadas pela CAPES.

Art. 5º A solicitação para participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, em qualquer uma das modalidades de afastamento, deverá conter os seguintes documentos:

I - requerimento específico, conforme modelo disponibilizado pela Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais, contendo:

a.informações funcionais;

b.dados do programa para o qual solicita o afastamento;

II - exposição de motivos, com até 3 (três) páginas, demonstrando:

a) a compatibilidade do programa de pós-graduação e, quando for o caso, das atividades de pesquisa a serem desenvolvidas, com as atribuições da carreira de EPPGG e com as áreas de interesse definidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, bem como análise da relevância do tema para a sua atuação profissional; e

b) a razão pela qual a participação em programa de pós-graduação stricto sensu não pode ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

III - anuência do Secretário-Executivo do órgão em que o servidor estiver em exercício, ou da autoridade máxima da entidade, incluindo-se as Agências Reguladoras, ou autoridade a quem tenha sido delegada competência;

IV - anteprojeto de trabalho final, dissertação ou tese a ser desenvolvido, com até 15 (quinze) páginas, de acordo com os itens 4.2 e 5 da NBR 14724, contendo:

a) título;

b) sumário;

c) introdução;

d) objetivos (geral e específicos);

e) justificativa;

f) referencial teórico;

g) metodologia;

h) cronograma das atividades previstas, abrangendo o período para conclusão dos créditos ou disciplinas e para a elaboração e defesa de trabalho final, dissertação ou tese, bem como demonstração da compatibilidade do cronograma com o período de afastamento; e

i) referências bibliográficas.

V - conceito do programa pretendido de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no caso de programa no País, e classificação ou conceito internacionalmente aceito, no caso de programa no exterior;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - termo de compromisso e responsabilidade, conforme modelo definido pelo Órgão Supervisor da Carreira, devidamente preenchido e assinado;

VII - currículo atualizado (versão pdf do SIGEPE Banco de Talentos); e

VIII - extratos do SIAPE/SIGEPE, contendo informações sobre afastamentos e licenças usufruídas até o momento.

§ 1º No caso de servidores em exercício no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, é dispensada a anuência prévia do Secretário-Executivo nos afastamentos para PCLD e PCMD, prevista no inciso III do caput, sendo a mesma substituída pela anuência do Secretário titular da unidade.

§ 2º Caso o Órgão Supervisor identifique, a qualquer tempo, o usufruto de licenças e afastamentos que não constem dos documentos exigidos nos incisos I e VIII, e que influenciem no cômputo da nota relativa à sua avaliação, o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo em curso.

§ 3º É obrigatória a apresentação de projeto de pesquisa e do respectivo trabalho final, dissertação ou tese, mesmo nos casos em que a instituição de ensino não faça essa exigência.

Art. 6º São deveres do servidor autorizado a se afastar:

I - dedicar-se exclusivamente ao programa e às atividades acadêmicas previstas em seu âmbito, ficando vedado seu envolvimento em quaisquer outras atividades, salvo na hipótese de acumulação lícita de cargos;

II - apresentar ao Órgão Supervisor da Carreira, no prazo de até sessenta dias após o fim do prazo do afastamento, os seguintes documentos:

a) histórico escolar ou documentação equivalente;

b) diploma, certificado de conclusão de curso ou documento equivalente; e

c) arquivo eletrônico em formato não editável de resumo executivo e do trabalho final, dissertação, tese ou equivalente, conforme o caso.

III - participar de atividades de disseminação dos conhecimentos adquiridos no programa promovidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP ou pelo órgão ou entidade de exercício;

IV - cumprir outras obrigações estabelecidas pelo Órgão Supervisor da Carreira, relativas ao acompanhamento durante o afastamento e à disseminação de conhecimentos adquiridos no curso; e

V - permanecer no exercício de suas funções após o retorno por período, no mínimo, igual ao do afastamento.

Art. 7º Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência após a conclusão do programa, previsto no § 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ressarcir ao erário os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor da remuneração percebida durante o período de afastamento, proporcionalmente ao tempo que reste para completar o referido período, conforme definido nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 8º O servidor perderá o direito de participar de programas de pós-graduação, no País ou no exterior, pelo prazo de trinta e seis meses, e terá que ressarcir ao erário, conforme prescrito nos arts. 46 e 47 da Lei nº 8.112, de 1990, os eventuais gastos com seu aperfeiçoamento e o valor equivalente à remuneração percebida durante o período em que esteve afastado nos seguintes casos:

I - desistência injustificada após o início do programa; e

II - não obtenção do título ou grau que justificou seu afastamento, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito.

§ 1º No caso de abandono ou desligamento do programa, sem imediata comunicação ao Órgão Supervisor da Carreira, deverá ser instaurado processo administrativo disciplinar, sem prejuízo das demais sanções previstas nesta Portaria.

§ 2º O servidor estará isento do ressarcimento e das sanções previstas quando interromper sua participação no programa em virtude de licença por doença própria, do cônjuge ou de parente de primeiro grau, devidamente comprovada por laudo pericial médico e homologada pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 9º O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP não arcará com o pagamento de qualquer custo eventualmente incorrido pelo servidor para participar de programa de pós-graduação, no País ou no exterior, objeto do afastamento concedido.

DAS MODALIDADES

AFASTAMENTO PARA PCLD

Art. 10. Considera-se PCLD o afastamento para participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, com duração superior a 12 (doze) meses, e duração máxima de até 48 (quarenta e oito) meses, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

Art. 11. O quantitativo máximo de autorizações de afastamento nesta modalidade observará o percentual de até 4% (quatro por cento) do total de servidores em efetivo exercício na carreira.

§ 1º Do resultado encontrado subtrair-se-á o quantitativo de servidores já afastados para participação em PCLD.

§ 2º O Órgão Supervisor da Carreira estabelecerá e divulgará, anualmente, os prazos para inscrição nos processos seletivos em cada semestre, os quantitativos de vagas autorizados, as áreas de interesse e os critérios de seleção e classificação a serem observados para análise dos pleitos, observado o limite estabelecido neste artigo.

§ 3º A cada semestre, observados os quantitativos máximos estabelecidos neste artigo, poderá ocorrer o remanejamento das vagas remanescentes, inclusive para o semestre seguinte, a critério do Órgão Supervisor da Carreira, ou após análise de proposta apresentada pelo Comitê Consultivo.

Art. 12. O processo seletivo para o Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD será organizado em três fases:

I - habilitação: de caráter eliminatório, terá por finalidade verificar o cumprimento dos requisitos para participação no certame;

II - classificação: de caráter eliminatório e classificatório, corresponde à avaliação dos projetos de pesquisa habilitados;

III - solicitação de afastamento dos candidatos classificados dentro do número de vagas.

Art. 13. O Órgão Supervisor da Carreira verificará o cumprimento dos requisitos para participação no certame nos termos dos artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 8º e 23 e divulgará a lista preliminar de candidatos habilitados e inabilitados em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento das inscrições.

Art. 14. Caberá recurso da etapa de habilitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação da lista preliminar.

Parágrafo Único. Somente serão consideradas as informações e os documentos apresentados no ato de inscrição, não sendo aceita documentação complementar nem retificação da documentação já apresentada.

Art. 15. O Órgão Supervisor divulgará em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do prazo dos recursos, a lista definitiva de candidatos habilitados e encaminhará os projetos de pesquisa correspondentes, de forma não identificada nominalmente, para análise pelo Comitê Consultivo da Carreira de EPPGG.

Parágrafo Único. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão poderá firmar Termo de Cooperação com a CAPES ou com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq para análise da qualidade dos projetos de pesquisa apresentados.

Art. 16. O Comitê Consultivo da Carreira de EPPGG apresentará ao Órgão Supervisor da Carreira, em até vinte dias a partir da data de recebimento dos processos, as fichas de análise de cada membro do Comitê, síntese dos argumentos e debates que embasaram suas decisões e proposta de classificação dos candidatos.

§ 1º A consolidação da análise dos projetos de pesquisa pelo Comitê Consultivo será realizada em reunião, preferencialmente, presencial, com a devida formalização dos encaminhamentos propostos pelo colegiado, em ata ou documento similar, em que haja o registro das manifestações dos seus membros, inclusive com a informação constante de documentos e ou mensagens eventualmente enviadas por meio digital.

§ 2º O Comitê Consultivo observará, no que for cabível, as disposições contidas na Portaria SEGES nº 2.074, de 9 de março de 2018, relativamente às suas competências e forma de atuação.

Art. 17. O Órgão Supervisor da Carreira divulgará a classificação preliminar no processo seletivo aos interessados, por meio de sua página na rede mundial de computadores, de forma não identificada nominalmente, e do envio do espelho de desempenho individual por correio eletrônico, até 3 (três) dias úteis após a manifestação do Comitê Consultivo da Carreira.

Art. 18. Os candidatos terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da divulgação da classificação preliminar no processo seletivo.

Art. 19. O recurso administrativo deverá ser decidido pelo Órgão Supervisor da Carreira, ouvido o Comitê Consultivo, em até 15 (quinze) dias a partir do fim do prazo para interposição de recursos.

Art. 20. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Art. 21. Os recursos deverão ser interpostos exclusivamente por meio do sistema eletrônico de peticionamento, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até as 23 horas e 59 minutos do prazo especificado.

Art.22. Caberá ao Órgão Supervisor da Carreira homologar e divulgar o resultado final do processo seletivo que definirá os servidores classificados que poderão solicitar o afastamento.

§ 1º A classificação final dos candidatos será divulgada aos interessados, por meio de publicação na página do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na rede mundial de computadores, de forma identificada nominalmente, contendo a pontuação final de cada candidato e a indicação daqueles selecionados no quantitativo de vagas de cada certame, e do envio do espelho de desempenho individual por correio eletrônico.

§ 2º Para publicação da portaria de afastamento do servidor, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, poderá exigir, oportunamente, a apresentação da seguinte documentação complementar:

a) Formulário de Pedido de Afastamento do País, conforme modelo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MP, para aqueles que participarão de programa no exterior;

b) Comprovante de aprovação em processo seletivo, comprovante de matrícula ou documento análogo fornecido pela instituição de ensino;

c) Agenda/Cronograma detalhado do programa, especificando dia/mês/ano do início e do término das atividades a serem desempenhadas, atendendo ao disposto na Norma Operacional DIRAD/MP nº 02/2016;

d) Conteúdo programático, com indicação de carga horária ou de créditos a serem realizados;

e) Bilhetes aéreos ou pesquisa de intenção de voo, juntamente com descritivo que demonstre a viabilidade das datas escolhidas para início e término do afastamento; e

f) Comprovante de homologação de férias - apenas para os casos em que o servidor tenha, por motivos particulares, optado por programar férias para se deslocar para a cidade de destino antes da data de início do curso.

§ 3º A documentação acima deverá ser anexada ao processo, até 31 de janeiro de cada ano, para os pleitos de afastamento com início no primeiro semestre, e até 31 de julho, para os pleitos de afastamento com início no segundo semestre.

§ 4º O servidor classificado no processo seletivo que não apresentar a documentação prevista no § 2º até a data estabelecida no § 3º será desclassificado e o Órgão Supervisor da Carreira convocará os próximos candidatos classificados, seguindo a ordem de classificação, até o limite de vagas.

Art. 23. A desistência de participação no PCLD após os prazos determinados no § 3º do art. 22 ensejará a perda do direito de participar do PCLD pelo período de vinte e quatro meses, excetuando-se a hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 24. Em situação excepcional, caso o servidor, durante o período de afastamento autorizado para o PCLD, necessite alterar o tema de seu trabalho final, dissertação ou tese, desde que obedecidos os critérios estabelecidos para o processo seletivo do qual participou, deverá informar o novo tema ao Órgão Supervisor da Carreira, justificando a necessidade da mudança, para fins de registro e controle.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também para os casos de alteração da instituição de ensino, observados todos os requisitos previstos nesta Portaria.

Art. 25. A autorização de afastamento para PCLD será concedida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e implicará a alteração de exercício do servidor para o Órgão Supervisor da Carreira.

Parágrafo único. O servidor deverá retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se ao Órgão Supervisor da Carreira para redefinição de exercício, que ocorrerá, preferencialmente, no órgão ou entidade em que se encontrava à época do afastamento, exceto em caso de manifestação formal da instituição quanto à liberação do servidor.

AFASTAMENTO PARA PCMD

Art. 26. Considera-se afastamento para Programa de Capacitação de Média Duração - PCMD aquele destinado a participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu, no País ou no exterior, com duração superior a 3 (três) meses, e duração máxima de até 12 (doze) meses, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 1º Respeitado o previsto no caput, o afastamento para PCMD será autorizado pelo Órgão Supervisor da Carreira e concedido pelo órgão ou entidade de exercício do servidor, e não estará sujeita aos limites de vagas e ao processo seletivo estabelecidos para a modalidade PCLD.

§ 2º O órgão ou entidade de exercício do servidor da carreira de EPPGG deverá:

I - verificar a adequada instrução do processo nos termos do art. 5º desta Portaria;

II - analisar e referendar a compatibilidade do projeto de pesquisa proposto com seu plano anual de capacitação;

III - solicitar ao Órgão Supervisor da Carreira a análise e autorização do afastamento com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao início das atividades acadêmicas do programa;

IV - publicar ato autorizativo concedendo o afastamento ao servidor, após aprovação da solicitação de afastamento pelo Órgão Supervisor;

V - apresentar ao Órgão Supervisor da Carreira cópia do ato autorizativo referente ao afastamento, no prazo de quinze dias contados da publicação, para fins de ciência e registro nos assentamentos funcionais do servidor.

VI - comprovar a conclusão dos estudos e impor eventuais sanções em casos de descumprimento de obrigações assumidas pelo servidor no contexto do afastamento.

§ 3º Para análise e aprovação da solicitação de afastamento do servidor, pelo Órgão Supervisor, faz-se necessária a apresentação da seguinte documentação complementar:

a) formulário de pedido de afastamento do país, conforme modelo disponível no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/MP, para aqueles que participarão de programa no exterior;

b) comprovante de aprovação em processo seletivo, comprovante de matrícula ou documento análogo fornecido pela instituição de ensino;

c) cronograma detalhado do programa, especificando dia, mês e ano do início e do término das atividades a serem desempenhadas, atendendo ao disposto na Norma Operacional DIRAD/MP nº 02/2016;

d) conteúdo programático, com indicação de carga horária ou de créditos a serem realizados;

e) bilhetes aéreos ou pesquisa de intenção de voo, juntamente com descritivo que demonstre a viabilidade das datas escolhidas para início e término do afastamento; e

f) Comprovante de homologação de férias - apenas para os casos em que o servidor tenha, por motivos particulares, optado por programar férias para se deslocar para a cidade de destino antes da data de início do curso.

§ 4º O afastamento para PCMD não implicará alteração de exercício, devendo o servidor retornar às atividades no primeiro dia útil após o término do prazo, apresentando-se ao órgão ou entidade em que se encontrava em exercício antes do afastamento.

§ 5º Nos casos em que o EPPGG encontrar-se cedido a órgão ou entidade para ocupar cargo comissionado equivalente ou superior a DAS-4, o processo de afastamento deverá seguir todos os trâmites

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

estabelecidos neste artigo, sendo obrigatória a apresentação do servidor, pelo órgão cessionário, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na data do início do afastamento, ficando o servidor obrigado a retornar às suas atividades, no Órgão Supervisor, no primeiro dia útil após o término do prazo de afastamento concedido.

§ 6º Na hipótese de eventual alteração dos termos do afastamento, deverão ser adotados pelo servidor os mesmos procedimentos da solicitação inicial, sendo necessário nova autorização do Órgão Supervisor da Carreira, nos termos do § 2º deste artigo.

AFASTAMENTO PARCIAL

Art. 27. Considera-se afastamento parcial aquele destinado a participar de programa presencial de pós-graduação stricto sensu no País, no interesse da Administração e quando não puder ser feita a compensação de horas no período da jornada semanal regular do servidor, ou quando não houver possibilidade de afastamento integral, em razão das necessidades do trabalho.

§ 1º Respeitado o previsto no caput, o órgão ou entidade em que o servidor da carreira de EPPGG se encontra em exercício poderá conceder o afastamento parcial, observando os seguintes requisitos:

I - adequada instrução do processo nos termos do art. 5º desta Portaria e análise da compatibilidade do projeto de pesquisa proposto com seu plano anual de capacitação;

II - atendimento aos requisitos do art. 96-A, da Lei nº 8.112, de 1990, especialmente aqueles que tratam da permanência no cargo para a concessão de cada nível de pós-graduação e de permanência no exercício integral das atribuições do cargo após a cessação do afastamento parcial;

III - observância das determinações do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;

IV - avaliação, segundo cada caso concreto, da comprovação material de impossibilidade de compensação da jornada, a fim de determinar o número de horas a serem reduzidas, desde que se permita a continuidade da realização das atribuições de responsabilidade do servidor, mesmo com a redução da jornada;

V - modificação do fundamento legal, do art. 96-A para o art. 98, da Lei nº 8.112, de 1990, sempre que se avaliar que há possibilidade de compensação, no decorrer da realização do programa;

VI - impossibilidade de concessão do afastamento parcial a detentor de cargo em comissão ou função comissionada, haja vista a necessidade de dedicação integral às atribuições do cargo; e

VII - comprovação da conclusão dos estudos e imposição de eventuais sanções em casos de descumprimento de obrigações assumidas pelo servidor no contexto do afastamento.

§ 2º O servidor poderá se ausentar do trabalho por até 12 (doze) horas semanais, sem a necessidade de compensação de horário, por um período máximo de vinte e quatro meses para mestrado, quarenta e oito meses para doutorado e doze meses para pós-doutorado.

§ 3º Durante o período de afastamento parcial, o servidor permanecerá em exercício no órgão ou entidade ao qual solicitou a autorização.

§ 4º O órgão ou entidade deverá apresentar cópia do ato autorizativo referente ao afastamento parcial ao Órgão Supervisor da Carreira no prazo de quinze dias contados da publicação para fins de ciência e registro nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 5º Considera-se como afastamento, para fins de contagem dos prazos especificados no art. 3º, o período total pleiteado, vedada a dedução dos dias trabalhados.

§ 6º Na hipótese de eventual alteração dos termos do afastamento, deverão ser adotados pelo servidor os mesmos procedimentos da solicitação inicial, sendo necessário novo ato autorizativo, nos termos do § 1º deste artigo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. O Órgão Supervisor da Carreira divulgará na sua página na rede mundial de computadores, a relação dos servidores afastados e que retornaram de afastamento para PCLD e PCMD, incluindo as datas de início e fim, previsto e real, do afastamento, a instituição de ensino, o tema do projeto e o título do trabalho final, dissertação ou tese, além do link para repositório dos mesmos.

Art. 29. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Supervisor da Carreira.

Art. 30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Fica revogada a Portaria SEGES nº 2.299, de 8 de março de 2018.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES

PORTARIA Nº 9.489, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A SECRETÁRIA-ADJUNTA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEGES nº 2.091, de 1º de março de 2018, e considerando o disposto no art. art.13, V, "a", do Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e no art. 11, § 2º, da Portaria SEGES nº 9.488, 21 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo de 10 (dez) vagas destinadas ao Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) dos servidores da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental referente ao ano de 2019, sendo as mesmas distribuídas da seguinte forma:

I - para a modalidade de Mestrado, fica fixado o número de 3 (três) vagas para o primeiro semestre e 3 (três) vagas para o segundo semestre; e

II - para a modalidade de Doutorado, fica fixado o número de 2 (duas) vagas para o primeiro semestre e 2 (duas) vagas para o segundo semestre.

Art. 2º Para efeito de análise dos pleitos de afastamento serão consideradas áreas de interesse temas relacionados ao ciclo de políticas públicas e à gestão governamental na Administração Pública Federal.

Art. 3º Os Projetos de Pesquisa receberão pontuação 10 (dez) no critério A2, conforme os critérios de seleção e classificação definidos no Anexo a esta Portaria, quando se enquadrarem nas seguintes áreas de interesse prioritárias:

I - governança e novos arranjos organizacionais na Administração Pública;

II - desburocratização, inovação e transformação digital na gestão pública;

III - avaliação da gestão e das políticas públicas;

IV - melhoria da qualidade do gasto;

V - novas estratégias de gestão de pessoas para uma administração pública de alto desempenho;

VI -inovação no modelo de contratação da administração pública;

VII - impactos de mudanças demográficas e diversidade populacional sobre políticas públicas;

VII - economia do setor público: atração de investimentos e modelos alternativos de implementação e financiamento de serviços públicos;

IX - estratégias para diversidade na ocupação de cargos na alta administração;

X - capacidades estatais dos entes federados e seu impacto na implementação de políticas públicas federais;

XI - desenvolvimento econômico e desigualdade;

XII - políticas para minorias.

§1º Os projetos que não se enquadrarem nas áreas prioritárias receberão, no máximo, pontuação 7 (sete) no quesito A2.

§2º Caberá ao Comitê Consultivo da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental analisar a oportunidade e a conveniência para a Administração Pública Federal dos projetos de pesquisa apresentados pelos candidatos, avaliando o objeto a ser investigado, as competências a serem desenvolvidas e o potencial de aplicabilidade do estudo.

Art. 4º O interessado deve solicitar a inscrição em processo seletivo para afastamento para PCLD junto ao Órgão Supervisor da Carreira nos seguintes prazos:

I - até 7 de outubro de 2018, para curso com início no primeiro semestre de 2019; e

II - até 24 de março de 2019, para curso com início no segundo semestre de 2019.

§ 1º A documentação de que trata o art. 5º da Portaria SEGES nº 9.488, de 21 de setembro de 2018, deverá ser encaminhada utilizando-se o sistema eletrônico de peticionamento, disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, mediante requerimento específico, até as 23 horas e 59 minutos da data especificada no caput.

§ 2º O servidor deverá anexar todos os documentos previstos no art. 5º da Portaria SEGES nº 9.488, de 2018, em formato digitalizado ".pdf", atendendo aos requisitos exigidos pelo sistema eletrônico.

§ 3º As solicitações de inscrição no processo seletivo para afastamento PCLD relativas ao primeiro semestre de 2019 recebidas até a data de publicação desta Portaria somente serão consideradas se os documentos apresentados atenderem aos requisitos previstos na Portaria SEGES nº 9.488, de 2018.

Art. 5º Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 70% dos pontos possíveis no bloco referente ao "Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos" serão automaticamente desclassificados.

Art. 6º Os critérios a serem analisados no processo seletivo encontram-se no Anexo a esta Portaria.

Art. 7º As análises dos projetos de pesquisa, bem como os processos seletivos serão distintos para cada uma das modalidades, de Mestrado e de Doutorado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE RIBEIRO DANTAS DE TEIXEIRA SOARES

ANEXO

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO APLICADOS AO PROCESSO SELETIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE EPPGG EM PCLD

Os candidatos a participar do Programa de Capacitação de Longa Duração (PCLD) serão classificados em uma escala de 0 a 100 pontos divididos em dois blocos, referentes à trajetória profissional e ao projeto de pesquisa, de acordo com a equação abaixo:

PF = ((TPx0,3) + (PPx0,7))

Onde:

PF = Pontuação Final

TP = Trajetória Profissional, em uma escala de 0 a 100 pontos

PP = Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos, em uma escala de 0 a 100 pontos

Bloco 1: Trajetória profissional

TP = (5 x (TE / (1 + TA)))

Onde:

TP = Trajetória Profissional, em uma escala de 0 a 100 pontos;

TE = tempo de efetivo exercício na carreira (em anos e meses, com máximo = 20 anos);

TA = tempo de afastamentos anteriores da carreira para pós-graduação (em anos e meses);

e TP é menor ou igual a 100.

Bloco 2: Projeto de Pesquisa e Exposição de Motivos

PP = Média de (A + (2,0xB) + (0,9xC) + (1,5 x D)+ (0,8 x E))

Média aritmética da pontuação total atribuída por cada integrante do Comitê aos quatro quesitos de análise, onde:

A = Tema e problema de pesquisa: três critérios pontuados numa escala de 0 a 10, cada um, com peso 1,0;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

B = Objetivos: um critério pontuado numa escala de 0 a 10 com peso 2,0;
C = Geração de valor público, aplicabilidade e reprodutibilidade: três critérios pontuados numa escala de 0 a 10 com peso 0,9; e
D = Competências a serem desenvolvidas: um critério pontuado numa escala de 0 a 10, com peso 1,5;
E= Coerência interna do projeto e metodologia: um critério pontuado numa escala de 0 a 10, com peso 0,8;
e PP é menor ou igual a 100.
CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA ÚLTIMA VAGA
1º - não ter se afastado anteriormente para PCLD; e
2º - maior pontuação na avaliação do projeto de pesquisa.
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA
Pontue de 0 a 10, na ficha de análise, ao lado de cada critério, a fim de indicar o resultado da análise do projeto e da exposição de motivos, de acordo com a seguinte escala:
0 - Não atende minimamente ao esperado.
10 - Atende plenamente ao esperado.

QUESITO	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	Justifique, se pontuação for ≤ 5	TOTAL
A. Tema e Problema de Pesquisa - até 30 pontos.	A1. Quão claras estão as proposições do tema e do problema a ser pesquisado? (peso 1,0)			
	A2. O tema proposto se enquadra nas áreas de interesse estabelecidas nesta Portaria? (peso 1,0)			
	A3. Quão relevante é o problema de pesquisa proposto para a administração pública federal? (peso 1,0)			
B. Objetivos - até 20 pontos.	B1. Quão factíveis e coerentes com o tema e o problema de pesquisa são os objetivos? (peso 2,0)			
C. Geração de valor público, aplicabilidade e reprodutibilidade- até 27 pontos.	C1. Qual o grau de relevância da pesquisa para a Administração Pública Federal? (peso 0,9)			
	C2. Qual a aplicabilidade da pesquisa para a Administração Pública Federal? (peso 0,9)			
	C3. Até que ponto o tema, o problema e a abordagem propostos evidenciam uma estratégia clara visando a gerar valor público? (peso 0,9)			
D. Competências a serem desenvolvidas - até 15 pontos.	D1. Como as competências a serem desenvolvidas acrescentam ou aperfeiçoam as competências inerentes ao cargo de EPPGG e sua atuação na Administração Pública Federal? (peso 1,5)			
E. Coerência interna do projeto e metodologia - até 8 pontos.	E1. Quão correta está a redação do projeto, particularmente quanto ao relacionamento entre suas partes, as referências bibliográficas e a adequação da metodologia? (peso 0,8)			
TOTAL GERAL DE PONTUAÇÃO				

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 9.625, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, bem como os elementos que integram o Processo nº 00045.003316/2013-60, resolve:

Art. 1º Conceder autorização de obra ao requerente EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A. (DP World Santos) para a implantação de canteiro de obras e realização de obras, em Terminal de Uso Privativo - TUP no município de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A expansão, conforme plantas apresentadas, possui uma área total de 61.138,71 m².

Art. 3º A presente autorização se dá em caráter precário e revogável a qualquer momento, não implicando na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e considerando a Nota Técnica nº. 719/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve:

Indefiro os Recursos Administrativos nº. 46000.004324/2018-55; 46000.004325/2018-08; 46000.004326/2018-44; 46000.004327/2018-99; 46000.004328/2018-33; 46000.004329/2018-88 e 46000.004348/2018-12, interpostos nos autos do Processo nº. 46224.005768/2016-11, com fulcro no § 1º do art. 56 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como no inciso III, do art. 18 da Portaria nº. 326/2013.

Brasília, 20 de setembro de 2018.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro de Estado do Trabalho

PORTARIA Nº 774, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, I, da CF, considerando as disposições da MP nº. 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Autorizar a alteração de dados cadastrais para o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério do Trabalho, em sua filial Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Sergipe, tendo em vista a alteração do endereço comercial.

CNPJ: 23.612.685/0025-08
RUA Pacatuba, nº 171 - Centro.
CEP: 49.010-150
MUNICIPIO: Aracaju - SE

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:
1) Em Apreciação de Recurso Voluntario:
1.1 Pela Procedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46257.005695/2014-19	205101429	Etco Assessoria Empresarial e Contabilidade Ltda	SP
2	46257.005696/2014-63	205101445	Etco Assessoria Empresarial e Contabilidade Ltda	SP
3	46257.005697/2014-16	205101461	Etco Assessoria Empresarial e Contabilidade Ltda	SP
4	46258.004411/2014-67	205169775	Prolub Rerrefino de Lubrificantes Ltda	SP
5	46258.004413/2014-56	205170323	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
6	46258.004415/2014-45	205242022	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
7	46258.004680/2014-23	205429467	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
8	46258.004681/2014-78	205430406	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
9	46258.004682/2014-12	205430961	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
10	46258.004683/2014-67	205431518	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
11	46258.004684/2014-10	205427375	Prolub Rerrefino De Lubrificantes Ltda	SP
12	46258.004412/2014-10	205170161	Prolub Rerrefino de Lubrificantes Ltda.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46201.008331/2015-17	200.625.381	Amaro de Souza Ferreira - ME	AL

2	46201.001305/2016-49	200.690.311	Chale Azul Comercial Ltda. - ME	AL
3	46201.003646/2016-59	200.749.846	Luiz Alves dos Santos - ME	AL
4	46239.000718/2014-17	200.240.188	Isaac Ribeiro Ferreira Leite	MG
5	47747.008788/2013-65	200.178.407	Laser Plus Studio Gráfico e Editora Ltda. - EPP	MG
6	46312.001552/2014-26	200.257.293 - TRet nº 200.849.646	Nei Lourenço de Freitas Costa - ME	MS
7	46653.002792/2011-34	100.213.634	Cooperativa dos Vigilantes do Estado de Mato Grosso Ltda.	MT
8	46472.005048/2016-24	200.809.253	Ambole Comércio de Móveis e Decoração Ltda.	SP
9	46257.005694/2014-74	200.387.812	Etco Assessoria Empresarial e Contabilidade Ltda. - ME	SP
10	46427.001472/2011-31	100.211.208 - TRet nº 100.290.779	Juliano Augusto de Freitas - ME	SP
11	46427.001473/2011-85	506.524.094	Juliano Augusto de Freitas - ME	SP
12	46472.003756/2016-21	200.762.214	Wa - Funilart Reparação de Veículos Ltda. - ME	SP

1.2 Pela improcedência do Auto de Infração ou da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46653.000102/2015-36	205048994	Projetus Engenharia e Construções Ltda.	MT

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Relações do Trabalho-Substituta do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial n.º 0000714-05.2018.5.10.0008, procedente da 8ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Parecer de Força Executória n. 00177/2018/COTRABVIR/PRU1R/PGU/AGU, que determinou a tramitação e conclusão do processo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, com fundamento na Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 746/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical nº. 46312.000098/2015-77, de interesse do STTR de Dourados - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Dourados-MS, CNPJ: 21.406.937/0001-31, com respaldo no art. 27, inciso IV, da Portaria 326/2013.

A Secretária de Relações do Trabalho-Substituta do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial n.º 1000032-60.2018.4.01.3308, procedente da Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Jequié-BA, Subseção Judiciária de Jequié-BA, c/c a Nota n. 00039/2018/AGU/PSUILH/PGU e a Nota n. 00835/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, que determinou o andamento ao pedido de registro sindical formulado no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica nº. 747/2018/CGRS/SRT/MTb resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro Sindical requerido pelo SISEPA - SINDICATO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA DE AMARGOSA, CNPJ: 13.460.878/0001-51 , nos autos do Processo n° 46204.002099/2015-83, com respaldo no art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

MARGARIDA BARRETO DE ALMEIDA

DESPACHO DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Relações do Trabalho - Substituta do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000088-29.2017.5.10.0005, em trâmite na 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 745/2018/CGRS/DIAI/SRT/MTb, resolve: SUSPENDER a Nota Técnica nº 2058/2016/CGRS/SRT/MTb publicada no D.O.U de 14/12/2016, seção 1, página 103, Nº 239 e os efeitos dela decorrente; bem como NOTIFICAR o SINDICATO DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS DE BENS DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO, CNPJ: 57.320.772/0001-28, Processo 46258.003446/2015-60 com o fito de que REALIZE Assembleia Geral de Ratificação da Fundação, ou confirme a possível realização desta, nos moldes do art. 19 c/c art. 41, II, da Portaria 326/2013, para que seja dado o prosseguimento à análise do referido processo. Salienta-se que a entidade terá o prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir desta publicação, para apresentar a documentação prevista no artigo 19 e parágrafo 2º, em observância aos ditames estabelecidos no artigo 41 (informar nos Editais de convocação a indicação do CNPJ e da Razão Social de todas as entidades atingidas), sob pena de ARQUIVAMENTO do processo, nos termos do art. 27, inciso III, da Portaria 326/2013. Desta forma, torna-se pública a presente notificação à entidade requerente, bem como, ao ente impugnante: SINDICAM-SP - Sindicato dos Caminhoneiros do Estado de São Paulo, CNPJ: 57.660.334/0001-09, Impugnação n.º 46000.008567/2016-09.

Em continuidade ao cumprimento à decisão judicial n° 0000495-77.2018.5.10.0012, procedente da 12ª Vara do Trabalho de Brasília/ DF, Tribunal Regional Federal do Trabalho da 10ª Região, que determinou a análise do processo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da intimação da decisão, a Secretária de Relações do Trabalho - Substituta do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando a devolução do Ofício n° 813/2018/SAA/CGRS/SRT/MTb; respaldado no art. 26, § 4º da Lei 9.784/1999, bem como na Portaria 326/2013, e na Nota Técnica 748/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: NOTIFICAR o Representante Legal do Sindicato dos Mototaxistas e Motoentregadores Autônomos do Estado do Para, CNPJ: 09.373.854/0001-98, Processo n° 46222.009972/2016-21, para conhecimento do referido ofício e a apresentação no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta publicação, da seguinte documentação sob pena de indeferimento dos autos, nos termos do art. 25, parágrafo único, da respectiva Portaria: (I) Ata de eleição e apuração de votos da diretoria, acompanhada de lista de presença dos votantes, nos termos do art. 3º, inciso IV c/c art. 42, § 1º; (II) Ata de posse da diretoria, nos termos do art. 3º, inciso V c/c art. 42, § 1º; (III) Cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, conforme o art. 3º, inciso VI; ou a documentação prevista no Enunciado n.º 65/2015, referente a categoria dos MOTOTAXISTAS E MOTOFRETISTAS: Autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito dos Municípios, Estados e do Distrito Federal e (IV) Comprovante original de pagamento da GRU referente ao custo da 2ª publicação no DOU, no valor de R$ 212,59 (a simulação deverá ter as seguintes referências: UG 380918, Gestão 00001 e Código de recolhimento 68888-6, referência 39091800001-3947), nos termos do art. 3°, inciso VIII c/c o art. 42. Ressalta-se ainda que a entidade deverá acessar o endereço http://www.trabalho.gov.br/ na página inicial selecionar: Sindicatos, Cadastro de Entidades, Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, Registro Sindical (SC), Grau da Entidade, CNPJ. Utilizando-se de Certificação Digital (art. 37 da Portaria 326/2013), na própria SC18585, fornecer as informações necessárias para atualização do pedido de registro sindical.

MARGARIDA BARRETO DE ALMEIDA

DESPACHO DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A Secretária de Relações do Trabalho - Substituta do Ministério do Trabalho, em continuidade à Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo n.º 1014792-63.2017.4.01.3400, procedente da 9ª Vara Federal Cível da SJDF, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 749/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro Sindical ao SINDSERVMAI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pastos Bons, Nova Iorque, São João dos Patos e Sucupira do Norte, CNPJ 18.982.642/0001-07, Processo 46223.012076/2014-78, para representar a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipal, com abrangência Intermunicipal e base territorial em Nova Iorque, Pastos Bons, São João Dos Patos e Sucupira Do Norte, Estado do Maranhão, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Servidores Públicos Municipais, nos municípios de Pastos Bons, Nova Iorque, São João dos Patos e Sucupira do Norte no Estado do Maranhão/MA, B) SINPROESEMMA - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais, do Estado do Maranhão, CNPJ 05.645.999/0001-40, Processo nº, 24000.003537/90-83, excluindo os municípios de Nova Iorque, Pastos Bons, São João Dos Patos e Sucupira Do Norte, Estado do Maranhão, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

MARGARIDA BARRETO DE ALMEIDA

Ministério dos Di reitos Humanos

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 308, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Portaria MDH nº 121, de 26 de fevereiro de 2018, para ampliar o número de membros do Observatório de Direitos Humanos da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ObservaRIO.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso IV, caput, do art. 35 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, no Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, no Decreto nº 9.465, de 9 de agosto de 2018, e no Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Portaria MDH nº 121, de 26 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U nº 39, de 27 de fevereiro de 2018, Seção 1, pág. 42, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º O ObservaRIO será integrado por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, que serão escolhidos e designados pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos.

Parágrafo único. O Coordenador do ObservaRIO e o seu respectivo substituto serão escolhidos e designados em ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 443, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria MDH nº 33, de 16 de março de 2017, que institui o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Direitos Humanos - CTIC/MDH.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a no uso de suas atribuições legais no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe a Portaria Ministerial nº 160 art. 2º inciso XII, resolve:

Art. 1º O anexo da Portaria MDH nº 33, de 16 de março de 2017 alterado pela Portaria MDH nº 188, de 19 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O CTIC/MDH será presidido pelo Diretor(a) de Tecnologia da Informação e como suplente, seu(ua) substituto(a) para exercer a função em seus afastamentos legais.

Parágrafo único. .....

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 2.911, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.016794/2018-14, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a Autorização de Funcionamento da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL DO ABC LTDA. - Filial Santo André, situada à Rua Gonçalo Fernandes, 346 - Jardim Bela Vista, em Santo André - SP, CEP: 09.041-410.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a Homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PPA, Piloto Comercial Avião - PCA e teórico e prático de Comissário de Voo - CMV, da ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL DO ABC LTDA. - Filial Santo André.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 2.946, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2.710/SPO, de 29 de agosto de 2018, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 183 (RBAC nº 183) e na Instrução Suplementar nº 183-001 e considerando o que consta do processo nº 00065.032322/2018-09, resolve:

Art. 1º Credenciar a pessoa jurídica GOL Linhas Aéreas S.A., CNPJ nº 07.575.651/0001-59, para a aplicação do Santos Dumont English Assessment com vistas à averbação do nível de proficiência linguística de pilotos detentores de licença brasileira, no endereço Praça Comandante Linneu Gomes, s/nº - Portaria 3, Prédio 4, Jardim Aeroporto, São Paulo (SP), CEP 04626-020, em conformidade com o RBAC nº 183 e com a IS nº 183-001 Revisão C.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pela GOL Linhas Aéreas S.A. até a data da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERTO ALVES DA SILVA FILHO

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 2.949, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão E, aprovado pela Portaria nº 2710, de 29 de agosto de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135) e na Lei nº 7.565, de 29 de dezembro de 1999, e considerando o que consta do processo nº 00058.010179/2018-85, resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão cautelar do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2009-11-4CNA-01-01, emitido em favor da sociedade empresária CAF TÁXI AÉREO LTDA, a partir do dia 20 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.398, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, com base no que determina o art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999, considerando o que consta do Processo nº 50300.014925/2018-69 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Medida Administrativa Cautelar de procedência da empresa AGROPLANTA FERTILIZANTES E INOVAÇÕES LTDA, em desfavor de SANTOS BRASIL TERMINAL DE VEÍCULOS DE SANTOS S/A, sob a acusação de retenção ilegal de cargas no porto organizado de Santos, diante da constatação de ausência do periculum in mora e do fumus boni iuris, requisitos essenciais para o deferimento da tutela de urgência requerida.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.357, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009404/2017-17 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário de titularidade da empresa MAAR NAVEGAÇÃO E TERMINAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.792.591/0001-94, com sede à Passagem Olaria, nº 166, Pratinha - Belém/PA, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.410, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, com base no que determina o art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999, considerando o que consta do Processo nº 50300.009738/2018-63 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conceder Medida Administrativa Cautelar ao pleito de procedência da ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO - USUPORT/RJ, visando a suspensão parcial do Instrumento Normativo nº 15.004, versão 2, editado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, até manifestação conclusiva de mérito por parte da Diretoria Colegiada desta Agência, incidindo tal medida sobre os seguintes dispositivos: (a) documentação exigida para cadastro das empresas que atuam no fornecimento de óleo combustível/lubrificante, na retirada de resíduos oleosos e na execução de cerco preventivo a embarcações; e (b) exclusividade do serviço de lançamento de barreiras de contenção às empresas de emergência ambiental.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.365, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011070/2017-33 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º declarar prejudicado o pedido de autorização em caráter emergencial formulado pela empresa TRANSGLOBAL SERVIÇOS LTDA, em decorrência da perda superveniente de seu objeto, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2º Caberá à Superintendência de Regulação - SRG, em conjunto a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC e com a Unidade Regional de Manaus - UREMN, todas desta Agência, a imediata revisão do esquema operacional, objeto do Processo nº 50300.010879/2016-67, visando a entrada de novos operadores na linha de travessia entre Manaus/AM e Careiro da Várzea/AM, de forma a não descurar a observância ao princípio constitucional da livre iniciativa.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.366, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.014010/2018-53 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa SERVIÇOS MARÍTIMOS CONTINENTAL S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.131.417/0001-10, domiciliada na Rua Tenente Célio, nº 150, Granja dos Cavaleiros - Macaé/RJ, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Marítimo, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.577-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.367, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012383/2018-90 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa FORTALEZA NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.163.396/0001-44, domiciliada na Av. Zenóbio Leandro E. da Costa, nº 370, Sala 106, Lagoinha - Eusébio/CE, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.578-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.368, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008464/2018-95 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor do Microempreendedor Individual - MEI, ODJANIO ALVES DE OLIVEIRA 01677938102, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.010.188/0001-10, domiciliado na Av. Beira Rio, 00, Cais, Beira Rio - Filadélfia/TO, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de travessia interestadual, na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia, sobre o Rio Tocantins, entre os municípios de Filadélfia/TO e Carolina/MA, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.579-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.369, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50303.000620/2015-13 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Instaurar processos administrativos individualizados em face das empresas: TEPORTI - Terminal Portuário de Itajaí LTDA; Poly Terminais Portuários S/A; Seara Alimentos LTDA; Barra do Rio Terminal Portuário S/A; e Trocadeiro Portos e Logística LTDA.

Art. 2º Caberá à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC e à Superintendência de Regulação - SRG, ambas desta Agência, desenvolver plano de ação individualizado para cada Terminal de Uso Privado - TUP, visando o restabelecimento de sua regularidade, identificando as medidas necessárias para a correção das impropriedades encontradas, particularmente no tocante à movimentação de cargas por meio do modal aquaviário.

Art. 3º Oferecer a possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC individualizado, a ser pactuado junto a esta Agência, fixando prazo razoável para a correção das irregularidades, caso identificadas.

Art. 4º Constatada a irregularidade, na hipótese de recusa na celebração do aludido TAC, os autos deverão ser carreados à respectiva relatoria visando o correspondente julgamento.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.370, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006568/2017-84 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º declarar à consulente LYRA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.075.373/0001-36, que a mera inscrição de Empresa Brasileira de Navegação - EBN no âmbito do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, não afasta, a princípio, a possibilidade de a empresa autorizada operar e afretar regularmente na navegação autorizada, sem prejuízo de que eventual restrição seja

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

apurada em regular processo administrativo contemplando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.371, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001173/2018-76 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º declarar à consulente RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.453.598/0001-23, acerca da necessidade de prévia autorização por parte do Poder Concedente, in casu, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para a realização de investimentos de natureza operacional no terminal portuário localizado no porto organizado de Cabedelo, explorado por meio de Contrato de Transição e que se encontra atualmente em procedimento de licitação por parte desta Agência sob a denominação de AI-01.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.373, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000363/2015-23 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º declarar a perda superveniente de objeto do procedimento de arbitragem de que trata o Processo Administrativo nº 50300.000363/2015-23, diante da pactuação do denominado "Instrumento Particular de Transação Extrajudicial Extintiva de Litígio Arbitral", firmado em 17 de janeiro de 2018, entre a Autoridade Portuária Porto do Recife S/A e a empresa Porto Novo Recife S/A.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.374, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010681/2017-64 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Arquivar o Processo Administrativo nº 50300.010681/2017-64, sem prejuízo de que o pleito de ressarcimento seja novamente conduzido pela empresa Brasil Terminal Portuário S/A - BTP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.887.625/0001-78, com a devida comprovação da operação de transbordo ou baldeação.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.375, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.008529/2017-11 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de titularidade da empresa Silmar Navegação LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.422.575/0001-90, localizada na Alameda Horizonte Bentes da Cunha, s/nº, Centro - Juruti/PA, denominada "Flutuante Apoio Lady Min", destinada exclusivamente para o apoio ao embarque/desembarque de tripulantes, agentes e pessoal, nos termos dispostos no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.376, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005747/2017-02 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária destinada exclusivamente para o apoio ao desembarque de cargas (toras de madeira) denominada "Rampa de Acesso da Abramex Madeiras", localizada na Margem Direita do Rio Moju, s/nº, Distrito Industrial - Moju/PA, de titularidade da empresa Abramex Comércio e Exportação de Madeiras LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.990.0621/0001-08, consoante o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.377, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011004/2017-63 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária destinada exclusivamente à construção e/ou reparação naval denominada "Estaleiro Juruá", localizada na Estrada do Brito, km 01, s/nº, Bairro Cacau Pirera, Iranduba - Manaus/AM, de titularidade da empresa Juruá Estaleiros e Navegação LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.700.553/0001-77, consoante disposto no inciso II do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.379, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002818/2018-98 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a retificação do Contrato de Adesão nº 110/2016-ANTAQ (adaptado), de titularidade da empresa Cimento Vencemos do Amazonas LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.013.314/0001-29, domiciliada na Rua Desembargador César Rêgo, nº 02, bairro Colônia Antônio Aleixo - Manaus/AM, mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo, no sentido de dar nova redação à sua Cláusula Segunda, fazendo constar nas Subcláusulas Primeira e Terceira a inclusão do perfil "carga geral" e atestar a existência da "rampa de acesso de balsas", respectivamente, em decorrência da constatação de erro material por ocasião da adaptação do referido instrumento de outorga.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.380, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.013863/2018-78 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa TRANSPORTE PINHEIROS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.846.474/0001-60, domiciliada na Rua Álvaro Maia, nº 431, Centro - Anamã/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Manaus/AM e Tabatinga/AM (na faixa de fronteira), na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.581-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.382, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.003003/2017-45 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Autorizar o registro da instalação portuária de titularidade da empresa HENVIL TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.892.117/0001-54, denominada "Terminal Hidroviário de Camará", localizada na Foz do Rio Camará, PA 154, Porto Balsa, Bairro Interior - Salvaterra/PA, em consonância com o disposto no inciso V do art. 2º da Resolução Normativa nº 13-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.383, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002274/2017-83 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de registro da instalação pesqueira de titularidade da Colônia de Pescadores Z-20 de Santarém, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.839.106/0001-34, eis que inaplicável à espécie, arquivando-se o Processo Administrativo nº 50300.002274/2017-83.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.386, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005420/2018-11 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de declarar a nulidade da outorga de titularidade do empresário individual CARLOS HENRIQUE SOAVINSKY - ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.961.792/0001-60, de que trata a Portaria nº 026-MT, de 28 de abril de 2000, emitida pelo Departamento de Hidrovias Interiores da Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes, nos termos do inciso I do art. 24 da Resolução nº 1.274-ANTAQ.

Art. 2º Encaminhar os autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, com vistas à adoção dos procedimentos inerentes à sua esfera de competência, conforme dispõe o art. 53 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.387, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006759/2018-27 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa OCEANIC RIO-MAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.100.457/0001-80, com sede na Rua Santa Basilissa, nº 233, parte, Penha - Rio de Janeiro/RJ, de que trata o Termo de Autorização nº 622-ANTAQ e a Resolução nº 1.596-ANTAQ, ambos de 09/02/2010, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.388, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.013208/2018-10 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa ARTHMAR - COMÉRCIO DE PESCADOS E PRESTADORA DE SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.046.895/0001-93, domiciliada na Estrada Jorge Pereira Nunes, nº 1589, Aberta dos Morros - Porto Alegre/RS, de que trata o Termo de Autorização nº 671-ANTAQ e a Resolução nº 1.748-ANTAQ, ambos de 09/07/2010, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.390, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007226/2018-62 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa A C PALHETA TRANSPORTES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.706.271/0001-50, domiciliada na Estrada do Belmont, nº 8098, Sala B, Nacional - Porto Velho/RO, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.583-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.393, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012236/2017-39 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º declarar subsistente o Auto de Infração nº 2935-1, lavrado em 04/12/2017 pela Unidade Regional de Manaus - UREMN, desta Agência.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa pecuniária em desfavor da empresa AJATO NAVEGAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.377.439/0001-09, no valor de R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), pela prática da infração capitulada no inciso XIV do art. 34 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ.

Art. 3º Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente decisão, para que a empresa AJATO NAVEGAÇÃO EIRELI desocupe ou regularize definitivamente a ocupação da área pública em questão, sob pena de interdição das atividades, nos termos da norma aprovada pela Resolução nº 3.259-ANTAQ.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.394, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009708/2016-95 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º declarar subsistente o Auto de Infração nº 2487-2, lavrado em 20/01/2017 pela Unidade Regional de Belém - UREBL, desta Agência, em desfavor da empresa GOMES E SOUZA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.806.365/0001-10, aplicando-lhe a penalidade de advertência pela prática da infração capitulada no inciso V do art. 21 da norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.401, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006619/2016-97 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Sobrestar o Processo Administrativo nº 50300.006619/2016-97 até que as áreas técnicas deem conformidade ao mesmo, especialmente quanto ao desenvolvimento pleno do sítio eletrônico desta Agência, permanecendo tal como se encontra atualmente, a publicação de atos no âmbito do Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.402, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011168/2017-91 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL02A, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0595505.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para que promova os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do respectivo processo, inclusive nas minutas de edital e contrato de arrendamento, contemplando os resultados obtidos na equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.404, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011169/2017-35 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL02B, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0596279.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para que promova os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do respectivo processo, inclusive nas minutas de edital e contrato de arrendamento, contemplando os resultados obtidos na equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.405, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011170/2017-60 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL04, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0596288.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para que promova os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do respectivo processo, inclusive nas minutas de edital e contrato de arrendamento, contemplando os resultados obtidos na equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.406, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011171/2017-12 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL08, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0596296.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para que promova os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do respectivo processo, inclusive nas minutas de edital e contrato de arrendamento, contemplando os resultados obtidos na equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.407, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.011172/2017-59 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19/09/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise das contribuições objeto da Audiência Pública nº 01/2018-ANTAQ, relativa ao terminal portuário denominado BEL09, localizado no porto organizado de Belém, consubstanciada no documento SEI nº 0596305.

Art. 2º Encaminhar os presentes autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para que promova os ajustes necessários nos estudos e demais documentos basilares do respectivo processo, inclusive nas minutas de edital e contrato de arrendamento, contemplando os resultados obtidos na equação econômico-financeira, com posterior remessa ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.408, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50314.001168/2013-08 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aplicar, na forma do inciso II do art. 78-A da Lei nº 10.233, de 2001, as seguintes penalidades de multa pecuniária em face da SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE - SUPRG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.039.203/0001-54:

I - R$ 338.580,00 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta reais) pelo fato de não adequar o Termo de Permissão de Uso - TPU nº 01/2005 à Resolução nº 2.240-ANTAQ, configurando a prática da infração de que trata o inciso LIV do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ;

II - R$ 338.580,00 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta reais) pelo fato de não adequar instrumentos contratuais à Resolução nº 2.240-ANTAQ no prazo estabelecido na norma, configurando a prática da infração de que trata o inciso LIV do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ; e

III - R$ 338.580,00 (trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta reais) pelo fato de firmar e prorrogar termos contratuais em desacordo com a Resolução nº 2.240-ANTAQ, configurando a prática da infração de que trata o inciso LIV do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.409, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50306.002340/2013-31 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aplicar, na forma do inciso II do art. 78-A da Lei nº 10.233, de 2001, as seguintes penalidades de multa pecuniária em face do DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.892.707/0001-00, na sua condição de Autoridade Portuária do porto organizado de Manaus à época:

I - R$ 306,25 (trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos) pelo fato de omitir informações técnicas, operacionais, administrativas e econômico-financeiras solicitadas pela ANTAQ, configurando a infração capitulada no inciso I do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ;

II - R$ 918,75 (novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos) pelo descumprimento do dever de fornecer e manter os serviços de uso coletivo de comunicações, energia elétrica, água e esgoto, configurando a infração de que trata o inciso X do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ;

III - R$ 3.062,50 (três mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) por promover a arrecadação de tarifas não fixadas pela Autoridade Portuária e não homologadas pelo Conselho de Autoridade Portuária - CAP, caracterizando a infração capitulada no inciso XXXVIII do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ; e

IV - R$ 12.250,00 (doze mil, duzentos e cinquenta reais) pela ausência de manutenção e sinalização do balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto, incorrendo na infração tipificada no inciso XLVI do art. 13 da norma aprovada pela Resolução nº 858-ANTAQ.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 6.389, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010415/2018-12 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 449ª Reunião Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa BRASERV PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.941.603/0001-41, domiciliada na Rodovia BR 101, s/nº, km 12, Polo Industrial - Alagoinhas/BA, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.582-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DE FORTALEZA

DESPACHO Nº 5, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 50300.000451/2018-78. Fiscalizada: JGF APOIO MARÍTIMO LTDA - EPP, CNPJ nº 16.883.767/0001-46. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência pelo cometimento da infração tipificada no inciso V do art. 25 da Resolução n° 2.919/2013-ANTAQ.

RONI PEREZ DE MELLO

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

TERMO DE LIBERAÇÃO DE OPERAÇÃO - TLO Nº 29-SOG, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no art. 30 da norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20, de 15 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.001744/2013-68, resolve:

Autorizar a empresa MARINA PORTO VELEIRO DE BÚZIOS EMPREENDIMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.938.297/0001-12, com sede na Travessa de Santana, 01, Praia dos Ossos, CEP 28.950-000, Armação dos Búzios/RJ, a dar início à operação integral da Instalação Portuária de Turismo - IPTur localizada no mesmo endereço, em observância às normas e regulamentos da Antaq e, especificamente, ao Contrato de Adesão nº 02/2015-SEP/PR.

A autorização ora deferida não desonera a empresa do atendimento aos padrões de segurança exigidos pelos entes intervenientes na operação, mormente no tocante às competências afetas à Marinha do Brasil, ao Corpo de Bombeiros e ao Órgão de Meio Ambiente.

ALBER FURTADO DE VASCONCELOS NETO

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 122, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 1.827.714,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 24, inc. I, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inc. III, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018, combinado com o art. 4º, inc. II, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 - LOA 2018, bem como o disposto na Portaria SOF nº 487, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 1.827.714,00 (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e catorze reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUCIANO MARIZ MAIA

ANEXO I

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0089		Previdência de Inativos e Pensionistas da União							67.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União							67.000
09 272	0089 0181 5664	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Em Brasília - DF							67.000
			S	1	1	90	0	100	67.000
2100		Aprimoramento do Ministério Público							1.760.714
		Atividades							
03 301	2100 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							93.920
03 301	2100 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							93.920
			S	3	1	90	0	100	93.920
03 122	2100 20TP	Ativos Civis da União							1.506.895
03 122	2100 20TP 5664	Ativos Civis da União - Em Brasília - DF							1.506.895
			F	1	1	90	0	100	1.506.895
03 331	2100 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							159.899
03 331	2100 212B 5664	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							159.899
			F	3	1	90	0	100	159.899
TOTAL - FISCAL									1.666.794
TOTAL - SEGURIDADE									160.920
TOTAL - GERAL									1.827.714

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AANEXO II

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público

UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2100		Aprimoramento do Ministério Público							1.827.714
		Atividades							
03 032	2100 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público							1.827.714
03 032	2100 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							1.827.714
			F	3	2	90	0	100	1.827.714
TOTAL - FISCAL									1.827.714
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.827.714

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 262ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2018

Hora : 09 :00h
Local : Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Consultas

Processo IC-003257.2014.02.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: TRANSVIP TRANSPORTE DE VALORES E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-002684.2018.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: AUTUORI E BURMANN SOCIEDADE DE ADVOGADOS, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

II - Conflitos de atribuições

Processo IC-000434.2014.06.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000316.2018.01.005/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: VITOR BAUER FERREIRA DE SOUZA, SUSCITADO: CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-005483.2018.02.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO: JULIANA QUELUZ VENTURINI MASSARENTE, SUSCITANTE: AILTON VIEIRA DOS SANTOS - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000760.2018.11.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: CARLOS EDUARDO GOUVEIA NASSAR , SUSCITADO: GISELA NABUCO MAJELA SOUZA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-002631.2018.15.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: LEDA REGINA FONTANEZI SOUSA, SUSCITADO: RENATA NUNES FONSECA STEHLING - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000486.2016.01.005/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN, NOTICIANTE: BARBARA GOMES DE PAULA PERES RODRIGUES, INQUIRIDO: ITAU UNIBANCO S.A., SUSCITANTE: LORENA BRANDÃO LANDIM CAMARÓTTI - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-002074.2018.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-003979.2018.02.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ANA RAQUEL MACHADO BUENO DE MORAES, SUSCITADO: RENATA FALCONE CAPISTRANO DA SILVA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-002876.2018.04.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: ALINE ZERWES BOTTARI BRASIL, SUSCITANTE: PHILIPPE GOMES JARDIM - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-002965.2018.04.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: ALINE ZERWES BOTTARI BRASIL, SUSCITANTE: PHILIPPE GOMES JARDIM - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000985.2018.12.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO: DULCE MARIS GALLE , SUSCITANTE: LUCIANO ARLINDO CARLESSO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

III - Anulação ou alteração de termo de ajuste de conduta

Processo PI-000204.2006.15.003/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: AGROPECUÁRIA BOA VISTA, NOTICIANTE: GERENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ARARAQUARA, INQUIRIDO: SÃO MARTINHO S/A (FAZENDA SANTA CRUZ), INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, URBANOS, RURAIS E DAS INDÚSTRIAS DE CANA DE AÇÚCAR DE ARARAQUARA E REGIÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo PP-000185.2012.12.001/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: LUIZ FERNANDO PEREIRA, NOTICIANTE: MPT-PRT12-JOINVILLE, INVESTIGADO: PEDRO JOSÉ DE SOUZA PEREIRA, INVESTIGADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO MATERIAL PLÁSTICO DE JOINVILLE - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

SANDRA LIA SIMÓN
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 245, DE 14 DE SETEMBRO DE 2018

Altera as Resoluções nº 66/2005-CSMPDFT (regulamenta o Inquérito Civil, o Procedimento Preparatório, as audiências públicas promovidas pelo Ministério Público e a consequente expedição de recomendações, e dá outras providências) e a Resolução nº 78/2005-CSMPDFT, (regulamenta no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do Procedimento Administrativo).

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 166, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o processo Tabularium nº 08191.090170/2017-36, e de acordo com a deliberação ocorrida na 268ª Sessão Ordinária, realizada no dia 14 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 5º e o parágrafo único, da Resolução CSMPDFT nº 66/2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Toda demanda dotada de mínima plausibilidade dirigida aos órgãos da atividade-fim do MPDFT será registrada como notícia de fato e submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, no âmbito de suas respectivas atribuições, desde que não tenha gerado feito interno ou externo, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a entrada de atendimentos pessoais, notícias, documentos ou representações.

§ 1º Do recebimento da notícia de fato e após analisada sua plausibilidade, o órgão de execução terá o prazo de trinta dias para apreciá-la, admitindo-se apenas uma prorrogação por até noventa dias fundamentadamente.

§ 2º No curso do prazo previsto no parágrafo anterior, o órgão de execução deverá, fundamentadamente, instaurar inquérito civil ou procedimento preparatório; propor a medida judicial ou extrajudicial cabível; colher outros elementos de convicção; indeferir a representação ou arquivar as peças de informação, com comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão Setorial para os fins pertinentes."

Art. 2º Alterar o artigo 2º, caput, e incluir os parágrafos 3º e 4º, no artigo 4º, da Resolução CSMPDFT nº 78/2007, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O procedimento administrativo será instaurado por membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no âmbito de suas atribuições, nas situações previstas no artigo 1º desta Resolução, mediante portaria sucinta que delimite o objeto do feito.

(...)

Art. 4º (...)

§ 3º O procedimento será arquivado no próprio órgão de execução com comunicação à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão, dispensada a remessa dos autos para homologação do arquivamento quando o feito tiver a seguinte destinação:

I - acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado;

II - acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas e Instituições;

III - embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil.

§ 4º Na hipótese de procedimento administrativo que tenha por objeto a apuração de fato ensejador da tutela de direitos e interesses individuais indisponíveis, não tendo o interessado, após cientificado da decisão de arquivamento, interposto recurso no prazo de dez dias, o arquivamento do feito será realizado no próprio órgão de execução que a apreciou, dispensada a homologação pela Câmara de Coordenação e Revisão competente."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se disposições em contrário.

LEONARDO ROSCOE BESSA
Presidente do Conselho Superior

MAURO FARIAS DE LIMA
Conselheiro-Relator

ARINDA FERNANDES
Conselheira-Secretária

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 728, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

ICP n.º 08190.005144/18-86

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público, por ofício encaminhado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ANP, irregularidades cometidas pela Cascol Combustíveis para Veículos Ltda., como erros de vazão superiores aos máximos admissíveis (110mL em 20 L), que merecem investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.078/80, em seu art. 6º, III, dispõe que é direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve,

com suporte nas Leis Federais nºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando investigar a revenda de combustíveis e avaliar o impacto das infrações da ANP na coletividade de consumidores, bem como indicar responsabilidades e adotar medidas judiciais e extrajudiciais para tanto. Sendo assim, determina-se:

1. Autue-se e registre-se esta Portaria;

2. Encaminhe-se cópia desta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. Comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

Após, conclusos.

TRAJANO SOUSA DE MELO
Promotor de Justiça

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 732, DE 13 DE SETEMBRO DE 2018

ICP n.º 08190.005141/18-98

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO o art. 13, da Resolução n.º 066, de 17 de outubro de 2005, editada pelo E. Conselho Superior do MPDFT, que estabelece um prazo de 90 dias para a conclusão do Procedimento Preparatório, cabendo apenas uma única prorrogação, pelo mesmo prazo;

CONSIDERANDO que o citado dispositivo, em seu parágrafo único, dispõe que, após esse prazo, deverá o feito ser convertido em Inquérito Civil, se não tiver sido arquivado ou ajuizada a respectiva ação civil pública;

CONSIDERANDO representação formulada por consumidor em face da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, a qual notícia que a concessionária não tem cumprido o planejamento do racionamento de água conforme anunciado à população;

CONSIDERANDO que a CAESB manifestou-se alegando, em síntese, que a região não tem fornecimento vinculado aos reservatórios do Descoberto ou Santa Maria e em razão do período de estiagem teve dificuldades para o fornecimento regular de água. Afirmou, ainda, que a disponibilidade de água da região é suficiente para a população mas é necessário implantar um a melhor política de gestão de água;

CONSIDERANDO que a ADASA manifestou-se alegando que está acompanhando a situação de Brazlândia e já cobrou da CAESB ações específicas para aumentar a captação de água da região

CONSIDERANDO que, em audiência relaizada no Ministério Público, o representante da ADASA informou que o agente regulador acompanha a questão do abastecimento de Brazlândia atuando de forma próxima ao Comitê de Gestão da Bacia do Paranaíba. Informou, ainda, que é necessário o cumprimento do plano Diretor de Águas e o Plano Distrital de Saneamento Básico. O representante da CAESB, por sua vez, informou que a região de captação de Brazlândia tem condições de fornecer a quantidade água demandada pela cidade, mas uma maior captação da região agrícola pode afetar a captação da empresa. O diretor comercial da CAESB informou que entende existir um 'conflito de água' entre agricultores e demais usuários. Que a ADASA deveria atuar de forma mais ativa para gerir este 'conflito'

CONSIDERANDO a Nota Técnica 7/2018 - DC/CAESB onde apresenta as ações que a companhia está tomando para cumprimento do Plano Diretor de Água, resolve,

com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto investigar a conduta da CAESB e da ADASA no cumprimento do Plano Diretor de Águas do Distrito Federal, especialmente no tocante às implicações deste plano diretor para a região de Brazlândia.

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;

2. publique-se.

TRAJANO SOUSA DE MELO
Promotor de Justiça

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 734, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

ICP n.º 08190.173870/18-49

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público representação em desfavor da empresa DGL Empreendimentos Imobiliários Ltda., merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve,

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial e

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

PORTARIA N° 735, DE 17 DE SETEMBRO DE 2018

ICP n.º 08190.173869/18-60

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público representação em razão de supostas cobranças indevidas por parte do Banco do Brasil e do Banco Agiplan, merecendo investigação por parte do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve,

com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público.

GUILHERME FERNANDES NETO
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 299, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a Resolução - TCU nº 284, de 30 de dezembro de 2016, que define a estrutura, as competências e a distribuição das funções de confiança das unidades da Secretaria do Tribunal de Contas da União.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências legais e regulamentares, em especial as conferidas art. 29 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU), e tendo em vista o disposto nos arts. 73 e 96 da Constituição Federal, no art. 1º, inciso XIV, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e no art. 1º, inciso XXXIII, do Regimento Interno do TCU, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares;

considerando o investimento tecnológico havido nos últimos anos na instituição, o que resultou na possibilidade de desenvolvimento de trabalhos a distância mediante uso de soluções de tecnologia da informação;

considerando o expressivo déficit de pessoal no Tribunal em razão do aumento de aposentadorias ocorrido após o início da tramitação de projetos normativos inerentes a mudanças das regras de previdência e de teto remuneratório dos servidores públicos, bem assim da possível inviabilidade de admissão de novos servidores nos exercícios seguintes em função do limite de gastos estabelecido pela EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016;

considerando a importância de racionalização contínua de processos de trabalho estratégicos da organização de modo a aprimorar a eficiência e o alcance dos resultados institucionais almejados na visão de futuro constante do plano estratégico do TCU para o período 2015-2021;

considerando a necessidade de adequar a SecexTCE à estrutura institucional. Unidade técnica voltada precipuamente à instrução de tomadas de contas especiais;

considerando que mais de 90% (noventa) das cobranças executivas são originadas em processos de tomadas de contas especiais;

considerando os estudos e pareceres constantes do processo nº TC-008.725/2018-7; e

considerando a necessidade de ajustes na organização interna da Secretaria de Controle Externo de Paraná e da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações), ambas unidades integrantes da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), mediante movimentação de Funções de Confiança, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do art. 35 da Resolução TCU nº 284, de 30 de dezembro de 2016, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35. (...)

I - Secretaria-Geral Adjunta de Controle Externo (Adgecex), às quais se vinculam:

a) Secretaria de Gestão de Informações para o Controle Externo (SGI);

b) Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec);

c) Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (Seccor);

d) Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag);

e) Secretaria de Recursos (Serur); e

f) Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

II - Núcleo Estratégico de Controle Externo (NEC), composto por quatro coordenações-gerais de controle externo, ao qual se vinculam quarenta e cinco secretarias de controle externo;"

Art. 2º Ficam alterados os incisos IX e X e incluído o inciso XI do art. 37 da Resolução nº 284, de 30 de dezembro de 2016, que passam a vigorar nos seguintes termos:

"Art. 37. (...)

(...)

IX - coordenar, em conjunto com a STI, as iniciativas de provimento descentralizado de soluções de tecnologia da informação essenciais às ações de controle externo;

X - operacionalizar os aspectos inerentes ao funcionamento de unidades digitais vinculadas, observada a competência preconizada no § 4º, art. 35 desta Resolução; e

XI - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade."

Art. 3º Ficam acrescentados a Seção IX e os artigos 51 A e 51 B na Resolução nº 284, de 30 de dezembro de 2016, nos seguintes termos:

"Seção IX

Da SecexTCE

Art. 51-A. A SecexTCE, unidade digital nos termos da Portaria-TCU nº 98/2018, tem por finalidade assessorar os relatores em matéria inerente ao controle externo, oferecendo subsídios técnicos para o julgamento de processos de tomada de contas especial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 51-B. Compete à SecexTCE:

I - autuar os processos de tomada de contas especial oriundos dos órgãos instauradores e de controle interno;

II - instruir as tomadas de contas autuadas, verificando a existência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem assim apresentando proposta de encaminhamento dos autos;

III - propor ao relator, quando não houver delegação de competência ao titular da unidade, a realização de diligência, demonstrando de forma clara e objetiva essa necessidade. A efetivação da diligência fica a cargo da secretaria de tomada de contas especial;

IV - levantar, de forma analítica, falhas processuais e oportunidades de melhoria correlatas, comunicando, periodicamente, o resultado do trabalho à Segecex, para as providências cabíveis;

V - divulgar, anualmente, painéis, estudos e relatórios acerca da evolução estatística de irregularidades e falhas processuais mais comuns identificadas nos processos de tomada de contas especial; e

VI - utilizar, preferencialmente, técnicas e soluções tecnológicas voltadas à análise de dados como subsídio para os trabalhos a seu cargo;

VII - desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Parágrafo único. A SecexTCE é dirigida por secretário e conta com as funções de confiança constantes do Anexo VI desta Resolução para organização de suas atividades."

Art. 4º Fica alterado o anexo VI da Resolução TCU nº 284, de 30 de dezembro de 2016, na forma do anexo a esta Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 19 de setembro de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO

ANEXO I

"ANEXO VI DA RESOLUÇÃO-TCU Nº 284, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016
DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA NA SEGECEX

Unidade	Denominação	Nível	Natureza		Total
			Assessoramento	Direção	
Gabinete	Secretário-Geral	FC-6	-	1	1
	Assessor de Secretário-Geral	FC-4	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	3	-	3
Total Gabinete			5	2	7
Adgecex	Secretário-Geral Adjunto	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	4	4
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Adgecex			3	6	9
Cogef	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Cogef			1	1	2
Coestados	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Coestados			1	1	2
Coinfra	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
Total Coinfra			1	2	3
Coger	Coordenador-Geral	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
Total Coger			1	1	2
Semec	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Semec			4	5	9
Secex-AC	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	-	-
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AC			2	2	4
SecexAdministração	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexAdministração			2	5	7
Secex-AL	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AL			2	3	5
Secex-AM	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AM			3	4	7
SecexAgroAmbiental	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
Total SecexAgroAmbiental			2	4	6
Secex-AP	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	-	-
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-AP			2	2	4
Secex-BA	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-BA			3	4	7
Secex-CE	Secretário	FC-5	-	1	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-CE			3	4	7
SecexDefesa	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexDefesa			3	4	7
SecexDesenvolvimento	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexDesenvolvimento			2	3	5
SecexEducação	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexEducação			3	5	8
Secex-ES	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-ES			3	4	7
SecexEstataisRJ	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	-	-
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexEstataisRJ			3	4	7
SecexFazenda	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexFazenda			3	5	8
Secex-GO	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-GO			3	4	7
Secex-MA	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MA			3	4	7
Secex-MG	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MG			3	5	8
Secex-MS	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MS			2	3	5
Secex-MT	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-MT			3	4	7
Secex-PA	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PA			3	4	7
Secex-PB	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PB			3	4	7
Secex-PE	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PE			3	4	7
Secex-PI	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180 2400105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PI			3	4	7
Secex-PR	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	3	-	3
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-PR			4	4	8
SecexPrevidência	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	-	-
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexPrevidência			3	4	7
Secex-RJ	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RJ			3	7	10
Secex-RN	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RN			3	3	6
Secex-RO	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	-	-
Total Secex-RO			2	2	4
Secex-RR	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	-	-
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RR			2	2	4
Secex-RS	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-RS			3	5	8
SecexSaúde	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SecexSaúde			3	5	8
Secex-SC	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-SC			3	4	7
Secex-SE	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-SE			2	3	5
Secex-SP	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-SP			3	5	8
Secex-TO	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	1	1
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Secex-TO			2	3	5
SecexTCE	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	-	-	-
Total SecexTCE			1	6	7
Sefip	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Sefip			3	8	11
Sefti	Secretário	FC-5	-	1	1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 051520180 2400106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Sefti			3	4	7
SGI	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
Total SGI			1	5	6
SeinfraCOM	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	-	-
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraCOM			3	4	7
SeinfraOperações	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	1	-	1
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
Total SeinfraOperações			1	4	5
SeinfraElétrica	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	2	2
	Assessor	FC-3	2	-	2
Total SeinfraElétrica			2	3	5
SeinfraPortoFerrovia	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3		1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraPortoFerrovia			3	5	8
SeinfraPetróleo	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraPetróleo			3	5	8
SeinfraRodoviaAviação	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraRodoviaAviação			3	6	9
SeinfraUrbana	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total SeinfraUrbana			3	5	8
Selog	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3		1	1
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Selog			3	6	9
Semag	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	3	3
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	2	2
	Assistente Administrativo	FC-1	2	-	2
Total Semag			4	6	10
Serur	Secretário	FC-5	-	1	1
	Diretor	FC-4	-	4	4
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Chefe de Serviço	FC-3	-	3	3
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Serur			3	8	11
Seccor	Secretário	FC-5	-	1	1
	Assessor	FC-3	2	-	2
	Assistente Administrativo	FC-1	1	-	1
Total Seccor			3	1	4
Total			147	232	380"

DECISÃO NORMATIVA-TCU Nº 170, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

Considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei 8.443/1992, para expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos a que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento;

Considerando que a prestação de contas dos gestores públicos deve conter elementos e demonstrativos que evidenciem a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais, nos termos do *caput* do art. 194 do Regimento Interno do TCU, bem como o resultado das ações empreendidas pelo gestor para cumprir os objetivos estabelecidos para a unidade prestadora de contas;

Considerando a necessidade da apresentação das informações sobre a gestão de forma mais agregada e da consolidação das prestações de contas em nível mais estratégico da Administração;

Considerando a necessidade de garantir a função institucional do TCU como guardião da confiança pública e como responsável por garantir a transparência, a credibilidade e a utilidade das prestações de contas dos órgãos e entidades federais, conforme disposto no Acórdão 3.608/2014-TCU-Plenário (relator Ministro Aroldo Cedraz), e

Considerando as disposições contidas na IN-TCU 63/2010, em especial no art. 3º, bem como os estudos desenvolvidos nos processos n. TC 022.858/2018-0, TC 009.945/2018-0 e TC 023.492/2018-0, resolve:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA

Art. 1º As disposições desta decisão normativa aplicam-se à prestação de contas do exercício de 2018, cujos documentos e informações deverão ser apresentados no exercício de 2019 pelos dirigentes máximos das unidades prestadoras de contas (UPC), relacionadas no Anexo I desta decisão normativa.

§ 1º As UPC estão organizadas no Anexo I em ordem alfabética crescente dentro de cada natureza jurídica, observada a classificação por poder, tipo de administração e vinculação institucional.

§ 2º Os dirigentes a que se refere o *caput* devem observar as disposições desta decisão normativa, da IN-TCU 63/2010 e o detalhamento dos conteúdos e orientações constantes no Sistema de Prestação de Contas (Sistema e-Contas).

§ 3º Portaria do presidente do TCU aprovará o detalhamento dos conteúdos e as orientações que constarão no Sistema e-Contas.

Art. 2º Para fins das disposições desta decisão normativa, consideram-se:

I. unidades técnicas: as secretarias de controle externo (Segecex) ou de fiscalização integrantes da estrutura da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal que têm a atribuição de gerenciar a prestação de contas, analisar e fazer proposta para o julgamento das contas aos respectivos ministros-relatores.

II. autoridade supervisora: instância máxima no nível mais agregado da estrutura em que se insere a UPC e que tenha a responsabilidade de supervisionar sua atuação e emitir o pronunciamento estabelecido no art. 52 da Lei 8.443/1992, quando exigido, sendo representada:

a. no Poder Legislativo, pelos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

b. no Poder Judiciário, pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral, do Superior Tribunal Militar, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho, pelos colegiados do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

c. no Poder Executivo, pelos ministros dos órgãos essenciais da Presidência da República, dos Ministérios ou equivalentes e pelo Vice-Presidente da República;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d. no âmbito das Funções Essenciais à Justiça, pelo Procurador-Geral da República, pelo Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Advogado-Geral da União e pelo Defensor Público-Geral Federal, no âmbito das Funções Essenciais à Justiça, conforme Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal;

e. pelos colegiados de cada conselho federal de fiscalização do exercício profissional, conforme definido no item 9.1.2 do Acórdão 161/2015-TCU-Plenário.

Parágrafo único. A autoridade supervisora das contas da Polícia Militar do Distrito Federal, da Polícia Civil do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é o Ministro da Fazenda, em razão da utilização, por essas unidades, dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 3ºA prestação de contas é composta pelo Relatório de Gestão, documento elaborado pelo gestor com fim de demonstrar, esclarecer e justificar os resultados alcançados frente aos objetivos estabelecidos, informando no mínimo:

a. os objetivos e as metas definidos para o exercício;

b. os resultados alcançados ao fim do exercício, demonstrando como a estratégia, a governança e a alocação de recursos contribuíram para o alcance dos resultados;

c. as justificativas para objetivos ou metas não atingidos.

§1º O rol de responsáveis, elaborado nos termos dos arts. 10 e 11 da IN TCU 63/2010, deve ser apresentado por todas as unidades prestadoras de contas relacionadas no Anexo I, juntamente com o relatório de gestão.

§2º Relatórios, pareceres, declarações e informações especificadas no Sistema e-Contas devem ser apresentados juntamente com o relatório de gestão.

§ 3º A apresentação tempestiva do relatório de gestão, com o conteúdo e a forma adequados ao estabelecido nesta decisão normativa, configura o cumprimento da obrigação de prestar contas.

Art. 4º As informações que compõem a prestação de contas devem abranger a totalidade da gestão da UPC, incluindo unidades e subunidades que compõem sua estrutura, e devem possibilitar o exame da legalidade, da legitimidade e da economicidade dos atos de gestão e da exatidão dos demonstrativos contábeis.

Art. 5º As UPC devem observar a estrutura e os elementos de conteúdo estabelecidos no Anexo II desta decisão normativa e atender às diretrizes definidas no Anexo III para elaboração do relatório de gestão.

§ 1º O detalhamento dos conteúdos e a forma para a apresentação do relatório de gestão e das demais informações de que trata o art. 3º serão especificados no Sistema e-Contas.

§ 2º As informações fornecidas como prestação de contas por meio do Sistema e-Contas são de responsabilidade do dirigente máximo de cada UPC.

§3º A fim de comprovar a veracidade das informações fornecidas na prestação de contas e possibilitar o aprofundamento da análise da gestão pelos órgãos de controle, as UPC deverão manter atualizados os sistemas informatizados ou outras ferramentas que utilizem para registrar e controlar os atos de gestão e a aplicação dos recursos, em especial os sistemas estruturantes da Administração Pública.

§ 4º A unidade técnica do Tribunal poderá, até 14/11/2018, solicitar à Segecex modificação na estrutura e no conteúdo estabelecidos para o relatório de gestão, definidos no Anexo II, com o propósito de adequá-los às peculiaridades da gestão ou à necessidade do controle, a qual deverá ser aprovada conforme previsto no §3º do art. 1º desta decisão normativa.

§ 5º A UPC ou o órgão de controle interno poderão solicitar à unidade técnica do Tribunal a que se vinculem, até 15/10/2018, modificação na estrutura e no conteúdo do relatório de gestão, a qual será analisada para efeito do disposto no parágrafo anterior.

§ 6º Os ministros relatores das UPC poderão, nos termos do artigo 11 da Lei 8.443/1992 e do artigo 157 do Regimento Interno do TCU, enviar à Segecex, até o dia 14/11/2018, solicitação de ajustes e inclusões ou exclusões de itens de informação, de forma a melhor atender às peculiaridades das gestões das UPC e às necessidades do controle externo.

§ 7º A Segecex publicará no Portal TCU, até 5/11/2018, a lista preliminar do conteúdo a ser exigido de cada unidade, previamente à disponibilização do Sistema e-Contas, como forma de viabilizar a proposição de ajustes e a tempestiva elaboração do relatório de gestão pelas UPC.

Art. 6º São responsáveis pela gestão e compõem o rol de responsáveis os titulares e seus substitutos que desempenharem, durante o período a que se referirem as contas, as seguintes naturezas de responsabilidade, se houver, nos termos do art. 10 da IN-TCU 63/2010:

I. dirigente máximo da UPC;

II. membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente de que trata o inciso anterior, com base na estrutura de cargos aprovada para a UPC;

III. membro de órgão colegiado que, por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por ato de gestão que possa afetar o alcance de objetivos ou causar impacto na economicidade, eficiência, eficácia da gestão da UPC.

§1º O rol de responsáveis das UPC constituídas por ministério ou órgão equivalente vinculado à Presidência da República será composto por:

I. ministro de Estado ou autoridade equivalente, como dirigente máximo referido no inciso I do *caput* deste artigo;

II. titulares da secretaria-executiva, das secretarias finalísticas e da unidade responsável pelo planejamento, orçamento e administração, ou cargos de natureza equivalente, como membros referidos no inciso II do *caput* deste artigo.

§2º Antes da abertura do Sistema e-Contas, a unidade técnica do Tribunal poderá propor à Segecex o detalhamento da composição do rol de responsáveis das UPC de sua clientela no que se refere ao inciso II do *caput*, por iniciativa própria ou por provocação do órgão de controle interno.

§ 3º As UPC ficam dispensadas de informar os membros do órgão colegiado referidos no inciso III do *caput* deste artigo no Sistema e-Contas, devendo manter e disponibilizar, quando solicitado pelos órgãos de controle, cadastro informatizado com as seguintes informações:

I. nome e número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF);

II. identificação da natureza de responsabilidade (cargos ou funções exercidas);

III. indicação dos períodos de gestão, por cargo ou função;

IV. identificação dos atos formais de nomeação, designação ou exoneração, incluindo a data de publicação no Diário Oficial da União ou em documento de divulgação pertinente;

V. endereço residencial completo; e

VI. endereço de correio eletrônico.

§ 4º O relatório de gestão deverá conter informação, ao tratar da estrutura de governança, acerca da forma como a atuação dos responsáveis mencionados no inciso III do *caput* se inseriu no processo de tomada de decisão tanto na formação da estratégia e do planejamento como da execução das ações da UPC e no alcance de objetivos e na economicidade, eficiência, eficácia da gestão da unidade

§5º As alterações na composição do rol de responsáveis acatadas pela Segecex serão registradas no Sistema e-Contas.

Art. 7º As UPC devem comunicar à unidade técnica do Tribunal e ao órgão de controle interno a que se vinculem, em até quinze dias do fato, as alterações ocorridas nas suas estruturas que possam interferir na configuração das contas ou de seu conteúdo.

Art. 8º As informações classificadas em qualquer grau de sigilo conforme disposições da Lei 12.527/2011, ou de legislação específica, não poderão ser inseridas na prestação de contas.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de aplicação do disposto no *caput* em relação à informação exigida no relatório de gestão, a UPC deve declarar, na introdução do respectivo capítulo do relatório, a supressão da informação e o dispositivo legal que fundamenta a sua classificação como sigilosa.

DAS UNIDADES QUE INICIAREM AS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO

Art. 9º A unidade que iniciar suas atividades em 2018 e não estiver relacionada no Anexo I desta decisão normativa, independentemente da data de sua criação, deve prestar contas do exercício de 2018, observando o conteúdo e o prazo definidos no Sistema e-Contas.

Art. 10. A UPC que não tenha efetivamente iniciado suas operações no exercício de 2018 deverá, por iniciativa própria ou do respectivo órgão supervisor, comunicar o fato à unidade técnica do Tribunal a que se vincular.

Parágrafo único. A unidade técnica do Tribunal poderá, a depender do estágio e período da efetiva operação e dos atos praticados pelos responsáveis da UPC de que trata o *caput* deste artigo, dispensar a prestação de contas, caso em que orientará os gestores sobre os procedimentos a serem adotados.

DAS UNIDADES QUE ENCERRAREM AS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO

Art. 11 As UPC que forem submetidas a processo de extinção, liquidação, dissolução, transformação, fusão, incorporação ou desestatização encerrado durante o exercício de 2018 devem prestar contas referentes à gestão ocorrida no exercício, bem como apresentar documentos e informações relativos às providências adotadas para o encerramento das atividades, em especial sobre a transferência patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, na forma de prestação ou tomada de contas extraordinárias, nos termos do art. 6º, § 3º, da IN-TCU 63/2010.

Art. 12 A Segecex adotará as medidas necessárias para, com base na relação do Anexo I e em decorrência de criação e extinção de órgãos e entidades promovidas por leis e normas subsequentes, atualizar a relação de UPC no Sistema e-Contas.

Art. 13 As informações sobre a aquisição ou a venda de participação em capital de empresas não relacionadas no Anexo I devem constar de tópico específico do relatório de gestão da UPC titular da participação, conforme definido no detalhamento de conteúdo no Sistema e-Contas.

DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES QUE COMPÕEM AS CONTAS

Art. 14 As peças de que trata o art. 3º devem ser apresentadas até as datas fixadas no Anexo I desta decisão normativa, exclusivamente por intermédio do Sistema e-Contas.

§ 1º Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo a prestação de contas extraordinária constituída em observância ao art. 6º da IN-TCU 63/2010 e ao art. 11 desta decisão normativa.

§ 2º Os prazos estabelecidos para esta decisão normativa poderão ser prorrogados conforme as disposições do art. 7º da IN-TCU 63/2010.

§ 3º Prorrogações de prazo que não superem trinta dias, para a conclusão da prestação de contas, poderão ser concedidas pelas unidades técnicas do Tribunal.

Art. 15 O Tribunal disponibilizará o Sistema e-Contas para as UPC até o dia 28/2/2019.

§ 1º Os dirigentes máximos das UPC devem manter atualizadas, junto à unidade técnica do Tribunal a que se vincularem, as informações acerca das pessoas indicadas para habilitação e uso do Sistema e-Contas.

§ 2º O Tribunal disponibilizará, no Sistema e-Contas, acesso às informações das contas para o órgão de controle interno e para a autoridade supervisora correspondente a partir da conclusão da atuação da UPC.

§ 3º Para fins do cumprimento do §2º deste artigo, os órgãos de controle interno e a autoridade supervisora devem informar à Segecex, até 29/3/2019, os dados de pelo menos duas pessoas para habilitação e uso do Sistema e-Contas.

Art. 16 Os relatórios de gestão e as demais informações de que trata o art. 3º que não contemplarem os conteúdos definidos nesta decisão normativa ou não obedecerem à abrangência estabelecida no Sistema e-Contas serão devolvidas pela unidade técnica do Tribunal à UPC para os ajustes necessários, com a fixação de novo prazo para apresentação.

§ 1º A autorização do relator será dispensada caso a prorrogação de prazo para conclusão da prestação de contas não supere trinta dias

§ 2º A reapresentação das contas sem a realização dos ajustes de que trata o *caput* e sem apresentação de justificativa razoável ensejará representação da unidade técnica para exame da ocorrência do previsto no inciso IV do art. 58 da Lei 8.443/1992.

§ 3º A não reapresentação das contas poderá implicar a omissão do dever de prestar contas, tratada no inciso I do art. 8º da IN TCU 63/2010 e no art. 18 desta decisão normativa.

Art. 17. O dirigente máximo da UPC ou do órgão de controle interno interessado poderá solicitar ao respectivo relator a devolução da prestação de contas e a fixação de novo prazo para realização de ajustes ou correções de informações.

§ 1º O relator das contas da UPC avaliará o pedido, de devolução e poderá fixar novo prazo para conclusão da prestação de contas.

§ 2º A submissão do pedido ao relator será dispensada caso o novo prazo para realização das alterações não supere trinta dias, situação em que a solicitação poderá ser avaliada pela unidade técnica do Tribunal a que a UPC se vincular e, se aceita, será fixado novo prazo, para a conclusão da prestação de contas.

§ 3º A não reapresentação das contas poderá implicar a omissão do dever de prestar contas, tratada no art. 18 e no inciso I do art. 8º da IN TCU 63/2010.

§ 4º Os relatórios de gestão já publicados na página do TCU, conforme disposto nos arts. 20 e 21, não serão excluídos ou alterados, e qualquer modificação ou ajuste que venha a ser solicitada pela UPC e autorizada pelo Tribunal será publicada em forma de documento de retificação.

Art. 18. O dirigente máximo da UPC que não apresentar pelo menos o relatório de gestão conforme disposto nesta decisão normativa no prazo fixado e não estiver amparado pelas prorrogações previstas no art. 7º da IN-TCU 63/2010 e nos arts. 16 e 17 acima poderá incorrer em omissão no dever de prestar contas, para efeito do disposto na alínea "a" do inc. III do art. 16 da Lei 8.443/1992, bem como do art. 209 do Regimento Interno do TCU, especialmente o seu inciso I e o § 4º.

Art. 19. As datas fixadas nesta decisão normativa que corresponderem a dia não útil nacional ou local ficam automaticamente prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo único. No caso de feriado local, a UPC interessada deverá solicitar à unidade técnica a que se vincular o ajuste da data no Sistema e-Contas, sem prejuízo de a unidade técnica proceder a este ajuste por iniciativa própria.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Os relatórios de gestão relativos às contas que não serão submetidas ao julgamento do Tribunal serão publicados no Portal do TCU na *internet* em até 45 dias da data-limite para a entrega especificada no Anexo I, consideradas as prorrogações previstas no art. 7º da IN-TCU 63/2010 e nos arts. 16 e 17 desta decisão normativa.

Art. 21. Os relatórios de gestão que comporão processos de julgamento de contas serão publicados no Portal do TCU na *internet* após a conclusão da manifestação do respectivo órgão de controle interno.

Art. 22. A análise dos relatórios de gestão pelos órgãos de controle interno e pelas unidades técnicas do Tribunal para fins da publicação de que tratam os arts. 20 e 21 desta decisão normativa não exime os dirigentes das UPC das responsabilidades pelos conteúdos e pela veracidade das informações prestadas.

Art. 23. A UPC deve disponibilizar, em área de amplo acesso na *internet*, o relatório de gestão publicado pelo Tribunal e todos os documentos e informações de interesse coletivo ou geral relacionados às contas do exercício de 2018, incluindo as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, em atendimento ao art. 8º da Lei 12.527/2011.

Parágrafo único. A divulgação de que trata o *caput* deve ser feita pela UPC em até trinta dias, contados da publicação do relatório de gestão pela unidade técnica do Tribunal ou pelo Sistema e-Contas na forma prevista nos arts. 20 e 21 desta decisão normativa, ressalvada disposição legal em outros termos.

Art. 24. Os órgãos de controle interno e as UPC podem oferecer ao Tribunal proposta justificada de alterações quanto à organização e conteúdo da prestação de contas referente ao exercício de 2019, como subsídio à elaboração do respectivo anteprojeto de decisão normativa.

§ 1º As propostas originadas nas UPC devem ser encaminhadas aos respectivos órgãos de controle interno para avaliação preliminar e devem ser por eles enviadas ao Tribunal até 1º/3/2019.

Art. 25. Esta decisão normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 19 de setembro de 2018.

RAIMUNDO CARREIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

UNIDADES PRESTADORAS DE CONTAS - EXERCÍCIO 2018	DATA LIMITE
PODER LEGISLATIVO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Câmara dos Deputados (CD)	31/3/2019
Senado Federal (SF)	31/3/2019
Tribunal de Contas da União (TCU)	30/4/2019

PODER JUDICIÁRIO	
JUSTIÇA FEDERAL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Conselho da Justiça Federal (CJF)	31/3/2019
Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	31/3/2019
Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)	31/3/2019
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	31/3/2019
Supremo Tribunal Federal (STF)	31/3/2019
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)	31/3/2019
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1ª Região)	31/3/2019
Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF 2ª Região)	31/3/2019
Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região)	31/3/2019
Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF 4ª Região)	31/3/2019
Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região)	31/3/2019

JUSTIÇA DO TRABALHO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ (TRT/RJ)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT/SP)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG (TRT/MG)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS (TRT/RS)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA (TRT/BA)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (TRT/PE)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE (TRT/CE)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP (TRT/PA e AP)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO (TRT/DF e TO)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR (TRT/AM e RR)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC (TRT/SC)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB (TRT/PB)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO (TRT/AC e RO)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP (TRT/Campinas)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA (TRT/MA)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES (TRT/ES)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO (TRT 18ª Região/GO)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL (TRT/AL)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE (TRT/SE)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN (TRT/RN)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI (TRT/PI)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT (TRT/MT)	31/3/2019
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS (TRT/MS)	31/3/2019
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	31/3/2019

JUSTIÇA ELEITORAL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE/RR)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE/AP)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE/ES)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE/MS)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (TRE/MT)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE/PA)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe (TRE/SE)	30/4/2019
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE/TO)	30/4/2019
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	30/4/2019

JUSTIÇA MILITAR	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Superior Tribunal Militar (STM)	31/3/2019
FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Advocacia-Geral da União (AGU)	31/3/2019
Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	31/3/2019
Defensoria Pública da União (DPU)	31/3/2019
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT)	31/3/2019
Ministério Público do Trabalho (MPT)	31/3/2019
Ministério Público Federal (MPF)	31/3/2019
Ministério Público Militar (MPM)	31/3/2019

PODER EXECUTIVO	
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)	31/3/2019
Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (GIFRJ)	31/3/2019
Gabinete de Segurança Institucional (GSI)	31/3/2019
Secretaria de Governo da Presidência da República	31/3/2019
Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI)	31/3/2019
Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)	31/3/2019

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	31/3/2019
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)	31/3/2019
Empresa Pública	
Empresa Brasil de Comunicação S.A. (EBC)	31/5/2019
Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL)	31/5/2019
Serviço Social Autônomo	
Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater)	31/5/2019
VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Vice-presidência da República	31/3/2019

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Empresa Pública	
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)	31/5/2019
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)	31/5/2019
Sociedade de Economia Mista	
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S. A. (CeasaMinas)	31/5/2019
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG)	31/5/2019
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP)	31/5/2019
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Espacial Brasileira (AEB)	31/3/2019
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	31/3/2019
Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)	31/3/2019
Empresa Pública	
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec)	31/5/2019
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	31/5/2019
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)	31/5/2019
Fundação	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	31/3/2019
Fundo	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	31/3/2019

Organização Social	
Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)	31/5/2019
Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa)	31/5/2019
Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)	31/5/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)	31/5/2019
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)	31/5/2019
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM)	31/5/2019
Sociedade de Economia Mista	
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)	31/5/2019
Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep)	31/5/2019
Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras)	31/5/2019

MINISTÉRIO DA CULTURA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Cultura (MinC)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Nacional do Cinema (Ancine)	31/3/2019
Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)	31/3/2019
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)	31/3/2019
Fundação	
Fundação Biblioteca Nacional (FBN)	31/3/2019
Fundação Cultural Palmares (FCP)	31/3/2019
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	31/3/2019
Fundação Nacional de Artes (Funarte)	31/3/2019

MINISTÉRIO DA DEFESA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Defesa (MD)	31/5/2019
MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Comando da Aeronáutica (ComAer)	31/5/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAe)	30/4/2019
MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA MARINHA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Comando da Marinha (CMar)	31/5/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM)	30/4/2019
Empresa Pública	
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul)	31/5/2019
Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron)	31/5/2019
Fundo	
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM)	30/4/2019
MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DO EXÉRCITO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Comando do Exército (CEx)	30/4/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Empresa Pública	
Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)	31/5/2019
Fundação	
Fundação Habitacional do Exército (FHE)	30/4/2019
Fundação Osório (Fusor)	30/4/2019

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Educação (MEC)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG)	31/3/2019
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ)	31/3/2019
Colégio Pedro II (CPII)	31/3/2019
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF-Baiano)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão/PE)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSudesteMG)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano)	31/3/2019
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul)	31/3/2019
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	31/3/2019
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)	31/3/2019
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	31/3/2019
Universidade Federal de Goiás (UFG)	31/3/2019
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	31/3/2019
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	31/3/2019
Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)	31/3/2019
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)	31/3/2019
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	31/3/2019
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)	31/3/2019
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	31/3/2019
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	31/3/2019
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)	31/3/2019
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	31/3/2019
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	31/3/2019
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	31/3/2019
Universidade Federal de Alfenas (Unifal)	31/3/2019
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	31/3/2019
Universidade Federal de Itajubá (Unifei)	31/3/2019
Universidade Federal de Lavras (Ufla)	31/3/2019
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	31/3/2019
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	31/3/2019
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	31/3/2019
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	31/3/2019
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	31/3/2019
Universidade Federal do Ceará (UFC)	31/3/2019
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)	31/3/2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)	31/3/2019
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	31/3/2019
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	31/3/2019
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	31/3/2019
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	31/3/2019
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	31/3/2019
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	31/3/2019
Universidade Federal Fluminense (UFF)	31/3/2019
Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	31/3/2019
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	31/3/2019
Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa)	31/3/2019
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	31/3/2019
Universidade Federal de Catalão	31/3/2019
Universidade Federal de Jataí	31/3/2019
Universidade Federal de Rondonópolis	31/3/2019
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	31/3/2019
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	31/3/2019
Empresa Pública	
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)	31/5/2019
Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA)	31/5/2019
Fundação	
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	31/3/2019
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)	31/3/2019
Fundação Universidade do Amazonas (UFAM)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	31/3/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Viçosa (UFV)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Amapá (Unifap)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Piauí (UFPI)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)	31/3/2019
Fundação Universidade de Brasília (UnB)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	31/3/2019
Fundação Universidade Federal do Acre (UFAC)	31/3/2019
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)	31/3/2019
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	31/3/2019

Fundo	
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)	31/3/2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Fazenda (MF)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Banco Central do Brasil (BCB)	31/5/2019
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	31/3/2019
Superintendência de Seguros Privados (Susep)	31/3/2019
Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)	31/3/2019
Empresa Pública	
Caixa Econômica Federal (CEF)	31/5/2019
CAIXA Participações S.A. (CaixaPar)	31/5/2019
Casa da Moeda do Brasil (CMB)	31/5/2019
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev)	31/5/2019
Empresa Gestora de Ativos (Emgea)	31/5/2019
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	31/5/2019

Fundação	
Fundação Banco do Brasil (FBB)	31/5/2019

Fundo	
Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)	31/3/2019
Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA-FC)	31/3/2019
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	31/3/2019
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	31/5/2019
Fundo de Garantia para a Construção Naval	31/5/2019
Fundo de Participação PIS/PASEP	30/9/2019
Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)	31/3/2019
Sociedade de Economia Mista	
Banco da Amazônia S.A. (Basa)	31/5/2019
Banco do Brasil S.A. (BB)	31/5/2019
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)	31/5/2019

MINISTÉRIO DA INDÚSTRICA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)	31/3/2019
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)	31/3/2019
Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)	31/3/2019
Serviço Social Autônomo	
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)	31/5/2019
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional (Sebrae/DN)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (Sebrae/BA)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae/PB)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas (Sebrae/AL)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae/MG)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (Sebrae/PE)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Sebrae/RO)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima (Sebrae/RR)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae/SC)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae/SP)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (Sebrae/SE)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Tocantins (Sebrae/TO)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Acre (Sebrae/AC)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amapá (Sebrae/AP)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (Sebrae/AM)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará (Sebrae/CE)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal (Sebrae/DF)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Goiás (Sebrae/GO)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae/MA)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (Sebrae/MS)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso (Sebrae/MT)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará (Sebrae/PA)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae/PR)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Piauí (Sebrae/PI)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio de Janeiro (Sebrae/RJ)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS)	31/5/2019
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (Sebrae/ES)	31/5/2019

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	
ADMINITRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Integração Nacional (MI)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)	31/3/2019
Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)	31/7/2019
Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)	31/7/2019
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco)	31/7/2019
Empresa Pública	
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)	31/5/2019
Fundo	
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	31/7/2019
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	31/7/2019
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	31/7/2019

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Justiça (MJ)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)	31/3/2019
Fundação	
Fundação Nacional do Índio (Funai)	31/3/2019

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Segurança Pública (MSP)	31/3/2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Hospital Federal da Lagoa (HFL)	31/3/2019
Hospital Federal Ipanema (HFI)	31/3/2019
Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF)	31/3/2019
Hospital Federal de Bonsucesso (HFB)	31/3/2019
Hospital Federal do Andaraí (HFA)	31/3/2019
Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE)	31/3/2019
Instituto Nacional De Cardiologia (INC)	31/3/2019
Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into)	31/3/2019
Instituto Nacional do Câncer (Inca)	31/3/2019
Ministério da Saúde (MS)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)	31/3/2019
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)	31/3/2019
Empresa Pública	
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras)	31/5/2019
Fundação	
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)	31/3/2019
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	31/3/2019
Serviço Social Autônomo	
Associação das Pioneiras Sociais (APS)	31/5/2019
Sociedade de Economia Mista	
Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.	31/5/2019

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU)	31/3/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DAS CIDADES	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério das Cidades (MCidades)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Sociedade de Economia Mista	
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	31/5/2019
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb)	31/5/2019

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Secretaria-Geral das Relações Exteriores (SG/MRE)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Fundação	
Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)	31/3/2019
Serviço Social Autônomo	
Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX Brasil)	31/5/2019

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério de Minas e Energia (MME)	31/3/2019

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	31/3/2019
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	31/3/2019
Agência Nacional de Mineração	31/3/2019
Empresa Pública	
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)	31/5/2019
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-Sal Petróleo S.A - PPSA (PPSA)	31/5/2019
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	31/5/2019
Sociedade de Economia Mista	
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	31/5/2019
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (Amazonas GT)	31/5/2019
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	31/5/2019
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte)	31/5/2019
Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre)	31/5/2019
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE)	31/5/2019
Companhia Energética de Alagoas (Ceal)	31/5/2019
Companhia Energética do Piauí (Cepisa)	31/5/2019
Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF)	31/5/2019
Eletrobrás Distribuição Rondônia (Ceron)	31/5/2019
Eletrobrás Distribuição Roraima (EDRR)	31/5/2019
Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar)	31/5/2019
Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear)	31/5/2019
Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul)	31/5/2019
Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas)	31/5/2019
Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)	31/5/2019

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
ADMINSTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério do Desenvolvimento Social (MDSA)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	31/3/2019
Serviço Social Autônomo	
Administração Regional do SESC no Estado da Bahia (Sesc/BA)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado da Paraíba (Sesc/PB)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Alagoas (Sesc/AL)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Goiás (Sesc/GO)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Minas Gerais (Sesc/MG)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Pernambuco (Sesc/PE)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Rondônia (Sesc/RO)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Roraima (Sesc/RR)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Santa Catarina (Sesc/SC)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de São Paulo (Sesc/SP)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Sergipe (Sesc/SE)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado de Tocantins (Sesc/TO)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Acre (Sesc/AC)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Amapá (Sesc/AP)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Amazonas (Sesc/AM)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Ceará (Sesc/CE)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Espírito Santo (Sesc/ES)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Maranhão (Sesc/MA)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Mato Grosso do Sul (Sesc/MS)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Pará (Sesc/PA)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Paraná (Sesc/PR)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Piauí (Sesc/PI)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Rio de Janeiro (Sesc/RJ)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Rio Grande do Norte (Sesc/RN)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Rio Grande do Sul (Sesc/RS)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Distrito Federal (Sesc/DF)	31/5/2019
Administração Regional do SESC no Estado do Mato Grosso (Sesc/MT)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Roraima (SESI/RR)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Acre (SESI/AC)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Ceará (SESI/CE)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Distrito Federal (Sesi/DF)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado da Bahia (Sesi/BA)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado da Paraíba (Sesi/PB)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Alagoas (Sesi/AL)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Mato Grosso (Sesi/MT)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Minas Gerais (Sesi/MG)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Pernambuco (Sesi/PE)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia (Sesi/RO)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina (Sesi/SC)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo (Sesi/SP)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Sergipe (Sesi/SE)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado de Tocantins (Sesi/TO)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Amapá (Sesi/AP)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Amazonas (Sesi/AM)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Espírito Santo (Sesi/ES)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Goiás (Sesi/GO)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Maranhão (Sesi/MA)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul (Sesi/MS)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Pará (Sesi/PA)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Paraná (Sesi/PR)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Piauí (Sesi/PI)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio de Janeiro (Sesi/RJ)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Norte (Sesi/RN)	31/5/2019
Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Sul (Sesi/RS)	31/5/2019
Serviço Social da Indústria - Conselho Nacional (Sesi/CN)	31/5/2019
Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi/DN)	31/5/2019
Serviço Social do Comércio - Administração Nacional (SESC)	31/5/2019
Serviço Social do Transporte - Conselho Nacional (Sest/CN)	31/5/2019

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério dos Direitos Humanos (MDH)	31/3/2019

MINISTÉRIO DO ESPORTE	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério do Esporte (ME)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Consórcio Público	
Autoridade de Governança do Legado Olímpico (AGLO)	31/3/2019

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Nacional de Águas (ANA)	31/3/2019
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	31/3/2019
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	31/3/2019
Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)	31/3/2019

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	31/3/2019

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Empresa Pública	
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF)	31/5/2019
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	31/5/2019
Fundação	
Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap)	31/3/2019
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	31/3/2019
Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)	31/3/2019
Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-EXE)	31/3/2019

MINISTÉRIO DO TRABALHO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério do Trabalho (MT)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Fundação	

Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro)	31/3/2019
Fundo	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)	31/5/2019
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	31/7/2019
Fundo de Investimento do FGTS (FI/FGTS)	31/7/2019
Serviço Social Autônomo	
Administração Regional do Senac no Distrito Federal (Senac/DF)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado da Bahia (Senac/BA)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado da Paraíba (Senac/PB)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Alagoas (Senac/AL)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Minas Gerais (Senac/MG)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Pernambuco (Senac/PE)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Rondônia (Senac/RO)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Roraima (Senac/RR)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Santa Catarina (Senac/SC)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo (Senac/SP)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado de Sergipe (Senac/SE)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Acre (Senac/AC)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Amapá (Senac/AP)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Amazonas (Senac/AM)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Ceará (Senac/CE)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Espírito Santo (Senac/ES)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Goiás (Senac/GO)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Maranhão (Senac/MA)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Mato Grosso do Sul (Senac/MS)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Mato Grosso (Senac/MT)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Pará (Senac/PA)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Paraná (Senac/PR)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Piauí (Senac/PI)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro (Senac/RJ)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Rio Grande do Norte (Senac/RN)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Rio Grande do Sul (Senac/RS)	31/5/2019
Administração Regional do Senac no Estado do Tocantins (Senac/TO)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Distrito Federal (Senar/DF)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado da Bahia (Senar/BA)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado da Paraíba (Senar/PB)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Alagoas (Senar/AL)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Mato Grosso (Senar/MT)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Minas Gerais (Senar/MG)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Pernambuco (Senar/PE)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Rondônia (Senar/RO)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Roraima (Senar/RR)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Santa Catarina (Senar/SC)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de São Paulo (Senar/SP)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado de Sergipe (Senar/SE)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Acre (Senar/AC)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Amapá (Senar/AP)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Amazonas (Senar/AM)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Ceará (Senar/CE)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Espírito Santo (Senar/ES)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Goiás (Senar/GO)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Maranhão (Senar/MA)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Mato Grosso do Sul (Senar/MS)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Pará (Senar/PA)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Paraná (Senar/PR)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Piauí (Senar/PI)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Rio de Janeiro (Senar/RJ)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Rio Grande do Norte (Senar/RN)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Rio Grande do Sul (Senar/RS)	31/5/2019
Administração Regional do Senar no Estado do Tocantins (Senar/TO)	31/5/2019
Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil do Senai/RJ	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Distrito Federal (Senai/DF)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado da Bahia (Senai/BA)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado da Paraíba (Senai/PB)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Minas Gerais (Senai/MG)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Pernambuco (Senai/PE)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia (Senai/RO)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Roraima (Senai/RR)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Santa Catarina (Senai/SC)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de São Paulo (Senai-SP)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Sergipe (Senai/SE)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado de Tocantins (Senai/TO)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Acre (Senai/AC)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Alagoas (Senai/AL)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Amapá (Senai/AP)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Amazonas (Senai/AM)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Ceará (Senai/CE)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Espírito Santo (Senai/ES)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Goiás (Senai/GO)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Maranhão (Senai/MA)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul (Senai/MS)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso (Senai/MT)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Pará (Senai/PA)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná (Senai/PR)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Piauí (Senai/PI)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Rio de Janeiro (Senai/RJ)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Norte (Senai/RN)	31/5/2019
Departamento Regional do Senai no Estado do Rio Grande do Sul (Senai/RS)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional (Senac/DN)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Unidade Nacional (Sescoop/UN)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Distrito Federal (Sescoop/DF)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Bahia (Sescoop/BA)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado da Paraíba (Sescoop/PB)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas (Sescoop/AL)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Mato Grosso (Sescoop/MT)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Minas Gerais (Sescoop/MG)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Pernambuco (Sescoop/PE)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Rondônia (Sescoop/RO)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima (Sescoop/RR)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Santa Catarina (Sescoop/SC)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de São Paulo (Sescoop/SP)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Sergipe (Sescoop/SE)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Tocantins (Sescoop/TO)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Acre (Sescoop/AC)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Amapá (Sescoop/AP)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Amazonas (Sescoop/AM)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Ceará (Sescoop/CE)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Espírito Santo (Sescoop/ES)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Goiás (Sescoop/GO)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Maranhão (Sescoop/MA)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Mato Grosso do Sul (Sescoop/MS)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Pará (Sescoop/PA)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Paraná (Sescoop/PR)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí (Sescoop/PI)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio de Janeiro (Sescoop/RJ)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Norte (Sescoop/RN)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Rio Grande do Sul (Sescoop/RS)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional (Senat/CN)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional (Senai/DN)	31/5/2019
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Central (Senar/Adm. Central)	31/5/2019

MINISTÉRIO DO TURISMO	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério do Turismo (MTur)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)	31/3/2019

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA)	31/3/2019
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
Autarquia	
Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)	31/3/2019
Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)	31/3/2019
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	31/3/2019
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	31/3/2019
Empresa Pública	
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	31/5/2019
Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal (Inventariança RFFSA)	31/5/2019
VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (Valec)	31/5/2019
Sociedade de Economia Mista	
Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba)	31/5/2019
Companhia Docas do Ceará (CDC)	31/5/2019
Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)	31/5/2019
Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp)	31/5/2019
Companhia Docas do Maranhão (Codomar)	31/5/2019
Companhia Docas do Pará (CDP)	31/5/2019
Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	31/5/2019
Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern)	31/5/2019

ÓRGÃOS DE OUTROS ENTES FEDERATIVOS	
DISTRITO FEDERAL	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Órgão Público	
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF)	31/3/2019
Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF)	31/3/2019
Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)	31/3/2019

CONSELHO DE PROFISSÕES	
ENTE PARAESTATAL	
Autarquia	
CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO	
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia (CAU/BA)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Paraíba (CAU/PB)	31/5/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Goiás (CAU/GO)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso do Sul (CAU/MS)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Pernambuco (CAU/PE)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo (CAU/SP)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Sergipe (CAU/SE)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá (CAU/AP)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Ceará (CAU/CE)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná (CAU/PR)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte (CAU/RN)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Tocantins (CAU/TO)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Alagoas (CAU/AL)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso (CAU/MT)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais (CAU/MG)	31/5/2019

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia (CAU/RO)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Roraima (CAU/RR)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina (CAU/SC)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Acre (CAU/AC)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas (CAU/AM)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Espírito Santo (CAU/ES)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Maranhão (CAU/MA)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará (CAU/PA)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí (CAU/PI)	31/5/2019
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado Rio de Janeiro (CAU/RJ)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO	
Conselho Federal de Administração (CFA)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Alagoas (CRA-AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Minas Gerais (CRA-MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Pernambuco (CRA-PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA-SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Amapá (CRA-AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Ceará (CRA-CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Espírito Santo (CRA-ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Maranhão (CRA-MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Pará (CRA-PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Piauí (CRA-PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração da Paraíba (CRA-PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Goiás (CRA-GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Rondônia (CRA-RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração de Roraima (CRA-RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Acre (CRA-AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Amazonas (CRA-AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA-DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Mato Grosso (CRA-MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Mato Grosso do Sul (CRA-MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA-RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte (CRA-RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul (CRA-RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Administração do Tocantins (CRA-TO)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECONOMIA	
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 1ª Região (DF, GO, MT e MS) (CRB-1)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 2ª Região (PA) (CRB-2)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 3ª Região (CE) (CRB-3)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 4ª Região (PE) (CRB-4)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região (BA) (CRB-5)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região (MG e ES) (CRB-6)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 7ª Região (RJ) (CRB-7)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região (SP) (CRB-8)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região (PR) (CRB-9)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 10ª Região (RS) (CRB-10)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 11ª Região (AM) (CRB-11)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 13ª Região (MA) (CRB-13)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (SC) (CRB-14)	31/5/2019
Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região (PB) (CRB-15)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE BIOLOGIA	
Conselho Federal de Biologia (CFBio)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 1ª Região (SP, MT, MS) (CRBio-01)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 2ª Região (RJ, ES) (CRBio-02)	31/5/2019

Conselho Regional de Biologia - 3ª Região (RS, SC) (CRBio-03)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (MG, DF, GO, TO) (CRBio-04)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 5ª Região (PE, CE, MA, PB, PI, RN, AL, SE, BA) (CRBio-05)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 6ª Região (AM, AC, AP, PA, RO, RR) (CRBio-06)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 7ª Região (PR) (CRBio-07)	31/5/2019
Conselho Regional de Biologia - 8ª Região (BA/AL/SE) (CRBio-08)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE BIOMEDICINA	
Conselho Federal de Biomedicina (CFBM)	31/5/2019
Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região (SP, RJ, ES, MS) (CRBM1)	31/5/2019
Conselho Regional de Biomedicina - 2ª Região (PE, BA, AL, SE, RN, CE, PI, PB, MA) (CRBm-2)	31/5/2019
Conselho Regional de Biomedicina -3ª Região (GO, DF, MG, MT, TO) (CRBm-3)	31/5/2019
Conselho Regional de Biomedicina - 4ª Região (PA, AM, AP, RR, AC, RO) (CRBm-4)	31/5/2019
Conselho Regional de Biomedicina - 5ª Região (RS, SC) (CRBm-5)	31/5/2019
Conselho Regional de Biomedicina - 6ª Região (PR) (CRBm-6)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE	
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRCDF)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba (CRCPB)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Alagoas (CRCAL)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso (CRCMT)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul (CRCMS)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Roraima (CRCRR)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina (CRCSC)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe (CRCSE)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá (CRCAP)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará (CRCCE)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte (CRCRN)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Tocantins (CRCTO)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Goiás (CRCGO)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais (CRCMG)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco (CRCPE)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia (CRCRO)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre (CRCAC)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas (CRCAM)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo (CRCES)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Maranhão (CRCMA)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará (CRCPA)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná (CRCPR)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Piauí (CRCPI)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRCRJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul (CRCRS)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS	
Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 1ª Região (RJ) (CRECI/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP) (CRECI/SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS) (CRECI/RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 4ª Região (MG) (CRECI/MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 5ª Região (GO) (CRECI/GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 6ª Região (PR) (CRECI/PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 7ª Região (PE) (CRECI/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região (DF) (CRECI/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região (BA) (CRECI/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 11ª Região (SC) (CRECI/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 12ª Região (PA, AP) (CRECI/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 13ª Região (ES) (CRECI/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS) (CRECI/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 15ª Região (CE) (CRECI/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 16ª Região (SE) (CRECI/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 17ª Região (RN) (CRECI/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 18ª Região (AM/RR) (CRECI/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 19ª Região (MT) (CRECI/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 20ª Região (MA) (CRECI/MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 21ª Região (PB) (CRECI/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 22ª Região (AL) (CRECI/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 23ª Região (PI) (CRECI/PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 24ª Região (RO) (CRECI/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 25ª Região (TO) (CRECI/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Corretores de Imóveis 26ª Região (AC) (CRECI/AC)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ECONOMIA	
Conselho Federal de Economia (Cofecon)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 1ª Região (RJ) (Corecon/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 2ª Região (SP) (Corecon/SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 3ª Região (PE) (Corecon/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 4ª Região (RS) (Corecon/RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 5ª Região (BA) (Corecon/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 6ª Região (PR) (Corecon/PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 7ª Região (SC) (Corecon/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 8ª Região (CE) (Corecon/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 9ª Região (PA-AP) (Corecon/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 10ª Região (MG) (Corecon/MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 11ª Região (DF) (Corecon/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 12ª Região (AL) (Corecon/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 13ª Região (AM) (Corecon/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 14ª Região (MT) (Corecon/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 15ª Região (MA) (Corecon/MA)	31/5/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Regional de Economia 16ª Região (SE) (Corecon/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 17ª Região (ES) (Corecon/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 18ª Região (GO) (Corecon/GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 19ª Região (RN) (Corecon/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 20ª Região (MS) (Corecon/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 21ª Região (PB) (Corecon/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 22ª Região (PI) (Corecon/PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 23ª Região (AC) (Corecon/AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 24ª Região (RO) (Corecon/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 25ª Região (TO) (Corecon/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Economia 27ª Região (RR) (Corecon/RR)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA	
Conselho Federal de Economistas Domésticos (CFED)	31/5/2019
Conselho Regional de Economistas Domésticos I (Cred I)	31/5/2019
Conselho Regional de Economistas Domésticos II (Cred II)	31/5/2019
Conselho Regional de Economistas Domésticos III (Cred III)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Conselho Federal de Educação Física (Confef)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região (RJ, ES) (CREF 1)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região (RS) (CREF 2)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 3ª Região (SC) (CREF 3)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP) (CREF 4)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CE, MA, PI) (CREF 5)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região (MG) (CREF 6)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região (DF) (CREF7/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região (AM, AC, AP, PA, RO, RR) (CREF 8)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (PR) (CREF 9)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região (PB) (CREF10)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 11ª Região (MS) (CREF11)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (PE) (CREF12)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região (BA) (CREF 13)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região (GO, TO) (CREF 14)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 15ª Região (PI, EMA) (CREF 15)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região (RN) (CREF 16)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 17ª Região (MT) (CREF 17)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 18ª Região (PA, AP) (CREF 18)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região (AL) (CREF 19)	31/5/2019
Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região (SE) (CREF 20)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM	
Conselho Federal de Enfermagem (Confen)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco (Coren/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (Coren/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas (Coren/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Goiás (Coren/GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (Coren/MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia (Coren/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Amapá (Coren/AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Ceará (Coren/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso (Coren/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Pará (Coren/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Paraná (Coren/PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte (Coren/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul (Coren/RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Roraima (Coren/RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren/SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (Coren/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins (Coren/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Acre (Coren/AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas (Coren/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal (Coren/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo (Coren/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren/MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul (Coren/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Enfermagem do Piauí (Coren/PI)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA	
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (CREA-GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Alagoas (Crea/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Pernambuco (Crea/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Roraima (Crea/RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina (Crea/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe (Crea/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins (Crea/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Acre (Crea/AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amapá (Crea/AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão (Crea/MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará (Crea/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (Crea/RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (Crea/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado Minas Gerais (Crea-MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia (Crea/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Paraíba (Crea/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso (Crea/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul (Crea/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia (Crea/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea/SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas (Crea/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará (Crea/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo (Crea/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Piauí (Crea/PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (Crea/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Norte (Crea/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea/PR)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ESTATÍSTICA	
Conselho Federal de Estatística (Confe)	31/5/2019
Conselho Regional de Estatística 1ª Região (DF, AC, AP, AM, GO, PA, RO, RR, GO e TO) (CONRE 1ªR)	31/5/2019
Conselho Regional de Estatística da 2ª Região (RJ, ES) (CONRE 2ªR)	31/5/2019
Conselho Regional de Estatística da 3ª Região (SP, PR, MT e MS) (Conre 3ª Região)	31/5/2019
Conselho Regional de Estatística da 4ª Região (RS, SC) (CONRE4)	31/5/2019
Conselho Regional de Estatística da 5ª Região (AL, BA, PB, PE, RN e SE) (CONRE 5)	31/5/2019
Conselho Regional de Estatística da 6ª Região (MG) (CONRE 6ªR)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE FARMÁCIA	
Conselho Federal de Farmácia (CFF)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF-DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia (CRF-BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado da Paraíba (CRF-PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás (CRF-GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso (CRF-MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco (CRF-PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia (CRF-RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Roraima (CRF-RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará (CRF-CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo (CRF-ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Mato Grosso do Sul (CRF-MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF-PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Piauí (CRF-PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro (CRF-RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte (CRF-RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Tocantins (CRF-TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas (CRF-AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais (CRF-MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina (CRF-SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe (CRF-SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Acre (CRF-AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Amapá (CRF-AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Amazonas (CRF-AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão (CRF-MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará (CRF-PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul (CRF-RS)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL	
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região (PE, RN, AL, PB) (Crefito-1)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região (RJ, ES) (Crefito-2)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (SP) (Crefito-3)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (MG) (Crefito-4)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (RS) (Crefito-5)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 6ª Região (CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região (BA, SE) (Crefito-7)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (PR) (Crefito-8)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região (MT, AC, RO) (Crefito-9)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região (SC) (Crefito-10)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região (PA, MA, AM, TO, RR, AP) (Crefito-12)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 11ª Região (DF, GO) (Crefito-11)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS) (Crefito-13)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 14ª Região (PI) (Crefito-14)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região (ES) (Crefito-15)	31/5/2019
Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região (MA) (Crefito-16)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE FONOAUDIOLOGIA	
Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFA)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 1ª Região (RJ) (Crefono 1)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região (SP) (Crefono 2)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 3ª Região (PR, SC) (Crefono 3)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 4ª Região (AL, BA, PB, PE, SE) (Crefono 4)	31/5/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região (MG, ES, MT, MS) (Crefono 6)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 5ª Região (AC, AP, AM, GO, PA, RR, RO, TO, DF) (Crefono 5)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 7ª Região (RS) (Crefono 7)	31/5/2019
Conselho Regional de Fonoaudiologia 8ª Região (CE MA, PI, RN) (Crefono 8)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE MEDICINA	
Conselho Federal de Medicina (CFM)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (CRM-DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CRM-BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (CRM-GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (CRM-MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima (CRM-RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CRM-SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (CRM-SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre (CRM-AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá (CRM-AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (CRM-AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (CRM-PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas (CRM-AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (CRM-MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (CRM-MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (CRM-PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (CRM-RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (CRM-SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado de Tocantins (CRM-TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (CRM-CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (CRM-ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão (CRM-MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CRM-RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (CRM-RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (CRM-PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (CRM-PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (CRM-PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (CRM-RN)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA	
Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal (CRMV-DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia (CRMV-BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul (CRMV-MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Pará (CRMV-PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Paraíba (CRMV-PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Alagoas (CRMV-AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás (CRMV-GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Pernambuco (CRMV-PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia (CRMV-RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Roraima (CRMV-RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina (CRMV-SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Maranhão (CRMV-MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná (CRMV-PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí (CRMV-PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro (CRMV-RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte (CRMV-RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Sul (CRMV-RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Tocantins (CRMV-TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Sergipe (CRMV-SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Acre (CRMV-AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amapá (CRMV-AP)	31/5/2019

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amazonas (CRMV-AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará (CRMV-CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo (CRMV-ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso (CRMV-MT)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE MUSEOLOGIA	
Conselho Federal de Museologia (Cofem)	31/5/2019
Conselho Regional de Museologia 1ª Região (AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN e SE) (COREM1)	31/5/2019
Conselho Regional de Museologia 2ª Região (ES, MG e RJ) (COREM2)	31/5/2019
Conselho Regional de Museologia 3ª Região (RS) (COREM3)	31/5/2019
Conselho Regional de Museologia 4ª Região (DF, GO, MT, MS e SP) (COREM4)	31/5/2019
Conselho Regional de Museologia 5ª Região (PR e SC) (COREM5)	31/5/2019
Conselho Regional de Museologia 6ª Região (AC, AP, AM, PA, RO, RR e TO) (COREM6)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE NUTRICÃO	
Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 1ª Região (DF, GO, MT e TO) (CRN-1)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 2ª Região (RS) (CRN-2)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (SP e MS) (CRN-3)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (ES e RJ) (CRN-4)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 5ª Região (BA e SE) (CRN-5)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionista 6ª Região (AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN) (CRN-6)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 7ª Região (AC, AM, AP, PA, RO e RR) (CRN-7)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 8ª Região (PR) (CRN-8)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 9ª Região (MG) (CRN-9)	31/5/2019
Conselho Regional de Nutricionistas 10ª Região (SC) (CRN-10)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE ODONTOLOGIA	
Conselho Federal de Odontologia (CFO)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia da Bahia (CRO/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Alagoas (CRO/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia da Paraíba (CRO/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Goiás (CRO/GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco (CRO/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Rondônia (CRO/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Roraima (CRO/RR)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Sergipe (CRO/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Tocantins (CRO/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Amapá (CRO/AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal (CRO/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Maranhão (CRO/MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Paraná (CRO/PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Piauí (CRO/PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte (CRO/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO/MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina (CRO/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia de São Paulo (CRO/SP)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Acre (CRO/AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Amazonas (CRO/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Ceará (CRO/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo (CRO/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso (CRO/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso do Sul (CRO/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Pará (CRO/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul (CRO/RS)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES PÚBLICAS	
Conselho Federal de Relações Públicas (Conferp)	31/5/2019
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 1ª Região (RJ) (Conrerp/1)	31/5/2019
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 2ª Região (SP e PR) (Conrerp/2)	31/5/2019
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 3ª Região (MG e ES) (Conrerp/3)	31/5/2019

Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 4ª Região (RS e SC) (Conrerp/4)	31/5/2019
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 5ª Região (AL, PE, RN, PB, CE e PI) (Conrerp/5)	31/5/2019
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 6ª Região (regiões CO e NO e MA) (Conrerp/6)	31/5/2019
Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas - 7ª Região (BA e SE) (Conrerp/7)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA	
Conselho Federal de Psicologia (CFP)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 1ª Região (DF) (CRP-01)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 14ª Região (MS) (CRP-14)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 16ª Região (ES) (CRP-16)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 18ª Região (MT) (CRP-18)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 19ª Região (SE) (CRP-19)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 2ª Região (PE) (CRP-02)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 21ª Região (PI) (CRP-21)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 23ª Região (TO) (CRP-23)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 6ª Região (SP) (CRP-06)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 9ª Região (GO) (CRP-09)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 10ª Região (PA e AP) (CRP-10)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 11ª Região (CE) (CRP-11)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (SC) (CRP-12)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 13ª Região (PB) (CRP-13)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 15ª Região (AL) (CRP-15)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 17ª Região (RN) (CRP-17)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 20ª Região (AM, AC, RO e RR) (CRP-20)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 22ª Região (MA) (CRP-22)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 3ª Região (BA) (CRP-03)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG) (CRP-04)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 5ª Região (RJ) (CRP-05)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 7ª Região (RS) (CRP-07)	31/5/2019
Conselho Regional de Psicologia 8ª Região (PR) (CRP-08)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE QUÍMICA	
Conselho Federal de Química (CFQ)	31/5/2019
Conselho Regional de Química I Região (PE) (CRQ-I)	31/5/2019
Conselho Regional de Química II Região (MG) (CRQ-II)	31/5/2019
Conselho Regional de Química III Região (RJ) (CRQ-III)	31/5/2019
Conselho Regional de Química IV Região (SP) (CRQ-IV)	31/5/2019
Conselho Regional de Química VII Região (BA) (CRQ-VII)	31/5/2019
Conselho Regional de Química VIII Região (SE) (CRQ-VIII)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XI Região (MA) (CRQ-XI)	31/5/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Conselho Regional de Química XIX Região (PB) (CRQ-XIX)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XV Região (RN) (CRQ-XV)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XVIII Região (PI) (CRQ-XVIII)	31/5/2019
Conselho Regional de Química IX Região (PR) (CRQ-IX)	31/5/2019
Conselho Regional de Química V Região (RS) (CRQ-V)	31/5/2019
Conselho Regional de Química VI Região (PA e AP) (CRQ-VI)	31/5/2019
Conselho Regional de Química X Região (CE) (CRQ-X)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XII Região (GO, TO e DF) (CRQ-XII)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XIII Região (SC) (CRQ-XIII)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XIV Região (AM, AC, RO e RR) (CRQ-XIV)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XVI Região (MT) (CRQ-XVI)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XVII Região (AL) (CRQ-XVII)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XX Região (MS) (CRQ-XX)	31/5/2019
Conselho Regional de Química XXI Região (ES) (CRQ-XXI)	31/5/2019

CONSELHOS PROFISSIONAIS DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS	
Conselho Federal de Representantes Comerciais (Confere)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Alagoas (CORE/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Goiás (CORE/GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Distrito Federal (CORE/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado da Bahia (CORE/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado da Paraíba (CORE/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Rondônia (CORE/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Sergipe (CORE/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Amazonas (CORE/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Ceará (CORE/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Maranhão (CORE/MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Pará (CORE/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Piauí (CORE/PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio de Janeiro (CORE/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Tocantins (CORE/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Pernambuco (CORE/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Santa Catarina (CORE/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Espírito Santo (CORE/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Mato Grosso (CORE/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Mato Grosso do Sul (CORE/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Paraná (CORE/PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio Grande do Norte (CORE/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul (CORE/RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado São Paulo (CORE/SP)	31/5/2019

CONSELHOS DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL	
Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região (RS) (CRESS/RS)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região (PA) (CRESS/PA)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região (PR) (CRESS/PR)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (SC) (CRESS/SC)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 15ª Região (AM e RR) (CRESS/AM)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região (AL) (CRESS/AL)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 17ª Região (ES) (CRESS/ES)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 18ª Região (SE) (CRESS/SE)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 19ª Região (GO) (CRESS/GO)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região (MA) (CRESS/MA)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região (MT) (CRESS/MT)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 21ª Região (MS) (CRESS/MS)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região (PI) (CRESS/PI)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 23ª Região (RO e AC) (CRESS/RO)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 24ª Região (AP) (CRESS/AP)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 26ª Região (AC) (CRESS/AC)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 4ª Região (PE) (CRESS/PE)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região (MG) (CRESS/MG)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região (RJ) (CRESS/RJ)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região (PB) (CRESS/PB)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 14ª Região (RN) (CRESS/RN)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 25ª Região (TO) (CRESS/TO)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 3ª Região (CE) (CRESS/CE)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região (BA) (CRESS/BA)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 8ª Região (DF) (CRESS/DF)	31/5/2019
Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região (SP) (CRESS/SP)	31/5/2019

CONSELHOS PROFISSIONAIS DOS TÉCNICOS EM RADIOLOGIA	
Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 1ª Região (DF) (CRTR/1)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 10ª Região (PR) (CRTR/10)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 12ª Região (MT e MS) (CRTR/12)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 14ª Região (AP e PA) (CRTR/14)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 15ª Região (PE) (CRTR/15)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 16ª Região (RN e PB) (CRTR/16)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 17ª Região (MA e PI) (CRTR/17)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 3ª Região (MG) (CRTR/3)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 4ª Região (RJ) (CRTR/4)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 5ª Região (SP) (CRTR/5)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 9ª Região (GO e TO) (CRTR/9)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 11ª Região (SC) (CRTR/11)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 13ª Região (ES) (CRTR/13)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 18ª Região (RO e AC) (CRTR/18)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 19ª Região (AM e RR) (CRTR/19)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 2ª Região (CE) (CRTR/2)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 6ª Região (RS) (CRTR/6)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 7ª Região (AL e SE) (CRTR/7)	31/5/2019
Conselho Regional de Técnicos em Radiologia 8ª Região (BA) (CRTR/8)	31/5/2019

ANEXO II

Sugestão de redação para os grandes temas do relatório de gestão a serem indicados na DN
Elementos pré-textuais Elementos que antecedem o conteúdo do relatório de gestão propriamente dito e que auxiliarão sua leitura pelos usuários das informações.
Mensagem do dirigente máximo da unidade Apresentação sucinta do relatório de gestão, abordando especialmente sua estrutura e pontos da gestão do exercício que mereçam destaque, tais como um resumo dos principais resultados alcançados [UPC em números], para posterior detalhamento no corpo do relatório.
Visão geral organizacional e ambiente externo Apresentação das informações que identificam a unidade prestadora da conta (missão e visão), estrutura organizacional, ambiente externo em que atua e modelo de negócios.
Planejamento estratégico e governança Informações sobre como a unidade planejou o cumprimento da sua missão, no início e ao longo do exercício de referência, apresentação dos principais objetivos estratégicos estabelecidos, descrição das estruturas de governança e avaliação sobre como essa estrutura apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, especialmente sobre poder decisório e articulação institucional, assim como relacionamento com a sociedade e partes interessadas.
Gestão de riscos e controles internos Avaliação dos riscos que possam comprometer o atingimento dos objetivos estratégicos e instituição de controles para mitigação desses riscos.
Resultados da gestão Demonstração dos resultados alcançados para o período em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos, por meio de indicadores sobre metas, justificativas para o resultado, expectativas para os próximos exercícios e ajustes necessários no planejamento estratégico para o exercício seguinte.
Alocação de recursos e áreas especiais da gestão Demonstração da alocação de recursos com vistas ao cumprimento da missão e dos principais objetivos da unidade prestadora de contas, abrangendo a avaliação sobre áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados da unidade, tais como pessoas, tecnologia da informação, licitação e contratos, infraestrutura e gestão patrimonial, sustentabilidade ambiental.
Demonstrações contábeis Demonstração da situação e do desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial da gestão no exercício, declaração do contador/opinião dos auditores externos, demonstrativos contábeis e notas explicativas.
Outras informações relevantes Outras informações não relacionados com as demais seções do relatório e que seja de interesse dos dirigentes da unidade prestadora de contas divulgar em razão da relevância e da necessidade de *accountability* dos gestores, entre as quais como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados, bem como o tratamento de determinações e recomendações do TCU.
Anexos e apêndices Documentos e informações de elaboração da unidade ou de terceiros úteis à compreensão do texto do relatório ou exigidos pelas normas do Tribunal de Contas da União na prestação de contas, entre as quais declaração de integridade do relato integrado pelos responsáveis pela governança conforme estabelece a Estrutura Internacional para Relato Integrado.

ANEXO III

Diretrizes para elaboração do relatório de gestão
Abordagem estratégica: o relatório deve oferecer uma visão da estratégia da unidade prestadora de contas (UPC) e como essa se relaciona com a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos no curto, médio e longo prazos, bem como o uso que faz de seus recursos; Conectividade da informação: o relatório deve mostrar uma visão integrada da combinação, da inter-relação e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade de a UPC alcançar os seus objetivos ao longo do tempo; Relações com partes interessadas: o relatório deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a UPC mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a UPC entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades; Materialidade: o relatório deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos no curto, médio e longo prazos; Concisão: o relatório deve ser conciso, ou seja, o texto não deve ser mais extenso do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões; Confiabilidade e completude: o relatório deve abranger todos os temas materiais, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros significativos; Coerência e comparabilidade: o relatório deve apresentar informações em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir um acompanhamento das séries históricas da UPC, bem como uma comparação com outras unidades de natureza similar; Clareza: o relatório deve fazer uso de linguagem simples e de imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção clara entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados pela UPC no exercício daqueles previstos para o futuro.

Fonte: Estrutura Internacional de Relato Integrado, International Integrated Reporting Council, UK, Maio de 2014 (adaptação do capítulo 3 desse documento conforme detalhado no TC 023.492/2018-0) e Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública, TCU, 2014.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 26/09/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS
Ministro BENJAMIN ZYMLER
005.105/2002-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Roraima
Responsáveis: Carlos Eduardo Levischi; Edson Moreira Cavalcante; Eneida Coelho Monteiro; Genésio Bernardino de Souza; Herbert Marcuse Megeredo Leal; Jadir Antônio da Silva; José Henrique Coelho Sadok de Sá; Jussara Alessandra de Carvalho Costa; Luiz Francisco Silva Marcos; Neudo Ribeiro Campos; Wellington Lins de Albuquerque
Representação legal: Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796) e outros, representando Neudo Ribeiro Campos; Igor Fellipe Araujo de Sousa (OAB/DF 41.605) e outros, representando Luiz Francisco Silva Marcos, Eneida Coelho Monteiro e Luiz Francisco Silva Marcos; Krishlene Braz Avila (OAB/RR 305-B), representando Governo do Estado de Roraima

Ministro AUGUSTO NARDES

012.803/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Goiânia/GO
Responsáveis: Glauciane Ribeiro Antonelli; Marcos Alberto Rocha Augusto; Paulo de Siqueira Garcia; Washington dos Santos Ramalho
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

018.303/2018-8
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Guava Manutenção e Serviços Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-americana
Representação legal: Amim Issa Kallouf Neto (OAB/GO 39049) e outros, representando Guava Manutenção e Serviços Ltda

030.107/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Medicar Emergências Médicas Campinas Ltda
Órgãos/Entidades/Unidades: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; Ministério da Saúde
Representação legal: não há

033.388/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Meg-Lab Material Hospitalar Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Cardiologia
Representação legal: Marco Aurélio Alves Medeiros (OAB/RJ 102.520) e outros, representando Meg-lab Material Hospitalar Ltda

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

023.731/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Gestor Serviços Empresariais Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

005.201/2015-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Amparo ao Trabalhador
Responsáveis: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais de Mato Grosso do Sul; Geraldo Teixeira de Almeida; Madalena Balbueno da Silva
Representação legal: João Gonçalves da Silva (OAB/MS 8357) e outros, representando Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul

005.849/2014-4
Natureza: Monitoramento
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Secretaria Executiva do Ministério das Cidades; Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO
Responsáveis: Hildon de Lima Chaves; Mauro Nazif Rasul
Representação legal: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721) e outros, representando Mauro Nazif Rasul; Rodrigo Numeriano Dubourcq Dantas (OAB/PE 31920), representando Ministério das Cidades

013.284/2011-8
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
Responsáveis: Augusto Cézar Alves de Pinho; Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida; José Francisco das Neves; Júlio César Fontes Monnerat; Luiz Carlos Oliveira Machado
Interessados: Congresso Nacional
Representação legal: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38717) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

036.499/2016-1
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FI-FGTS, Caixa Econômica Federal
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32261) e outros, representando Caixa Econômica Federal

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

029.988/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Engevix Engenharia S.A.; Iesa Óleo & Gás S.A.; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Toyo Setal Empreendimentos Ltda. - SOG; Skanska Brasil Ltda.; Techint Engenharia e Construção S.A.; UTC Engenharia S.A.; GDK S.A.; Galvão Engenharia S.A.; e Promon Engenharia Ltda.
Representação legal: José Eduardo Coelho Branco Junqueira Ferraz (OAB/RJ 106.810), representando MPE Montagens e Projetos Especiais S/A; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Promon Engenharia Ltda.; Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros, representando U T C Engenharia S/A.; Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB/SP 251.382) e outros, representando Mendes Junior Trading e Engenharia S A; Guilherme Ferreira Gomes Luna (OAB/SP 247.093) e outros, representando Galvão Engenharia S/A.; Ruy Pereira Camilo Junior (OAB/SP 111.471) e outros, representando Techint Engenharia e Construção S/A.; Camila Batista Rodrigues Costa (OAB/DF 46.475), representando Construtora OAS S.A.; Pedro da Silva Machado (OAB/RJ 86.278) e outros, representando Iesa Óleo & Gás S.A.; e Júlio Cezar Thomaz (OAB/SP 261.352-D) e outros, representando Engevix Engenharia e Projetos S/A.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

014.361/2015-9
Tomada de contas especial para apurar indícios de superfaturamento em contrato relativo ao Lote 2 da Ferrovia Norte-Sul, no Estado de Goiás. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.
Responsáveis: Constran S.A. - Construções e Comércio; Francisco Elisio Lacerda; Jorge Alberto Aun; José Roberto Bertoli; José Américo Cajado de Azevedo; José Francisco das Neves; Luiz Carlos Oliveira Machado; Luiz Sérgio Nogueira; Maria Estela Filardi; Ulisses Assad
Representação legal : Cyrlston Martins Valentino (OAB/DF 23.287) e outros, representando José Américo Cajado de Azevedo; Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/DF 49.331) e outros, representando Jose Roberto Bertoli, Jorge Alberto Aun e Constran S.A. - Construções e Comércio; Gabriel Miranda Coelho (OAB/RJ 43.502), representando Maria Estela Filardi; Leonardo Lacerda Jube (OAB/GO 26.903), representando Francisco Elisio Lacerda; Eri Rodrigues Varela (OAB/RN 1.807) e outros, representando Ulisses Assad; Najla Saad El Haouli (OAB/GO 40.566), representando José Francisco das Neves; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Luiz Sérgio Nogueira; Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

015.023/2018-4
Solicitação do Congresso Nacional de fiscalização com o objetivo de verificar, especialmente quanto à economicidade, a execução das despesas referentes a diversos termos de execução descentralizada.
Interessado: Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados
Órgãos/Entidades/Unidades: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes; Ministério do Esporte;
Universidade da Força Aérea; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

028.653/2017-3
Pedido de reexame contra deliberação que considerou ato de aposentadoria legal e determinou cessar o pagamento de parcela referente a bônus de eficiência e produtividade.
Interessados: Luiz Carlos Telles Bastos; Luiz Humberto de Biase; Luiz Tadeu da Silva; Marcelo Yampolschi; Marcia Lemes Arai
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

036.425/2012-5
Pedido de reexame contra deliberação que apreciou a revisão de ofício do ato de admissão do recorrente, considerando-o ilegal em virtude de violações às normas de regência do concurso público para magistério.
Recorrente: Jose Carlos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Interessados: Dirceia Romero Calixto; Edneia Durli; Eduardo Alberto Felippsen; Fausto Neves Silva; Fernanda Aparecida Henneberg; Fernando de Lima Alves; Gerson Jose Guernieri; José Carlos Pereira; Marcio Luiz Modolo; Marcio Rodrigo Santos; Monica Luiza Simiao Pinto; Nara Mayumi Simões Florido; Paulo Henrique Camargo Batista; Raphael Miranda Medeiros Cruz; Romulo Ruiz Gasparini; Vanessa Vogt
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

001.445/2014-6
Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados mediante diversos convênios, que tinham por objeto a realização de estudos, projetos e obras de implantação do Projeto de Irrigação de Flores de Goiás-GO. Análise das alegações de defesa.
Órgãos/Entidades/Unidades: Estado de Goiás, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
Interessado: Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia, Ângelo Rosa Ribeiro, Antônio Alberto Basílio, Giuseppe Vecci, Oton Nascimento Júnior, Ovídio Antônio de Angelis e Wellington Carlos da Silva; Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda. e Manning Engenharia, Projetos e Obras Ltda.
Representação legal: Marizete Carlos Inacio de Oliveira representando Ovídio Antônio de Angeli; Ana Cristina da Costa e David Levistone da Silva Souza (OAB/GO 11.750), representando Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda.; Luciana Daher Vieira(OAB/GO 16.528) e Murilo Nunes Magalhães (OAB/GO 22.558), representando Giuseppe Vecci; Sebastião Alves Pereira Neto (OAB/DF 16.467), com substalecimento para Débora Silva de Brito (OAB/DF 22.301) e outros, representando Wellington Carlos da Silva; Leonardo Lacerda Jube (OAB/GO 26.903), representando Oton Nascimento Júnior; Carlos Antônio de Macedo Silva (OAB/GO 5.685) e Tiago de Paiva Faleiro (OAB/GO 38.003), representando Ângelo Rosa; Mário Márcio Ferreira da Silva (OAB/GO 9.882) e outros, representando Antônio Alberto Basílio

016.862/2013-9
Recurso de revisão interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por convênio que teve por objeto dar apoio técnico e financeiro para a aquisição de equipamento e material permanente, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).
Recorrente: Gilberto Schwarz de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Chapada dos Guimarães/MT
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Representação Legal: Pedro Aparecido de Oliveira (OAB/MT 7.549) e Carlos Arruda Carli (OAB/MT 14.691), representando Flávio Daltro Filho; Edwin de Almeida Costa (OAB/MT 14.621) e Fábio Luiz Palhari (OAB/MT 19255-O), representando Gilberto Schwarz de Mello

020.081/2005-7
Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes e condenou-lhes ao pagamento do débito e de multa em razão de irregularidades em contratos de serviços de publicidade e propaganda.
Recorrentes: Ana Cristina Ribeiro da Cunha; Antonio Leonardo dos Santos Farias; Celina Maria Morosino Lopes; Clauir Luiz Santos; Conceição de Moraes Cavalcante; Edson Massao Kikuchi; Eliane Silva de Paula; Emilio Humberto Carazzai Sobrinho; Fischer America Comunicacao Total S.a.; Geraldo Gama Andrade; Gislaine Passador Bittencourt de Sá; Jorge Eduardo Levi Mattoso; João Carlos Garcia; Luiz Antônio Carvalho Arrochela Lobo; Marcia Barreto Ornelas; Maria Aparecida Rosa Vital Brasil Bogado; Silva de Paula Engenheria Ltda - Me; Silvia Sardinha Ferro; Sérgio Santos Serra; Valdery Frota de Albuquerque; Valdinéa de Sousa Parga
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando Caixa Econômica Federal, Clauir Luiz Santos, Edson Massao Kikuchi, Jorge Eduardo Levi Mattoso e João Carlos Garcia; Ana Carolina Heringer Costa Castellano e outros, representando Fischer America Comunicacao Total S.A.; Mauro Porto (OAB/DF 12878) e outros, representando Valdery Frota de Albuquerque; Nadja Maria Mehmeri Lordêlo, representando Silvia Sardinha Ferro; Murilo Oliveira Leitão (OAB/DF 17611), representando João Carlos Garcia, Jorge Eduardo Levi Mattoso, Clauir Luiz Santos e Gislaine Passador Bittencourt de Sá

025.401/2017-3
Relatório de monitoramento das deliberações proferidas em processo de acompanhamento dos riscos ligados ao subsídio e à garantia oferecidos pela União em face de eventual déficit operacional do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016.
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério do Esporte (ME) e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (Comitê Rio 2016).
Interessados: Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.
Representação legal: João Henrique Gamond Saraiva, representando o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016

031.581/2015-3
Auditoria nos aditivos dos contratos de concessões rodoviárias geridos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em especial as alterações contratuais concernentes à execução de investimentos não previstos originalmente para a Rodovia BR - 116/RJ/SP (Rodovia Presidente Dutra).
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Interessados: Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.; Congresso Nacional
Representação legal: Ana Beatriz Rodrigues Castro e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A

033.061/2010-6
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e os condenou ao pagamento de débito e multa em razão de irregularidades em transferências voluntárias e nos programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Saúde da Família (PSF) e Programa Bolsa Família (PBF).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrentes: Maria Nélia Helcias Moura Vasconcelos; Bruno Rogério Morais; Ângela Célia Lima Vasconcelos; Pedro Rogério Morais; Francisco José Soeiro; Márcio Roney Mota Lima; Eliesio Rocha Adriano; Antonio Keydson Morais Carvalho; e Rogério Teixeira Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bela Cruz/CE
Interessado: Município de Bela Cruz/CE
Representação legal: José Candido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB/CE 4.040) e outros, representando EPB Projetos Construções e Serviços Ltda.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

010.438/2015-7
Pedidos de reexame em face de acórdão que apreciou denúncia a respeito de promoções ilegais no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.
Recorrentes: Gilmar Horta Thomé, Jean Cláudio de Souza Hermógenes, Francisco Cleudiomar Alves Ferreira, Francisco de Assis Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Roraima
Representação legal: João Paulo Buffon (OAB/DF 16.003/E) e outros; Cecília Smith Lorezom (OAB/RR 470A); Warner Velasque Ribeiro (OAB/RR 288A) e outros

018.515/2014-2
Embargos de declaração opostos ao acórdão que rejeitou embargos de declaração apresentados em face de decisão, em sede de agravo, que revogou cautelar adotada anteriormente, permitindo a continuidade de procedimento cujo objeto era a contratação de sociedades de advogados.
Embargantes: Associação dos Advogados do Banco do Brasil e Banco do Brasil S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Apoio aos Negócios e Operações Logísticas de São Paulo do Banco do Brasil S.A.
Representação legal: Tatiane Rodrigues Soares (OAB/DF 16.141), Márcio Antônio Sasso (OAB/PR 28.922/PR), Genésio Felipe da Natividade (OAB/PR 10.747), Giovani Gionédis (OAB/PR 8.128), Luana Katarine Rocha de Souza (OAB/SP 284.566), Eric Sarmanho de Albuquerque (OAB/DF 17.406), Sílvio Oliveira Torves (OAB/RS 29.355), Ênio Galan Deo (OAB/SP 141.362), Helena Patrícia Freitas (OAB/MG 19.760), Thiago de Oliveira Santoro (OAB/RJ 159.610), Tatiana Martins da Costa Camarão (OAB/MG 61.066), Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva (OAB/MG 65.572) e outros

023.563/2018-4
Representação, com pedido de medida cautelar, contra atos praticados em pregão eletrônico que tem por objeto a contratação de serviços de tecnologia da informação.
Representante: CTIS Tecnologia S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: Alexandre Rocha Pinheiro (OAB/DF 12.968); Ricardo Barreto de Andrade (OAB/DF 32.136); Maria Augusta Rost (OAB/DF 37.017); Mariana Mello Lombardi (OAB/DF 53.879)

028.049/2016-0
Auditoria com o objetivo de analisar o processo licitatório, a execução contratual e a realização de pagamentos para a prestação de serviços de publicidade e outsourcing de impressão.
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
Responsáveis: Alessandra Nunes Alves, Pregoeira; Luiz Fernando da Costa e Cunha; Emílio César Lopes Vaamonde; Erika Gress de Souza Nicolay; Fábio Ribeiro Pizzo; Flávio Decat de Moura; Franca Di Sabato Guerrante; Leandro Coelho Rosa; Luís Fernando Paroli Santos; Pedro Cardoso Franco; Simone Corbiceiro Rocha
Representação legal: Paulo Henrique de Sousa Azevedo (OAB/RJ 100.311), Igor Folena Dias da Silva (OAB/DF 52.120) e outros

Ministra ANA ARRAES

000.392/2018-9
Representação acerca de possíveis irregularidades em concorrência para reforma do edifício-sede do Sebrae/PA.
Representante: Ângulo Forte Construções e Projetos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará
Responsáveis: Ana Maria Queiroz Ribeiro da Silva Vinagre, André Fernandes de Pontes, Ely Nonata da Cunha Leal, Fabrizio Augusto Guaglianone de Souza e Leonardo Dias Serique
Representação legal: Michel Rodrigues Viana (OAB/PA 11.454-B) e outros representando Fabrizio Augusto Guaglianone de Souza; Ana Maria Queiroz Ribeiro da Silva Vinagre (OAB/PA 14.893) e outros representando o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará; Tiago Nasser Sefer (OAB/PA 16.420) e outros representando a Sanecon - Saneamento e Construção Civil Eireli (atualmente EPP); José Maria Rodrigues Alves Júnior (OAB/PA 11.710) e outros representando a Ângulo Forte Construções e Projetos Ltda.

015.601/2009-0
Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a pedido de reexame interposto contra decisão que, entre outros pontos, declarara a inidoneidade da embargante e de outras empresas para participar de licitação na Administração Pública Federal, prolatada em processo de levantamento com o objetivo de apurar a ocorrência de fraude em concorrência que objetivou a execução, com emprego de recursos federais, de sistema de irrigação na bacia do Rio Preto.
Embargante: Construtora Artec S/A
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Distrito Federal (atual Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal)
Representação legal: Henrique Neves da Silva (OAB/DF 7.505) e outros representando Construtora Artec S/A

023.481/2018-8
Agravos interpostos contra o acórdão que deferiu medida cautelar com vistas a suspender a execução de contrato que tem como objeto a prestação dos serviços destinados ao programa Governo Eletrônico/ Serviço de Atendimento ao Cidadão - Gesac.
Agravantes: Telecomunicações Brasileiras S.A., Advocacia-Geral da União e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Telecomunicações Brasileiras S.A.
Representação legal: Marcelo Lindoso Baumann das Neves (OAB/DF 33.079) e outros representando a Telecomunicações Brasileiras S.A.; Luís Inácio Lucena Adams (OAB/DF 29.512) e outros representando o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal; Advocacia-Geral da União; Daniel Pereira de Franco (advogado da União)

023.630/2018-3
Auditoria na empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. para fiscalizar as obras de Aproveitamento Hidrelétrico Simplício, formado pelas usinas Simplício e Anta.
Interessado: Congresso Nacional
Órgão/Entidade/Unidade: Furnas Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

001.360/2015-9
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas de convênio que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Congresso Abetar 2009". Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Alejandro Sigfrido Mercado Filho; Apostole Lazaro Chryssafidis; Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional; Camila Silva Lourenço Lam Seng; Hc Comunicação & Marketing Ltda. - ME; Mercado Eventos Ltda. - ME
Representação legal: Ted de Oliveira Alam (OAB/SP 167.443) e outros, representando Camila Silva Lourenço Lam Seng e Hc Comunicação & Marketing Ltda. - ME

001.842/2007-6
Pensão civil de beneficiários na condição de menores sob guarda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Interessados: Isabel Pinheiro Cropalato Alcantara e Marilia Cropalato Alcantara, pensionistas de Joao Gabrel de Castro Alcantara; Samuel Carneiro Costa, pensionista de Joaquim Gomes da Costa; Diana da Silva Deiro Ribeiro, pensionista de Maria de Lourdes Nonato Deiro Lefundes; Augusta Gomes de Aragão, Italo de Aragão Silva e Janete de Aragão Silva, pensionistas de Otavio Januario Silva; Eduardo Ruben Garcia Almeida e Emmanuel de Araújo Almeida Neto, pensionistas de Risoleta de Macedo Almeida
Representação legal: Heidi Costa Carvalho (OAB/BA 44.876), representando Italo de Aragão Silva e Janete de Aragão Silva

002.555/2015-8
Recurso de revisão interposto contra acórdão julgou irregulares as contas do recorrente e condenou-lhe ao pagamento de débito e multa em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos recebidos mediante convênio que tinha por objeto a realização do evento "Regata de Jangadas Pontal - XIV Edição".
Recorrente: Caetano Guedes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Fortim/CE
Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3.625) e outros, representando Caetano Guedes Junior

004.551/2012-5
Pedido de reexame interposto contra decisão que aplicou multa aos recorrentes em razão de omissão na adoção de providências em contratos de obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.
Recorrentes: Marcelo Pereira Borges e Stanley Rodrigues Bastos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Responsáveis: Marcelo Pereira Borges e Stanley Rodrigues Bastos
Representação legal: Cláudio Castro Mattos (OAB/DF 39.211) e outros, representando Marcelo Pereira Borges e Stanley Rodrigues Bastos

007.780/2017-6
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas de convênio que tinha por objeto o apoio à realização do evento intitulado "Congresso Anual da ABETAR 2007". Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação-Geral de Convênio - MTur
Responsáveis: Apostole Lazaro Chryssafidis; Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional - Abetar; Jorge Alberto Vianna
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Maria Augusta Viegas e outros, representando Jorge Alberto Vianna

007.781/2017-2
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas de convênio que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Estudo Técnico para Regulação Econômica do Setor de Transporte Aéreo Regional". Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional
Responsáveis: Apostole Lazaro Chryssafidis; Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional; Atila Yurtsever
Representação legal: Fábio Silva Andrade (OAB/AM 9.217) e outros, representando Atila Yurtsever

016.917/2015-4
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas de convênio que tinha por objeto o apoio à realização do evento intitulado "Congresso Abetar 2008". Análise das alegações de defesa.
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado de São Paulo; Ministério do Turismo
Responsáveis: Alejandro Sigfrido Mercado Filho; Apostole Lazaro Chryssafidis; Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional - Abetar; Mercado Eventos Ltda - Me; Mercia Lopes Ferraz; Sandro Luiz Ferraz Tosi; Tosi Treinamentos Ltda - Me
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

018.659/2003-5
Recurso de revisão interposto contra decisão que condenou a recorrente ao pagamento do débito, em solidariedade com gestores municipais, e de multa em razão da falta de comprovação da entrega de produtos ao município de Rio Branco/AC.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rio Branco/AC
Responsáveis: A C G Comércio e Representações Ltda; Antônio Airto de Carvalho; Carlos Augusto Beyruth Borges; Ely de Souza Santos; F F Maciel Me - Grafica Imperial Comercio e Representações; F. C. Carvalho Filho - Comercial São Lucas; Francisco Cândido de Carvalho Filho; Francisco Fernandes Maciel; G S Silveira - Me; Giomar Conegundes Mesquita; Greice Helionay Freitas dos Passos; J A F de Souza - Meu Cantinho; José Antônio Ferreira de Souza; José Ribamar Pinheiro de Almeida; M. M. Maciel (me) - Comergraf; Mariléia Morais Maciel; Mauri Sérgio Moura de Oliveira; Paulo Charles Costa Barbosa; Paulo Henrique F Monteiro; Recol Distribuição e Comercio Ltda.; Roberto Alves Moura; Rosalvo Rodrigues da Silva; Rosalvo Rodrigues da Silva - Impersoma Distribuidora; W G Fernandes - Me; William Manoel Gomes Fernandes
Representação legal: Marco Antônio Mourão de Oliveira (OAB/AC 2.426-A) e outros, representando Recol Distribuição e Comercio Ltda. e Paulo Charles Costa Barbosa; Ferdinando Farias Araújo Neto (OAB/AC 2.517), representando Ely de Souza Santos; Paulo Luiz Pedrazza (OAB/AC 1.917), representando Carlos Augusto Beyruth Borges; Silvio Ferreira Lima (OAB/AC 2.435), representando J A F de Souza - Meu Cantinho

023.614/2017-0
Auditoria, no âmbito da FOC Obras paralisadas no Nordeste, em que se fiscalizaram obras das áreas de saúde, educação e saneamento no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Municípios do Estado da Paraíba, FNDE e FUNASA
Representação legal: não há

024.768/2017-0
Auditoria com o objetivo de verificar os principais gargalos que impactam a eficiência dos portos brasileiros, bem como identificar oportunidades de redução de tempo de liberação de cargas e de custo para o usuário importador/ exportador.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA
Representação legal: Não há

025.516/2018-3
Processo de desestatização para acompanhar o arrendamento portuário de terminal voltado para movimentação e armazenagem de graneis líquidos no Porto de Vitória/ES (VIX30).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

032.997/2017-5
Representação do Senador Antonio Augusto Junho Anastasia contra a Portaria MTPA 911/2017, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, cujo efeito prático foi revogar a Portaria MTPA 376/2017 e reestabelecer a possibilidade de voos regulares domésticos, sem restrições, no Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Aeroporto da Pampulha - SBBH), em Belo Horizonte/MG. Análise das oitivas da Infraero, Anac e MTPA.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Interessados: Agência Nacional de Aviação Civil; Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

005.912/2015-6
Auditoria nas obras de duplicação do Anel Viário de Fortaleza na BR-020/CE.
Órgãos/Entidades/Unidades: Superintendência Regional do DNIT no Estado do Ceará e Governo do Estado do Ceará
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Anderson Lamarck Pontes Parente (OAB/CE 21.964), Márcio Christian Pontes Cunha (OAB/CE 14.471), Yasser de Castro Holanda (OAB/CE 14.781)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

009.369/2017-1
Tomada de contas especial instaurada diante de fraude perpetrada pela irregular concessão de benefícios previdenciários com o dano ao erário. Análise das alegações de defesa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Volta Redonda/RJ
Responsáveis: Claudio Regi de Oliveira Pinto; Estela Mari Cortez; Jose Goulart Nicolau e Júlio Cesar Freitas Petrelli
Representação legal: Fabiano Campos Neves (OAB/RJ 172.098) e outros, representando Cláudio Regi de Oliveira Pinto

011.011/2018-1
Monitoramento de deliberação em que se examinou representação sobre possíveis irregularidades em concorrência para a contratação de serviços de cobrança administrativa extrajudicial e judicial de pessoas físicas e jurídicas.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

018.178/2018-9
Monitoramento de determinação proferida em auditoria nas obras de implantação do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte na região sul de Palmas/TO.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades
Representação legal: não há

021.128/2016-2
Tomada de contas especial instaurada diante da impugnação total das despesas relativas aos recursos federais repassados por convênio que tinha por objeto a execução de sistema de esgotamento sanitário. Análise das alegações de defesa.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cachoeirinha/TO
Responsáveis: Marco Antônio Oliveira Prado e Zélio Herculano de Castro
Representação legal: Stéfany Cristina da Silva (OAB/TO 6.019), representando Zélio Herculano de Castro

Em 21 de setembro de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 26/09/2018, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, ***caput*** , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

003.700/2018-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

022.933/2015-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: Holmes Nogueira Bezerra Naspolini (OAB/DF 49.968/) e outros

028.241/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261) e outros

Ministra ANA ARRAES

028.509/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

011.624/2018-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

028.974/2018-2
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

016.353/2016-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: Isabela de Moura Braganca Lima (OAB/RJ 137.507/) e outros

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

020.714/2016-5
Natureza: Acompanhamento
Representação legal: Wagner de Campos Rosário e outros

Ministro BRUNO DANTAS

012.650/2018-8
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

020.474/2017-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Representação legal: não há

Em 21 de setembro de 2018.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

2ª CÂMARA

ATA Nº 33, DE 11 DE SETEMBRO DE 2018
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
Subsecretária das Câmaras, em substituição: AUFC Lorena Medeiros Bastos Corrêa

Às 16 horas e 5 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo, do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, e do Representante do Ministério Público, Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Ausentes o Ministro Aroldo Cedraz, com causa justificada, e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por motivo de férias.

A Presidência, com fundamento no art. 55, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno, convocou o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho para completar a composição da Segunda Câmara.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata nº 32 referente à Sessão Ordinária realizada em 4 de setembro de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÃO (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho:

Registro de esclarecimento adicional relativo aos textos do relatório e da proposta de deliberação que fundamentaram o Acórdão 8.056/2018-Segunda Câmara, prolatado no âmbito do TC-010.700/2016-1, na sessão de 4/9/2018.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-029.651/2016-6 e TC-029.656/2016-8, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-000.593/2016-8, TC-014.426/2015-3, TC-017.887/2014-3 e TC-029.090/2015-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-022.415/2009-5, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-033.513/2016-3, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes; e

TC-009.369/2017-1, TC-014.592/2016-9, TC-014.677/2012-1, TC-023.806/2018-4 TC-25.512/2017-0, TC-029.171/2015-6 e TC-029.548/2017-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-029.362/2014-8, que trata de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde diante da não aprovação da prestação de contas do convênio celebrado para a execução de sistema de abastecimento de água nos Povoados Baixão e Seriema, no Município de Luís Correia - PI, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, o Dr. Rafael de Melo Rodrigues produziu sustentação oral em nome de Francisco Araújo Galeno. Acórdão 8326

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 8066 a 8325:

RELAÇÃO Nº 25/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 8066/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.927/2009-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lazaro de Freitas Nunes (014.988.868-68); Omar Araujo (060.643.618-91); Omar Araujo (060.643.618-91); Paschoal Angotti (012.825.308-87); Renato Waldomiro Liserre (210.283.038-15); Terezinha de Jesus Carneiro Umbelino (194.180.196-04); Valmir Carlos Galacini (328.195.798-68); Valmir Carlos Galacini (328.195.798-68).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8067/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rogério de Almeida Humenhuk, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.568/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rogério de Almeida Humenhuk (391.246.067-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8068/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Luiza Leontina Andrade Ribeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.548/2013-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Luiza Leontina Andrade Ribeiro (118.179.501-00).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Cuiabá/MT - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8069/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de José Apolinário dos Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.556/2010-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Apolinário dos Santos (054.715.401-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8070/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.350/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria de Lourdes Fernandes Pinheiro (107.278.092-53); Rosa Maria de Araújo Cavalcanti (085.439.502-44).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8071/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.379/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alba Maria Braga Albuquerque (117.861.833-15); Francisco de Assis Chagas de Carvalho (072.970.763-68); Jose Wilton de Souza (017.429.733-53).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8072/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.380/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Amara Barbosa Maciel Cavalcanti (156.654.704-06); Eluizio Alves dos Santos (123.482.954-15); Iedo Maciel de Oliveira (098.240.654-15); Joao Araujo da Cruz (107.411.864-20); Joao Maria Lopes (524.001.404-30); Joao Varela da Silva (107.509.324-49); Joao da Cruz da Silva Júnior (438.354.224-72); Joaquim Marcio Ubarana (721.145.258-72); Otavio da Cruz (107.412.164-34); Paulo Sales Gomes (050.130.894-68).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8073/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.381/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Roberto Cerqueira Carvalho (096.392.844-91); Valfredo da Fonseca Bezerra (534.619.247-68).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8074/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.453/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Hilcelia Girao Marques (045.071.423-34)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Ceará

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8075/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.454/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dorivaldo Ferreira de Oliveira (130.842.245-87); Jeronimo Correa Mendes (198.136.511-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8076/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria das Graças Militão Abrantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.456/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria das Graças Militão Abrantes (134.837.066-15)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8077/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Antonio Tacisio Mendes Sarmento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.458/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Tacisio Mendes Sarmento (063.277.104-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8078/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Laercio Soares de Araujo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.586/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Laercio Soares de Araujo (033.779.461-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8079/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Manoel Oliveira de Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.592/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Oliveira de Carvalho (122.055.324-72).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs em Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8080/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Lucimar Silva de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.602/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lucimar Silva de Oliveira (422.874.306-44).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8081/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.606/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Soares Correia (056.337.611-20); Sandra Regina Carneiro da Siva (124.577.441-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8082/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Jose Fernando Costa Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.607/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Fernando Costa Silva (260.696.366-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8083/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Sônia Nobrega Cordeiro de Barros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.610/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sônia Nobrega Cordeiro de Barros (202.732.407-06).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8084/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.613/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Irene Rodrigues da Silva (068.027.702-10); Jose Martimiano da Rocha (051.998.832-91).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8085/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.619/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alice Pereira Marinho (033.897.901-87); Delsio Oliveira de Assis (059.410.161-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8086/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Firmino Cipriano da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.620/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Firmino Cipriano da Silva (030.315.003-34).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8087/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Maria Jose Cardoso, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.624/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Jose Cardoso (244.945.001-78).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8088/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Francisco Alves da Cruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.630/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Alves da Cruz (021.873.454-91).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8089/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Otávio de Jesus Castro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.679/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Otávio de Jesus Castro (066.909.712-87).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amapá.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8090/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Sebastião Soares Barcelos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.681/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sebastião Soares Barcelos (211.777.751-15).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8091/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.682/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Luiza de Lima Souza (372.394.736-00); Moacyr Gondim Meira (007.181.816-20).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8092/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Heloisio Campanati Ribeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.690/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Heloisio Campanati Ribeiro (117.639.146-15).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8093/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Carivaldo Gualberto Pereira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.778/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carivaldo Gualberto Pereira (106.732.021-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8094/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Maria Luiza Soares de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.795/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Luiza Soares de Oliveira (011.179.928-70).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8095/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Shirley Santos Guimarães, sem prejuízo da determinação consignada a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.911/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Shirley Santos Guimarães (512.974.937-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 8096/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.623/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Fernandes de Carvalho (114.720.141-20); Sonia Regina Rodrigues Vieira (265.819.221-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8097/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marcílio Lima de Barros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.637/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcílio Lima de Barros (076.213.024-53)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8098/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.639/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Andarilho Vieira Alves (721.589.058-91); Elacy Oliveira Cesar Moreira (190.478.351-15); Manoel Satiro de Oliveira (098.681.193-91); Mary de Lourdes Pereira Almeida (310.918.901-10); Natalia Gomes da Silva (158.569.171-20); Vilma Pires de Carvalho (500.136.531-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8099/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mara Maineri, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.644/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Mara Maineri (376.609.699-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8100/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.272/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Iran Alves Gomes (626.807.307-04); Irani Costa Lima (396.880.707-34); Irani Teixeira Vicente (602.653.457-15); Iranilda Ferreira de Andrade (810.244.877-68); Iranildo Francisco de Souza (038.614.697-74); Irany Lima de Oliveira (014.304.387-03); Irenaldo da Conceicao Magalhaes (523.973.517-49); Irineia Sant Anna Rosa (604.285.117-91); Irion de Andrade Moreira Junior (009.238.057-37); Iris de Fatima Ferreira Faria (053.711.957-42)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8101/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.277/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivan Freire de Lima (014.241.417-45); Ivan Gomes dos Santos Junior (024.260.027-19); Ivan Inacio Ferreira (611.099.247-04); Ivan Peclat de Medeiros (522.439.237-34); Ivan Sampaio de Araujo (773.974.107-82); Ivan Sergio Ribeiro (537.610.577-68); Ivana Celia Meireles Rodrigues (868.132.007-63); Ivanda Maria Brochado Mello (918.055.207-25); Ivania Barboza Lobo (563.773.987-00); Ivania Castilho de Abreu Araujo (869.056.947-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8102/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.279/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ivo Flores de Azevedo (855.989.927-87); Ivo Teixeira de Jesus (108.288.697-15); Ivone Maria de Souza Ramos (922.224.807-44); Ivone do Monte Neto Camargo (401.466.267-53); Ivonete Soares Luz Pacheco (683.977.557-72); Ivonete dos Santos Vieira (608.111.457-00); Ivonilson Barbosa Carvalho (012.896.157-05); Izabel Cristina dos Santos Costa (015.976.677-06); Izabel Silva de Oliveira Sena Melo (010.325.847-77); Izaias dos Santos (003.528.787-03)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8103/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.287/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jayme Inacio Ferreira Neto (801.080.247-68); Jayme Jose de Araujo Silva (000.554.027-55); Jayme de Oliveira Filho (905.748.347-53); Jean Carlos Matos Pereira (026.537.777-38); Jean Carlos de Melo e Silva (013.692.177-90); Jeane Dias Toste (012.192.767-90); Jeanete da Silva Cardoso (953.295.527-53); Jeferson Maia Silveira (896.041.727-00); Jeferson Monteiro da Costa Xavier (011.324.537-80); Jeferson de Oliveira (003.428.937-26)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8104/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.292/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Carlos Santos (848.733.887-91); Joao Carlos Trindade Pires (029.824.357-13); Joao Carlos Vaz Quirino (665.107.407-53); Joao Eumar dos Anjos (286.620.757-20); Joao Francisco Pereira (582.838.037-00); Joao Jose Correa Bilheu (924.842.127-04); Joao de Jesus Souza (735.048.907-20); Joao de Oliveira Fogos Filho (819.146.957-04); Joao de Oliveira Rangel (011.346.787-70); Joao de Souza (647.666.327-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8105/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.295/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joao Marcos Gomes (812.160.507-59); Joao Marcos Rangel Guimaraes (027.047.537-09); Joao Paulo Selano (016.401.257-52); Joao Pereira Martins (464.596.187-04); Joao Roberto Dias da Fonseca (505.396.207-34); Joao Roberto Rodrigues (882.094.587-87); Joao Roberto de Freitas Rodrigues (037.038.187-43); Joao Tavares de Mello (887.024.217-04); Joao Vicente Costa (870.366.067-20); Joaquim Jose Louzada (169.248.519-91)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa mo Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8106/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.299/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joercio dos Santos (833.689.737-20); Joessi Costa Verdadeiro (020.859.447-79); Johnny Torres Braga (004.004.457-27); Joilson dos Santos Muniz (001.061.557-17); Jonas Cesar Mariotti Lima (853.351.777-72); Jonas Ciro de Souza Alves (432.595.707-30); Jonas Costa dos Santos (009.260.137-50); Jonas da Silva Santos (775.667.507-04); Jonas de Andrade Viana (649.158.917-04); Jonas de Souza Faria (426.302.907-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8107/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.306/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Luis Andrade da Silva (963.079.007-68); Jorge Luis Kelly da Cunha (704.522.967-49); Jorge Luis Monteiro da Silva (021.697.437-23); Jorge Luis Ventura Novena (021.640.047-36); Jorge Luis de Oliveira (642.182.797-72); Jorge Luiz Bastos da Cruz (675.682.547-04); Jorge Luiz Braga Catalani (027.184.587-20); Jorge Luiz Cantanhede da Silva (565.908.497-49); Jorge Luiz da Silva (404.779.087-72); Jorge Luiz da Silva (805.025.807-63)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8108/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.312/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge William Nunes Ourique (734.176.887-87); Jorgeane da Silva (005.537.987-74); Jorgeany Amaral de Souza Santos (023.290.297-64); Jorgenete Almeida de Souza (815.962.197-34); Jorgete Oliveira de Melo (010.168.717-67); Jorgiana da Silva Ramos (397.742.957-49); Jorgim do Nascimento Barbosa (827.878.407-87); Jorneci Domingues Pereira (517.161.197-15); Josaide Vargas Alves Barbosa (931.337.827-20); Jose Accacio Macedo dos Santos (814.440.107-78)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8109/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.318/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Carlos Dias Goncalves (819.396.047-53); Jose Carlos Franco Ferreira (429.636.807-91); Jose Carlos Freire (850.965.717-34); Jose Carlos Lerbak (837.898.047-20); Jose Carlos Lopes Moreira (810.416.597-68); Jose Carlos Luciano de Oliveira (940.329.397-72); Jose Carlos de Moraes Santa Na (935.256.807-91); Jose Carlos de Sousa (036.222.557-57); Jose Carlos de Souza Abreu (023.282.657-90); Jose Carlos de Souza Ribeiro (847.202.207-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8110/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.319/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Carlos Matias da Costa (549.180.907-10); Jose Carlos Moreira (013.212.757-14); Jose Carlos Muniz Cabral (861.715.267-20); Jose Carlos Pereira de Andrade (427.321.827-53); Jose Carlos Rangel (368.093.657-53); Jose Carlos Soares (637.938.147-34); Jose Carlos Tavares Gomes (767.752.407-91); Jose Carlos Trigueiro de Souza (871.519.287-34); Jose Carlos Vieira da Silva (867.990.537-20); Jose Cavalcanti Sucupira Junior (987.791.507-30)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8111/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.323/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Geraldo da Silva (896.186.027-53); Jose Geraldo do Nascimento Moraes (366.712.827-49); Jose Gomes da Costa (602.536.067-72); Jose Gomes da Silva (085.794.745-15); Jose Haroldo do Nascimento (417.680.197-20); Jose Henrique da Silva Andrade (907.903.757-53); Jose Henrique de Lima Nogueira (893.698.667-87); Jose Henriques Veiga da Silva (819.103.047-00); Jose Hormino Reis Monteiro (290.277.807-49); Jose Isaias J Thompson Cavalcante (006.648.287-95)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8112/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.327/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Merces dos Santos (388.445.677-68); Jose Monteiro da Silva (509.560.787-53); Jose Natalino Machado (779.585.197-53); Jose Osmar Barbosa de Queiroz (368.665.047-91); Jose Osvaldo de Araujo Nunes (308.227.507-91); Jose Ramos Nunes (004.572.637-09); Jose Ramos de Jesus Filho (840.383.907-30); Jose Renato Carneiro da Silva (632.059.127-72); Jose Renato Figueiredo de Marins (889.681.977-68); Jose Renato de Souza Fragozo (798.919.937-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8113/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.333/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Josiane Galliza de Araujo (027.196.137-62); Josiane Nascimento de Oliveira (007.106.177-04); Josias Ferreira da Silva (019.497.537-19); Josias Ferreira dos Santos (004.500.537-09); Josias Magalhaes Ferreira (718.742.087-00); Josias Medeiros (001.885.567-96); Josias Vitorino da Silva (001.926.817-37); Josias Xavier de Araujo (793.178.717-04); Josias da Silva Azevedo (012.159.017-80); Josiel dos Santos Goncalves (018.970.067-05)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8114/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.338/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julio Cesar Dutra de Morais (027.190.037-78); Julio Cesar Franco (808.119.907-10); Julio Cesar Lopes (009.541.927-61); Julio Cesar Ramalho Barreto (003.435.417-42); Julio Cesar de Amorim Mouzer (998.807.097-72); Julio Cesar de Azevedo (516.694.557-34); Julio Cesar de Lima Machado (016.288.977-16); Julio Cesar de Oliveira Silveira (009.541.647-17); Julio Cesar dos Santos Campos (013.574.137-85); Julio Cezar Antunes Arruda (760.722.077-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8115/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.342/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ladijane de Sena Silva (013.298.697-37); Ladislau dos Santos Filho (676.037.347-20); Lael Correa de Almeida (965.266.297-68); Laercio Luis da Franca Amorim (851.834.077-20); Laerte Medeiros Sousa (769.759.167-72); Laerte Nascimento da Silva (836.398.027-72); Lairton Souza Paiva (586.228.377-34); Lanir Gomes Martins (917.474.307-49); Larry Alves dos Reis (407.615.767-20); Laudenor Martins e Silva (598.034.287-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8116/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.347/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Licio dos Santos Morais (018.140.357-96); Lidia Maria Carvalho Oliveira (784.245.777-87); Lidia Maria Reis de Melo (880.484.387-04); Lidia Pereira Alves (803.094.617-15); Lidia Soares dos Santos (608.756.157-91); Lidia de Paula Souza (974.960.577-20); Lilian Lopes Barcellos (866.667.387-72); Liliana Patricia Rocha da Cunha (032.661.157-67); Liliana de Oliveira Rosa (019.242.407-69); Liliane Cabral Rocha (030.130.467-08)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8117/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.351/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luciana Figueira Villaca (008.845.587-46); Luciana Peres Souza (019.548.117-80); Luciana Pinto Vieira (044.368.017-56); Luciana Rosa Angelica Pereira Groba (959.151.097-72); Luciana dos Santos Barbosa (011.903.477-84); Luciana dos Santos Costa (023.256.357-83); Luciane Ferreira da Silva (030.708.017-06); Luciane da Costa Pereira Rosa (834.743.077-20); Luciano Alves Pinheiro (942.925.827-34); Luciano Andre dos Santos (025.802.357-01)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8118/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.357/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luis Carlos Ribeiro de Vasconcellos (922.187.097-91); Luis Carlos Rosa da Silva (835.721.807-59); Luis Carlos Terra (013.951.877-03); Luis Cesar Almeida Camara (587.620.787-04); Luis Claudio Amaral de Souza (010.072.147-83); Luis Claudio Costa (728.240.187-04); Luis Claudio Ferreira da Silva (022.097.247-83); Luis Claudio Lopes da Silva (005.856.947-29); Luis Claudio Moreira de Melo (004.956.237-17); Luis Eduardo Mota de Oliveira (001.044.537-45)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8119/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.361/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Augusto Gregorio Ferreira (026.489.647-54); Luiz Aurelio Barbieri (673.748.917-68); Luiz Candido Pinto da Silva (852.859.947-72); Luiz Carlos Barbosa da Silva (013.088.887-75); Luiz Carlos Costa (523.784.037-04); Luiz Carlos da Costa Ferreira (806.911.457-68); Luiz Carlos da Purificacao Anselmo (259.505.416-34); Luiz Carlos da Silva e Souza (821.389.317-49); Luiz Carlos de Gouvea (767.336.707-63); Luiz Carlos de Oliveira (585.879.507-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8120/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.364/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Carlos Vargas Eduardo (025.334.877-32); Luiz Carlos Vaz de Oliveira (760.127.867-00); Luiz Carlos Veras Lima (585.001.627-91); Luiz Cesar Barbosa Maia (972.312.827-68); Luiz Cesar dos Santos Souza (003.921.087-12); Luiz Cezar Bernardes (006.493.127-75); Luiz Claudio Barreto de Souza (004.892.677-93); Luiz Claudio Bernardo (788.641.277-04); Luiz Claudio Correa Faria (000.320.047-70); Luiz Claudio Correa da Silva (975.045.487-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8121/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.371/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Octavio Barbosa Cabral (870.787.597-53); Luiz Pricken Filho (530.423.877-04); Luiz Roberto Moutinho Goncalves (805.561.247-15); Luiz Roberto Nunes Rodrigues (028.289.137-40); Luiz Robson Carvalho Soares (012.122.457-09); Luiz Roni de Oliveira Sarmento (747.307.707-49); Luiz Sergio Oliveira (848.409.787-00); Luiz Sergio da Silva (685.036.797-87); Luiz Valadares da Silva (960.925.487-04); Luiza de Fatima Dantas (296.781.027-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8122/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.375/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Manuel Fernando Morim de Faria (854.149.057-20); Mara Cristina de Oliveira (616.878.807-78); Mara Lucia Araujo da Rocha Santos (511.709.067-53); Mara Lucia Soares Dias (005.856.837-94); Mara Mello de Souza (758.199.457-00); Mara Moreira Costa (508.329.997-68); Mara Rubia Silva Cavalcante (004.438.737-71); Marcela Cristina Roque Fernandes (036.582.887-44); Marcela Rangel dos Santos (030.263.007-48); Marcelia Gomes dos Santos (823.353.627-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8123/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.382/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Lauriano Luz (011.663.127-98); Marcelo Luis Rangel da Silva (014.477.517-44); Marcelo Maia Lopes (880.642.717-20); Marcelo Marques de Souza (004.504.937-84); Marcelo Moreira Teixeira (764.134.207-82); Marcelo Moura Rodrigues (013.217.797-80); Marcelo Nery Correa (020.738.987-00); Marcelo Neves Chagas (026.527.047-29); Marcelo Paixao (002.470.827-59); Marcelo Penha David (003.662.117-06)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8124/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.388/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcio Candido Garcia (975.127.107-04); Marcio Carlos de Oliveira (021.677.177-33); Marcio Cassiano Guerra (010.354.187-03); Marcio Dorna Figueira (991.996.617-72); Marcio da Cruz de Oliveira (012.365.097-65); Marcio da Silva Bandeira (002.253.497-01); Marcio de Athayde (760.441.657-87); Marcio de Souza Gomes (264.094.107-00); Marcio de Souza Santos (870.626.907-91); Marcio dos Reis Lima (016.501.717-14)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8125/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.390/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcio Jose Leite Machado (006.607.737-08); Marcio Leandro de Oliveira Sodre (006.636.937-13); Marcio Leite da Silva (562.550.205-68); Marcio Lopes (977.544.127-72); Marcio Luiz Carvalho (036.176.857-57); Marcio Luiz Silva dos Santos (762.247.167-49); Marcio Luiz de Amorim Louzada (004.689.897-22); Marcio Luiz de Oliveira (014.357.397-79); Marcio Machado dos Santos (827.327.447-00); Marcio Mauricio Alves (010.101.137-71)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8126/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.394/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marco Antonio Fernandes Xavier (016.009.537-94); Marco Antonio Gomes Ribeiro (016.363.427-01); Marco Antonio Guerra (011.013.947-06); Marco Antonio Lemos de Oliveira (882.178.177-15); Marco Antonio Machado (011.222.927-16); Marco Antonio Maximo da Cruz (811.705.997-53); Marco Antonio de Souza Lima (005.957.897-14); Maria Aparecida Barbosa Gomes (776.207.637-91); Maria Aparecida Cavalcante (496.815.087-34); Maria Aparecida da Silva (733.427.267-68); Maria Aparecida da Silva (898.250.127-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8127/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.400/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria de Fatima Gil Casemiro Diniz (396.201.587-68); Maria de Fatima Paranhos Pereira (956.005.157-15); Maria de Fatima Ribeiro de Souza (870.457.707-82); Maria de Fatima da Rosa Moreira Soares (783.971.207-00); Maria de Fatima da Silva Costa (032.460.147-60); Maria de Fatima da Silva Souza (019.318.587-30); Maria de Fatima de Oliveira (447.441.537-04); Maria de Fatima de Souza (942.036.877-72); Maria de Fatima de Souza dos Santos Olival (015.667.707-50); Maria de Fatima dos Santos (984.366.197-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8128/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.406/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Regina Cordeiro Monteiro (836.060.847-49); Maria Regina dos Santos Travassos (462.945.707-00); Maria Rosaria do Couto Sanchez (755.184.577-15); Maria Selma Costa Dias (790.879.067-49); Maria Severino Soares (983.336.317-20); Maria Solange Andrade dos Santos (496.055.857-15); Maria Stella Barros de Souza (799.243.287-87); Maria Teixeira Santos (708.326.177-68); Maria Tereza Ferreira Francisco (584.289.337-15); Mariangela Limoeiro de Melo (612.420.127-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8129/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.409/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marilza Santos Maia (828.013.047-00); Marina Amaral Gomes (758.994.777-68); Marina Aparecida Santana de Sousa (943.613.477-00); Marinaldo Jose da Silva (793.197.777-72); Marinalva da Costa Amaral (668.777.417-49); Marineide Leonardo de Lima (005.820.067-32); Marinete Ferreira de Oliveira (856.280.427-49); Marinete Gomes da Silva Lopes (923.744.257-20); Marinho Fernandes dos Santos (836.445.987-20); Marinho Lima de Paula (019.513.907-09)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8130/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.414/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marlucia Santos Rios (844.807.507-20); Marlucy Madeira Santos (028.752.007-20); Marta Azevedo de Barros (029.794.167-46); Marta Coe Guimaraes Rosa (014.275.307-69); Marta Martins dos Santos (009.384.007-11); Marta Pereira Feitosa Santiago (000.508.287-03); Marta Saldanha de Paiva (882.255.857-04); Marta Soares da Costa Villaverde (691.013.377-34); Marta Solange Monteiro Veloso (845.877.257-49); Marta da Cunha Dias (841.690.877-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8131/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes providências:

1. Processo TC-004.420/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Max Ronald Camacho Silva (012.433.687-64); Max Welber Correa Bueno (029.865.377-07); Maxwel Linhares dos Santos (035.598.767-88); Messias e Silva da Silva (021.520.647-98); Michaele Alves Farias Alberto (035.587.187-47); Miguel Jose de Albuquerque Silva (759.275.277-87); Miguel Moraes do Nascimento (807.357.467-53); Miguel Pereira da Silva (356.142.267-53); Miltom Alves da Silva (032.669.467-66); Milton Alves da Silva (938.379.507-78)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8132/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.425/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monica Regina Moreira Pinto (778.424.727-34); Monica Ribeiro de Souza (785.411.587-72); Monica Teles de Lima (011.809.067-48); Monica de Souza Silveira (786.823.127-00); Monica dos Santos Silva (033.151.787-63); Morvany Teixeira Sodre Monnerat (982.669.777-04); Moyses Christino (523.275.827-68); Mozar Tadeu Taldo Rodrigues (869.290.707-34); Munir Eccard Azevedo (924.186.517-20); Nadia Cristina Alves dos Santos (505.361.507-10)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8133/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.430/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nely Santos Lopes (904.638.707-00); Nemias Daniel dos Santos (105.065.878-78); Nery Maria Escobar Chagas (016.289.797-98); Neusa de Lima Pereira (549.554.677-68); Neuza Augusta de Oliveira Girao (017.861.847-02); Neuza Barbosa do Amaral (069.491.727-37); Neuza Maria da Silva Goes (668.895.107-04); Neuza Maria de Melo Pereira (532.297.897-68); Neuza Nonato da Silva (586.530.317-15); Neuzimar Coelho Peixoto (619.905.747-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8134/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.432/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nildo Correa do Nascimento (022.171.587-83); Nilmar Baptista Cerqueira (590.347.857-34); Nilo Adriano Pires Duarte (882.263.957-04); Nilo Cezar Saraiva (025.310.687-75); Nilo Roberto Silva (512.643.747-04); Nilo Sergio Silva de Oliveira (811.644.087-04); Nilo Sergio de Faria (531.087.287-68); Nilson Baptista (888.431.817-34); Nilson Candido Serafim (496.400.387-68); Nilson Correa de Andrade (032.049.687-23)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8135/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.437/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Odalea Lopes Barbosa (511.472.547-53); Odelina Tavares (994.059.977-34); Odete Leonor Zava (355.430.607-00); Odila Marques da Silva (071.287.827-02); Odiley do Nascimento (880.164.717-49); Odilia Maria Barros Fontoura (984.105.207-53); Odilon Olimpio da Silva (932.461.707-97); Odimilson Francisco Dias (765.535.317-49); Oldair Lima do Nascimento (842.329.197-91); Oldair da Rosa Oliveira (868.794.727-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8136/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.441/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Osvaldo Ferreira do Espirito Santo (884.720.277-91); Osvaldo Luis Rodrigues Conde (957.054.657-34); Osvaldo Luis Vieira (522.838.287-91); Osvaldo Luis de Oliveira (650.427.197-68); Osvaldo Pinheiro de Lima (008.566.637-86); Osvaldo Silva Xavier (997.234.417-72); Osvaldo de Souza Gomes (019.639.717-01); Oswaldo Bizzo Maturana (983.244.117-04); Oswaldo Luiz dos Santos Ferreira (009.486.147-14); Oswaldo Victorino Ribeiro (758.267.207-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8137/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.449/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Gomes de Oliveira Junior (570.501.477-53); Paulo Henrique Alves dos Santos (435.258.497-53); Paulo Henrique Braga Soares (011.921.467-94); Paulo Henrique Carneiro da Silva (999.852.417-20); Paulo Henrique Dias (033.474.317-66); Paulo Henrique Gomes Caldeira (020.650.277-03); Paulo Henrique Ribeiro dos Santos (030.526.207-62); Paulo Henrique de Carvalho Bertholdo (685.930.407-30); Paulo Henrique de Morais Oliveira (908.690.447-53); Paulo Jose Ferreira Pinto (669.912.697-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8138/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.454/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Roberto Vieira (563.568.467-04); Paulo Rocco (266.991.767-49); Paulo Rodrigues Filho (404.750.187-53); Paulo Ronaldo Correia (781.858.827-20); Paulo Sergio Borges (023.491.867-50); Paulo Sergio Cardoso Boechat (702.554.667-49); Paulo Sergio Cruz Cardoso (984.184.677-20); Paulo Sergio da Fonseca (537.948.347-04); Paulo Sergio da Silva (580.629.637-72); Paulo Sergio de Oliveira Barbosa (462.132.367-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8139/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.460/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raimundo Antonio Martins (867.203.507-06); Raimundo Lourenco da Silva (783.429.707-44); Raimundo Nonato Alves Medeiros (804.033.367-91); Raimundo Nonato Cutrim (359.994.037-15); Raimundo Nonato dos Santos Junior (979.882.867-49); Ranildo Souto dos Santos (988.297.937-87); Raphael de Oliveira Pereira Correa (019.564.817-02); Raquel de Abreu da Costa (013.224.147-18); Raul Montes Rosales Neto (953.817.757-68); Raul de Almeida Paiva (762.614.097-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8140/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.461/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raulwyson Ramos de Oliveira (661.151.327-20); Regina Celia Siqueira Romeiro (727.857.307-63); Regina Celia da Costa Muniz (011.192.437-50); Regina Fritz Scheneider (972.003.607-91); Regina Gerico de Oliveira (604.201.207-00); Regina Lucia Gomes da Silva (684.835.547-04); Regina Lucia Novaes Santos (587.819.947-53); Regina Lucia Pereira (033.448.127-93); Regina Lucia Sena (280.432.277-72); Regina Lucia de Souza (758.317.597-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8141/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.468/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Rosa da Silva (719.004.207-59); Renato Santos Mendes (854.464.917-34); Renato Teixeira Rangel (032.015.267-70); Renato Wilson dos Santos Mello (001.861.657-73); Rene Gomes da Silva (956.583.357-87); Renildo Cavalcante de Jesus (006.463.617-83); Renildo Luiz de Sousa (837.328.377-34); Renildo de Souza Apicelo (676.733.177-53); Reynaldo de Lima da Costa (399.378.607-68); Ricardo Adriano Nogueira (016.301.017-02)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8142/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.474/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rivanildo Jose da Silva (011.603.767-94); Roberio Vieira Dantas (130.410.377-34); Roberlei Alves de Oliveira (368.472.167-00); Robert Freire da Cunha (004.284.617-00); Roberta dos Santos Barreira (020.739.827-51); Roberto Araujo de Paula (880.243.937-00); Roberto Batista Fernandes (795.911.407-20); Roberto Caetano Siqueira Filho (801.176.357-15); Roberto Carlos da Silva (017.534.617-82); Roberto Carlos da Silva Gomes (016.423.627-94)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8143/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.477/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Ferreira Teixeira (673.698.807-10); Roberto Flurucava Figueiredo (767.525.427-91); Roberto Gomes dos Santos (802.803.747-04); Roberto Jorge de Lucas (385.332.357-04); Roberto Lopes de Gusmao (013.673.127-95); Roberto Luis Pascoal Lima (012.392.227-50); Roberto Marques Ferreira (450.602.404-44); Roberto Medeiros dos Santos (894.179.687-34); Roberto Mendes Medeiros (700.091.397-53); Roberto Nascimento Paula (029.105.637-74)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8144/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.484/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rogerio Couto de Faria (022.435.217-25); Rogerio Delaroli de Brito (022.389.767-10); Rogerio Dias Ferreira (858.929.557-53); Rogerio da Silva (014.535.917-45); Rogerio da Silva (974.487.457-00); Rogerio de Almeida Alves (959.768.257-53); Rogerio de Oliveira Santos (010.911.227-09); Rogerio de Souza Santos (775.340.187-49); Rogerio dos Santos Coelho (016.006.197-03); Rogerio dos Santos Ferreira (026.453.097-71)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8145/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.485/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rogerio Duarte Ferreira (842.247.387-91); Rogerio Ferreira (009.170.487-17); Rogerio Ferreira Coelho (033.633.317-03); Rogerio Fonseca Marinho (006.879.317-03); Rogerio Francisco de Andrade (809.520.627-04); Rogerio Francisco de Souza (857.696.497-04); Rogerio Goncalves Correa (520.103.764-04); Rogerio Honorio de Oliveira (648.341.747-00); Rogerio Justino da Silva Vita (016.055.307-51); Rogerio Lourenco Alves da Silva (012.001.037-26)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8146/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.492/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronei Felisberto (907.120.567-34); Ronei Henrique Duarte de Abreu (012.139.797-14); Roney Braga (894.872.737-00); Roney Rodrigues de Azevedo (041.234.977-99); Roni Uanderson Palheiro de Freitas (012.320.597-22); Roni Von Nunes da Silva (846.734.867-49); Ronos Felisberto (008.870.857-84); Rony Silva Gomes (023.236.167-30); Roque de Lima (788.494.387-53); Rosa Carla dos Santos Araujo (750.374.167-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8147/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.498/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rosilene Lucas Jardim dos Santos (922.586.207-59); Rosimaire Pacheco Franca (026.485.287-76); Rosimar Brito Guimaraes (032.053.137-63); Rosimar Lisboa Santos (019.173.847-69); Rosimeri Martins da Silva (684.627.437-53); Rosivaldo de Azevedo Dias (858.263.917-15); Rozilda Ramos Quintanilha de Melo (003.398.397-67); Rozimar Motta Soares (744.695.337-34); Rozita Vicente Cavalcante (004.025.457-70); Rubem Cesar Caxias de Almeida (835.358.887-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8148/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-004.503/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sandra Maria Fonseca Moreira (889.967.867-72); Sandra Maria Melo (592.162.047-53); Sandra Maria Ramos da Conceicao (496.361.897-49); Sandra Oliveira Miranda (814.167.687-34); Sandra Regina Oliveira de Figueiredo Pinto (905.122.867-87); Sandra Regina Rodrigues (926.474.487-87); Sandra Regina da Silva (004.131.697-58); Sandra Regina da Silva (033.468.357-23); Sandra Regina da Silva Benedicto (496.887.666-15); Sandra Regina de Souza (572.418.137-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8149/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.505/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sandro Ribeiro Belegoti (015.971.687-00); Sandro Rodrigues de Oliveira (034.090.037-70); Sandro Santos Valle (010.094.987-89); Sandro Valerio da Silva (013.420.757-22); Sanny Cardoso da Silva (017.586.157-96); Sara Leite Costa (651.202.487-72); Saulo Francisco Nunes (907.334.607-04); Saulo Lopes Anuda (948.999.837-00); Saulo Santos de Aquino (000.751.227-90); Saulos de Oliveira Moraes Coelho (982.818.527-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8150/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.512/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Felippe Teixeira (020.856.947-21); Sergio Fernandes Ferreira (987.589.777-91); Sergio Fernandes de Mello (789.996.267-68); Sergio Francisco Soares Filho (961.201.347-00); Sergio Francisco de Barros (011.718.267-29); Sergio Gomes (032.669.557-57); Sergio Gomes de Araujo (815.750.847-91); Sergio Gomes do Nascimento (786.778.077-72); Sergio Leopoldino Gremiao (056.138.157-71); Sergio Lima Gomes (810.506.747-15).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8151/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.517/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sergio Soares da Silva (841.690.527-49); Sergio Sollis Pontes (407.633.157-53); Sergio Souza Rodrigues Pinto (477.279.937-00); Sergio Teixeira Lobo (536.075.387-00); Sergio Viana Caetano (528.845.707-72); Sergio Zanela das Chagas (010.040.607-69); Sergivaldo Vidal da Costa (009.235.387-80); Severina Marta Gomes Bueno (022.252.497-92); Severino Avelino Soares (174.519.657-91); Severino Costa da Silva (010.595.667-88).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8152/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.521/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sidney Elias de Oliveira (830.216.557-34); Sidney Pereira de Oliveira (749.307.707-00); Sidney Ribeiro Torres (065.675.828-71); Sidney Ribeiro de Faria (014.606.007-54); Sidney dos Santos de Medeiros (360.269.561-15); Silas de Almeida Goncalves (858.790.027-72); Silas de Menezes Veloso (545.885.377-68); Siloni Pereira Barbosa (977.141.357-00); Silvair Lucio Miguel (697.612.647-34); Silvan Gomes da Silva (015.623.247-21).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8153/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.528/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sonia Vieira de Melo (822.885.347-53); Sonilda Silva de Santana (368.257.787-49); Sostenes Nunes Ferreira (009.364.787-56); Sueli Archanjo Rodrigues (746.442.387-91); Sueli Barbosa de Souza (821.286.427-87); Sueli Maria Reflandes (890.585.007-30); Sueli Maria da Silva Pena (033.611.697-71); Sueli Simoes de Souza (276.280.787-53); Sueli Teixeira Coutinho (764.248.477-15); Sueli Vieira Antunes Thomaz (851.800.177-34).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8154/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.531/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Tania Maria Mesquita dos Santos (647.445.747-34); Tania Maria Santos Monteiro (443.729.147-68); Tania Maria da Costa Campos de Paula (956.433.207-97); Tania Maria da Silva Daltro (686.538.327-34); Tania Maria da Silva Januario Franco (974.275.197-87); Tania Marques da Conceicao (365.727.567-34); Telma Alexandre de Carvalho (738.729.037-72); Telma Andrade de Holanda Temporal (961.515.797-04); Telma Cristina Lopes (032.454.407-31); Telma Eugenia Martins (533.854.387-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8155/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.537/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valdemar Leandro Pena Filho (443.896.047-91); Valdemir Rodrigues Silva (473.508.147-04); Valdemiro da Costa Santos (592.872.097-15); Valdenilson Agostinho Teixeira (032.263.087-85); Valdeque dos Santos Werneck (775.268.997-15); Valdiceia Francisco dos Santos Facie (027.220.917-12); Valdilei Mendonca da Silva (029.990.717-10); Valdinei Nelson de Oliveira (032.581.507-02); Valdineia Nunes de Oliveira (024.469.587-37); Valdir Alves de Figueredo (660.900.167-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8156/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.540/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Valmir Machado Vezu (562.599.057-34); Valmir Pereira de Souza (383.339.887-68); Valmir Polegario da Silva (242.817.517-34); Valmir Santos da Silva (724.929.377-04); Valnei Candido de Oliveira (439.296.727-15); Valnei Furtado Cardozo (013.339.267-82); Valnei Pereira Monteiro (935.955.497-91); Valseque Duarte Ferreira (220.444.266-68); Valtair Henrique Silva (748.563.917-04); Valter dos Santos Ferreira (010.619.827-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8157/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.547/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Vera Lucia Frederico Souza dos Santos (000.854.887-04); Vera Lucia Luiz Siqueira (605.315.337-00); Vera Lucia Mazurkievicz (739.838.617-68); Vera Lucia Pedroso da Silva (895.314.777-87); Vera Lucia Vieira dos Santos (004.547.327-75); Vera Lucia de Oliveira (428.170.217-20); Veronica Carvalho Soares (073.647.503-63); Veronica Paiva Franco (928.714.377-34); Veronica Ribeiro Nascimento dos Santos (033.445.047-03); Veronica de Lima (032.688.647-83).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8158/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.551/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wagner Pereira de Mello (400.389.557-68); Wagner Pessanha de Araujo (458.610.137-72); Wagner Pimentel Teixeira (982.842.747-87); Wagner Rodrigues Antunes (853.316.867-53); Waldemar Wilson Leite Filho (932.388.357-34); Waldemiro Campos Correa Filho (490.910.427-53); Waldemiro Segobia Rodrigues Filho (763.636.787-49); Waldemiro da Conceicao Santana (604.078.677-91); Waldemy Gabriel da Silva Filho (028.379.047-40); Waldenir Alves Figueiredo (785.477.177-49).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8159/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.556/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wanderley Moreno Barcelos (659.272.907-44); Wanderson Pereira Queiroz (920.549.787-87); Wandete de Souza dos Santos Bezerra (597.808.197-20); Wandreia Rodrigues da Conceicao (036.542.667-97); Ware Pauferro de Araujo (532.021.987-34); Warley Vargas Lellis Horta (580.023.327-68); Washington Almeida Nascimento (857.245.217-68); Washington Americo da Silva (009.399.567-99); Washington Borges de Santana (934.536.397-15); Washington da Conceicao Goncalves (022.228.667-90).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8160/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.562/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wilson Gomes Paulo (652.128.437-15); Wilson Guilherme Goncalves Bessa (828.741.407-59); Wilson Marinho dos Santos Filho (458.873.147-53); Wilson Martins da Costa Junior (762.500.757-04); Wilson Medeiros Pereira (788.657.607-10); Wilton da Silva Barbosa (206.935.407-53); Wilton dos Santos Pina Sobrinho (001.954.027-23); Wladimir Cabral Ponce Leao (456.178.217-68); Wladimir de Carvalho Crespo (873.136.007-63); Yaro Esteves Junior (037.702.717-00).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8161/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.746/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marcos Alexandre Campos Correa (958.757.437-00); Marcos Alves Navega (011.720.757-86); Marcos Alves de Oliveira (139.707.989-49); Marcos Andre Araujo de Matos (011.427.917-93); Marcos Andre Coutinho (508.095.397-72); Marcos Andre Sarmento Zaltrao (167.839.928-02); Marcos Antonio (607.537.307-15); Marcos Antonio Araujo (910.557.927-91); Marcos Antonio Bonfim (707.806.927-72); Marcos Antonio Campos dos Reis (911.545.457-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;
1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;
1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;
1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8162/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-008.802/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcus Antonio Rosa Gomes (986.538.737-91); Marcus Laureano de Souza (003.963.227-00); Marcus Rogerio de Almeida Lima (003.556.337-01); Marcus Venicius Mathias Menezes (029.696.007-14); Marcus Vinicius Buglia (022.180.307-64); Marcus Vinicius Florencio Silva (988.602.837-87); Marcus Vinicius Franco Teixeira (004.070.877-29); Marcus Vinicius Medeiros Alves (927.474.777-20); Marcus Vinicius Pinheiro Bastos (004.731.997-69); Margarete de Souza Santos (683.060.327-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8163/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-017.025/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adyr Lopes de Oliveira (612.064.667-15); Aelton Paschoa da Silva Lobo (718.524.767-53); Agamenon Martins Juniior (908.365.967-49); Agenor Marcolino de Lima Santos (532.744.907-68); Agildo Martins de Oliveira (928.110.787-20); Agnaldo Abreu Alcantara Filho (592.863.267-34); Agnaldo Adriano do Nascimento (015.975.987-04); Agnaldo Ferreira (961.093.517-68); Agnaldo Henriques Sousa Luiz (015.506.127-51); Agnaldo dos Santos Baiense (690.467.947-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: Marcelo de Siqueira Freitas (15.659/OAB-DF) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8164/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-017.029/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alberto Pereira Nunes Neto (013.191.187-20); Alberto Pereira do Nascimento (697.381.497-20); Alberto Ribeiro Teixeira Neto (682.893.757-00); Alberto Rosa de Souza (110.346.457-49); Alberto Vianna (387.616.297-15); Albirato de Jesus Goudart (024.009.937-00); Alcebiades Antonio de Souza (013.097.937-60); Alcemir Alves (371.570.197-87); Alceni Santos Setti (414.898.537-15); Alcenor Barbosa Cucco (325.324.237-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8165/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-017.038/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Dias Ferreira (044.292.607-37); Alexandre Ermida Nunes (012.899.807-56); Alexandre Francisco da Silva (020.598.377-40); Alexandre Jorge Mendonca Barcelos (762.503.187-04); Alexandre Jorge de Carvalho (010.962.237-59); Alexandre Jose Ramos (687.900.314-15); Alexandre Luiz Teixeira Barbosa (001.960.587-08); Alexandre Manhaes Barreto (024.073.437-86); Alexandre Marcos Lacerda da Fonseca (021.488.247-08); Alexandre dos Santos Amaral (842.378.057-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8166/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.043/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Altair Correa da Silva (848.807.837-49); Altair Ribeiro (859.036.637-53); Altair Ribeiro da Silva (809.617.627-72); Altair Rosa de Aguiar (028.106.907-74); Altair da Silva Borges (853.411.007-78); Altamiro Ferreira Martins (023.233.907-40); Altamiro dos Santos Coelho (029.830.217-93); Altemir da Silva (011.569.867-10); Altinea da Silva Amorim (581.058.407-15); Aluisio Carvalho dos Santos (288.719.287-68).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8167/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.048/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Lucia Lima Brites Pedro (008.847.357-02); Ana Lucia Ribeiro Mendonca (841.898.607-78); Ana Lucia Soares Batista (587.279.654-49); Ana Lucia de Almeida Martins Dias (011.530.437-18); Ana Lucia de Sousa Elidio (446.071.647-04); Ana Lucia de Souza (659.927.337-87); Ana Lucia dos Santos Feitosa (757.394.457-87); Ana Luiza Silva (757.475.967-72); Ana Marcia Anadias Muraro Lofrano (023.081.257-05); Ana Marcia Pessoa Fagundes Silva (018.986.507-56).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8168/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.053/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Felipe Soares Ribeiro (999.156.697-04); Andre Goncalves Gandara (053.454.147-00); Andre Luis Campos dos Santos (027.405.487-61); Andre Luis Oliveira de Almeida (006.973.057-16); Andre Luis Sacramento de Almeida (022.721.607-51); Andre Luis Serra (012.362.427-42); Andre Luiz Caldeira Veiga (673.067.137-87); Andre Luiz Diogo Catarino (020.663.227-41); Andre Luiz da Silva Cordeiro (957.193.937-49); Andre Luiz da Veiga Cabral Pinto (837.302.817-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8169/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.055/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luiz Domingos Alves (011.460.617-06); Andre Luiz Drumond Pinto (015.009.697-61); Andre Luiz Jardim de Sa (014.912.447-39); Andre Luiz Machado Costa (012.447.147-12); Andre Luiz Medeiros (886.040.557-20); Andre Luiz Meireles Mendes (028.573.927-10); Andre Luiz Mendonca Soria (016.507.027-79); Andre Luiz Paula de Lira (023.539.347-90); Andre Luiz Rodrigues de Lira (038.657.067-11); Andre Luiz Silva de Paula (010.476.177-65).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8170/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.063/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Carlos Correia dos Santos (660.621.447-53); Antonio Carlos Donato da Silva (467.867.407-15); Antonio Carlos Fidelis da Silva (702.543.037-49); Antonio Carlos da Conceicao (007.126.407-89); Antonio Carlos da Silva (016.284.197-33); Antonio Carlos de Sousa Martins (870.537.487-15); Antonio Carlos de Souza (421.806.867-49); Antonio Carlos de Souza (536.871.327-49); Antonio Carlos de Souza (766.694.327-04); Antonio Carlos do Nascimento (858.063.157-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8171/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.070/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Jose Sales Barbosa (616.670.137-34); Antonio Jose Vieira de Souza (018.537.957-55); Antonio Leoback (358.802.957-53); Antonio Luiz Ferreira de Souza (011.438.377-46); Antonio Luiz Rosa Guedes (749.592.987-15); Antonio Marcos Alves dos Santos (027.320.937-00); Antonio Marcos Dias da Costa (589.697.567-87); Antonio Marcos Fredler Mendonca (015.922.057-20); Antonio Marcos Gomes dos Passos (022.319.347-01); Antonio Marcos Raimundo da Silva (019.377.997-86).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8172/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.073/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arialdo Batista Pereira (030.557.057-93); Arilson Leandro da Costa (005.638.077-17); Arilson Moreira Barbosa (016.009.937-45); Arilson Tadeu de Assis Silva (029.792.187-82); Arilson de Sousa Schroeder (897.928.077-72); Aristides Martins de Souza Filho (778.060.857-34); Aristides Zandonai (556.800.627-04); Ariston de Oliveira Alves (005.859.117-62); Arlei Rodrigues de Jesus (011.255.927-10); Arlene Alves Pena de Pinho (822.599.767-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8173/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.076/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Augusto Cesar Zambe (627.157.127-15); Augusto Gomes de Moura (528.255.587-53); Augusto da Silva Pessoa (736.774.347-34); Aurea Costa Oliveira (714.408.527-15); Aurea Morais Castro Amaral (977.263.117-20); Aurelio Goncalves da Silva (232.227.197-72); Aurelio dos Santos de Paula (932.746.617-91); Aurio Antonio Soares Machado (015.948.207-08); Ayrton Pereira de Almeida (356.379.277-15); Barbara Aparecida Machado Teixeira (023.067.097-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8174/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.084/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Nogueira (840.067.067-15); Carlos Alberto Norete de Souza (036.348.607-07); Carlos Alberto Pereira (584.048.647-72); Carlos Alberto Pereira Nogueira (982.358.857-00); Carlos Alberto Pinheiro (960.478.797-72); Carlos Alberto Pires Caetano (015.973.637-40); Carlos Alberto Raposo de Carvalho (009.331.607-04); Carlos Alberto Ribeiro (624.234.607-91); Carlos Alberto Ribeiro dos Santos (360.250.037-34); Carlos Alberto Rimes (605.408.857-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8175/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.090/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardos Figueiredo (871.572.177-91); Carlos Eli da Silva (010.958.297-77); Carlos Evangelista de Souza (020.740.317-18); Carlos Francisco Maria (762.348.007-34); Carlos Gerson da Silva Pinheiro (073.878.067-72); Carlos Guimaraes Ribeiro (405.473.377-87); Carlos Henrique da Conceicao Oliveira (030.015.177-27); Carlos Henrique da Silva Fialho (018.926.677-54); Carlos Henrique da Silva Pereira (846.428.317-20); Carlos Henrique de Lucena (507.957.917-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8176/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-017.780/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tatiane Marques Quimaraes Ribeiro (090.873.507-32); Thatiana de Leao de Cicco (083.824.107-74); Uesliz Vianna Rangel (055.061.577-62); Valeria Kelly (936.480.907-63); Valeria Oliveira dos Santos (082.512.567-71); Victor Vinicius Guimaraes Pita de Almeida (079.472.517-11); Vilma Encarnacao Palomo (981.606.307-78); Vinicius Brasil Freitas Cruz (035.285.657-21); Vinicius Martins de Sa (072.944.147-42); Viviana Ugenti (030.157.247-03); Viviani Barbieri Paz (070.826.807-24); Wallace Williane da Costa (031.675.746-23)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8177/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.694/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Manoel Grane Furlan Ferreira (814.944.672-91); Marta Cristina Pereira de Souza (562.788.102-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amapá

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8178/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.699/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alice Crescencia da Costa Garcia (386.985.520-72); Andresa Pereira Ouriques (838.965.380-04); Ben Hur Dambrowski dos Santos (812.431.540-04); Carolina Basegio (001.738.790-63); Cristiane Nunes Marcon (762.992.280-91); Denise da Fontoura Machado (909.812.510-72); Julia Damiani Victora (007.882.210-60); Marisa da Silva Rocha (390.667.030-91); Thiago Fernando da Fontoura (008.241.050-01); Viviane Faedrich Hotta (933.060.160-04).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8179/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.725/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aline Einsfeldt (972.380.310-00); Aline Tarta Zwick (024.748.430-00); Bianca Peixoto Nascimento (813.853.150-91); Camila Cargnin (003.511.630-77); Erasmo Celio de Andrade (909.774.327-34); Joselyze Machado Felix (016.921.340-43); Karine Argilar Martins (014.593.160-96); Lessandra Deconto Fra (994.333.200-00); Maikel da Silva Ribeiro (007.208.230-56); Sandrine Severo Atarao (021.540.110-71).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8180/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.215/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre de Assis Loureiro (094.719.617-00); Antonio Augusto Martins Dalmeida (100.824.057-51); Bruna Carla Hiraici Rezende (016.752.056-39); Carla de Figueiredo Amparo (095.974.327-81); Eduardo Seara Machado Pojo do Rego (836.661.501-44); Leilane Daameche Rocha (023.662.101-75); Maria Ines Guimaraes Vaz (695.771.536-15); Neyliane Goncalves da Silva (731.993.892-87); Paulo Agnelo dos Santos Dias (713.639.471-68); Raquel Fernandes dos Santos (010.033.521-70)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8181/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.217/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Vieira de Novaes (087.848.517-16); Dyego Nascimento Cunha (734.997.571-68); Eliane Werneck (398.441.967-87); Felipe Silva Bomfim (056.365.867-36); Leticia Bias de Andrade (025.187.811-29); Nadia Goncalves de Oliveira (939.805.741-72); Rogerio de Sales Lopes (725.387.911-20); Rosilda Abreu da Silva (921.545.575-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8182/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.250/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andreia Couto Borges (019.275.885-37); Camila Bastos Pottker (064.280.114-25); Luzia Calheiros de Meneses (090.210.257-52); Maiana Maria Zozimo Costa de Araujo (940.194.791-00); Mariana Morena Tavares Silva (019.157.811-83); Marites Telma Moreira Barros (282.669.001-91); Pedro Paulo Madeira de Freitas (000.384.681-40); Rodolfo Correia Lima Robba (765.957.221-00); Rogerio Freire Reis (602.454.921-00); Waikyna Cardoso de Araujo (033.807.601-88)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8183/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.252/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio Rocha Araujo Junior (619.490.511-53); Clarissa de Entre Rios Filgueira da Mata (045.553.044-03); Denio Isaque Cardoso Leite (013.693.381-55); Iara Angelica Farnesi Costa Miranda (035.820.671-57); Raiane Marra Assuncao (092.511.346-85); Rejane dos Santos Levy (016.675.261-46); Renata Cristina Dantas Rocha (003.889.841-12); Rodrigo Ferreira de Araujo (005.368.321-88); Rosiclea Carla Florencio (096.642.677-08); Vinicius Slonski Delboni (073.975.549-89)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8184/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.255/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leonardo dos Santos Reis (731.472.571-34); Rosilene dos Santos Oliveira (021.617.131-83); Tatiane de Souza Porto (082.159.487-74); Vanessa dos Santos Silva (054.704.197-70); Zainab Dias Bazzi (707.717.071-34)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8185/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Rosiane de Carvalho Aranha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.360/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Rosiane de Carvalho Aranha (052.167.837-41)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8186/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.090/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Aldo Adao (764.323.867-72); Carlos Henrique Trindade Torres (736.821.287-00); Carlos Henrique Ulrichsen (892.585.177-68); Carlos Henrique Vieira (537.327.667-72); Carlos Henrique Vieira de Brito (001.606.157-80); Carlos Humberto Albuquerque Gomes (005.488.117-09); Carlos Jose Costa Knupp (020.534.637-59); Carlos Jose Gomes Ferreira (010.912.777-37); Carlos Jose da Silva Souza (622.153.707-00); Carlos Jose de Menezes Santos (611.239.197-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8187/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.096/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Celia Regina Silva Santos (032.015.667-21); Celia Silva Motta (023.271.857-18); Celia Teixeira de Lima Suzano (609.818.067-91); Celio Antonio Barbosa de Souza (768.600.357-49); Celio Augusto Sueiros de Souza (518.766.047-00); Celio Correia da Silva (963.659.867-34); Celio Jose Monteiro (636.575.627-53); Celio Penha de Souza (963.983.457-20); Celio da Silva Brandao (624.309.637-87); Celio dos Santos Teodoro (397.851.577-68).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8188/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.098/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Celso Henrique Monteiro (013.660.267-30); Celso Jose Marriel (857.537.187-87); Celso Luis das Chagas (606.323.487-04); Celso Luiz Alves Guimaraes (411.061.217-91); Celso Luiz da Silveira (467.619.507-91); Celso Nogueira Lucio (833.993.807-04); Celso Piteia da Conceicao (876.640.387-15); Celso Renato Almeida da Silva (339.638.197-15); Celso Silva (315.806.707-25); Celso Soares Camara (339.414.327-53).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8189/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.104/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Claudia Maria de Mello (019.319.317-55); Claudia Milenecardoso Sales (010.689.737-30); Claudia Pereira Marques da Silva (956.952.147-34); Claudia Regina Fernandes de Abreu (025.813.007-52); Claudia Regina Simoes dos Santos (561.944.807-00); Claudia Silene da Silveira Jordao (072.735.427-25); Claudicea Correia de Melo (032.637.767-03); Claudinei Bezerra da Silva (025.587.357-30); Claudio Alexandre Martins (582.448.597-68); Claudio Andre do Nascimento Sousa (936.608.807-44).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8190/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de

registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.110/2017-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleber Rocha Dias (003.965.497-48); Cleber Sobral Miranda (890.613.577-72); Clebio Cardoso de Oliveira (683.416.017-53); Clebio Torres Cosme (738.201.137-20); Cleide Guimaraes Marques (033.606.097-19); Cleiton Alves Vaz (008.500.327-17); Clemilson Emilio da Conceicao (012.779.207-45); Clemir Girardi do Carmo (787.637.037-34); Cleni Regina de Almeida (873.631.867-15); Clenilson Araujo da Silva (891.894.697-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8191/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.113/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cordelia Alves de Souza (521.589.427-20); Cosme Alves Leite (006.604.277-10); Cosme Ferreira de Gouvea (025.868.217-50); Cosme Francisco Pires (786.237.907-15); Cosme Jorge Vidal (004.114.557-70); Cosme Jose Rodrigues Santos (026.142.137-99); Cosme Jose Torres (303.122.997-53); Cosme Mariano da Costa (023.491.927-25); Cremilda Peixoto de Almeida (009.329.057-81); Cremilda da Silva Roza (743.493.097-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8192/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.119/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Santos Barbosa (126.107.127-15); Daniella Carvalho de Amorim Ramos (044.354.247-38); Darcilesio Jose Filho (761.908.547-53); Darcy Gomes da Costa (703.667.217-04); Dario Goncalves da Costa (934.492.327-20); Dario Lirio de Carvalho (933.640.677-91); Dario Marinho Quaresma (604.628.257-87); Dario Tavares da Cunha (816.304.177-34); Dario Vieira Araujo (003.463.797-41); Darlene Rose de Oliveira Suzano (018.210.507-54)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8193/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.122/2017-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dejaime Hermes Correa (905.542.727-68); Delamark Martins Nunes dos Santos (907.653.037-87); Delcin Nunes dos Santos (015.770.047-01); Delcio Eugenio da Silva (008.777.497-60); Delcir Pinto de Faria (438.443.407-34); Delmer Ferreira da Cruz (028.765.597-06); Delmir Oliveira de Lima (807.411.267-53); Delson Anchieta de Araujo (870.594.797-91); Delson Lemos de Souza (834.361.707-04); Demilson Cardoso da Silva (850.839.177-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8194/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.128/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Dina Celia Fernandes Fraga (906.942.447-91); Dinah Luciano dos Santos (532.795.657-15); Dinea Ignacio Goncalves (817.060.657-87); Diniz Brandao (016.472.647-07); Diniz Campos dos Santos (823.865.527-72); Dinora Aires da Rosa (874.878.027-87); Dionizio de Moraes Silva (019.200.887-09); Dirce Raquel Rodrigues Francisco (815.763.077-00); Dirceu Antonio Carlini (892.508.507-00); Dirceu de Souza Moreira (646.914.547-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8195/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.132/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edelberto Becker (785.520.447-49); Edeleuza Barbosa Miranda Caetano da Silva (019.297.507-22); Edelson Fernando de Oliveira (972.397.557-20); Edenilson da Silva (011.998.997-20); Edenilton da Silva Patrocinio (006.993.547-57); Eder Ferrira Valentim (843.108.207-00); Eder Reis Santana (404.955.407-06); Ederson de Oliveira Nascimento (018.830.727-35); Edgard Mustrange Filho (365.587.617-34); Edilma de Oliveira Ramos (011.850.657-92)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8196/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.138/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ednaldo Francisco Alves (855.184.927-15); Ednaldo Gomes Araujo dos Santos (028.434.087-17); Ednelia Santos Silva Mendonca (010.806.257-04); Edney Ramos Duarte (016.006.977-71); Edson Barbieri Garcez (006.325.757-27); Edson Barreto de Oliveira (587.244.277-72); Edson Batista da Silva (011.294.237-78); Edson Batista de Carvalho (908.017.177-87); Edson Carvalho Godoy (852.092.877-34); Edson Clementino dos Santos (779.415.007-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Nno Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8197/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.141/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Gomes Cabral (586.931.657-04); Edson Jorge Queiroz (424.068.467-68); Edson Jorge de Oliveira (641.378.997-20); Edson Jose Domingos (697.064.507-00); Edson Jose Vilar (880.038.337-87); Edson Lima (466.868.787-15); Edson Lourenco dos Santos (720.933.587-00); Edson Lucas (015.504.617-96); Edson Miguel Santos (290.669.057-00); Edson Paulino do Nascimento (562.049.657-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8198/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das seguintes determinações:

1. Processo TC-027.148/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elenita dos Santos Sainato da Cunha (567.684.867-72); Elgar Fernando Monteiro (661.955.277-34); Eli Ferreira (564.456.287-53); Eli Ribeiro (645.281.117-72); Eli Soares Rosa (473.658.547-15); Eliana Correia dos Santos (871.847.107-20); Eliana Ferreira Maia (019.183.147-64); Eliana Ricardo da Silva (885.048.087-34); Eliana Tavares Bezerra (025.930.617-74); Eliandro Campos de Oliveira (033.556.587-58)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8199/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.152/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Eliezir Fontes Desiderio (596.066.307-49); Elinete Nunes de Oliveira Primo (913.725.187-20); Elio Ribeiro Pimenta (346.786.977-72); Elio da Silva (823.659.547-15); Elis Antonio Pereira da Silva (032.413.037-64); Elis de Oliveira Ferreira (004.416.977-98); Elisabete Maria de Souza (009.297.557-74); Elisabete Vasques da Silva Juliano (025.479.087-94); Elisabete da Anunciacao Torres (773.965.377-20); Elisabeth Lessa da Silva (839.175.007-87).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8200/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.157/2017-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elza Maria Monteiro Lima (791.537.207-68); Elza Pedrosa da Silva (005.552.187-83); Elzo dos Santos Gomes (570.771.347-68); Emanoel Silva de Moraes (723.050.107-53); Emerita do Nascimento Barbosa (036.708.617-42); Emerson Ferreira Morgades (039.590.387-47); Emerson Mendonca (072.954.627-67); Emidio de Sena Mello (754.303.047-00); Emilson de Oliveira Souza (365.679.737-49); Emmanuel Caetano (524.525.307-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8201/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.161/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Estevam Martins de Assuncao (921.104.527-49); Estevao Alves de Souza (959.876.817-15); Etevaldo Dantas Pessoa (251.672.864-68); Euclides da Silva Filho (021.585.547-70); Eugenio Souza Fernandes (980.574.137-00); Euna Martins de Oliveira (003.219.777-26); Eunice de Souza Cerqueira (649.556.137-72); Eurico Pereira Correia (009.294.437-05); Eusebio da Silva Lage (013.498.417-06); Euzebio de Jesus Sodre Junior (997.474.487-34).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8202/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.166/2017-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fatima Ferreira de Souza (005.943.717-08); Fatima Katia Vieira dos Anjos (839.470.007-15); Fatima Leite da Silva (832.068.097-20); Fatima Maria Ribeiro Pinto do Nascimento (597.484.607-97); Fatima Maria Santos da Silva (628.841.237-68); Fatima Maria da Silva Alves (909.602.387-00); Fatima Nunes Batista (635.443.347-04); Fatima Regina Carvalho (607.099.107-97); Fatima Sueli de Souza Reis (834.362.197-20); Fausto Manoel Madeira Neto (020.651.177-96).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8203/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.170/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flavio Bernardo de Souza (682.488.657-20); Flavio Jose de Souza (935.786.107-63); Flavio Lopes Mezavilla Sobrinho (841.708.917-91); Flavio Lopes de Carvalho (018.586.267-57); Flavio Luiz de O Santos (281.768.807-44); Flavio Marques Gonçalves (002.474.607-02); Flavio Roberto Marques (045.528.127-00); Flavio da Costa Pimentel (012.022.707-00); Flavio de Brito Leao (006.464.267-45); Flavio dos Santos Ramos (013.732.337-96)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8204/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.176/2017-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Genario Viana dos Santos Junior (030.805.807-02); Geneci Benevenuto (107.808.018-65); Genelson Braz dos Santos (033.107.577-65); Genesis de Souza Pereira (009.966.067-93); Genice Alves (016.284.857-95); Genivaldo Ribeiro Lima (016.210.447-26); George Marcelo Mendonca da Silva (919.598.377-53); George Marcio Araujo Guimaraes (896.182.547-04); George Ricardo de Menezes Ramos (833.123.317-49); Georgia Souza Joia (072.658.767-25)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8205/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.183/2017-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gilmara dos Santos Teixeira (019.277.407-70); Gilson Barbosa (417.171.397-87); Gilson Carlos de Carvalho Cabral (003.235.097-03); Gilson Cigolo de Carvalho (818.929.697-34); Gilson Frisso Cruz (000.548.927-08); Gilson Machado (723.529.147-87); Gilson Moraes Costa (409.360.907-15); Gilson Nunes Pinto (023.050.277-61); Gilson de Lima Candido (858.781.897-04); Gilson de Souza (763.631.127-53).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8206/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.187/2017-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Guilherme Alves Pinto Girao (099.403.677-91); Guilherme Farias (399.583.457-49); Guilherme Rodrigues Barreto (017.703.627-38); Guilhermina Cristina Cantanhede Araujo (004.603.847-75); Gutemberg Emanoel da Costa Silva (027.347.577-02); Gutemberg dos Santos (662.912.087-68); Hailton Pereira do Carmo (021.861.647-36); Halen Pereira da Silva (004.094.037-33); Hamilton Cardoso Nascimento (844.911.247-87); Hamilton de Oliveira Gusmao Junior (795.240.527-68).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8207/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.281/2017-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juraci Maria Carlos Zeferino (003.966.587-92); Katia Cilene Teodora Nunes (009.389.297-71); Lucier Coelho Goncalves (967.945.937-34); Lucilene Dias de Souza (866.814.947-49); Luiz Fernando de Paiva Gil (714.072.197-15); Marcelo Celestino dos Santos (009.553.127-01); Marcelo dos Santos da Silva (025.539.127-73); Marcio Pimentel Aguiar (013.192.457-57); Marcio Venicio dos Santos (002.321.297-70); Maria Antonia Frederico de Souza (011.443.727-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8208/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, sem prejuízo das determinações consignadas a seguir, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.283/2017-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Romilton Teixeira Gomes (495.283.517-00); Rosa Maria Ramos de Menezes (199.909.794-72); Rosileide Medeiros dos Santos (728.874.197-49); Rosimar Goncalves de Lima (467.186.647-15); Salimar Marinho Ramalho (505.611.207-06); Sandra Maria de Souza (805.048.417-34); Sandra Marques Leal (869.220.097-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. apreciar pela legalidade e ordenar o registro aos atos de admissão em epígrafe, referentes ao emprego público de Agente de Combate a Endemias, fundamentados na Lei nº 11.350/2006;

1.7.2. determinar ao Ministério da Saúde providências no sentido de cadastrar no sistema Sisac, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, todos os atos de admissão relativos aos cargos públicos, sujeitos ao regime estatutário, que derivaram dos empregos de guardas de endemias pela aplicação do artigo 3º da Lei nº 13.026/2014;

1.7.3. determinar ao Ministério da Saúde que acompanhe o desfecho da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIn nº 5554, a qual questiona dispositivos da Lei nº 13.026/2014, que autorizou a transformação de empregos do quadro suplementar de Combate a Endemias em cargos públicos e comunique à Corte de Contas quando do trânsito em julgado da ação, bem como informe as providências a serem tomadas, em caso de necessidade de desfazimento das transformações operadas nos empregos criados pela Lei nº 11.350/2006;

1.7.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip - que monitore a tramitação da ADIn nº 5554, bem como os efeitos da deliberação que vier a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal e os possíveis desdobramentos no quadro de pessoal do Ministério da Saúde.

ACÓRDÃO Nº 8209/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.881/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Xupihmã Apalai (513.197.212-49); Yosita Renes Tiriyo (526.837.882-15); Zuleide Quemel Monteles (194.730.522-00)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8210/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.290/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexander Ismael Barchini (009.715.989-16); Amanda Ribeiro Santos (122.503.667-48); Douglas Cuba dos Santos (112.080.737-96); Erica Monteiro da Motta Bagattini Guedes (130.049.917-64); Hudson Silva Dantas (001.154.222-50); Isabela Guimaraes Gonçalves (055.042.317-60); Ivan Rocha Ferreira da Silva (085.254.257-70); Leonardo Peixoto Ferreira (118.219.857-02); Luciana Padua Tavares (107.292.666-05); Marcelo Weksler (018.286.157-06); Patricia Reid Begossi Clinio (083.602.187-81); Robson Nobrega do Nascimento (050.395.574-42); Sharon de Almeida Miranda (023.651.687-60); Taisa Ferreira Lopes dos Santos (053.096.097-41)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8211/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.325/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Flavia Barata Ribeiro Pinto (089.080.647-02); Flavio Cristiano de Souza (010.509.307-62); Geralda Raposo do Nascimento (800.766.377-00); Gerson Luis Barreto Bitencourt (483.505.910-72); Gilson Gomes da Silva (002.261.347-17); Glaucia Miranda Pereira Paes de Sá (406.516.307-20); Gleci Almeida Papandrea (736.032.607-91); Gleide Oliveira Guerra Leal (021.500.437-00); Isabel Cristina Jesus de Barros da Silva (812.253.697-20); Izabel Cristina Martins (092.802.288-97); Janaina Ferreira da Costa (842.504.537-15); Jandira Carreira Pereira (028.757.837-26); Janete Ferreira (041.687.567-00); Julia Cristina Gaspar Soares Gomes (850.864.107-97); Lana Siqueira Salgado (007.585.646-86); Lucia Barreto da Paixão (025.567.057-52); Lucia Fatima Dias Mendes (607.340.607-00); Lucia do Nascimento Vieira (531.179.217-53); Luiz Albuquerque Silva (801.418.467-04); Luzia Arias Martinez (461.039.457-04)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8212/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.326/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo da Silva (019.181.547-08); Maria Esmeralda Marinho Pereira (499.117.403-15); Maria Helena de Queiros (835.757.907-87); Michele Ribeiro de Brum (077.810.067-71); Monica da Silva Ferreira (003.121.907-19); Neusimar Rabelo Silva (912.056.897-53); Nice Santos de Carvalho Gomes (803.410.127-34); Norma Sueli da Silva Bastos (662.713.717-87); Pablo Brum de Souza Rodrigues (053.586.237-79); Patricia Alves Guimarães (075.255.127-28); Patricia Maria Gomes da Costa (020.787.637-13); Patricia Regina Santos Goulart Ferreira (012.627.247-67); Paulo Cesar Loiola (021.403.587-59); Paulo Cesar Traspadini (377.188.007-68); Paulo Malhano Loli (003.457.187-63); Rachel Cordeiro de Lima (025.793.787-07); Rita Maria dos Santos (335.465.507-06); Roberta Alves Barreto (085.344.047-63); Roberta Fernandes Oliveira (082.038.097-07); Roberto Alves da Cunha (898.756.057-00)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8213/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.330/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Tereza Aparecida Silva da Cruz (983.648.637-20); Tereza Cristina da Cunha (610.197.127-91); Thais Helena Lacatos Lowy (808.575.157-72); Tito Henrique de Noronha Rocha (996.839.207-30); Ubiraci Alves de Sousa (529.250.137-91); Valeria Delaye de Carvalho (984.391.467-87); Valeria Siqueira Torres da Silva (888.030.407-06); Valeria do Nascimento Lopes (014.265.337-30); Valeriana Augusta da Costa Marques (262.139.587-20); Valter José da Silva Estelino (042.579.547-01); Valéria Guedes Ferreira da Silva e Castro (010.888.127-08); Vanda Maria Bertollo (437.738.347-72); Vanesca Carla Barbosa de Castro (005.977.527-02); Vania Lucia da Conceição Oliveira (011.620.017-04); Vanusa Machado Maciel (017.945.857-45); Vera Lucia Almada (515.207.107-04); Vera Lucia Alonso Suarez Carneiro (774.417.887-49); Vera Lucia Gonçalves Ferreira (722.609.987-04); Vera Lucia Ladeiras Pais (652.054.307-10); Vera Lucia Ribeiro de Carvalho (845.129.897-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8214/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.331/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vera Lucia Vieira Colins (427.730.243-20); Vera Sodré de Araujo (341.342.717-20); Vilma Athos Cunha (009.087.827-21); Virginia Helena Moura Mendes da Cruz (297.762.367-15); Vitor Almeida Ribeiro de Miranda (074.347.347-79); Viviane Leal (075.447.167-59); Viviane Muniz da Silva Fragoso (086.779.827-01); Viviane Pereira Costa (054.238.427-27); Walter Meohas (403.731.697-87); Wellington Luiz de Oliveira (586.931.737-15); Wilma Selma Figueiredo de Souza (105.901.614-15); Wivian Maria Moreira da Cunha (195.550.978-60); Zanete Terezinha Couto de Oliveira (083.106.357-29); Zelandivalda Silva Carvalho (494.255.444-68); Zuleica Conceição de Lima Pinheiro (004.708.377-80)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8215/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.333/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessadas: Monica Ferreira Santos (052.755.607-61); Sueli Antonia Rodrigues dos Santos (763.860.587-04).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal Ipanema.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8216/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.335/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Juliana Maria Brocchi de Souza Teixeira (310.780.948-96); Paula Sauerbronn Hees (104.346.677-06); Taila Carolina Santini Vedovati (047.008.789-75)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Saúde Suplementar
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8217/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Leocácio Ferreira da Silva Neto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.413/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leocácio Ferreira da Silva Neto (713.615.453-72).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8218/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de admissão de pessoal integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.414/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andreia Carmen de Lima (011.006.847-51); Bruno Fraga Cariello (078.504.077-33); Dayana Vasconcelos Bezerra (039.688.194-70); Emerson Luiz de Souza (481.504.101-63); Flavia Cupellotamiozzo (074.218.997-07); Gina Sgorlon (851.199.707-53); Mario Ramos de Andrade (455.729.927-04); Melissa Tassano Pitrowsky (054.683.697-61); Natalia Magnano Morosini (106.745.037-83); Rafael Diamante (081.310.257-05); Renata Danowski (095.232.227-75)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8219/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Joao Bergmann, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.325/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joao Bergmann (732.916.920-04)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8220/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.344/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Helena Costa de Araujo (832.159.807-20); Mario Jorge de Freitas (661.690.467-91); Nivia Rodrigues Alves (111.302.357-00); Roberto Tschoepke Aires (070.806.607-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8221/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.416/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Aparecida Fernandes Ximenes de Oliveira (006.489.877-60); Yung Bruno de Mello Gonzaga (074.873.177-65).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8222/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.477/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Aline Silva de Almeida (088.635.407-21); Beatriz de Souza Peixoto da Silva (020.978.687-62); Silvia Cristina Arcanjo (091.177.667-29)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8223/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.662/2010-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Creuza Brito da Silva (846.925.887-72); Maria da Gloria Rodrigues (072.163.127-40).
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8224/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil de Thalles Helton de Sousa Rodrigues, Berenice Vollrath e Lianco Rodrigo Delano Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.701/2010-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Berenice Vollrath (401.588.109-53); Lianco Rodrigo Delano Machado (711.813.341-87); Sonita Rodrigues da Silva (370.873.631-15); Thalles Helton de Sousa Rodrigues (799.277.181-87)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Goiás
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8225/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.318/2010-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Carmem Leal Lustosa (004.628.366-81); Cleber de Souza Castro (036.735.836-03); Cleusa Damasceno de Sousa (434.697.286-15); Dalva Goncalves do Amaral (004.521.236-82); Dulce dos Santos Pacheco de Castro (484.870.666-15); Elem Marcia de Souza Castro (012.253.986-90); Eliane da Silva Pereira (067.552.446-60); Jose Carlos Lopes Patricio de Assis (138.524.006-78); Marcos Leal Lustosa (408.512.307-68); Maria Thereza Ferreira Lopes de Assis (009.046.196-72); Mauro Gonçalves (000.832.626-60); Sueli Gonçalves (005.938.036-55).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: Maria de Lourdes Paiva (110.914/OAB-MG) e outros, representando Dalva Goncalves do Amaral.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8226/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Mirian Alcantara Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.386/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Mirian Alcantara Carvalho (087.007.022-34)
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Evandro Chagas
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8227/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Helena Alves de Souza, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.406/2018-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Helena Alves de Souza (166.795.043-68).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8228/2018 - TCU - 2ª Câmara

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Bernardina Barbosa do Amaral, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.457/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Bernardina Barbosa do Amaral (728.093.101-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8229/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Leonilda Ferri, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.468/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Leonilda Ferri (296.797.539-72).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8230/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.469/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Edicarlos Vieira Santos (005.590.235-96); Edicley Vieira Santos (010.123.785-51); Gersina Karilane Vieira Santos (010.123.855-07); Jose Carlos Santos Neto (103.597.615-34).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8231/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Joel Celestino de Sousa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.475/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Joel Celestino de Sousa (014.487.404-01).

1.2. Órgão/Entidade: Dnocs - João Pessoa/PB - MI.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8232/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.482/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Davi Anorato Martins da Silva (062.398.053-35); Margarita Elihimas de Carvalho (750.266.354-15); Maria Conceiçao da Costa (422.423.633-87); Maria Creusa de Sousa Martins (578.442.673-72); Maria Edice Soares Barros (879.167.893-53); Maria Jose das Neves Rodrigues (178.896.005-00); Maria Paula Domingos (585.041.503-30); Maria Salete de Melo (979.933.363-68); Maria de Lourdes Florentino da Silva (039.599.914-60); Romana Santos Paixao (758.073.605-59).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8233/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.483/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Mariluce Canario Espinola Elpidio da Silva (087.498.415-72); Wislania do Nascimento Aguiar (063.972.773-56).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8234/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria Jandira Fernandes Matos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.489/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Jandira Fernandes Matos (018.042.201-40).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8235/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.495/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dora Wanderley Rey (016.782.127-09); Paulo Roberto Firmino de Araujo Goes (171.740.727-71); Renato Firmino Novaes (130.664.947-13); Wilson Machado (094.290.427-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8236/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.500/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Markcilene de Sousa Viana (761.996.652-87); Danielle Santos Caldas (748.537.242-49); Joao Pedro Cumaru dos Santos (515.969.972-49); Joao Victor Cumaru dos Santos (515.969.702-00); Luci Narciso (706.426.802-72); Luiza Markcileide de Souza Monteiro (899.815.372-68); Maria Jussiana Miranda (850.610.692-34); Markcicleito Sousa Monteiro (914.163.102-15); Marlete dos Santos Caldas (729.493.092-91); Mayrlla Costa do Vale (510.042.832-53); Sidney Ramos Caldas (757.486.302-49).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8237/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.502/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Dandara Guilhon Lima (053.505.985-03); Luã Gil Guilhon Lima (070.425.165-59).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa na Bahia.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8238/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.511/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dalmira Brandao Revoredo (181.655.677-72); Juçara Lordello Furtado (128.560.537-34); Pedro Adolpho Pessanha Furtado (155.620.977-02).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8239/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.513/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alcinélio Chritovão Moraes (922.632.327-53); Maria do Carmo Pereira Rodrigues (465.398.327-53).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8240/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Francisca Bessa Mourao, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.567/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Francisca Bessa Mourao (391.479.323-68).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8241/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil de Jardelina Maria Fernandes Sousa de Albuquerque, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.568/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jardelina Maria Fernandes Sousa de Albuquerque (112.675.077-80).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8242/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Rosana Socoloff, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.569/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Rosana Socoloff (530.869.531-87).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8243/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Maria Joana Cruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.571/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Joana Cruz (020.448.509-66).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8244/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Roselis Barbosa Niceas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.573/2018-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Roselis Barbosa Niceas (091.849.704-30).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8245/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Lourival Petronilo de Aguiar, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.574/2018-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Lourival Petronilo de Aguiar (081.736.994-53).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8246/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.575/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Clovis Castro da Conceicao (053.811.347-20); Firmo Gonçalves Ferraz (013.936.267-34); Maria Henriqueta dos Reis Carvalho (059.632.947-46); Maria Lucia Hoehl Loureiro (204.568.247-15); Odete Lo Bianco de Oliveira (949.036.116-04); Olga do Espirito Santo Grimaldi (140.247.547-00).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8247/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.859/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Maria Luzia da Silva Brito (451.428.663-04); Maria da Conceição Rego de Brito (579.061.493-00).
1.2. Órgão/Entidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Piauí.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8248/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Tereza Figueiredo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.866/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Tereza Figueiredo (013.173.431-82).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8249/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Terezinha Siegel, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.870/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Terezinha Siegel (940.380.409-25).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8250/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.899/2018-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Deivid Kauan Ramos Dias (070.222.295-03); Edna Ramos Dias (990.897.935-34); Emerson Ramos Dias (070.222.165-17); Ingrid Maria Vitoria Ramos Dias (070.222.005-13); Leandro Ramos Dias (070.221.845-69).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8251/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Ester Vieira Barbosa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.901/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Ester Vieira Barbosa (783.974.058-87).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8252/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.843/2018-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Celia Silva Correa (316.364.626-34); Evelyn de Castro Caetano (114.313.276-97); Ingrid de Castro Abreu Lima (114.312.396-40); Sara Monteiro de Castro Loures (057.755.546-47)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8253/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.844/2018-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Fabio Pereira de Menezes (118.337.817-32); Jairo Pereira de Menezes (118.337.787-82); Wilma Mendonça (260.360.617-49).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8254/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Amelia de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.878/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Amelia de Oliveira (702.761.026-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8255/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria das Graças Silva Paes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.889/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria das Graças Silva Paes (042.489.961-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8256/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.907/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Pereira de Sena (673.851.253-87); Mateus dos Reis Cavalcante (059.840.031-12); Valdirene dos Reis Cavalcante (060.121.771-35)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Piauí

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8257/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.908/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cleonice Peres (000.000.000-00); Dora Bron (074.090.258-08); Glaucia Barreto de Melo (923.956.358-04).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8258/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 157 e 201, § 1º, do Regimento Interno/TCU e do art. 47, § 2º da Resolução TCU 259/2014, e nos arts. 1º, incisos I e II; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II; da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres emitidos nos autos, em: sobrestar o julgamento das contas do Sr. Roberto Abdalla (CPF: 246.714.104-78), diretor titular do Departamento de Serviço Exterior da SGEX/MRE, no exercício de 2014, até a apreciação definitiva da Tomada de Contas Especial proposta no item 23.2.5.2. da instrução da unidade técnica (peça16); julgar regulares as contas dos Srs. João Pedro Corrêa Costa (CPF: 279.552.731-68), Diretor Titular do Departamento de Comunicação e Documentação 1º/12/204 a 31/12/2014; Luiz Claudio Themudo (CPF: 016.724.257- 19), Diretor Substituto do Departamento de Serviços Exterior de 1º/1/2014 a 21/1/2014; Marina de Almeida Prado (CPF: 308.960.208-35), Diretora Substituta do Departamento de Comunicação e Documentação de 1º/1/2014 a 9/5/2014; e Sônia Regina Guimarães Gomes (CPF: 289.778.741-49), Diretora Titular do Departamento de Administração de 22/12/204 a 31/12/2014, dando-lhes quitação plena; julgar , regulares com ressalva as contas dos responsáveis José Borges dos Santos Júnior (CPF: 143.515.791-53), Subsecretário-Geral do Serviço Exterior no período de 1º/1/2014 a 31/12/2014 e Reinaldo Storani (CPF: 016.028.238-12), Diretor do Departamento de Administração no período de 1º/1/2014 a 21/12/2014, dando-lhes quitação, em razão das falhas descritas na proposta de encaminhamento da unidade técnica (peça 16, subitens 41.4.2 e 41.4.3), sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-031.337/2015-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)

1.1. Responsáveis: Adriano Silva Pucci (724.257.929-53); Andreia Cristina Nogueira Rigueira (038.805.161-20); Carlos Eduardo de Ribas Guedes (495.570.257-00); Joao Pedro Correa Costa (279.552.731-68); José Borges dos Santos Júnior (143.515.791-53); Reinaldo Storani (016.028.238-12); Roberto Abdalla (246.714.104-78); Sonia Regina Guimarães Gomes (289.778.741-49)

1.2. Órgão/Entidade: Subsecretaria-geral do Serviço Exterior

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores (SGEX/MRE), com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU que, no prazo de 120 dias:

1.7.1.1. Instaure e encaminhe a este Tribunal, com fulcro no art. 8º, § 1º, da Lei 8.443/1993 e art. 197, § 1º, do RI/TCU, Tomada de Contas Especial com o objetivo de identificar os responsáveis, quantificar o dano e ressarcir o erário em relação as seguintes irregularidades apuradas no Contrato 12/2014 (item 22.2.12 da instrução de peça 16):

1.7.1.1.1.sobrepreço do valor contratado resultante da diferença entre os preços ofertados no Pregão Eletrônico 73/2012 (licitação por itens cancelada) e no Pregão Eletrônico 76/2012 (licitação por preço global) no montante original de R$ 1.559.386,50, decorrente do não parcelamento do objeto do contrato, em ofensa aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa para administração, da economicidade e da ampliação da competitividade, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 37, da CF/88; ao art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993 e aos Acórdãos 839/2009-TCU-Plenário, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, 2.389/2007-TCU-Plenário, Relator: Ministro Guilherme Palmeira e 1.842/2007-TCU-Plenário, Relator: Ministro Raimundo Carreiro (itens 22.2.1-22.2.5 da instrução de peça 16);

1.7.1.1.2.superfaturamento dos valores pagos em virtude da cobrança indevida dos serviços de instalação e substituição de portas, em ofensa aos princípios da economicidade, da moralidade e da probidade administrativa, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 37, da CF/88 (item 22.2.6 da instrução de peça 16);

1.7.1.1.3.acréscimo do valor contratual em montante superior ao limite estabelecido pelo art. 65, § 1º e 2ª, da Lei 8.666/1993 (item 22.2.7 da instrução de peça 16);

1.7.1.2. Quantifique eventual débito decorrente da execução dos contratos firmados a partir do Pregão Eletrônico para Registro de Preços DSE/SGEX/MRE 1/2014, tendo por base os parâmetros adotados pela Ciset/MRE no Relatório de Auditoria Anual de Contas 01/2015, referente ao exercício de 2014, no qual foi apontada a ocorrência de sobrepreço na pesquisa de preços utilizada no certame e em propostas apresentadas pelas licitantes (item 23.2.5.1. da instrução de peça 16);

1.7.1.3. Constatado o débito referente ao subitem 41.4.2, instaure e encaminhe a este Tribunal, com fundamento no art. 8º, § 1º, da Lei 8.443/1993 e art. 197, § 1º, do RI/TCU, Tomada de Contas Especial com o objetivo de identificar os responsáveis, quantificar o dano e ressarcir o erário em relação as seguintes irregularidades apuradas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços DSE/SGEX/MRE 01/2014:

1.7.1.3.1.sobrepreço no valor adjudicado constatado na majoração de custos na ordem de até 301,07 % em relação aos valores então registrados e contratos firmados pelo MRE para o mesmo objeto com vigência até maio de 2014, em ofensa aos princípios da economicidade, da moralidade e da probidade administrativa, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 37, da CF/88 (item 23.2.5.2 "a" da instrução de peça 16);

1.7.1.3.2.jogo de planilha relacionado à Ata de Registro de Preços 3/2014, correspondente ao Bloco C de grupo de países - África Oriental, Austrália e Ásia, em violação aos princípios da economicidade, da moralidade e da probidade administrativa, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993 e no art. 37, da CF/88 (item 23.2.5.2 "b" da instrução de peça 16);

1.7.1.4. Apresente, no prazo de 60 dias, plano de ação com as providências que serão adotadas com vistas a regularizar as ocorrências relatadas nos achados 2 a 10 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 1/2015 e item 30 da instrução da unidade técnica (peça 16), bem como a mitigar os riscos de futuros pagamentos indevidos de remuneração, proventos, indenizações, bolsa-estágio, direitos e vantagens aos servidores, ativos e inativos, pensionistas e estagiários da UJ, contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para a sua implementação (item 32 da instrução de peça 16);

1.7.2. Determinar à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores (Ciset/MRE) que:

1.7.2.1.somente faça constar dos relatórios de auditoria anuais de contas os achados referentes aos fatos ocorridos no exercício respectivo, que tenham impacto na gestão em exame e cuja ocorrência possa ser atribuída a ato praticado por gestores que ocupem as naturezas de responsabilidade previstas no art. 10 da IN TCU 63/2010 (item 35.1 da instrução de peça 16);

1.7.2.2.na hipótese de achados que não se enquadrem nos critérios mencionados no subitem anterior, represente a este Tribunal, nos termos do art. 237, inciso II, do Regimento Interno do TCU (item 35.2 da instrução de peça 16).

1.7.3. Dar ciência à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores (SGEX/MRE), nos termos do art. 7º da Resolução-TCU 265/2014 c/c art. 4º da PortariaSegecex 13/2011, das seguintes impropriedades:

1.7.3.1.não apresentação de informações acerca dos substitutos dos agentes listados no rol de responsáveis, em afronta ao art. 10 da IN-TCU 63/2010, bem como não disponibilização, para cada responsável, dos dados referentes ao número do Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF); atos formais de nomeação, designação ou exoneração, com data de publicação em órgãos oficiais; e endereço residencial completo e endereço de correio eletrônico, em violação ao art. 11, incisos I, IV, V e VI, do mesmo normativo (itens 15 e 16 da instrução de peça 16);

1.7.3.2.ausência de identificação dos serviços prestados; dados relativos às metragens e às quantidades dos materiais fornecidos e dos serviços executados, inseridos pela própria contratada; e não especificação dos locais onde os serviços foram prestados identificadas nas OS constantes do processo de pagamento do Contrato 12/2014, em ofensa aos arts. 62 e 63, da Lei 4.320/1964 e aos Acórdãos 173/2012-Plenário, Relator: Ministro José Múcio Monteiro; 265/2010-Plenário, Relator: Ministro Raimundo Carreiro; 1591/2008-1ª Câmara, Relator: Ministro Marcos Bemquerer e 1.330/2008-Plenário, Relator: Ministro Benjamin Zymler (item 22.2.13 da instrução de peça 16);

1.7.3.3.falta de indicação dos requisitos legais para a apresentação de títulos da dívida pública como garantia do contrato no edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços DSE/SGEX/MRE 01/2014, em afronta ao art. 56, §1º, inciso I da Lei 8.666/1993 (item 33.1 da instrução de peça 16);

1.7.3.4.aceite de títulos da dívida pública sem valor legal como garantia do contratual, em desacordo com os preceitos estabelecidos nos Decretos-Leis 263/1967, 396/1998, 20.910/1932 e na Lei 4.069/1962 (item 33.2 da instrução de peça 16);

1.7.3.5.utilização de recursos do exercício de 2014 para atender despesas efetivamente realizadas no exercício anterior, em afronta ao princípio da anualidade orçamentária, previsto nos arts. 165, III, e §5º, e 166 da CF/88 e no art. 2º da Lei 4.320/1964 (item 33.3 da instrução de peça 16);

1.7.4. Dar ciência desta deliberação à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores (SGEX/MRE);

1.7.5. Arquivar os autos, após as comunicações e demais ações processuais, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 8259/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que a petição apresentada à peça 157, denominada "embargos de declaração", sequer menciona no seu teor a que decisão se refere a contrariedade, o que a torna recurso genérico, sem explicitação dos requisitos necessários ao eventual conhecimento dessa espécie recursal (omissão, contradição ou obscuridade - art. 34 da Lei 8.443/1992);

Considerando que a peça 157, ainda que estivessem supridos os requisitos de admissibilidade, é intempestiva, vez que foi protocolada fora do prazo recursal previsto no art. 34, §1º, da Lei 8.443/1992, tendo em vista que ingressou nos autos em 3/7/2018 (peça 157), enquanto a última decisão proferida por esta Corte ocorreu em 26/4/2018 (peça 134 - Acórdão 2.757/2018-TCU-2ª Câmara) e o interessado teve ciência em 24/5/2018 (peça 149);

Considerando que em momento processual anterior, o mesmo recorrente ingressou com outra petição (peça 125), denominada "recurso de reconsideração", também não conhecida

por se verificar a preclusão consumativa estabelecida no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, uma vez que se tratava de matéria já apreciada por esta Corte;

Considerando o histórico processual a seguir descrito, constante da peça 129, que demonstra algumas passagens de apresentação de diversas petições que podem ser consideradas meramente protelatórias, como assim o é a ora em análise, vez que não fundamentadas adequadamente em normas recursais aplicáveis à matéria em exame:

O processo foi julgado por esta Corte de Contas por meio do Acórdão 11.147/2011-TCU-2ª Câmara, em que se consignou o julgamento pela irregularidade das contas, a imputação de débito e a aplicação de multa.

Contra essa decisão foram interpostos recursos de reconsideração (Peças 15 e 16), que restaram conhecidos e no mérito, desprovidos, conforme o Acórdão 2.503/2013-TCU-2ª Câmara (Peça 34).

Irresignada, a requerente opôs embargos de declaração (Peça 45) em face dessa última decisão, conhecidos e desprovidos no mérito de acordo com o Acórdão 2.772/2014-TCU-2ª Câmara (Peça 51).

Expediu-se, ainda, nos autos, o Acórdão 6.519/2014-TCU-2ª Câmara (Peça 66), mediante o qual foram indeferidos os pedidos de prorrogação de prazo para comprovação do recolhimento dos valores (Peça 60 e 63) imputados por meio do Acórdão 11.147/2011-TCU-2ª Câmara.

Também, foi prolatado o Acórdão 9.616/2015-TCU-2ª Câmara (Peça 93) no sentido de dar quitação a Jairo Altair Georgetti e reconhecer crédito junto à União em seu favor.

Subsequentemente, a interessada apresentou novo expediente (Peça 100) recebido como mera petição, em razão da preclusão consumativa, conforme o Acórdão 1.502/2016-TCU-Plenário (Peça 107).

Por fim, a Prefeitura Municipal de Mauá - SP interpôs recurso de revisão (Peça 109), conhecido, para no mérito, ser desprovido, além de alterado de ofício o item 9.2 do Acórdão 11.147/2011-TCU-2ª Câmara, de acordo com o Acórdão 2.890/2017-TCU-Plenário (Peça 122).

Neste momento, a requerente ingressa com o expediente que ora se analisa (Peça 125), com o objetivo de impugnar mais uma vez os termos da deliberação que lhe condenou no âmbito deste Tribunal.

Feito o histórico, passa-se ao exame.

O recurso de reconsideração constitui-se na espécie recursal cabível nos processos deste Tribunal que versam sobre contas, nos termos dos artigos 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c artigo 285 do Regimento Interno/TCU. Tal peça apelativa já foi ajuizada neste processo, conforme exposto acima, o que resultou na preclusão consumativa estabelecida no artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU.

Também já foi interposto o recurso de revisão (Peça 109), última possibilidade de alterar a decisão de mérito no processo, apreciado por meio do Acórdão 2.890/2017-TCU-Plenário (Peça 122).

Por estes fundamentos e com base nos normativos desta Corte, conclui-se que a decisão de mérito não se encontra mais passível da interposição de recursos, cabendo atestar o trânsito em julgado da decisão e a preclusão consumativa para ingresso de novos recursos.

Propõe-se, ante a inviabilidade jurídica do expediente:

1. receber a Peça 125 como mera petição e negar recebimento ao pleito, em razão da preclusão consumativa e do trânsito em julgado da decisão, conforme dispõe o artigo 278, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU, e nos termos do art. 50, § 4º, da Resolução-TCU 259, de 7 de maio de 2014;

Considerando, portanto, que já são três expedientes conhecidos como meras petições, sendo a última, aparentemente, embargos sobre o que sequer foi conhecido, o que exige desta Corte a adoção de providências necessárias ao restabelecimento da salutar lealdade processual, que a priori não se verifica nos representantes legais do interessado, Município de Mauá/SP, no que diz respeito específica e restritivamente às peças não conhecidas, para restar claro que não se está negando obediência aos sagrados princípios do contraditório e da ampla defesa;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, ante as razões expostas pelo Relator, em:

i) receber a peça 157 como mera petição, negando-lhe seguimento; e

ii) considerar esta petição protelatória e alertar à recorrente que a oposição de novos expedientes com igual finalidade, tratando de matéria já analisada e rejeitada pelo Tribunal, pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, §2º, do Código de Processo Civil, além de não suspenderem a consumação do trânsito em julgado do Acórdão 11.147/2011-TCU-2ª Câmara; e

iii) dar ciência à recorrente e aos órgãos/entidades interessados do teor deste acórdão:

1. Processo TC-005.718/2010-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 017.598/2015-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Diniz Lopes dos Santos (060.994.038-41); Eliene de Paula Pinto (046.620.298-99); Jairo Altair Georgetti (045.462.838-22); José Roberto Trombini Novo (844.740.178-20); Marcio Chaves Pires (030.874.008-40); Oswaldo Dias (000.402.388-90); Prefeitura Municipal de Mauá - SP (46.522.959/0001-98); Vilma Maria dos Santos (871.534.838-53)

1.3. Recorrente: Município de Mauá - SP (46.522.959/0001-98).

1.4. Órgão/Entidade: Município de Mauá - SP.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.9. Representação legal: José Américo Lombardi (OAB/SP 107.319), Flavia de Aguiar Pietri Vicente (332.408/OAB-SP) e outros, representando o Município de Mauá - SP; Ivan Antonio Barbosa (163443/OAB-SP), representando Marcio Chaves Pires; Ana Paula Ribeiro Barbosa (146553/OAB-SP), representando Oswaldo Dias; Lincoln Kazuo Koyama (181473/OAB-SP) e outros, representando Jairo Altair Georgetti.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8260/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o recorrente, Sr. Mosaniel Passos dos Santos, foi devidamente notificado, nos termos do disposto no art. 179, inciso II, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), em seu endereço particular constante na pesquisa de endereço (peça 86, p. 2);

Considerando que, regularmente notificado, em 14/9/2017 (peça 97), da deliberação recorrida, o Acórdão 6.120/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 4/7/2017, inserido na Ata 23/2017-2ª Câmara (peça 83), retificado pelo Acórdão 7.879/2017-TCU-2ª Câmara, Sessão de 29/8/2017, Excerto da Relação 19/2017-TCU-2ª Câmara (peça 89), o recorrente somente compareceu aos autos em 2/10/2017, oportunidade em que protocolizou seu Recurso de Reconsideração (peça 100);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando, paralelamente, que o interessado não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, que estatui que "não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão de superveniência de fatos novos, na forma do Regimento Interno";

Considerando que, ao regulamentar esse dispositivo, o artigo 285, § 2º, do RI/TCU dispõe que "Não se conhecerá de recurso de reconsideração quando intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos e dentro do período de cento e oitenta dias contado do término do prazo indicado no *caput*, caso em que não terá efeito suspensivo";

Considerando que, nessas circunstâncias, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não-conhecimento do recurso (peças 116-118 e 121);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; e 285; do Regimento Interno do TCU, e ante as razões expendidas pelo relator, em não conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Mosaniel Passos dos Santos, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos, e em arquivar os autos, após o envio de cópia deste Acórdão e do exame de admissibilidade de peça 116 ao recorrente e ao Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão instaurador da presente tomada de contas especial.

1. Processo TC-011.406/2015-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: José Belízio Dias Ramos (010.405.292-91); Mosaniel Passos dos Santos (151.284.152-87); e Nunes Construções Ltda. - Me (05.472.663/0001-22).

1.2. Recorrente: Mosaniel Passos dos Santos (151.284.152-87).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pracuúba - AP.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

1.8. Representação legal: Antonio Pereira Batista (550/OAB-AP) e outros, representando Mosaniel Passos dos Santos.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8261/2018 - TCU - 2ª Câmara

Tratam os autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Paulo Roberto Cordesoni, Presidente da entidade convenente no período de 13/3/2008 a 23/12/2011 (CPF 252.049.550-20), e do Instituto Paideia de Expressão e Comunicação, CNPJ 03.636.925/0001-11, entidade convenente, em razão da glosa integral do valor repassado devido à inexecução do objeto do Convênio 880/2010 (Siconv 738801), celebrado entre o Ministério do Turismo e o Instituto Paideia de Expressão e Comunicação, com o objetivo de incentivar o turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado "XII Festa do Pimentão de Taguará e Pipiripau", realizado no período de 17 a 26 de junho de 2010.

Considerando que restaram afastadas pela unidade técnica todas as razões que fundamentaram o parecer do órgão tomador pela reprovação das contas;

Considerando que o Ministério do Turismo esclareceu a impossibilidade de fazer qualquer levantamento sobre o eventual superfaturamento mencionado no Relatório de Fiscalização *in loco* 235/2010 devido ao decurso de mais de cinco anos da realização do evento;

Considerando os pareceres convergentes do titular da unidade técnica e do representante do Ministério Público;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 237, inciso VI, do Regimento interno do TCU, em converter a presente tomada de contas especial em representação, sem prejuízo da providência descrita no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-018.754/2015-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Paideia (03.636.925/0001-11); Paulo Roberto Cordenonsi (252.049.550-20)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Restituir os autos à Secex-MT para que, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do RI/TCU, seja providenciada a audiência do Sr. Sr. Paulo Roberto Cordesoni a fim de que apresente suas razões de justificativa para a contratação das empresas RCE Produções e Eventos Ltda. e Mateus Promoções e Eventos para realização dos shows artísticos objeto do convênio sem a comprovação de que eram empresários exclusivos das respectivas bandas dos shows contratados, contrariando expressamente o disposto no artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 8262/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, os Acórdãos;

a) 10691/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/11/2015, inserido na Ata nº 40/2015-Ordinária, relativamente ao seu item 8, onde se lê: "Representação legal: Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0004-81), Eliane da Cruz Corrêa (199.307.428-75), Maria José da Silva Moreira (109.172.898-46), Marli Eunice da Silva Santos (158.940.778-42), Valéria Malheiro Silva (085.757.518-08);", leia-se: "Representação legal: Bruno Martins de Oliveira (OAB/SP 294.011) e outros, representantes legais de Valéria Malheiro Silva (CPF 085.757.518-08), Marli Eunice da Silva Santos (CPF 158.940.778-42), Maria José da Silva Moreira (CPF 109.172.898-46), Eliane da Cruz Corrêa (CPF 199.307.428-75) e Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (CNPJ 51.642.288/0001-39)"

b) 1454/2016-TCU-2ª Câmara prolatado na Sessão de 6/12/2016, inserido na Ata nº 43/2016-Ordinária, relativamente ao seu item 3, onde se lê: "Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0004-81) (...)", leia-se: "Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0001-39) (...)"; e

c) 13525/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 6/12/2016, inserido na Ata nº 43/2016-Ordinária, relativamente ao seu subitem 1.1, onde se lê: "Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0004-81); Eliane da Cruz Corrêa (199.307.428-75); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Maria José da Silva Moreira (109.172.898-46); Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0001-39); Ronildo Pereira Medeiros (793.046.561-68); Suprema Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda. - ME (07.150.827/0001-20).", leia-se: "Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (CNPJ 51.642.288/0001-39); Eliane da Cruz Corrêa (CPF 199.307.428-75); Luiz Antônio Trevisan Vedoin (CPF 594.563.531-68); Maria José da Silva Moreira (CPF 109.172.898-46); Ronildo Pereira Medeiros (CPF 793.046.561-68); Suprema - Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda. (CNPJ 07.150.827/0001-20)" e ao seu subitem 1.2, onde se lê: "Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0004-81); Eliane da Cruz Corrêa (199.307.428-75)", leia-se: "Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária (CNPJ 51.642.288/0001-39); Eliane da Cruz Corrêa (CPF 199.307.428-75)".

Mantendo-se inalterados os demais termos dos acórdãos ora retificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.292/2007-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Eliane da Cruz Corrêa (199.307.428-75); Luiz Antonio Trevisan Vedoin (594.563.531-68); Maria José da Silva Moreira (109.172.898-46); Movimento Alpha de Ação Comunitária (51.642.288/0001-39); Ronildo Pereira Medeiros (793.046.561-68); Suprema Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda - ME (07.150.827/0001-20).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.6. Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Luiz Antonio Trevisan Vedoin e Ronildo Pereira Medeiros; Rodrigo Carvalho Mendonça e outros, representando Antonio Alves de Souza; Bruno Martins de Oliveira (294.011/OAB-SP), representando Valéria Malheiro Silva, Maria José da Silva Moreira, Marli Eunice da Silva Santos, Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária, Movimento Alpha de Ação Comunitária e Associação Beneficente Promocional - Movimento Alpha de Ação Comunitária; Vitor João de Freitas Costa (132089/OAB-SP), representando Eliane da Cruz Corrêa e Movimento Alpha de Ação Comunitária.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8263/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material:

a) o acórdão nº 2062/2013-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 16/4/2013, inserido na Ata nº 11/2013-Ordinária, relativamente ao seu item 8, onde se lê: "Advogados: Joel de Souza N. Júnior (OAB/BA 21.118), Rafael de Medeiros Chaves Mattos (OAB/BA 16.035), Tâmara Costa Medina da Silva (OAB/BA 15.776) e outros.", leia-se: "Advogados: Joel de Souza N. Júnior (OAB/BA 21.118), representante legal da Srª. Tânia Marli Ribeiro Yoshida (CPF 252.235.185-00)";

b) o acórdão nº 70/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 27/1/2015, inserido na Ata nº 11/2013-Ordinária, relativamente ao seu item 8, onde se lê: "Advogado constituído nos autos: Glauco Teixeira de Souza (OAB/BA n.º 15.951); Ícaro Henrique Pedreira Rocha (OAB/BA n.º 35.644).", leia-se: "Advogado constituído nos autos: Joel de Souza N. Júnior (OAB/BA 21.118), representante legal da Srª. Tânia Marli Ribeiro Yoshida (CPF 252.235.185-00)";

c) o acórdão nº 2784/2016-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 1º/3/2016, inserido na Ata nº 5/2016-Ordinária, relativamente ao seu subitem 3.2, onde se lê: "Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251- 34); Darcy Jose Germani (004.176.886-87); Klass Comércio e Representação Ltda. (02.332.985/0001- 88); Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00)", leia-se: "Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91), Darci José Vedoin (CPF 091.757.251-34), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88) e Tânia Marli Ribeiro Yoshida (CPF 252.235.185-00)", e ao subitem 8.1, onde se lê: "Ícaro Henrique Pedreira Rocha (35644/OAB-BA) e outros, representando Tania Marli Ribeiro Yoshida.", leia-se: "Joel de Souza N. Júnior (OAB/BA 21.118), representante legal da Srª. Tânia Marli Ribeiro Yoshida (CPF 252.235.185-00)"; e

d) o acórdão nº 8713/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 26/9/2017, inserido na Ata nº 35/2017-Ordinária, relativamente ao seu subitem 3.2, onde se lê: "Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251- 34); Darcy Jose Germani (004.176.886-87); Klass Comércio e Representação Ltda. (02.332.985/0001- 88); e Tânia Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00)", leia-se: "Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (CPF 207.425.761-91), Darci José Vedoin (CPF 091.757.251-34), Klass Comércio e Representação Ltda. (CNPJ 02.332.985/0001-88) e Tânia Marli Ribeiro Yoshida (CPF 252.235.185-00)" e ao item 8, onde se lê: "Representação legal: Romeu Ramos Moreira Júnior (OAB/BA 48.522) e Joel de Souza Neiva Júnior (OAB/BA 21.118)", leia-se: "Representação legal: Romeu Ramos Moreira Júnior (OAB/BA 48.522) e Joel de Souza Neiva Júnior (OAB/BA 21.118), representantes legais de Tânia Marli Ribeiro Yoshida (CPF 252.235.185-00)";

mantendo-se inalterados os demais termos dos acórdãos ora retificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.408/2009-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Darcy Jose Germani (004.176.886-87); Klass Comércio e Representação Ltda (02.332.985/0001-88); Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00).
1.2. Recorrentes: Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00); Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00).
1.3. Órgão/Entidade: Município de Conceição do Jacuípe - BA
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.6. Relatores da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes; Ministro Raimundo Carreiro.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.8. Representação legal: Romeu Ramos Moreira Junior (48.522/OAB-BA) e outros, representando Tania Marli Ribeiro Yoshida; Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT) e outros, representando Cléia Maria Trevisan Vedoin, Darci José Vedoin e Klass Comercio e Representação Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8264/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, os Acórdãos:

a) nº 3532/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 30/6/2015, inserido na Ata nº 21/2015-Ordinária, relativamente ao seu item 3.2, onde se lê: "(...); DF Comunicação e Eventos (09.631.877/0001-55); (...)", leia-se: "(...); DF Comunicação e Eventos Ltda (09.631.877/0001-55); (...)";

b) nº 5119/2017-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 13/6/2017, inserido na Ata nº 20/2017-Ordinária, relativamente ao primeiro parágrafo, onde se lê: "(...) retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 3532/2017-TCU-2ª Câmara, sessão de 30/6/2015, (...), leia-se: "(...) retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 3532/2015-TCU-2ª Câmara, sessão de 30/6/2015, (...) e no seu item 1.2, onde se lê: "(...) DF Comunicação e Eventos (09.631.877/0001-55); (...)", leia-se: "(...) DF Comunicação e Eventos Ltda. (09.631.877/0001-55); (...)".

Mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.646/2013-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 018.714/2015-3 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Claudeci Ferreira Martins (843.913.751-68); DF Comunicação e Eventos (09.631.877/0001-55); Instituto Arte, Cia e Cidadania (03.863.259/0001-54).
1.3. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva do Ministério do Turismo.
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.7. Representação legal: Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra (44089/OAB-DF) e outros, representando Claudeci Ferreira Martins; Regina Lúcia Tomé dos Santos e outros, representando Instituto Arte, Cia e Cidadania.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8265/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido de reexame contra o acórdão 4428/2018-TCU-2ª Câmara;

Considerando que o papel do representante consiste em iniciar a ação fiscalizatória, quando, então, o próprio Tribunal toma o curso das apurações. Não existe para o representante, a não ser que admitido como interessado, prerrogativa de comparecer aos autos para a defesa de seus pontos de vista;

Considerando que cabe ao interessado demonstrar, na peça recursal, em preliminar, o seu interesse em intervir no processo, devendo a questão ser avaliada no juízo de admissibilidade.

Considerando que o recorrente demonstra mero inconformismo com o entendimento adotado por esta Corte. Destaque-se que o exercício de representação perante esta Corte com o objetivo de proteger o interesse público foi respeitado, uma vez que a representação foi conhecida e seu mérito foi devidamente examinado por este Tribunal;

Considerando que a peça recursal não apresenta fatos novos supervenientes capazes de alterar o mérito da deliberação combatida;

Considerando o parecer da Secretaria de Recursos no sentido do não-conhecimento do presente recurso;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos termos do artigo 48 da Lei 8443/1992 e artigos 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso II, 146 e 282, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, e em determinar o arquivamento deste processo, após enviar cópia desta deliberação ao recorrente:

1. Processo TC-015.097/2018-8 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Recorrente: Cetest (24.016.172/0001-11).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8266/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, e, com base no art. 47 da Lei 8.443/1992 e no art. 252 do RITCU, converter esta Representação em Tomada de Contas Especial (TCE), encaminhando-os à SecexEstataisRJ para a realização das citações, na forma proposta pela unidade técnica (peça 23), dos autos.

1. Processo TC-021.047/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.a.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8267/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da presente Representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; indeferir o pedido medida cautelar, *inaudita altera pars*, uma vez que não estão presentes os pressupostos necessários para adoção da referida medida, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-026.909/2018-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência ao Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) da ocorrência de entendimento pela intempestividade de impugnação interposta pela empresa Laquix Comércio e Serviços Eireli, em desacordo com os arts. 12 do Decreto 3.555/2000 e 18 do Decreto 5.450/2005;
1.6.2. Comunicar ao Hospital Federal dos Servidores do Estado (HFSE) e ao representante o inteiro teor desta deliberação;
1.6.3. Arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

RELAÇÃO Nº 26/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 8268/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão abaixo relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-006.719/2017-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cristina Garcia Guerra (238.559.671-72); Célio Pereira de Sousa (120.015.461-49); César Galuban (428.699.601-82); Danilo Ferreira Cabral (042.460.981-91); Edson Elcio de Oliveira (102.308.581-04)
1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do preenchimento do quadro "Descrição dos fundamentos legais da aposentadoria/alteração" do formulário de concessão de interesse do ex-servidor César Galuban, uma vez que a invalidez decorreu de doença não especificada em lei (código 1-1-9336-8 Aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais com base no art. 40, § 1º, inciso I, da CF/1988, c/c EC 70/2012, calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, a servidor que ingressou no serviço público até 31/12/2003), conforme Portaria STJ 418, de 3/10/2016, publicada no DOU de 5/10/2016, enquanto no Sisac houve o lançamento do código 1-1-9335-0 (proventos integrais) e a utilização do antigo código 1-1-5490-7 (aposentadoria por invalidez simples, com proventos proporcionais, prevista na Lei 8.112/1990).

ACÓRDÃO Nº 8269/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.210/2018-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José dos Remédios Rodrigues Santos (127.399.281-49)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8270/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.212/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Santino Antônio Fernandes Borges (066.415.801-30)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8271/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.773/2018-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Sílvio García Junior (162.974.401-82); Tarquínio Costa Cardoso (085.066.801-82); Telio Barroso de Souza (070.992.405-44); Virgínia Maria Carvalhedo Mota (090.710.083-04); Walmir Pantoja Chagas (097.462.692-91); William César Lacerda (059.381.551-34); Wilson Gomes Filho (259.376.500-34)
1.2. Unidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8272/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.373/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Evellyn Hoth Botelho Sathler (022.584.421-41)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8273/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.380/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Danilo de Oliveira Silva (043.329.053-69); Isaque Brandão de Sousa (932.627.953-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8274/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.384/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Assis Herter Silva (820.450.202-82); Diogo Ânderson Lopes e Silva (963.268.082-00); Paulo Roberto Ortiz Vieira (842.698.042-20)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8275/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.389/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Heliza Cristina Cavalcanti Fernandes (737.103.851-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8276/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.393/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Roberta Philippsen Janz (063.195.389-29)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8277/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.425/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Renata Lima Guedes Peixoto (005.797.121-84)
1.2. Unidade: Conselho Nacional de Justiça
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8278/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.524/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Mariana de Araújo Alves (296.267.608-18); Polliana Magalhães de Sousa Rodrigues (007.640.261-43)
1.2. Unidade: Supremo Tribunal Federal
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8279/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.535/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Thiago Ferreira Valins (279.464.568-40)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8280/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.539/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patrícia Araújo Ribeiro (542.272.595-68); Wender Henrique Gomes da Costa (931.004.932-49)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8281/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.544/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Cristiano Cerqueira Cirino Gomes (033.303.055-92)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8282/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.547/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessadas: Camila Lucena de Medeiros (066.034.264-20); Fabyelle Rúbya Martinez de Castro (015.959.631-97); Mariana Cristina de Alvarenga Xavier (731.015.591-20)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8283/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.554/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Guilherme Bassetto Petek (389.815.378-95); Luiz Yoshinori Kamada (108.543.828-79); Stephanie Mussy Feres Toledo (091.722.946-04)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8284/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.543/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Dulcinea Monteiro Torres (001.842.095-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8285/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.804/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Antônio Barbosa Calheiros (017.938.375-20)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8286/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.808/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Luiza Sílvia Santos (011.246.255-34)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Sergipe

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8287/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.880/2018-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Marta Vitorino Monteiro (919.619.041-87)

1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8288/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso III, 201, § 3º, e 212 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, e em dar ciência desta deliberação ao responsável e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.895/2018-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Delcio José Sato (CPF 110.529.178-28)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8289/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-016.879/2014-7 (EMBARGOS DE declaraÇÃO EM RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

2. Embargante: Luiz Carlos Peruchi, ex-prefeito (CPF 480.767.247-91)

3. Unidade: Prefeitura Municipal de João Neiva/ES

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Sebastião Rivelino de Souza Amaral (OAB/ES 8.963) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que tratam, nesta fase, de embargos de declaração opostos por Luiz Carlos Peruchi contra o acórdão 3538/2018 - 2ª Câmara

Considerando que o Acórdão 3.538/2018 - 2ª Câmara negou provimento a recurso de reconsideração interposto por Luiz Carlos Peruchi contra o Acórdão 2.678/2017 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas especiais e lhe imputou o pagamento de débitos e de multa;

Considerando que o Acórdão 3.538/2018 - 2ª Câmara foi prolatado em 8/5/2018 e a ciência do responsável ocorreu em 4/6/2018;

Considerando que Luiz Carlos Peruchi opôs embargos de declaração contra o Acórdão 3.538/2018 - 2ª Câmara, protocolados em 29/6/2018;

Considerando que o prazo para a apresentação de embargos de declaração é de dez dias, contados nos termos do art. 183 do Regimento Interno;

Considerando que o prazo para o exercício dos embargos declaratórios em face do Acórdão 3.538/2018 - 2ª Câmara expirou no dia 14/6/2018;

Considerando a intempestividade dos embargos de declaração opostos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "f", e 287, § 1º, do Regimento Interno, em:

9.1, não conhecer destes embargos de declaração; e

9.2. dar ciência ao embargante do teor desta deliberação.

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 8290/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-029.647/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessados: Maria do Socorro Souza Monteiro (CPF 660.969.797-34); Rosalina Corrêa de Araújo (CPF 323.345.596-87).

1.3. Unidade: Advocacia-Geral da União.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8291/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Jadilson Correia Barbosa.

1. Processo TC-029.938/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Jadilson Correia Barbosa (CPF 015.754.903-82).

1.3. Unidade: Tribunal de Contas da União.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8292/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão de pessoal dos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-028.412/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Igor Botelho Valente (CPF 131.468.447-70); Jayme de Almeida Lopes (CPF 037.527.027-29); Maria dos Prazeres da Silva Teixeira (CPF 101.212.937-34); Michael da Silva Augusto (CPF 116.089.127-36); Thamirys de Oliveira Lemos Inacio (CPF 058.435.957-81).

1.3. Unidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A..

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8293/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Ricardo Simoni Rodrigues de Oliveira.

1. Processo TC-029.306/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Ricardo Simoni Rodrigues de Oliveira (CPF 301.065.178-30).

1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo/Interior.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8294/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Madson Ronei Alves Teixeira.

1. Processo TC-029.333/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Madson Ronei Alves Teixeira (CPF 792.641.742-49).

1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8295/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.338/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Cassio Silva Magalhaes (CPF 980.122.583-15); Danilo Romero Teive Santana (CPF 006.413.653-14); Ederson Leandro de Araújo Lima (CPF 008.863.405-19); Francisco Adailson Souza da Silva (CPF 609.609.652-20); João Eduardo Veiga Sant Anna (CPF 115.339.127-93).

1.3. Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8296/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Luiz Fernando Nunes Ribeiro.

1. Processo TC-029.366/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Luiz Fernando Nunes Ribeiro (CPF 776.792.537-49).

1.3. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8297/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.419/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ludmilla Tcherina Rocha Figueiredo (CPF 826.505.943-49); Tiago Silva Araujo (CPF 056.838.303-62).
1.3. Unidade: Diretoria Regional da ECT no Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8298/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.434/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elisa Brod Oliveira da Rosa (CPF 788.746.880-91); Matheus Coelho Adam (CPF 014.783.250-03).
1.3. Unidade: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A..
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8299/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal de Thiago Romeiro Fidalgo de Sousa.

1. Processo TC-029.580/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Thiago Romeiro Fidalgo de Sousa (CPF 996.371.381-53).
1.3. Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8300/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-014.440/2010-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Jorge Luis da Silva (CPF 051.578.423-09); Maria Anita Castro e Mascarenhas (CPF 217.250.473-49).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - Mec.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8301/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados relacionados abaixo.

1. Processo TC-029.871/2018-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Maria de Jesus Menezes (CPF 048.954.188-71); Persio Ladeira de Almeida Junior (CPF 008.860.702-01); Sami Vanda Ribeiro (CPF 505.562.408-63).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8302/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso I, 243 e 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação do subitem 9.2, do acórdão 5.811/2017 - 2ª Câmara; e em apensar este processo ao TC 015.412/2016-4, no qual foi proferida a deliberação monitorada.

1. Processo TC-029.390/2017-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidades: Fundo Nacional de Saúde - FNS-MS e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde - SCTIE/MS.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 6/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 8303/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar atendidas as determinações constantes do item 1.8 do Acórdão 762/2013-TCU-2ª Câmara (peça 16);

b) considerar atendidas as determinações constantes dos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 6.264/2016-TCU-2ª Câmara (peça 32);

c) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal de Santa Catarina; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-015.737/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Assis da Mota (537.816.439-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8304/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

e) considerar atendidas as determinações constantes do item 9.3 do Acórdão 6.717/2012-TCU-2ª Câmara (peça 18);

f) considerar atendidas as determinações constantes dos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 461/2016-TCU-2ª Câmara (peça 27);

g) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal de Santa Catarina; e

h) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-019.222/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Dejanira Goss Zangelini (346.751.759-53).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8305/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

i) considerar atendidas as determinações constantes do item 1.8 do Acórdão 2.558/2013-TCU-2ª Câmara (peça 20);

j) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal de Santa Catarina; e

k) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-019.228/2011-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gerardo Arquimedes Lara Luna (241.106.477-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: Renata Von Hoonholtz Trindade (OAB/RS 74.422) e outros. 1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8306/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

l) considerar atendida as determinações constantes do item 9.3 do Acórdão 3.344/2015-TCU-2ª Câmara (peça 26);

m) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, à Universidade Federal de Santa Catarina; e

n) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-019.445/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Elenai Miguel Francisco (920.162.359-34).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: Pedro Mauricio Pita da Silva Machado (OAB/RS 24.372) e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8307/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar atendida a determinação constante do subitem 1.7 do Acórdão 9.860/2016-TCU-2ª Câmara;

b) considerar atendida a recomendação constante do subitem 1.8 do Acórdão 9.860/2016-TCU-2ª Câmara;

c) dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria de Controle Externo no estado do Acre para subsidiar o exame do processo de tomada de contas especial determinado pelo item 1.7.1 do Acórdão 9.860/2016- 2ª Câmara, no curso do qual poderão ser também apuradas as responsabilidades pela demora do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União, em afronta ao art. 11 da IN TCU 71/2012;

d) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Departamento Penitenciário Nacional e à Caixa Econômica Federal; e

e) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-027.937/2015-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2014)
1.1. Responsáveis: Antonio Henrique Santos Resende (962.028.581-68); Antônio Borges Filho (157.472.476-20); Augusto Eduardo de Souza Rossini (063.997.338-80); Cezar Augusto Maranhão dos Santos (578.748.751-68); Clarice Costa Calixto (064.353.386-98); Diana Calazans Mann (913.587.520-87); Dominique de Castro Oliveira (856.436.961-34); Giovanna Bonfante (026.528.636-06); Julio Cesar Barreto (662.129.285-68); Luiz Fabricio Vieira Neto (090.141.387-92); Rafael de Lima Chaves (005.595.601-76); Renato Campos Pinto de Vitto (164.221.648-82); Valdirene Daufemback (901.717.999-68).
1.2. Órgão: Departamento Penitenciário Nacional.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8308/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 218 do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) expedir quitação ao Sr. Severino Marcondes Meira, diante do recolhimento integral do débito e da multa que lhe foram aplicados, respectivamente, pelos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 6.698/2009-TCU-2ª Câmara, apostilado pelo Acórdão 1.168/2010-TCU-2ª Câmara (peça 7, páginas 207/209);

b) considerar atendida a determinação constante do item 9.7 do Acórdão 6.698/2009-TCU-2ª Câmara, apostilado pelo Acórdão 1.168/2010-TCU-2ª Câmara (peça 7, páginas 207/209), com suporte no cumprimento da ordem judicial exarada nos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa 95.0010030-4, conduzida pelo juízo da 2ª Vara da Justiça Federal no Estado da Paraíba do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (peça 13);

c) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público junto ao TCU, aos responsáveis Severino Marcondes Meira e Max Mendonça Meira e ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB;

d) comunicar à Procuradoria Geral da União o pagamento integral do débito imputado por meio do item 9.3 do Acórdão 6.698/2009-TCU-2ª Câmara, apostilado pelo Acórdão 1.168/2010-TCU-2ª Câmara (peça 7, páginas 207/209), em atenção ao que prescreve o art. 218, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

e) arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-475.100/1995-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 1994)

1.1. Apensos: 008.651/1996-5 (Acompanhamento); 013.039/1995-4 (Tomada de Contas Especial); 015.490/1995-5 (Tomada de Contas Especial); 011.808/2011-0 (Cobrança Executiva); 925.357/1998-7 (Tomada de Contas Especial); 475.067/1995-9 (Relatório de Auditoria); 019.660/2007-3 (Solicitação); 017.029/1994-5 (Atos de Admissão); 014.135/1996-5 (Tomada de Contas Especial).

1.2. Responsáveis: Alexandre Moreira Gouveia Santos (448.893.054-91); Aracy Guedes Arnaud de Lacerda (240.008.091-72); Argentino Pereira (591.903.374-68); Arnosa Manaim Agencia de Viagens Ltda - Me (10.855.781/0001-50); Dulcinea Rodrigues Borges (274.747.204-34); Francisco Luiz Gomes (109.884.674-53); Gregório Chaves Filho (003.242.564-34); João Edson Farias de Queiroz (008.391.594-04); Lêucio Augusto Pereira de Medeiros (033.769.824-49); Marcelo Capistrano de Miranda Monte (254.467.034-72); Max Mendonça Meira (673.933.144-87); Severino Marcondes Meira (008.269.364-15); Sérgio Augusto Moreira Teixeira (467.232.344-72); Walter da Silva Nery (020.759.114-87).

1.3. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8309/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar atendida a determinação constante no item 1.7 do Acórdão 10.357/2016-TCU-2ª Câmara;

b) encaminhar cópia da presente deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à Secretaria Executiva do Ministério da Cultura; e

c) apensar os presentes autos ao TC 007.965/2016-8.

1. Processo TC-026.196/2016-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 33/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 8310/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.088/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Carlos Noronha de Oliveira (CPF 028.923.245-72); Hélio Alves Peixoto dos Santos (CPF 037.200.045-20); Maria Angélica Costa Souza (CPF 114.809.205-68); Maria do Socorro Dantas Vieira (CPF 114.863.685-49) e Raul Abreu de Mello (CPF 023.642.045-34).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Salvador - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8311/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.094/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Denisete de Faria Almada (CPF 433.147.166-72); Paulo César Proença (CPF 118.221.206-91) e Teresinha Nascimento de Souza (CPF 006.409.208-96).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Divinópolis - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8312/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.100/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Afonso Martins de Carvalho (CPF 392.127.186-04); Célia Lúcia da Silva (CPF 177.185.546-00) e Roberto Mota de Mendonça (CPF 112.664.306-87).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ouro Preto - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 8313/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.752/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Anativa Oliveira Santos (CPF 212.639.901-00).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Goiânia - GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8314/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.793/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Rogério de Macedo Corradi (CPF 199.156.406-68); Rogério de Macedo Corradi (CPF 199.156.406-68) e Rogério de Macedo Corradi (CPF 199.156.406-68).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Divinópolis - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8315/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.800/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Tupinamba Costa (CPF 083.422.537-91); Valeria Pereira Dias (CPF 797.127.387-87); Valéria Pereira Bispo da Silva Dias (CPF 797.127.387-87); Valéria Pereira Dias (CPF 797.127.387-87); Vital Severino de Sales (CPF 236.276.547-49); Wanda Maria Bedeschi Mendes (CPF 258.427.657-72); Wanderley de Freitas Breda (CPF 323.478.207-53); Wilma Bezerra de Figueiredo (CPF 049.978.757-91); Yara Maria de Oliveira Marconi (CPF 250.871.857-20) e Yolanda Figueiredo Milfont (CPF 014.435.937-53.)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Niterói - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8316/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e no art. 7º, I, da Resolução TCU nº 206, de 2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos a partir do falecimento dos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.807/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Sylvio Bender Lopes Maia (CPF 116.774.907-30) e Vicente Rodrigues Pereira (CPF 176.216.407-82).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Petrópolis - RJ. 1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8317/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.800/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Elizabeth Lucena Moreno (CPF 009.032.444-70)

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa - PB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8318/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.811/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Luciano Bahia Costa (CPF 286.379.505-82); Maria Conceição Leal Souza Costa (CPF 231.257.485-34) e Mercedes Batista Bahia (CPF 371.646.435-04).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santo Antônio de Jesus - BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsic.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8319/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.814/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Emília da Costa Nobrega (CPF 438.108.107-20) e Iris Bandeira Casella (CPF 604.734.957-91).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8320/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.815/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Edmar Geraldo Videira (CPF 006.860.856-04) e Georgina Sousa Padrenosso (CPF 589.472.486-49).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Varginha - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8321/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.877/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Margarida da Costa Lopes (CPF 109.607.082-00).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém - PA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8322/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.884/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Isa Maria Gonçalves de Souza (CPF 468.830.027-15) e Maria Jose Alves Carvalho de Souza (CPF 506.077.907-68).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro - Norte- RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8323/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.490/2018 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão de 8/5/2018 (Ata nº 15/2018), no que concerne aos seus itens 9.2 e 9.3, mantendo inalterados os demais termos do referido acórdão, além de restituir, em seguida, os autos à SecexEducação, para que dê prosseguimento ao feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, de sorte que:

a) onde se lê:

"9.2. julgar irregulares as contas do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e do Sr. Aderson José Pinho Magalhães...;"

leia-se:

"9.2. julgar irregulares as contas do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e do Sr. Aridelson Sebastião de Almeida..."

b) onde se lê:

"9.3. aplicar em desfavor do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e do Sr. Aderson José Pinho Magalhães...;"

leia-se:

"9.3. aplicar em desfavor do Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social e do Sr. Aridelson Sebastião de Almeida..."

1. Processo TC-000.802/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-034.054/2017-0 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Aridelson Sebastião de Almeida (CPF 611.395.721-72) e Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social (CNPJ 02.560.332/0001-56).

1.3. Órgão: Ministério da Cultura.

1.4. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 8324/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em deferir a solicitação apresentada pelo Sr. Henrique Cesar Sisterolli Kamchen, como Coordenador-Geral de Auditoria de Pessoal e Tomada de Contas Especial, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e, assim, conceder à CGU, em caráter excepcional, a prorrogação até o dia 14/9/2018, do prazo para o atendimento ao item 1.7 do Acórdão 8.475/2017-TCU-2ª Câmara, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, o que se deu em 3/12/2017, conforme o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-013.162/2016-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Gustavo de Alencar Barros (CPF 084.468.224-15); Carlos Humberto Andrade Silva (CPF 200.418.376-49); Jose Carlos Antunes Lima (CPF 089.491.744-72) e Jose Cavalcanti Carlos Junior (CPF 681.170.274-53).

1.2. Entidade: Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Secex-PE que envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Coordenação-Geral de Auditoria de Pessoal e Tomada de Contas Especial do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 8325/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Cooperativa União de Serviços dos Taxistas Autônomos de São Paulo (Use Táxi) sobre possíveis falhas no edital do Pregão Eletrônico 2/2018 promovido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio da Superintendência Regional Sudeste I;

Considerando que, em 8/05/2018 por intermédio do item 9.2.1 do Acórdão 3.474/2018-2ª Câmara, o Tribunal determinou que a Superintendência Regional Sudeste I do INSS promovesse a "*anulação do Pregão Eletrônico nº 2/2018, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, com a desconstituição de todos os atos decorrentes, aí incluída a eventual contratação subsequente, em consonância com o art. 71, IX, da CF88 e com o art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992*";

Considerando que aludido Pregão Eletrônico 2/2018 teria resultado na celebração de contrato entre a Superintendência Regional Sudeste I do INSS e a Inovadora 2A Serviços S.A.;

Considerando que, em 28/05/2018, a Inovadora 2A Serviços S.A. acostou o seu expediente à Peça nº 38 com o requerimento de que "*seja notificada do acordão e exerça seu direito de resposta e assim seja atendida a Súmula Vinculante nº 3 do STF assegurando o contraditório e a ampla defesa*", alegando que teria ficado silente nos autos, por não ter obtido a ciência do andamento da representação para se defender, além de não ter tomado ciência, ainda, do julgamento do feito com a prolação do referido acordão;

Considerando que o referido expediente (Peça nº 38) não visaria objetivamente à reforma do aludido Acórdão 3.474/2018-2ª Câmara, por não ter apontado os fundamentos para a eventual impugnação da aludida decisão do TCU, mas arguiria tão somente a suposta necessidade de notificação sobre o aludido acórdão;

Considerando que a admissão, como recurso, de peça inominada e desprovida da necessária fundamentação recursal, com evidente inobservância, assim, ao princípio da voluntariedade, poderia até mesmo acarretar prejuízo à parte, já que a subsequente preclusão consumativa impossibilitaria a apresentação de novo recurso, nos termos do art. 278, § 3º, do RITCU;

Considerando, diante disso, que, como o expediente acostado à Peça nº 38 não atendia aos requisitos fundamentais para a sua admissão como recurso, proferi o despacho acostado à Peça nº 45, em 13/7/2018, e recebi o referido expediente, como mera petição, encaminhando-a à unidade técnica para a subsequente análise, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Resolução TCU nº 259, de 2014;

Considerando que, a partir das informações contidas no documento apresentado em 8/6/2018 pela Superintendência Regional Sudeste I do INSS (Peça nº 41), o contrato derivado do Pregão Eletrônico 2/2018, com o subjacente empenho, foi anulado com vistas a dar cumprimento à determinação prolatada pelo Acórdão 3.474/2018-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, na análise empreendida à Peça nº 47, unidade técnica aduziu que não teria ocorrido o suposto desrespeito ao contraditório e à ampla defesa, pois, antes do aludido acórdão, fora realizada a oitiva da Inovadora 2A Serviços S.A (Peça nº 12) no endereço apontado junto à base de dados da Receita Federal com a subsequente ciência válida da notificação, pelo Aviso de Recebimento - AR à Peça nº 15, tendo o Ofício de Oitiva nº 617/2018-TCU/SECEX-SP comunicado à referida empresa que: "(...) *Foi determinada, ainda, a oitiva prévia da Inovadora 2ª Serviços S.A., na pessoa de seu representante legal, como vencedora do certame, para, querendo, nos termos do art. 250, V, do RITCU, se manifestar, no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, sobre todos os indícios de irregularidade noticiados nestes autos, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c art. 276 do Regimento Interno do TCU*" (...) "*a matéria está sendo objeto de exame neste Tribunal, o que poderá resultar em decisão no sentido de desconstituir o ato ou o procedimento considerado irregular, e que a ausência de manifestação no prazo estabelecido não impedirá o prosseguimento do processo e a apreciação da matéria pelo Tribunal*";

Considerando que o Ofício de Oitiva nº 617/2018-TCU/SECEX-SP deixou claro que o prazo para a manifestação seria de cinco dias, esclarecendo, ainda, que, "*em respeito ao princípio da ampla defesa, encontra-se à disposição, por meio de suas Secretarias, para prestar esclarecimentos a respeito de eventuais dúvidas ou sobre procedimentos a serem adotados, e conceder vista e cópia dos autos, caso solicitados*", e, assim, qualquer eventual dúvida sobre o andamento do processo poderia teria sido tempestivamente saneada pela referida empresa, a despeito de ela não ter tomado as suas providências nesse sentido;

Considerando que, no parecer acostado à Peça nº 47, a Secex-SP ponderou que, em sintonia com o parecer acostado à Peça nº 26, a Inovadora 2A Serviços S.A. manteve-se silente nos autos, a despeito de ter sido devidamente notificada sobre o feito;

Considerando, pelo exposto, que foi devidamente oportunizado à Inovadora 2A Serviços S.A o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa antes de ter sido proferido o aludido acórdão no sentido da anulação do Pregão 2/2018 e dos atos subsequentes, tendo sido respeitada, assim, até mesmo a Súmula Vinculante n.º 3 do STF, apesar de a referida empresa não ter se manifestado nos autos;

Considerando que não subsistiria a suposta previsão legal para a comunicação sobre o aludido acórdão à empresa interessada, nem sobre o andamento do processo com a eventual data para o julgamento do feito, tendo o subjacente andamento processual sido colocado, contudo, à disposição da interessada para a consulta no endereço eletrônico do TCU ou mesmo para o acompanhamento via sistema push, além de as pautas de julgamento terem sido tempestivamente publicadas pelo Tribunal antes das respectivas sessões de julgamento;

Considerando que o Acórdão 3.474/2018-TCU-2ª Câmara destinou-se ao INSS, como unidade jurisdicionada ao TCU, não subsistindo a necessidade de notificação da Inovadora 2A Serviços S.A. sobre o referido acordão, até porque, nos termos da legislação aplicável, a referida empresa tomará a ciência da aludida determinação para a anulação do pregão por intermédio dos subsequentes atos praticados pela Superintendência Regional do INSS, quando se abrirá o prazo para a eventual interposição do recurso legalmente cabível pela aludida empresa;

Considerando, ainda, que a própria petição da Inovadora 2A Serviços S.A. (Peça nº 38) evidenciou que ela teria tomado a ciência do aludido acórdão pelos subsequentes meios cabíveis;

Considerando, dessa forma, que não se vislumbra a suposta ofensa ao exercício do contraditório e da ampla defesa pela Inovadora 2A Serviços S.A;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando, enfim, que, nesse sentido, está o parecer da unidade técnica acostado à Peça nº 47;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, nos termos dos arts. 143, V, "c" do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em acolher o parecer da unidade técnica (Peça nº 47) para negar seguimento à petição acostada à Peça nº 38 pela Inovadora 2A Serviços S.A., por não se vislumbrar a suposta ofensa ao exercício do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo de prolatar a seguinte determinação:

1. Processo TC-008.507/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Cooperativa União de Serviços dos Taxistas Autônomos de São Paulo.

1.2. Entidade: Superintendência Regional Sudeste I do INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex -SP).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Fabio Godoy Teixeira da Silva (OAB/SP 154.592), representando a Cooperativa União de Serviços dos Taxistas Autônomos de São Paulo; e

1.6.2. Solange Cardoso Alves (OAB/SP 122.663) e outros, representando a Inovadora 2A Serviços S.A.

1.7. Determinar à Secex-SP que envie a cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Inovadora 2A Serviços S.A., para ciência.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 8326 a 8356, a seguir transcritos, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 8326/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.362/2014-8.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antônio José dos Santos Lima (CPF 428.214.871-34); Francisco Araújo Galeno (CPF 273.282.103-97); Prefeitura Municipal de Luís Correia - PI (CNPJ 06.554.448/0001-13).

4. Entidade: Município de Luiz Correia - PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal:

8.1. Luís Soares de Amorim (2433/OAB-PI) e outros, representando o Sr. Antônio José dos Santos Lima.

8.2. Gustavo Gonçalves Leitão (12591/OAB-PI) e outros, representando o Sr. Francisco Araújo Galeno.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em desfavor de Antônio José dos Santos Lima (gestão: 2005-2008) e de Francisco Araújo Galeno (gestão: 2009-2012), como então prefeitos de Luís Correia - PI, diante da não aprovação da prestação de contas do Convênio 875/2005 (Siafi 557128) para a execução do sistema de abastecimento de água nos povoados de Baixão e de Seriema, sob o valor total de R$ 309.278,36, tendo a vigência do ajuste ficado estipulada para o período de 21/12/2005 a 17/7/2010;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas de Antônio José dos Santos Lima, dando-lhe quitação plena, nos termos dos arts. 16, I, e 17, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Francisco Araújo Galeno, nos termos dos arts. 16, III, "a" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do débito sob o valor de R$ 90.000,00, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde 20/7/2007 até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar em desfavor de Francisco Araújo Galeno a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. determinar, nos termos dos arts. 8º e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, que o Município de Luís Correia - PI adote as seguinte medidas:

9.6.1. promova em favor da Fundação Nacional de Saúde, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência da presente deliberação, a restituição do integral valor inerente aos recursos depositados na Conta Corrente 10.941-X junto à Agência 2.255-1 do Banco do Brasil, com a subjacente receita auferida a partir da aplicação financeira, sob a titularidade do referido município em relação ao Convênio nº 875/2005 (Siafi 557128), nos termos da Cláusula 2ª, II, da Cláusula 3ª, alínea "h", com a subcláusula 2ª, e da Cláusula 14ª, alertando o atual prefeito municipal no sentido de que a não devolução dos aludidos recursos federais poderá resultar na subsequente responsabilidade perante o devido processo de tomada de contas especial, com a subjacente condenação em débito e em multa legal;

9.6.2. informe o TCU sobre o cumprimento da determinação prolatada pelo item 9.6.1 deste Acórdão, no prazo de 90 (noventa) dias contados da ciência da presente deliberação;

9.7. determinar, nos termos dos arts. 8º e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, que, em conjunto com a unidade competente do Banco do Brasil, a Fundação Nacional de Saúde adote as seguintes medidas:

9.7.1. propicie as prontas condições necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da presente deliberação, para assegurar a restituição dos valores federais determinada pelo item 9.6.1 deste Acórdão;

9.7.2. adote as medidas cabíveis para o eventual recolhimento dos valores em prol da Fundação Nacional de Saúde no caso do subsequente descumprimento ao item 9.6.1 deste Acórdão pelo referido município, devendo informar o TCU sobre o resultado dessas medidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da presente deliberação;

9.8. determinar, nos termos dos arts. 8º e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, que, em conjunto com o aludido município, a Fundação Nacional de Saúde adote as medidas cabíveis para a efetiva conclusão com o subjacente funcionamento do sistema de água no povoado de Baixão-Ingarana junto ao Trecho I do Convênio nº 875/2005, devendo informar o TCU sobre o resultado dessas medidas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência da presente deliberação;

9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, aos seguintes destinatários:

9.9.1. à Superintendência do Banco do Brasil no Estado do Piauí, à Fundação Nacional de Saúde, à Prefeitura do Município de Luís Correia - PI, para ciência e adoção das providências cabíveis nas suas respectivas esferas de atuação; e

9.9.2. à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8326-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8327/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.177/2009-2.

1.1. Apenso: 021.592/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Daniel Salgueiro da Silva (068.392.824-49); Ildefonso Antonio Tito Uchoa Lopes (133.432.544-87); Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento dos Municípios do Nordeste - IPDN (02.180.729/0001-12); Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta (101.620.114-15).

4. Entidade: Estado de Alagoas.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Rachel Vasconcelos Nascimento (OAB/AL 5.542), representando Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta.

8.2. Valeria Soares Ferro da Silva (OAB/AL 5.579) e outros, representando Arnobio Cavalcanti Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, tratam de recursos de reconsideração interpostos pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento dos Municípios do Nordeste - IPDN, por Ildefonso Antônio Tito Uchoa Lopes, ex-Secretário Estadual de Assistência Social, por Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta, ex-Secretário Executivo de Inserção e Assistência Social, e por Daniel Salgueiro da Silva, ex-Presidente do IPDN, contra o Acórdão 4.371/2016-TCU-2ª Câmara, retificado pelo Acórdão 4.962/2016-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, por atenderem aos requisitos de admissão dispostos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito:

9.1.1. negar provimento aos recursos interpostos pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento dos Municípios do Nordeste - IPDN, por Carlos Ricardo Nascimento Santa Ritta, ex-Secretário Executivo de Inserção e Assistência Social, e por Daniel Salgueiro da Silva, ex-Presidente do IPDN;

9.1.2. dar provimento ao recurso interposto por Ildefonso Antônio Tito Uchoa Lopes, ex-Secretário Estadual de Assistência Social, para tornar insubsistentes os subitens 9.7 e 9.8 do Acórdão 4.371/2016-TCU-2ª Câmara apenas em relação ao recorrente;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Ildefonso Antônio Tito Uchoa Lopes (133.432.544-87), ex-Secretário Estadual de Assistência Social do Estado de Alagoas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207, do Regimento Interno do TCU;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8327-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8328/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.269/2013-3.

1.1. Apenso: TC 010.143/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Francisco das Chagas Magalhães Mesquita (263.943.673-20); José Haroldo Martins Filho (109.880.503-82); Posto Santo Expedito Ltda. - Epp (04.709.659/0001-72); Célia Maria Bernardo Carvalho (072.646.403-10).

4. Entidade: Município de Santa Quitéria/CE.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal:

8.1. Cynara Monteiro (OAB/CE 8.880) e outros, representando Francisco das Chagas Magalhães Mesquita.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, tratam de recursos de reconsideração interpostos por Francisco das Chagas Magalhães Mesquita e José Haroldo Martins Filho, ex-prefeitos de Santa Quitéria/CE, Célia Maria Bernardo Carvalho, ex-secretária municipal de educação, e Posto Santo Expedito Ltda., contra o Acórdão 9.396/2015-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, por atenderem aos requisitos de admissão dispostos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito:

9.1.1. dar provimento parcial ao recurso interposto por Francisco das Chagas Magalhães Mesquita, para:

9.1.1.1. excluir seu nome dos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão 9.396/2015-TCU-2ª Câmara,

9.1.1.2. alterar os termos do item 9.6 do Acórdão 9.396/2015-TCU-2ª Câmara, passando a constar:

"9.6. julgar irregulares as contas dos Srs. Francisco das Chagas Magalhães Mesquita e José Haroldo Martins, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443, de 1992, aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos I, II e III, da referida lei, no valor de R$ 15.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada na forma da legislação em vigor";

9.1.2. negar provimento aos recursos de reconsideração interpostos por José Haroldo Martins Filho, Célia Maria Bernardo Carvalho e Posto Santo Expedito Ltda.;

9.2. manter inalterados os demais itens do Acórdão 9.396/2015-TCU-2ª Câmara;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fundamento no art. 16, § 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8328-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8329/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.404/2016-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento.

3. Interessado: Banco do Brasil (00.000.000/0059-08).

4. Órgão: Secretaria Nacional de Políticas Para Mulheres (SPM).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex/RJ).
8. Representação legal:
8.1. Mário Renato Balardim Borges (OAB/RS 50.627) e outros, representando Banco do Brasil SA.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, nesta fase, trata de monitoramento acerca do cumprimento da determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 9.380/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas determinou ao Banco do Brasil a restituição, aos cofres do Tesouro Nacional, do saldo existente na conta corrente bancária junto àquela instituição financeira e vinculada ao Convênio 143/2007-SPM/PR;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. autorizar o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 169 do RITCU, em razão da perda do objeto da determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 9.380/2015-TCU-2ª Câmara;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Banco do Brasil SA e à Srª. Cintia Figueiredo Corrêa.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8329-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8330/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.556/2004-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração).
3. Recorrentes: Valfredo Perfeito (020.663.511-72); Sidney Boaretto da Silva (821.038.017-68), Roberto Borges Furtado da Silva (490.589.751-34) e Francisco Augusto Pereira Desideri (310.929.347-15).
4. Entidades: Município de Ipameri/GO; Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Goiás e Distrito Federal - DNIT/MT.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. José Milton Ferreira (OAB/DF 17.772) e outros, representando Valfredo Perfeito;
8.2. Tiago Cardozo da Silva (OAB/DF 22.834) e outros, representando Roberto Borges Furtado da Silva;
8.3. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros, representando Francisco Augusto Pereira Desideri.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que tratam, nesta fase, de embargos de declaração opostos pelos Srs. Valfredo Perfeito, Sidney Boaretto da Silva, Roberto Borges Furtado da Silva e Francisco Augusto Pereira Desideri em face do Acórdão 13.176/2016-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos por Valfredo Perfeito, por não atenderem aos requisitos de admissibilidade dispostos nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992;
9.2. conhecer dos embargos de declaração opostos por Sidney Boaretto da Silva, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, de sorte a excluir o responsável dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 5.343/2011-TCU-2ª Câmara e, com fulcro no art. 16, inciso II, c/c art. 18, da Lei 8.443/1992, julgar suas contas regulares com ressalva, dando-lhe quitação;
9.3. conhecer dos embargos de declaração opostos por Roberto Borges Furtado da Silva, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, de sorte a excluir o responsável dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 5.343/2011-TCU-2ª Câmara, tornar sem efeito o subitem 9.4 do Acórdão 13.176/2016-TCU-2ª Câmara e, com fulcro no art. 16, inciso II, c/c art. 18, da Lei 8.443/1992, julgar suas contas regulares com ressalva, dando-lhe quitação;
9.4. conhecer dos embargos de declaração opostos por Francisco Augusto Pereira Desideri, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los, de sorte a excluir o responsável dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 5.343/2011-TCU-2ª Câmara, tornar sem efeito o subitem 9.3 do Acórdão 13.176/2016-TCU-2ª Câmara e, com fulcro no art. 16, inciso II, c/c art. 18, da Lei 8.443/1992, julgar suas contas regulares com ressalva, dando-lhe quitação;
9.5. notificar os embargantes da presente decisão.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8330-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8331/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 019.649/2013-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (tomada de contas especial).
3. Recorrente: Francisco Airton Félix (095.031.615-68).
4. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto).
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Max Alves Carvalho (OAB/SP 238.869) e Sabrina Baik Cho (OAB/SP 228.480), representando Francisco Airton Félix.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração em tomada de contas especial interposto pelo Sr. Francisco Airton Félix, ex-presidente da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Tercon Brasil, contra o Acórdão 4.943/2016-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Francisco Airton Felix (095.031.615-68) contra o Acórdão 4.943/2016-TCU-2ª Câmara, uma vez preenchidos os requisitos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. dar a seguinte redação ao item 9.3 do Acórdão 4.943/2016-TCU-2ª Câmara:
"9.3. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 à Oscip Tercon Brasil (R$ 100.000,00) e aos Srs. Cássio Ramon Pereira Fontes (R$ 60.000,00), Franscisco Airton Félix (R$ 35.000,00) e Jorge José Durval (R$ 35.000,00), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;"
9.3. dar ciência da presente deliberação ao recorrente, à Oscip Tercon Brasil e aos Srs. Cássio Ramon Pereira Fontes e Jorge José Durval.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8331-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8332/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.564/2011-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de reconsideração).
3. Embargante: Jorge Luiz de Mello (510.709.017-68).
4. Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal:
8.1. Eduardo Valenca Freitas (OAB/RJ 146.620), representando Jorge Luiz de Mello.
8.2. Alexandre Novais Vilar (OAB/RJ 143.233) e outros, representando Companhia Docas do Rio de Janeiro.
8.3. Manuella Elisa Fortunato Lima (OAB/RJ 208.812-E) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que tratam, nesta fase, de embargos de declaração opostos por Jorge Luiz de Mello em face do Acórdão 4.324/2018-TCU-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo embargante contra o Acórdão 3.296/2016-TCU-2ª Câmara, que, ao apreciar a prestação de contas do exercício de 2010 da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), entre outros, julgou irregulares suas contas, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, incisos I e VII, da Lei 8.443/1992;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Jorge Luiz de Mello, por atenderem aos requisitos de admissibilidade dispostos nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. notificar o embargante da presente decisão.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8332-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.
13.3. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8333/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.192/2015-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Elton Walcacer da Silva (128.632.891-87) e Empresa Brasiliense de Turismo (08.911.986/0001-63).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Elton Walcacer da Silva, na condição de Presidente da Empresa Brasiliense de Turismo (Brasiliatur), e da Empresa Brasiliense de Turismo (entidade em liquidação e vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal-GDF), em face de irregularidade na execução financeira do Convênio 703198/2009, cujo objeto contemplava o incentivo ao turismo, por meio da implementação do projeto "49º Aniversário de Brasília",
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:
9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Elton Walcacer da Silva, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar regulares as contas da Empresa Brasiliense de Turismo, dando-lhe quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do RITCU;
9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Elton Walcacer da Silva, gestor dos recursos e presidente da Empresa Brasiliense de Turismo à época dos fatos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei 8.443/1992 c/c o art. 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e II, e § 4º, e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU - RI/TCU;
9.4. aplicar ao Sr. Elton Walcacer da Silva a multa prevista no art. 58, incisos I e II da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, incisos I e II do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida ao cofre do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.6. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida em até 36 prestações mensais e sucessivas, caso requerido, corrigidas monetariamente com os correspondentes acréscimos legais, cientificando ao responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU; e
9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8333-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8334/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 005.750/2011-3.
1.1. Apensos: TC 014.045/2010-9 e TC 028.086/2014-7.
2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (em Recurso de Reconsideração).
3. Embargante: Sergipe Parque Tecnológico - Sergipetec (CNPJ 06.938.508/0001-11).
4. Unidade Jurisdicionada: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Secretaria de Estado de Saúde de Sergipe (SES).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Benedito Tadeu Ferreira da Silva (82.735/OAB-SP) e outros, representando Estrela Marinha Informática Ltda; Renatha Guilherme Carvalho Rocha (4.669/OAB-SE), representando Clara Raíssa de França Rocha e Lopes e Rogério Nascimento Lopes; Ludwig Oliveira Junior (5.750/OAB-SE), representando Fluxotech - Fluxo e Tecnologia Ltda; Ailton Alves Nunes Júnior (3.475/OAB-SE), representando Rogério Carvalho Santos; Paulo José Soares (58-B/OAB-SE), representando Marcus Dratovsky e Angela Maria de Souza; e Eduardo José Capua de Alvarenga (70.821/OAB-SP), representando Chelminsky Consultoria em Informática Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos ao Acórdão 655/2018-TCU-2ª Câmara, que conheceu e negou provimento a recursos de reconsideração interpostos por Sergipe Parque Tecnológico - Sergipetec, Fluxotech - Fluxo e Tecnologia Ltda., Estrela Marinha Informática Ltda. e Clara Raíssa de França Rocha e Lopes contra o Acórdão 6.671/2015-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas de Rogério Nascimento Lopes (falecido), condenou o seu espólio em débito solidário com os recorrentes e outros responsáveis e aplicou aos recorrentes a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8334-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8335/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.872/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Clevanildo Brito de Sousa (139.155.764-68).

4. Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados; Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: Cidney Arantes Carrasquel Coelho e outros, representando Câmara dos Deputados; e Manolys Marcelino Passerat de Silans (11536/OAB-PB) e outros, representando Clevanildo Brito de Sousa; Denis Urazato Pereira (395.751.360-04) e outros, representando Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados e Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Câmara dos Deputados (CD), em desfavor de Clevanildo Brito de Sousa, ex-Secretário Parlamentar, em razão de recebimento de auxílio alimentação em duplicidade, de dezembro de 2004 a novembro de 2009, durante a assunção de cargos públicos inacumuláveis,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, julgar irregulares as contas de Clevanildo Brito de Sousa (CPF 116.489.768-32), ex-servidor da Câmara dos Deputados, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

DATA	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA	VALOR ORIGINAL (R$)	DATA	VALOR ORIGINAL (R$)
14/12/2004	410,00	23/8/2006	492,00	23/4/2008	601,20
24/1/2005	410,00	22/9/2006	492,00	23/5/2008	601,20
23/2/2005	410,00	24/10/2006	492,00	24/6/2008	601,20
23/3/2005	410,00	22/11/2006	492,00	22/7/2008	601,20
22/4/2005	410,00	18/12/2006	1.377,60	22/8/2008	601,20
24/5/2005	410,00	23/1/2007	565,80	23/9/2008	601,20
22/6/2005	492,00	23/2/2007	565,80	22/10/2008	601,20
22/7/2005	492,00	22/3/2007	565,80	24/11/2008	638,00
23/8/2005	492,00	24/4/2007	565,80	17/12/2008	638,00
22/9/2005	492,00	23/5/2007	565,80	22/1/2009	638,00
24/10/2005	902,00	22/6/2007	565,80	23/2/2009	638,00
23/11/2005	492,00	24/7/2007	565,80	24/3/2009	638,00
20/12/2005	492,00	22/8/2007	565,80	23/4/2009	638,00
24/1/2006	492,00	24/9/2007	565,80	22/5/2009	638,00
22/2/2006	492,00	23/10/2007	565,80	23/6/2009	638,00
22/3/2006	492,00	22/11/2007	565,80	22/7/2009	638,00
24/4/2006	492,00	18/12/2007	990,60	24/8/2009	638,00
23/5/2006	492,00	22/1/2008	601,20	23/9/2009	638,00
22/6/2006	492,00	22/2/2008	601,20	22/10/2009	638,00
24/7/2006	492,00	24/3/2008	601,20	24/11/2009	232,00

9.2. aplicar a Clevanildo Brito de Sousa (CPF 116.489.768-32), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inc. III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inc. II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. determinar à Câmara dos Deputados que remeta à Corte de Contas informações a respeito das medidas adotadas com vistas a apurar se houve a percepção indevida de recursos públicos por parte do Sr. Clevanildo Brito de Sousa, tendo em vista a possível incompatibilidade de horários entre os cargos acumulados, porquanto o efetivo exercício de ambos representaria uma carga horária semanal de 76 horas;

9.7. dar ciência deste acórdão ao responsável.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8335-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8336/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.028/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Rufina Noriko Oyama (206.956.759-15); Thereza Ignez Casini Ilkiu (597.274.209-82); Vanice Garcia Araujo (313.501.519-04); Vera Lucia Pimenta de Barros (557.566.629-87); Virginia Felipe Caldeira (499.422.989-91); Waldete de Oliveira Roça Rivelini (019.154.259-80).

3.2. Recorrentes: Rufina Noriko Oyama (206.956.759-15); Vanice Garcia Araujo (313.501.519-04); Virginia Felipe Caldeira (499.422.989-91).

4. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Londrina/PR - INSS/MPS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal:

8.1. João Luiz Arzeno da Silva (23510/OAB-PR) e outros, representando Virginia Felipe Caldeira, Rufina Noriko Oyama e Vanice Garcia Araujo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, nos quais foram opostos embargos de declaração contra o Acórdão nº 9.682/2017-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes Embargos de declaração, com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta decisão às recorrente e à Gerência Executiva do INSS em Londrina/PR.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8336-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8337/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.648/2011-7

1.1. Apenso: 010.717/2011-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recursos de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Distribuidora de Medicamentos São Marcos Ltda. (07.127.606/0001-31); Gilvan Pizzano Agibert (340.476.549-49); GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda - Me (78.303.252/0001-87); Julio Cesar Makuch (024.787.419-11); Júlio Alberto Durski (130.844.459-15)

3.2. Recorrentes: GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda - Me (78.303.252/0001-87); Gilvan Pizzano Agibert (340.476.549-49); Julio Cesar Makuch (024.787.419-11); Júlio Alberto Durski (130.844.459-15).

4. Órgão/Entidade: Município de Prudentópolis - PR.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (SECEX-PR).

8. Representação legal:

8.1. Gustavo Bonini Guedes (41756/OAB-PR) e outros, representando Júlio Alberto Durski, Gilvan Pizzano Agibert, Júlio Alberto Durski e Julio Cesar Makuch.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, nos quais foram interpostos recursos de reconsideração em face do Acórdão 5.161/2014-TCU-2ª Câmara, confirmado pelo Acórdão 1890/2015-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração interpostos pelos Srs. Gilvan Pizzano Agibert, Júlio Alberto Durski e Júlio Cesar Makuch, e pela empresa GTC Distribuidora de Medicamentos Ltda. para, no mérito, negar-lhes provimento.

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8337-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8338/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 016.056/2005-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71) e Município de Barreiros - PE (10.110.989/0001-40).

3.2. Responsáveis: Joao Marcolino Gomes Junior (148.988.024-00); Km Empreendimentos Ltda. (00.449.696/0001-38); Maria do Socorro Leite de Siqueira (451.662.424-91)

3.3. Recorrentes: Joao Marcolino Gomes Junior (148.988.024-00); Maria do Socorro Leite de Siqueira (451.662.424-91).

4. Órgãos/Entidades: Fundo Nacional de Saúde - MS; Prefeitura Municipal de Barreiros - PE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Andreive Ribeiro de Sousa (31072/OAB-DF) e outros, representando Joao Marcolino Gomes Junior.

8.2. Abnair Vitor da Silva (19340-D/OAB-PE), representando Maria do Socorro Leite de Siqueira.

8.3. Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (24183/OAB-PE), representando Km Empreendimentos Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos por Maria do Socorro Leite de Siqueira contra o Acórdão 68/2015-TCU-2ª Câmara, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 1182/2015-TCU-2ª Câmara, e de peça denominada "recurso de reconsideração" por João Marcolino Gomes Junior em face do Acórdão 3615/2011-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Maria do Socorro Leite de Siqueira, nos termos dos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443, de 1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. receber a Peça 91 apresentada por João Marcolino Gomes Junior como mera petição e indeferir o pleito formulado;

9.3. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes e a seus representantes legais, nos termos do art. 179, § 7º, do RITCU.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8338-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8339/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.295/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Embargante: João Dilmar da Silva (041.258.433-68).

4. Órgãos/Entidades: Município de Limoeiro do Norte/CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal: João Batista Freitas de Alencar (OAB/CE 4.972), representando João Dilmar da Silva.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração opostos por João Dilmar da Silva contra o Acórdão 5.090/2018-TCU-2ª Câmara;

Acordam os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, acolhê-los parcialmente;

9.2. esclarecer ao embargante que procede a contradição apontada no item 15.7 da instrução da Serur (e não da Secex/RS, como alegado), mas que esse lapso não prejudicou a defesa do recorrente, uma vez que, embora, de fato, tenha afirmado "*que não teria sido juntado o processo licitatório a que se reporta a nota fiscal anexada pelo embargante (Pregão 1.245/2010), o que fragilizaria esse documento fiscal como instrumento probatório dos valores especificados*", a instrução citou os documentos do referido pregão nos itens subsequentes (16.4; 16.5; e 16.6), demonstrando que os mesmos foram considerados na análise;

9.3. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8339-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8340/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.355/2015-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Cesar Augusto Goncalves (232.604.247-68) e Empresa Brasiliense de Turismo (08.911.986/0001-63).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF: 18.444), Manoel Ninaut Filho (OAB/DF: 6.995) e Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF: 41.292).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação-Geral de Convênios do Ministério do Turismo, contra a Empresa Brasiliense de Turismo - Brasiliatur e o Sr. César Augusto Gonçalves, ex-Presidente dessa entidade (período 25/6/2007 a 14/10/2008), em razão da realização de despesas em desconformidade com o Plano de Trabalho do Convênio 31/2008, cujo objeto era "*incentivar o turismo, por meio da implementação do Projeto intitulado '21 de Abril - Aniversário de Brasília/DF*'",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Sr. César Augusto Gonçalves, ex-Presidente da Empresa Brasiliense de Turismo - Brasíliatur, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do Regimento Interno/TCU, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor Histórico (R$)
2/7/2008	261.125,55

9.2. aplicar ao Sr. César Augusto Gonçalves a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelo responsável, o parcelamento das dívidas em até 36 vezes, mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento do primeiro pagamento, e de trinta dias, a contar da anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer uma importará no vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com o art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, para ajuizamento das ações judiciais que entender pertinentes, tendo em vista o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, bem como ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, ante a sua competência concorrente quanto à matéria objeto dos autos (processo 16.756/2008).

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8340-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8341/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.396/2015-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CNPJ 07.359.752/0001-92), João Luiz dos Santos Moreira (CPF 077.061.890-15), Paulo César Boëchat Lemos da Silva (CPF 151.717.016-87) e Elydio Santoro de Barros (CPF 091.114.337-87).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Representação legal: Paulo Sérgio Bernardes de Assis (OAB/DF 45.173, peça 35).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo contra a Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CBC&VB), de seu presidente, Sr. João Luiz dos Santos Moreira, e de seu vice-presidente, Paulo César Boëchat Lemos da Silva, tendo em vista a constatação de irregularidades na execução física e financeira do Convênio MTur 265/2009 (Siconv 703451), que teve por objeto incentivar o turismo mediante o apoio à realização do projeto "*Reacess - III Feira Nacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade / 2ª Feira Nacional da Pessoa Idosa*",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux, do Sr. João Luiz dos Santos Moreira, Paulo César Boëchat Lemos da Silva e do Sr. Elydio Santoro de Barros, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
884.285,00	20/7/2009

9.2. aplicar à Confederação Brasileira de Convention & Visitors, ao Sr. João Luiz dos Santos Moreira e ao Sr. Paulo César Boëchat Lemos da Silva e ao Sr. Elydio Santoro de Barros, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa individual no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendidas as notificações.

9.4. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da República no Distrito Federal, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU; e

9.6. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8341-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8342/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.815/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza (222.535.723-49).

4. Órgão/Entidade: Município de Potengi/CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Francisco Ione Pereira Lima (OAB/CE 4.585) e outros, representando Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Francisco Luiz Rodrigues Mendes de Souza (ex-prefeito) contra o 3.278/2018-TCU-2ª Câmara, que negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto contra o Acórdão 9.714/2016-TCU-2ª Câmara, o qual, por sua vez, julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão da rejeição da prestação de contas do Convênio 2.619/2006, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o aludido município para implantação de sistema de esgotamento sanitário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8342-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8343/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.078/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Esporte (vinculador) (02.961.362/0001-74).

3.2. Responsáveis: Associação Educativa do Brasil - Soebras (22.669.915/0001-27); Joao Luiz de Almeida Filho (009.516.176-72).

3.3. Recorrente: Associação Educativa do Brasil - Soebras (22.669.915/0001-27).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Representação legal:

8.1. Miguel Leonardo Lopes (14.739B/OAB-MG) e outros, representando Associação Educativa do Brasil - Soebras.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos o presente recurso de reconsideração interposto por Soebras - Associação Educativa do Brasil Ltda. contra o Acórdão 6.496/2017-TCU-2ª Câmara, que tratou de Tomada de Contas Especial-TCE instaurada pelo Ministério do Esporte em razão de impugnação parcial de despesas do Convênio 223/2004 (Siafi 518.086) e da não apresentação de documentação exigida na prestação de contas do Convênio 45/2006 (Siafi 559.259),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, aos órgãos/entidades interessados, ao Ministério dos Esportes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8343-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8344/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.107/2015-8

2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração.

3. Recorrente: Geraldo Novais Agra Filho (CPF 029.349.854-74).

4. Unidade: município de Carneiros/AL.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Henrique José Cardoso Tenório (OAB/AL 10.157) e outro representando Geraldo Novais Agra Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Geraldo Novais Agra Filho contra o acórdão 6.298/2018 - 2ª Câmara, que negou provimento a anteriores embargos de declaração em face do acórdão 3.465/2018 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 217 e 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. autorizar o pagamento das dívidas imputadas pelo acórdão 2.002/2017 - 2ª Câmara a Geraldo Novais Agra Filho em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas;

9.3. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.4. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.6. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8344-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8345/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.154/2015-3

1.1. Apenso: TC 015.536/2016-5

2. Grupo II - Classe I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes: Associação Hoc Tempore (CNPJ 07.300.325/0001-39) e Pablo Fabião Lisboa (CPF 000.293.170-29).

4. Unidade: Ministério da Justiça.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Unidade Técnica: não atuou.

7. Representante do Ministério Público: não atuou.

8. Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB/DF 24.518) e Joana Renata de Freitas Miranda (OAB/DF 40.636) representando a Associação Hoc Tempore e Pablo Fabião Lisboa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Pablo Fabião Lisboa e pela Associação Hoc Tempore contra o acórdão 6.297/2018-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8345-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8346/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 007.477/2013-9

1.1. Apensos: TC 028.668/2016-2 e TC 028.672/2016-0

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior (CPF 325.242.189-53).

3.1. Interessada: Prefeitura Municipal de Alta Floresta/MT (CNPJ 15.023.906/0001-07).

4. Unidade: município de Alta Floresta/MT.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros representando Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior, ex-prefeito de Alta Floresta/MT, contra o acórdão 9.955/2016 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e lhe aplicou multa de R$ 10.000,00.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento parcial para:

9.1.1. afastar a responsabilidade de Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior nos autos;

9.1.2. dar a seguinte redação ao subitem 9.3 do acórdão 9.955/2016 - 2ª Câmara:

"9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, 23, inciso III, e 58, I, da mesma Lei, julgar irregulares as contas de Manoel João Marques Rodrigues, aplicando-se-lhe multa individual no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor"

9.2. comunicar à Advocacia-Geral da União o teor desta decisão para a adoção das providências cabíveis, no âmbito do processo 0010780-05.2017.4.01.3600, que tramita na 4ª Vara da Seção Judiciária de Cuiabá/MT e trata de ação de execução por título extrajudicial em desfavor de Romoaldo Aloísio Boraczynski Júnior;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8346-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8347/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 017.080/2015-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Liliane Flávia Guimarães da Silva (CPF 847.765.444-15), Luiz Antônio da Silva (CPF 430.890.201-06), Maria da Glória dos Santos Laia (CPF 399.271.646-53), Mauro Luiz Erpen (CPF 460.760.000-82), Virley Lemos de Souza (CPF 028.867.126-04), Emtel Construções e Eletrificações Ltda. (CNPJ 02.041.728/0001-97).

4. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins - Secex/TO.

8. Representação legal: Khellen Alencar Calixto (OAB/TO 6.856) e outro representando Virley Lemos de Souza; Rogério Bezerra Lopes (OAB/TO 4.193-B) e outros representando Mauro Luiz Erpen; Francisco José Sousa Borges (OAB/TO 413-A) e outro representando Emtel Construções e Eletrificações Ltda.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins em decorrência da apuração de prejuízos na execução do contrato 15/2008, celebrado para realizar obras de reforma de prédio, construção de guarita, auditório e ginásio de esportes em unidade daquela instituição situada no município de Gurupi/TO.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 70 e 71, inciso II, da Constituição Federal e arts. 1º, inciso I, 5º, inciso II, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §2º, 19, 23, inciso III, 26, 28, inciso II, 57 e 58, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 202, § 8º, 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. excluir os servidores Maria da Glória dos Santos Laia e Virley Lemos de Souza da relação processual;

9.2. julgar irregulares as contas de Mauro Luiz Erpen, Liliane Flávia Guimarães da Silva, Luiz Antônio da Silva e da empresa Emtel Construções e Eletrificações Ltda.;

9.3. ***aplicar as multas*** individuais a seguir detalhadas, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

Responsável	Valor (R$)
Mauro Luiz Erpen	6.000,00
Liliane Flávia Guimarães da Silva	3.000,00
Luiz Antônio da Silva	3.000,00

9.4. condenar a empresa Emtel Construções e Eletrificações Ltda. ao recolhimento aos cofres do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins de R$ 51.691,06 (cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e um reais e seis centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 26/4/2010 até a data do pagamento;

9.5. aplicar à empresa Emtel Construções e Eletrificações Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei 8.443/1992, que, caso não seja comprovado o recolhimento das dívidas pelos servidores daquela Instituição, efetue, após a devida notificação do Tribunal, o desconto, na remuneração dos responsáveis, das multas imputadas em favor do Tesouro Nacional, na forma estabelecida pela legislação pertinente;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações e não seja possível o desconto em folha;

9.9. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.10. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.11. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.12. encaminhar cópia deste acórdão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8347-33/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8348/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.938/2013-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Governo do Estado da Bahia (CNPJ 04.139.403/0001-77); Heraldo Eduardo Rocha (CPF 019.967.705-00); Sérgio Sanches Ferreira (CPF 123.126.735-68).

3.2. Recorrente: Sérgio Sanches Ferreira.

4. Entidade: Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8. Representação legal:
8.1. Lízea Magnavita Maia (OAB-BA 13.137) e outros, representando o Estado da Bahia;
8.2. João Estênio Campelo Bezerra (OAB-DF 2.218) e outros, representando Sérgio Sanches Ferreira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos pelo Sr. Sérgio Sanches Ferreira em face do Acórdão 4.350/2018 proferido pela 2ª Câmara do TCU, no âmbito do processo de tomada de contas especial, ao promover o arquivamento do feito, diante da ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração opostos pelo Sr. Sérgio Sanches Ferreira em face do Acórdão 4.350/2018 proferido pela 2ª Câmara do TCU, nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:
9.2.1. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao ora embargante, para ciência;
9.2.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Departamento Penitenciário Nacional, orientando-o sobre a eventual necessidade de adoção das providências cabíveis em relação à baixa da inscrição de Sérgio Sanches Ferreira no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin, diante da evidente insubsistência do débito ensejador da autuação desta tomada de contas especial a partir da prolação do Acórdão 4.350/2018-TCU-2ª Câmara; e
9.2.3. arquive o presente processo.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8348-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8349/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.106/2015-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento.
3. Responsáveis: Responsáveis: Maria de Fátima Nunes Soares (CPF 651.058.855-20); e Luciano Pinheiro Damasceno e Santos (CPF 013.979.545-66).
4. Entidade: Município de Euclides da Cunha - BA.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento da determinação prolatada pelo Acórdão 149/2015-TCU-2ª Câmara (Relação nº 2/2015) no âmbito do TC 005.332/2013-3, ao julgar a tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional - MI diante da falta de aprovação da prestação de contas do Convênio nº 56/1999 destinado à perfuração de poços artesianos, com reservação, adução e distribuição por meio de chafarizes, junto aos povoados de Cipó, Cedro e Serra do Angico, no Município de Euclides da Cunha - BA;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. aplicar em desfavor de Maria de Fátima Nunes Soares e de Luciano Pinheiro Damasceno e Santos, individualmente, a multa prevista no art. 58, IV, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 268, IV, do RITCU, sob o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;
9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;
9.4. reiterar a determinação proferida pelo item 1.7.1 do Acórdão 149/2015-TCU-2ª Câmara, com as modificações introduzidas pelo Acórdão 5.900/2016-TCU-2ª Câmara, fixando o novo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação, para que o prefeito municipal de Euclides da Cunha - BA promova o efetivo cumprimento da aludida determinação, alertando ao responsável que o não atendimento à presente deliberação poderá configurar a reincidência no descumprimento da decisão do Tribunal, sujeitando o responsável à multa prevista no art. 58, VII, da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 268, VIII, do RITCU;
9.5. determinar que a unidade técnica adote as seguintes medidas:
9.5.1. prossiga com o monitoramento sobre a determinação prolatada pelo item 1.7.1 do Acórdão 149/2015-TCU-2ª Câmara; e
9.5.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Ministério da Integração Nacional, à Sra. Maria de Fátima Nunes Soares, ao Sr. Luciano Pinheiro Damasceno e Santos e à Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha - BA.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8349-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8350/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.267/2015-5.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Aron José de Souza Scalon (CPF 808.819.717-15); Carlos Eduardo Santos (CPF 006.923.829-41); Onório José Santiago (CPF 013.772.900-69); Roberto Zaina (CPF 034.460.279-63); Wilson Leonardo Doris (CPF 068.912.568-28).
4. Órgão: 27º Batalhão Logístico do Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).
8. Representação legal:
8.1. Candido Mateus Moreira Boscardin (26065/OAB-PR), representando Carlos Eduardo Santos.
8.2. José Carlos Dutra (44920/OAB-PR), representando Aron José de Souza Scalon.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército (5ª ICFEx) para apurar possíveis irregularidades na destinação de materiais doados pela Receita Federal do Brasil com a subjacente aplicação de recursos federais recebidos pelo 27º Batalhão Logístico (27º B Log), durante os exercícios de 2006 a 2012;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:
9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas por Aron José de Souza Scalon, Carlos Eduardo Santos, Onório José Santiago, Roberto Zaina e Wilson Leonardo Doris, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Aron José de Souza Scalon, Carlos Eduardo Santos, Onório José Santiago, Roberto Zaina e Wilson Leonardo Doris, nos termos dos arts. 1º, I, 16, II, 19, parágrafo único, e 23, II, da Lei nº 8.443, de 1992, dando-lhes quitação;
9.3. determinar, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, que, se ainda não fez, o 27º Batalhão Logístico adote as medidas cabíveis para a efetiva normatização interna de toda o procedimento para a eventual alienação ou permuta de seus bens patrimoniais ou dos bens eventualmente recebidos mediante doação ou outro negócio jurídico gratuito, devendo os competentes agentes públicos atentar para a necessidade de formalização dos correspondentes atos de gestão; e
9.4. determinar que a unidade técnica envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao Centro de Controle Interno do Exército e ao 27º Batalhão Logístico, para ciência e adoção das medidas porventura cabíveis, ficando a Secex-PR dispensada de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8350-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 8351/2018 - TCU - SEGUNDA CÂMARA

1. Processo nº TC 029.764/2014-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Alini Alves Lopes (CPF 042.700.183-80), Cláudio Eder Mendonça da Silva (CPF 968.470.183-72), Djinaldo Barbosa de Andrade (CPF 837.612.763-20), Francisco Reginaldo Torres de Oliveira (CPF 970.561.033-91), José Adriano Paiva de Aguiar (CPF 396.991.103-68), Tânia Paiva Nibon Mourão (CPF 247.884.143-68) e MA Engenharia Ltda. - ME (CNPJ04.425.717/0001-36).
4. Entidade: Município de Ararendá - CE.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).
8. Representação legal:
8.1. Eugênio Aguiar Camurça (8.196/OAB-CE), representando a Sra. Tânia Paiva Nibon Mourão.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de José Adriano Paiva de Aguiar, como ex-prefeito de Ararendá - CE (gestão: 2009-2012), diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do Termo de Compromisso PAC nº 281/2007 destinado à execução do sistema de esgotamento sanitário no referido município sob o montante de R$ 2.680.556,81, com R$ 2.600.000,00 em recursos federais e R$ 80.556,81 em recursos municipais;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revéis o Sr. Cláudio Eder Mendonça da Silva e a Sra. Alini Alves Lopes, além da MA Engenharia Ltda. - ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992,
9.2. rejeitar as razões de justificativa de Djinaldo Barbosa de Andrade, Francisco Reginaldo Torres de Oliveira e Tânia Paiva Nibon Mourão;
9.3. rejeitar as alegações de defesa de Tânia Paiva Nibon Mourão e José Adriano Paiva de Aguiar;
9.4. julgar irregulares as contas de Tânia Paiva Nibon Mourão e de José Adriano Paiva de Aguiar, além da MA Engenharia Ltda. - ME, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "c", 19, **caput** e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-los ao pagamento do débito apurado nestes autos, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, sob as seguintes condições:
9.4.1. para Tânia Paiva Nibon Mourão em solidariedade com a MA Engenharia Ltda. - ME:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
520.000,00	1º/12/2008

9.4.2. para José Adriano Paiva de Aguiar em solidariedade com a MA Engenharia Ltda. - ME:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
780.000,00	19/1/2009
780.000,00	6/4/2010

9.5. aplicar em desfavor de Tânia Paiva Nibon Mourão e José Adriano Paiva de Aguiar, além da MA Engenharia Ltda. - ME, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob os valores de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;
9.6. julgar irregulares as contas de Djinaldo Barbosa de Andrade, Francisco Reginaldo Torres de Oliveira, Cláudio Eder Mendonça da Silva e Alini Alves Lopes, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, III, "b", 19, parágrafo único, e 23, III, da Lei nº 8.443, de 1992, para aplicar em desfavor dos aludidos responsáveis, além da Sra. Tânia Paiva Nibon Mourão, individualmente, a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;
9.7. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;
9.8. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, caso não atendidas as notificações; e
9.9. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8351-33/18-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho (Relator).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 8352/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.833/2017-0
2. Grupo II - Classe IV - Admissão
3. Interessados: Leandro Lucas de Lima (CPF 027.797.931-55) e Rogério Dias Rocha (CPF 030.631.096-14)
4. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão de servidores pela Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de Leandro Lucas de Lima e Rogério Dias Rocha, ordenando o registro.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8352-33/18-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8353/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.800/2018-0
2. Grupo II - Classe IV - Admissão
3. Interessados: Adriana Bravim Pianissola (CPF 074.873.687-50), Adriano Rodrigues Antunes Fonseca (CPF 021.425.481-05), Ana Beatriz Bastos Montezuma (CPF 430.481.103-72), André Santos Lustosa de Aragão (CPF 017.988.385-24), Andrea Behrensdorf Alexandre (CPF 011.861.040-66), André Felipe de Luna Moreira (CPF 036.517.793-86), André de Lima Alves (CPF 229.417.598-08), Arthur Araujo Izidro Gomes (CPF 088.462.394-74), Camila Alves Chagas (CPF 026.044.925-39) e Carolina Andrade Adelino (CPF 059.486.696-02)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão de servidores pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de Adriana Bravim Pianissola, Adriano Rodrigues Antunes Fonseca, Ana Beatriz Bastos Montezuma, André Santos Lustosa de Aragão, Andrea Behrensdorf Alexandre, André Felipe de Luna Moreira, André de Lima Alves, Arthur Araujo Izidro Gomes, Camila Alves Chagas e Carolina Andrade Adelino, ordenando o registro.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8353-33/18-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8354/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.802/2018-3
2. Grupo II - Classe IV - Admissão
3. Interessados: Jéssica Regina Cerqueira Venega (CPF 023.363.271-98), Lorena Magalhães Gonçalves (CPF 029.604.155-66), Lucas Gabriel Martins (CPF 388.401.928-75), Luis Eduardo Moura Santos (CPF 047.995.095-43), Marcos Vinicius Pimentel dos Santos (CPF 835.327.735-20), Paula Marinho Romeiro Fernandes (CPF 054.922.056-92), Pedro Henrique Alves Ribeiro (CPF 018.848.811-14), Pedro Henrique Pimenta Cruz (CPF 070.787.666-44), Pryscylla Carmen Brito de Lima (CPF 846.955.952-49) e Raul Rocha da Paixão (CPF 133.141.177-79)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão de servidores pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de admissão de Jéssica Regina Cerqueira Venega, Lorena Magalhães Gonçalves, Lucas Gabriel Martins, Luis Eduardo Moura Santos, Marcos Vinicius Pimentel dos Santos, Paula Marinho Romeiro Fernandes, Pedro Henrique Alves Ribeiro, Pedro Henrique Pimenta Cruz, Pryscylla Carmen Brito de Lima e Raul Rocha da Paixão, ordenando o registro.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8354-33/18-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8355/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.428/2013-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas (exercício de 2012).
3. Responsáveis: Aluizio Davis Neto (Chefe de Gabinete do Ministro, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 150.649.211-87); Antonio de Oliveira Ramos (Assessor Especial do Ministro, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 053.200.201-63); Caio Tibério Dornelles da Rocha (Secretário Executivo substituto, de 1/1/2012 a 31/12/2012; Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, de 11/10/2012 a 31/12/2012; e Secretário de Política Agrícola, de 1/1/2012 a 9/10/2012, CPF 228.546.570-04); Celio Brovino Porto (Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 040.125.187-04); Edilson Guimarães (Secretário de Política Agrícola substituto, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 147.749.686-68); Ênio Antônio Marques Pereira (Secretário de Defesa Agropecuária substituto, de 1/1/2012 a 29/2/2012; e Secretário de Defesa Agropecuária, de 1/3/2012 a 31/12/2012; CPF 609.500.308-30); Erikson Camargo Chandoha (Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, de 1/1/2012 a 10/10/2012, CPF 176.119.979-04); Francisco Sergio Ferreira Jardim (Secretário de Defesa Agropecuária, de 1/1/2012 a 13/2/2012, CPF 191.025.697-87); Helcio Campos Botelho (Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo substituto, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 327.859.501-78); José Gerardo Fontelles (Secretário de Produção e Agroenergia substituto, de 1/1/2012 a 9/2/2012; e Secretário de Produção e Agroenergia, de 8/2/2012 a 31/12/2012; CPF 002.361.283-53); José Carlos Vaz (Secretário Executivo, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 329.726.281-87); José Conceição Ferreira Sobrinho (Secretário de Defesa Agropecuária substituto, de 6/3/2012 a 27/3/2012, CPF 002.831.425-53); Lino Luiz da Motta Santo Colsera (Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, substituto, de 1/1/2012 a 31/12/2012, CPF 236.116.936-34); Manoel Rodrigues dos Santos Junior (Secretário de Produção e Agroenergia substituto, de 14/2/2012 a 31/12/2012, CPF 146.263.221-15); Manoel Vicente Fernandes Bertone (Secretário de Produção e Agroenergia, de 1/1/2012 a 7/2/2012, CPF 924.161.958-91); Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior (Secretário de Defesa Agropecuária substituto, de 28/3/2012 a 31/12/2012, CPF 247.968.594-20).
4. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag) e Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).
8. Advogados constituídos nos autos: Márcia Aparecida Fadigatti Calarezi (213.087/OAB-SP) e outros, representando o Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2012, da gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consolidando informações sobre o Gabinete do Ministro, a Secretaria de Política Agrícola, a Secretaria de Produção e Agroenergia, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, a Secretaria de Defesa Agropecuária, a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e agregando informações sobre o Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário no mesmo período.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17 e 18; 23, incisos I e II; da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 207 e 208 do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas de Aluizio Davis Neto; Antonio de Oliveira Ramos; Caio Tibério Dornelles da Rocha; Celio Brovino Porto; Edilson Guimaraes; Enio Antônio Marques Pereira; Erikson Camargo Chandoha; Francisco Sergio Ferreira Jardim; Helcio Campos Botelho; José Conceição Ferreira Sobrinho; Lino Luiz da Motta Santo Colsera; Manoel Rodrigues dos Santos Junior; Manoel Vicente Fernandes Bertone; Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior, dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas de José Gerardo Fontelles e José Carlos Vaz, dando-lhes quitação;

9.3. determinar à Segecex que, seguindo as normas de elaboração de seu plano de fiscalização, avalie a conveniência da realização de ação de controle com vistas a verificar a conformidade das contratações de instituições financeiras federais para administrar créditos adquiridos ou recebidos em pagamento pela União em decorrência do disposto na Medida Provisória 2.196-3, de 24/8/2001, bem como do devido registro e da transparência sobre eventuais dívidas da União junto às contratadas nessas condições, a exemplo daquela para com o Banco do Brasil decorrente do Contrato de Dação em Pagamento e Administração de Créditos, de 26/12/2001, e de seus sucedâneos, como o Instrumento de Reconhecimento de Dívidas, de 28/12/2012, e o novo Contrato de Prestação de Serviços de administração de crédito, de 28/12/2012;

9.4 dar ciência deste acórdão à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e aos responsáveis;

9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8355-33/18-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 8356/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.954/2014-0
2. Grupo I - Classe: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Canteiro Construções Ltda. (CNPJ 24.191.025/0001-88)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Monte das Gameleiras/RN
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex/RN)
8. Advogados constituídos nos autos: Márcio Dantas de Araújo (OAB/RN 3718) e outros, representando Canteiro Construções Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam, nesta fase processual, de recurso de reconsideração interposto por Canteiro Construções Ltda. contra o Acórdão 2.887/2017-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Canteiro Construções Ltda. e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar a recorrente.

10. Ata n° 33/2018 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 11/9/2018 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-8356-33/18-2.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: André Luís de Carvalho.

Os processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro foram proferidos sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 36 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

LORENA MEDEIROS BASTOS CORRÊA
Subsecretária das Câmaras
Em substituição

Aprovada em 18 de setembro de 2018.

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 356, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a subdelegação de competência à Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas do Conselho da Justiça Federal.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso da delegação de competência constante do art. 3º da Portaria n. CJF-POR-2018/00346, de 14 de setembro de 2018, e, ainda, o que consta do Processo n. CJF-PPN-2015/00029, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência ao titular da Diretoria de Administração e Gestão de Pessoas do Conselho da Justiça Federal e, nas ausências e impedimentos legais deste, ao seu substituto, para a prática dos seguintes atos:

I - praticar atos de ordenação da despesa nos termos da legislação vigente, inclusive aqueles pertinentes à execução orçamentária e financeira;

II - reconhecer dívida de exercícios anteriores com base em apuração em processo específico;

III - constituir e designar comissões de licitação, de inventário de bens patrimoniais e outras, destinadas à realização de atividades definidas em lei;

IV - aprovar termo de referência, projeto básico e plano de trabalho e autorizar a abertura de licitação para aquisição ou alienação de bens, contratação de serviços e execução de obras, bem como dispensar procedimento licitatório e declarar inexigibilidade de licitação, nas hipóteses legais, mediante justificativa;

V - declarar, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, as dispensas e inexigibilidades de licitação, que serão ratificadas pelo Secretário-Geral;

VI - homologar as adjudicações feitas nas licitações realizadas ou, quando for o caso, anular ato ilegal ou irregular, ou revogar, no todo ou em parte, o procedimento licitatório respectivo;

VII - autorizar, quando necessário, a substituição de garantia exigida nos processos licitatórios e nos contratos, bem assim a liberação e restituição de garantias prestadas, quando comprovado o cumprimento das obrigações a que se refiram;

VIII - autorizar o desbloqueio dos valores retidos em conta vinculada das empresas contratadas pelo Conselho da Justiça Federal para a prestação dos serviços de locação de mão de obra;

IX - aplicar penalidades a licitantes, fornecedores e demais contratados, excetuada a prevista no art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993;

X - assinar contratos, inclusive nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, convênios, termo de execução descentralizada e respectivos aditamentos, e termos de prorrogação de prazos de vigência, bem como autorizar reajustes, repactuações e revisões de preços dos contratos celebrados, na forma da lei;

XI - autorizar a rescisão administrativa dos contratos firmados com terceiros;

XII - assinar a declaração de que trata o inciso II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, independentemente do valor da despesa;

XIII - autorizar suprimentos de fundos a servidores credenciados, bem assim aprovar a respectiva prestação de contas;

XIV - autorizar o recebimento, a alienação, a permuta, a cessão e a baixa de material e bens móveis, inclusive os considerados sem utilidade, antieconômicos ou inservíveis, observada a legislação vigente;

XV - assinar, com o dirigente da Secretaria de Administração, os documentos de execução orçamentária e financeira do Conselho da Justiça Federal, em conformidade com a legislação vigente e a normas de administração financeira e contabilidade;

XVI - autorizar, com o dirigente da Secretaria de Administração, o desbloqueio dos valores retidos em conta vinculada das empresas contratadas pelo Conselho da Justiça Federal para a prestação dos serviços de locação de mão-de-obra;

XVII - conceder aos servidores do Conselho da Justiça Federal licenças que dependam exclusivamente de comprovação de condições previstas em lei, exceto licença para capacitação;

XVIII - conceder gratificações, adicionais e outras vantagens aos servidores do Conselho da Justiça Federal, observadas a legislação vigente e as decisões do Colegiado;

XIX - autorizar a averbação de tempo de serviço nos assentamentos individuais dos servidores do Conselho da Justiça Federal;

XX - homologar certidão de tempo de contribuição e de serviço;

XXI - aprovar ou alterar as férias dos servidores do Conselho da Justiça Federal, bem como interromper o período de gozo dessas;

XXII - designar substitutos para os cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Conselho da Justiça Federal;

XXIII - autorizar a concessão e o reembolso de passagens, o transporte de bagagem, a concessão de ajuda de custo e diárias, em conformidade com as normas legais;

XXIV - autorizar, em conjunto com o dirigente da Secretaria de Gestão de Pessoas, o pagamento da folha de pessoal do Conselho da Justiça Federal;

XXV - praticar os procedimentos de que trata a Resolução n. CF-RES-2012/00211, de 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Sempre que julgar conveniente, o Secretário-Geral deliberará sobre os assuntos de que trata o art. 1º desta portaria, sem prejuízo desta subdelegação de competência.

Art. 3º O titular da Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas, no interesse do serviço, poderá subdelegar os assuntos de que trata o art. 1º desta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 336, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001438-03.2018.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao segundo quadrimestre de 2018, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MANOEL BRITO

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS (b)
	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Ago/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1]
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.661.379,08	2.642.380,01	4.217.981,37	7.187.873,28	3.622.012,73	2.680.585,34	2.710.450,45	2.746.495,81	2.683.221,98	2.829.320,18	2.715.036,88	2.762.373,05	39.459.110,16	-
Pessoal Ativo	2.532.191,39	2.513.192,32	4.013.619,16	7.054.250,28	3.420.866,82	2.546.488,08	2.576.353,19	2.612.398,55	2.549.124,72	2.686.775,96	2.564.146,32	2.611.482,49	37.680.889,28	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.185.069,13	2.166.012,66	3.306.460,10	6.690.485,22	3.063.117,11	2.186.243,33	2.215.837,62	2.249.060,90	2.187.782,83	2.315.461,83	2.198.520,36	2.251.646,59	33.015.697,68	-
Obrigações Patronais	347.122,26	347.179,66	707.159,06	363.765,06	357.749,71	360.244,75	360.515,57	363.337,65	361.341,89	371.314,13	365.625,96	359.835,90	4.665.191,6	-
Benefícios Previdenciários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	129.187,69	129.187,69	204.362,21	133.623,00	201.145,91	134.097,26	134.097,26	134.097,26	134.097,26	142.544,22	150.890,56	150.890,56	1.778.220,88	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	116.070,93	116.070,93	184.375,37	120.506,24	180.759,37	120.506,24	120.506,24	120.506,24	120.506,24	128.953,20	137.299,54	137.299,54	1.603.360,08	-
Pensões	13.116,76	13.116,76	19.986,84	13.116,76	20.386,54	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	13.591,02	174.860,8	-
Outros Benefícios Previdenciários	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesa de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	172.308,12	137.738,25	207.289,63	3.956.599,08	201.145,91	134.097,26	136.876,22	134.097,26	134.097,26	156.634,75	150.890,56	165.394,73	5.687.169,03	-

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	43.120,43	8.550,56	2.927,42	3.876.738,38	-	-	2.778,96	-	-	14.090,53	-	14.504,17	3.962.710,45	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	129.187,69	129.187,69	204.362,21	79.860,70	201.145,91	134.097,26	134.097,26	134.097,26	134.097,26	142.544,22	150.890,56	150.890,56	1.724.458,58	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.489.070,96	2.504.641,76	4.010.691,74	3.231.274,20	3.420.866,82	2.546.488,08	2.573.574,23	2.612.398,55	2.549.124,72	2.672.685,43	2.564.146,32	2.596.978,32	33.771.941,13	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	33.771.941,13	0,004384
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60.241.533,83	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	57.229.457,14	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	54.217.380,45	0,007038

FONTE: Sistema SIAFI, SECON/COF/SAO, 20/set/2018, 17h e 11m

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 637, de 19 de setembro de 2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	39.459.110,16
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.687.169,03
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	33.771.941,13

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004384%		
				% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,007843%	60.418.714,81	
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,007835%	60.357.086,65	
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-	
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,007820%	60.241.533,83	
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-	

Des. MANOEL BRITO
Presidente do Tribunal

ANA BELA DE OLIVEIRA BARBOSA
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 11, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Torna publico o Relatorio de Gestao Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba relativo ao segundo quadrimestre de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA, no uso de suas atribuicoes e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e paragrafo unico, e 55, paragrafo segundo, da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nr. 0006770-15.2018.6.15.8000, resolve:

Art. 1 Publicar o Relatorio de Gestao Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba, relativo ao segundo quadrimestre de 2018, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicacao.

Des. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

ANEXOS

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS[1] (b)
	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.336.268,91	9.064.243,33	14.442.220,75	11.449.740,50	12.391.029,86	9.495.298,00	9.412.834,77	9.266.002,49	9.286.614,60	9.436.482,90	9.422.729,20	9.424.427,40	122.427.892,71	-
Pessoal Ativo	7.762.617,77	7.775.864,73	12.448.953,19	9.376.371,35	10.341.110,60	8.130.787,51	8.034.732,75	7.928.835,29	7.949.447,40	8.080.077,42	8.020.886,47	8.029.228,76	103.878.913,24	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	6.668.145,21	6.681.228,37	10.178.495,51	8.204.911,14	9.201.734,72	7.011.457,72	6.900.902,43	6.800.704,97	6.818.708,39	6.923.313,31	6.870.569,21	6.886.318,10	89.146.489,08	-
Obrigaçoes Patronais	1.094.472,56	1.094.636,36	2.270.457,68	1.171.460,21	1.139.375,88	1.119.329,79	1.133.830,32	1.128.130,32	1.130.739,01	1.156.764,11	1.150.317,26	1.142.910,66	14.732.424,16	-
Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.573.651,14	1.288.378,60	1.993.267,56	2.073.369,15	2.049.919,26	1.364.510,49	1.378.102,02	1.337.167,20	1.337.167,20	1.356.405,48	1.401.842,73	1.395.198,64	18.548.979,47	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.196.401,13	911.128,59	1.404.116,21	1.638.408,03	1.449.726,94	946.968,79	945.749,79	932.675,93	932.675,93	894.294,66	902.597,48	932.326,21	13.078.069,69	-
Pensoes	377.250,01	377.250,01	589.151,35	434.961,12	600.192,32	417.541,70	432.352,23	404.491,27	404.491,27	462.110,82	499.245,25	471.872,43	5.470.909,78	-
Outros Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (paragrafo 1 do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (PARAGRAFO 1 do art. 19 da LRF)	1.573.651,14	13.118,51	1.221.094,37	773.952,29	2.049.919,26	1.364.510,49	1.385.455,70	1.344.397,00	1.354.383,17	1.393.868,26	1.401.692,85	1.395.198,64	15.271.241,68	-
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	-	13.118,51	-	170.169,91	-	-	7.353,68	7.229,80	17.215,97	37.462,78	(149,88)	-	252.400,77	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.573.651,14	-	1.221.094,37	603.782,38	2.049.919,26	1.364.510,49	1.378.102.02	1.337.167,20	1.337.167,20	1.356.405,48	1.401.842,73	1.395.198,64	15.018.840,91	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.762.617,77	9.051.124,82	13.221.126,38	10.675.788,21	10.341.110,60	8.130.787,51	8.027.379,07	7.921.605,49	7.932.231,43	8.042.614,64	8.021.036,35	8.029.228,76	107.156.651,03	-

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	770.352.095.045,15	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	107.156.651,03	0,013910
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	171.619.039,73	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	163.038.087,75	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do paragrafo 1 do art. 59 da LRF)	154.457.135,76	0,020050

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial 2017/2018, SECON/COF/SAO/TRE/PB, emissao 21/09/18, as 14h:00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

Notas: 1. Limites Maximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nr. 385/2013.

2. Valor da RCL referente a Portaria STN nr. 637, de 19/09/2018.

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIOS DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACORDAO 553/2017 TCU PLENARIO ITEM 9.4
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2017 A AGOSTO 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	122.427.892,71
DESPESAS NAO COMPUTADAS (paragrafo 1 do art. 19 da LRF) (II)	15.271.241,68
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	107.156.651,03

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,013910%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MAXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,022341%	172.104.361,55
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 478, de 26 de setembro de 2005	0,022319%	171.934.884,09
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 385, de 22 de agosto de 2013	0,022278%	171.619.039,73
	Justica do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015				-

VALTER FELIX DA SILVA
Secretario de Administracao e Orcamento

JOAO DEMAR LUCENA RODRIGUES
Coordenador de Controle Interno

ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 349, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5.ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve determinar a publicação no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54, 55 e 72, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma dos Anexos a seguir:

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2.º QUADRIMESTRE DE 2018
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
ESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	68.377.576,14	68.540.168,66	110.015.469,24	104.789.039,47	88.519.250,86	70.697.380,01	72.455.936,16	71.626.147,76	88.729.090,96	71.369.628,49	71.417.031,78	72.037.584,04	958.574.303,57	7.060.965,38	965.635.268,95
Pessoal Ativo	48.346.508,79	48.541.608,53	79.135.447,85	61.209.858,70	68.110.497,98	49.908.405,48	51.666.620,45	50.878.299,53	57.909.618,35	50.406.184,93	50.489.147,52	50.811.155,82	667.413.353,93	7.060.965,38	674.474.319,31
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	40.712.490,48	40.948.523,32	63.446.974,21	52.652.334,92	60.297.325,89	42.101.778,26	43.870.850,66	43.063.387,67	50.103.150,19	42.456.032,20	42.585.428,68	43.094.584,62	565.332.861,10	417.769,60	565.750.630,70
Obrigações Patronais	7.634.018,31	7.593.085,21	15.688.473,64	8.557.523,78	7.813.172,09	7.806.627,22	7.795.769,79	7.814.911,86	7.806.468,16	7.950.152,73	7.903.718,84	7.716.571,20	102.080.492,83	6.643.195,78	108.723.688,61
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.031.067,35	19.998.560,13	30.880.021,39	43.579.180,77	20.408.752,88	20.788.974,53	20.789.315,71	20.747.848,23	30.819.472,61	20.963.443,56	20.927.884,26	21.226.428,22	291.160.949,64	0,00	291.160.949,64
Aposentadorias, Reserva e Reformas	15.189.989,57	15.146.567,75	23.462.426,63	36.226.025,85	15.474.342,96	15.756.932,46	15.737.883,34	15.836.288,34	23.477.343,21	15.930.684,10	15.952.871,35	16.279.885,22	224.471.240,78		224.471.240,78
Pensões	4.841.077,78	4.851.992,38	7.417.594,76	7.353.154,92	4.934.409,92	5.032.042,07	5.051.432,37	4.911.559,89	7.342.129,40	5.032.759,46	4.975.012,91	4.946.543,00	66.689.708,86		66.689.708,86
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.624.456,00	4.885.575,65	17.733.305,50	43.038.212,01	20.591.374,41	20.900.425,57	20.994.019,49	20.836.858,86	30.876.587,06	21.001.594,98	8.622.732,31	5.185.415,87	221.290.557,71	0,00	221.290.557,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		12.741,55											12.741,55		12.741,55
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	12.916,36	9.434,87	9.558,23	7.774,28	7.769,74	7.769,74	7.769,74	7.769,74	7.769,74	6.045,16	6.045,16	6.045,16	96.667,92		96.667,92
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	23.608,84	7.851,96	6.850,12	34.322.562,31	174.851,79	103.681,30	196.934,04	81.240,89	49.344,71	32.106,26	45.419,88	232.827,71	35.277.279,81		35.277.279,81
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.587.930,80	4.855.547,27	17.716.897,15	8.707.875,42	20.408.752,88	20.788.974,53	20.789.315,71	20.747.848,23	30.819.472,61	20.963.443,56	8.571.267,27	4.946.543,00	185.903.868,43		185.903.868,43
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	61.753.120,14	63.654.593,01	92.282.163,74	61.750.827,46	67.927.876,45	49.796.954,44	51.461.916,67	50.789.288,90	57.852.503,90	50.368.033,51	62.794.299,47	66.852.168,17	737.283.745,86	7.060.965,38	744.344.711,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	744.344.711,24	0,095165%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.422.586.103,36	0,184667%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.351.456.798,19	0,175434%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.280.327.493,02	0,166200%

FONTE: SIAFI/TESOURO GERENCIAL/CCONT/TRT5, 19/09/2018, 14:28

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Despesas com Requisição de Pequeno Valor (R.P.V.) - Ação 0625: Sent. Judiciais: R$1.797.035,03.

2) Despesa Liquidada de Outros Precatórios Judiciais - Ação 0005: R$73.868.516,46.

3) As Despesas relativas as Obrigações Patronais estão segregadas em RPPS R$101.135.272,16; INSS R$549.236,42 e 27.461,81(SAT) e FUNPRESP: R$367.304,91 e R$1.217,53(DEA).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				965.635.268,95	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				221.290.557,71	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				744.344.711,24	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,096624%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,235301%	1.812.646.183,16
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,235233%	1.812.122.343,74
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,207065%	1.595.129.565,61
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,206680%	1.592.163.710,04
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12 /2015 \3			0,184667%	1.422.586.103,36

Notas:
\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Desª. MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS
Diretor-Geral

CARLOS ALBERTO MARINHO DOS SANTOS
Diretor da S.O.F.

ARIANA LOYOLA DA SILVA PRATA
Diretora da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 416, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, "a" e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e na Portaria STN n° 495/2017; considerando o que estabelece o item 9.4 do Acordão nº 553/2017-Plenário, do Tribunal de Contas da União, resolve:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 2º quadrimestre de 2018, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos limites de Despesa em cumprimento ao Acordão 553/2017-TCU/Plenária. Item 9.4, conforme Anexos deste Ato..

Desª. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABRIL/2018	MAIO/2018	JUNHO/2018	JULHO/2018	AGOSTO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	37.656.384,67	37.536.013,42	60.404.719,83	48.721.732,27	61.553.526,18	38.385.847,35	39.420.458,04	38.763.851,91	39.040.371,81	40.109.229,15	39.055.136,85	39.610.315,49	520.257.586,97	1.607.861,29	521.865.448,26
Pessoal Ativo	26.339.036,00	26.240.712,64	42.747.018,20	30.036.574,03	44.092.107,93	26.459.314,12	27.648.256,36	26.997.955,76	27.236.041,76	28.033.054,26	27.042.179,90	27.368.292,87	360.240.543,83	420.288,66	360.660.832,49
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	22.441.141,48	22.392.915,36	34.731.576,54	25.769.963,80	40.099.418,07	22.471.510,61	23.688.164,04	23.022.211,64	23.256.907,16	23.985.732,19	23.019.981,57	23.344.947,88	308.224.470,34	340.288,66	308.564.759,00
Obrigações Patronais	3.897.894,52	3.847.797,28	8.015.441,66	4.266.610,23	3.992.689,86	3.987.803,51	3.960.092,32	3.975.744,12	3.979.134,60	4.047.322,07	4.022.198,33	4.023.344,99	52.016.073,49	80.000,00	52.096.073,49
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.317.348,67	11.295.300,78	17.657.701,63	18.685.158,24	17.461.418,25	11.926.533,23	11.772.201,68	11.765.896,15	11.804.330,05	12.076.174,89	12.012.956,95	12.242.022,62	160.017.043,14	1.187.572,63	161.204.615,77
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.060.391,35	9.038.343,46	14.192.169,73	15.107.908,52	13.975.606,15	9.606.187,70	9.432.975,91	9.362.879,28	9.420.872,57	9.620.379,36	9.609.788,50	9.810.038,94	128.237.541,47	673.721,45	128.911.262,92
Pensões	2.256.957,32	2.256.957,32	3.465.531,90	3.577.249,72	3.485.812,10	2.320.345,53	2.339.225,77	2.403.016,87	2.383.457,48	2.455.795,53	2.403.168,45	2.431.983,68	31.779.501,67	513.851,18	32.293.352,85
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.317.348,67	11.360.352,19	6.489.389,52	13.003.580,38	19.154.312,80	12.047.030,73	11.755.675,05	11.799.749,12	11.987.969,61	12.012.655,80	10.268.185,71	5.935.544,62	137.131.794,20	1.135.177,06	138.266.971,26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apura	0,00	0,00	217,73	3.649,54	0,00	0,00	0,00	14.794,29	14.168,58	14.794,79	0,00	4.879,04	52.503,97	0,00	52.503,97
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apur	0,00	65.051,41	56.828,14	9.567.727,41	1.692.894,55	211.401,22	0,00	19.058,68	209.226,86	0,00	14.728,62	0,00	11.836.916,89	1.123.548,64	12.960.465,53
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.317.348,67	11.295.300,78	6.432.343,65	3.432.203,43	17.461.418,25	11.835.629,51	11.755.675,05	11.765.896,15	11.764.574,17	11.997.861,01	10.253.457,09	5.930.665,58	125.242.373,34	11.628,42	125.254.001,76
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	26.339.036,00	26.175.661,23	53.915.330,31	35.718.151,89	42.399.213,38	26.338.816,62	27.664.782,99	26.964.102,79	27.052.402,20	28.096.573,35	28.786.951,14	33.674.770,87	383.125.792,77	472.684,23	383.598.477,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	383.598.477,00	0,049795%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	702.353.113,57	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	667.235.459,80	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59	632.117.804,02	0,082056%

FONTE: Tesouro Gerencial - COAUD/TRT8ª - 20/09/2018 - 14h e 0

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de

NOTA(S):

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desembargadora Presidente

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesas

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				521.865.448,26	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				138.266.971,26	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**383.598.477,00**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**770.352.095.000,00**	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,049795%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,115213%**	**887.545.759,21**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	**0,115180%**	**887.291.543,02**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	**0,101388%**	**781.044.582,08**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	**0,101200%**	**779.596.320,14**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			**0,091173%**	**702.353.115,57**

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Desembargadora Presidente

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 0 1 20180 24001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

PORTARIA Nº 512, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no art. 24 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do artigo 54 e §2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e na Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2018, que compreende o período de setembro/2017 a agosto/2018, conforme documentação em anexo. Publique-se:

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	SET/2017	OUT/2017	NOV/2017	DEZ/2017	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.471.197,61	13.417.161,41	21.829.777,51	15.923.018,01	20.039.666,20	13.449.286,85	14.670.218,29	14.179.755,10	16.103.431,99	14.401.116,65	14.048.312,10	14.180.161,42	1825.754.103,14	1.713.438,76	187.467.541,90
Pessoal Ativo	11.870.469,58	11..743.529,01	19.268.342,67	13.732.014,14	18.349.939,21	11.797.968,27	12.968.080,83	12.442.286,36	13.522.888,11	12.409.575,75	12.157.761,17	12.321.583,10	162.584.438,20	1.711.921,60	164.296.359,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.187.112,56	9.913.487,18	15.486.085,59	11.731.342,94	16.455.037,24	9.901.010,56	11.074.133,45	10.554.348,26	11.631.510,21	10.506.832,40	10.253.637,40	10.559.766,36	138.109.130,40		138.109.130,40
Obrigações Patronais	1.828.530,77	1.830.041,83	3.782.257,08	2.000.671,20	1.894.901,97	1.896.957,71	1.893.947,38	1.887.938,10	1.891.337,90	1.902.743,35	1.904.123,77	1.761.816,74	24.475.307,80	1.711.921,60	26.187.229,40
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.600.728,03	1.673.632,40	2.561.434,84	2.191.003,87	1.689.726,99	1.692.318,58	1.702.137,46	1.737.468,74	2.580.543,88	1.991.540,90	1.890.550,93	1.858.578,32	23.169.664,94	1.517,16	23.171.182,10
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.310.104,09	1.297.485,76	2.076.752,71	1.868.321,18	1.365.948,57	1.358.208,46	1.373.193,19	1.407.800,59	2.086.347,07	1.661.168,80	1.560.177,73	1.498.882,56	18.864.390,71		18.864.390,71
Pensões	290.623,94	376.146,64	484.682,13	322.682,69	3323.778,42	334.110,12	328.944,27	329.668,15	494.196,81	330.373,10	330.373,20	359.695,76	4.305.274,23	1.517,16	4.306.791,39
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.686.742,67	1.674.286,26	1.115.554,05	2.015.855,45	1.689.726,99	1.692.318,58	2.040.284,32	1.737.468,74	2.595.930,43	1.901.933,90	1.901.933,90	1.858.578,32	22.000.220,61		22.000.220,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	86.014,64	653,86		1.921.808,26			338.146,86		15.386,55		11.382,97		2.373.393,14		2.373.393,14
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.600.728,03	1.673.632,40	1.115.554,05	94.047,19	1.689.726,99	1.692.318,58	1.702.137,46	1.737.468,74	2.580.543,88	1991.540,90	1.890.550,93	1.858.578,32	19.626.827,47		19.626.827,47
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.784.454,94	11.742.875,15	20.714.223,46	13.907.162,56	18.349.939,21	11.797.768,27	12.629.933,97	12.442.286,36	13.507.501,56	12.409.575,75	12.146.378,20	12.321.583,10	163.753.882,53	1.713.438,76	165.467.321,29

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	770.352.095.045,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	165.467.321,29	0,021479%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	267.604.910,78	0,034738%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	254.224.665,24	0,033001%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	240.844.419,70	0,031264%

FONTE: Tesouro Gerencial, TRT 19ª Região, 22/05/2018

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

SHEILA SANTOS ROLIM
Ordenadora de Despesas

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

DENISE SANTOS SOUZA SAMPAIO
Coordenadora do Controle Interno -Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2017 A AGOSTO/2018

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				187.467.541,90	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				22.000.220,60	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				770.352.095.045,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				770.352.095.045,15	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,021479%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III <informar o percetual>			0,042869 %	330.242.239.,62
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,042857 %	330.149.797,37
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,037725 %	290.615.327,86
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,037655 %	290.076.081,39
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015 \3			0,034738 %	267.604.910,78

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. PEDRO INÁCIO DA SILVA
Presidente do Tribunal

SHEILA SANTOS ROLIM
Ordenadora de Despesas

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO
Secretário de Orçamento e Finanças

DENISE SANTOS SOUZA SAMPAIO
Coordenadora do Controle Interno

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL

RESOLUÇÃO N° 167, DE 16 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre alterações do registro de profissionais nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências.

O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 28 da Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, e os artigos 2°, 4° e 30° do Regimento Interno do CAU/BR, aprovado pela Resolução CAU/BR n° 139, de 28 de maio de 2017, e de acordo com a Deliberação Plenária DPOBR N° 0081-05/2018, adotada na 81ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 16 de agosto de 2018;

Considerando que o art. 5º da Lei 12.378, 31 de dezembro de 2010, dispõe que para uso do título de arquiteto e urbanista e para o exercício das atividades profissionais privativas correspondentes, é obrigatório o registro do profissional no CAU do Estado ou do Distrito Federal;

Considerando que o art. 7º da Lei 12.378, de 2010, dispõe que exerce ilegalmente a profissão de arquiteto e urbanista a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais de que trata esta Lei ou, ainda, que, mesmo não realizando atos privativos, se apresente como arquiteto e urbanista ou como pessoa jurídica que atue na área de arquitetura e urbanismo sem registro no CAU;

Considerando que o art. 9º da Lei nº 12.378, de 2010, dispõe que é facultada ao profissional e à pessoa jurídica, que não estiver no exercício de suas atividades, a interrupção de seu registro profissional no CAU por tempo indeterminado, desde que atenda as condições regulamentadas pelo CAU/BR;

Considerando que os artigos 19 e 52 da Lei nº 12.378, de 2010, dispõem sobre a suspensão do registro profissional como decorrência de aplicação de sanção de natureza ético-disciplinar e de natureza administrativa, respectivamente;

Considerando que o art. 19 da Lei nº 12.378, de 2010, também dispõe sobre o cancelamento do registro profissional como decorrência de aplicação de sanção de natureza ético-disciplinar;

Considerando que o art. 53 da Lei nº 12.378, de 2010, dispõe que a existência de dívidas pendentes não obsta o desligamento do CAU;

Considerando o Regimento Geral do CAU, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139, de 28 de abril de 2017, no qual foram adotadas as seguintes definições e convenções: I - CAU: se refere ao conjunto autárquico formado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF); e II - CAU/UF: se refere, genericamente, a qualquer dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal;

Considerando as Resoluções CAU/BR específicas que dispõem sobre a regulamentação do registro de profissionais, das carteiras de identificação profissional, do processo administrativo de cobrança, do processo de fiscalização e do processo ético-disciplinar; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento da regulamentação relativa às alterações dos registros de profissionais nos CAU/U, resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O registro profissional em quaisquer dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), efetivado nos termos dos normativos específicos do CAU/BR, na situação de registro ativo no CAU constitui habilitação para o exercício das atividades profissionais de Arquitetura e Urbanismo em todo território nacional.

Art. 2º Esta Resolução fixa as condições para alterações do registro do profissional nos CAU/UF, nas seguintes situações:

I - Interrupção;

II - Suspensão; e

III - Cancelamento.

Art. 3º Para fins desta Resolução, o CAU/UF competente para realizar os procedimentos é aquele de jurisdição do endereço de registro do profissional cadastrado no SICCAU.

Parágrafo único. O(s) responsável(is) pelos procedimentos estabelecidos nesta Resolução será(ão) definido(s) por cada CAU/UF por meio de ato administrativo, adotado de acordo com seu regimento interno e sua estrutura organizacional.

CAPÍTULO II
DA INTERRUPÇÃO DO REGISTRO

Art. 4º A interrupção do registro é facultada ao profissional que, sem se desligar do CAU, não pretende exercer a profissão por tempo indeterminado, desde que atendidas as seguintes condições:

I - Não ocupar emprego, cargo ou função técnica, no setor público ou privado, para o qual seja exigida formação profissional na área de Arquitetura e Urbanismo ou para cujo concurso público ou processo seletivo tenha sido exigido o registro do profissional no Conselho;

II - Não constar em processo fiscalizatório e/ou ético-disciplinar em tramitação nos CAU/UF ou no CAU/BR; e

III - Não possuir Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) sem a devida baixa no CAU.

§ 1º A interrupção do registro profissional não implica a extinção do vínculo jurídico do arquiteto e urbanista para com o CAU, que continuará pertencendo ao quadro de profissionais inscritos, sujeito à lei de regência da Arquitetura e Urbanismo e ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

§ 2º O profissional com registro interrompido estará impedido de exercer atividades de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e de usar o título de arquiteto(a) e urbanista para fins de exercício profissional.

§ 3º A violação do disposto no § 2º sujeitará o profissional a sanções legais e ético-disciplinares por infração às disposições da legislação de regulamentação da profissão e do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

Art. 5º A existência de dívidas pendentes não obsta a interrupção do registro no CAU.

Parágrafo único. A interrupção do registro não extingue as dívidas do arquiteto e urbanista com o CAU, as quais serão cobradas pelo CAU/UF competente pelas vias administrativas e/ou judiciais, conforme normativos específicos do CAU/BR acerca de anuidades e cobrança de valores.

Art. 6º O requerimento de interrupção de registro deverá ser preenchido por meio de formulário específico disponível no ambiente profissional do SICCAU, contendo as declarações de atendimento às condições definidas no art. 4º, de veracidade das informações prestadas e de ciência das cominações legais e éticas as quais o profissional estará sujeito caso exerça atividades de arquitetura e urbanismo ou utilize o título de arquiteto(a) e urbanista ou a Carteira de Identificação Profissional para fins de exercício profissional, enquanto estiver com o registro interrompido no CAU.

§ 1º Depois de cadastrado o requerimento de interrupção no SICCAU, o profissional será, automaticamente, impedido de solicitar Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e emitir Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) no ambiente profissional do SICCAU.

§ 2º O requerimento de interrupção de registro será submetido à análise e aprovação do CAU/UF competente, cabendo ao responsável, quando julgar necessário, efetuar diligências ou requisitar documentos e informações adicionais para fundamentar a decisão.

Art. 7º Caso o profissional atenda às condições estabelecidas no art. 4º a solicitação de interrupção de registro será deferida pelo CAU/UF competente.

§ 1 º A interrupção do registro do profissional será efetivada pelo CAU/UF competente após a inserção no SICCAU, no protocolo de requerimento, da data e do documento de decisão de deferimento, e da data de início da interrupção do registro que terá como termo inicial a data de cadastro do requerimento.

§ 2º Ao efetivar a interrupção de registro, o profissional continuará tendo acesso ao ambiente profissional do SICCAU, com restrição à solicitação de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e emissão de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF).

Art. 8º Caso o profissional não atenda às condições estabelecidas no art. 4º, o requerimento de interrupção será indeferido pelo CAU/UF competente.

§ 1º Indeferido o pedido de interrupção, o CAU/UF competente comunicará o profissional sobre a decisão, informando os motivos do indeferimento e da possibilidade de interposição de recurso ao Plenário do CAU/UF no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

§ 2º Caso o profissional não se manifeste dentro do prazo disposto no § 1º, o requerimento de interrupção será arquivado, sendo o mantido registro ativo e retiradas as restrições dispostas no §1º do art. 6º.

§ 3º Interposto o recurso na forma do §1º, a presidência do CAU/UF competente deverá encaminhá-lo à Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF para que o coordenador da comissão designe o conselheiro membro relator, que apresentará seu relatório e voto fundamentado para aprovação da Comissão e encaminhamento ao Plenário do CAU/UF para apreciação e deliberação.

§ 4º Após deliberação do Plenário do CAU/UF, a presidência do CAU/UF competente comunicará o profissional sobre a decisão e, caso tenha sido mantido o indeferimento, deverá informá-lo sobre a

possibilidade de interposição de recurso ao Plenário do CAU/BR no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

§ 5º Interposto o recurso na forma do §4º, a presidência do CAU/UF competente deverá encaminhá-lo à Presidência do CAU/BR por meio do protocolo SICCAU, contendo todos os documentos do processo de requerimento de interrupção e o ofício de encaminhamento do recurso.

§ 6º A presidência do CAU/BR, ao receber o recurso interposto na forma dos §§ 4º e 5º, deverá encaminhá-lo à Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR para que o coordenador da Comissão designe o conselheiro membro relator, que apresentará seu relatório e voto fundamentado para aprovação da Comissão e encaminhamento ao Plenário do CAU/BR para apreciação e deliberação.

Art. 9º É facultado ao profissional requerer a reativação de seu registro no CAU, que deverá ser solicitada por meio do preenchimento de formulário específico disponível no SICCAU e apenas será efetivada caso o profissional não tenha débitos pendentes com o CAU.

§ 1º O valor da anuidade do ano corrente ao da solicitação de reativação será fixado em valor proporcional, calculado de acordo com os normativos específicos do CAU/BR que dispõem sobre anuidade e cobrança de valores.

§ 2º O período de interrupção do registro terá como data fim o dia anterior à data do pedido de reativação do registro.

§ 3º O profissional terá direito a 1 (uma) solicitação de reativação do registro por ano civil, sem cobrança de taxa de expediente. No caso de mais de uma solicitação de reativação no mesmo ano, será cobrada uma taxa de expediente no valor de 1 (um) duodécimo do valor da anuidade do ano corrente para cada solicitação de reativação adicional.

CAPÍTULO III
DA SUSPENSÃO DO REGISTRO

Art. 10. A suspensão do registro do profissional, efetuada pelo CAU/UF, decorre de:

I - Aplicação de sanção de natureza ético-disciplinar, de suspensão de registro, decorrente de decisão transitada em julgado em processo de mesma natureza, nos termos da regulamentação CAU/BR correlata;

II - Medida administrativa de suspensão de registro decorrente de decisão transitada em julgado, por inadimplência, em processo administrativo de cobrança de valores de anuidade ou multa, nos termos da regulamentação CAU/BR correlata; ou

III - Registro provisório ou temporário no CAU com prazo vencido e sem regularização ou pedido de prorrogação.

§ 1º A suspensão do registro profissional não implica a extinção do vínculo jurídico do arquiteto e urbanista para com o CAU, que continuará pertencendo ao quadro de profissionais inscritos, sujeito à lei de regência da Arquitetura e Urbanismo e ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

§ 2º O profissional com registro suspenso estará impedido de exercer atividades de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e de usar o título de arquiteto (a) e urbanista para fins do exercício profissional.

§ 3º A violação do disposto no § 2º sujeitará o profissional a sanções legais e ético-disciplinares por infração às disposições da legislação de regulamentação da profissão e do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

Art. 11. A suspensão do registro do profissional será efetivada pelo CAU/UF competente mediante a inserção no SICCAU dos documentos e da decisão de aplicação da suspensão, da data de início da suspensão e, quando houver, da data de término e do período de suspensão.

§ 1º Para efetivação da suspensão do registro no SICCAU o profissional não poderá ter Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) sem a devida baixa. Caso exista, a baixa do RRT será efetuada pelo CAU/UF competente, de ofício, na forma da regulamentação específica sobre RRT.

§ 2º A suspensão do registro terá como termo inicial a data de confirmação de recebimento da comunicação realizada pelo CAU/UF competente ao profissional informando sobre a decisão de suspensão do registro e as cominações legais e éticas a que estará sujeito caso exerça atividades de arquitetura e urbanismo ou utilize o título de arquiteto(a) e urbanista ou a Carteira de Identificação Profissional para fins do exercício profissional, enquanto estiver com o registro suspenso no CAU.

Art. 12. O profissional com registro suspenso continuará tendo acesso ao ambiente profissional do SICCAU com a restrição à solicitação de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e emissão de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF).

CAPÍTULO IV
DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

Art. 13. O cancelamento do registro do profissional, efetuado pelo CAU/UF competente, decorre de:

I - Pedido de desligamento do CAU;

II - Falecimento do profissional;

III - Aplicação de sanção de natureza ético-disciplinar, de cancelamento de registro, decorrente de decisão transitada em julgado em processo de mesma natureza, nos termos da regulamentação CAU/BR correlata; ou

IV - Decisão judicial com determinação de cancelamento de registro no Conselho de Fiscalização Profissional.

§ 1º O cancelamento do registro profissional implica na extinção do vínculo jurídico do arquiteto e urbanista para com o CAU que será excluído do quadro de profissionais registrados e não estará sujeito às disposições da lei de regência da Arquitetura e Urbanismo aplicáveis aos arquitetos e urbanistas nem ao Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

§ 2º O profissional, após o cancelamento, voltará à condição de sem registro no CAU, estando proibido de realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais arquitetos e urbanistas e de usar o título de arquiteto(a) e urbanista para fins de exercício profissional.

§ 3º A violação do disposto no § 2º sujeitará a pessoa física às cominações legais por exercício ilegal da profissão na forma do art. 7º da Lei nº 12.378, de 2010.

Art. 14. O pedido de desligamento do CAU, disposto no inciso I do art. 13, é facultado ao profissional que não pretende exercer a profissão e deseja se desvincular do Conselho, desde que atendidas as seguintes condições:

I - Não ocupar emprego, cargo ou função técnica, no setor público ou privado, para o qual seja exigida formação profissional na área de Arquitetura e Urbanismo ou para cujo concurso público ou processo seletivo tenha sido exigido o registro do profissional no Conselho;

II - Não constar em processo fiscalizatório e/ou ético-disciplinar em tramitação nos CAU/UF ou no CAU/BR;

III - Não possuir Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) sem a devida baixa no CAU; e

IV - Efetuar a devolução da Carteira de Identificação Profissional do CAU, caso a possua.

§ 1º Em conformidade com o art. 53 da Lei nº 12.378, de 2010, a existência de dívidas pendentes não obsta o desligamento do CAU.

§ 2º O pedido de desligamento do CAU, com consequente cancelamento do registro, não extingue as dívidas do arquiteto e urbanista com o CAU, as quais serão cobradas pelo CAU/UF competente pelas vias administrativas e/ou judiciais, conforme normativos específicos do CAU/BR acerca de anuidades e cobrança de valores.

Art. 15. O requerimento de desligamento do CAU deverá ser preenchido por meio de formulário específico, disponível no ambiente profissional do SICCAU, contendo as declarações de atendimento às condições definidas no art. 14 e de veracidade das informações prestadas.

§1º Depois de finalizado e cadastrado o requerimento no SICCAU, o profissional será, automaticamente, impedido de solicitar Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e de emitir Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF) no ambiente profissional do SICCAU.

§2º O requerimento de desligamento será submetido à análise e aprovação do CAU/UF competente, cabendo ao responsável, quando julgar necessário, efetuar diligências ou requisitar documentos e informações adicionais para fundamentar a decisão.

§3º Caso o profissional atenda às condições estabelecidas nos incisos I a III do art. 14 e não possua a Carteira de Identificação Profissional do CAU, a solicitação de desligamento será deferida pelo CAU/UF competente e o cancelamento de registro será efetivado na forma do art. 17 desta Resolução.

§4º Caso o profissional atenda às condições estabelecidas nos incisos I a III do art. 14 e possua a Carteira de Identificação Profissional do CAU, o CAU/UF competente comunicará o profissional para que efetue a entrega da carteira, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

Art. 16. Caso o profissional não atenda às condições estabelecidas no art. 14, o requerimento de desligamento será indeferido pelo CAU/UF competente.

§ 1º Indeferido o pedido de desligamento, o CAU/UF competente comunicará o profissional sobre a decisão, informando os motivos do indeferimento e da possibilidade de interposição de recurso ao Plenário do CAU/UF no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

§ 2º Caso o profissional não se manifeste dentro do prazo disposto no caput do artigo, o requerimento de desligamento será arquivado, sendo o mantido registro ativo e retiradas as restrições dispostas no §1º do art. 15.

§ 3º Interposto o recurso na forma do §1º, a presidência do CAU/UF competente deverá encaminhá-lo à Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF para que o coordenador da comissão designe o conselheiro membro relator, que apresentará seu relatório e voto fundamentado para aprovação da Comissão e encaminhamento ao Plenário do CAU/UF para apreciação e deliberação.

§ 4º Após deliberação do Plenário do CAU/UF, a presidência do CAU/UF competente comunicará o profissional sobre a decisão e, caso tenha sido mantido o indeferimento, deverá informá-lo da possibilidade de interposição de recurso ao Plenário do CAU/BR no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

§ 5º Interposto o recurso na forma do §4º, a presidência do CAU/UF competente deverá encaminhá-lo à Presidência do CAU/BR, por meio do protocolo SICCAU contendo todos os documentos do processo e o ofício de encaminhamento de recurso.

§ 6º A presidência do CAU/BR, ao receber o recurso interposto na forma dos §§ 4º e 5º, deverá encaminhá-lo à Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR para que o coordenador da Comissão designe o conselheiro membro relator, que apresentará seu relatório e voto fundamentado para aprovação da Comissão e encaminhamento ao Plenário do CAU/BR para apreciação e deliberação.

Art. 17. O cancelamento do registro do profissional será efetivado pelo CAU/UF competente mediante a inserção no SICCAU dos documentos, da decisão, e da data de início do cancelamento de registro.

§ 1º Para efetivação do cancelamento do registro no SICCAU, o profissional não poderá ter Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) sem a devida baixa. Caso exista, a baixa do RRT será efetuada pelo CAU/UF competente, de ofício, na forma da regulamentação específica sobre RRT.

§ 2º Ao efetivar o cancelamento do registro, será aplicado ao profissional a restrição de acesso aos serviços do SICCAU, com exceção da emissão de Certidão Negativa de Débito (CND) e de abertura de protocolo.

§ 3º Nos casos de cancelamento decorrente do falecimento do profissional, na forma do inciso II do art. 13, o CAU/UF competente deverá inserir no SICCAU a cópia autenticada da certidão de óbito, devidamente registrada em cartório, não sendo exigida a devolução da Carteira de Identificação Profissional do CAU.

§ 4º Nos casos de cancelamento decorrentes de sanção ético-disciplinar ou decisão judicial, na forma dos incisos III e IV do art. 13, caso o profissional possua a Carteira de Identificação Profissional do CAU, o CAU/UF competente deverá incluir na comunicação ao profissional, além da decisão que determinou o cancelamento do registro, a informação sobre o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação, para entrega da sua Carteira de Identificação Profissional.

§ 5º Caso o profissional não entregue a carteira dentro do prazo ou se recuse a entregar, o CAU/UF competente deverá registrar a pendência no SICCAU e no correspondente processo, e em seguida emitir um novo comunicado ao profissional para informá-lo das cominações legais a que estará sujeito caso exerça atividades de arquitetura e urbanismo ou utilize o título de arquiteto(a) e urbanista ou a Carteira de Identificação Profissional do CAU para fins de exercício profissional enquanto estiver sem registro no CAU.

§ 6º O cancelamento do registro do profissional no CAU terá como termo inicial:

a) A data do requerimento de desligamento;

b) A data do óbito constante da certidão, no caso de falecimento do profissional;

c) A data de confirmação de recebimento da comunicação realizada pelo CAU/UF competente ao profissional, informando sobre a decisão transitada em julgado do processo ético-disciplinar que determinou a aplicação da sanção de cancelamento do registro; ou

d) A data definida na decisão judicial que determinou o cancelamento do registro.

Art. 18. Nos casos de cancelamento na forma do inciso III do art. 13, a pessoa física poderá solicitar reabilitação na forma da regulamentação específica do CAU/BR sobre processo ético-disciplinar. Caso haja decisão transitada em julgado a favor do interessado(a) e desde que não tenha débitos pendentes com o CAU, o CAU/UF competente deverá efetuar um novo registro seguindo todas as condições e requisitos estabelecidos na regulamentação específica do CAU/BR correlata ao registro de profissional, sendo criada uma nova numeração de registro e transferidos todos os dados do registro anterior.

Art. 19. Nos casos de cancelamento na forma do inciso I do art. 13, é facultado à pessoa física requerer um novo registro profissional, devendo cumprir todas as condições e requisitos estabelecidos em regulamentação específica do CAU/BR correlata ao registro de profissional e desde que não tenha débitos pendentes com o CAU, sendo criada uma nova numeração de registro e transferidos todos os dados do registro anterior.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O valor da anuidade, no caso de interrupção, suspensão ou cancelamento do registro, será fixado em valor proporcional, calculado de acordo com a regulamentação específica do CAU/BR correlata à anuidade e cobrança de valores.

Art. 21. Altera o art. 5º da Resolução CAU/BR n° 18, de 2 de março de 2012, alterada pelas Resoluções CAU/BR nº 32, de 2 de agosto de 2012, nº 85, de 15 de agosto de 2014, n° 121, de 19 de agosto de 2016, n° 146, de 17 de agosto de 2017, e n° 160, de 23 de março de 2018, publicadas no Diário Oficial da União, Seção I, respectivamente nas Edições n° 64, de 2 de abril de 2012, n° 163, de 22 de agosto de 2012, n° 165, de 28 de agosto de 2014, n° 186, de 27 de setembro de 2016, n° 182, de 21 de setembro de 2017, e n° 73, Seção 1, de 17 de abril de 2018, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5° .....

§ 2º-B Não cumprido o disposto no § 2º-A ou vencido o prazo sem a apresentação do diploma, o registro provisório do profissional será suspenso até que seja apresentado o diploma de graduação devidamente registrado."

Art. 22. Altera o artigo 21 da Resolução CAU/BR nº 146, de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União, Edição n° 182, Seção 1, de 21 de setembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 21. A carteira de identidade profissional, de brasileiro ou estrangeiro, definitiva ou provisória, será recolhida e destruída pelo CAU/UF com jurisdição no endereço de registro do profissional no caso de cancelamento de registro."

Art. 23. Revoga os artigos 14 a 26 da Resolução CAU/BR nº 18, de 2012 e os artigos 22 e 23 da Resolução CAU/BR nº 146, de 2017.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor em 90 dias da data de sua publicação.

LUCIANO GUIMARÃES
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 61, DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Administrativo Cofen nº 937/2017
Processo Administrativo Coren-SP nº 3427/2016
Parecer de Relator nº 270/2018
Conselheiro Relator: Dr. Luciano da Silva
Denunciante/Recorrente: Fernanda da Conceição Morais
Denunciados: Fabiana Maria Da Silva, Coren-SP nº 366.286-ENF; Michele Cristina Martins Pereira, Coren-SP nº 721.483-AE; Suely Martins dos Reis Schultz, Coren-SP nº 217.646-ENF; e José Geraldo Freire, Coren-SP nº 166.144-AE

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 937/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-SP. Não admissibilidade.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen nº 937/2017, originário do COREN-SP, Processo Administrativo Coren-SP nº 3427/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 505ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 18 de setembro de 2018, por 07 (sete) votos a favor e 02 (dois) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão do Coren-SP nº 315/2017 e não admitir a denúncia.

DR. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

DR. LUCIANO DA SILVA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 64, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 003/2018
Processo Ético Coren-SP nº 063/2016
Parecer de Relator nº 276/2018
Conselheiro Relator: Dr. Osvaldo Albuquerque Sousa Filho
Denunciante: Aparecida Marcelina da Silva
Denunciada/Recorrente: Nicir Doniseti Bispo de Oliveira, Coren-SP nº 215.828-ENF

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 003/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-SP. Advertência verbal.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 003/2018, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 063/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 505ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 19 de setembro de 2018, por unanimidade dos votos, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão do Coren-SP nº 266/2017 que deliberou pela aplicação da penalidade de advertência verbal à Enfermeira Nicir Doniseti Bispo de Oliveira, Coren-SP nº 215.828-ENF por infração aos artigos 5º, 6º, 25, 35, 48, 56, 71 e 72 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

DRA. NÁDIA MATTOS RAMALHO
Presidente da mesa

DR. OSVALDO ALBUQUERQUE SOUSA FILHO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 65, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 005/2018
Processo Ético Coren-SP nº 153/2015
Parecer de Relator nº 267/2018
Conselheira Relatora: Dra. Rosangela Gomes Schneider
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Antônio Marcos Freire Gomes
Denunciante: Coren-SP "de ofício"
Denunciada/Recorrente: Tatiana Nogueira da Silva, Coren-SP nº 177.803-ENF

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 005/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-SP. Censura e multa.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 005/2018, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 153/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 505ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 19 de setembro de 2018, por 05 (cinco) votos a favor e 04 (quatro) contrários, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão do Coren-SP nº 040/2017 que deliberou pela aplicação da penalidade de censura e multa de 01 (uma) anuidade da categoria profissional à Enfermeira Tatiana Nogueira da Silva, Coren-SP nº 177.803-ENF, por infração aos artigos 5º, 6º, 12, 21, 48 e 56 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

Dra. Nádia Mattos Ramalho
Presidente da mesa

DR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 66, DE 19 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 019/2017
Processo Ético Coren-SP nº 076/2015
Parecer de Relator nº 229/2018
Conselheiro Relator: Dr. Antônio Marcos Freire Gomes
Denunciante/ Recorrente: Fátima Rifai Daguer Estrazzeri
Denunciada: Juliana Azevedo Ribeiro da Silva, Coren-SP nº 318.575-ENF

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 019/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-SP. Advetência verbal e multa.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 019/2017, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 076/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 505ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 19 de setembro de 2018, por 06 (seis) votos a favor e 03 (três) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-SP nº 028/2017, e aplicar a penalidade de advertência verbal e multa de 03 (três) anuidades da categoria profissional à Enfermeira Juliana Azevedo Ribeiro da Silva, Coren-SP nº 318.575-ENF, por infração aos artigos 12, 21 e 25 do Código de Ética, da Resolução Cofen nº 311/2007.

DR. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

DR. ANTÔNIO MARCOS FREIRE GOMES
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 67, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 009/2018
Processo Ético Coren-CE nº 042/2014
Parecer de Relator nº 268/2018
Conselheira Relatora: Dra. Waldenira Santos Fonseca
Denunciante: Coren-CE "de ofício"
Denunciada/Recorrente: Anne Jobênia Coelho Dantas Vasconcelos, Coren-CE nº 118.151-ENF

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 009/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial. Reformar a decisão do Coren-CE. Advertência verbal.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 009/2018, originário do COREN-CE, Processo Ético Coren-CE nº 042/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 505ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de setembro de 2018, por 07 (sete) votos a favor e 02 (dois) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento parcial, reformar a Decisão do Coren-CE nº 239/2017, e aplicar a penalidade de advertência verbal à Enfermeira Anne Jobênia Coellho Dantas de Vasconcelos, Coren-CE nº 118.151-ENF, por infração aos artigos 5º, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 59 e 73 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

DR. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

DRA. WALDENIRA SANTOS FONSECA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 68, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Processo Ético Cofen nº 002/2018
Processo Ético Coren-PE nº 001/2013
Parecer de Relator nº 277/2018
Conselheiro Relator: Dr. Wilton José Patrício
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Antônio José Coutinho de Jesus
Denunciante: Coren-PE "de ofício"
Denunciado/Recorrente: Cícero André Gonçalves Gomes, Coren-PE nº 350.861-TE

ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 002/2018. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial. Reformar a decisão do Coren-PE. Advertência verbal.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 002/2018, originário do COREN-PE, Processo Ético Coren-PE nº 001/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 505ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de setembro de 2018, por 04 (quatro) votos a favor, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento parcial, reformar a Decisão do Coren-PE nº 373/2014, e aplicar a penalidade de advertência verbal ao Técnico de Enfermagem Cícero André Gonçalves Gomes, Coren-PE nº 350.861-TE, por infração ao artigo 5º do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

DR. MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Cofen

DR. ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Conselheiro com voto vencedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.226, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Renova a habilitação da Academia Brasileira de Oncologia Veterinária (ABROVET) para concessão de título de especialista em Oncologia Veterinária.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968;

considerando o disposto no §2º, art. 5º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009;

considerando os termos do PA CFMV nº 3062/2018 e a deliberação do Plenário do CFMV na 315ª Sessão Plenária Ordinária, resolve:

Art. 1º Renovar a habilitação conferida pela Resolução CFMV nº 1031, de 28/6/2013 (DOU de 4/7/2013, S.1, p. 101) a Associação Brasileira de Oncologia Veterinária (ABROVET) para concessão de título de especialista em Oncologia Veterinária.

Parágrafo único. A concessão dos títulos de especialista seguirá o que dispõe a Resolução CFMV nº 935, de 2009.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

NIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.227, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Institui a "Comenda Ivo Torturella"

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e considerando a decisão tomada por unanimidade de votos em sua Tricentésima Décima Sexta (CCCXVI) Sessão Plenária Ordinária, realizada em Brasília-DF, no dia 18 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Instituir, em comemoração aos cinquenta anos de criação do Sistema CFMV-CRMVs, a "Comenda Ivo Torturella", que será concedida na forma estabelecida no Anexo I desta Resolução, denominado de "Estatuto da Comenda Ivo Torturella".

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

NIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

ANEXO I

ESTATUTO DA COMENDA IVO TORTURELLA

Art. 1º O Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV, promoverá, em data e na forma a serem previamente definidas por seu Plenário, a outorga da "Comenda Ivo Torturella", a médicos veterinários e zootecnistas que tenham contribuído significativamente para a promoção e valorização da ciência animal brasileira ou para o desenvolvimento de suas áreas correlatas.

Art. 2º A "Comenda Ivo Torturella" será entregue em solenidade realizada no território nacional, pelo Presidente do Conselho Federal ou por representante por ele nomeado, e consistirá na outorga de medalha e de placa condecorativa ao médico veterinário e zootecnista agraciado com a comenda.

Parágrafo único. A medalha e a placa condecorativa terão modelos específicos, que serão desenvolvidos pelo CFMV e aprovados por seu Plenário.

Art. 3º Definida a data e a forma para a outorga da "Comenda Ivo Torturella", o nome do médico veterinário ou do zootecnista indicado para recebê-la deverá ser apresentado ao CFMV, mediante memorial e com documentos comprobatórios de seu merecimento.

Parágrafo único. As indicações para a comenda poderão ser feitas pela Diretoria Executiva do CFMV ou de cada CRMV, ou, ainda, pelos seus respectivos Membros e Conselheiros, individualmente.

Art. 4º A Comissão de Avaliação das Indicações apresentadas será constituída por Conselheiros Federais, que terá as seguintes atribuições:

I - receber e analisar o memorial e os documentos comprobatórios relativos ao médico veterinário ou zootecnista indicado para receber a "Comenda Ivo Torturella";

II - elaborar relatório de análise, que será encaminhando ao Presidente do CFMV, para inclusão na pauta de julgamento do Plenário do CFMV.

Art. 5º A deliberação sobre a outorga da comenda a cada profissional indicado para recebê-la será tomada por maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos membros do Conselho Federal de Medicina Veterinária (Art. 24 da Lei n° 5.517, de 23 de outubro de 1968).

Art. 6º Após a decisão do Plenário, o CFMV divulgará a lista completa dos profissionais que serão condecorados com a "Comenda Ivo Torturella".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 1.228, DE 20 DE SETEMBRO DE 2018

Institui o Sistema de Anotação de Responsabilidade Técnica Eletrônica - e-ART- no âmbito do sistema CFMV/CRMV's.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968;

considerando a decisão tomada por unanimidade de votos em sua Tricentésima Décima Sexta (CCCXVI) Sessão Plenária Ordinária, realizada em Brasília-DF, no período de 18 a 20 de setembro de 2018;

considerando que o Conselho Federal de Medicina Veterinária tem por finalidade promover o bem-estar da sociedade, disciplinando o exercício das profissões de médico veterinário e zootecnista, por meio da normatização, fiscalização, orientação e valorização, diretamente ou por intermédio dos CRMV's;

considerando que o Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV instituiu a regulamentação para concessão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, visando disciplinar os serviços dela decorrente, por intermédio da Resolução nº 683, de 16 de março de 2001, e Resolução n° 1041, de 13 de dezembro de 2013;

considerando que o CFMV deve zelar pelo exercício ético profissional do médico veterinário e do zootecnista frente às novas tecnologias e aos novos padrões de exigência impostos pela Sociedade, mediante a modernização de instrumentos e de processos de orientação e fiscalização da atividade profissional;

considerando a necessidade de modernizar e agilizar a comunicação entre o profissional, a empresa e o Sistema CFMV/CRMV's;

considerando o intuito de orientar o exercício profissional do médico veterinário e do zootecnista diante às inovações tecnológicas e propiciar a melhoria na instrumentalização da fiscalização do órgão; e,

considerando a necessidade de uniformização dos processos de homologação e Anotação de Responsabilidade Técnica em todos os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária,, resolve:

Art. 1º Estabelecer no âmbito do Sistema CFMV/CRMV's, a Anotação de Responsabilidade Técnica Eletrônica - e-ART.

§ 1º O CFMV disponibilizará o acesso eletrônico ao SISCAD WEB, mediante cadastro, via o próprio sistema, aos responsáveis técnicos e aos responsáveis legais pelos estabelecimentos, em endereço eletrônico próprio.

§ 2º O acesso será por meio login e senha, gerados automaticamente pelo SISCAD WEB ao solicitante, não sendo de conhecimento do Sistema CFMV/CRMV's.

§ 3º A senha é de responsabilidade pessoal e intransferível.

§ 4º O profissional responderá administrativamente, civil e criminalmente pelas informações prestadas na e-ART, sob pena de revogação da referida ART sem direito a devolução da taxa.

Art. 2º A e-ART passa a ser mais um processo oficial de interação com do Sistema CFMV/CRMV's para a homologação e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Art. 3º Os processos e documentação referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, serão adequados por meio de Resolução específica do Conselho Federal de Medicina Veterinária, para atender às exigências da Anotação Responsabilidade Técnica Eletrônica - e-ART.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

NIVALDO DA SILVA
Secretário-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ

DECISÃO N° 47, DE 22 DE MAIO DE 2017

Altera Regimento Interno do Coren/PR e dá outras providências.

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, respeitando as normas do Conselho Federal de Enfermagem, e

CONSIDERANDO mudanças na estrutura organizacional da Autarquia, devidamente fundamentadas em decisões aprovadas pelo Plenário, necessárias à organização do processo de trabalho no Coren/PR;

CONSIDERANDO deliberação da 582ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada em 07 de março de 2017;

decide

Art. 1º. Ficam alterados os seguintes incisos, parágrafos e artigos do Regimento Interno do Coren/PR, que passam a viger com a seguinte redação:

Art. 4º, Inciso XVI, Dar publicidade de seus atos e deliberações no Diário Oficial da União, ou em outros meios viabilizados pela tecnologia da informação, garantindo aos profissionais de Enfermagem e à sociedade a transparência e o acesso a informações, independentemente de solicitação, como previsto em norma federal;

Art. 5º, Inciso IV, De Execução (a) Gabinete, b) Departamento Jurídico e Processos Éticos, c) Departamento Fiscalização, d) Departamento de Atendimento, Registro e Cadastro, e) Departamento de Cobrança, f) Departamento de Tecnologia da Informação, g) Setor Contábil, h) Setor Financeiro, i) Setor de Licitações, Contratos e Convênios, j) Setor de Gestão de Pessoas, k) Setor de Patrimônio e Almoxarifado, l) Subseções;

Art. 6º, da Seção I, Capítulo I, A Assembleia Geral é constituída pelos profissionais de Enfermagem (Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares) inscritos e adimplentes com o Coren/PR;

Art. 34, Parágrafo 1º, Subseção III, Seção III, A epígrafe da DECISÃO deverá ser grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica sequencial reiniciada a cada exercício e será formada pelo título designativo da normativa, pelo número e respectivo dia mês e ano de sua redação;

Art. 50, Inciso XVII e XXXI, Subseção III, Seção IV, nomear e exonerar cargos em comissão e designar empregados para exercer funções gratificadas;

Art. 50, Inciso XXXI, Subseção III, Seção IV, publicar atos oficiais, preferencialmente por meio eletrônico ou no Diário Oficial da União, na forma da Lei;

Art. 53, Seção I, Capítulo II, A Procuradoria Geral do Coren/PR, órgão de assessoramento da Diretoria, é responsável pelo Departamento Jurídico e Secretaria de Processos Éticos, cabendo-lhe principalmente [...];

Art. 57, Seção IV, Parágrafo 2º, Os cargos em comissão serão designados por portaria, devidamente homologada pelo Plenário;

Art. 60, Seção I, A Comissão Permanente de Licitação (CPL) está diretamente vinculada ao Setor de Licitações, Contratos e Convênios, vinculado à Assessoria Executiva, e tem por finalidade o assessoramento nas questões de licitação para compra de bens e serviços;

Art. 67, Capítulo IV, O Coren/PR contará para o bom desempenho e execução de suas atividades finalísticas e de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal, além das assessorias e consultorias, com os departamentos de Fiscalização; Atendimento, Registro e Cadastro; Cobrança, Jurídico e Processos Éticos; de Tecnologia da Informação, e com os setores Contábil; Financeiro; de Licitações, Contratos e Convênios; de Gestão de Pessoas, Patrimônio e Almoxarifado, e Subseções;

Art. 96, Título V, O Regimento aprovado na 237ª Reunião Extraordinária de Plenário, em 28 de julho de 2015, foi encaminhado e homologado pelo Conselho Federal de Enfermagem, conforme Decisão Cofen nº 0060/2016, e alterado pelas Decisões Coren/PR nº 73/2016, de 07 de junho de 2016, n°153/2016, de 17 de novembro de 2016 e n° 03/2017, de 24 de janeiro de 2017;

Art. 97 - O presente Regimento Interno, aprovado na 582ª Reunião Ordinária de Plenário, em 07 de março de 2017, deverá ser publicado no Diário Oficial da União, revoga o anterior com todas as alterações averbadas e entra em vigor na data de sua aprovação, seguindo para homologação do Conselho Federal de Enfermagem..

Art. 2º - Este ato deverá ser encaminhado ao Cofen para homologação.

Art. 3º - O Regimento Interno do Coren/PR revisado entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

SIMONE APARECIDA PERUZZO
Presidente do Conselho

VERA RITA DA MAIA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS

ACÓRDÃOS

Processo Ético nº 98/2015 - Indiciados: Tiago Luiz Alves de Oliveira - MG-CD-36.688 e Daniany Aparecida Oliveira - MG-CD-36.163. Assunto: Publicidade Irregular. Acórdão CRO-MG nº 55/2016. Acórdão CFO nº 2524/2018. Decisão: CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 25 (VINTE E CINCO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado pelo CRO-MG em 23/05/2016 e pelo CFO em 26/04/2018.

Processo Ético nº 47/2017 - Indiciado: Flávio Souza de Andrade - MG-CD-43.407. Assunto: Publicidade Irregular. Acórdão nº 26/2018. Decisão: CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 05 (CINCO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 15/06/2018.

Processo Ético nº 19/2017 - Denunciado: Gustavo Milton Mourão - MG-CD-25.925 - Denunciante: Maíza Martins Cirino de Rezende. Assunto: Tratamento Odontológico Inadequado. Acórdão nº 39/2018. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 10 (DEZ) DIAS, conforme julgamento realizado em 13/07/2018

ALBERTO MAGNO DA ROCHA SILVA, CD
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 4ª REGIÃO

DECISÃO DE 4 DE SETEMBRO DE 2018

A Diretoria Executiva do Conselho Regional de Técnico em Radiologia da 4ª Região, em Reunião Extraordinária realizada no dia 03 de setembro de 2018, nesta sede, presentes: o Diretor Presidente, Marcello Carlos de Souza Costa, o Diretor Secretário, Carlos Eduardo Miranda Batista e a Diretora Tesoureira Andreia Arruda Avelino. Pauta para deliberação: Edição do ATO NORMATIVO Nº 002/2018, que institui, em favor dos ocupantes dos cargos de procurador, o recebimento de honorários advocatícios de sucumbência nas causas este Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 4ª Região, nos termos da Lei Federal nº 13.327/2016. Decisão: por unanimidade, fora aprovado o projeto, criando o ATO NORMATIVO Nº 002/2018, a qual tem como fundamento a Lei Federal nº 13.327/2016. Nada mais havendo, encerrou-se a presente.

MARCELLO CARLOS DE SOUZA COSTA
DIRETOR PRESIDENTE DO CRTR/RJ - 4ª REGIÃO

CARLOS EDUARDO MIRANDA BATISTA
DIRETOR SECRETÁRIO DO CRTR/RJ - 4ª REGIÃO

ANDREIA ARRUDA AVELINO
DIRETORA TESOUREIRA DO CRTR/RJ - 4ª REGIÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018092400170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.